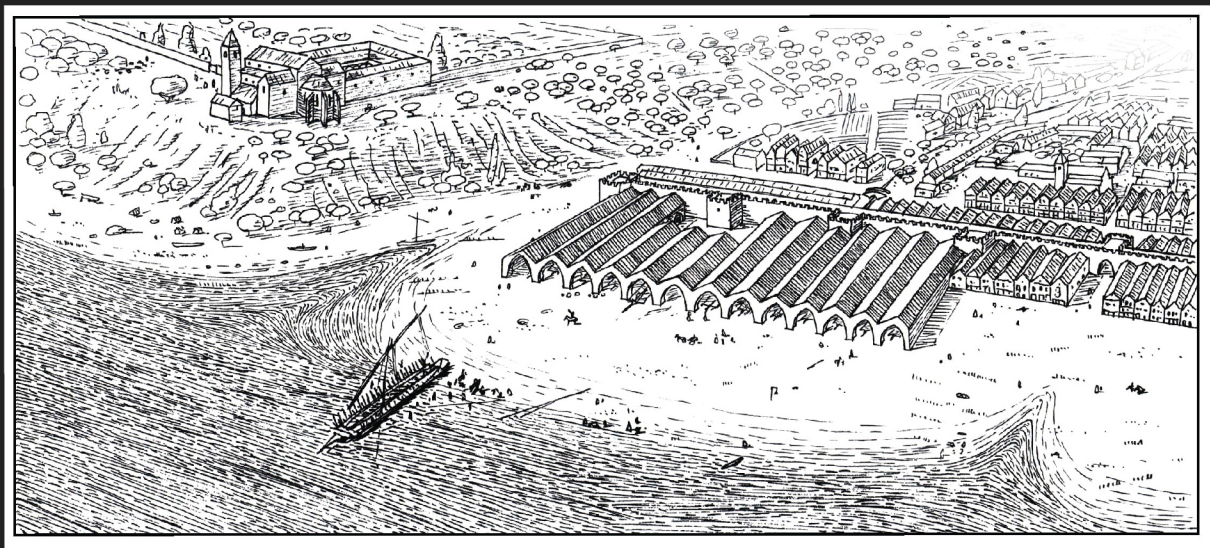


MUTAÇÃO URBANA NA LISBOA MEDIEVAL: DAS TAIFAS A D. DINIS

Manuel Fialho Silva

Prefácio de
Hermenegildo Fernandes



CH
-UL

CENTRO DE
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

***MUTAÇÃO URBANA NA LISBOA MEDIEVAL:
DAS TAIFAS A D. DINIS***

Manuel Fialho Silva



Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2022

Título | Title

Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis

Autor | Author

Manuel Fialho Silva

Revisão | Copy-editing

André Morgado

Comissão Científica | Scientific Board

Amélia Andrade (Universidade Nova de Lisboa) e Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)

Editora | Publisher

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2022

Imagem da capa | Cover image

Nuno Fonseca

Grafismo | Design

Bruno Fernandes

Impressão | Print: Sersilfite

ISBN: 978-989-8068-40-8

Depósito Legal | Legal Deposit: 509449/22

Tiragem | Print run: 150

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon

Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA - PORTUGAL

Tel.: +351 217 920 000 | www.letras.ulisboa.pt | <http://chul.letras.ulisboa.pt>



gabineteestudos olisiponenses

This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P. in the scope of the projects UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

ÍNDICE

PREFÁCIO	15
Hermenegildo Fernandes	
NOTAS PESSOAIS	19
INTRODUÇÃO	25
PRÓLOGO	39
1. De Olisipo a Luxbuna	39
1.1. A malha urbana de algumas cidades do Mediterrâneo antigo	39
1.2. O sistema viário de Olisipo	48
1.3 A transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média	51
1.4. Uma proposta para o sistema viário da cidade na Antiguidade Tardia	52
2. O urbanismo islâmico: do preconceito ao conhecimento	57
2.1. Velhos preconceitos e novas propostas	57
2.2. As lógicas do urbanismo islâmico	59
3. A implantação da rede paroquial	68
3.1. As paróquias da Lisboa medieval	68
3.2. Três cenários na fundação paroquial	72
3.3. A implantação paroquial explicada	78
3.4. A transmissão dos bens das mesquitas	81
PARTE I. DA MEDINA À CIDADE	85
1. Evolução urbana intramuros em patamares	87
2. O patamar superior	90
2.1. A cerca urbana e as suas portas	90
2.2. O sistema viário	92
2.3. Ordens militares na paróquia de Santiago	93
2.4. Evolução urbana na paróquia de S. Bartolomeu	96
2.4.1. O hospital de D. Domingos Eanes Jardo	97
2.4.2. O Hospital de S. Eutrópio	98
2.4.3. O Chão da Feira	99
3. O patamar intermédio	101
3.1. A cerca urbana e as suas portas	101
3.1.1. A Porta de Alfama	102
3.1.2 A Porta Ocidental	104
3.2. Da mesquita maior à Sé	106
3.3. A construção da Sé	108
3.4. O cemitério da Sé	114
3.5. Estruturas urbanas sob o claustro da Sé	116
3.6. O edifício público islâmico no local do claustro	118
3.7. A construção do claustro	120
3.7.1. A oficina da obra do claustro	122
3.8. A Capela de S. Bartolomeu	123
3.9. O adro da Sé e o paço do concelho	125
3.10. Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano	128
3.11 Os Brancos: vestígios do <i>suq</i> da medina?	129

4. O patamar inferior	132
4.1. A muralha, o rio e a Porta do Mar	132
4.2. Do <i>Bab al-Madik</i> ao Arco de Jesus	133
4.3. O Chafariz del Rei	134
4.4. Os banhos públicos em época islâmica	136
5. Alguns aspectos globais do espaço intramuros	140
5.1. Alterações no urbanismo após 1147	140
5.2. A tipologia da propriedade intramuros (1147-1325)	141
5.3. Crescimento vertical	143
5.4. Os espaços não-edificados intramuros	144
5.5. A cerca velha e os seus responsáveis	147
6. O espaço intramuros em síntese	152
PARTE II. A ALCÁÇOVA	155
1. Modelos e tipologias	157
2. Antes da Alcáçova	160
2.1. O cenário urbano no topo da colina no início do século XI	161
2.2. Uma mesquita no topo da colina	163
2.3. A possibilidade de uma <i>dar al-Imara</i>	167
2.4. A densidade urbana no topo da colina	170
2.5. Os agentes que modelaram a forma urbana	173
3. Remodelações em meados do século XI	176
3.1. A criação da Alcáçova	177
3.2. A construção do castelejo	178
3.3. O bairro residencial da Praça Nova	181
3.4. O <i>rawdā</i> da Alcáçova	185
3.5. Os responsáveis pelas remodelações	187
4. A ocupação almorávida da Alcáçova	190
4.1. Uma necrópole e pinturas murais no bairro residencial	191
4.2. A relevância da ocupação almorávida na forma urbana da Alcáçova ...	193
5. A alcáçova de Lisboa entre 1147 e meados do século XIII	196
5.1. A transição pós-1147: continuidades e rupturas	197
5.2. A Igreja de Santa Cruz de Lisboa	201
5.3. A propriedade urbana: os actores e o cenário urbano	203
6. A alcáçova em meados do século XIII	209
6.1. D. João Peres de Aboim: acção privada na forma urbana da alcáçova ...	210
6.2. Acção urbana na Alcáçova: a Igreja de Santa Cruz e a Coroa	213
7. A alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Dinis	215
7.1. A gestão da propriedade da Coroa na Alcáçova	216
7.2. A gestão da propriedade da Igreja de Santa Cruz na Alcáçova	220
8. A alcáçova em síntese	224
PARTE III. O ARRABALDE OCIDENTAL	227
1. O cenário topográfico e a marca do passado	230
1.1. A influência da orografia e das ribeiras da Baixa na forma da cidade	230
1.2. As pré-existências romanas	237
2. O arrabalde ocidental em época islâmica	246
2.1. Cronologia, dimensão e densidade urbana	246
2.2. Um arrabalde multifuncional antes e depois de 1147	253
3. Regressão urbana no arrabalde ocidental	258
3.1. Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”	258

3.2. De área de armazenamento a paróquia: o caso de S. Lourenço	265
3.3. Do outro lado do esteiro – Rua do Ouro	267
4. As judiarias de Lisboa	268
4.1. A Judiaria Velha/Grande: definição de um espaço e problemáticas	268
4.2. A reconstituição da Judiaria Velha	276
4.3. Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado	279
5. A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político	283
5.1. O <i>suq</i> do arrabalde	283
5.2. As tendas dos reis	286
5.3. A deslocalização do centro económico por D. Afonso III	288
5.4. A Rua da Correaria: uma operação de aquisição régia	298
5.5. A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis	301
5.5.1. A muralha da Ribeira	301
5.5.2. A Rua Nova e a Rua da Ferraria: Exemplos de planeamento urbanístico medieval	307
5.5.3. Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega	320
5.5.4. Da Torre da Escrivanhinha ao Açougue do Pescado: A intervenção de privados na forma da cidade	329
5.5.5. Os mercados de D. Dinis: As Carniçarias da Ribeira e o Paço da Madeira	339
5.6. Conclusão: um novo pólo comercial e político no arrabalde ocidental	341
6. As estruturas portuárias	344
6.1. O porto de Lisboa em época islâmica	345
6.2. Do foral de 1179 ao Paço das Naus de D. Sancho II	348
6.3. As Terceiras régias de Lisboa	351
7. A Pedreira: crescimento urbano nos limites do arrabalde ocidental	365
8. Os conventos no exterior do arrabalde ocidental	371
8.1. O Convento de São Francisco: no topo da colina	373
8.2. O Convento da Trindade	379
8.3. S. Domingos: um convento no vale da Baixa	381
9. O arrabalde ocidental em síntese	385
PARTE IV. O ARRABALDE ORIENTAL	393
1. O cenário topográfico e a marca do passado	395
1.1. A orografia e a presença romana	395
2. O arrabalde oriental em época islâmica	403
2.1. Alfama aristocrática e a invenção de um mito	403
2.2. Cronologia, dimensão e densidade urbana	404
2.3. Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério)	408
3. O arrabalde oriental entre 1147 e 1325: pólos e periferias	414
3.1. Continuidades e rupturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão	414
3.2. Densidade e tipologia da propriedade urbana do arrabalde oriental	418
3.3. Pólos de atracção urbana	423
3.3.1. A Cruz e a Lapa: a propriedade régia no extremo oriental do arrabalde	423
3.3.2. A Fonte dos Cavalos: o centro na periferia	433
3.4. As alcaçarias de alfama	435
4. As estruturas conventuais do arrabalde oriental	439
4.1. São Vicente de Fora: o primeiro mosteiro	439

4.2. Nossa Senhora da Graça: no último limite	445
5. O arrabalde oriental em síntese	448
PARTE V. O ARRABALDE DOS MOUROS	453
1. Pré-existências a norte da cidade	455
2. A origem da Mouraria: da tradição ao arrabalde novo	458
3. O urbanismo da Mouraria	463
3.1 O arrabalde dos mouros: situação topográfica e limites urbanos	463
3.2. A reconstituição possível da Mouraria no final do reinado de D. Dinis	467
3.3. Urbanismo islâmico e urbanismo mudéjar na Mouraria de Lisboa	472
4. A Mouraria em síntese	476
CONCLUSÃO	481
FONTES E BIBLIOGRAFIA	493
ANEXO. PLANTAS GERAIS DE LISBOA: 1147, C. 1250, C. 1325	537

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Reconstrução de Priene (Turquia) no século IV a. C.	42
Figura 2. Plano da Pompeia romana	43
Figura 3. Sistema viário de Caesar Augusta (Saragoça)	45
Figura 4. Arruamentos da cidade de Aeminium (adaptado de Jorge Alarcão)	47
Figura 5. Mapa de Olisipo, segundo Rodrigo Banha da Silva	50
Figura 6. Proposta de reconstituição do sistema viário de Olisipo na Antiguidade Tardia	53
Figura 7. Sistema viário da parte meridional da actual medina de Tunes	66
Figura 8. As freguesias medievais de Lisboa	72
Figura 9. A Medina em patamares	87
Figura 10. O patamar superior (c. 1300)	90
Figura 11. O patamar intermédio	101
Figura 12. A Sé e a sua envolvente em finais do século XII	115
Figura 13. A Sé e a sua envolvente, cerca de 1325	116
Figura 14. O patamar inferior	132
Figura 15. A zona da Alcáçova de Lisboa no início do século XI	160
Figura 16. Rede de Mesquitas de Córdoba	165
Figura 17. Pormenor da Alcáçova na vista de Leiden, Biblioteca da Universidade de Leiden	169
Figura 18. Pormenor com o Castelejo na Planta de João Nunes Tinoco, c. 1650	171
Figura 19. A Alcáçova em meados do século XI	176
Figura 20. Planta das escavações do Bairro Islâmico (segundo A. Gomes e A. Gaspar)	181
Figura 21. A Alcáçova em 1147	190
Figura 22. A Alcáçova entre 1147 e 1250	196
Figura 23. A Alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Afonso III	209
Figura 24. A Alcáçova em inícios do século XIV	215
Figura 25. Os canos da Baixa lisboeta no século XVI: contributo da arqueologia	233
Figura 26. Reconstituição do Esteiro de Lisboa cerca de 1250	234
Figura 27. Pormenor do arrabalde ocidental com uma reconstituição aproximada do esteiro e ribeiras em época medieval sobre a planta de Tinoco (1650)	235
Figura 28. Corredoura. Adaptado de <i>Planta Topographica da cidade de Lisboa: arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Architetos Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, João Pedro Ribeiro</i>	240
Figura 29. <i>Via ad Colonia Scallabitana</i> (segundo R. B. Silva)	241
Figura 30. NARC – Estruturas de época romana (segundo Jacinta Bugalhão)	242
Figura 31. NARC – Estruturas de época islâmica (segundo Jacinta Bugalhão)	243
Figura 32. NARC – Estruturas de época moderna e pré-pombalina (segundo Jacinta Bugalhão)	243

Figura 33. O arrabalde ocidental, indicando a Corredoura, as curvas de nível e os sítios arqueológicos de época islâmica	249
Figura 34. Bairro islâmico da Praça da Figueira e envolvente, c. 1147	260
Figura 35. Judiaria velha. Adaptação de pormenor da planta de João Nunes Tinoco (1650)	274
Figura 36. Proposta de reconstituição para a Judiaria Nova	280
Figura 37. Judiaria Nova sobre a Planta Topographica da cidade de Lisboa	281
Figura 38. <i>Suq</i> do arrabalde ocidental (século XI - meados do XII)	284
Figura 39. Açougue do pescado e sua envolvente cerca de 1248 (localização aproximada)	290
Figura 40. Zona ribeirinha do arrabalde ocidental (c. 1260)	294
Figura 41. Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega e envolvente urbana	295
Figura 42. As tendas régias da Rua da Correaria (c. 1278)	299
Figura 43. Parte ocidental da Muralha da Ribeira até ao Açougue do Pescado	306
Figura 44. A frente ribeirinha ocidental em finais do séc. XIII	307
Figura 45. Judiaria Nova e envolvente urbana	315
Figura 46. Pormenor da Rua Nova e Rua da Ferraria: as medidas-padrão	317
Figura 47. Rua Nova e envolvente urbana (c. 1300)	320
Figura 48. Quarteirão das Fangas e Açougues da Carne (c. 1290)	322
Figura 49. Quarteirão das Fangas, segundo o "Tombo de 1755"	324
Figura 50. Quarteirão das Fangas, Açougues da Carne e envolvente	326
Figura 51. Detalhe do quarteirão das Fangas e Açougues da Carne	327
Figura 52. Os lotes do "Tombo de 1755", na cartografia pré-pombalina e no contexto urbano do início do séc. XIV	335
Figura 53. Quarteirão entre o Largo do Pelourinho e o Largo da Portagem, segundo o "Tombo de 1755"	336
Figura 54. Urbanização de Domingos de Gaya (1305)	337
Figura 55. Paço da Madeira na sua envolvente (c. 1325)	340
Figura 56. Margem ribeirinha do arrabalde ocidental (1.ª metade do século XII)	347
Figura 57. Planta parcial das tercenas de Sevilha nos séculos XIII-XIV	354
Figura 58. Tercenas Régias de Barcelona (adaptado de Iñaki Moreno e Esteve Nadal)	355
Figura 59. Vista de Barcelona. Anton van den Wyngaerde (1563). Biblioteca Nacional da Áustria. Cod. Min 41, vol. 3	356
Figura 60. Vista de Barcelona. Desenho de Anton van den Wyngaerde (1563). Biblioteca Nacional da Áustria. Cod. Min 41, fol. 12.	357
Figura 61. Tercenas Régias em 1300	360
Figura 62. Margem ribeirinha do arrabalde ocidental (c. 1250). Ilustração de Nuno Fonseca	364
Figura 63. Reconstituição da margem ribeirinha do arrabalde ocidental com o edifício das Tercenas régias (c. 1325). Ilustração de Nuno Fonseca	364
Figura 64. A Pedreira (finais do século XIII – inícios século XIV)	366

Figura 65. Os conventos no arrabalde ocidental (c. 1250)	372
Figura 66. O complexo de São Francisco num excerto da Planta de Tinoco (1650). Museu da Cidade. MC.DES.1084	376
Figura 67. São Domingos e envolvente c. 1250	383
Figura 68. Caracterização física de Alfama e colina do castelo	395
Figura 69. Os dois níveis do arrabalde oriental e vias principais	398
Figura 70. Interpretação da malha ortogonal existente em Alfama segundo Pedro Martins	399
Figura 71. Arrabalde oriental no final da época de domínio muçulmano	406
Figura 72. Sistema viário de Alfama	415
Figura 73. Margem Ribeirinha de Alfama. Excerto da Planta de Tinoco (1650), Museu da Cidade. MC.DES.1084	417
Figura 74. Margem Ribeirinha de Alfama. Excerto do desenho de Lisboa, Biblioteca de Leiden	418
Figura 75. Torre de S. Pedro e o Chafariz del Rei. Pormenor do desenho de Lisboa da Biblioteca de Leiden	422
Figura 76. Porta da Cruz. Excerto da Planta de Tinoco (1650) Museu da Cidade. MC.DES.1084	424
Figura 77. Tercenas de D. Manuel. Pormenor do desenho de Lisboa da Biblioteca de Leiden	431
Figura 78. O arrabalde oriental (c. 1325)	432
Figura 79. O arrabalde oriental e o complexo de S. Vicente de Fora (c. 1325)	439
Figura 80. O complexo de São Vicente de Fora na planta de Tinoco (1650)	442
Figura 81. A Cerca de São Vicente na Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858). Gabinete de Estudos Orlisiponenses	444
Figura 82. Festos e talwegues na Mouraria	464
Figura 83. Pormenor da implantação da Mouraria na planta de Tinoco (1650). Museu da Cidade. MC.DES.1084	465
Figura 84. Mouraria (c. 1325)	468
Figura 85. Proposta de interpretação da evolução urbana da mouraria	472

PLANTAS GERAIS DE LISBOA

Lisboa: c. 1147	539
Lisboa: c. 1250	541
Lisboa: c. 1325	543

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Paróquias e área urbana na reconquista cristã	71
Quadro 2. Antiguidade das Igrejas de Lisboa	83
Quadro 3. Homens da casa do rei com propriedades na alcáçova	217
Quadro 4. Cotas de pavimentos de época islâmica no arrabalde ocidental de Lisboa	236
Quadro 5. Dimensões das casas do Bairro Almóada de Silves	261
Quadro 6. Dimensões das habitações do Bairro islâmico da Praça da Figueira	262
Quadro 7. Dimensões dos pátios centrais das habitações de época islâmica em Lisboa	409
Quadro 8. Sítios Arqueológicos do arrabalde oriental em época de domínio islâmico	412

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tipologia da propriedade intramuros	142
Gráfico 2. Espaço não edificado intramuros	144
Gráfico 3. Referências documentais relativas à alcáçova de Lisboa	197
Gráfico 4. Intervenientes na documentação relativa à alcáçova	203
Gráfico 5. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1147-1249	419
Gráfico 6. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1250-1300	420
Gráfico 7. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1301-1325	420

PREFÁCIO

Parece ponto assente ser Lisboa uma das pouquíssimas cidades capazes de motivar uma disciplina autónoma, distinta pelo nome individualizador, “Olisipografia”, pela limitação topográfica do objecto, pela transversalidade cronológica, assim como por um lugar central na historiografia nacional romântica, que a capitalidade histórica da própria cidade consentia. É certo que outras grandes cidades europeias deram lugar a uma profusão de estudos que nada fica a dever às sistemáticas de Júlio de Castilho, Vieira da Silva, Freire de Oliveira e Gustavo de Matos Sequeira, ou ainda aos estudos mais recentes de José Augusto França. Não caberia aqui evocar o ensaio de Victor Hugo sobre a Paris pré-Haussmann que encabeça o romance panfleto sobre a ameaçada catedral de Notre Dame; ou os estudos de Gregorovius, Gatto e Wickham sobre Roma, para nos mantermos na cronologia medieval que é a deste livro. Em nenhum outro caso de que me lembre, porém, assume a sequência de monografias uma natureza disciplinar. A longa duração da capitalidade, que se insinua timidamente já a partir de Afonso III, emergente depois de 1383, indiscutida até à bipolarização do país em torno de duas áreas metropolitanas, a de Lisboa e a do Porto, fenómeno recentíssimo e em todos os casos posterior ao fim do Estado Novo, não chega para explicar a sua excepcionalidade. Talvez ela se deva a uma conjugação feliz de factores, em que a natureza macrocéfala do país, onde Lisboa é o lugar de todos os encontros, se cruza com o carácter cosmopolita de plataforma intercontinental, que é a sua verdadeira natureza, e ainda com uma indefinida capacidade de sedução, que não poderá ser relegada para segundo plano, as emoções sendo a mãe de muitas vocações intelectuais. *Last but not least*, sucessivos executivos camarários têm percebido isso mesmo e fizeram-no de uma forma precoce, mesmo que muitas vezes inconsistente. Assim, a longa e profusa publicação de documentação lisboeta concernente ao período medieval e moderno, ou a criação de um Gabinete de Estudos Olisiponenses (sem o qual este estudo, subscrito por um dos seus funcionários, não teria visto a luz), contrasta com o exílio do riquíssimo Arquivo Municipal numa morada indigna, excêntrica e quase impossível de encontrar.

Do exposto poderia decorrer representar o livro que aqui se prefacia, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*, da autoria do Doutor Manuel

Fialho Silva, que o Centro de História da Universidade de Lisboa em colaboração com o GEO em boa hora editam, mais um traço numa longa tradição. E isso é uma parte da verdade, exemplificada pela imensa erudição no conhecimento dos sítios e da microtoponímia, servida por um impressionante controlo da documentação, que muito honra a velha tradição olisipográfica. Numa época em que se esconde o valor do conhecimento transmitido por debaixo de roupagens novas, não será demais sublinhar que as (muitas) novidades deste texto sabem sempre reconhecer o que transportam de uma tradição multiseular. A outra parte, a que a Olisipografia considerada de *per se* não explica, prende-se com a filiação do autor na área disciplinar da História Medieval e em particular no ramo mais recente em que se cruzam as fontes árabes e as latinas (e portuguesas) com os resultados da Arqueologia, de modo a produzir uma visão mais nítida (menos artificialmente segmentada) daquilo a que tenho vindo a tratar como “Sociedades de Fronteira”, de que o al-Andalus e a Hispânia medieval são exemplos marcantes. Neste outro *dossier*, será talvez pertinente ressaltar o conflito de interesse do prefaciador com o autor e com a obra prefaciada: aquele foi meu orientando (com Maria João Branco) e esta que aqui se apresenta é o resultado de uma tese de doutoramento defendida na FLUL em 2017. Juntos fazemos parte de uma tradição do Centro de História desta universidade que tem antecedentes próximos em Iria Gonçalves e mais longínquos em Virgínia Rau. E que por essa via se cruza com as principais expressões do moderno medievalismo português em contexto urbano, de A. H. de Oliveira Marques a Amélia Andrade.

O livro que o leitor tem agora à sua disposição em versão impressa (há muito que é lido na versão digital oferecida pelo Repositório da Universidade de Lisboa) espelha muitas das virtualidades destas diferentes tradições. Partindo de uma metodologia regressiva, o laborioso levantamento das fontes escritas, mesmo que estas se apresentem esqueléticas para a segunda metade do século XII e muito lacunares para a centúria seguinte (um pouco menos para Trezentos) permite-lhe levar muito mais longe o ensaio de reconstrução da cidade já tentado de forma inteligente, mas incipiente, por G. Pradalié e mais recentemente por outros autores (como C. Guardado da Silva para a questão particular das paróquias). Os avanços mais significativos derivam, contudo, mais do exímio aproveitamento das fontes arqueológicas, que para toda a cronologia anterior a 1147 constituem a base mais substantiva de trabalho, para quem se queira eximir aos informes, necessariamente esqueléticos, provenientes das obras geográficas (*al-Masalik wa al-Mamalik*), dos dicionários de *ulemah* ou dos escassos apontamentos sobre al-Ushbuna na literatura

histórica andaluza. É dessa hermenêutica das fontes arqueológicas, beneficiando do trabalho fragmentário da arqueologia urbana preventiva, realizado durante as três derradeiras décadas, e mais ainda nas duas últimas, ao ritmo da intensificação das obras por via do turismo e da gentrificação, que o autor retira alguns dos contributos mais decisivos deste trabalho. Uma metodologia muito segura, que há anos vimos propondo no seminário que orientamos na FLUL: aplicação do mesmo questionário a fontes escritas e materiais; eliminação dos pressupostos por detrás de dicotomias redutoras (islâmico/cristão); observação de amplas cronologias; integração do local no global pela observação dos jogos de escalas, o que permite perceber Lisboa dentro do Gharb al-Andalus e depois do reino português emergente, estes no al-Andalus/Hispania, e estes últimos por sua vez no Mediterrâneo, o próximo e o longínquo, e no Atlântico.

Todas estas coisas estão de alguma forma neste livro, que as concretiza enquanto revê a história de quase um milénio de transformação na forma da cidade. Não me anteciparei ao prazer e aos inumeráveis motivos de interesse que o leitor, académico ou generalista, encontrará nesta leitura. Deixaria apenas aqui alguns sublinhados e duas ou três pistas. Em primeiro lugar, talvez o mais óbvio: a grande qualidade da reconstrução cartográfica que constitui não uma ilustração, mas um resumo em si (e também o ponto de partida) de muitas das conclusões mais inovadoras. Os frequentadores dos colóquios da especialidade sabem-no bem porque, disponíveis no Repositório, esses mapas passaram desde logo a servir de inevitável base a qualquer comunicação que sobre Lisboa medieval se fizesse. Assim seja possível, num futuro próximo, estendê-los para além de 1325. Depois, a capacidade para reconstruir a evolução da forma urbana através de grandes quadros que os mapas sintetizam sem que nunca se percam de vista as flutuações da conjuntura no seu impacto sobre essa forma. Finalmente, talvez por cima de tudo, a possibilidade de visualizar (micro) espaços na cidade. É aqui, na microanálise, que está a maior ligação ao mesmo tempo à tradição olisipográfica e à Arqueologia. Aliás, a própria organização do livro é reveladora do método: mais além das inovadoras observações que restituem um esquema interpretativo de uma cidade organizada em patamares desde o período romano, o que se traduz na persistência de eixos viários estruturantes, está a procura de um zonamento orgânico e funcional que permite destacar a área central da *madina*, depois a alcáçova, os arrabaldes, oriental e ocidental e os bairros especiais das minorias, porventura resultantes de uma aplicação diferida dos cânones de Latrão IV.

Da observação do zonamento, feita através de um recurso sistemático à Arqueologia urbana (os dados disponíveis no Sistema Endovélico da DGPC, sendo muitas vezes complementados e ultrapassados pelo inquérito oral junto dos próprios arqueólogos e pela visita dos sítios) decorrem alguns dos momentos mais altos deste livro. Deixaria apenas aqui algumas pistas para uso do leitor. Para abrir, no começo não era a Alcáçova, isto é o castelo: já o prevíamos, mas a interpretação da cronologia dos dados arqueológicos não deixa dúvidas sobre o paralelismo entre a urbanização do topo da colina e as mudanças que a sociedade andaluza está a sofrer nos séculos X e, sobretudo, XI. Depois (e esta será talvez a maior novidade deste livro) o estudo do arrabalde ocidental permite ampliar muito a dimensão da cidade islâmica e antedatar o crescimento da cidade para ocidente, que deixa assim de ser visto como uma consequência da conquista cristã (ao invés do que pensava Pradalié) enquadrando-o no grande crescimento urbano que caracteriza todo o al-Andalus entre os séculos XI e XII. Outras sugestões de leitura incluem o repensar dos espaços das judiarias e da mouraria (neste último caso, revendo a obra fundamental de Filomena Barros), a reinterpretção da função da muralha da Ribeira, resultando num estudo à escala micro sobre o urbanismo dionisino e, por fim, as páginas dedicadas às Taracenas, tanto mais importantes quanto permitem perceber que o futuro desenvolvimento de uma ribeira capaz de alimentar a construção naval para o império das rotas não é uma novidade de Quatrocentos. De alguns destes *close ups*, o leitor interessado encontrará sequelas próximas em obras do autor já em adiantado estado de preparação.

Por ora, oferece-nos Manuel Fialho esta. O mais importante estudo sobre a forma urbana de Lisboa produzido nas últimas décadas. Lidas estas páginas ficamos com a certeza de que a Olisipografia existe e tem futuro. E a História Medieval também.

Lisboa, Dezembro de 2022

Hermenegildo Fernandes

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História

NOTAS PESSOAIS

Recordo com afeição momentos passados na companhia do meu Pai em torno da História de Portugal, algures nos anos 90 do século passado. A história que me ensinou era sobretudo aquela que melhor conhecia, a sua e a dos seus companheiros de luta no sombrio Portugal de meados do século XX. O relato da história da sua luta acendeu em mim, sem que ambos déssemos conta, o gosto pela História, pelos seus processos e, sobretudo, o interesse pela procura das causas e consequências que explicam as acções dos homens. Mais de uma década após o último abraço a esse meu primeiro companheiro nos caminhos da história, ofereço-lhe este primeiro parágrafo como uma homenagem, pois sei que seria o primeiro a sorrir, com orgulho e imensa satisfação, deste fruto colhido no longo caminho que começámos juntos, há mais de vinte anos.

Fazer uma tese de doutoramento assemelha-se mais a uma prova individual de resistência física e mental do que a um “jogo de equipa”. Trata-se de uma maratona em que foram necessários anos de treino para atingir o objectivo final. No entanto, o facto de ser uma prova individual torna ainda mais relevantes os contributos oferecidos pelas várias pessoas que, colaborando directamente, tornaram este trabalho possível.

Há alguns anos, um dos meus antigos docentes na licenciatura, o Professor Hermenegildo Fernandes, especialista em história medieval e história do al-Andalus, aceitou, a meu pedido, orientar uma tese de doutoramento cujo tema central seria a Lisboa medieval, tema que se inseria na esfera dos meus interesses, sobretudo devido à minha actividade profissional como investigador do Gabinete de Estudos Olisiponenses. Desde esse momento inicial, era já uma certeza que a transição do domínio político muçulmano para o cristão seria um dos aspectos centrais da investigação. Deste modo, considerei que este trabalho ganharia solidez com o apoio de um co-orientador, cujos conhecimentos abarcassem tanto a referida transição como também o contexto político dos primeiros séculos do jovem reino português, áreas em que o meu conhecimento tinha maiores lacunas. O trabalho científico da Professora Maria João Branco nas referidas áreas revelava que a medievalista seria a pessoa indicada para co-orientar a tese. Felizmente, o convite foi aceite, o que permitiu encarar a complexa tarefa a que me propunha com um confortável sentimento de segurança, pois teria o apoio de um orientador e de uma co-orientadora cujos conhecimentos

seriam verdadeiras âncoras na execução deste trabalho. E assim foi. A contribuição destes dois medievalistas revelou-se absolutamente crucial, pois tornaram possível, através do seu acompanhamento, que uma investigação vasta, densa e complexa, e, por isso, propensa à dispersão, se concretizasse numa verdadeira tese de doutoramento.

Deste modo, agradeço com toda a sinceridade ao Professor Hermenegildo Fernandes a destruição, muitas vezes de forma brilhante, das suposições e propostas que lhe apresentava, o que permitiu a construção de hipóteses mais sólidas e coerentes, as quais foram, em grande medida, fruto de um trabalho conjunto entre orientadores e autor. Devo também salientar que, além de crítico diligente, o Professor Hermenegildo Fernandes foi também um apoio constante ao longo da escrita desta tese, algo que nunca será esquecido. Também permanecerá na nossa memória o irrepreensível acompanhamento feito pela Professora Maria João Branco, responsável por várias observações acutilantes que contribuíram decisivamente para o resultado final. As suas leituras atentas e rigorosas beneficiaram copiosamente a redacção, permitindo, simultaneamente, uma consolidação muito significativa da argumentação apresentada. Além disso, foram muito importantes as palavras de apoio da Professora em alguns momentos de frustração, que inevitavelmente acompanham a concepção de um trabalho de fundo como este. Agradeço a ambos pela excelente companhia, nesta árdua viagem, plena de altos e baixos, iniciada com dois notáveis Professores e finalizada com dois novos amigos.

Também outros foram acompanhando o meu percurso com uma prontidão e interesse demonstrado até ao final deste processo e que quero aqui reconhecer. A arqueóloga Jacinta Bugalhão, quanto a mim a pessoa mais conhecedora do complexo labirinto da arqueologia medieval islâmica lisboeta, foi uma autêntica Ariadne, indicando o caminho certo e abrindo portas que, de outro modo, teriam permanecido encerradas. Além de me dar a conhecer a existência de sítios arqueológicos praticamente desconhecidos da comunidade científica, a Jacinta Bugalhão contribuiu muitas vezes para a discussão da estrutura da cidade medieval islâmica, reforçando decisivamente a minha argumentação. Por tudo isto, as várias visitas ao Palácio da Ajuda constituíram excelentes incentivos para corrigir, rever e aperfeiçoar este trabalho.

Colega investigador no Gabinete de Estudos Olisiponenses, Miguel Martins esteve muito próximo do processo de execução desta tese, mantendo-se sempre pronto a aconselhar fontes ou estudos, a debater pontos relevantes e também a incentivar o longo, e muitas vezes penoso, trabalho que esta tese obrigou.

O também colega no Departamento de Património Cultural, o arqueólogo Rodrigo Banha da Silva contribuiu inquestionavelmente para a discussão de alguns pontos fulcrais desta tese, nomeadamente sobre a evolução urbana de Alfama, espaço onde as suas múltiplas intervenções arqueológicas lhe possibilitaram um ímpar conhecimento da cidade. A disponibilização de informação, por este arqueólogo, sobre um vasto número de sítios arqueológicos em Lisboa foi um importante auxílio que deve ser aqui frisado.

Devo também destacar o modo como as arqueólogas Ana Gomes e Alexandra Gaspar se prontificaram a partilhar informação relevante sobre as escavações da Praça Nova, na Alcáçova, e do claustro da Sé, o que permitiu configurar melhor o quadro evolutivo destes pontos específicos da cidade. Quero também referir a partilha de informação realizada com o arqueólogo Artur Rocha, que me permitiu conhecer ao pormenor a escavação por ele conduzida no quarteirão do Banco de Portugal, local de grande relevância para o conhecimento do passado de Lisboa. Devo também sublinhar a voluntariosa partilha de informação por parte do arqueólogo Victor Filipe, responsável pela escavação ocorrida no local do Hotel de Santa Justa, espaço que revelou importantes informações sobre os ritmos urbanos do arrabalde ocidental da cidade medieval. Quero também agradecer a Lídia Fernandes, que, além de uma relevante entrevista, me forneceu uma cópia de um trabalho, então ainda no prelo, sobre a ocupação medieval islâmica no teatro romano de Olisipo. Rui Matos, meu colega na Câmara Municipal de Lisboa, viabilizou uma planta com a caracterização física de Alfama e, sobretudo, apoiou sempre, desde o primeiro momento, a execução desta investigação. Quero também deixar uma palavra de gratidão à coordenadora do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Anabela Valente, pelo apoio dado no decurso deste trabalho de investigação. Do mesmo modo, agradeço a vários colegas de trabalho as incessantes palavras de apoio que acompanharam a escrita desta tese: a Delminda Rijo, o José Manuel Garcia, a Catarina Costa, a Eunice Relvas, a Luísa Almeida e Sousa, a Paula Tavares, a Manuela Chirôndio, a Manuela Canedo.

Agradeço também aos vários colegas da Câmara Municipal de Lisboa que me concederam entrevistas sobre escavações arqueológicas na cidade: Ana Caessa, Nuno Mota, António Marques, Manuela Leitão e Pedro Miranda. Também agradeço ao investigador Paulo Almeida Fernandes a entrevista que me deu. O arqueólogo Dias Diogo e Laura Trindade ofereceram uma interessante entrevista sobre várias escavações em que foram responsáveis, pela qual lhes estou grato. Nuno Neto, da empresa Neoépica, concedeu-me uma visita guiada ao então estaleiro de obras dos armazéns Sommer, e posterior esclarecimentos importantes sobre essa importante

escavação, que quero aqui agradecer. Do mesmo modo, agradeço ao Professor Carlos Fabião, da Universidade de Lisboa, a entrevista concedida sobre Olisipo e Lisboa. Luísa Trindade, Professora da Universidade de Coimbra, também se disponibilizou para algumas conversas onde abordámos alguns pontos cruciais desta investigação e posteriormente foi uma das arguentes da tese, contribuindo com correções e sugestões pelas quais lhe estou grato.

Esta publicação fruiu dos comentários ocorridos na defesa da tese, ocorrida em Julho de 2017. Por esse motivo, seguindo a ordem apresentada no despacho legal que convocou o júri, agradeço a Iria Gonçalves, Amélia Andrade, Pedro Barbosa e a Manuela Santos Silva por todas as questões e sugestões levantadas nessa soalheira tarde de Verão.

Quero também nomear alguns investigadores do Centro de História da Universidade de Lisboa que acompanharam a evolução deste trabalho, destacando-se Luís Gonçalves, cujas capacidades paleográficas me socorreram em vários momentos, e com quem mantivemos importantes debates sobre a cidade que ambos estudámos. Covadonga Valdaliso, Armando Norte, Ana Miranda, André Leitão e Inês Lourinho também auxiliaram pontualmente a investigação e, sobretudo, mantiveram um apoio salutar ao longo da escrita da tese que aqui agradeço. Todos estes investigadores, aos quais acrescento a Ana Leitão, a Inês Araújo e o Gonçalo Ramos, fazem parte de um círculo que tem crescido em torno de um elo comum, o Professor Hermenegildo Fernandes, e que constituem o mais recente degrau na longa escada da investigação da história medieval portuguesa e aos quais me congratulo em poder juntar.

Não posso também deixar de expressar o meu reconhecimento pela instituição que acolheu a publicação desta tese, o Centro de História da da Universidade de Lisboa, na pessoa do seu actual Director, o Professor José da Silva Horta. Também ao André Morgado, membro da equipa editorial do Centro de História, responsável pela revisão desta publicação, quero deixar uma palavra de apreço pelo esforço e paciência dedicados a estas páginas. O Ricardo Nobre, antigo colega de curso de licenciatura, foi fundamental na revisão de algumas traduções latinas, pelo que lhe expresso a minha gratidão.

Não posso deixar escapar esta oportunidade sem deixar de agradecer o apoio incondicional que os meus amigos mais chegados me deram ao longo dos conturbados anos em que foi escrita esta tese, pois sem os momentos que passei junto deles este trabalho não teria sido possível. Deixo por escrito o nome de alguns, não de todos, obviamente. Agradeço à Ana Esteves, com quem comemoro há mais de vinte anos as coisas boas e simples desta vida; ao Luís Vicente, companheiro de *surf*

e músico extraordinário; à Patrícia Maia, que se revelou uma verdadeira amiga, tanto na diversão como nas contrariedades; ao Paulo Nunes, que há décadas nos faz rir a todos. Também pretendo deixar uma palavra de gratidão para aqueles com quem temos partilhado uma das nossas grandes paixões: a música. Neste campo, quero deixar um agradecimento particular ao meu amigo José Andrade.

Além destas pessoas, a minha família mais próxima, a minha mãe, a minha irmã e a minha sobrinha são como uma invisível força telúrica que me impelem a ser uma pessoa melhor – e, logo, a investigar melhor. As últimas palavras são para a minha companheira Samantha Kaltner, que há mais de mil e um dias e mil e uma noites tornou a minha vida um sítio verdadeiramente feliz, a Penélope desta odisseia que permitiu que tanto eu, como esta tese, chegássemos a um porto seguro. Por fim, dou este livro à Alice e aos seus mais-que-perfeitos sorrisos.

Novembro de 2022

INTRODUÇÃO

Os motivos que nos trouxeram até à realização desta tese residem tanto no nosso caminho profissional, como no interesse sobre dois pontos que aqui se unem: história e cidade. Na esteira de Spiro Kostof, consideramos a cidade como uma das criações humanas mais extraordinárias, cujo fascínio é inevitável, tornando-se o seu estudo tanto dever como homenagem.¹

Quando iniciámos a nossa investigação, havia já uma certeza quanto ao seu tema central, pois, desde muito cedo, foi clara a nossa vontade em abordar a evolução urbana de Lisboa no período de transição entre o domínio islâmico e os primeiros séculos de domínio cristão. As balizas cronológicas foram sendo reconfiguradas ao longo da construção do edifício que sustenta este trabalho, pois os seus arquitectos, orientando e orientadores, estiveram sempre predispostos para aceitar as alterações que este projecto sofreu enquanto estava em execução. A definição do século XI como limite inicial ocorreu quando identificámos a relevância das alterações urbanas que aconteceram, por toda a cidade, durante essa centúria. De outro modo, teríamos provavelmente preferido uma baliza cronológica inicial mais tardia, que permitisse, ainda assim, observar os fenómenos urbanos relacionados com a transição entre o domínio muçulmano e o cristão. A escolha da cronologia final foi menos complexa, pois prendeu-se, num primeiro momento, com motivos de ordem prática, por a documentação relativa à cidade medieval ser demasiado volumosa para o tempo disponível, não permitindo ir muito além de D. Dinis. Num segundo momento, a percepção da magnitude da intervenção urbana deste rei em Lisboa tornou indiscutível a escolha deste reinado como limite cronológico final.²

A escolha da evolução urbana como tema central cedo nos levou a reconhecer a existência de dois caminhos, que, por correrem perto um do outro, são ainda muitas vezes confundidos, mesmo após terem sido bem diferenciados por Mário Jorge Barroca em 2002: a história urbana e a história do urbanismo.³ Tendo subjacente a diferença entre estas disciplinas, preferimos tomar a última como central, ou seja, focar a nossa observação na forma como se estrutura o espaço urbano, mas considerando

1 Kostof 1991, 40.

2 A escolha do reinado de D. Dinis como baliza cronológica não constitui novidade na historiografia nacional, sendo até mesmo um ponto de convergência em temáticas diferentes, desde a história política, militar e social, até à história do urbanismo (Mattoso 1995; Barroca 2003; Vilar 2007; Farello 2008; Trindade 2013).

3 Almeida et Barroca 2002, 134.

também a primeira como parte importante para o entendimento dos processos de evolução urbana aqui estudados. Por este motivo, esta tese inscreve-se sobretudo no âmbito da história do urbanismo, abordando também a história urbana, com o objectivo de se formular um panorama transversal da evolução da forma urbana da Lisboa medieval, onde é considerado não só o cenário como também o contexto e os agentes que modelaram esse mesmo cenário.

Com este trabalho pretendemos ajudar a colmatar o ainda escasso conhecimento sobre a Lisboa medieval no âmbito da história do urbanismo português. Esta realidade tem levado a que o seu papel tenha sido mal compreendido, e mesmo menosprezado, pela investigação que se tem dedicado ao seu estudo em épocas mais tardias. Deste modo, procuramos contribuir não só para o entendimento da forma urbana da cidade, mas também para que o papel da sua evolução urbana seja considerado como aquilo que realmente foi: um período fulcral para a formação da imagem da cidade, que só perderia irrecuperavelmente a sua fisionomia medieval após o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

*

Tanto a história política, institucional e social, como o quotidiano medieval de Lisboa foram objecto de inúmeros trabalhos, que contribuíram para a nossa investigação, mesmo que abordando apenas marginalmente a evolução urbana da cidade. De entre esta vasta produção bibliográfica, destacamos alguns autores e algumas obras que nos auxiliaram a conceber esta tese.⁴

Os estudos sobre Lisboa iniciaram-se nos finais do século XIX, destacando-se uma historiografia imbuída do espírito romântico que dominava as correntes literárias da época. Claramente inserido neste campo, e considerado como o “fundador da olisipografia”, Júlio de Castilho deixou três obras seminais, escritas nas últimas décadas do século XIX: *Lisboa Antiga: Bairro Alto*, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* e *A Ribeira de Lisboa*, as quais se tornaram autênticos clássicos da história da cidade.⁵

Foram vários os autores que, entre os finais do século XIX e os meados do século seguinte, contribuíram para os estudos olisipográficos, predominantemente vincados por uma atitude que contemplava o passado da cidade da foz do Tejo de

4 Para uma mais completa história da olisipografia ver, por todos: F. C. Branco 1979.

5 Castilho 1954-1966; 1934-1938; 1893. O título de “criador da olisipografia” foi-lhe conferido, entre outros, por Fernando Castelo Branco (1979, 17-22).

forma claramente romântica. Referimos aqui apenas aqueles que mais contribuíram para esta investigação. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, Eduardo Freire de Oliveira realizou uma monumental obra de recolha documental que se mantém incontornável para qualquer estudo histórico sobre a cidade.⁶ Já em meados do século XX, Gustavo Matos Sequeira produziu um importante estudo histórico intitulado *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa* que se revelou fundamental para o nosso entendimento da evolução urbana ocorrida nos limites do arrabalde ocidental.⁷ As várias obras de Augusto Vieira da Silva, entre o início e os meados do século XX, merecem uma menção especial, pois este olisipógrafo concebeu algumas das mais precisas reconstituições da cidade anterior ao terramoto de 1755, as quais foram cruciais para a nossa investigação, sobretudo os quatro estudos dedicados às estruturas defensivas, os quais, na terceira década do século XXI, não conheceram ainda sucessão.⁸ A obra de Vieira da Silva destaca-se da dos restantes olisipógrafos por um rigor e concisão que advêm, parcialmente, da sua formação em engenharia, afastando-se o mais possível de interpretações mais complexas e fantasiosas preferidas por outros olisipógrafos. Tal é o caso das muito conhecidas *Peregrinações em Lisboa*, de Norberto Araújo, que ainda mantêm uma popularidade muito significativa e que muito contribuíram para o imaginário da Lisboa medieval.⁹ Também em meados do século passado, foram publicadas as obras de Ferreira de Andrade sobre algumas freguesias e paços reais da cidade, as quais se revelaram importantes fontes de informação para a nossa tese.¹⁰ Esta olisipografia de cariz “romântico”, cujas raízes remontam ao movimento liberal do século XIX, continua a ser produzida no século XXI, sobressaindo neste campo José Sarmiento de Matos, cuja obra sobre Lisboa se insere nesta área.¹¹

No âmbito da história social e institucional, Marcelo Caetano abordou, em meados do século XX, o tópico da administração municipal da cidade durante a primeira dinastia.¹² Também numa perspectiva semelhante, António Pinto Ravara realizou, nos anos 60 do século passado, uma dissertação de licenciatura sobre a propriedade urbana régia durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, na qual privilegiou a

6 Oliveira 1882-1911.

7 Sequeira 1939-41.

8 Silva 1937; 1939; 1987a; 1987b; 1954; 1960b; 1960c. Uma lista mais extensa da vasta obra produzida por este autor pode ser consultada na bibliografia.

9 Araújo 1939-40.

10 Andrade 1948-1949; 1944-1945; 1949; 1954.

11 Matos 2008; 2009.

12 Caetano 1951.

análise da documentação medieval. Este autor considerou e reflectiu, pela primeira vez na historiografia nacional, sobre o investimento urbano destes monarcas.¹³

A partir do último quartel do século XX, a historiografia contemporânea tem vindo a avançar no estudo do período medieval de Lisboa, contribuindo decisivamente para um crescimento exponencial do conhecimento sobre a história da cidade nesse período. Nos anos 70 do século passado, Gérard Pradalié elaborou um importante estudo em que aborda o período de transição entre o domínio muçulmano e o cristão, tendo como limite o final do século XIII. Esta obra foi particularmente útil, pois encontrámos nela propostas pertinentes para o entendimento da evolução urbana da cidade.¹⁴ Nas décadas seguintes, António Oliveira Marques realizou alguns estudos sobre a Lisboa medieval, não tendo, no entanto, oportunidade de concluir a sua anunciada obra magna sobre a história da cidade.¹⁵ Iria Gonçalves escreveu, entre os anos 80 e 90 do século XX, alguns dos estudos mais lúcidos e esclarecedores que pudemos ler sobre a economia urbana de Lisboa da época medieval.¹⁶

Até à Revolução de 1974, a historiografia nacional abordou o papel do Gharb al-Andalus de forma muito limitada, por poucos estudiosos, destacando-se apenas os trabalhos do arabista David Lopes como um autêntico oásis no deserto.¹⁷ A integração na academia de historiadores que até aí se encontravam afastados desta, como António Borges Coelho, levou a um regresso às temáticas relacionadas com o papel do Gharb al-Andalus na formação identitária nacional, um processo que se vem cimentando até à actualidade.¹⁸ Neste sentido, desde os anos 90 do século passado, António Borges Coelho tem dedicado parte da sua investigação à Lisboa medieval, destacando-se os estudos “O Domínio Germânico e Muçulmano”, publicado n’*O Livro de Lisboa*, e “Lisboa nos Dois Primeiros Séculos após a Reconquista”, publicado no catálogo de uma exposição sobre o legado islâmico em Portugal.¹⁹ No início da década de 90, Mário Viana e Luís Filipe Oliveira publicaram um relevante artigo sobre a Mouraria no século XV, no qual incluem reconstituições visuais desse espaço da cidade numa perspectiva histórica.²⁰ Em 1994, foi publicado o *Dicionário*

13 Ravara 1967.

14 Pradalié 1975.

15 Os vários artigos de Oliveira Marques sobre a Lisboa medieval estão reunidos em *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Marques 1988a). Importa também destacar o capítulo sobre a cidade após a reconquista no *Livro de Lisboa* (Marques 1994).

16 Os seus vários artigos sobre Lisboa foram reunidos, em 1996, na colectânea *Um Olhar sobre a Cidade Medieval* (Gonçalves 1996e).

17 Lopes 1928; 1963.

18 Sobre a evolução dos tópicos relacionado com o Gharb al-Andalus na historiografia medieval portuguesa ver Fernandes 2011.

19 Coelho 1994; 1998.

20 Oliveira et Viana 1993.

da *História de Lisboa*, obra onde se encontram várias entradas, escritas por diversos autores, indispensáveis para o estudo da cidade na época medieval.²¹

A década de 90 marcou uma viragem no modo de estudar a história de Lisboa, que se relaciona com a consolidação da arqueologia urbana na capital. Tal como afirma Jacinta Bugalhão, foi “nos anos 90, que a actividade arqueológica na cidade perdeu o seu carácter pontual”.²² Nessa década, foi publicado um catálogo para a exposição *Lisboa Subterrânea*, uma obra colectiva de grande importância em que sobressai, sobre a época medieval, o capítulo do arqueólogo-historiador Cláudio Torres.²³ Este texto consiste na primeira abordagem à cidade na época do domínio muçulmano, em que, além da prevacente perspectiva socioeconómica, se levantam questões sobre a forma urbana da cidade. Em 1998, o catálogo *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo* trouxe à luz importantes artigos sobre a época muçulmana a nível nacional, destacando-se, sobre Lisboa, os artigos de Clementino Amaro e o já referido de António Borges Coelho.²⁴

Reveladora do vigor dos estudos historiográficos relacionados com a época do domínio islâmico, vivenciado pela academia sobretudo a partir das duas últimas décadas do século passado, é a produção de várias dissertações e artigos científicos sobre esta temática, sendo que alguns se referem especificamente à cidade de Lisboa. Filomena Lopes de Barros publicou, em 1998, a sua dissertação de mestrado sobre a comunidade muçulmana de Lisboa, cujo tema central consiste em aspectos económicos e sociais.²⁵ Em 2001, a revista *Arqueologia Medieval*, editada pelo Campo Arqueológico de Mértola (CAM), dedicou um número às actas do colóquio “Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos”, realizado em 1998, na evocação do 850.º aniversário da tomada de Lisboa, destacando-se vários artigos que, ainda hoje, são fundamentais. Finalmente, pela primeira vez, artigos sobre arqueologia e história surgiram em conjunto com o propósito de contribuir para o conhecimento da Lisboa medieval. Nesse mesmo ano, foi editada, pelo entretanto extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e pela Junta de Extremadura, a obra *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, contendo artigos que coligem dados da época do domínio muçulmano sobre alguns locais, em Lisboa, onde se realizaram escavações arqueológicas.²⁶ Jacinta Bugalhão e Susana Gomez Martínez, num artigo de 2003, apresentaram novas propostas sobre a forma urbana da Lisboa muçulmana, tendo

21 Santana et Sucena 1994.

22 Bugalhão 2008, 219

23 Torres 1994.

24 Amaro 1998.

25 Barros 1998.

26 Amaro 2001; I. Dias et al. 2001; Gaspar et al. 2001.

como base os resultados produzidos em várias escavações arqueológicas efectuadas até esse momento.²⁷ Em 2009, foi publicado um artigo no qual Jacinta Bugalhão sintetizou a informação sobre a Lisboa muçulmana, produzida por todas as escavações arqueológicas e respectiva bibliografia realizada até esse momento, um texto que contribuiu decisivamente para a nossa investigação e para o qual remetemos.²⁸

É também importante referir outros trabalhos académicos dedicados à Lisboa medieval que ultrapassam a esfera dos estudos islâmicos abordando também a cidade na época medieval de domínio cristão. Neste grupo, insere-se a tese de doutoramento de Carlos Guardado da Silva intitulada *Lisboa Medieval: A Organização e Estruturação do Espaço Urbano*, editada em 2008.²⁹ Também Amélia Aguiar Andrade escreveu vários artigos relativos à história urbana portuguesa e de Lisboa, destacando-se o estado da questão relativo à historiografia dedicada à cidade medieval na obra colectiva *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*.³⁰ Importa ainda salientar o colóquio “Nova Lisboa Medieval”, organizado pelo Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com quatro edições entre 2002 e 2015, onde têm sido apresentadas comunicações de grande relevância para a história urbana e também para a história do urbanismo de Lisboa, entre outras temáticas.³¹

Além deste estado da arte na perspectiva da historiografia e da olisipografia, importa também referir algumas obras que foram estruturais para esta investigação, que se inserem na história do urbanismo. Os autores citados não constituem uma recolha exaustiva, pois recentemente Luísa Trindade, na sua tese de doutoramento sobre o urbanismo medieval português, realizou essa tarefa, com uma profundidade que não faria sentido aqui reproduzir.³² Um dos autores que desconstruiu os preconceitos dominantes que privilegiavam o urbanismo ortogonal clássico foi Lewis Mumford, considerando a cidade medieval como cidade ideal, por esta permitir uma vitalidade e diversidade suprimidas na cidade clássica.³³ Spiro Kostof alertou-nos para a relevância do que denomina de “processo urbano”, ou seja, a explicação das

27 Bugalhão et Gomez Martínez 2005.

28 Bugalhão 2009.

29 C. G. Silva 2008.

30 Andrade 2006; 2007; Andrade et Costa 2011.

31 A primeira edição foi organizada por Luís Krus em 2002, intitulando-se “I Encontro Nova Lisboa Medieval”. A edição seguinte, intitulada “II Colóquio A Nova Lisboa Medieval, Os Rostos da Cidade”, realizada em 2004, foi organizada por João Luís Fontes, Luís Krus e Luís Filipe Oliveira. A terceira edição, intitulada “A Nova Lisboa Medieval, Gentes, Espaços e Poderes”, foi organizada por João Luís Fontes, Miguel Gomes Martins, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente e Mário Farelo e realizou-se em 2013. A quarta edição, “A Nova Lisboa Medieval, Os Territórios de Lisboa” realizou-se em 2015 e foi organizada pela mesma equipa de investigadores que organizou a terceira edição. A última edição, “A Nova Lisboa Medieval: Caminhos do Ocidente e do Oriente”, decorreu em 2017.

32 Trindade 2013b, 23-38.

33 Mumford 1961.

causas e consequências relativas às alterações físicas que ocorrem numa cidade, num determinado espaço de tempo.³⁴ O livro de Besim Hakim intitulado *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles* deve também ser aqui apontado pelo seu grande conhecimento da cidade muçulmana.³⁵ Ainda neste campo, mas estritamente no plano ibérico, os nomes de Torres Balbás, Basilio Pavón Maldonado Christine Mazzoli-Guintard Ramon Betrán Abadía,³⁶ Julio Palazón e Pedro Jiménez Castillo³⁷ não podiam deixar de ser referidos, pois a nossa visão da cidade islâmica é-lhes devedora. Para a cidade medieval cristã, a obra de Beatriz Bolumburu marca uma importante aproximação à imagem física da cidade e um distanciamento, característico da historiografia sobre a Idade Média, do foco sobre sociedade urbana.³⁸ Importa também referir a recente obra coordenada por Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo em que é dada primazia ao urbanismo medieval ibérico.³⁹

No horizonte nacional, devemos, mais uma vez, remeter para o estado da arte elaborado por Luísa Trindade e referir alguns nomes incontornáveis, que deram passos relevantes para o avanço do estudo do urbanismo medieval português: Orlando Ribeiro, Jorge Gaspar, Walter Rossa, Manuel Teixeira e Margarida Valla, Sandra Pinto⁴⁰ e Hélder Carita.⁴¹ Para finalizar, merece destaque especial a já aqui referida investigação de Luísa Trindade sobre o urbanismo medieval português, centrada no crucial período formativo que abrange os reinados de Afonso III e D. Dinis. O estudo *Urbanismo na Composição de Portugal* permitiu-nos perceber a relevância da observação do parcelário actual na reconstituição da cidade medieval, revelando-se uma referência ímpar na elaboração do nosso trabalho.⁴²

34 Kostof 1991.

35 Hakim 2008b.

36 Torres Balbás 1970; Pavón Maldonado 1992; Mazzoli-Guintard 1996; Betrán Abadía 1992; 1996; 2005.

37 Estes dois autores possuem talvez a obra mais recente e relevante sobre a cidade no al-Andalus, da qual aqui destacamos apenas alguns trabalhos: Navarro Palazón et Jimenez Castillo 2007a; 2007b; 2007c.

38 Arízaga Bolumburu 2002.

39 Ribeiro et Melo 2013.

40 O. Ribeiro 1994a; 1994b; 1998; J. Gaspar 1969; 1982; 1994a; 1994b; Rossa 1995; 2001; 2002; Rossa et Trindade 2006; Teixeira et Valla 1999; Pinto 2012.

41 A obra de Hélder Carita dedicada à Lisboa manuelina apresenta um muito importante capítulo intitulado “Antecedentes Urbanísticos da Lisboa Manuelina”, em que o autor introduz algumas ideias sobre a cidade medieval, desde o seu legado islâmico até ao século XV, realçando o reinado de D. Dinis como momento de reestruturação urbana na cidade” (Carita 1999, 19-46).

42 Trindade 2013a.

*

No quadro das fontes que servem de base a esta investigação, avultam, pelo carácter recente da formação do *corpus*, as arqueológicas. Considere-se, antes de mais, que entre 2009 e 2022, não foi realizado qualquer trabalho de síntese acerca das múltiplas escavações arqueológicas que ocorreram na cidade sobre a época medieval. A sombra do “défice crónico de publicação”⁴³ permanece, infelizmente, no panorama da arqueologia urbana lisboeta, reflectindo-se mais nalguns períodos históricos do que noutros, consoante os interesses dos arqueólogos responsáveis pelas escavações. Importa também afirmar que este défice de publicação se explica pelo próprio carácter das escavações, que são muitas vezes intervenções de emergência, salvamento ou preventivas – e muito raramente de investigação. Há pontos fulcrais da cidade onde ocorreram e ainda ocorrem escavações de investigação em extensão, como é o caso da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), dos Claustros da Sé e, mais recentemente, no quarteirão do Banco de Portugal, mas a verdade é que centenas de outras escavações arqueológicas ficaram desconhecidas tanto do público em geral, como também da própria investigação histórica, que necessita dos dados arqueológicos para avançar com uma base mais sólida do que a permitida pela documentação, sobretudo para períodos em que esta é quase inexistente, como o do domínio muçulmano. A escavação que decorreu nos armazéns Sommer, situados entre a Rua do Cais de Santarém e a Rua de S. João da Praça, a mais importante escavação arqueológica realizada em Lisboa neste século, terminou muito pouco tempo antes de concluirmos a nossa investigação, o que não nos permitiu ter acesso completo aos seus resultados. Acreditamos que este local será uma peça-chave para se compreender a história da cidade ao longo dos últimos três milénios.

Importa também referir o desequilíbrio entre os resultados arqueológicos produzidos sobre diferentes períodos históricos, o qual resulta parcialmente dos interesses específicos dos arqueólogos. Nota-se, por exemplo, dentro da época medieval, uma grande discrepância entre os dados arqueológicos referentes à época do domínio islâmico, cuja produção bibliográfica, não sendo intensa, é regular, tal como foi aqui referido, e o que acontece para a época do domínio cristão, cuja publicação de dados arqueológicos é parcimoniosa. Ainda sobre a questão dos dados arqueológicos, devemos sublinhar que o seu contributo para o avanço do conhecimento da história

43 Bugalhão 2009, 390.

da cidade, seja em que perspectiva for, é absolutamente central. Este facto deve ser ponderado quer pelos arqueólogos, quer pelos historiadores, pois apenas uma união de esforços e uma divulgação científica necessariamente abrangente pode produzir resultados que permitam conhecer melhor a história de Lisboa.

A nossa investigação teve como principais fontes de informação: a documentação editada e inédita, a arqueologia urbana, os estudos históricos, a cartografia histórica, a iconografia da cidade anterior ao terramoto de 1755, e a sua própria forma urbana, ou seja, o parcelário urbano actual ou o parcelário urbano reconstituível. A metodologia usada para analisar a informação destas diferentes fontes foi, como é natural, muito diversa.

Procedemos a uma análise extensiva de toda a documentação produzida, em época medieval, até ao reinado de D. Dinis, abrangendo tanto a notarial como as fontes narrativas. Recorremos sobretudo aos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a inúmeras obras disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal. A documentação compulsada foi analisada detalhadamente, sendo os dados relativos a localizações topográficas, à tipologia da propriedade urbana, à transmissão da sua posse e às datas dessa transmissão processados informaticamente, de modo a construir uma base de dados que nos permitisse reconstituir a cidade até 1325, em planta, e elaborar vários gráficos que aqui apresentamos. Conta, presentemente, com 1065 entradas, cada uma referente a uma determinada propriedade urbana, ou conjunto de propriedades limítrofes, mencionadas num determinado documento. Todos os documentos inseridos na base de dados foram produzidos entre 1148 e 1325; portanto, dizem respeito ao período de domínio cristão na cidade de Lisboa. Esta base de dados servirá como base para futuros trabalhos de investigação.

Relativamente às fontes narrativas que se mostraram mais relevantes para a nossa investigação, destacamos as descrições dos geógrafos árabes,⁴⁴ o *De expugnatione ulixbonensis*,⁴⁵ e algumas crónicas sobre reinados posteriores ao nosso período, mas que possuíam informação sobre Lisboa.⁴⁶

No que respeita à arqueologia, após a análise dos dados publicados referentes ao período cronológico que nos importa, estudámos os relatórios de arqueologia existentes no Arquivo de Arqueologia Portuguesa, que se mostraram de extrema

44 O artigo publicado por Adel Sidarus e António Rei sintetiza as várias descrições dos geógrafos árabes sobre Lisboa (Sidarus et Rei 2001).

45 Trata-se do relato do cruzado Raul, que participou na tomada da cidade em 1147 e que foi traduzido por Aires Nascimento. A introdução, de Maria João Branco, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, constitui uma importante contextualização histórica do momento da conquista na perspectiva dos vencedores (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001). Sobre o mesmo momento, mas na perspectiva dos vencidos, consulte-se a dissertação de mestrado de Inês Lourinho (2010).

46 F. Lopes 1975.

relevância pela informação inédita que lá encontramos.⁴⁷ Em alguns casos específicos, quando sabíamos que tinham ocorrido escavações arqueológicas relevantes para a nossa investigação, mas cujo relatório não estava, por algum motivo, disponível no arquivo, ou também porque era necessário complementar as informações de alguns relatórios, entrevistámos os responsáveis pelas escavações. Tal como já referimos, salvo casos pontuais, os dados arqueológicos diziam respeito, sobretudo, ao período de domínio islâmico, suprimindo a falta de informação documental sobre a cidade nessa época.

Enquanto procedíamos à recolha de informações, consultámos a vasta produção bibliográfica referente à história da cidade medieval, no sentido de verificarmos a solidez de propostas anteriores e também para elaborarmos as nossas hipóteses de reconstituição e de evolução da forma urbana da cidade.

A cartografia histórica referente a Lisboa constituiu uma das bases fundamentais das nossas reconstituições e a génese das nossas propostas relativas à forma urbana da cidade. Importa, antes de mais, esclarecer que não existe qualquer planta que represente a cidade medieval, pois a primeira planta conhecida da cidade foi elaborada em 1650.⁴⁸ Este facto não pode impedir o investigador que procura reconstituir a forma urbana medieval de utilizar as plantas mais tardias na sua investigação. Na verdade, a cidade seiscentista e setecentista foi cartografada com rigor suficiente para nos permitir aproximar da realidade urbana dessas épocas, momentos em que a forma urbana de Lisboa era ainda, em grande medida muito marcada pelo seu passado medieval. Na verdade, salvo alguns casos pontuais, até ao terramoto de 1755, as intervenções urbanísticas mais relevantes consistiram em ampliações e extensões realizadas nos limites extremos da cidade, e não em remodelações urbanas que tenham alterado a fisionomia da cidade. O alargamento pontual de um determinado arruamento não altera substancialmente a forma urbana do conjunto urbano em que se insere esse arruamento; mas quando tal acontece, a documentação permite perceber como ocorreu esse processo de alteração da forma urbana, como se pode observar na Lisboa de D. Manuel, estudada por Hélder Carita.⁴⁹ Ou seja, a restituição da forma urbana medieval exige uma observação atenta da cartografia posterior, removendo as alterações urbanísticas subsequentes ao período medieval, num complexo processo de extracção das camadas de informação cartográfica mais recentes.

47 O Arquivo de Arqueologia Portuguesa situa-se no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

48 *Planta da Cidade de Lisboa em que se Mostrão [sic] os Muros de Vermelho com Todas as Ruas e Praças da Cidade*, João Nunes Tinoco, 88x62 cm., 1650, Lisboa, Museu da Cidade, cota MC. DES. 1084.

49 Carita 1999.

A base cartográfica utilizada na vasta maioria das nossas reconstituições consiste não na planta mais antiga de Lisboa, da autoria de João Nunes Tinoco, mas sim na *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendendo na Sua Extensão a Beira Mar da Ponte d'Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos*, cuja data de execução é desconhecida, mas que terá sido elaborada no século XVIII, posteriormente ao terramoto de 1755.⁵⁰ A planta de Tinoco foi preterida pelos vários problemas de orientação e de escala que apresenta, o que a torna num instrumento de difícil tratamento quando se tenta ter um grau de precisão maior. Já a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa*, que preferimos usar, apresenta um muito maior grau de exactidão, tanto na escala como na orientação, o que permite que a informação cartográfica seja mais facilmente transposta e comparada com outras fontes cartográficas. A outra grande vantagem desta planta consiste na reconstituição da malha urbana da cidade anterior às alterações urbanísticas efectuadas após o terramoto de 1755, que, após comparação com a planta de Tinoco, nos permite afirmar o seu maior grau de exactidão. Analisámos também várias outras plantas que permitem observar a cidade antes das importantes mudanças ocorridas no século XX, como o *Levantamento de Lisboa de 1856*, realizado sob a direcção de Filipe Folque, em 1856,⁵¹ e o *Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904-1911*, realizado por Silva Pinto.⁵² Todavia, estes levantamentos cartográficos apenas foram usados para analisar determinadas partes da cidade, que não foram alteradas pelas remodelações urbanísticas posteriores ao terramoto de 1755, e que são facilmente identificáveis comparando estes levantamentos com as plantas que ilustram a Lisboa pré-terramoto.

No que respeita à iconografia, utilizámos sobretudo o desenho de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leiden, de autoria anónima, realizado no último quartel do século XVI⁵³ e as gravuras publicadas nas obras de Georg Braunius também realizadas no século XVI.⁵⁴ Além destas gravuras, a observação das iluminuras produzidas na primeira metade do século XVI também foram importantes para a nossa reconstituição da forma urbana da Lisboa medieval.⁵⁵ Os mesmos argumentos que aduzimos sobre a validade de se usar a cartografia posterior à época medieval

50 Esta planta encontra-se no acervo do Arquivo de Cartografia Antiga (Cartoteca) da Direcção-Geral do Território com a cota CA 356 | DGT.

51 *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa* 2000.

52 *Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904-1911*, Silva Pinto (dir.), 1904-1911, Escala 1:1000, 249 plantas, 96x63 cm. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.

53 Vista de Lisboa, existente na Biblioteca da Universidade de Leiden.

54 As duas vistas de Lisboa foram publicadas por Georg Braunius nas seguintes obras: *Civitates orbis terrarum*, vol. I, Colónia, 1572, existente no Museu de Lisboa com a cota MC. GRA. 1397; *Urbium praecipuarum theatrum quintum*, c. 1598, Museu de Lisboa, cota MC. GRA. 1733.

55 Referimo-nos às seguintes iluminuras: a de António de Holanda e Simão Bening, publicada na *Genealogia dos Reis de Portugal*, em 1535, existente na British Library, em Londres, e a iluminura do frontispício da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, atribuível a António de Holanda, c. 1520, existente na Câmara Municipal de Cascais.

para reconstituir a forma da cidade medieval devem também ser considerados válidos para a iconografia quinhentista, a qual, do mesmo modo, deve ser analisada com precaução, tendo em conta as alterações posteriores. Note-se que a iconografia produzida no século XVI é apenas cerca de dois séculos posterior ao final do reinado de D. Dinis, estando ainda cronologicamente muito próxima da cidade medieval.

O parcelário da cidade actual constituiu também uma importante fonte de informação, que tratámos com ponderação e apenas em determinados sectores da cidade, quando nos assegurámos de que a forma urbana não sofreu alterações significativas com o terramoto de 1755 ou com outras reformas urbanas sistemáticas. Tendo em conta esse critério, analisámos o parcelário actual da parte ribeirinha do arrabalde oriental, zona conhecida como Alfama, e também a Mouraria, pois estamos certos de que a sua forma urbana não conheceu alterações estruturais, mantendo-se como uma fonte de informação muito relevante para o estudo do urbanismo medieval. Também foi importante o estudo do cadastro da cidade desaparecida após o terramoto de 1755, e cuja forma pode ser reconstituída através de documentação, como o *Tombo da Cidade de Lisboa*, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo sido usado para esse efeito por Augusto Vieira da Silva, sobretudo nas suas reconstituições sobre a fachada sul da Rua Nova e a fachada norte da Rua da Ferraria.⁵⁶

O cruzamento da múltipla informação obtida através da análise a estas diversas fontes, consoante o período histórico ou o local específico, permitiu-nos elaborar reconstituições em planta da cidade medieval. A malha urbana medieval apenas pode ser recuperada com exactidão em casos precisos, onde decorreram escavações arqueológicas em extensão, como na Praça Nova da Alcáçova, na Praça da Figueira ou no Claustro da Sé. Ainda assim, optámos por incluir a malha urbana da cidade patente na cartografia pré-pombalina em algumas das nossas reconstituições, pois consideramos que esta contribuiu para uma aproximação à malha urbana da cidade medieval. O trabalho de reconstituição da Lisboa medieval exigiu-nos uma profunda investigação sobre a localização das estruturas urbanas que só é possível obter através do cruzamento das referidas fontes. Neste aspecto, a ímpar investigação desenvolvida por Augusto Vieira da Silva, no século XX, foi complementada sobretudo através da análise aos dados das escavações arqueológicas recentes, mas, ao mesmo tempo, não

56 Augusto Vieira da Silva realizou a sua análise com base numa cópia do *Tombo* feita por José Valentim de Freitas, também por nós consultada, a qual se encontra actualmente no Gabinete de Estudos Olisiponenses, organismo pertencente à Câmara Municipal de Lisboa que acolheu parte do espólio deste olisipógrafo (Cota: MS-Lv 11). Os tombos originais estão localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A referida reconstituição de Vieira da Silva encontra-se publicada (Silva 1987b, estampa III).

foi descurada a análise das fontes documentais, um procedimento que nos trouxe algumas boas surpresas.

A investigação que aqui realizámos é apenas mais um passo no longo caminho do conhecimento da cidade medieval, para o qual tentamos contribuir. Na realidade, o volume de informação actualmente existente sobre a Lisboa medieval nas diferentes fontes que referimos possui uma dimensão extraordinária, e o conhecimento da cidade alcançará níveis bastante mais elevados se um dia for constituída uma equipa de investigação que estude o urbanismo da cidade medieval, tendo em conta o imprescindível cruzamento de dados que as diferentes fontes de informação oferecem.

*

A estrutura deste trabalho parte de um ponto de vista declaradamente topográfico. As cinco partes em que a tese está dividida são as cinco partes em que a cidade medieval se dividia: Alcáçova, Medina, arrabalde ocidental, arrabalde oriental e arrabalde dos mouros. Optámos por esta divisão topográfica por ser transversal ao período cronológico que estudámos, o que permite uma análise da evolução urbana estruturada nos cinco grandes sectores em que se dividia a Lisboa medieval. Afastámos a hipótese de organizar a investigação com base na estrutura paroquial de Lisboa, por esta não permitir um estudo integrado da cidade, o que ocorre sobretudo por dois motivos. Em primeiro lugar, conhecemos muito mal os limites paroquiais até 1325, o que tornaria a nossa análise demasiado vaga do ponto de vista do espaço físico. Em segundo lugar, causaria uma fragmentação da análise em duas partes, ou seja, antes e depois de 1147, algo que pretendemos evitar abertamente. Não omitimos, no entanto, o importantíssimo tema da implantação paroquial, a qual é tratada num capítulo específico no prólogo – constituído por três capítulos de carácter geral e introdutório. O primeiro é dedicado à transição entre a cidade romana e o período de domínio muçulmano, no qual abordámos o sistema viário da antiga Olisipo e apresentámos uma proposta para o sistema viário da cidade na Antiguidade Tardia. No segundo capítulo, fazemos algumas considerações sobre a complexa problemática que se refere ao estudo do urbanismo islâmico, que importa esclarecer antes de iniciarmos o estudo da evolução urbana da cidade. No terceiro e último capítulo do prólogo, analisámos o modo como decorreu a implantação da rede paroquial em toda a cidade.

A primeira parte deste trabalho é dedicada ao centro da cidade, ou seja, à parte intramuros, a medina. Neste caso, realizou-se uma subdivisão do espaço intramuros em três patamares: superior, intermédio e inferior, o que permite uma compreensão da morfologia urbana integrada nas características topográficas do terreno.

Na segunda parte, abordamos o topo da colina do Castelo, a Alcáçova, espaço que teve um desenvolvimento urbano autónomo, desde que se desligou da medina, com a construção de uma muralha que delimitou ambos os espaços. A opção em estruturar esta parte do nosso trabalho de forma cronológica possibilitou uma análise às várias fases da evolução urbana da Alcáçova desde a sua génese em época de domínio islâmico até ao final do reinado de D. Dinis.

O arrabalde ocidental é o tema abordado na terceira parte deste trabalho. A dimensão textual desta parte é claramente superior a todas as outras devido a questões que estão interligadas. Em primeiro lugar, situava-se aqui o núcleo comercial e social da cidade medieval. Em segundo, foi este o arrabalde que mais se desenvolveu durante a Idade Média. Em terceiro, ocorreram aqui os mais relevantes fenómenos de alteração e implantação de novas formas urbanas. Perante estes factores, seria inevitável que a investigação sobre esta zona da cidade produzisse resultados mais volumosos e, ao mesmo tempo, mais relevantes. Nesta parte, optámos por uma organização simultaneamente cronológica, temática e topográfica, pois ser a melhor forma de abordar as diferentes questões que subjazem à complexa evolução urbana desta parte da cidade.

Na quarta parte, dedicada ao arrabalde oriental, adoptámos uma abordagem cronológica, que nos permitiu compreender a evolução urbana deste espaço dentro da cronologia definida.

A quinta e última parte trata a evolução urbana do arrabalde dos mouros, ou seja, a Mouraria de Lisboa. Justificadamente com menor peso textual do que qualquer outra, escolhemos uma abordagem simultaneamente temática e cronológica, o que permitiu a concepção de um quadro evolutivo centrado na evolução da forma urbana deste espaço.

PRÓLOGO

No prólogo, trataremos de três temas que consideramos fulcrais para o entendimento da evolução urbana da cidade, que constituem como que um átrio de acesso ao nosso trabalho de investigação. A natureza destes três temas levou-nos a organizá-los em capítulos, antecedendo o corpo central da monografia, pois não se inserem na nossa análise, que se estrutura nos diferentes sectores topográficos da cidade. Os dois primeiros temas conduzem a uma observação transversal que ultrapassa os limites físicos e cronológicos do nosso trabalho, incluindo não só a cidade da foz do Tejo, mas também outras urbes do Mediterrâneo e do Magrebe e períodos históricos anteriores ao século XI. No primeiro capítulo, recuamos à época romana e à transição da Antiguidade Tardia para a época medieval, atentando sobretudo ao sistema viário desse período específico. No segundo capítulo, abordamos a problemática referente ao urbanismo islâmico, considerando as lógicas que lhe são inerentes. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos o processo de implantação da rede paroquial de Lisboa, que ocorreu após a conquista de 1147, observando os diferentes cenários possíveis no contexto das fundações paroquiais, analisando este processo na cidade como um todo.

1.

DE OLISIPO A LUXBUNA

1.1. A malha urbana de algumas cidades do Mediterrâneo antigo

No primeiro capítulo do prólogo, iremos abordar de forma sucinta, pois este tema não será central no nosso trabalho, a forma urbana da Lisboa romana e a evolução da cidade durante o período de transição entre a Antiguidade Tardia e a época medieval. Neste sentido, tomaremos como indício as raízes tardo-antigas do

sistema viário medieval, sendo inevitável observar atentamente a forma urbana da cidade romana, pois a sua desagregação constitui uma informação indispensável para a compreensão do desenho da cidade posterior.

Uma visão superficial, mas muito difundida entre as várias disciplinas que observam as cidades da Antiguidade, ao considerar o urbanismo dessas urbes, sobrevaloriza desmesuradamente a chamada “grelha” – também muitas vezes referida como “plano ortogonal”, ou “plano hipodâmico”, ou ainda o “tabuleiro de xadrez” –, vendo nela uma “contribuição original” e quase como uma obsessão dos engenheiros e arquitectos do mundo greco-romano.¹ Esta questão não pode ser considerada de forma tão superficial, visto que a realidade era bastante mais complexa. Apesar de o plano ortogonal ter sido implantado em algumas cidades construídas de raiz pelas civilizações clássicas, não era essa a realidade da maioria das cidades do mundo greco-romano. Na verdade, esta perspectiva redutora omite a imagem urbana de cidades que já existiam e que foram posteriormente adaptadas e equipadas pela civilização clássica, onde o “plano ortogonal” sofria adaptações relativas ao sistema viário preexistente, e de urbes do mundo greco-romano que tiveram um longo e complexo processo de evolução urbana, tal como aconteceu em Roma.²

Sabemos que Lisboa se insere no grupo de cidades da Europa meridional que possui um largo passado de ocupação humana anterior à chegada dos romanos, facto que nos deve alertar, logo à partida, para a possibilidade de não ter sido aí implantado um sistema totalmente ortogonal, devido à existência de um sistema viário anterior.³ Quais foram as opções tomadas pelos planeadores greco-romanos perante cenários que partilham determinadas realidades com Lisboa? Que soluções foram encontradas, pelas autoridades e pelas comunidades urbanas no mundo antigo, perante a génese de novas cidades ou o desenvolvimento de urbes preexistentes? Para entendermos melhor a imagem urbana de Olisipo, tentaremos responder a este questionário recorrendo a alguns casos pontuais de cidades inseridas no mundo mediterrânico antigo, do qual a cidade da foz do Tejo fez parte, desde tempos imemoriais.⁴

1 Chueca Goitia 2006, 54: “Os romanos procuravam realizar traçados regulares e geométricos e, quando isso não era possível, integravam nas cidades conjuntos urbanístico-arquitectónicos de grande aparato que constituíam em si próprios a parte mais impressionante e majestosa da cidade.”

2 Garcia-Bellido 2009, 245-261.

3 O conhecimento sobre o urbanismo da Olisipo pré-romana é muito escasso, pois são poucas as estruturas conhecidas desta época, mas um conjunto de resultados de escavações arqueológicas realizadas desde as últimas décadas do século XX até ao presente tem permitido observar que “Olisipo exerceria a função de principal pólo urbano regional e, ao que antevemos, talvez mesmo da fachada atlântica. Actuando como centro dinamizador económico inter-regional, cujo sucesso se encontra demonstrado pela área ocupada e pelo número de povoados satélites que se desenvolveram na sua dependência.” (Calado 2008). Sobre a Olisipo pré-romana, ver também: Arruda 1994; Freitas et al. 2000; Pimenta et al. 2005a; 2005b; R. B. Silva 2013a.

4 A ligação de Lisboa às civilizações mediterrânicas é tão antiga como a própria cidade, sendo testemunho irrefutável dessa relação “a mais antiga prova datável de epigrafia lapidária encontrada até hoje na Península Ibérica”, uma inscrição fenícia com um nome provavelmente autóctone, encontrada na margem ribeirinha da colina do Castelo, em Lisboa (Neto et al. 2016).

No século IV a. C., em Priene, na actual Turquia, foi construída de raiz uma nova cidade, após o abandono de uma urbe que se localizava junto do rio Meandro, devido ao avanço dos pântanos e ao assoreamento do seu porto (ver figura 1). Foi erguida no planalto da colina que se encontrava junto à cidade então abandonada. Mesmo contra várias dificuldades causadas pela orografia do terreno, aplicou-se a grelha na sua máxima extensão.⁵ Note-se que estamos perante uma cidade erguida, *ab initio*, numa colina, e que a solução encontrada pelos construtores, perante uma orografia problemática, foi a utilização de patamares e a implantação de uma estrutura viária ortogonal. As semelhanças entre Priene e Lisboa em termos topográficos são bastante relevantes, pois ambas as cidades se desenvolveram na face de colinas. No entanto, é também importante notar uma diferença crucial entre ambas: a malha urbana de Priene foi desenhada e construída numa área não urbanizada, enquanto no caso de Olisipo já existia um povoado significativo quando os romanos ganham o controlo da urbe em 138 a. C.⁶

5 “Priene” 2013.

6 Cf. nota 3, p. 40.



Figura 1: Reconstrução de Priene (Turquia) no século IV a. C.⁷

Deste modo, não constitui surpresa que se verifique, em ambas as cidades, a existência de patamares como solução adoptada para atenuar os desníveis orográficos, tal como comprovou o achado de uma calçada romana em patamares no claustro da Sé.⁸ No entanto, no caso de Olisipo, ao contrário do que aconteceu em Priene, a existência de um povoamento anterior não terá permitido, aos engenheiros romanos, a implantação de uma malha ortogonal que abrangesse toda a área urbana. Consideramos que a introdução de patamares ocorreu apenas de forma parcial em Olisipo e muito provavelmente em momentos distintos, conforme ocorria o crescimento ou a renovação das diversas partes da urbe.

⁷ Imagem publicada em Kostof 1991, 125.

⁸ Sobre a calçada no claustro da Sé, ver o Parte I, subcapítulo 3.5, “Estruturas urbanas sob o claustro da Sé”.

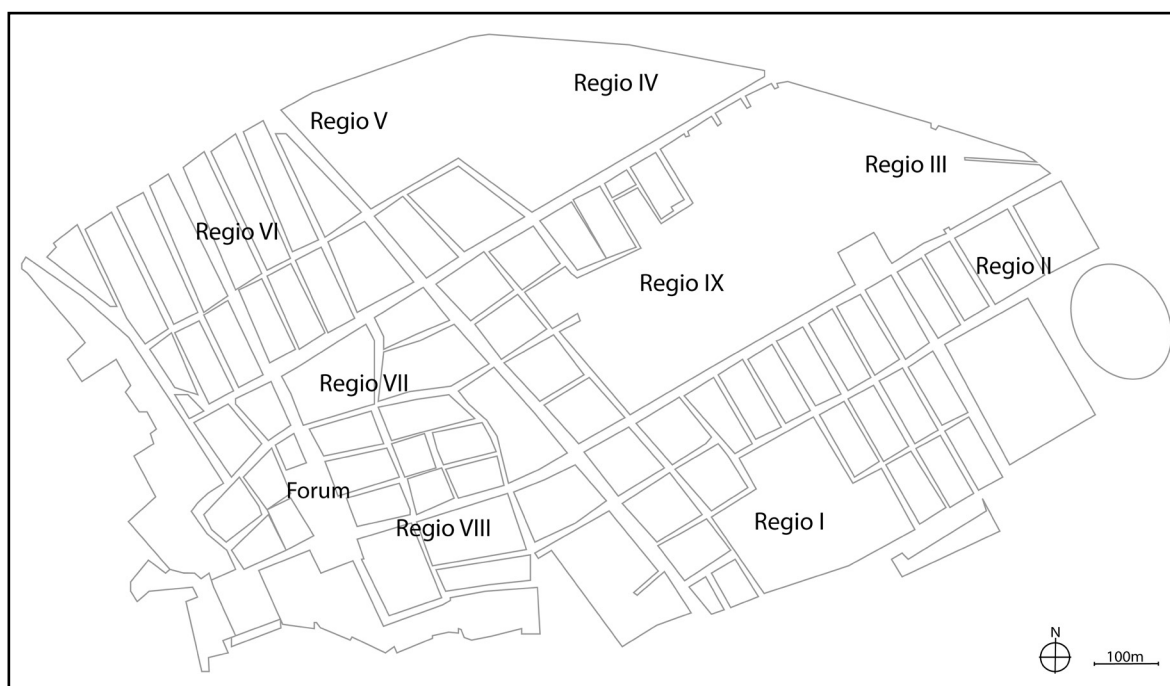


Figura 2. Plano da Pompeia romana

As ruínas de Pompeia, cidade romana sobejamente conhecida devido à catástrofe provocada pelo Vesúvio, revelam, ainda hoje, de forma ímpar, a malha urbana tal como estava no século I. Nessa malha urbana, cristalizada pela explosão do vulcão, podemos observar, na parte oriental, um plano hipodâmico claro, e um plano menos regular na parte sudoeste, junto ao *forum* (Regiones VII e VIII) (ver figura 2). A origem desta malha urbana menos regular prende-se com o facto de a cidade ter tido um longo passado anterior ao controlo político romano, tal como aconteceu em Olisipo. Nesta zona da cidade, sobreviveram vestígios da malha urbana do povoado anterior às grandes reformulações romanas do século I.⁹ Na verdade, Pompeia foi fundada pelos oscos, no século VII ou VI a. C., e apenas foi tomada pelos romanos em 80 a. C., ou seja, apenas 58 anos depois de Olisipo ser tomada por Décimo Júnio Bruto. A cronologia da fundação de Lisboa é um assunto ainda pouco claro, mas sabe-se que, pelo menos desde o século VIII a. C., já existiria um povoado na colina do castelo, como observámos anteriormente. Além disso, a proximidade cronológica da

⁹ Esta zona da cidade tem sido objecto de um debate polémico que teve início no começo do século XX, com a proposta de F. Haverfield, que denominou esta parte da cidade *altstadt* (cidade antiga), sugerindo uma origem anterior ao resto do perímetro urbano (Haverfield 1913, 66). Actualmente, acredita-se que o perímetro urbano de uma cidade maior terá regredido para a zona da *altstadt* algures no século V a. C. (Ellis 2011).

chegada do poder romano a Pompeia estabelece um paralelo relevante com Olisipo, onde sabemos que ocorreram grandes remodelações urbanísticas durante o século de Augusto, nomeadamente com a construção da estrutura que sustentava todo o teatro romano.¹⁰ Deste modo, estamos perante duas cidades muito antigas, Olisipo e Pompeia, onde uma ocupação humana organizada, cerca de cinco séculos anterior à chegada do poder romano, marcou a malha urbana de ambas as cidades. Mais relevante do que a marca ortogonal na evolução urbana de Pompeia é a adaptação da forma urbana a um urbanismo preexistente, o que revela possíveis continuidades, ao nível do sistema viário, com o passado pré-romano, situação que poderá também ter ocorrido na cidade da foz do Tejo.

Na Península Ibérica, nomeadamente em Saragoça, sobressai o caso de um povoado preexistente que foi reconstruído em época romana, dando lugar à urbe Caesar Augusta. O caso de Saragoça ilustra um exemplo importante para o nosso estudo, sobretudo pelas diferenças que separam a cidade da margem do Ebro da cidade da foz do Tejo. Ao contrário de Olisipo, Caesar Augusta desenvolveu-se numa situação topográfica favorável à implantação de um plano ortogonal, pois encontra-se num local sem acidentes orográficos relevantes. Além disso, ao invés de Olisipo, os romanos puderam aplicar, no vale do Ebro, o esquema de grelha sem qualquer condicionante prévia, optando por erradicar o povoado anterior. O resultado é bem perceptível na malha urbana romana (ver figura 3), a qual é ainda parcialmente observável na forma urbana do núcleo histórico da cidade actual.¹¹ Pelo contrário, em Lisboa não é possível observar uma hipotética “grelha” romana, nem na cartografia histórica, anterior ao terramoto de 1755, e muito menos na malha urbana actual.

10 Sobre esta questão, ver: Parte I, subcapítulo 3.10, “Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano”.

11 Sobre a evolução urbana de Saragoça em época medieval, ver: Betrán Abadía 1992; 1996; 2005.

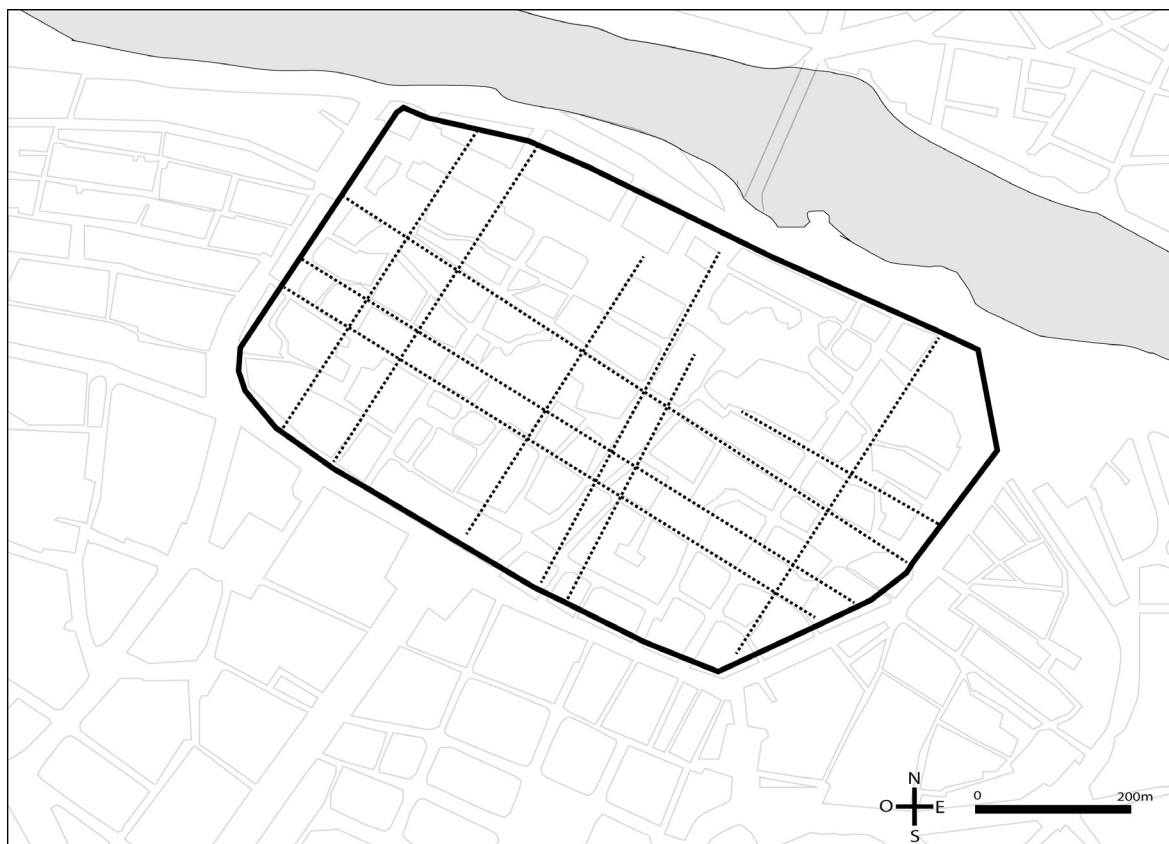


Figura 3. Sistema viário de Caesar Augusta (Saragoça)

Na costa ibérica do mar de Alborão, no extremo ocidental do Mediterrâneo, em Malaca, os romanos desenvolveram uma urbe sobre uma povoação possivelmente fundada pelos fenícios no século VII a. C. Tal como Lisboa, sabe-se muito pouco sobre o sistema viário de época romana desta cidade, pois apenas se dá como certa a localização do teatro e de uma parte da muralha de época imperial. É também conhecida a localização de várias unidades fabris de *garum*. Ainda assim, não foi possível, até agora, definir o sistema viário da cidade romana de Malaca, não se sabendo sequer onde se situaria o *forum*.¹² As semelhanças entre Lisboa e esta cidade, ambas com, pelo menos, mais de 28 séculos de ocupação humana, são assinaláveis, pois também o debate sobre a localização do fórum romano de Olisipo se mantém em aberto, apesar da descoberta do teatro e de alguns troços da muralha de época

¹² Sobre a evolução urbana de Málaga ver: Vígera Molins 2009; Corrales Aguilar 2003; 2005.

imperial.¹³ A nível topográfico e também da própria posição da cidade, é interessante notar algumas afinidades com Lisboa. Ambas as cidades se desenvolvem junto a uma praia, fluvial no caso de Lisboa, e marítima no caso Málaga, em oposição a uma zona alta, onde se instalarão as respectivas alcáçovas muçulmanas, e com parte substancial da orientação urbana da zona baixa a ser definida por um outro curso de água a ocidente, o Esteiro do Tejo, no caso de Lisboa, e o rio Guadalmedina, no caso de Málaga. Além disso, note-se que, em época romana, e durante a Antiguidade Tardia, as frentes ribeirinhas de ambas as cidades eram pontuadas por indústrias artesanais de conserva e transformação de preparados piscícolas, sendo essa actividade muito relevante em termos económicos para ambas as cidades. No caso da urbe mediterrânica, pensa-se que o urbanismo da cidade pré-romana terá sofrido um processo lento e gradual de romanização e que apenas terão surgido alterações significativas no final da época republicana ou mesmo em época imperial, ou seja, somente depois do século I a. C.¹⁴ Relativamente a Lisboa, a verdade é que só conhecemos alterações de fundo no urbanismo da cidade a partir do mesmo período. Esta similitude leva-nos a considerar que também em Olisipo a implantação do urbanismo romano terá sido gradual, com acções localizadas e mais contundentes a partir do século I a. C., o que poderá ter possibilitado o desenho de um traçado viário romano sem a obliteração total do traçado viário do povoado pré-romano.

O exemplo mais relevante, com o qual iremos finalizar este périplo, é também o mais próximo, em termos geográficos e políticos, de Olisipo: o caso de Aeminium, a actual Coimbra (ver figura 4). O seu sistema viário em época romana não é totalmente conhecido, mas uma das recentes propostas de reconstituição apresenta várias correspondências com Olisipo. Referimo-nos à de Jorge de Alarcão, que não considera ter existido, em Aeminium, um traçado hipodâmico, ou seja, “ruas ortogonais definindo quarteirões (*insulae*) tão regulares quanto as casas de um tabuleiro de xadrez” (ver figura 4).¹⁵ Os argumentos de Alarcão sobre a impossibilidade de ter sido implantada a grelha romana na cidade do Mondego são exactamente os mesmos que consideramos serem também aplicáveis à impossibilidade de este tipo de urbanismo ter sido implantado em Olisipo. Em primeiro lugar, a orografia marcada por declives acentuados desfavorece, em grande medida, a implantação do referido sistema hipodâmico – podendo eventualmente esta questão ser contornada, tal

13 Sobre o urbanismo de Olisipo, ver: J. M. Almeida 1992; Pimenta 2005; Muralha et al. 2002; L. Fernandes 2007; R. B. Silva 2005; 1997; 2011; Pimenta et al. 2005a; Amaro 1995a; Alarcão 1994; L. Fernandes et al. 2012b; R. B. Silva et Valongo 2016-2017; Fabião 2020.

14 Corrales Aguilar 2003, 381.

15 Alarcão 2008.

como foi em Priene, como vimos anteriormente, se não existisse qualquer ocupação humana relevante anterior. Em segundo lugar, tanto Aeminium como Olisipo tiveram uma longa ocupação humana anterior à chegada dos romanos, entre 138 e 139 a. C., comandados pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, avô do mais célebre assassino de César. Se no caso de Aeminium, a ocupação anterior à chegada dos romanos é ainda mal conhecida,¹⁶ no caso de Olisipo, os dados arqueológicos permitem-nos afirmar a existência inequívoca de um centro urbano relevante em meados do século II a. C.¹⁷

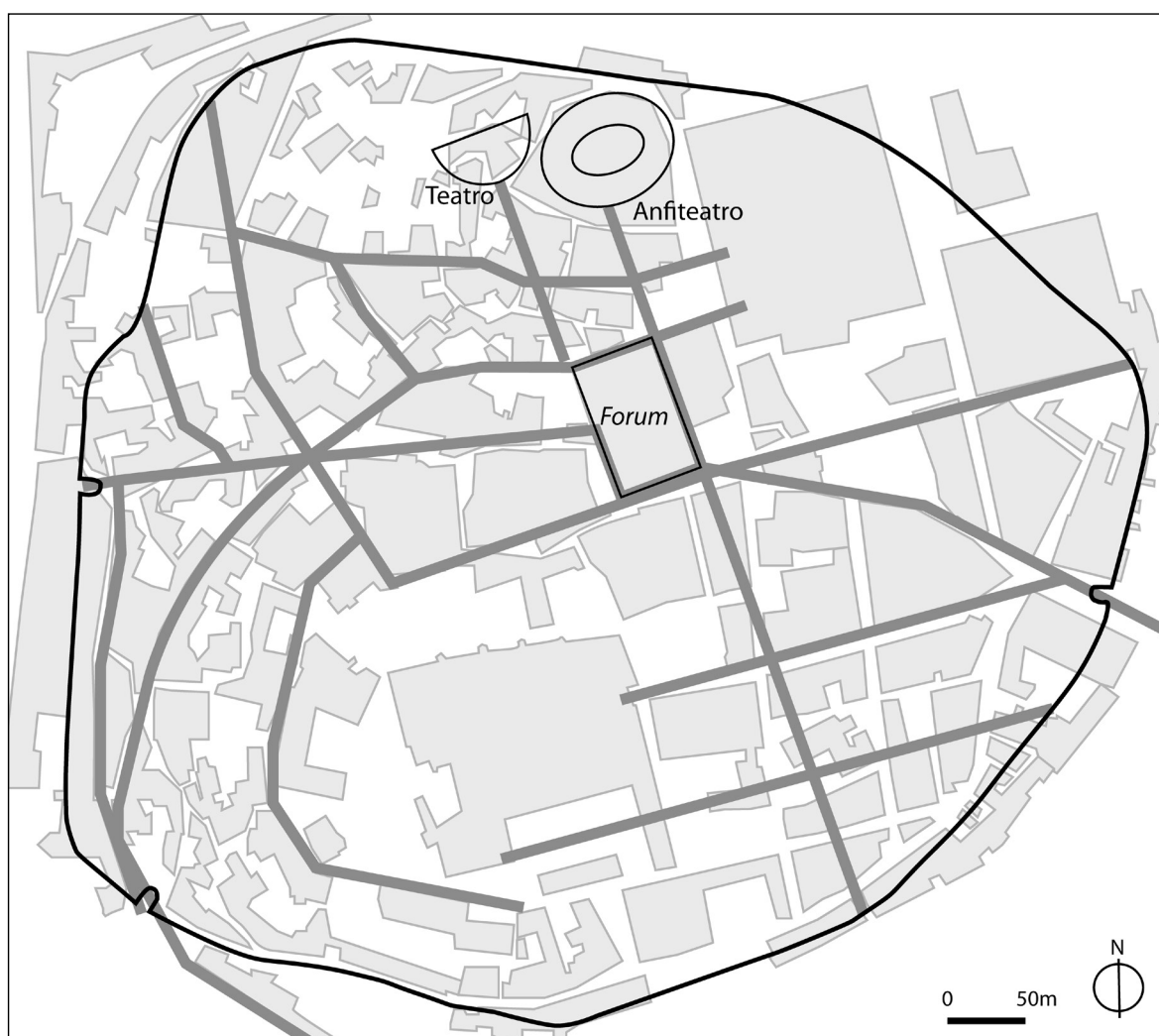


Figura 4. Arruamentos da cidade de Aeminium (adaptado de Jorge Alarcão)¹⁸

16 Jorge Alarcão afirma que: “O mais provável é que já nessa data [139 a. C.] existisse povoado – e, possivelmente, também importante, em Coimbra. Até agora, porém, não se encontraram traços inequívocos dessa povoação?” (Alarcão 2008, 29).

17 Sobre a Olisipo pré-romana, ver nota 3, p. 40.

18 Alarcão 2008, 65.

Por estes dois motivos, alinhamos o nosso discurso sobre Olisipo com o de Jorge de Alarcão sobre Aeminium, salientando, no entanto, que em determinados pontos específicos da cidade da foz do Tejo, foram implantadas estruturas cuja relevância social, e até mesmo pela sua simples dimensão física, levaram a uma implantação parcial de um sistema viário ortogonal, tal como se observa na relação entre as ruínas do teatro de Olisipo e a via romana encontrada no claustro da Sé. Não nos parece prudente, contudo, extrapolar essa relação entre a orientação de estruturas como o teatro e o arruamento secundário, encontrados no claustro da Sé para toda a zona intramuros, como apresentam as propostas de Vasco Gil Mantas e de Rodrigo Banha da Silva, e como foi também recentemente proposto por César Figueiredo, ainda que este autor tenha admitido que esta parte da sua reconstituição fosse “imaginação baseada no contexto histórico”.¹⁹

Sintetizando, neste périplo por algumas urbes mediterrânicas da Antiguidade, percebemos que a implantação de malhas ortogonais não constituiu solução única, sobretudo em cidades que possuíam uma relevância urbana prévia. No caso do mundo romano – o que mais aqui nos importa observar, pois Olisipo fez parte dessa realidade –, notámos que as cidades com passado pré-romano foram romanizadas de formas diferentes, consoante as condições específicas de cada local. Viremos agora a nossa atenção exclusivamente para Olisipo e para as propostas que foram apresentadas sobre a forma urbana do seu sistema viário.

1.2. O sistema viário de Olisipo

As dúvidas sobre o sistema viário de Olisipo são ainda muito consideráveis, ainda assim, a descoberta do teatro romano,²⁰ as escavações arqueológicas no claustro da Sé de Lisboa,²¹ na casa dos Bicos,²² no NARC²³ e também outras escavações arqueológicas na cidade contribuíram para a elaboração de algumas propostas.²⁴ Entre estas, destacam-se o *Esquema Urbanístico de Olisipo sobre a Planta de Nunes Tinoco*, de

19 Figueiredo 2014, p. 21.

20 Sobre o teatro romano de Olisipo, ver: L. Fernandes 2007; 2013a; 2013b.

21 Sobre as escavações arqueológicas no Claustro da Sé de Lisboa, ver: J. L. Matos 1994; Amaro 1995b; 2001; Gomes et Gaspar 2016.

22 Sobre as escavações arqueológicas na Casa dos Bicos, ver: Amaro 1982; 1994a; 2002b; Sepúlveda et Amaro 2007.

23 Sobre os achados de época romana das escavações arqueológicas do NARC, ver: Bugalhão 2001.

24 Sobre o urbanismo de Olisipo em geral, ver: J. M. Almeida 1992; Pimenta 2005; Muralha et al. 2002; L. Fernandes 2007; R. B. Silva 1997; 2005; 2011; Pimenta et al. 2005a; Clementino 1995; Alarcão 1994; L. Fernandes et al. 2012b.

Vasco Gil Mantas,²⁵ e a reconstituição de Olisipo por Rodrigo Banha da Silva²⁶ (ver figura 5). Em ambas as propostas, é apresentado um esquema ortogonal ligeiramente adaptado à realidade topográfica da cidade, fruto dos achados arqueológicos encontrados até ao momento da elaboração das plantas.

Em relação à principal via que atravessava o eixo este-oeste, ou seja, o provável *decumanus maximus* de Olisipo, as propostas de Vasco Mantas e de Rodrigo Silva usam como base as vias actualmente existentes (Rua de S. João da Praça, Rua Cruzes da Sé, Largo da Sé), que realizam a ligação entre os locais onde se erguia a Porta do Ferro, a ocidente, e a Porta de Alfama, a oriente. Estas portas estavam incorporadas na muralha tardo-romana, permanecendo na cidade medieval, condicionando e modelando a morfologia urbana até às grandes remodelações urbanísticas levadas a cabo após o terramoto de 1755.

No que respeita ao *cardus maximus*, o principal eixo viário norte-sul, a questão é mais complexa, sendo que uma das escassas pistas sobre a sua localização é a orientação da via secundária encontrada nos claustros da Sé. Este arruamento romano encontra-se alinhado com um conjunto de estruturas que apresentam a orientação de 6° nordeste, parecendo formar, no seu todo, um conjunto urbanístico talvez de época augustana ou pouco posterior, como notou Rodrigo Banha da Silva.²⁷ Este mesmo autor afirma que a norte da Sé deveria passar um importante decumano, que surge na planta de Gil Mantas com uma orientação bastante acentuada a nordeste, talvez causada pelo próprio desvio da planta do século XVIII que o autor usa como base.

Consideramos que ambas as propostas representam uma estrutura ortogonal excessivamente rígida. Pois, além da topografia escarpada da colina do Castelo, realidade que, só por si, já constituiria um obstáculo relevante à implantação de uma malha urbana totalmente ortogonal, devemos também ter em conta a preexistência de um povoado que terá deixado a sua marca na forma da cidade. Ainda assim, apesar da ortogonalidade excessiva das duas propostas, os esquemas viários destes autores representam um importante avanço no entendimento do sistema urbanístico da Lisboa romana. A verdade é que a malha ortogonal, que ambos os autores insistem em adaptar à cidade de Olisipo, não era a única solução que os romanos dispunham, tal como já observámos.

25 Mantas 1999, 26.

26 R. B. Silva 2011.

27 “Para Olisipo, a circunstância da sua municipalização deverá ter sido determinante para a execução de alguns dos equipamentos que deverão ter sido programados e planeados nessa altura: pelo menos no que diz respeito ao Teatro e área envolvente, testemunhada pela rua dos Claustros da Sé e habitações anexas, e cuja cronologia deverá situar em época augustana ou pouco após e cujo alinhamento a um eixo situado em torno dos 6° NE e que parece ter sido respeitado” (R. B. Silva 1997, 60).

Importa referir a exceção no panorama das reconstituições de Olisipo. Falamos da proposta de Irisalva Moita, no *Livro de Lisboa*, no qual a investigadora apresentou um traçado conjectural das vias da cidade romana que assenta num compromisso entre os vestígios arqueológicos e a orografia, destacando-se das propostas posteriores, mais vinculadas a um suposto traçado ortogonal.²⁸

Consideramos que seria positivo retornar à proposta de Irisalva Moita e tentar perceber onde encaixam as novas peças do *puzzle* que agora se conhecem, através das várias escavações arqueológicas onde se verificou a existência de vias de época romana. Tal abordagem não foi até agora realizada e não compete a este trabalho de investigação sobre a Lisboa medieval debruçar-se mais detalhadamente sobre o sistema viário romano.

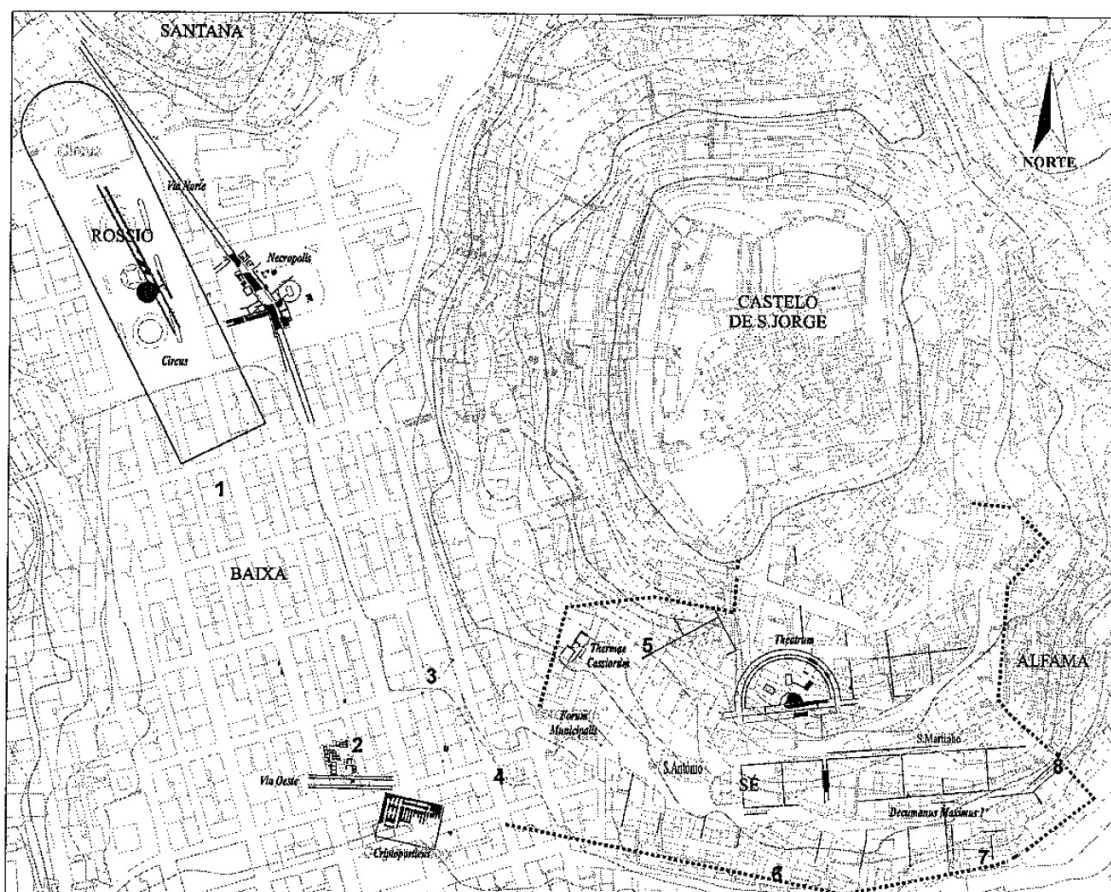


Figura 5. Mapa de Olisipo, segundo Rodrigo Banha da Silva²⁹

28 Moita 1994, 58-59.

29 R. B. Silva 2011, 204.

1.3 A transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média

No final do Império Romano do Ocidente, mais precisamente entre os séculos V e VI, a estrutura política imperial deixa praticamente de existir na Península Ibérica. É provável que, já desde 411, Lisboa se tenha sujeitado ao poderio dos alanos. Em 469, foi ocupada pelos suevos, e, no mesmo ano, foi também pilhada por visigodos. Entre o caos e a desordem da queda do império, António Borges Coelho sugere que a cidade terá mantido a sua autonomia, pois “pelo menos até 469, ainda Lisboa era governada por cidadãos”.³⁰ Além destas escassas informações, é conhecido que bispos oriundos de Lisboa terão participado, no século VII, nos concílios de Toledo, de Mérida e de Saragoça.³¹ Pouco mais se sabe sobre a história política da cidade nesta época conturbada.

A chegada do poder muçulmano, em 714, não terá tido uma influência activa no destino da urbe, pelo menos, durante os primeiros séculos do seu domínio político, época em que, mais uma vez, terá estado por conta própria, pois tanto as fontes cristãs como as muçulmanas apenas a referem a partir do século X. Até esse momento, esteve sob um denso manto de desconhecimento, que tem sido interpretado como um desinteresse do poder central em exercer a sua autoridade num centro urbano periférico.³²

Se são escassos os dados sobre a história política da cidade, entre os séculos V e IX, são inexistentes referências documentais que nos possam ajudar a conhecer a sua forma durante esse longo período da sua história. Apenas a arqueologia poderá, no futuro, oferecer dados sobre a sua evolução urbana neste período, mas, até ao momento, os dados arqueológicos são pouco informativos e demasiado dispersos para se conseguir recuperar um vislumbre da sua forma.³³ Ainda assim, algumas interpretações, com base nestes dados, revelam uma cidade que, pelo menos durante os séculos V e VI, conservava a sua relevância a nível regional e mantinha em actividade a sua rede comercial com outros centros urbanos litorais ibéricos e mediterrânicos, inserindo-se em “vastas redes de circulação de mercadorias”.³⁴ Ou seja, pelo menos,

30 Coelho 1994, 78.

31 Coelho 1994, 79.

32 Christophe Picard afirma que entre o Tejo e o Mondego, incluindo Lisboa, a conquista muçulmana se realizou através de um tratado celebrado entre ‘Abd al-Aziz e Aidulfo, um nobre pertencente à casa real visigótica. Segundo Picard, esta zona terá mantido um grande nível de autonomia, “a troca de um pagamento de um tributo anual aos governadores árabes, o acolhimento de guarnições árabes nas principais praças-fortes . . . e o compromisso de não se aliarem aos inimigos dos vencedores”, conservando-se assim nesta zona uma verdadeira autonomia sem domínio real muçulmano sobre uma população que permanecerá cristianizada até muito tarde (Picard 1998, 25-26; sobre este assunto ver também: Coelho 1994, 79).

33 Sobre a cidade neste período ver: Coelho 1994; Alarcão 1994; Fabião 2009; Guerra 2006; Real 1992; Grilo et al. 2013; P. A. Fernandes et L. Fernandes 2014.

34 Fabião 2009, 44.

até ao século VI, manteve-se como um centro urbano activo, com todas as suas implicações: existência de estruturas portuárias de apoio à actividade comercial, estruturas comerciais e de produção artesanal, onde se produziam e escoavam os produtos, estruturas arquitectónicas de cariz religioso, estruturas de defesa e todas as outras necessárias ao funcionamento da cidade. Apesar de não conhecermos a sua forma urbana, podemos vislumbrá-la através do sistema viário, tendo em conta o conhecimento que temos deste em época romana e também o seu estado posterior em época medieval. Importa considerar o sistema viário de Olisipo, para tentarmos compreender como, a partir da sua desagregação, na Antiguidade Tardia, se fundou o sistema viário medieval.

1.4. Uma proposta para o sistema viário da cidade na Antiguidade Tardia

O nosso esquema, que representa os principais eixos viários em época tardo-romana, propõe uma configuração viária marcada por vias rectilíneas, mas não ortogonais entre si (ver figura 6), revelando um urbanismo adaptado à configuração do terreno e a possíveis preexistências urbanas. Para tal, usámos a reconstituição de Augusto Vieira da Silva, da malha urbana da cidade intramuros anterior ao terramoto de 1755,³⁵ as de Vasco Gil Mantas e de Rodrigo Banha da Silva e também a proposta de Irisalva Moita como base de trabalho. Além disso, na elaboração desta proposta de um sistema viário da cidade da foz do Tejo na Antiguidade Tardia, foram também consideradas as curvas de nível da colina do Castelo e dada especial atenção à localização das portas da muralha tardo-romana, pois não há dúvida de que o sistema de acesso à cidade intramuros controlava as principais vias da urbe.

³⁵ Referimo-nos à Estampa III, intitulada *Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa que Compreende a Parte Abrangida pela Cerca Moura* (A. V. Silva 1939, 59).

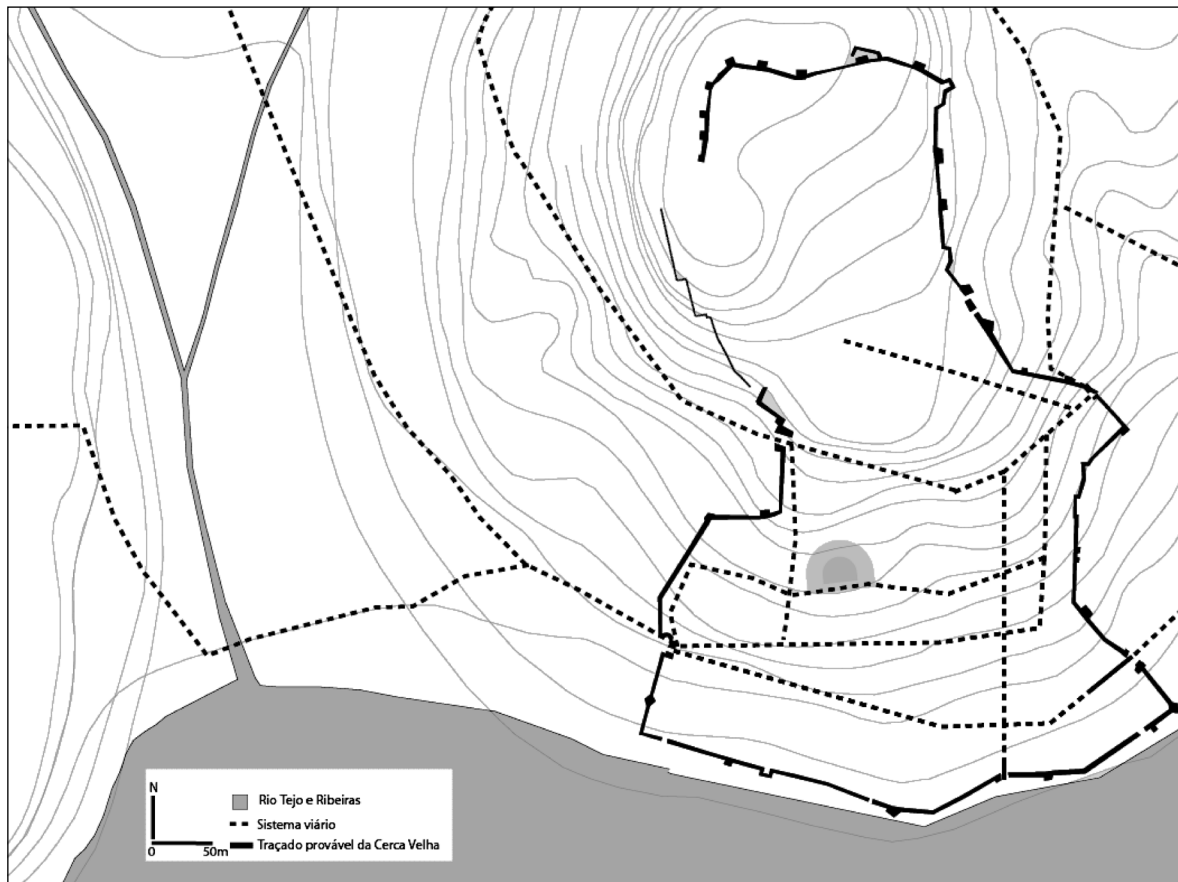


Figura 6. Proposta de reconstrução do sistema viário de Olisipo na Antiguidade Tardia

As profundas alterações urbanas, entre a desagregação política do Império Romano e o estabelecimento de uma cidade caracterizada por estruturas urbanísticas islâmicas, não ocorreram de forma súbita nem uniforme. Neste sentido, é importante referir que quando a Península Ibérica é conquistada pelos muçulmanos, no século VIII, já há muito que a forma urbana das *civitates* romanas se encontravam numa profunda desestruturação.³⁶ Hugh Kennedy, tendo como base Córdoba e referindo-se às cidades do al-Andalus, justifica o quase desaparecimento das malhas

36 Trindade 2009, 55, nota 31. Veja-se também o caso da morfologia urbana de Mérida, que em época visigoda já apresentava grandes alterações relativamente à época romana (Alba Calzado et al. 2009, 198-201; Alba Calzado et Mateos Cruz 2008). Em geral, sobre a Península Ibérica, Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo afirmam: “la desestructuración de la ciudad clásica no debe relacionarse con el desarrollo del urbanismo musulmán por el simple hecho que tras la conquista árabe este proceso transformador siguió produciéndose, pues la Arqueología ha demostrado que se inició ya en la tardoantigüedad” (Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007a, 266). Noutra obra dos mesmos autores, lê-se: “en Hispania entre los siglos IV y VII se asiste a un proceso involutivo en los espacios urbanos romanos que determina, en muchos casos, la desaparición de las antiguas ciudades. La regresión urbana se manifiesta en el abandono de los sistemas de saneamiento público, la acumulación de escombros y vertidos en las calles, la ocupación de áreas públicas por construcciones privadas, la reducción de los perímetros habitados, la fagocitación y reaprovechamiento de los materiales constructivos, la proliferación de espacios vacíos intramuros, etc.” (2007c, 38). Uma recolha de vários exemplos e uma problematização sobre as várias transformações urbanas ocorridas na Antiguidade Tardia pode encontrar-se em Pinon 2001.

urbanas romanas nas cidades medievais com um hiato na vida urbana entre os séculos V e VI.³⁷ No caso da cidade da foz do Tejo, esse hiato na vida urbana parece ter sido mais tardio, ocorrendo nos séculos seguintes, VII a IX, pois, tal como já observámos, há dados arqueológicos que indicam que a cidade se terá mantido activa no panorama comercial mediterrânico nos séculos anteriores.³⁸ Nos vastos dados arqueológicos produzidos por centenas de escavações ocorridas no centro histórico de Lisboa nos últimos decénios, são escassas as informações relativas a este período histórico (séculos VII a IX), revelando um panorama de inegável regressão urbana.³⁹ É possível que parte do problema resida na interpretação do registo ou que a regressão da vida urbana tenha tido realmente uma forte expressão em Lisboa. Seja como for, o conhecimento actual sobre o tema não nos permite maior aprofundamento.

Uma das mais emblemáticas estruturas urbanas da cidade ainda sobrevive, de forma parcial, na cidade do século XXI: a cerca urbana. O traçado da muralha erguida na Antiguidade Tardia (séculos III-IV) persistiria durante praticamente toda a época medieval, funcionando como delimitador da *madinat*, ou seja, da cidade intramuros, e só perderia parcialmente a sua função defensiva em 1373, quando D. Fernando, perante uma cidade já muito diferente da urbe tardo-romana, decide aumentar significativamente a área murada de Lisboa.⁴⁰ Deste modo, é indiscutível a preponderância que a muralha tardo-antiga teve sobre a forma urbana da urbe islâmica, pois, além de delimitar o núcleo urbano, estabelecia em grande medida o seu sistema viário, através das portas que controlavam esse mesmo sistema. Tal como foi observado em escavações arqueológicas, o traçado da muralha tardo-antiga coincide, em diferentes locais, com o traçado que a cerca urbana teria em época islâmica.⁴¹ Com efeito, sabemos que algumas portas da muralha continuaram praticamente no mesmo local, controlando o acesso à urbe e, ao mesmo tempo, desenhando o seu sistema viário.⁴²

Além da muralha, na nossa reconstituição do sistema viário de Olisipo na Antiguidade Tardia, tomámos a orografia da colina do Castelo como um dos elementos definidores. Neste sentido, note-se como, na nossa proposta, várias vias acompanham a orientação das curvas de nível, uma relação que se deve a dois motivos principais. Em primeiro lugar, devemos ter em conta o facto de a cidade se desenvolver numa

37 Kennedy 2008.

38 Sobre este assunto, ver: Prólogo, subcapítulo 1.3 – A Transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média.

39 Veja-se, como exemplo desta escassez de dados arqueológicos, o artigo sobre os elementos arquitectónicos referentes a este período: Fernandes et Fernandes 2014.

40 Sobre a Cerca Velha, ver: Parte I, subcapítulo 5.5 – A Cerca Velha e os seus responsáveis.

41 M. Leitão 2014.

42 A ideia de que o ataque de Ordonho III de Leão, em 953, teria destruído por completo a cerca tardo-antiga e que esta teria sido integralmente reconstruída no século X não é defensável, pois, tal como demonstrou Adriaan de Man, as fontes documentais que constituem a base desse argumento não referem sequer a muralha, menos ainda a sua destruição (Man 2008, 285.)

escarpa virada ao rio, numa orografia marcada por desníveis consideráveis. Em segundo, importa sublinhar o facto de nesse espaço ter existido um centro urbano activo antes da chegada dos romanos em 138 a. C., o que terá, muito provavelmente, condicionado a implantação do urbanismo romano.

Apesar de não estar representado na nossa proposta, o sistema viário secundário da cidade na Antiguidade Tardia, ou seja, aquele que se refere às vias secundárias, merece também algumas observações. A sua evolução terá sido diferente da do sistema primário, pois, ao contrário deste, seria muito mais vulnerável em termos de alterações urbanas, tal como demonstram as alterações ocorridas, cerca do século VI, na via encontrada no claustro da Sé.⁴³ Deste modo, parece-nos lícito afirmar que o sistema viário secundário romano terá sofrido alterações relevantes ainda antes da época medieval e que já se encontraria num nível de desestruturação elevado, antes da chegada dos muçulmanos no século VIII.

A análise ao sistema viário da cidade durante a Antiguidade Tardia, dividindo-o em zona ocidental, oriental e central, permite compreender as linhas orientadoras do crescimento urbano que ocorrerá no período medieval. As principais vias, até ao terramoto de 1755, eram as ocidentais, cuja orientação segue a das vias romanas anteriores e a orografia local. Podemos afirmar que a Corredoura e a Rua da Correaria – tal como eram denominadas em época medieval –, que corriam paralelamente à margem oriental do Esteiro, foram os pólos centrais do crescimento urbano do arrabalde ocidental. A outra via que definia este sistema viário, seguindo mais junto ao Tejo, no mesmo arrabalde, após a bifurcação, revela um movimento urbano que avançava continuamente em direcção ao Tejo, conquistando terreno ao rio. Esta artéria pode ser vista como uma antecessora da Rua Nova, aberta no século XIII, que se revelaria um espaço privilegiado para a vida social e comercial da cidade. A relevância da margem ribeirinha do arrabalde ocidental talvez remonte à época romana, por ter aí existido o edifício do criptopórtico da Rua da Prata e um muito menos conhecido, mas também relevante, edifício de grandes dimensões, que se situava na actual Rua Augusta, n.^{os} 61-69 (antiga loja da Zara, hoje Pull & Bear), e que foi escavado em 2000 pela ERA; contudo, não foi possível confirmar a sua cronologia.⁴⁴ A oriente, o arrabalde de Alfama, de provável matriz romana, como veremos, iria desenvolver-se acompanhando a via que corria paralela ao Tejo e que possivelmente se manteve durante a Antiguidade Tardia. No centro da cidade, na zona intramuros, o teatro constituiria uma linha definidora do sistema viário, e logo,

43 Sobre esta questão ver: Parte I, subcapítulo 3.5 – Estruturas urbanas sob o claustro da Sé. Ver também: Borie et al. 1978.

44 M. Ferreira et al. 2000.

do urbanismo que se desenvolveria na sua envolvente. Seria então sobre este sistema viário, herdeiro do que existiu em época romana, mas já alterado relativamente à sua matriz romana, que se desenvolveria a cidade durante a época de domínio islâmico.

2.

O URBANISMO ISLÂMICO:

Do preconceito ao conhecimento

2.1. Velhos preconceitos e novas propostas

A visão orientalista⁴⁵ observa o mundo islâmico do ponto de vista do colonizador, considerando o urbanismo romano de matriz ortogonal, supostamente mais harmónico e correcto, como o auge da perfeição urbanística. Nesta perspectiva redutora e simplista, a forma urbana das cidades clássicas mediterrânicas teria sido corrompida por um urbanismo islâmico, inferior, caótico e irregular.⁴⁶

Este ponto de vista simplista e meramente descritivo penetrou de forma intensa nas ciências que se dedicam ao estudo da cidade, existindo ainda vestígios expressivos desta perspectiva míope e colonialista.⁴⁷ Desde os anos 60 do século passado, a investigação sobre o urbanismo islâmico tem-se libertado gradualmente

45 Sobre o orientalismo em geral, ver: Said 2004.

46 A perspectiva orientalista sobre o urbanismo islâmico foi desconstruída de forma acutilante por Janet Abu-Lughod num artigo fundamental sobre o conceito de cidade islâmica (Abu-Lughod 1987) e sumariada no artigo de Giulia Neglia (Neglia 2008). Sobre esta perspectiva tradicional, afirmava Manuel Acien Almansa em 2001: “*El concepto tradicional, que se elabora desde los trabajos de los hermanos Marçais hasta las síntesis de von Grunebaum de 1955, en efecto, como han puesto en evidencia los críticos, posee una serie de connotaciones políticas de tipo colonial, e incluso racistas, que son totalmente inaceptables. Pero además de ello, el concepto se suele resumir en tres componentes, como son el desorden urbano que tiene su expresión en la planta laberíntica, la influencia del islam en ese desorden y su inmutabilidad, y el papel determinante del suq, del mercado, en la economía y configuración de esas ciudades*” (Acien Almansa 2001, 14-15). Note-se também a descrição desta perspectiva por André Raymond: “*The comparison between an urbanism of Antiquity supposedly endowed with every perfection, and a ‘Muslim’ urbanism characterized, at first sight, by a profound irregularity and by a rejection of all intelligible rules brought Orientalists to some discouraging conclusions regarding the physical structure of cities*” (Raymond 2008, 49).

47 Veja-se por, exemplo, a *Breve História do Urbanismo*, de Fernando Chueca Goitia (2006), livro hoje amplamente usado nas faculdades de arquitectura ibéricas, em que a própria estrutura da obra omite o período da Antiguidade Tardia, e se consideram apenas a “cidade antiga”, a “cidade islâmica” e, posteriormente, a “cidade medieval”, nos capítulos 3, 4 e 5, respectivamente. No campo oposto, veja-se a parte relativa a “cidades, alcáçovas e mesquitas”, por Cláudio Torres e Santiago Macias (1995, 163-176), inserida no capítulo intitulado “A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz: A Arquitectura e as Artes”, na *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira. A nível nacional, note-se também as seguintes afirmações de Manuel Teixeira e Margarida Valla, em *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*: “E ainda hoje possível apercebermo-nos das influências urbanísticas islâmicas que permaneceram nos traçados de muitas cidades portuguesas. Da mesma forma, podemos identificar essa influência na permanência de certos hábitos de vida urbana, nomeadamente alguma incapacidade de entender e de usufruir plenamente os espaços abertos da cidade” (1999, 19). Nesta obra, as características fundamentais da cultura urbana muçulmana são resumidas desta forma: “a tradição dos espaços fechados e sinuosos, a falta de espaços livres nas cidades e a existência de rossios de feira localizados extramuros que substituíam, em algumas das suas funções as praças inexistentes. As necessidades de defesa e o estilo de vida não ostensivo prescrito pelo Corão contribuíram para o carácter íntimo das suas ruas, tortuosas, com diferentes perfis ao longo do seu percurso, das quais saíam outras ruas em cotovelo ou becos que davam acesso a pequenos conjuntos de casas. As condições climáticas aconselhavam igualmente o sombreamento das ruas e daí a sua pouca largura. As casas eram viradas para pátios interiores, e as poucas aberturas para a rua eram protegidas por janelas, rótulas e muxarabis elaborados” (1999, 19). A cidade islâmica é assim definida por oposição à cidade cristã, por aquilo que não possui, as praças. Além disso, na ausência de atribuição de processos lógicos para explicar o urbanismo muçulmano, atribui-se de modo exacerbado a responsabilidade urbanística à religião e, simultaneamente, às características climáticas. Note-se como as afirmações de André Raymond, sobre a “visão orientalista” se aplicam às considerações de Manuel Teixeira e Margarida Valla: “*The Muslim city is, then, characterized above all by what it lacks: the regularity, regulation, and civic spirit of the city of Antiquity; the communal institutions of the medieval city. It is wedded to decline*” (2008, 51).

dos referidos preconceitos, revelando os problemas estruturais da visão orientalista surgida entre os finais do século XIX e o início do século XX.⁴⁸

Observemos, sucintamente, alguns pontos que refutam esta visão simplista do urbanismo islâmico. Em primeiro lugar, nem todas as cidades romanas eram totalmente ortogonais, como se observou no capítulo anterior, algumas apresentavam malhas urbanas irregulares, sendo o caso de Roma o mais óbvio e gritante. Em segundo lugar, quando, no século VIII, o islão entra na Península Ibérica, já as urbes haviam sofrido grandes alterações nas suas malhas urbanas.⁴⁹ Entre outros processos de transformação urbana, os sistemas viários das cidades foram sofrendo grandes modificações ao longo de toda a Antiguidade Tardia, como o estreitamento das vias ou a invasão do espaço público por estruturas privadas e ainda a perda de funções de grande parte dos edifícios públicos, como teatros, anfiteatros ou termas.⁵⁰ Em terceiro lugar, muitas cidades concebidas em época de domínio islâmico possuíam malhas urbanas ortogonais, tanto integralmente, no caso de urbes palatinas (Madinat al-Zahra⁵¹) ou de cidades erguidas sobre acampamentos militares (al-Kufa⁵²), como parcialmente, como se verificou em várias urbes do al-Andalus (Córdova, Denia, Almeria, Múrcia, Pechina, etc.⁵³), e também como se veio a verificar em Lisboa.⁵⁴ Estes factos levam-nos forçosamente a rejeitar a visão orientalista e a recusar veementemente o seu simplismo e preconceito.

Alguns estudos mais recentes têm vindo não só a ajudar a desconstruir os velhos preconceitos, mas também a propor novas ideias sobre o urbanismo islâmico, nomeadamente, as evidências reveladas nos trabalhos arqueológicos de Júlio Navarro Palazón e de Pedro Jiménez Castillo sobre as cidades do al-Andalus, e também nas considerações de Luísa Trindade sobre o urbanismo medieval no espaço do território nacional.⁵⁵ Estes autores, entre vários outros, demonstram de forma clara

48 Vejam-se alguns estudos sobre o urbanismo islâmico do Al-Andalus: Torres Balbás 1970 (a obra póstuma de Torres Balbás ainda se reveste de um intenso teor orientalista, contudo é uma obra seminal, que não pode deixar de ser consultada); Betrán Abadía 1996; 2005; Hakim 2008a; Haneda et Miura 1994; Mazzoli-Guintard 1996; García-Bellido et García de Diego 2000; Passini 2001; Malpica Cuello 2006; Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2001; 2003; 2007a; 2007b; 2007c; 2012.

49 Kennedy 1985; 2008.

50 Estes fenómenos urbanos são observáveis na evolução urbana de Mérida durante a Antiguidade Tardia (Alba Calzado et Mateos Cruz 2008).

51 López-Cuervo 1985, 24-29.

52 Djaït 1986.

53 Trindade 2009, 51-52.

54 Referimo-nos tanto ao bairro islâmico encontrado no arrabalde ocidental, sob a actual Praça da Figueira: “o bairro detectado em nada tem a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica, antes bem pelo contrário, ele denuncia, embora sugerindo dois programas algo diversos, planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais” (R. B. Silva et al. 2011, 23) – como ao bairro islâmico da Alcáçova (Ver Parte II, subcapítulo 3.3 – O bairro residencial da Praça Nova).

55 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2001; 2007a; 2007c; Trindade 2013a. No panorama nacional, devemos também referir o trabalho que Cláudio Torres, Hermenegildo Fernandes, Santiago Macias e Susana Gómez Martínez têm desenvolvido, não apenas sobre o urbanismo islâmico, mas também sobre o legado cultural islâmico no território nacional (cf. Torres 1994; Torres et Macias 1995; 1998a; 1998b; Macias 1998; Martínez et al. 2007; H. Fernandes 2000; 2008; H. Fernandes et Vilar 2007).

que o urbanismo islâmico é uma estrutura complexa, caracterizada por vários graus de planificação e que não pode ser reduzido a uma mera acção destituída de lógica.

2.2. As lógicas do urbanismo islâmico

Antes de mais, importa explicar que o próprio conceito “urbanismo islâmico” tem já um longo e complexo percurso na historiografia e que o escolhemos não por uma mera oposição entre este e um urbanismo cristão, e muito menos temos como objectivo qualquer tentativa de regresso à “visão orientalista”. Escolhemo-lo porque permanece operativo, mesmo despido dos preconceitos tradicionalmente associados ao urbanismo islâmico. Já “cidade tradicional árabe”, proposto por André Raymond, parece-nos menos operativo, simplesmente porque, no caso específico do al-Andalus, o termo “árabe” implica considerações étnicas e sociais que apagariam, por imposição, outras camadas sociais mais relevantes na sociedade do al-Andalus do que a população árabe.⁵⁶ Referimo-nos à influência da população berbere, que estava realmente arabizada, mas que tinha no Magrebe e no al-Andalus uma relevância cultural própria, e também à população muladi, constituída por hispânicos convertidos ao islão e que contabilizaria uma grande parte dos muçulmanos das cidades do al-Andalus.⁵⁷ Sendo assim, parece-nos que o termo urbanismo islâmico, despido dos tradicionais preconceitos, é o mais inclusivo, pois abrange todas as populações que habitavam e, no fundo, moldavam a forma da cidade islâmica do al-Andalus.

Substituindo a tradicional categorização urbanística entre cidades ortogonais e cidades orgânicas, ou morfologia regular *versus* irregular, Pedro Castillo e Júlio Palázon propuseram três categorias de morfologia urbana operativas no urbanismo islâmico: regulares, semi-regulares e irregulares. Segundo estes autores, estas categorias resultam da planificação (total, parcial ou mínima) de que essas cidades foram objecto, que por sua vez depende directamente de um agente impulsor (autoridade oficial ou a comunidade).

Um dos aspectos mais interessantes desta proposta é o facto de inserir, no campo do agente impulsor, não só a autoridade oficial, ou seja, o poder central, mas também incluir a comunidade como parte responsável pelo planeamento urbano. Esta aparente pequena adenda é subtil, mas fundamental para a compreensão do urbanismo islâmico; porque, nas cidades islâmicas medievais, a comunidade tinha

⁵⁶ Raymond 2008.

⁵⁷ Sobre a sociedade no al-Andalus, ver: Marín 1992.

um papel decisivo sobre a forma urbana das cidades. De facto, um chefe de família, quando considerava erguer a sua casa, não o faria ao acaso; pelo contrário, planeava, considerando todas as possibilidades, qual a melhor forma que esta poderia ter, dentro das condicionantes a que estaria constrangido. Ou seja, a comunidade tinha um papel de relevo no desenho da morfologia urbana, pois era esta que geria, de forma individual, o parcelário das habitações, desde que não se prejudicasse os acessos comuns, podendo estes ser alterados no seu percurso, mas não extintos. Deste modo, a gestão individual por parte dos membros da comunidade tinha um impacto notável no urbanismo.

Penetrando na esfera da sociologia, recuperemos a ideia de Janet Abu-Lughod ao considerar o “bairro” das urbes islâmicas como uma estrutura fundamental e definidora. Para a socióloga urbana, a permissividade observada na atitude das autoridades para com a sociedade civil muçulmana permitiu que funções relevantes da vida urbana fossem definidas pela própria sociedade. Visto que muitas destas funções estavam inseridas na esfera familiar ou do clã (manter e iluminar ruas e acessos, guardar as áreas circundantes, supervisionar e até sancionar comportamentos, etc.), o “bairro” tornou-se num factor crucial da vida urbana das cidades islâmicas em época medieval.⁵⁸

Na maioria das cidades do al-Andalus, coexistiriam vários tipos de morfologias, consoante as zonas e os responsáveis pelo edificado. No caso concreto da cidade da foz do Tejo, existiram igualmente diferentes tipos de morfologias: regulares, quando havia uma planificação realizada por uma autoridade oficial, como deverá ter acontecido no caso do bairro da Praça da Figueira⁵⁹ e das casas da Alcáçova;⁶⁰ e irregulares, quando a planificação era mínima e a força motriz seria a própria comunidade, tal como parece ter ocorrido nos claustros da Sé.⁶¹

Vejamos dois exemplos claros de intervenção por parte das autoridades na morfologia urbana de duas cidades islâmicas no século IX. Numa descrição da fundação de Fez, em 808, é referido que Idris ibn Idris escolheu a localização das mesquitas, dos bairros principais, das muralhas e dos mercados. Em seguida, o segundo idríssida terá deixado o povo construir onde e como quisesse, enquanto durasse a construção da muralha.⁶² Durante a fundação de Badajoz, por Abd al-Rahman Ibn Marwan al-Jilliki,

58 Abu-Lughod 1987, 162-163.

59 Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira, ver: Parte III, subcapítulo 3.1 – Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”; Silva et al. 2011; R. Silva 2012a.

60 Sobre as casas islâmicas da alcáçova de Lisboa, ver: Parte II, subcapítulo 3.3 – O bairro residencial da Praça Nova.

61 Sobre o urbanismo islâmico nos claustros da Sé de Lisboa, ver: Parte I, subcapítulo 3.5 - Estruturas urbanas sob o claustro da Sé; J. L. Matos 1994, 33; 2001; Amaro 2001.

62 Relato de Ibn Abi Zar, traduzido em Navarro Palazón e Jiménez Castillo (2007a, 276): “Comenzó la construcción del muro de la barriada de al-Andalus por el medio día, y la rodeó toda de muros; edificó en ella la mezquita que está en rabbat al-bir (la explanada

em 885, a localização da alcáçova, da mesquita aljama, dos banhos e do traçado das muralhas ficou a cargo do fundador da cidade.⁶³ Perante estes dados, demonstra-se que o poder central, ou local, podia optar por estabelecer a situação topográfica de edifícios e estruturas urbanas que eram fulcrais para o funcionamento da própria cidade, o que tinha, conseqüentemente, grande impacto no desenho urbano.

Além das questões relacionadas com a intervenção da sociedade civil e das autoridades sobre a forma urbana, importa notar como a própria estrutura das residências islâmicas, maioritariamente estruturadas em volta de um pátio central, desvalorizando os acessos visuais e físicos à via pública, resultava num desenho urbano articulado e complexo.⁶⁴ A aglutinação de residências com pátio, pertencentes a membros de uma mesma família alargada, favorecia o crescimento de blocos residenciais justapostos, pois estas residências iam sendo construídas e reconstruídas para satisfazer as necessidades da família alargada.⁶⁵ A própria divisão de propriedades de pátio central em outras menores causava a necessidade de abertura de novos acessos, o que também resultava na complexificação da rede viária e do parcelário, levando à diminuição da superfície média das parcelas.⁶⁶ Na verdade, o urbanismo das cidades medievais islâmicas no al-Andalus e no Magrebe era profundamente marcado pelo complexo mosaico de casas-pátio, que criava um sistema viário inevitavelmente intrincado, mas não desprovido de sentido, pois possuía uma lógica própria na hierarquia viária da cidade islâmica. Os acessos a estas casas-pátio eram muitas vezes realizados através de pequenas ruas semiprivadas, que muitas vezes eram estreitas, sobretudo porque interessava mais à família proprietária do lote maximizar o espaço interior à custa da largura dos acessos secundários, os quais normalmente eram usados apenas por essa família. Deste modo, note-se como a sobreposição do espaço privado sobre o espaço público, referida na perspectiva orientalista como uma suposta incapacidade dos habitantes em compreender a noção de espaço público, não pode ser aplicada relativamente aos acessos às habitações, pois estes já eram, eles próprios, espaços privados ou semiprivados. Além disso, estes acessos eram profusamente regulamentados, tal como Youssef Khiara e Besim S. Hakim demonstraram cabalmente, o que

del pozo), que se llama la mezquita de los jeques, y predicó en ella el sermón del viernes. Luego, emprendió la edificación de la barriada de al-Qaravayn . . . se trasladó a ella desde la barriada de al-Andalus, estableciéndose en el sitio llamado al-Margarmada. Levantó allí una tienda y se puso a edificar la mezquita, hoy llamada de lhos Chorfa, pronunció en ella la juba y, luego, emprendió la construcción de su casa, llamada ahora Dar al-Qaytun, que habitan sus hijos los Chorfa al-Djutiun. Luego, edificó la alcaicería, al lado de la gran mezquita; y al su redor, los zocos. Mandó al pueblo construir y plantar y les dijo: 'El que edifique en su sitio y lo plante antes de terminarse la construcción de la muralla, tendrá ese sitio para el gratis, por mi deseo de ver la cara de Dios'. Edificó la gente y plantó frutales y se multiplicaron las casas y los jardines.' Esta fonte não é das mais seguras relativamente a acontecimentos históricos, mas o que aqui mais importa é que o autor define como se fundava uma cidade.

63 Valdés Fernández 1986, 334.

64 Sobre o impacto da casa de pátio central no urbanismo islâmico, ver: Trindade 2009, 62-64.

65 Sobre a família alargada e a sua relevância no urbanismo islâmico, ver: Bianquis 1997, 286-291.

66 Sobre esta questão, ver: Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007c, 104-108.

revela que a sua complexidade não resultava de um desinteresse em regular, pois a regulação existia, sendo várias as normas a que os acessos às casas estavam sujeitos. O *fiqh*, ou seja, o corpo legal baseado no islão relativo à vida pública e privada, tinha repercussões importantes na forma urbana, sobretudo no que respeita à privacidade familiar, inibindo a existência de corredores visuais entre as habitações, e também nos direitos relacionados com a construção sobre o espaço aéreo dos vizinhos. Além disso outras regulações faziam parte da vida urbana das cidades muçulmanas do al-Andalus e Magrebe, como o respeito pela propriedade privada ou o direito de um proprietário construir sobre o espaço vago adjacente, ou ainda a regulação da dimensão mínima da largura das ruas em sete cúbitos, possibilitando a passagem de dois quadrúpedes.⁶⁷

Estudos recentes têm desmantelado a visão orientalista que observava a cidade islâmica como um objecto estático, favorecendo a análise urbana, pois esta suposição falaciosa considerava as medinas das cidades contemporâneas como uma cristalização medieval. A verdade é que a cidade islâmica era, e continua a ser, extremamente dinâmica, pois o seu estado actual é fruto de uma inexorável evolução marcada por uma complexificação contínua do sistema viário, até ao momento em que uma autoridade se sobrepõe aos interesses privados, bloqueando assim essa evolução. Christine Mazzoli-Guintard compreendeu a relevância desta questão, considerando que um dos factores mais prementes para a complexificação da malha urbana das cidades islâmicas resulta exactamente do singular processo evolutivo que cada uma dessas cidades sofreu.⁶⁸ No caso das urbes erguidas pelas autoridades e abandonadas ainda em época medieval, como o caso de Madinat al-Zahara, uma cidade áulica erguida de raiz por Abd al-Rahman III, e por isso muito afastada das condições evolutivas de Lisboa, é natural que persistisse nas suas ruínas uma forma urbana ortogonal, pouco afectada pelos vários fenómenos decorrentes da evolução urbanística de uma urbe. Efectivamente, algumas escavações realizadas em cidades que foram abandonadas, como Pechina ou Saltés, revelaram sistemas viários pouco afectados porque nessas cidades simplesmente não houve evolução.⁶⁹

O cenário urbano, nas cidades que permaneceram vivas e activas durante e após a Idade Média, é bastante marcado pelos processos evolutivos descritos e analisados por Pedro Castillo e Júlio Palázon na sua proposta sobre a medina saturada,

67 Hakim 2008a; 2008b; Khiara 1994. Sobre a influência da normativa islâmica no urbanismo português, ver: Pinto 2012; 2017.

68 Mazzoli-Guintard 1996, 123-126.

69 Mazzoli-Guintard 1996, 124.

destacando-se os seguintes: a subdivisão de propriedades, a deslocação de estruturas artesanais e funerárias para fora de muros e a complexificação do sistema viário.⁷⁰

Relativamente à subdivisão de propriedades, era um processo inevitável, devido às características da sociedade muçulmana, que levava ao aumento da densidade urbana, causando assim um significativo aumento da pressão sobre o sistema viário. O aumento da densidade urbana, ou seja, a saturação do tecido urbano, obrigava também à redução de outras estruturas urbanas, além das habitações, como as olarias e outras instalações artesanais, as quais acabavam por ser deslocadas para zonas cada vez mais periféricas, consoante o crescimento urbano. Também as necrópoles sofriam essa mesma pressão, tal como demonstram as palavras de Ibn Abdun, no seu tratado de *Hisba* sobre Sevilha no século XII: “*L’un des devoirs les plus importants du cadi qu’Allah l’assiste! – est donc d’ordonner la démolition des constructions élevées de nouveau dans le cimetière et d’expulser les marchands des boutiques qu’on y a bâties et dont l’emplacement doit être réservé aux visiteurs qui stationnent dans les allées réservées entre les tombes*”.⁷¹ A questão dos cemitérios intramuros merece algumas considerações, pois apenas recentemente foi posta em causa a proposta de Torres Balbás que defendia, como norma geral, a localização destas estruturas fora de muros.⁷² Segundo Julio Palazón e Pedro Castillo, a ideia de Balbás não é satisfatória porque não considera os diferentes estágios da evolução da cidade islâmica. Nas fases iniciais, ou seja, na cidade dispersa, a existência de cemitérios intramuros não impedia o desenvolvimento urbano, mas nas fases posteriores, ou seja, na cidade saturada, estas estruturas terão sido impelidas para fora de muros, por serem espaços sagrados onde a construção não era permitida.⁷³ Além disso, foram identificados cemitérios intramuros em Múrcia, Denia, Orihuela, Balaguer, Valência e Alicante, revelando-se, segundo estes autores, a sua presença nas primeiras fases de ocupação das urbes, um fenómeno possivelmente característico do urbanismo medieval islâmico.⁷⁴ No que respeita à complexificação do sistema viário, este poderia ocorrer através de fenómenos como a supressão ou redução da largura dos arruamentos ou a formação de adarves, devido a necessidades concretas

70 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007a, 284-292. As propostas destes autores têm como principal fundamentação as escavações arqueológicas que dirigiram em Múrcia e em Siyasa.

71 Ibn ‘Abdun 2001 p. 52.

72 Torres Balbás 1970, 1:235-238.

73 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007a, 283: “*Torres Balbás defendió como norma general su emplazamiento extramuros en al-Andalus, a excepción de los destinados a los gobernantes y a sus familias, para cuyos enterramientos podían utilizarse pequeños cementerios privados, denominados raudas, situados en el interior de alcázares y palacios. Según el principio de autoridad, este planteamiento se extendió y sirvió para justificar la supuesta inexistencia de cementerios intramuros, yendo más allá de los planteamientos iniciales defendidos por los primeros investigadores. Al no contemplar distinción alguna entre el paisaje disperso y el saturado se incurrió en el grave error de creer que instalaciones de este tipo, que efectivamente serán desplazadas a la periferia en los tejidos urbanos saturados, han de estarlo también en los núcleos de población dispersos que, como hemos visto, no tienen problema alguno en incluir dentro de sus recintos murados incluso espacios cultivados o simplemente vacíos. La presencia de cementerios intramuros en estas medinas era posible por la inexistencia de impedimentos legales o doctrinales, a diferencia de lo que sucedía en el mundo romano.*”

74 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007b, 123-126.

da comunidade, tal como indicam os dados arqueológicos de escavações realizadas em Siyasa, Múrcia e Saragoça.⁷⁵ O adarve aqui referido não significa o espaço estreito que ocorre ao longo das muralhas, mas sim o acesso semiprivado às casas que se abrem para este pequeno arruamento, correspondendo à raiz etimológica da palavra em árabe: *darb*, pl. *durub*.

O *waqf* era um outro mecanismo, característico do urbanismo medieval islâmico, que levava à alteração da forma urbana. Em oposição à iniciativa oriunda da autoridade oficial da cidade, permitia que também a iniciativa privada, sobretudo procedente das classes socialmente mais favorecidas, tivesse um papel definidor no desenho urbano.⁷⁶ O *waqf* consistia numa doação, realizada por um muçulmano, de um bem, muitas vezes imóvel, que não poderia ser transmitido a outro indivíduo, quer por venda, oferta ou herança, tornando-se essa propriedade perpetuamente inalienável. Estas doações tinham normalmente um propósito concreto, beneficiários específicos e um modo de administração preciso. Por exemplo, durante o século XII, Saladino usou este sistema para transformar a paisagem urbana de Jerusalém.⁷⁷ Estas doações consistiam muitas vezes na construção de edifícios de utilidade pública, como escolas, hospitais, banhos, arsenais, etc.

Um outro mecanismo legal definidor do urbanismo das cidades islâmicas medievais consistia no sistema de *al-fîna'*. Hoshiar Nooraddin define este conceito como um espaço de extensão variável, que podia incluir desde o pátio de entrada até toda a área que rodeava um edifício, cuja função consistia na mediação entre os espaços interiores de uma propriedade e o espaço exterior.⁷⁸ Tratava-se de um conceito fluido e ajustável de acordo com as particularidades do lugar e com a percepção dos intervenientes. A propriedade da *al-fîna'* podia ser única ou partilhada, o que obrigava a negociações entre vizinhos quando se pretendia realizar acções de construção ou demolição que afectassem a *al-fîna'*, sendo necessário que se chegasse a um acordo, a não ser que o direito sobre a *al-fîna'* pertencesse integralmente à mesma pessoa. A *al-fîna'* pode ser vista como um bem comunitário que deveria ser protegido e respeitado pelas autoridades. Neste sentido, note-se o caso ocorrido em inícios do século X, em Córdova, quando Ibn al-Salim, *hadjib* do emir Abd Allah I (844-912), ocupou indevidamente a *al-fîna'* ao ponto de impedir a passagem na principal via que

75 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007c, 109-119.

76 Bianquis 2006, 850: "the nobles held them financially through the waqf system. Out of their purses, they built schools (*kuttab* for little children, *madrâsas* for students), hospitals (*bimaristan*), convents for Sufis (*khanaqah*), drinking fountains (*sabil*), baths (*hamam*) public hostels for travellers, and warehouses for goods (*funduq*, *khan*, *wikala*). In addition, they rented out houses, shops, and gardens to pay the expenses for the waqf's work".

77 Powers 2006, 858.

78 Nooraddin 1996, 4.

atravessava a zona da Al-Sarquiyya, o arrabalde oriental de Córdoba. Esta ocupação foi considerada ilegal de forma unânime pelos juristas cordoveses, e Ibn al-Salim foi condenado a derrubar o muro que tinha erguido na *al-fina*.⁷⁹

Com base nas ideias de Luísa Trindade e de Beatriz Bolumburu, apresentamos uma proposta de organização hierárquica do sistema viário das cidades islâmicas, aplicada ao espaço urbano da actual medina ocidental de Tunes (ver figura 7). Nesta proposta, temos também em conta o enquadramento sugerido por Palazón e Jiménez relativamente à evolução das cidades islâmicas, o qual tem origem na observação arqueológica de urbes do al-Andalus.⁸⁰ Na perspectiva de Palazón e Jiménez, a actual Tunes pode ser vista como uma urbe no seu estágio último de evolução, onde o espaço urbano do centro histórico atingiu já um alto nível de saturação. A escolha deste caso prende-se com a possibilidade que ele fornece na demonstração de um sistema viário no seu estado mais complexo, permitindo assim desmistificar a desordem aparente, e compreender, finalmente, o labirinto.

79 Mazzoli-Guintard 2009, 64.

80 Trindade 2009, 66-67; Arízaga Bolumburu 1993, 19-20. Julio Palazón e Pedro Castillo apresentam um modelo dividido em quatro categorias (Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2001, 87).



Figura 7. Sistema viário da parte meridional da actual medina de Tunes

O sistema viário da parte meridional da actual medina de Tunes pode ser hierarquizado em três categorias: primário, secundário e terciário. O primário efectua as ligações entre as portas da cerca urbana e o centro da cidade, ligando directamente o exterior da medina à mesquita central e delineando os principais eixos distribuidores da circulação da cidade. O secundário liga as vias primárias aos vários sectores da cidade. Por fim, o terciário consiste nos acessos às casas privadas que aqui denominamos adarves. Assim, verifica-se que o sistema viário das cidades de matriz islâmica, justamente pela sua natureza complexa, pode ser facilmente confundido com uma ausência total de planeamento, o que não corresponde à verdade. Esta hierarquização constituirá a base conceptual que aplicaremos ao longo deste trabalho, tanto à cidade em época islâmica como após 1147.

Sintetizando, neste capítulo apresentámos vários motivos e argumentos que invalidam a percepção orientalista acerca das cidades islâmicas, que se estendeu também às cidades medievais do al-Andalus. Observámos como tanto a comunidade como as autoridades intervinham directamente sobre a forma urbana das cidades e como a casa-pátio se constituía como célula fundamental da estrutura urbana das cidades medievais do al-Andalus, afectando directamente o desenho urbano. Considerando as observações de Julio Palazón e Pedro Castillo, notámos a preponderância das diversas fases evolutivas da cidade muçulmana medieval e a posição topográfica dos cemitérios. Sublinhámos dois institutos jurídicos das cidades islâmicas medievais, o *waqf* e a *al-fîna'*, e as suas consequências no desenho urbano. Por fim, apresentámos a nossa proposta sobre o sistema viário existente nas urbes onde se desenvolveram medinas saturadas e, por isso, complexas.

Na conclusão deste capítulo, importa observar que a alteração do domínio político, de mãos islâmicas para cristãs, não modificará imediatamente ou radicalmente a forma urbana da cidade. Pois, tal como se observa no processo de implantação da rede paroquial, que analisaremos no capítulo seguinte, a cidade preexistente condicionou em grande medida todo o processo de transição, sobretudo através da permanência da rede de templos religiosos da cidade.

3.

A IMPLANTAÇÃO DA REDE PAROQUIAL

3.1. As paróquias da Lisboa medieval

Um dos mais importantes processos urbanos que se iniciaram logo após a conquista da cidade, por D. Afonso Henriques e pelos cruzados em 1147, foi a implantação da rede paroquial. Como veremos, tratou-se de um processo célere, fortemente consolidado no início da centúria de Duzentos e sem alterações até ao século XVI.⁸¹ Importa aqui perceber como foi possível implantar uma rede tão sólida e duradoura num tão curto espaço de tempo, e, ao mesmo tempo, compreender quais os fundamentos em que se alicerçou.

Sucintamente, a paróquia medieval consiste numa instituição eclesiástica detentora de uma pia baptismal, cemitério e clérigos que administravam os sacramentos aos paroquianos e celebravam os ofícios litúrgicos necessários.⁸² Devemos ter em conta que, apesar desta definição simples e aparentemente estanque, a realidade seria bastante mais complexa, sobretudo no que se refere à delimitação territorial. Tal como notou José Mattoso, as paróquias eram, até pelo menos meados do século XIII, centros com um determinado raio de acção que não tinham de estar necessariamente limitados por fronteiras precisas.⁸³ Na verdade, a rigorosa delimitação das fronteiras paroquiais só viria a ser necessária devido ao pagamento do dízimo, o qual se constitui como um imperativo económico que oferece sentido à delimitação territorial. Em 1289, numa das concordatas de D. Dinis, os bispos queixavam-se dos impedimentos que o monarca e os concelhos causavam ao estabelecimento das circunscrições paroquiais necessárias à colecta do dízimo.⁸⁴ Apenas nas primeiras décadas do século XIV, a questão da colecta do dízimo e a consequente demarcação paroquial parece ter ficado consolidada, continuando, ainda assim, a existir problemas entre paróquias e paroquianos. A delimitação precisa das paróquias foi, como se percebe por estas informações, um processo longo e difícil, que nos deve levar a considerar que o estabelecimento das paróquias durante a segunda metade do século XII, em Lisboa, teve uma evolução complexa.

81 Sobre este tema ver: Cunha 1642; A. V. Silva 1943; Vargas 2002; C. G. Silva 2008; Farelo 2006.

82 Farelo 2006; Vilar 1999, 218-220.

83 Mattoso 2001b.

84 *Ordenações Afonsinas* 1984, 7-8.

O maior problema que surge na análise do processo que decorre entre 1147 e os inícios da centúria de duzentos consiste na escassez de dados nas fontes documentais. Na verdade, não sobreviveram quaisquer documentos que se refiram directamente à fundação de igrejas neste primeiro momento da organização paroquial. Apenas é possível encontrar notícias sobre as igrejas paroquiais quando estas já são uma realidade estabelecida, circunstância que nos leva a admitir que não sabemos com certeza qualquer data de fundação paroquial, pois apenas temos conhecimento da existência de uma paróquia a partir do momento em que esta foi mencionada na documentação. Infelizmente, no caso de Lisboa, a arqueologia e a epigrafia não oferecem grande ajuda para um melhor entendimento desta questão. No melhor cenário, é eventualmente possível perceber, através de estudos arqueológicos, que uma determinada igreja teve remodelações arquitectónicas numa determinada altura, mas é raro haver informação precisa sobre a cronologia dessas remodelações, atestando-se a existência de uma igreja, de um cemitério e pouco mais. Sobre a paróquia propriamente dita, a sua circunscrição e o seu momento fundador, estas disciplinas permanecem em silêncio.

Ainda assim, apesar da escassez de dados concretos, foram sendo publicadas algumas tabelas com as datas das primeiras referências documentais às igrejas de Lisboa, dados que apesar de serem elusivos, como já observámos, constituem a única fonte de informação sobre este processo. Em 1937, Ruy de Azevedo publicou uma planta de Lisboa em princípios do século XIII, na qual assinalou as igrejas e as respectivas referências mais antigas, todavia não apresentou informações sobre as fontes usadas para a produção deste quadro.⁸⁵ Em 1943, Augusto Vieira da Silva, no seu trabalho *As Freguesias de Lisboa*, apresentou uma lista com as “Datas da criação das freguesias, algumas certas, e outras indicadas por vários autores como sendo as da fundação, ou as mais antigas conhecidas da existência das freguesias ou igrejas”, documentando-a sobretudo através de fontes narrativas, tecendo ainda algumas hipóteses sobre a implantação e evolução da estrutura paroquial lisiponense.⁸⁶ Em 1975, Gérard Pradalié, na sua obra *Lisboa da Reconquista ao fim do Século XIII*, apresenta um quadro com as “Datas do estabelecimento das igrejas paroquiais”, mas infelizmente não nos oferece qualquer informação sobre as fontes usadas.⁸⁷ Mais recentemente, em 2002, José Manuel Vargas publicou um quadro intitulado

85 R. Azevedo 1937.

86 Augusto Vieira da Silva utilizou para a datação das primeiras referências às igrejas medievais de Lisboa as seguintes fontes narrativas: Cunha 1642; A. C. Cunha 1706; Castro 1762 (cf. ainda A. V. Silva 1943, 71).

87 Neste trabalho, foi possível verificar algumas das fontes documentais usadas tanto por Gérard Pradalié como por Ruy de Azevedo e em vários casos chegou-se inclusivamente às mesmas datas (Pradalié 1975, 143).

“Antiguidade e rendimento das freguesias de Lisboa”, no qual encontramos algumas novas propostas de datas e as menções às fontes documentais e narrativas usadas pelo autor.⁸⁸ O último trabalho que acrescentou novas informações foi o artigo de Mário Farelo, “O Direito de Padroado na Lisboa Medieval”, em que se documentou devidamente as referências em notas, o que, em alguns casos, permitiu actualizar algumas datações.⁸⁹

O quadro aqui apresentado observou todos estes estudos, confirmando e complementando os dados através da análise da documentação (ver Quadro 2). Considerando-o, torna-se claro que praticamente toda a rede paroquial medieval de Lisboa estava constituída em princípios do XIII. Na realidade, esta é a única conclusão a que se pode chegar. Têm sido elaboradas algumas interpretações sobre estes dados, apontando para que as paróquias intramuros teriam sido as primeiras a ser ocupadas, como afirmou Gerard Pradalié, seguindo-se, por ordem, o arrabalde oriental e depois o Ocidental.⁹⁰ Esta interpretação poderá eventualmente fazer sentido na lógica da ocupação do espaço, mas fica fragilizada se tiver como base apenas as datas das primeiras referências documentais às igrejas paroquiais, pois, como já foi referido, não nos dão qualquer informação sobre o momento de fundação das igrejas, apenas confirmam que estas já existiam em determinada altura. Além disso, as próprias fontes em que esta argumentação se baseia levantam problemas por serem tão escassas e díspares. Por exemplo, a datação das paróquias intramuros para a década de 1160 procede em grande parte de uma só fonte, indirecta, um traslado que transcreve parcialmente uma doação do bispo D. Gilberto, no qual são referidas as terças das igrejas de Santa Cruz, São Jorge, São Martinho e São Bartolomeu.⁹¹ Do mesmo modo, parte significativa das referências às paróquias que se localizam no arrabalde oriental, datadas da década de 1170, têm origem no *Inventário de Compras S. Vicente*, uma fonte importante, por ser proveniente do fundo documental mais antigo da cidade, mas, por pertencer a um único cartório conventual, está limitada à área de interesse do próprio mosteiro, não espelhando de forma abrangente toda a realidade do mercado imobiliário urbano da cidade nas últimas três décadas do século XII.⁹²

Visto que não é viável, nem desejável, centrar a nossa análise sobre a implantação da estrutura paroquial apenas nas datas das fundações paroquiais, tentaremos

88 Vargas 2002, 47-66.

89 Farelo 2006.

90 Pradalié 1975, 38.

91 BNL, Fundo Geral, códice 139, fl. 62.

92 Acabado 1967.

perceber o que ocorreu em Lisboa considerando outras cidades peninsulares que tiveram processos semelhantes. Deste modo, importa também observar um outro quadro, no qual registámos o número de paróquias em algumas cidades da península, no sentido de se compreender o contexto ibérico.

Quadro 1. Paróquias e área urbana na reconquista cristã

Lisboa (1147 – 1220)	Coimbra (séc. XII)	Valência (1238)	Toledo (séc. XI-XII)	Sevilha (c. 1250)	Córdova (c. 1241)
23 paróquias	9 paróquias ⁹³	15 paróquias ⁹⁴	29 paróquias (6 de rito moçárabe) ⁹⁵	24 paróquias ⁹⁶	14 paróquias ⁹⁷
50-60 ha (?) (sécs. XI e XII) ⁹⁸	37-40 ha (séc. XII) ⁹⁹	53 ha (séc XI) ¹⁰⁰	102 ha (sécs. X-XI) ¹⁰¹	276 ha (sécs. XII-XIII) ¹⁰²	198 ha (sécs X-XI) ¹⁰³

Observando o quadro anterior e a planta da implantação paroquial, levantam-se algumas questões relevantes. Porque é que Lisboa apresenta um tão grande número de paróquias logo após a transição do domínio muçulmano para o cristão? Quem foram os responsáveis pela implantação destas paróquias? Como e onde se instalaram as igrejas paroquiais? Haveria paróquias anteriores à reconquista? Se existiam, mantiveram-se?

93 Campos 2016.

94 Burns 1967.

95 Ladero Quesada 1984, 81.

96 González et Domínguez-Adame 1993, 356-357.

97 Vaquerizo Gil 2003, 215.

98 Bugalhão 2009, 383.

99 Coelho et Homem 1996, 393.

100 Mazzoli-Guintard 1996, 329.

101 Mazzoli-Guintard 1996, 329.

102 Mazzoli-Guintard 1996, 329.

103 Mazzoli-Guintard 1996, 328.

3.2. Três cenários na fundação paroquial

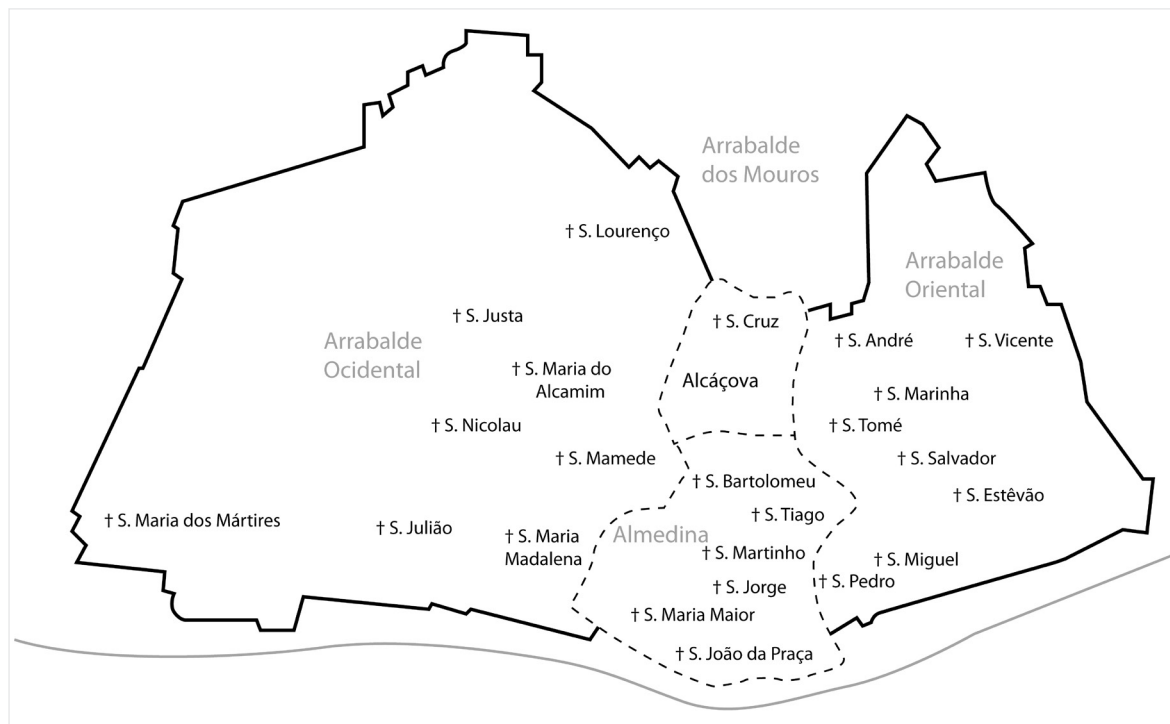


Figura 8. As freguesias medievais de Lisboa

Perante a planta da implantação paroquial da Lisboa medieval, importa perceber porque, como e onde se instalaram as mais de duas dezenas de igrejas paroquiais num tão curto espaço de tempo (ver figura 8 e quadro 2). Uma das ideias mais imediatas seria relacionar a implantação paroquial com o crescimento demográfico da urbe, logo após a tomada do poder por D. Afonso Henriques em 1147. Não pensamos que assim tenha sido. Não só porque Lisboa já teria uma população muito numerosa, tal como é afirmado no *De Expugnatione Lyxbonensi*,¹⁰⁴ mas também porque “o aumento populacional, por si só, por mais significativo que seja, não se relaciona forçosamente com o surto de instituições paroquiais”.¹⁰⁵ Sendo assim, é necessário procurar outras explicações para uma estrutura paroquial tão diversa e complexa nesta fase.

104 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 79: “ao tempo da nossa chegada, a cidade, incluindo os subúrbios em volta, contava com 60 000 famílias que pagavam tributo, a que se somavam os homens livres isentos de impostos”.

105 Gomes 1992, 165.

Sobre a origem das igrejas paroquiais, as hipóteses são várias e não se excluem mutuamente, podendo ter ocorrido três cenários diferentes consoante cada caso específico. O primeiro poderá ter consistido na construção de um novo templo cristão sem que qualquer preexistência influenciasse a escolha do local. O segundo consiste na instalação das sedes paroquiais em igrejas moçárabes previamente existentes e activas durante a época de domínio islâmico.¹⁰⁶ O terceiro e último cenário seria o aproveitamento de templos muçulmanos, posteriormente transformados em igrejas cristãs. Sobre este último aspecto da implantação da rede paroquial no século XII, temos muito poucas certezas sobre o que terá acontecido, mas existem algumas excepções.

No que respeita ao primeiro cenário, a construção de um “novo templo”, o caso que se apresenta como menos dúbio é o da Igreja de S. Lourenço, localizada já fora de muros e erguida em inícios do século XIII sobre o local onde se situavam vários silos e fossas em época de domínio islâmico.¹⁰⁷ Outra estrutura religiosa que também se pode incluir sem grandes reservas na categorização de “novo templo” é o Convento de S. Vicente de Fora, que parece ter sido erguido no local de um ermitério construído no momento do cerco da cidade, em 1147.¹⁰⁸ Este local teve ocupação em época islâmica, mas não foi encontrado qualquer vestígio arqueológico ou informação documental relativa a qualquer templo muçulmano ou cristão anterior ao cerco de Lisboa por D. Afonso Henriques e os cruzados.¹⁰⁹ O caso de Santa Maria dos Mártires parece ser análogo ao de S. Vicente de Fora, pois as fontes referem um novo templo, construído para dar apoio ao ermitério de campanha do cerco. A identificação de Santa Maria dos Mártires com o templo referido pelo cruzado Raul na sua doação¹¹⁰ ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra parece-nos coerente

106 Hipótese avançada por Augusto Vieira da Silva: “o facto só encontra explicação admitindo que a maioria daquelas 23 freguesias não foi criada no primeiro século da monarquia, mas que elas já existiam desde há muito tempo, como consequência do processo lento e gradual do aumento da população cristã, iniciado na época em que o cristianismo era a religião dominante na região de Lisboa, e continuando durante o período do domínio muçulmano” (A. V. Silva 1943, 14).

107 Amaro 1998, 61-71; 2000.

108 No texto da *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, afirma-se o seguinte: “Ergue [o Rei] assim uma das duas pedras no cemitério dos teutónicos, onde agora fica situado o mosteiro do gloriosíssimo mártir Vicente” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 183).

109 Fernando Ferreira, baseado nas escavações arqueológicas que efectuou no Mosteiro de S. Vicente de Fora, entre 1987 e 2013, afirmou ter encontrado os vestígios de um cemitério de origem visigótica/moçárabe, ao qual se terá sobreposto o cemitério dos cruzados do cerco de 1147 (F. R. Ferreira 1995; 1985). Contudo, esta proposta foi rejeitada por Manuel Luís Real, que afirma: “Até melhor prova, discordamos da tese de Fernando Ferreira sobre a descoberta de uma necrópole do período visigótico. A estrutura e forma das sepulturas mais antigas, descobertas no local por aquele investigador apontam claramente para os séculos XI-XII. É legítimo pensar que correspondam à necrópole referida nas descrições da tomada de Lisboa, em 1147” (Real 1995, 14). Seguimos aqui a opinião de Manuel Luís Real, visto que a documentação e a forma das sepulturas constituem argumentos de maior força do que os de Fernando Ferreira, os quais não se baseiam em qualquer espólio arqueológico, e, ainda mais, porque o arqueólogo refere, sobre os seis esqueletos no interior dos túmulos supostamente visigóticos, que “todos os esqueletos, em posição, com as mãos no púbis, são masculinos e possuem vestígios que permitem concluir da sua morte violenta” (F. R. Ferreira 1983, 17).

110 ANTT, Santa Cruz de Coimbra, maço 3, doc. 18, traduzido em *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 203-204: “tendo sido o primeiro de todos os navegadores a pôr o pé em terra, ainda longe da cidade e de todos os seus habitantes, de dentro e de fora, uma vez escorraçados por mão armada todos os infiéis, feita oração em certo lugar solitário coloquei nele a bandeira da santa cruz e no segundo dia da nossa chegada levantei um altar para servir a Deus e

com os dados referidos quer pelo autor do *De Expugnatione Lyxbonensi*,¹¹¹ quer pela *Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa*,¹¹² pois nestes textos é referida a construção de dois templos (São Vicente e Santa Maria dos Mártires) sobre os cemitérios usados pelos cruzados.

Sobre o aproveitamento de igrejas moçárabes preexistentes para a implantação da nova rede paroquial, apesar de não haver evidências documentais e arqueológicas concretas, é possível que S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim se possam incluir nesse campo, tal como sugeriu Luís de Matos, apoiando a sua interpretação nos hagiopónimos e em algumas evidências arqueológicas indirectas.¹¹³ Este autor baseia a sua proposta numa leitura da “simbólica espacial” da cidade, realizada com base na localização de igrejas e mosteiros e também na análise dos respectivos hagiopónimos, dados que fornecem pistas sobre os diferentes grupos sociais que habitavam a urbe recém-conquistada. Luís de Matos centra-se sobretudo na comunidade moçárabe de Lisboa e nos hagiopónimos que poderiam estar com ela relacionados: S. Vicente, S. Cruz do Castelo, S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim. Para este autor, existiriam, pelo menos, duas moçarabias em Lisboa: uma no topo da colina do Castelo, considerando que Santa Cruz do Castelo seria uma igreja em época islâmica, e a outra no lado ocidental da cidade, entre S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim.¹¹⁴

Quanto a nós, a hipótese de existirem várias moçarabias na cidade levanta alguns problemas. Parece-nos pouco provável a existência de uma moçarabia localizada

ao Senhor Jesus Cristo. Vivendo em tal lugar desde esse dia . . . construí um ermitério em honra da bem-aventurada Virgem Maria e para louvor de nosso Senhor Jesus Cristo. No seu cemitério foram sepultados os ingleses que faleceram ou foram mortos pelas setas dos sarracenos. Uma vez, porém, tomada a cidade e removidas todas as impurezas dos infieis, com o patrocínio de Afonso, rei de Portugal, e com autorização de D. João, arcebispo de Braga, eu . . . faço testamento a vós, cônegos de Santa Cruz do Mosteiro de Coimbra.”

111 “Entretanto, para sepultar os que iam morrendo foram levantadas pelos francos duas igrejas: uma, na parte oriental, pelos colonenses e flamengos . . . outra, no lado ocidental, por ingleses e normandos” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 107)

112 O texto da *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa* faz a seguinte narrativa: “Ergue [o Rei] assim uma das duas pedras no cemitério dos teutónicos, onde agora fica situado o mosteiro do gloriosíssimo mártir Vicente . . . a outra, por seu lado, depõe-na no cemitério dos ingleses, onde presentemente se encontra a igreja designada por Santa Maria, aos Mártires, assim denominada por causa dos que tinham combatido até à morte por Cristo e ali haviam sido sepultados” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 183).

113 J. L. Matos 2001, 79-87. Sobre a comunidade moçárabe de Lisboa, ver: Picard 2001; A. O. Leitão et Santos 2013.

114 O conceito de moçarabia, desenvolvido por Torres Balbás, na sua obra sobre as cidades hispano-muçulmanas, apresenta algumas questões relevantes (Torres Balbás 1970, 1:195-207). Em primeiro lugar, tal como é admitido pelo próprio Torres Balbás, em algumas das mais importantes cidades do al-Andalus, os cristãos arabizados viviam dispersos entre os muçulmanos por todas as áreas da cidade (Córdova, Toledo, Tudela). Em segundo lugar, as evidências apresentadas pelo arquitecto e arqueólogo espanhol são muitas vezes apenas baseadas no facto de existir uma determinada igreja numa determinada cidade. Em terceiro lugar, não se encontram nos preceitos jurídicos islâmicos referências à obrigatoriedade de os cristãos habitarem em algum tipo de espaço segregado. Ora, perante isto, o facto de existir uma igreja, numa determinada cidade do al-Andalus, não pode significar imediatamente a existência de um bairro moçárabe. Parece-nos natural que os praticantes de uma determinada religião se agrupassem em torno do seu espaço de culto. Mas estes agrupamentos poderiam ser dispersos, se existissem várias igrejas, como os casos de Córdova e Toledo parecem indicar, ou poderiam ser mais concentrados no caso de cidades de menor dimensão ou menor densidade demográfica, onde apenas existisse uma igreja (Sigüenza, Daroca, Écija). Poderiam também viver agrupados num determinado local da cidade, mas, ao mesmo tempo, dispersos, como parece ter sido o caso de Sevilha, onde existia, no arrabalde da margem ocidental do Guadalquivir, um arrabalde maioritariamente cristão, denominado Triana, o que não impedia que os cristãos também habitassem em qualquer outra parte da cidade.

na alcáçova da cidade, que se prolongaria até ao local do Convento de S. Vicente de Fora. Ambos os espaços tiveram dinâmicas próprias que não se coadunam com a existência de moçarabias. Tal como já referimos, relativamente a S. Vicente de Fora, a sua fundação parece estar ligada a um cemitério cristão prévio, aí erguido no momento da tomada da cidade e não a uma moçarabia.¹¹⁵ No que respeita a S. Cruz do Castelo, tratava-se de um local ocupado pelas elites governativas muçulmanas, que dificilmente teriam interesse em partilhar esse espaço com a comunidade religiosa autóctone, ainda menos permitir a manutenção de uma igreja nesse lugar privilegiado.¹¹⁶ Seria mais provável que tivesse existido um templo cristão, prévio à conquista muçulmana, que poderia ter sido islamizado e transformado em mesquita, em determinada altura que não podemos precisar. Seja como for, apenas se podem propor hipóteses não fundamentadas, enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas no local da actual Igreja de Santa Cruz.

Uma coisa é certa, Lisboa possuía, ainda em 1147, uma comunidade moçárabe atestada pela presença do seu bispo, que acabaria por ser assassinado pelos cruzados durante o saque da cidade.¹¹⁷ Décadas antes, cerca de 1109, Sigurd, um monarca do reino norueguês, descreve Lisboa como sendo meio pagã e meio cristã, um dado que não pode ser despreciando.¹¹⁸ Também a prolífera antropónimoia, possivelmente moçárabe, sobrevivente na documentação lisboeta de finais do século XII e inícios do XIII parece indicar a persistência desta comunidade.¹¹⁹ Além disso, o relato da transladação das relíquias de S. Vicente para Lisboa, em 1173, tem sido interpretado como um momento onde poderá ter ocorrido uma “tentativa de afirmação colectiva dos moçárabes lisboetas”, uma circunstância que, mais uma vez, revela a persistência da referida comunidade.¹²⁰ Essa comunidade teria, tal como se verificava na comunidade moçárabe de Toledo, igrejas paroquiais, que muito provavelmente eram toleradas pelas autoridades islâmicas. O território localizado entre as igrejas de S. Mamede, S. Justa e S. Maria de Alcamim parece-nos o espaço mais provável para a existência de uma comunidade cristã prévia a 1147, sendo que talvez fosse possível que a sede episcopal dessa comunidade fosse a Igreja de S. Maria de Alcamim.¹²¹

115 Ver nota 109, p. 73.

116 Ver a parte II: A Alcáçova.

117 *A Conquista de Lisboa ao Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 93; 139.

118 Sobre a passagem de Sigurd por Lisboa em 1109, ver: Pires 2012, 216-219. Para uma tradução inglesa do texto medieval, ver: *The Heimskringla; or Chronicle of the Kings of Norway* 1844, 151.

119 Cf Silva et Lourinho 2010.

120 Refira-se ainda que foi exactamente para a Igreja de Santa Justa que os monges moçárabes conduziram, em primeiro lugar, as relíquias do mártir Vicente, que só depois foram transladadas para a Sé da cidade. Sobre este episódio e a sua ligação à comunidade moçárabe lisboeta, ver: Picoito 2008.

121 Uma hipótese apresentada em: Real 1998, 51.

Devemos lembrar que esta comunidade não se inseriria na lógica de gueto religioso que iremos encontrar nas mourarias e judiarias dos séculos posteriores. Um caso exemplar era a comunidade moçárabe de Toledo, que vivia em conjunto com a comunidade muçulmana dentro da protecção da cerca urbana, dispersa por toda a medina, mas naturalmente aglomerada em torno das igrejas, aonde se deslocavam para prestar culto.¹²² Talvez fosse esse o caso de Lisboa, mas os dados não nos permitem mais do que supor a sua existência e a possível aglomeração da comunidade em torno dos referidos templos cristãos. Seja como for, a hipótese de que estas três igrejas paroquiais, S. Justa, S. Mamede e S. Maria de Alcamim tivessem na sua origem templos moçárabes não nos parece desprovida de sentido, apesar de não a podermos comprovar.

O outro cenário que referimos acima, a conversão de mesquitas em igrejas, não tem sido objecto de atenção pela investigação olisiponense, mas poderá ter contribuído decisivamente para explicar porque a cidade conheceu uma quantidade tão prolífera de igrejas paroquiais num tão curto espaço de tempo.

Se observarmos o modo como ocorreu a implantação paroquial em outras cidades ibéricas melhor documentadas, verificamos que muitas mesquitas, quer as principais, quer as de bairro, foram convertidas em templos cristãos. Em 1086, um ano depois da tomada de Toledo por Afonso VI, a mesquita maior da cidade foi convertida em igreja cristã.¹²³ Do mesmo modo, várias mesquitas de bairro terão sido também transformadas em igrejas na cidade de Toledo.¹²⁴ Dez anos depois, e apenas um mês após a conquista de Huesca aos muçulmanos, a mesquita maior da cidade foi convertida em sé catedral.¹²⁵ No ano anterior à tomada de Lisboa pelos cristãos, Afonso VII conseguiu dominar brevemente a cidade de Córdoba, dirigindo-se imediatamente à mesquita maior com o arcebispo de Toledo para este aí celebrar uma missa.¹²⁶ Mais tarde, quando os cristãos tomam definitivamente Córdoba, o processo é repetido e a mesquita passa a funcionar também como sé catedral. Em Córdoba, foram várias as mesquitas de bairro transformadas em igrejas nos anos seguintes à reconquista de Fernando III, em 1236.¹²⁷ Em Badajoz, parece ter ocorrido o mesmo,

122 Ladero Quesada 1984, 94. Importa também considerar os casos de Saragoça e Huesca, onde as comunidades moçárabes habitavam dentro da medina, aglomeradas em torno dos seus locais de culto e aí permaneceram após a tomada de poder pelos cristãos (Falcón Pérez 2012, 81-87).

123 Cartulário da Catedral de Toledo, Cod. 987, B, fol. 1. Transcrito em: González Palencia 1930, 155-157.

124 Pavon Maldonado 2009, 436-471.

125 Arco y Garay 1951, 35-42.

126 Tal como afirma Pedro Palacio, baseado na *Crónica General de España*: “Recordemos que se produjo allí una primera dedicación de la catedral en la inicial y breve reconquista de Córdoba por parte de Alfonso VII el Emperador (1146) y que lo primero que hizo el monarca, acompañado por el arzobispo primado de Toledo don Raimundo (1125-1152), el sucesor inmediato de don Bernardo de Agen, fue dedicar la mezquita y celebrar misa en ella” (Navascués Palacio 2011, 34).

127 Pavon Maldonado 2009, 394-398.

dois anos após a tomada da cidade (1230), quando a mesquita maior, que se localizava na alcáçova, terá sido convertida na Igreja de Santa Maria da Sé.¹²⁸ Em 1238, Jaime I de Aragão toma Valência aos muçulmanos, e, no ano seguinte, uma bula papal converteu a mesquita maior em catedral.¹²⁹ Nesta mesma cidade, dez mesquitas de bairro terão sido transformadas em igrejas paroquiais.¹³⁰ Aos casos anteriores, junta-se o da mesquita maior de Sevilha que foi convertida logo após a tomada da cidade, em 1248.¹³¹ Há ainda notícia de que uma parte das cerca de 64 mesquitas de bairro da Sevilha almóada foi convertida em igrejas paroquiais.¹³² Estes são apenas alguns dos casos melhor documentados, mas devemos ter em conta que este procedimento ocorreu em larga escala na Península Ibérica durante toda a reconquista, sobressaindo no final desse longo processo, a conversão de várias mesquitas em igrejas na cidade de Granada, já em pleno século XVI.¹³³

Perante estes dados, consideramos que parte significativa das igrejas paroquiais que surgem em Lisboa, no perímetro da área urbana, ou seja, intramuros e arrabaldes, podem ter sido templos muçulmanos, que foram rapidamente convertidos para participarem no processo de organização territorial que, na concepção medieval cristã, não poderia prescindir de uma sólida estrutura paroquial.

O mais provável é que os três cenários que aqui propusemos (o novo templo, a transformação de mesquita em igreja ou a manutenção de uma igreja moçárabe) tenham ocorrido em simultâneo, durante os anos seguintes a 1147. As igrejas moçárabes mantiveram-se, mas com o enfraquecimento do culto moçárabe e sob a influência da reforma gregoriana tornaram-se progressivamente semelhantes às igrejas mais recentes. A alteração do orago de Santa Maria de Alcamim para São Cristóvão pode-se explicar exactamente por esse processo de apagamento da cultura e, neste caso, do hagiónimo, sob pressão da reforma gregoriana, trocando-se um nome marcado pelo passado moçárabe por um nome limpo desses vestígios.¹³⁴ Algumas igrejas e mosteiros foram construídos sem qualquer ligação com templos anteriores, mas o que nos parece ter acontecido em maior escala, na zona urbana de Lisboa, foi a conversão de mesquitas em igrejas. O problema maior consiste em definir exactamente qual destas três hipóteses terá ocorrido em cada caso. Apenas

128 Cruz Villalón 1992, 9.

129 Burns 1967, 19

130 Sanchis y Sivera 1921, 233: “*fecit X ecclesias parrochiales in civitate Valentie de decem locis que fuerunt meçquite sarracenorum*” [“fez 10 igrejas paroquiais na cidade de Valência de dez lugares que foram mesquitas de sarracenos”]

131 Jiménez Martín 2007, 131-150.

132 Pavon Maldonado 2009, 618.

133 Pavon Maldonado 2009, 701.

134 Sobre o impacto da reforma eclesiástica nas comunidades moçárabes, ver: Aillet 2010, 301-308.

podemos intuir esta questão através da hagianímia, mas esta não constitui, por si só, base sólida para se apurar o que realmente ocorreu. É necessário procurar lógicas de instalação no território e conjugá-las com a hagianímia do orago.

3.3. A implantação paroquial explicada

Na zona intramuros, sabemos que a propriedade urbana foi menos perturbada pelos ataques durante os quatro meses de cerco, o que a tornaria mais valiosa e, por isso mesmo, uma escolha mais apetecível tanto pelos cruzados que optaram por permanecer na cidade, como pelas sucessivas vagas de migrantes cristãos vindos do norte do jovem reino português. Tal como nos informa o *De Expugnatione Lyxbonensi*, os muçulmanos terão saído em massa do interior da cidade nos dias seguintes à tomada da cidade, permitindo assim aos novos senhores tomar as suas habitações.¹³⁵ Isto explicaria o facto de muitas igrejas da zona intramuros terem sido associadas a santos da reconquista, tal como observou Luís de Matos, que identificou algumas comunidades de cristãos do norte com os seguintes oragos: os teutões com S. Martinho, os ingleses com S. Jorge e os homens oriundos do norte do território ibérico com Santiago.¹³⁶

Ainda sobre o espaço intramuros, o único caso que nos ofereceu informações sobre o que aconteceu após a tomada da cidade é o da sé catedral. Segundo o *De Expugnatione Lyxbonensi* e outras fontes medievais, a Sé terá sido consagrada no local do anterior principal templo muçulmano da cidade – a mesquita aljama.¹³⁷ Face ao que sabemos sobre outras cidades ibéricas tomadas pelos cristãos, entre os séculos XI e XIII, esse era o procedimento mais comum. Como vimos, foi isso que ocorreu em Toledo, Huesca, Córdoba, Badajoz, Valência, Sevilha e provavelmente em outras cidades. O caso de Toledo, tomada por Afonso VI em 1085, constitui uma situação bem documentada e com várias analogias com o caso lisboeta, pois em ambas as cidades do Tejo, clérigos exteriores ao espaço peninsular foram escolhidos pelos respectivos monarcas para o cargo episcopal. D. Gilberto, um clérigo inglês,

135 “Espoliados, pois os inimigos na cidade foram vistos sair, sem despegar, pelas três portas, desde o início da manhã de sábado até à quarta-feira subsequente, em tão grande multidão de gente que era como se nela tivesse confluído a Espanha inteira” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 141).

136 J. L. Matos 2001, 83.

137 “No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 143); “foyse elRey com todolos outros, e com grão precyção se forrom a mesqyta, onde ora he edefyquada a Se e fezeza alimpar das serjmonjas que aly erom da seyta de Mafamede. E depois desto os Bispos todos, revestidos segundo sua ordem, com ‘Te Deum laudamus’ emtrarom em ela. E asy elRey e todolos Christãos a consagrarom e edeficarom a omra da Virgem Santa Marja, nosa Senhora. E fizerom em ela os hofícios devinos e nomearom-na por See” (*Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* 2009, 80).

foi a escolha de D. Afonso Henriques, e D. Bernardo, um monge cluniacense, foi o escolhido por Afonso VI.¹³⁸ Além disso, em ambas as situações, os bens pertencentes às mesquitas transitaram directamente para o recém-chegado clero cristão.¹³⁹

Na zona intramuros, a instalação da rede paroquial poderá, possivelmente, ter tido como antecessora a rede de mesquitas, sendo que apenas existem dados concretos sobre o principal templo da cidade, a mesquita maior, que se tornou a sé catedral, e uma suspeita fundada sobre S. Julião. Relativamente ao arrabalde ocidental, poderá ter existido uma comunidade de cristãos arabizados, entre o local das posteriores igrejas de S. Maria do Alcamim (S. Cristóvão), S. Mamede e Santa Justa. No que respeita à Igreja de S. Maria da Madalena e a de S. Nicolau, a sua localização insere-se numa zona que estaria já densamente urbanizada no século XII, tal como atestam quer a confirmação visual do cruzado Raul, quer as evidências arqueológicas.¹⁴⁰ A situação da Igreja de S. Maria Madalena, junto à saída da porta principal da cidade em época islâmica, leva-nos a supor que ali teria existido uma mesquita que poderia ter sido posteriormente convertida, pois essa localização é muito comum nas cidades medievais islâmicas.¹⁴¹ No entanto, sem mais evidências neste sentido, apenas é possível supor que a Igreja de Santa Maria Madalena se terá construído no local de um templo anterior. Relativamente a S. Nicolau, não dispomos de dados para elaborar qualquer hipótese, apenas podemos afirmar que a sua localização – junto a uma das principais vias que ligava a cidade ao seu termo, e também próxima do provável centro comercial do arrabalde¹⁴² – é ideal para qualquer templo, mesquita, igreja ou até sinagoga. No que se refere a S. Julião, é provável que a igreja paroquial tivesse existido, numa primeira fase, no local onde tinha funcionado uma mesquita e, numa segunda fase, tivesse sido erguida uma igreja de raiz, não muito longe do local do templo original. Em 2012, foi por nós proposto que teria existido uma mesquita no local da Igreja de S. Julião,¹⁴³ com base numa notícia do século XVIII, onde se afirmava que D. Afonso Henriques “mandara modificar e dedicara aos gloriosos Mártires de Cristo S. Julião, e Santa Basalisa, sendo sagrada depois a nova igreja pelo Ilustríssimo D. João Pardo, sexto bispo de Lisboa, no ano de 1241, reinando

138 Sobre a fundação da catedral de Toledo, ver: González Palencia 1930, 155-157.

139 Cunha 1642 fls. 71-72; ver também a carta de instituição da Sé Catedral de Toledo publicada em: González Palencia 1930, 155-157.

140 “Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 79). Para as evidências produzidas pela análise aos dados arqueológicos, ver: G. Silva 2012a; R. B. Silva et al. 2011; 2015; Bugalhão et Folgado 2001.

141 Ver, entre muitos outros exemplos: a mesquita situada junto ao *Bab Bayyana* em Almeria (Cara Barrionuevo 1990b, 455); a mesquita junto ao *Bab Ibn Ahmad* (Porta de S. Eulália) em Múrcia (Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2012, 783); a mesquita de *Bab al-Mardun* em Toledo (Calvo Capilla 1999, 299).

142 Sobre o centro comercial do arrabalde, ver, Parte III, subcapítulo 5.1 – O *suq* do arrabalde.

143 Sobre esta questão, ver: M. F. Silva 2012, 8-27.

D. Sancho II”.¹⁴⁴ O nosso conhecimento sobre esta questão ganhou solidez com a descoberta de vestígios de um templo islâmico, não no local exacto onde depois funcionou a igreja paroquial, mas muito perto desse mesmo local.¹⁴⁵ A explicação para que o templo tenha sido deslocado consta na referida notícia do século XVIII, onde se menciona uma “nova igreja”, sagrada em 1241. Ou seja, o que anteriormente considerámos ter sido uma remodelação arquitectónica profunda, poderá afinal ter consistido numa construção de um novo edifício, enquanto o edifício do templo original era cuidadosamente selado numa “acção posterior e planeada”, tal como nos informa os resultados da escavação arqueológica de 2015.¹⁴⁶

No que respeita ao arrabalde oriental, a situação poderá não ter sido muito diferente do que ocorreu dentro de muros, com a diferença de que neste caso a hagianímia nos encaminha para uma situação mais dúbia e complexa. Na parte oriental fora de muros, encontramos tanto hagianímios aparentemente de tradição moçárabe (S. Marinha, S. Estêvão) e outros mais típicos do período da reconquista (S. Pedro, S. Miguel) e outros ainda que não conseguimos encaixar em qualquer destas categorias (S. Salvador, S. Tomé, S. André).¹⁴⁷ Considerando a lógica da ocupação do espaço, a hipótese de que a população muçulmana tenha ocupado a zona oriental da cidade ganha algum sentido.¹⁴⁸ No *De Expugnatione Lyxbonensi*, afirma-se que os muçulmanos saíram da zona murada da medina, o que nos leva a supor que estes podem não ter abandonado a cidade propriamente dita, instalando-se no arrabalde menos apetecível para os novos senhores da cidade, ou seja, o arrabalde oriental. Esta parte da cidade tem menor exposição solar e situa-se numa posição mais periférica relativamente ao centro comercial da urbe, que se situaria junto à Porta do Ferro, no lado ocidental da medina, como veremos posteriormente.

144 *Relaçam da solene procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do S.S. Sacramento da freguesia de S. Julião, etc.* por Joaquim Roberto da Sylva. 1731. Trata-se de uma obra de carácter laudatório sobre uma procissão do *Corpus Christi* realizada em 1582.

145 Os resultados arqueológicos permitem afirmar que se tratava, provavelmente, de uma mesquita: “Na sondagem 1, abaixo desta realidade de Época Moderna detectaram-se vestígios de um edifício construído em Época Medieval, que pela sua configuração, poderá corresponder a uma pequena mesquita. Os depósitos escavados no seu interior, com um elevado grau de compactação e espólio arqueológico muito fragmentado, remetem para um enchimento que parece não corresponder ao seu colapso ou abandono, mas antes a uma acção posterior e planeada, eventualmente, em época tardo-medieval, com base nos materiais analisados. Do edifício religioso restam a estrutura pétreia de base, com vestígios de revestimento interno a reboco e estuque, e o arranque da parede em taipa marcada por uma fiada de telha reaproveitada, da qual se encontraram vários nódulos no enchimento acima descrito” (Caessa et al. 2015, 29).

146 Caessa et al. 2015.

147 Sobre a hagianímia, ver: A. O. Leitão et Santos 2013, 98-99; P. C. Serra 1957; Boisselier 2005.

148 “Do ponto de vista urbano esta comuna não foi substancialmente transformada pela ocupação do espaço pelos cristãos. A população islâmica deve, em larga medida, ter permanecido em Alfama após a Reconquista” (J. L. Matos 2001, 84).

3.4. A transmissão dos bens das mesquitas

Uma última questão que nos pode oferecer alguma luz sobre o modo como decorreu o processo de implantação paroquial é, justamente, a transmissão dos bens pertencentes às instituições islâmicas para o clero cristão. Neste caso, é conhecido um documento sobre Lisboa que, apesar de não referir que a anterior rede de mesquitas se converteu na posterior rede paroquial, permite-nos, ainda assim, observar que a referida transmissão de bens ocorreu de uma forma organizada e sob a supervisão do primeiro monarca português. Nesse documento, D. Afonso Henriques doa, para as obras da Sé, 32 casas que estavam anteriormente na posse da mesquita.¹⁴⁹ Não nos é dito onde se localizavam estas casas nem de que mesquita se trata, todavia, é bem possível que se trate da mesquita maior, pois esta foi restaurada como Sé de Lisboa. Em Janeiro de 1150, segundo um documento transcrito por D. Rodrigo da Cunha, o bispo de Lisboa, D. Gilberto, distribui pelos vários membros do cabido 31 casas, referindo ainda a sua própria casa, que tinha pertencido a um tal Absech filho de Asubli.¹⁵⁰ Em 1195, estas mesmas casas são objecto de uma carta de privilégios por parte de Sancho I, continuando ainda na posse dos prelados da Sé.¹⁵¹

Estes documentos revelam uma permanência dos bens urbanos pertencentes ao clero lisboeta, transitando a sua posse das mesquitas para o recém-chegado clero cristão, através da intermediação do rei. Há inclusivamente, no documento transcrito por D. Rodrigo da Cunha, uma nota sobre a casa do bispo, reconhecendo os anteriores proprietários e que identifica a “mesquita” como proprietária das supracitadas 32 propriedades urbanas. Assim, consideramos que parte da propriedade urbana acompanhou a transferência de poder, alterando-se os actores, mas mantendo-se o seu perfil social. As propriedades que anteriormente sustentavam a mesquita maior de Lisboa passam a providenciar o sustento necessário ao novo bispo e ao cabido da recém-restaurada catedral. Este processo não é original de Lisboa, nem sequer do reino português, que então se formava. Em Dezembro de 1086, ou seja, um ano depois da tomada de Toledo, Afonso VI, *Imperator totius Hispania*, doou à

149 *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* 1958, vol. I, 284. Feito em 8 de Dezembro de 1149: “*rex Alfonsus cum uxore sua regina domna Mathilda (?) donat beatissime Marie Olisiponensis sedis et Guilberto predictae sedis episcopo et successoribus 32 domos ad opus supra dicte sedis cum omnibus suis hereditatibus ubicumque illas invenire poterint et cum omnibus suis redditibus de omnibus vineis terris olivales et ficulneis quas omnes misquite in tempore sarracenorum habuerunt.*” Tradução nossa: “Rei Afonso com sua mulher e rainha Dona Matilde deu à beatíssima Sé de S. Maria de Lisboa e a Gilberto, bispo dessa sé, e aos seus sucessores 32 casas para as obras da dita sede com todas as suas herdades, onde quer que estas se encontrem e com todas as suas rendas de todas as suas vinhas, terras, olivais e figueirais, os quais todos pertenceram à mesquita no tempo dos sarracenos.”

150 Cunha 1642, fl. 71v.: “*triginta et una, domum cum suis hereditatibus et omnibus pertinentiis suis ubicumque sint et medietate Marville?*”; “*hereditatum domus meae propriae habeat quae fuit Absech filii Asubli?*”. Tradução nossa: “trinta e uma, casas com suas herdades e todos os seus pertences onde quer que estejam e metade de Marvila”; “tinha herdade e casa própria que foi de Absech filho de Asubli”.

151 *Documentos de Sancho I*, 1979, doc. 79.

então futura Catedral de Toledo, que sofria ainda o processo de transformação de mesquita em igreja, vários bens que tinham pertencido à mesquita dos mouros.¹⁵² Do mesmo modo, no reino de Aragão, mais especificamente em Barbastro (1100) e em Tortosa (1148) aconteceu precisamente o mesmo, os bens pertencentes às mesquitas transitaram para instituições eclesiásticas cristãs.¹⁵³ O caso de Tortosa é especialmente significativo, pois a sua conquista foi feita com a preciosa ajuda dos mesmos cruzados ingleses que no ano anterior tinham tomado Lisboa.¹⁵⁴ Também em Valência está documentada uma transferência análoga, após a tomada da cidade por Jaime I de Aragão em 1238.¹⁵⁵ Perante estas evidências é possível afirmar que a transmissão de bens pertencentes às mesquitas para as mãos do clero cristão foi um processo comum no espaço ibérico, ao qual Lisboa não se furtou. Esta questão permite-nos considerar que, se a transmissão dos bens das mesquitas para o clero cristão foi organizada e supervisionada pelo primeiro monarca português, é bem possível que também a anterior rede de mesquitas tenha, do mesmo modo, transitado para a posse do clero cristão, adaptando-a de acordo com as suas necessidades; neste caso, convertendo mesquitas de bairro em igrejas paroquiais. Importa ainda referir que, segundo a Inquirição de 1220, todas as igrejas paroquiais de Lisboa seriam de padroado régio, sendo progressivamente privatizadas pelos próprios monarcas, um processo coerente com questão da transmissão dos bens clericais, mas que decorre a um tempo muito mais longo.¹⁵⁶

152 Cartulário da Catedral de Toledo, Cod. 987, B, fol. 1. transcrito em: González Palència 1930, 155-157: “*et omnes illas hereditates seu casas et tendas quas abuit his temporibus quibusfuit mezquita maurorum di e[ti] confirmo quando est facta ecclesia christianorum*”. Tradução nossa: “e todas aquelas herdades e casas e tendas que teve em seus tempos, nos quais foi mesquita de mouros e confirmo quando foi feita igreja de cristãos”.

153 Calvo Capilla 1999, 311-312, n. 42.

154 Virgili 2009.

155 “*This included transferring to the parish the Moslem religious properties: mosques, oratories, cemeteries, and the lands or rents which had supported them*” (Burns 1967, 62).

156 Sobre a privatização progressiva das igrejas de padroado régio em Lisboa, ver: Farello 2006.

Quadro 2. Antiguidade das Igrejas de Lisboa

<i>Igreja</i>	<i>Data</i>	<i>Situação fundacional</i>	<i>Referência</i>
<i>S. Vicente</i>	1147	Novo templo	ANTT, <i>Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlixbone</i> , Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora, liv. 147.
<i>Santa Maria dos Mártires</i>	1147	Novo templo ou mesquita?	ANTT, <i>Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlixbone</i> , Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora, liv. 147.
<i>Santa Justa</i>	1147 (1173*)	Igreja moçárabe (?)	Cunha 1642, fl. 72 v. (*Galvão [1505] 1726, cap. 48).
<i>Santa Maria Maior</i>	1147	Mesquita Maior	<i>A Conquista de Lisboa ao Mouros: Relato de Um Cruzado</i> (2001, 143).
<i>Santiago</i>	1160	?	Azevedo 1937, 54.
<i>S. Martinho</i>	1162	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 1
<i>Santa Maria Madalena</i>	1164	?	Castro 1763, 3:361.
<i>S. Jorge</i>	1165	?	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
<i>S. Bartolomeu</i>	1165	?	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
<i>Santa Cruz da Alcáçova</i>	1165	Mesquita (?)	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
<i>S. Salvador (da Mata)</i>	1170	?	Santa Maria 1668.
<i>St.º Estêvão</i>	1173	?	Acabado, Maria Teresa. [1162-1229] 1967.
<i>S. Marinha do Outeiro</i>	1174?	?	Barroca 2000, 3:392-394.
<i>S. João (da Praça)</i>	1178	?	ANTT, Mosteiro de Alcobaça, 1.ª Inc. Maço 1, n.º 14.
<i>S. Pedro</i>	1182 (1175*)	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 8 (*Pradalié 1975, 143)
<i>S. Miguel</i>	1183	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 47
<i>S. Mamede</i>	1190	Igreja moçárabe (?)	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 62
<i>Santa Maria de Alcamim</i>	1191(a)	Igreja moçárabe (?)	Farelo 2008, 249
<i>S. Nicolau</i>	1199 [1191(a)]	Mesquita (?)	<i>Inventário, S. Vicente</i> , doc. 21
<i>S. André</i>	1211 (1209*) [1191(a)]	?	ANTT, S. Vicente de fora, 1ª Inc, Maço 1, doc.43 (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
<i>S. Lourenço</i>	1220 [1191(a)]	Novo templo	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18.
<i>S. Tomé (do Penedo)</i>	1220 (1207*) [1191(a)]	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Azevedo 1937, 54.)
<i>S. Julião</i>	1220 (1209*) [1191(a)]	Mesquita (?)	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
<i>S. Mateus (Capela de Albergaria) (Não se manteve como paróquia)</i>	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
<i>S. João do Hospital (Não se manteve como paróquia)</i>	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
<i>Hospital dos Meninos (Não se manteve como paróquia)</i>	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)

(a). Segundo Mário Farelo, foi recentemente encontrado um documento sobre um sínodo realizado em 1191 que menciona todas as igrejas paroquiais de Lisboa: “o Dr. João Soalheiro teve o ensejo de encontrar um traslado de 1346 da famosa divisão das igrejas da diocese entre o prelado e Cabido de Lisboa de 1191, onde se verifica a existência, por essa altura, de toda a rede paroquial que existirá na cidade até ao século XVI” (Farelo 2008, 249).

(*) O asterisco indica uma hipótese alternativa de datação, com a respectiva referência indicada entre parêntesis. Udaepel ma dolorunt eum, od ma doleseq uiatisimus dollaborit mint quia

PARTE I
DA MEDINA À CIDADE

1.

EVOLUÇÃO URBANA INTRAMUROS EM PATAMARES

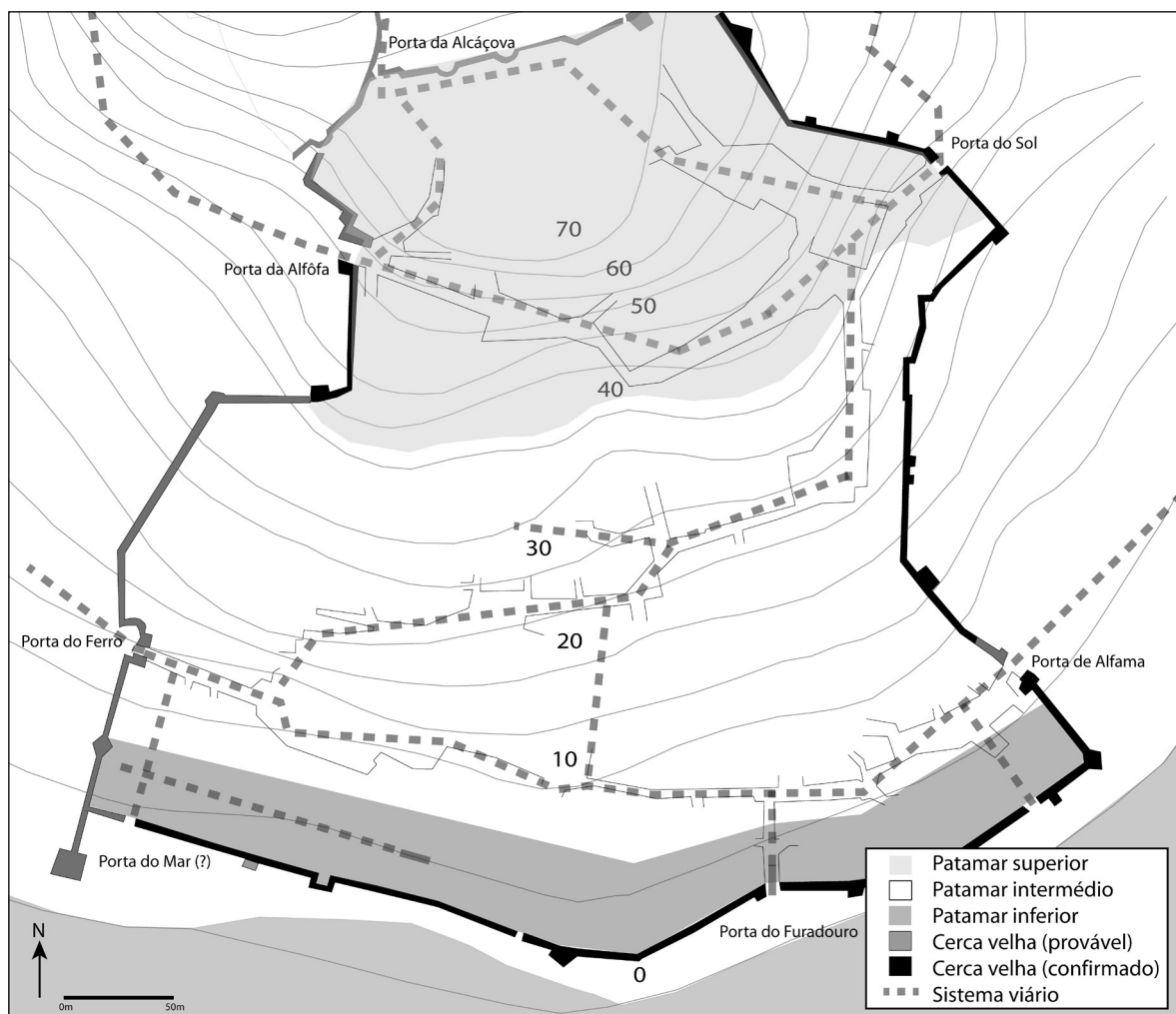


Figura 9. A Medina em patamares¹

1 Planta concebida com base nas *Estampas I e III* de Augusto Vieira da Silva (1939, 8 e 58).

Analisaremos a cidade intramuros através de patamares, de acordo com a orografia local, possibilitando uma visão tridimensional e permitindo uma compreensão da morfologia urbana associada à topografia do terreno. Ao observarmos o traçado da cerca urbana medieval² e o sistema viário da cidade em meados do século XX, é notório que as curvas de nível originadas pela orografia da colina do Castelo são o elemento definidor de ambas as estruturas urbanas (ver figura 9).³ Ou seja, tanto o desenho do sistema viário como o traçado da muralha estão profundamente condicionados pela orografia local. Consequentemente, é expectável que a localização das portas da muralha fosse condicionada pelos patamares em que a cidade se desenvolvia, o que de facto se verifica.

Portanto, procurámos estruturar a análise deste espaço central da urbe na orografia, pois é aquilo que mais condiciona a sua morfologia. Assim, considerando a realidade topográfica, a nossa análise dividiu a medina em três patamares: um superior, próximo da alcáçova; um intermédio, no centro do espaço intramuros; um inferior, que corresponde à parte ribeirinha da cidade.

Esta divisão prende-se com diferentes factores, tendo em conta a forma da cidade e as divisões na malha urbana, essencialmente. Em primeiro lugar, toda a nossa análise da morfologia urbana da cidade tem como alicerce a sua forma, o que origina a divisão dos capítulos não apenas a partir de um ponto de vista cronológico, mas também topográfico. Dentro do capítulo dedicado à parte intramuros, justifica-se uma subdivisão fundada na topografia da urbe, dadas as diferenças existentes entre as funções e estruturas dos vários patamares. Neste sentido, destacam-se um mal conhecido patamar superior e a zona ribeirinha, cujos contornos conhecemos melhor, facilmente diferenciada do patamar intermédio, onde se situavam algumas das principais construções da cidade, como o templo principal e o “senado”. Em segundo lugar, fundamentamo-nos também nas divisões que existiam na malha urbana, determinadas pelos principais eixos viários, os quais, como já referimos, eram condicionados pela própria orografia. O patamar superior desenvolve-se em torno da via que ligava as duas portas mais altas da cidade intramuros, a Porta do Sol e a Porta da Alfôfa. O patamar intermédio compreende toda a malha urbana que se desenvolvia em torno dos dois principais eixos, que formava um Y, ligando as portas orientais, do Sol e de Alfama, à ocidental, também conhecida como Porta do Ferro. Por fim, o patamar inferior integra a malha urbana que mais se aproximava à

2 O estudo de referência sobre a cerca medieval de Lisboa é ainda o estudo de Augusto Vieira da Silva, concebido em 1939, sendo que a terceira edição, de 1987, é apenas uma reimpressão da segunda edição de 1939. Sobre esta questão ver: parte I, subcapítulo 5.5 – A cerca velha e os seus responsáveis.

3 Sobre a influência das cercas urbanas na morfologia das urbes medievais portuguesas, ver: M. C. F. Ribeiro et Melo 2013.

margem do rio Tejo, e que tinha o rio como eixo organizador. É importante notar que as vias não são elementos delimitadores na nossa análise, pois os principais eixos urbanos unem a malha urbana que existe ao seu redor, funcionando não como fronteira, mas sim como centro da vida cidadina. Por isso, observamos aqui esses eixos como elementos definidores da morfologia e considerados na sua totalidade, incluindo ambas as fachadas.

2.

O PATAMAR SUPERIOR

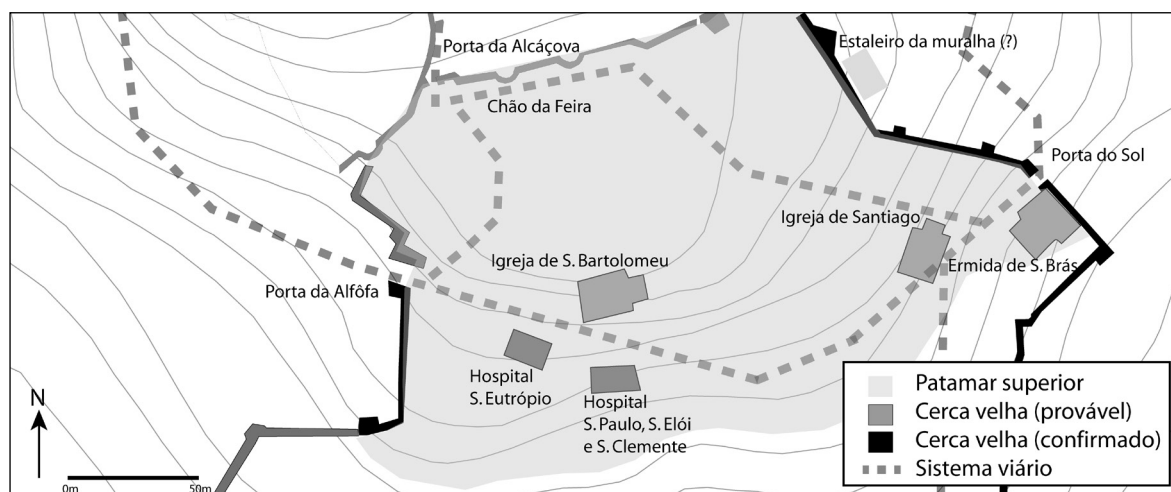


Figura 10. O patamar superior (c. 1300)

2.1. A cerca urbana e as suas portas

No patamar superior da medina, encontrámos traços da existência de portas e muralhas desde a época islâmica. Existiam ali duas portas, uma a nascente, a Porta do Sol, e outra a poente, a Porta da Alfôfa. Se a última não deixa dúvidas quanto a uma origem etimológica árabe, a primeira, poderá, ou não, corresponder ao *Bab al-Maqbara* (Porta do Cemitério) referido pelos geógrafos árabes.⁴ Nos textos dos geógrafos árabes, não se atesta qualquer *Bab al-Shams* (Porta do Sol), como se poderia esperar. Devido ao facto de esta entrada da cidade ter sido desmontada após o terramoto de 1755, não conhecemos a sua configuração original nem o momento em que foi construída. A história da toponímia desta porta é complexa. Num documento de 1186, do cartório de Santa Cruz de Coimbra surge a referência a uma “Porta de Santiago”, a qual poderia corresponder à porta da cerca mais próxima da Igreja de

4 A proposta da correspondência entre a Porta do Sol e o *Bab al-Maqbara* foi realizada por Adel Sidarus e António Rei, seguindo as propostas de Cláudio Torres e de Clementino Amaro sobre a existência de cemitérios islâmicos nas encostas da Graça e de S. Vicente de Fora (Sidarus et Rei 2001, 71; Cláudio Torres 1994, 84; Amaro 1998, 62). Sobre este assunto, ver o capítulo sobre o arrabalde oriental.

Santiago, ou seja, à Porta do Sol. Embora o documento não nos esclareça se esta referência se reporta à porta da Igreja de Santiago ou a uma porta da cerca urbana, parece-nos mais provável que se refira a uma porta da cerca.⁵ Numa venda efectuada em 1217, surge uma primeira referência a um alfaiate “da Porta do Sol”, o que poderá indicar que esta designação se terá generalizado apenas em inícios do século XIII.⁶

No lado ocidental do patamar superior, atesta-se a Porta da Alfôfa.⁷ Trabalhos arqueológicos recentes verificaram a existência de vestígios de uma torre, que deverá corresponder à torre sul, que ladeava a porta, confirmando-se que foi erguida em época islâmica e que sofreu reparações em período medieval cristão.⁸ A posição estratégica desta porta, junto à alcáçova, dando acesso à estrada de circunvalação do morro do castelo, e a toponímia – Alfôfa deriva do árabe *al-Hawba*, ou seja, “postigo”⁹ – indicam que se devia tratar de uma porta de serviço que, desde o momento em que foi erguida a alcáçova, em meados do século XI, possibilitava um acesso mais rápido e directo entre o patamar superior e o exterior da cidade.

É importante ainda notar que em ambas as portas da cerca urbana localizadas neste patamar foram encontrados silhares que continham fragmentos epigráficos romanos, reutilizados na muralha ou até na estrutura das próprias portas. No caso da Porta da Alfôfa, considerando que uma destas inscrições terá sido realizada entre o século I ou II d. C., podemos concluir que foi construída ou sofreu remodelações após essa data.¹⁰

No lado oriental deste patamar, o pano de muralha que se desenvolve entre a Porta do Sol e a muralha da alcáçova encontra-se actualmente visível e em boas condições. Ainda junto à muralha da alcáçova encontram-se duas torres, que foram assimiladas pela construção do Palácio Belmonte já no século XVI. É possível que entre estas torres tivesse existido um acesso à medina, ligando a rua que realizava a circunvalação à colina, tal como acontece a ocidente com a Porta da Alfôfa; no

5 ANTT, Santa Cruz de Coimbra, mç. 11, doc. 36.

6 ANTT, S. Vicente de Fora, 1.ª incorporação, mç. 2, doc. 5.

7 Esta porta é referida pelos geógrafos árabes, nomeadamente por Al-Bakri, Al-Himyari e pelo *Dikr Bilad Al-Andalus* (Sidarus et Rei 2001, 47, 58 e 65). Além disso também o cruzado que relatou a conquista de Lisboa a refere (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 105: “como frente a nós tinham três portas, duas laterais e uma frente ao mar era-lhes fácil sair e voltar”). A sua localização foi proposta por Augusto Vieira da Silva, localizando a torre sul desta porta no local dos actuais números 2 e 4 da Rua do Milagre de Santo António (A. V. Silva 1939, 64).

8 Cf. Manso et Carvalhinhos 2009: “Quanto à cronologia da torre, podemos aferir que a sua construção é provavelmente de raiz islâmica, tendo sido encontrados fragmentos cerâmicos correspondentes ao século XII nos níveis junto ao seu embasamento. No que respeita à restante construção não podemos ter a certeza, por falta de elementos corroborativos, de que seja também ela islâmica. Sabemos que sofreu pequenas obras de reparação, como podemos verificar através da aplicação de um espesso reboco, que presumimos serem efectuadas já sob domínio cristão. Fica-nos, contudo, a certeza de que estamos perante uma torre do lance ocidental da cerca velha, que poderia inclusivamente fazer parte da própria Porta da Alfôfa (segundo descrições que a mencionam ladeada por torres), de construção islâmica que sofreu obras de reparação em período medieval sob a égide cristã.”

9 Sidarus et Rei 2001, 71.

10 Vieira da Silva descreve duas lápides com inscrições sepulcrais romanas que já haviam sido registadas por diversos autores (A. V. Silva 1944a, 111-114). A localização actual destas lápides é-nos desconhecida.

entanto, a ausência de informações arqueológicas ou documentais não nos permite tirar conclusões definitivas.¹¹ Um pouco mais a sul, nas traseiras do edifício que actualmente pertence à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, encontra-se um troço de muralha, junto do qual se levou a cabo uma intervenção arqueológica que possibilitou a obtenção de dados relevantes. Esta intervenção, realizada no lado exterior da cerca, revelou um estaleiro que estaria associado a obras na muralha, pois foi verificada a existência de uma camada de lascas e de blocos de calcário semelhantes aos que são ainda visíveis nesse pano da muralha. Segundo os arqueólogos responsáveis, o estaleiro terá funcionado entre o reinado de D. Afonso Henriques e o do seu sucessor, D. Sancho I.¹² Estes dados vêm comprovar que a muralha foi sujeita a constantes reparações, sendo que, neste caso específico, podem possivelmente reflectir reparações causadas pelos estragos do cerco de 1147.

2.2. O sistema viário

Se em relação às portas e ao traçado da muralha do patamar superior da cidade intramuros podemos ter uma noção bastante concreta do seu perfil; no que respeita ao sistema viário, é impossível reconstituir a sua forma exacta durante o período cronológico que nos ocupa. É, no entanto, possível inferir a existência de um eixo da maior relevância que faria a ligação entre as portas do Sol e da Alfôfa. Apesar de não podermos desenhar este eixo com rigor, é possível supor o seu traçado aproximado, com base tanto na estrutura viária da cidade em época moderna como na documentação medieval (ver figura 10). A morfologia urbana do patamar superior da medina em época islâmica é praticamente desconhecida. A falta de informação sobre as escavações arqueológicas que aí se têm realizado torna impossível apresentar uma proposta concreta. Deste modo, somos forçados a avançar cronologicamente até ao momento em que a documentação nos possibilita a observação das alterações urbanas que iriam ocorrer neste espaço, a partir de meados do século XIII.

11 “Entre as torres uma passagem em arco, referenciada no século XVI, poderá corresponder a uma porta mais antiga de acesso à área Norte do núcleo urbano ou à Alcáçova em articulação com a rua de circunvalação do morro do castelo” (M. Leitão 2014, 68).

12 “A cronologia da última fase de ocupação deste local situa-se algures entre o reinado de D. Afonso Henriques – altura em que foi remodelada a 1.ª casa e o reinado de D. Sancho, altura em que esta área é abandonada. Esta última datação é fornecida por um dinheiro daquele rei” (Gomes et Sequeira, 2001, 108).

2.3. Ordens militares na paróquia de Santiago

A pequena paróquia de Santiago abrangia as vias junto à Porta do Sol, no interior da cerca urbana. Sobre a origem da igreja paroquial, a documentação não nos oferece qualquer informação, sendo que a primeira referência documental (1160) não é segura, uma vez que Ruy de Azevedo não indicou a sua fonte.¹³ Apenas é possível considerar uma hipotética ligação entre a escolha do orago e a ordem militar de Santiago, mas além deste dado não encontramos qualquer documento ou referência à presença da ordem de Santiago na paróquia.¹⁴

Apesar de as notícias documentais sobre a propriedade urbana desta paróquia serem escassas, nota-se, ainda assim, a presença de várias ordens militares numa inquirição realizada por D. Afonso II, em 1220. Em posição de destaque, encontramos a ordem do Hospital, que tem aqui a sua maior concentração de propriedades, no que se refere à área urbana de Lisboa. Os hospitalários possuíam, segundo a referida inquirição, além de umas casas com capela própria, aquilo que parecem ser três aglomerados de propriedades urbanas (casas), que tinham pertencido a proprietários diferentes antes de pertencerem à Ordem do Hospital, nomeadamente a Soeiro Mendes, Domingos Domingues e D. Sevel. Sobre estes nomes, nada se pode dizer, apenas que o último se distingue pelo estatuto, potencialmente nobre, e por uma antroponímia estranha à nobreza portuguesa.¹⁵ É possível que este núcleo urbano pertencente aos hospitalários, localizado na freguesia de Santiago e composto por casas e capela, possa corresponder à Ermida de S. Brás, a qual se situa imediatamente a sul da Porta do Sol, pois é bem conhecida a longa ligação deste templo com esta ordem militar.¹⁶ Também os templários possuíam várias casas e um curral na paróquia de Santiago, e, tal como os hospitalários, segundo a inquirição de 1220, parecem ter aí o seu principal núcleo urbano.¹⁷ Os cónegos de Santa Cruz possuíam nesta pequena paróquia lisboeta umas “boas casas com forno de pão”, enquanto os

13 R. Azevedo 1937, 54.

14 A ordem de Santiago possuía várias propriedades urbanas em Lisboa, mas sobretudo no arrabalde ocidental: “*in collatione sancti Johannis habent unas bonas casas. Et in sancto Juliano unas domos. Et unum fornium panj. Et in sancto Nicholao unas bonas casas. Et in sancta Maria Magdalene unas domos...*”, na nossa tradução, “na freguesia de São João têm umas boas casas. E em São Julião umas casas e um forno de pão. E em São Nicolau umas boas casas. E em Santa Maria Madalena umas casas...” (*Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo* [1220?], 1).

15 *Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo* [1220?], 1. Nos livros de linhagens, não se encontra qualquer referência a um D. Sevel.

16 Nesta igreja, encontra-se uma inscrição funerária de frei Lourenço Gil, freire da ordem do Hospital, filho de D. Gil Afonso, bastardo de D. Afonso III, datada de 1346. Além disso, segundo frei Lucas de Santa Catarina, cronista setecentista dominicano, a ermida estava já na posse dos hospitalários durante o reinado de D. Dinis. Deve-se ao mesmo cronista uma descrição da Igreja de S. Brás antes do terramoto de 1755. Infelizmente, o cronista da ordem de Malta não nos refere documentação que corrobore a sua proposta (Barroca 2000, vol. II, t. 2, 1671-1675; C. G. Silva 2008, 264; Santa Catarina 1734, 270-271). Actualmente, esta igreja é ainda a sede da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem Soberana Militar de Malta.

17 *Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo*, [1220?], 1.

irmãos da Ordem de Calatrava possuíam umas “boas casas”. Finalmente, também o Mosteiro de Alcobaça possuía “umas grandes casas”.¹⁸ A falta de exactidão na informação deste documento não nos permite ir mais além do que considerar que nesta zona da cidade, não muito longe da Porta do Sol, várias ordens religiosas possuíam propriedades relevantes no contexto urbano da medina, pois quase todas elas são de algum modo nomeadas. A presença das ordens militares no patamar superior parece consolidar-se nos reinados seguintes, pois, em 1230, umas casas pertencentes à Ordem de Avis foram objecto de uma contenda entre esta ordem e Pedro Pires, a qual foi decidida a favor da referida ordem.¹⁹ Posteriormente, no reinado de D. Afonso III, foi elaborada uma carta régia para que Afonso Peres, homem do rei, entregasse à Ordem de Avis casas que Martim Eanes tinha quando era porteiro do rei.²⁰

Relativamente ao estabelecimento das ordens militares em Lisboa, é possível avançar com algumas propostas. Frei Lucas de Santa Catarina sugere que a ermida de São Brás e Santa Luzia tenha tido origem “no tempo do vitorioso Rey Afonso Henriques”, e que o primeiro rei português possa ter dado a posse desta ermida aos cavaleiros de Malta, então conhecidos como hospitalários, como pagamento de serviços durante a tomada da cidade.²¹ A participação dos hospitalários na conquista e o subsequente estabelecimento das ordens militares na cidade não é uma questão bem conhecida, mas a proposta de frei Lucas de Santa Catarina tem sido seguida por alguns estudiosos, os quais têm afirmado a existência de uma ligação entre a tomada da cidade e a Igreja de S. Brás.²² Como já se disse, a primeira referência documental que aponta a existência de ordens militares em Lisboa está patente na inquirição de 1220, por isso, é certo que tanto os hospitalários como os templários se instalaram na cidade, num determinado momento, entre 1147 e 1220. Relativamente aos templários, é conhecida a doação do eclesiástico de Santarém a esta ordem, por D. Afonso Henriques, em Abril de 1147, condicionada à conquista da cidade.²³ Esta informação, conjugada com a inquirição de 1220, onde se verifica que os templários possuem várias propriedades urbanas em Lisboa, permite inferir que estes deverão

18 *Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo*, [1220?], 1.

19 ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, n.º 237.

20 Esta carta régia foi emitida em 1271 (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, n.º 104).

21 Santa Catarina 1734, 271.

22 Além da referência de frei Lucas de Santa Catarina, ver também José Anastácio de Figueiredo, que afirma, em 1800: “Ganhada e recuperada Lisboa do poder dos Mouros, a 25 de Outubro da E. de 1185, A. De 1147; por tal ocasião deo o mesmo Sr. Rei D. Afonso Henriques à Ordem de Malta entre nós a Igreja de S. Braz de Lisboa” (Figueiredo 1800, 126) e muito mais recentemente no *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal* (Franco 2010, 575), no qual se afirma: “Apesar de estarem ao lado de D. Afonso Henriques na tomada de Santarém e de Lisboa (1147), tendo sido agraciados com a Igreja de S. João de Alporão, antiga mesquita de Santarém e, com a Igreja de S. Braz, que será a cabeça da Comenda de Lisboa.” Infelizmente, não encontramos documentação que corroborasse esta proposta.

23 *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios 1958-1962*, 221. Trata-se da “Doação do Eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo”, realizada em Abril de 1147.

não só ter participado na tomada da cidade, como ter-se-iam instalado na urbe logo depois, possivelmente na freguesia de Santiago, pois é aí que se verificam referências documentais a um maior número de propriedades urbanas.

A presença intramuros das ordens militares, logo após a conquista, e o exemplo da sua acção em casos semelhantes no estrangeiro, suscitam a possibilidade de terem assumido funções defensivas. A presença intramuros das ordens militares, logo após a conquista, e o exemplo da sua acção em casos semelhantes no estrangeiro, suscitam a possibilidade de terem assumido funções defensivas. A localização das várias ordens militares na freguesia de Santiago, ou seja, no espaço intramuros, sugere-nos que estas ordens possam ter-se instalado na cidade num momento em que a rede urbana da medina estava num processo inicial da reestruturação, após o cerco de 1147, pois os locais onde se registam os maiores aglomerados de propriedades das ordens eram locais privilegiados que não ficariam desocupados por muito tempo. Além disso, a implantação de ordens militares numa paróquia intramuros e junto a um dos seus principais eixos de acesso ao exterior da cidade encontra paralelo tanto em cidades do reino cruzado de Jerusalém, como Acre e Jafa, como também no ocidente cristão, como em Tortosa e em Avinhão.²⁴ Nestas cidades, as ordens religiosas tinham uma função defensiva importante ligada à protecção dos muros, ou até de portas e cercas urbanas, no caso de Tortosa e Avinhão. Sobressai o caso de Tortosa, pois a sua conquista ocorre em 1148, sob a direcção do conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV, com a participação dos genoveses, dos exércitos das ordens militares e de alguns cruzados que tinham estado presentes na tomada de Lisboa, no ano anterior.²⁵ Com os dados disponíveis sobre a presença de ordens militares na Lisboa dos séculos XII e XIII, não é possível confirmar com certeza se assumiam uma função defensiva na cidade, mas é uma possibilidade que merece consideração, dada a sua indubitável presença na paróquia de Santiago, sobretudo no templo dos hospitalários, junto à Porta do Sol.

Um dos poucos documentos que refere uma propriedade privada na freguesia de Santiago consiste numa doação régia, de 1289, em que D. Dinis doa um campo de pardieiros, ou seja, uma área com construções em ruínas, ao seu escrivão Durão Pires.²⁶ Neste mesmo documento, encontramos nas confrontações uma interessante

24 Carraz 2013, 107-109.

25 “Aos seus exércitos vieram ainda juntar-se os dos Templários e dos Hospitalários, os Condes William de Montpellier e Bertrán de Toulouse e uma série de outros guerreiros de menor estirpe, incluindo alguns veteranos que haviam participado no ataque e conquista da cidade em de Lisboa em 1147” (Reilly 1996, 257).

26 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 268 v.

referência a um “ansion Judeu”, ficando assim documentada a existência de propriedade judaica fora da judiaria em finais do século XIII.

2.4. Evolução urbana na paróquia de S. Bartolomeu

Em época de domínio cristão, o edifício mais relevante da parte ocidental do patamar superior era a igreja paroquial de S. Bartolomeu, fundada em data incerta, após 1147.²⁷ Esta igreja, de padroado régio em época de D. Dinis, manteve uma ligação estreita com a Coroa até ao último quartel do século XIII, quando saiu da sua posse.²⁸ Dois autores de inícios do século XVIII, António Carvalho da Costa²⁹ e frei Agostinho de Santa Maria,³⁰ afirmam, sem revelar a base documental, que foi capela real dos “reis antigos”; no entanto, a documentação apenas nos permite afirmar que em 1220,³¹ na fase final do reinado de D. Afonso II, a igreja já existia. Mais tarde, durante o reinado do *Lavrador*, entre 1279³² e 1286,³³ o padroado pertenceu ao monarca e posteriormente foi alienado, tal como aconteceu com várias outras igrejas paroquiais da cidade.³⁴ É muito escassa a informação sobre a composição urbanística da freguesia de S. Bartolomeu até ao reinado de D. Dinis, havendo apenas notícia, na inquirição ordenada por D. Afonso II, em 1220, de aí existirem umas casas pertencentes à Ordem do Hospital e um pardieiro pertencente à irmandade de Oia.³⁵ Em 14 de Janeiro de 1279, um mês antes de falecer, num dos seus últimos actos oficiais, D. Afonso III doou ao mestre Domingos das Antas, seu físico, algumas casas nessa freguesia, localizadas a ocidente da igreja paroquial, as quais haviam sido adquiridas pelo próprio rei a Domingos Pires, um seu clérigo.³⁶ Será apenas no

27 A primeira referência documental a esta igreja data de 1165, mas a sua existência é com certeza anterior, não havendo quaisquer informações sobre a data ou pormenores da sua fundação (BNL, Fundo Geral, cód. 139, fl. 62v.).

28 Em 1286, D. Dinis doa a Domingos Eanes Jardo o padroado desta igreja em benefício do futuro hospital que o então bispo de Évora aí se propunha fazer (Farelo 2013b, 63-64). A doação régia encontra-se no seguinte documento: ANTT, Gaveta 19, m. 14, n.º 5, fl. 19; e é reproduzida em: ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 161.

29 A. C. Costa 1706, 3:350.

30 N. Santa Maria 1711, 7:135.

31 A igreja surge na lista das igrejas de Lisboa na inquirição de 1220 (*Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo* [1220?], 5).

32 Em 17 de Março de 1279, documenta-se a apresentação de Pedro Eanes, clérigo do rei ao reitorado de S. Bartolomeu (ANTT, Gaveta XIX, mç. 3, doc. 47).

33 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 161.

34 Foram várias as igrejas paroquiais de padroado régio em Lisboa progressivamente alienadas em benefício de privados: Santo André, doada em 1296; Santo Estêvão de Alfama, em 1295; S. João da Praça, em 1335; S. Julião, em 1301; Santa Justa, em 1305; S. Lourenço, em 1338; S. Maria de Alcamim na primeira metade do século XIV; Santa Marinha do Outeiro, em 1274; S. Nicolau, em 1430; S. Salvador, em 1391; S. Tomé, em 1298 (Farelo 2013b, 63-72).

35 Os “fratres de Oia” correspondem aos cistercienses de Santa Maria de Oia, na Galiza, e tinham propriedades em Lisboa, Torres Vedras, Alfândega da Fé e Atouguia da Baleia (*Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo* [1220?]; e Yáñez Neira [s.d.], 149: “*Las posesiones de Oya se extendieron por toda la región del bajo Miño, pasaban a Portugal y legan a las mismas puertas de Lisboa*”).

36 ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 161.

reinado do *Lavrador* que notamos alterações significativas na face urbana desta parte da urbe intramuros, com o surgimento dos hospitais de S. Paulo e de S. Eutrópio.

2.4.1. O hospital de D. Domingos Eanes Jardo

A fundação do Hospital de S. Paulo deve-se à acção de D. Domingos Eanes Jardo, importante figura clerical da época. O processo começa em Setembro de 1284, quando D. Dinis o autoriza a construir um hospital para pobres na paróquia de S. Bartolomeu, numas casas do próprio clérigo.³⁷ Em Junho do ano seguinte, D. Dinis outorga as aquisições que D. Domingos Jardo havia realizado para sustento do hospital, as quais não se parecem relacionar directamente com os edifícios do futuro hospital, mas sim com propriedades rurais ou semi-rurais que sustentariam a estrutura hospitalar.³⁸ Aparentemente de origens humildes, Domingos Eanes Jardo foi um homem de grande destaque durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, tendo sido clérigo, capelão e conselheiro do primeiro; e posteriormente chanceler-mor, tutor e clérigo do segundo. Durante o último quartel do século XIII, a sua carreira na diocese de Évora – cónego, clérigo, procurador, eleito e bispo – e também na de Lisboa – eleito e bispo – revela uma ascensão fulgurante.³⁹ Não deve, portanto, constituir surpresa que tenha recebido de D. Dinis, em Março de 1286, o padroado da Igreja de S. Bartolomeu para financiar a instituição do referido hospital.⁴⁰ Em 1291, na carta de instituição, com o nome de São Paulo, Santo Elói e São Clemente, o então bispo de Lisboa prevê o sustento de dez presbíteros e seus criados, seis estudantes e um número indefinido de pobres.⁴¹ Esta informação revela que o hospital teria possivelmente uma dimensão significativa, tendo em conta que estas estruturas, na sua maioria, tinham espaço para poucas camas, pois funcionavam, normalmente, na habitação do doador.⁴² No entanto, considerando as poucas referências no documento de 1291,⁴³ e aquilo que é conhecido sobre as instituições hospitalares da época, devemos considerar este hospital – à época um dos mais

37 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 110.

38 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, fl. 139v: “e comprasse alguns herdamentos e posições que deu ao dito hospital para mantimento dos pobres”.

39 Norte 2013, 92-93. Para as referências documentais às múltiplas actividades de D. Domingos Eanes Jardo, ver o estudo prosopográfico anexo em Norte 2013, 52-54; ver também Vilar 1999, 61-66.

40 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 161.

41 ANTT, Dourados de Alcobaça, liv. 2, fls. 83 – 84 v., editado no *Chartularium universitatis portugalensis: (1288-1537)* 1961, 1:16-20.

42 Carvalho 1995, 18-19.

43 As referências aos edifícios do hospital são pouco conclusivas, mas deixam perceber que não há uma construção arquitectónica diferenciada: “*in domibus nostris*” [“nas nossas casas”]; “*Et mandamus quod omnes in una domo dormiat et in alia comedant omnes*” [“E mandamos que todos durmam em uma casa e em outra comam todos”], cf. ANTT, Dourados de Alcobaça, liv. 2, fls. 83 – 84 v.

importantes da urbe – não como uma estrutura arquitectónica diferenciada, mas sim como um conjunto de habitações usadas para albergar os doentes, os presbíteros responsáveis pelo funcionamento do hospital e os estudantes.⁴⁴

Conforme referido, a carta de instituição do hospital revela-nos que fora erguido em casas privadas que pertenciam a D. Domingos Eanes Jardo, o qual é muito claro, no mesmo documento, ao afirmar: “construímos em bens que nós possuímos, que não pertencem à igreja de Évora nem de Lisboa”.⁴⁵ Trata-se, portanto, de um acto privado por parte de D. Domingos Jardo, e não de uma decisão enquanto bispo de Évora e de Lisboa. Importa também salientar a funcionalidade escolar deste hospital, que se ligava à criação do Estudo Geral de Lisboa, fundado pouco tempo antes, revelando, da parte de D. Domingos Jardo, a vontade em suportar as necessidades básicas de alguns estudantes que de outro modo não o poderiam fazer. Muito provavelmente, tal como afirma Mário Farelo, “estamos perante uma instituição essencialmente destinada a prover as necessidades básicas dos referidos estudantes”⁴⁶ e menos vocacionada à prestação de cuidados de saúde, sobre os quais a carta de instituição oferece informação muito mais discreta, referindo de forma breve e vaga os pobres enfermos.⁴⁷

2.4.2. O Hospital de S. Eutrópio

Na primeira década do século seguinte, em Agosto de 1308, parece ter ocorrido um fenómeno de atracção urbanística, pois surge, exactamente na mesma zona, uma referência documental a um outro hospital, associado a uma capela de Santo Eutrópio da Igreja de S. Bartolomeu, instituído por D. João Soares Alão, bispo do Algarve, numas casas que este possuía junto ao adro da igreja.⁴⁸ Muito provavelmente, as casas estavam na posse da sua família desde a geração dos seus progenitores, pois na já referida doação de Janeiro de 1279, em que D. Afonso III concede casas ao seu físico, surgem nas confrontações a sul um Sueiro Alão e sua esposa.⁴⁹

44 F. S. Correia 1941, 6: “A arquitectura hospitalar medieval pouco tinha em geral de característico. As casas onde se instalavam geralmente os pequenos hospitais haviam sido com frequência as habitadas anteriormente pelos seus fundadores”; e na página 8: “os hospitais mais importantes que houve na Lisboa antiga foram os de D. Payo Delgado, o de Bartolomeu Joanes e o dos Loios”. Sobre o tema da assistência hospitalar em época medieval na península Ibérica, ver: *A Pobreza e a Assistência aos Pobres* 1972.

45 ANTT, Dourados de Alcobaça, liv. 2, fl. 83: “*construximus in bonis nostris que nos habuimus non de eborensi nec de ulixbonensi Ecclesija*”.

46 Farelo 2013a, 258.

47 ANTT, Dourados de Alcobaça, liv. 2, fl. 83: “*Exceptis infirmis qui in Camera nostra separentur ut dictum est*”, na nossa tradução: “excepto os enfermos que estão separados do nosso quarto, tal como é referido”.

48 Castilho 1934-1938, 11:61; Brandão 1672, 127.

49 Referimo-nos à doação, em 14 de Janeiro de 1279, de D. Afonso III ao mestre Domingos das Antas, seu físico, de casas nessa freguesia (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 161).

Além da igreja de S. Bartolomeu, a tradição afirma, embora sem base documental, que D. Dinis terá nascido nuns paços reais construídos por D. Afonso III, localizados junto à igreja de S. Bartolomeu. Júlio de Castilho argumentou eficazmente, a nosso ver, contra esta ideia, uma vez que não foi verificada qualquer informação na documentação do *Bolonbês* sobre quaisquer paços reais neste local.⁵⁰ Não restam dúvidas de que o rei possuía casas na freguesia, tal como possuía em muitas outras freguesias da cidade, mas a afirmação de que eram paços reais carece de fundamento documental.

2.4.3. O Chão da Feira

Na antiga paróquia de S. Bartolomeu, mais precisamente, no local do actual Chão da Feira, realizava-se, entre o reinado de D. Afonso III e o de D. Dinis, um mercado semanal.⁵¹ Este mercado, apesar de se situar na zona incluída no espaço da medina, serviria muito provavelmente a população da alcáçova, dada a sua localização no topo da colina do Castelo. Um notável documento registado no *Livro dos Pregos* revela-nos um interessante processo de ingerência da autoridade régia na gestão do mercado semanal da cidade.

Afonso, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, a vós pretores e alvazis e concelho de Lisboa, saúde. Sabei que me foi dito que vos agravais... que eu tenha feito feira por um dia, em cada sete dias, nas nossas casas da Alcáçova da mesma cidade e demandava sobre a renda que aí seria cobrada, e eu tencionava que isto fosse para meu proveito e o vosso também... vos agravastes e não considerais que é do vosso interesse, mando que esta feira não seja realizada nas mesmas minhas casas, nem que alguém seja tido ou constringido a aí ir por força, nem apagar aí renda e mando que esta feira, chamada mercado, seja feita onde for visto que é do vosso interesse... em cada sete dias por um dia, tal como era no tempo do meu pai e do meu avô...⁵²

50 Castilho 1934-1938, 11:84-91.

51 É possível que a existência deste mercado recue ao tempo de D. Sancho I, pois na sua regulamentação, feita por D. Afonso III, o monarca assume a existência de um mercado semanal em Lisboa desde o reinado do seu avô. No entanto, o documento não esclarece onde se realizava esse mercado semanal: “*et mando quod faciatis fier ipsam feiram que vocatur mercatum de cetero ubi videritis quod est vestra utilitas . . . ebdomada pro unam diem sicut consuevit in tempore patris et avi mei*” [“e mando que façais esta feira que é chamada mercado e além disso onde vejais que é de vossa utilidade . . . um dia por semana tal como era costume no tempo do meu pai e meu avô”] (AML, Livro dos Pregos, doc. 53, fl. 58. 58v., 7 de Maio de 1273).

52 AML, Livro dos Pregos, doc. 53, fl. 58. 58v., 7 de Maio de 1273: “[A]ffonssus Dey gratiam rex Portugaliae et Algaruii vobis pretorii et alvazilibus et comcilio Ulixbonensis salutem. Sciatis quod dictum fuit mibi quod vos agravabatis . . . quod ego fetarem fieri feira per unam diem in qualibus ebdomada in nostris casis de apud alcacevam ipsius ville et pro renda quam ibi ponere mandavam et ego intendeabam quod faciebam ibi meam utilitatem et vestram . . . pro vos inde agravatis et nom intenditis pro vestram utilitate mando quod ipsa feira nom fiat de cetero in ipsis meis casis nec aliquis teneatur nec constringatur ire ibi per forciam nec dare ibi rendam de cetero et mando quod faciatis fier ipsam feiram que vocatur mercatum de cetero ubi videritis quod est vestra utilitas . . . in qualibus ebdomada pro unam diem sicut consuevit in tempore patris et avi mei...”

No documento, é possível observar como D. Afonso III permite que o concelho da cidade recupere o controlo sobre o local onde se realizava o mercado, e também sobre as rendas que daí decorriam. A única exigência feita pelo monarca é que o mercado deixe de decorrer nas suas casas, que se localizavam algures junto da alcáçova, e passe a decorrer onde aprouver ao concelho. Algumas décadas mais tarde, surgem outros documentos produzidos na chancelaria de D. Dinis que nos informam sobre o “Chão da Feira”, localizando-o precisamente onde ainda hoje se encontra esse topónimo, no terreiro junto à porta da alcáçova.⁵³ É possível que as casas a que D. Afonso III se refere se localizassem já fora da alcáçova, num local provavelmente perto do Chão da Feira, pois sabemos que a Coroa tinha aí várias propriedades urbanas, tal como é referido em documentos do reinado seguinte. Em 1319, D. Dinis doa a João Pires, seu cozinheiro, um campo no Chão da Feira para este construir uma casa.⁵⁴ Em 1321, D. Dinis doa-lhe novas propriedades, localizadas na mesma zona:

casas pequenas que são juntas com outras minhas onde foram os meus fornos que eu tenho em Lisboa no lugar que chamam Chão da Feira nas quais casas que eu a ele dou onde costumavam deitar o meu pão quando o tiravam desses fornos e daí o deitavam em outras dessas casas para o dar em rações.⁵⁵

Nota-se o interesse régio em alienar as propriedades do Chão da Feira, nas quais possivelmente decorreu o mercado, até D. Afonso III devolver a posse da sua gestão ao concelho, em 1273. É também relevante a alienação de propriedades pela Coroa, com a privatização de um campo, provavelmente adjacente ao local onde se realizava o mercado semanal, para o cozinheiro do rei aí construir casas. Sobressai, portanto, neste pequeno mas relevante local, a influência de dois dos principais actores que exercem a sua influência sobre o desenho da forma urbana da cidade: o concelho e o monarca.

53 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 86 e liv. 3, fl. 140v. Sobre este assunto, ver: Castilho 1934-1938, 10:7-11; A. V. Silva, 1960b, 293-306.

54 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 86.

55 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 140v.

3. O PATAMAR INTERMÉDIO

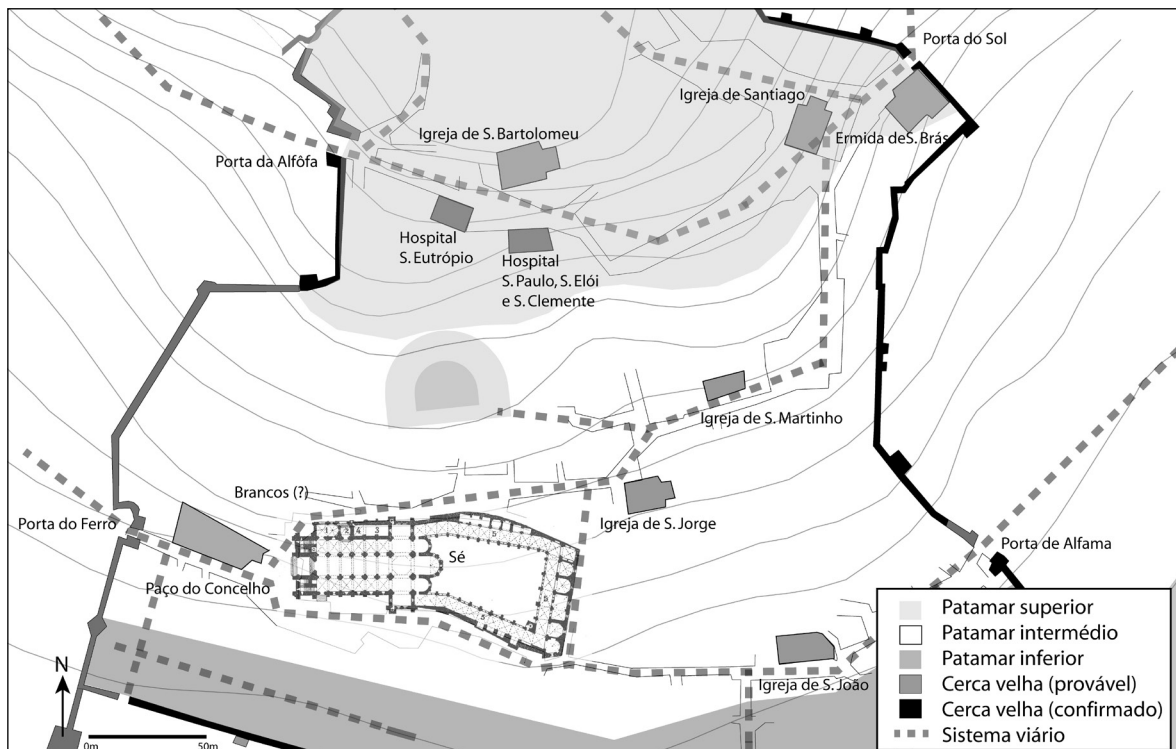


Figura 11. O patamar intermédio

3.1. A cerca urbana e as suas portas

As principais portas da cidade situavam-se no patamar intermédio. A ocidente, localizava-se a *Bab al-Kabir*, a Porta Grande, também referida pelos geógrafos árabes como Porta Ocidental (*Bab al-Gharb*) e denominada em época cristã como Porta do Ferro. No lado oriental, encontrava-se a *Bab al-Hamam*, a Porta dos Banhos, um topónimo que está na raiz do nome Alfama.⁵⁶

⁵⁶ Sidarus et Rei 2001, 70-71.

3.1.1. *A Porta de Alfama*

Na actual rua de S. João da Praça, escavações arqueológicas realizadas em 2001 e 2010 revelaram um troço da muralha da Antiguidade Tardia (séculos III e IV) e uma torre de planta semicircular.⁵⁷ Além disso, no interior do Pátio da Senhora de Murça, a norte da Rua de S. João da Praça, verificou-se que a muralha de época medieval perpetuou o traçado da referida muralha tardo-romana.⁵⁸ A sul deste troço, encontrava-se a Porta de Alfama, a qual constituía um dos principais acessos à medina pelo lado nascente da cidade. Uma torre rectangular, que deverá ter feito parte do sistema defensivo da Porta de Alfama, sobrevive ainda parcialmente dentro do edifício com os números 17 e 17a da Rua de S. João da Praça.⁵⁹ Deste ponto, parte um lanço de muralha que termina actualmente numa torre ainda bem visível, situada no Largo de S. Rafael. A referência documental mais antiga sobre esta torre data de 1263, sendo nesse documento apelidada de Torre de S. Pedro, devido à proximidade da igreja com o mesmo nome. Posteriormente, foi também conhecida como Torre de Alfama, como indica Fernão Lopes.⁶⁰ O momento exacto da edificação do lanço de muralha que ligava a Torre de S. Pedro e a Porta de Alfama não é ainda conhecido, apesar de terem já ocorrido escavações na Rua da Judiaria, na face ribeirinha desta muralha. É possível, segundo a arqueóloga responsável, que tenha havido uma reconstrução deste troço associada à construção da cerca fernandina entre 1373-1375.⁶¹

Durante toda a época medieval, a Porta de Alfama foi um dos pontos-chave do sistema viário da cidade. Relativamente à época islâmica, apenas possuímos as breves descrições dos geógrafos árabes⁶² e, como vimos, a informação arqueológica de que a porta medieval se encontrava muito perto do local onde se situava a porta em época tardo-romana.

Uma informação sobre uma porta da Sevilha islâmica, no século XII, pode dar-nos um contributo importante para o entendimento da Lisboa da primeira metade do século XIV. Ibn Abdun, no seu tratado da *Hisba* sobre Sevilha, escreve um capítulo sobre as portas da cidade, que nos ajuda a compreender o funcionamento desta estrutura e o seu impacto na vida quotidiana da cidade:

57 J. Pimenta et al. 2005a; Leitão 2014, 70.

58 M. Leitão 2014, 70.

59 A. V. Silva 1939, 159.

60 ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 67; Lopes 1975, Cap. LXXXVIII.

61 Informação de Manuela Leitão, arqueóloga do CAL, responsável pelo Projecto Integrado de Estudo e Valorização da “cerca velha” de Lisboa, aquando de uma visita guiada em 26 de Setembro de 2014.

62 Veja-se a descrição de Al-Bakri (1014-1094): “E também uma porta oriental, conhecida por Porta das Termas. As termas estão próximas dela (assim como) do mar, e [correm nelas] duas águas: água quente e água fria; quando a maré enche, encobre-as” (apud Sidarus et Rei 2001, 47).

Deberán abrirse por la mañana temprano; pero el portero detendrá a todo el que salga a esas horas, no sea que saque el producto de un robo o el fruto de un trabajo ilícito, hasta que se haga día claro y pueda reconocer a los que salen. La hora de cierre deberá retrasarse, por si viniese algún viajero que quisiese entrar y pasar la noche en la ciudad.

Debe fijarse al portero la cantidad que, en concepto de portazgo, puede cobrar a los que entren, según la costumbre establecida, porque los porteros son avariciosos, se extralimitan y abusan y, si se les descuida, violarán la costumbre, y el portazgo será igual o más gravoso que la alcabala, sin contar con que inventan nuevas especies de fraude y buscan mil tretas para expoliar a las gentes. Lo mejor sería, pues, acabar con esto y fijar al portero un salario del que pueda vivir, a cargo del inspector de los bienes de manos muertas y de las herencias.

...

Debe el cadí colocar fuera de [cada una de] las puertas a un hombre honrado, de buenas costumbres y alfaquí, para que ponga allí paz entre las gentes cuando haya disputas o discusiones, y el cadí obligará a las gentes a conformarse con lo que diga y opine este mediador. También colocará en el mismo sitio a otro hombre que se informe de la procedencia de las pieles y carnes de ganado vacuno que se venden allí y suelen ser robadas, y averigüe quiénes son sus dueños.⁶³

Cerca de 200 anos após Ibn Abdun ter escrito este tratado sobre a forma de bem governar uma cidade, mais especificamente, sobre a Sevilha almorávida, D. Afonso IV, em Outubro de 1330, repreende os abusos dos mordomos de Lisboa referindo especificamente o mordomo que vigiava a porta de Alfama:

o mordomo dessa vila arrenda o mordomado também na vila como no termo e parte-o per tal guisa que faz na vila dois mordomos um na Alfama e outro da porta d'Alfama contra a vila e que o mordomo d'Alfama tem loja e cadeia e escrivão e homens para si e o outro mordomo da vila tem também loja e cadeia e escrivão e outros homens e que outros mordomos há no termo que têm lá cadeia e loja para si e dizem que segundo seu foro e seu costume não deve aí haver mais que um mordomo e um escrivão dado por mim e que disto se segue a eles grande perda e grande dano e que é contra seu foral. Também me enviaram dizer que estes mordomos também da vila como dos montes prendem os homens e as mulheres maliciosamente e desrespeitam-nos e levam deles algo e não nos querem trazer perante os alvazis per o que esses presos pedem que os levem perante eles por tal que primeiro hajam de fazer com eles avença e que também esses mordomos fazem pedidos também na vila como nos montes aos lavradores e a outras pessoas também de pão como de vinho como d'outras cousas e se lhas nom querem dar que os achacam e os prendem e levam-nos a essas lojas e metem-nos nas cadeias que aí têm de tal forma que os espectam e levam deles algo como não devem e que isto é contra directo e contra seu foro e seu costume e que se estraga por aí a terra.⁶⁴

Ambos os documentos mencionam um indivíduo que controla o acesso à cidade pela porta e os problemas que daí advêm para a população em geral, causados tanto pela corrupção como pelo abuso de poder. Parece-nos possível que o mordomo da Porta de Alfama referido por D. Afonso IV seja herdeiro de uma tradição

63 Ibn 'Abdun 1948, 109-111.

64 AML, Livro dos Pregos, fl. 35 v., doc. 37, de 26 de Outubro de 1330.

provavelmente tão antiga como a própria muralha e com certeza activa em época islâmica. Isto significa que não só o traçado da própria muralha se perpetuou da época islâmica para a cristã, mas que também o processo de gestão do acesso se manteve. E mantiveram-se os mesmos problemas no sistema de controlo. Assim, a muralha da medina de Lisboa marcou durante longos séculos e de modo muito coerente não só a face urbana da cidade, mas a própria forma de viver a cidade e os seus limites. Importa também sublinhar, como se observa neste documento da chancelaria de D. Afonso IV, que o mordomo da porta de Alfama possuía “loja e cadeia”, ou seja, tinha sob sua responsabilidade um local de trabalho e uma prisão. Relativamente a esta última, é muito possível que se localizasse na já referida Torre de S. Pedro, pois a documentação posterior, do século XV, revela que teve uma função prisional.⁶⁵ Tendo em conta que a torre já existia em meados do século XIII, será plausível que nas primeiras décadas do século XIV funcionasse como prisão, tal como se confirma na documentação do século XV.

3.1.2. *A Porta Ocidental*

No que respeita à Porta Ocidental, as descrições dos geógrafos árabes são um pouco mais precisas, revelando al-Himiari o seguinte: “A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas duplas sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore. É a maior das suas portas.”⁶⁶

Esta descrição levou a interpretações onde se propôs que esta porta tivesse sido um possível arco do triunfo de época romana, que teria sobrevivido até à época medieval islâmica.⁶⁷ No entanto, esta proposta, baseada na referência à existência de mármore na composição da porta, possui um problema estrutural. Para ser uma porta da muralha de época imperial romana, seria necessário que a muralha dessa época tivesse um traçado que permitisse incluir esta porta. Contudo, até ao momento, não se encontrou qualquer troço de muralha de época imperial romana no lanço ocidental da cerca velha. Pelo contrário, as escavações arqueológicas verificaram que, muito provavelmente, a Porta da Alfôfa deverá ter uma cronologia original de época islâmica.⁶⁸

65 Há referências que indicam que, em 1485, alguns condenados, por conspiração contra D. João II, tenham sido aprisionados na torre de S. Pedro (Torres 1883).

66 Sidarus et Rei 2001, 58.

67 Moita et Leite 1986, 55-67.

68 Manso et Carvalhinhos 2009.

Portanto, pensamos que não é sustentável sugerir que a Porta Ocidental tem origem na época imperial romana apenas com base na descrição dos geógrafos árabes. Na verdade, quando foi demolida, em 1782, para dar seguimento às obras de remodelação urbanística da cidade, ainda no seguimento do terramoto de 1755, encontraram-se vários vestígios epigráficos de época romana, tal como na Porta do Sol e na Porta da Alfôfa como vimos anteriormente.⁶⁹ Esta aglomeração de vestígios epigráficos pode dever-se a diferentes causas: uma construção de época tardo-romana ou a reconstruções e reparações posteriores, em época medieval islâmica, sendo que em qualquer destes cenários terá ocorrido um reaproveitamento das epígrafes de época romana como materiais de construção. Enquanto a arqueologia não definir claramente a cronologia original da construção desta porta devemos manter estas hipóteses em aberto.⁷⁰

São vários os motivos que nos levam a afirmar que a Porta Ocidental constituía um dos principais acessos à medina, tal como parecem indicar os relatos dos geógrafos árabes. Em primeiro lugar, era a que estava mais perto do centro religioso da cidade, pois a mesquita encontrava-se a pouca distância, no local da actual Sé.⁷¹ Em segundo lugar, a via que partia da Porta do Ferro para o exterior da cidade era, desde a época romana, uma das principais vias de comunicação com o termo, citada na documentação medieval como Corredoura, fazendo a ligação com as estradas que partiam para Sintra, Mafra, Cascais ou Loures.⁷² Em época cristã, mesmo após a grande expansão urbana do arrabalde ocidental, esta porta, então conhecida como Porta do Ferro, mantém uma presença constante na documentação medieval e congrega em seu redor estruturas urbanísticas importantes, como um relevante conjunto de tendas, na sua maioria pertencentes ao rei, nos chamados Brancos da Sé, e a sede do almoxarifado de Lisboa.⁷³ A localização do almoxarifado junto da Porta do Ferro insere-se na mesma lógica urbanística que observámos no texto de Ibn Abdun, em que o porteiro é também responsável pela colecta do imposto de portagem. Ou seja, o almoxarifado, onde se guardavam, primeiramente, os resultados da cobrança de impostos, situava-se, como seria de esperar, junto a um dos principais pontos de

69 A. V. Silva 1939, 90.

70 Escavações realizadas em 2010 registaram vestígios do embasamento da muralha, mas não foi clarificada a cronologia original da porta (M. Leitão 2014, 74).

71 Sobre esta questão, ver: Parte I, subcapítulo 3.2 – Da mesquita maior à Sé.

72 R. B. Silva 2009; Ribeiro 1994b; Mantas 1999.

73 O almoxarifado é situado neste espaço numa carta de aforamento datada de Julho de 1301, de uma casa à Porta do Ferro, feita por D. Dinis a João Martins Boto: “Ao poente, casa de Dona Maria de Paio Surdo, a ocidente, uma tenda do Rei, a aguião, via pública, a avrego, casas do Rei, do almoxarifado” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 106-106v; editado em: *Cabido da Sé, Sumários de Lousada* 1954, 359-360); e numa carta de doação de uma casa à Porta do Ferro, por D. Dinis a Aldonça Peres: “A oriente, casas del rey, a ocidente, o muro, a aguião, via pública, a avrego, casas do almoxarifado” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 106-106v; editado em: *Cabido da Sé, Sumários de Lousada* 1954, 359-360).

controlo de entrada e saída da cidade intramuros, neste caso na Porta do Ferro, o antigo *Bab al-Kabir*, ou seja, a Porta Grande, em época islâmica.

3.2. Da mesquita maior à Sé

Tal como já foi referido, a Sé de Lisboa implantou-se sobre o local onde se erguia a mesquita aljama da cidade.⁷⁴ Em alguns estudos publicados nas últimas décadas tem-se questionado e até mesmo rejeitado aquilo que é descrito no *De expugnatione Lyxbonensi*.⁷⁵ Segundo os autores desses estudos, a rejeição do que é testemunhado pelo cruzado tem como base a ausência de dados arqueológicos que comprovem a existência de um templo muçulmano anterior ao da Sé.⁷⁶ Contudo, esta argumentação parece ignorar uma prática incontornável, já aqui referida, que decorreu na Península Ibérica durante os longos séculos da reconquista cristã: a transformação de mesquitas em igrejas.⁷⁷ Tendo em vista que a conversão de templos era a regra e considerando que, além disso, existe registo documental dessa mesma conversão, não nos parece provável que Lisboa tenha configurado um caso excepcional. Na verdade, nunca ocorreram escavações no local da igreja catedral, apenas no seu claustro e, exactamente por esse motivo, não seria expectável que aí surgissem evidências da mesquita maior. Seria sim provável que surgissem evidências de estruturas anexas à mesquita, o que de facto veio a ocorrer.⁷⁸ Enquanto não se realizarem mais escavações arqueológicas

74 Tal como é descrito no *De expugnatione Lyxbonensi*: “Die uero qua omnium memoria sanctorum celebrantur, ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissime eius genitricis purificatum est templum ab archiepiscopo et coepiscopis quattuor et reparatur inibi sede episcopatus, cum hiis castris et uicis subscriptis” [“No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado, com os seguintes castelos e terras”] (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 142-143). Abreviando, o texto é muito claro “purificatum est templum . . . et reparatur inibi sede episcopatus”, ou seja, “o templo foi purificado . . . e nele foi reparada a sede do episcopado”. Parece-nos não haver dúvidas que este *templum* se trate da mesquita maior referida pelo cruzado em outros passos do seu relato: “Nam in eorum templo quod VII columpnarum ordinibus cum tot cumulis in altum consurgit” [“no seu templo, que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas”] (140-141). Note-se também que as sete ordens de colunas possivelmente configuravam oito naves, tendo em conta que cada ordem de colunas referida pelo cruzado deverá corresponder a uma fileira de colunas.

75 Elísio Summavielle, após referir o *De expugnatione Lyxbonensi*, afirma: “No entanto, nada de palpável aparece a comprovar tal tese, a não ser, por outro lado, o aparecimento de elementos do período paleocristão, de tipo visigótico, como por exemplo uma lápide engastada no flanco exterior Norte da Sé, esculpida com animais, concheados e tímpanos entre colunas espiraladas, o que poderá apenas levantar a hipótese da existência de um templo pré-românico, anterior à dominação árabe. Do ponto de vista arqueológico nada há que prove a afirmação de Osberno, assim como as lápides e os fragmentos de pedra paleocristãos poderão apenas constituir elementos de proveniência incerta, que foram utilizados na construção do período afonsino” (Summavielle et Braga 1986, 6). Mário Fagundes, após referir a conversão da mesquita para igreja cristã narrada no *De expugnatione Lyxbonensi*, afirma: “Desde basílica paleocristã até mesquita muçulmana, vários foram os eruditos que afirmaram que D. Afonso I teria edificado a sua Sé sobre os restos de um anterior edifício, adaptado ou arrasado. Tais sugestões estão hoje praticamente abandonadas, devido à sua fraca consistência e à inexistência de qualquer vestígio arqueológico que as modernas campanhas de restauro (desde o início do século XX até aos anos 40) teriam certamente revelado” (Fagundes 1994, 116).

76 Outros historiadores, porém, em estudos mais recentes, não levantaram problemas à credibilidade do *De expugnatione Lyxbonensi*, como por exemplo Carlos Ferreira de Almeida, que afirma: “A tradição refere, credivelmente, que a mesquita maior da cidade foi o edifício escolhido para ser a nova catedral, solução certamente considerada como provisória” (C.F. Almeida 2001, 134).

77 Sobre este tema ver: Prólogo, Capítulo 3 – “A implantação da rede paroquial”.

78 As escavações que decorrem actualmente no claustro da Sé de Lisboa, iniciadas na década de 90 do século passado, por Luís de Matos e Clementino Amaro, e mais recentemente sob a coordenação de Alexandra Gaspar, revelaram um edifício

no local da catedral lisboeta, não nos parece razoável rejeitar o que a documentação e as analogias com outras urbes em condições análogas nos sugerem: que a mesquita maior foi convertida na Sé de Lisboa.

Relativamente à existência de um templo cristão anterior à mesquita, a situação do investigador é muito mais periclitante, pois, nesse caso, não há qualquer fonte documental que apoie as parcas evidências arqueológicas relativas a esta questão. Na verdade, as evidências resumem-se a alguns elementos arquitectónicos que têm levantado dúvidas quanto à sua cronologia.⁷⁹ Uma hipótese levantada refere a possibilidade de a mesquita maior de Lisboa ter sido erguida apenas no século XI, sendo que até essa altura o centro da urbe seria dominado por uma igreja moçárabe.⁸⁰ Esta hipótese tem a seu favor o facto de conjugar cronologicamente as obras no local da Sé com a grande remodelação urbanística que ocorreu na alcáçova exactamente nesse período, em meados do século XI. No entanto, parece-nos difícil aceitar que o centro da vida social, religiosa e económica tenha ficado na esfera de influência da cristandade moçárabe até a um período tão tardio. Mas as possibilidades não se esgotam aqui, pode eventualmente ter ocorrido o que se passou na Basílica de São Vicente, em Córdoba, que foi partilhada entre cristãos e muçulmanos até à construção da mesquita de Abd al-Rahman I, em 786.⁸¹ Esta partilha de um mesmo templo para as duas religiões também aconteceu em Cáceres.⁸² Além disso, pode ainda ter existido uma basílica convertida, num momento indeterminado, em mesquita, sem ter havido grandes alterações à estrutura arquitectónica, mantendo-se assim a estrutura base da basílica cristã até 1147, tal como foi sugerido por Augusto Vieira da Silva, baseando-se numa leitura da passagem do *De expugnatione Lyxbonensi*, em que se referem as cinco naves do templo islâmico.⁸³

O maior obstáculo a qualquer uma destas hipóteses deve-se ao facto de não haver fontes documentais nem arqueológicas que as confirmem com solidez. A única

público que ocupava toda a largura do claustro na sua parte sul e que poderia corresponder a uma área funcional da mesquita (Gomes et Gaspar 2016).

79 Referimo-nos aos dois elementos arquitectónicos existentes na Sé de Lisboa: o mais conhecido é a chamada Placa do Paraíso, que até finais do século XX se encontrava incrustada na fachada ocidental da torre norte da Sé, inicialmente datada de época visigótica (V. Correia 1928, 387; Hauschild 1986, 169) e mais recentemente datada como sendo do século X (Torres et Macia 1998b, 80, peça n.º 16); o outro elemento arquitectónico menos referido pela bibliografia, mas, quanto a nós igualmente relevante, que se encontra a apoiar um dos contrafortes na fachada Sul da torre Sul (P. A. Fernandes 2002, 66-69).

80 P. A. Fernandes 2002, 70-72.

81 Sobre esta questão ver: Cumplido Nieto 1998.

82 P. A. Fernandes 2002, 71; Bango Torviso 1991, 18.

83 “*Nam in eorum templo quod VII columnarum ordinibus cum tot cumulis in altum consurgit*”, na nossa tradução: “No templo deles, onde se levantam ao alto, em conjunto, sete ordens de colunas” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 140). Augusto Vieira da Silva interpreta a passagem como se descrevesse duas filas de colunas com sete colunas cada, mas neste ponto o olisipógrafo não está correcto, pois o texto é inequívoco, trata-se de sete filas de colunas (*VII columnarum ordinibus*), pois essa é a única tradução possível (A. V. Silva 1960c, 251). Augusto Vieira da Silva parece ter seguido a argumentação de Júlio de Castilho, que é cabalmente demolida pelo arquitecto António do Couto nas notas da mesma obra (Castilho 1934-1938, 5:184-189).

evidência sobre uma eventual basílica cristã no local da Sé de Lisboa resume-se aos elementos arquitectónicos, que sobreviveram incrustados no próprio edifício, mas que, na ausência de contextualização concreta não conseguem ser representativos. Não se pretende neste trabalho descortinar se a eventual basílica cristã terá existido ou não no local da Sé; no entanto, parece-nos relevante que os elementos arquitectónicos que são normalmente referidos para justificar a existência dessa hipotética basílica encontrem paralelos estéticos sobretudo em templos islâmicos, inseridos numa cronologia em que o domínio político em Lisboa era claramente muçulmano – o século X.⁸⁴ Perante esses múltiplos paralelos entre as peças arquitectónicas lisboetas e as obras islâmicas, em vez de uma tardia partilha de templo, ou de uma inusitada permanência de uma catedral moçárabe no centro de uma urbe sob domínio almorávida, não seria mais simples supor a existência de uma mesquita que integrasse elementos arquitectónicos aparentados a uma estética islâmica? Com os dados actuais, esta questão não tem, neste momento, e talvez nunca venha a ter, uma resposta; no entanto, necessita de ser considerada.

3.3. A construção da Sé

Seja como for, comparando o relato do cruzado, que refere um templo com oito naves, com o edifício actualmente existente, ou até mesmo com uma hipotética reconstituição da Sé original,⁸⁵ a única conclusão plausível é que a mesquita terá sido demolida para a construção do edifício da Sé, no qual se observa o programa românico “mais desenvolvido de Portugal”.⁸⁶ A historiografia tem referido um mestre Roberto, um arquitecto com suposta origem no Norte da Europa, talvez inglesa – como a de Gilberto, o bispo escolhido por D. Afonso Henriques –, como o autor do projecto original da catedral lisboeta.⁸⁷ Foi também sugerido que Roberto terá “feito a sua

84 Sobre as referidas peças arquitectónicas, Manuel Luís Real observou paralelos entre a Placa do Paraíso e o painel da Mesquita de Aqsa, Jerusalém, e também com os marfins cordoveses (Real 1994, 233, peça n.º 286) e com uma placa de mármore oriunda de Córdoba (Torres et Macias 1998, 80). Por seu lado, Carlos Alberto Ferreira encontra paralelos estéticos na Mesquita de Cairuão, na Tunísia (Almeida 1986, 58-59 e 69). Mais recentemente, Paulo Almeida Fernandes reforçou a ligação entre a Placa do Paraíso e as peças de marfim cordovesas, como o Cofre da Sé de Braga (P. A. Fernandes 2002, 76-77). Sobre estas peças arquitectónicas, ver também: P. A. Fernandes 2005. Sobre o domínio político islâmico na Lisboa do século X, recordemos a recente leitura de uma lápide encontrada por Augusto Vieira da Silva nas paredes exteriores da alcáçova de Lisboa, onde não restam dúvidas sobre o domínio de Almançor: “*En el nombre de Dios, Clemente, Miseri[cordioso]. Ha ordenado el Príncipe de los Creyentes Hisam al-Mu'ayyad bi-allah haga larga Dios su existencia! Restaurar la ciudad de Al-ashbuna a través de su servidor, Hajib y Espada de su dinastía Abi 'Amir Mubammad bn Abi 'Amir ¡Dios le proteja! Se acabo la restauración (de Hisam) por manos de Naym bn al-Hakam y Jalid bn Abi Sulayman, en el mes de du-l-qa'd a del ano setenta y cuatro y trescientos (=Abril 985)*” (apud Barceló 2015, 172).

85 Por exemplo, a planta de Augusto Vieira da Silva publicada em: Castilho 1934-1938, 5:23.

86 C. F. Almeida 2001, 135.

87 C. F. Almeida 2001, 135; J. Rodrigues 1995, 258; Castilho 1934-1938, 5:193.

aprendizagem da arte de construir pela parte norte de França, como sugere o arranjo geral do edifício e as suas desenvolvidas áreas de circulação”.⁸⁸ Ao mesmo mestre arquitecto foi também atribuído o projecto original da Sé de Coimbra, sabendo-se ainda que este visitou a cidade do Mondego entre 1162 e 1176 para colaborar nas obras da referida catedral e, provavelmente, também em obras realizadas na Igreja de Santa Cruz de Coimbra.⁸⁹ Infelizmente, não temos conhecimento de mais dados sobre este arquitecto, possivelmente oriundo do noroeste de França, segundo a análise arquitectónica da catedral lisboeta.⁹⁰ É certamente tentadora a hipótese de que o mestre Roberto tivesse chegado a Lisboa no momento da conquista da cidade, tal como chegaram o bispo Gilberto e muitos outros, mas, sem dados concretos, esta suposição não poderá passar de uma mera possibilidade.⁹¹

A Sé de Lisboa marca, provavelmente, a introdução na cidade de um edifício românico com uma estética que seria pouco familiar aos seus habitantes. O corpo constituído por três grandes naves, o transepto saliente e o portal românico defendido pelas duas volumosas torres da fachada eram elementos estranhos para os lisboetas. Tratando-se claramente de uma alteração muito relevante à forma da cidade, a construção da Sé marca decisivamente a transferência de poder do islão para a cristandade. A mensagem era simples. O edifício que marcava o poder da influência islâmica, a mesquita maior, era definitivamente substituído por uma catedral românica com inspiração em modelos do norte europeu e também do norte ibérico, onde sobressaía a Catedral de Santiago de Compostela. A relevância da construção de uma catedral, de acordo com as mais avançadas tendências estéticas europeias da época, no coração do centro social, económico e religioso da urbe, revela sobremaneira como a transferência de poder em Lisboa teve uma decisiva influência dos cruzados do norte europeu, tivesse ou não o arquitecto da Sé de Lisboa e de Coimbra chegado ao reino português nos navios que partiram para a II Cruzada.

A motivação é clara, e o arquitecto tem, pelo menos, um nome e uma filiação estética. No entanto, resta ainda perceber quem estaria por trás da construção da catedral lisboeta. A acção do bispo inglês Gilberto, claramente apoiado por D. Afonso

88 C. F. Almeida 2001, 135.

89 Sobre a acção do mestre Roberto em Coimbra, ver: J. Rodrigues 1995, 255; C. F. Almeida 2001, 133. Sobre a sua acção na igreja do Convento de Santa Cruz de Coimbra, ver: C. F. Almeida 1993, 3:115. É no doc. 3 do *Livro Preto da Sé de Coimbra* (1999, 10) que se encontra a referência à presença de Mestre Roberto em Coimbra: “*Magistro Ruberto de Lisbona, qui venit ibi per III. or vices ut melioraret in opere et in portale ecclesie*”, na nossa tradução: “Mestre Roberto de Lisboa, que aí veio por quatro vezes para que fossem feitas reparações na obra e no portal da igreja”.

90 Almeida 1993, vol. 3, 124: “Sem dúvida, pelas soluções utilizadas e pela animação dos seus muros, a obra românica da Sé de Lisboa é uma arquitectura de ponta, ao nível daquilo que se fazia então no oeste e norte de França, donde terá vindo o seu arquitecto.” Sobre este assunto, ver também: Real 2001.

91 Castilho 1934-1938, 5:192: “Eu suponho, como mais provável, que o arquitecto que deu o risco da Sé foi um cruzado da armada, companheiro do primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto, que o teria encarregado dessa missão.”

Henriques, com quem parece ter tido uma boa relação, deve ter sido decisiva.⁹² Além do óbvio interesse do bispo da cidade, também D. Afonso Henriques teve um papel muito relevante na fase inicial da sua construção, pois, acrescentando ao paralelo que pode ser traçado com a Sé de Coimbra, onde a iniciativa da construção é repartida entre o monarca e os bispos da cidade do Mondego,⁹³ a documentação informa-nos sobre doações que indicam claramente a vontade régia em participar na construção da Sé de Lisboa.

Em ambos os testamentos, o primeiro monarca português doa a elevada quantia de 1000 morabitinos às obras de construção da Sé de Lisboa, tanto no primeiro, escrito entre Abril de 1176 e Fevereiro de 1179, como no segundo, de Fevereiro de 1179, sendo que neste último o monarca refere especificamente a Igreja de Santa Maria de Lisboa.⁹⁴ É também possível observar, numa das variantes do primeiro testamento de D. Afonso Henriques, que pelo menos boa parte da mão-de-obra que trabalhava nas obras da Sé era constituída por mouros que pertenciam ao rei, tanto operários não-especializados como um carpinteiro, o qual, pela menção específica à sua actividade profissional, parece prefigurar-se como uma personagem de algum relevo naquelas obras.⁹⁵ Com a leitura do testamento afonsino, levanta-se um pouco o véu sobre esta importantíssima construção, que alterou profundamente a morfologia urbana da cidade intramuros, concebida sob a orientação de um arquitecto com origem no norte europeu, aparentemente ajudado por carpinteiros especializados muçulmanos e, efectivamente, realizada por uma massa de operários muçulmanos, provavelmente lisboetas, que se viam obrigados a demolir a sua mesquita para no mesmo local construir uma igreja cristã. Não é apenas no testamento do primeiro monarca português que encontramos referências a esta primeira fase de obras na Sé, pois o primeiro documento que as refere explicitamente é a doação régia, realizada em Dezembro de 1149, de várias propriedades que pertenciam às mesquitas da cidade, para suportar as obras.⁹⁶

92 Sobre a relação entre o bispo Gilberto e o primeiro monarca português, ver: M. J. Branco 1998.

93 Sobre a construção da Sé de Coimbra, ver: J. Rodrigues 1995, 255.

94 O primeiro testamento: “*Operi Vlixbonnensis ecclesie mille morabitinos*”, “para a obra da igreja de Lisboa mil morabitinos” (ANTT, Sé de Viseu, mc. V, doc. 25, publicado em: *Documentos Medievais Portugueses* 1958-1962, 1 (1):430-431, doc. 330). O segundo testamento: “*Operi ecclesie Sancte Marie Vlixbonnensis mille morabitinos*”, “para a obra da igreja de Santa Maria de Lisboa mil morabitinos” (ANTT, Sé de Viseu, mc. 4, doc. 24, publicado em: *Documentos Medievais Portugueses* 1958-1962, 1 (1):436, doc. 334).

95 “*Et mando ibi [Santa Cruz de Coimbra] meos mauros qui sunt in opere Sancte Marie, completo opere, et maurum meum carpentarium*”, na nossa tradução “E mando para aí [Santa Cruz de Coimbra] os meus mouros que estão na obra de Santa Maria [Sé de Lisboa], para completar a obra, e o meu mouro carpinteiro” (ANTT, Sé de Viseu, mc. V, n.º 26, publicado em *Documentos Medievais Portugueses* 1958-1962, 1 (1): 431, doc. 330).

96 *Documentos Medievais Portugueses*, doc. 232, de 8 de Dezembro de 1149: “*rex Alfonsus cum uxore sua regina domna Mathilda (?) donat beatissime Marie Olisiponensis sedis et Guiliberto predictae sedis episcopo et successoribus 32 domos ad opus supra dicte sedis cum omnibus suis hereditatibus ubicumque illas invenire poterint et cum omnibus suis redditibus de omnibus vineis terris olivatis et ficulneis quas omnes misquit in tempore sarracenorum habuerunt*”, na nossa tradução, “O rei Afonso com sua mulher rainha Dona Matilde deu à Sagrada Maria da Sé de Lisboa, e Gilberto o dito bispo e seus sucessores 32 casas para a obra da dita Sé com todas

Relativamente aos outros monarcas portugueses até D. Dinis, as doações testamentárias são mais parcas em informações sobre obras na catedral da cidade. Em 1210, D. Sancho I repete, no seu segundo testamento, a doação do pai, doando 1000 morabitinos à Sé de Lisboa, mas sem especificar se são ou não para obras.⁹⁷ No sentido oposto, nos três testamentos de D. Afonso II não encontramos qualquer doação à Sé de Lisboa.⁹⁸ O primeiro testamento de D. Sancho II, não datado, doa 300 morabitinos ao cabido de Lisboa.⁹⁹ No entanto, no segundo e último testamento de D. Sancho II, é notória a ausência de qualquer menção ao cabido, surgindo referência a vários outros cabidos (Braga, Santiago da Galiza, Coimbra, Évora, Idanha, Porto, Viseu, S. Maria de Guimarães) e também ao Mosteiro de S. Vicente de Lisboa.¹⁰⁰ Em Novembro de 1271, D. Afonso III deixa 1000 libras à Igreja de Lisboa, ou seja, à Sé, referindo-se de modo genérico a todas as sés de bispado do reino, no sentido de que as suas doações testamentárias deverão ser aplicadas nas obras das referidas igrejas e nos ornamentos dos clérigos.¹⁰¹ O primeiro testamento de D. Dinis, realizado em 1299, não refere qualquer catedral do reino, mas no segundo testamento, elaborado em 1322, tal como no último testamento, realizado dois anos depois, o monarca deixa 200 libras a cada uma das nove catedrais do reino para salvação da sua alma, ou seja, não há qualquer referência ou intenção sobre obras nas catedrais.¹⁰²

Estas informações sobre as doações testamentárias dos monarcas portugueses não nos revelam com exactidão a influência dos reis nas obras das catedrais, mas revelam tendências que devemos ter em conta. Em primeiro lugar, tanto D. Afonso Henriques como o seu filho, D. Sancho I, doaram quantias significativas à Sé de Lisboa, muito provavelmente para as obras inequivocamente referidas, no testamento e na doação de 1149, pelo primeiro rei. Em sentido inverso, os dois monarcas seguintes,

as suas herdades onde quer que estas possam ser, e com todas as suas rendas de todos os vinhos, terras, oliveis e figueirais que eram da mesquita no tempo dos sarracenos...”. Tal como já observámos, esta doação é especialmente interessante, pois documenta a transmissão dos bens das mesquitas para as mãos do clero cristão, através da intermediação do rei português (ver: Prólogo, subcapítulo 3.4 - A Transmissão dos Bens das Mesquitas).

97 ANTT, Gavetas, n.º 16, mç. 2, n.º 16 (e outros) publicado em *Documentos de Sancho I (1174-1211)* 1979, 297-301: “*Sedi Ulisbonensi mille morabitinos*”, “à Sé de Lisboa mil morabitinos”. D. Sancho I redigiu um primeiro testamento em 1188 (M. J. Branco 2006a, 290).

98 Verificámos os testamentos de 1214 (ANTT, Mitra Arquiepiscopal de Braga, mç. 1, n.º 48), o de 1218 (ANTT, Sé de Viseu, Docs. Régios, mç. 1, n.º 9) e o de 1221 (ANTT, Gavetas, n.º 16, mç. 1, n.º 17). No testamento de 1214, encontramos referência ao bispo de Lisboa, mas não à Sé: “E mado da dezima dos morauidiús e dos di[n]eiros q(ue) mi remaseru de parte de meu padre q(ue) su en Alcobaza e do outr’auer mouil q(ue) i posermos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus do arcebispo ele Bragaá e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coibria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d’Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaá.” Leitura do testamento de 1214 por Avelino de Jesus da Costa, (A. J. Costa, [s.d.]

99 Bernardino 2003.

100 A. C. Sousa 1946, 61-64.

101 “*Ei omnes isti denarij mittantur in operibus Ecclesiarum, & in ornamentis Ecclesiasticis*” (ANTT, Gaveta 16, mç. 2, n.º 7, publicado em: A. C. Sousa 1946, 69-73).

102 O segundo testamento: “Item mando a nove Igrejas Cathedraes, que há nos meos Regnos a cada uma dellas duzentas libras, pera averem razam os Prelados, e os Cabbidos dellas de dizerem algumas missas por minha alma, e de meterem em Oraçam, e rogarem a Deos por minha alma” (ANTT, Gavetas, n.º 16, mç. 2, n.º 22). O terceiro e último testamento está publicado em: Brandão 1672. O primeiro testamento encontra-se em: ANTT, Gaveta 16, mç. 1, n.º 20.

D. Afonso II e D. Sancho II, não tiveram em conta qualquer obra na Sé de Lisboa quando elaboraram os seus testamentos. Apesar de as doações destes últimos reis poderem ser dirigidas para as obras, não se verifica uma opção clara em patrociná-las. Devemos também assinalar que a rainha D. Urraca, mulher de D. Afonso II, deixou no seu testamento, elaborado em 1214, 300 maravedis ao bispo e outros 800 maravedis ao cabido da Sé de Lisboa, para celebração de missas no dia aniversário da sua morte.¹⁰³ É importante também aqui recordar que D. Afonso II foi o principal patrocinador da obra do claustro da Sé Velha de Coimbra, doando, em 1218, para esse efeito, 3000 morabitinos ao prior de Santa Cruz.¹⁰⁴

D. Afonso III doa uma quantia significativa a todas as catedrais do reino, indicando de forma genérica obras nas catedrais, não sendo possível confirmar se a Sé de Lisboa estaria em obras nessa altura. Relativamente a D. Dinis, este não revela interesse em doar, nos seus testamentos, qualquer quantia para obras nas catedrais.

Relativamente ao momento de arranque das obras, que poderão ter levado à demolição do edifício da mesquita e à construção do edifício românico, a doação régia de Dezembro de 1149 fornece-nos a informação de que já estariam a decorrer nessa altura. Se o edifício islâmico foi imediatamente demolido ou se se manteve em funcionamento como igreja cristã enquanto decorriam as longas obras de construção da catedral, não podemos, com os dados actualmente disponíveis, perceber. No que respeita ao momento final das obras de edificação da estrutura do edifício “original” da Sé de Lisboa, deverá ser situado algum tempo depois do final do reinado de D. Sancho I, coincidindo com a construção do portal,¹⁰⁵ provavelmente uma das últimas estruturas realizadas nessa fase.¹⁰⁶ Assim, estes dados levam-nos a seguir a opinião dos que têm referido uma primeira fase construtiva que durou entre os meados do século XII e os inícios do século XIII.¹⁰⁷ A documentação é praticamente nula, excepto as referências que surgem nos testamentos de D. Afonso Henriques, a doação régia de 1149, o documento do *Livro Preto de Coimbra*, que refere o mestre Roberto, e um documento inserido no *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora*, em que se vende, em 1180, uma vinha e metade de um lagar, dando

103 “*Dono. Sueiru. Ulixbone episcopo. CCC mr. Intuitu persone sue. Capitulo eiusdem ecclesie dCCC mr. Supplicans eidem capitulo ut faciant anniversarium in die obito mei et singulis diebus celebret unam missam per animam mea in perpetuum*” (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 3, fl. 10v).

104 P. Dias 1994, 56.

105 P. A. Fernandes 2004, n. 31, p. 100: “o portal principal data já dos primeiros anos do século XIII”. Ver também: Real 1987, 535.

106 Habitualmente, as obras de construção das catedrais iniciavam-se pela cabeceira (Mattoso 1993, 82).

107 C. F. Almeida 2001, 135; P. A. Fernandes 2006, 22.

a sexta parte da venda ao “mestre-de-obras da Sé”.¹⁰⁸ Infelizmente, o documento do *Inventário* não oferece qualquer detalhe sobre quem seria esse mestre.

É possível, que durante os reinados de D. Afonso II e D. Sancho II, as obras na Sé tenham conhecido um período de diminuição de intensidade, pois não se encontram quaisquer referências a obras na Sé nos testamentos destes monarcas, surgindo apenas o bispo e o cabido. No testamento da rainha Urraca, esposa de D. Afonso II, feito em 1214, verificam-se doações pecuniárias ao bispo Sueiro II e ao cabido de Lisboa, mas não se encontram notícia de obras.¹⁰⁹ Assim, torna-se difícil perceber os contornos deste possível abrandamento do ritmo construtivo da catedral da cidade, talvez com raiz na conjuntura política local e nas complexas relações entre estes reis e os bispos e cabidos de Lisboa, a partir da conquista de Alcácer até ao final do reinado de D. Sancho II.¹¹⁰

Relativamente à planta elaborada por Augusto Vieira da Silva, reproduzida na obra de Castilho, onde se apresenta uma reconstituição conjectural da Sé na época de D. Afonso Henriques, posteriormente aceite por vários autores desde a sua publicação em 1936,¹¹¹ importa assinalar uma imprecisão que pode ser corrigida graças aos resultados das já referidas escavações no claustro. Devido a essas escavações, é possível saber que a muralha que foi construída para delimitar o claustro não podia existir antes da construção do aterro, realizado em finais do século XIII ou inícios do século seguinte.¹¹² Se os edifícios que se localizavam no espaço que depois foi aterrado estiveram em funcionamento até esse momento, tal como as referidas escavações parecem apontar, não é possível que a muralha do claustro tivesse sido construída durante a primeira fase construtiva da catedral, tal como tem sido afirmado.¹¹³

108 ANTT, São Vicente de Fora, liv. 121, doc. 56; publicado em Acabado 1967. Este documento não foi notado por aqueles que até à data se ocuparam desta matéria.

109 ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 3, fl. 10 v.

110 Sobre esta questão, ver: M. J. Branco 1998, 55-94.

111 Planta publicada em Castilho (1934-1938, 5:23) e posteriormente revalidada em Fagundes (1994, 115) e Summavielle et Braga (1986, 8).

112 A estranha forma do claustro, bem como a ausência de vestígios de um templo muçulmano, tem atraído de tal forma a atenção dos autores que o estudam que não se tem notado uma das mais relevantes conclusões dos resultados das escavações arqueológicas que ali decorrem desde a última década do século passado: a permanência da malha urbana de época islâmica até ao momento da construção do aterro que iria suportar o claustro, bem como das muralhas que o delimitavam, ou seja, até finais do século XIII ou inícios do XIV (veja-se, por exemplo, o capítulo sobre a Sé do *Livro de Lisboa* ou a mesma monografia em que se publicam os referidos resultados sobre as escavações no claustro: Fagundes 1994; J. L. Matos 1994, 32-34).

113 Fagundes 1994, 119: “abrangendo os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I. Nesta fase ficou o templo inteiramente concluído, bem como a muralha do recinto claustral (primitivo cemitério paroquial)”. Summavielle et Braga 1986, 24: “séc. XII: construção do corpo da igreja (no estilo românico) e muralha envolvente do recinto”.

3.4. O cemitério da Sé

Perante a ausência de evidências arqueológicas de sepulturas medievais anteriores ao aterro do claustro, conclui-se que não foi aí que existiu o cemitério da Sé durante os séculos XII e XIII, apesar de alguns autores aí o localizarem.¹¹⁴

Surge então a pergunta: onde se localizaria o cemitério da Sé de Lisboa antes da construção do claustro? Apesar de não podermos responder cabalmente, conseguimos indicar algumas pistas que nos levam ao espaço exterior do edifício, mais especificamente à sua fachada ocidental. Na segunda edição do quinto volume de *Lisboa Antiga*, Augusto Vieira da Silva refere a existência de vários túmulos medievais encontrados no subsolo do antigo adro pombalino, desmontado na década de 30 do século passado, junto da fachada ocidental da torre sul da catedral.¹¹⁵ Na mesma altura, segundo Cordeiro de Sousa, também se encontraram na parede da fachada ocidental da torre sul algumas inscrições sepulcrais do século XII, sendo que uma delas remete, segundo este autor, para um cemitério dos freires de Santiago que aí se localizaria.¹¹⁶ Além disso, no sítio da internet do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) existem algumas fotografias, infelizmente não datadas, que revelam um túmulo medieval, no subsolo junto aos contrafortes da fachada sul da Sé.¹¹⁷ A reforçar esta ideia, destaca-se ainda a própria toponímia da Rua das Cruzes da Sé, que nos parece indiciar a presença de um espaço funerário registado tanto nas referidas fotografias como nas inscrições encontradas por Cordeiro de Sousa.

Deste modo, consideramos que estamos na presença de uma zona funerária localizada não dentro do actual claustro, mas sim no espaço exterior da Igreja de Santa Maria Maior, mais precisamente a sul da Sé, entre a frente ocidental da torre sul e a fachada sul. Segundo as fotografias dos túmulos, datados do século XII por Augusto Vieira da Silva, e segundo as datações propostas por Mário Barroca para as inscrições funerárias aí encontradas (entre a segunda metade do século XII e o século XIII), podemos considerar que esta necrópole deverá ter estado em funcionamento aproximadamente entre a tomada da cidade aos muçulmanos (1147) até à construção do claustro (inícios do século XIV), que antes do aterro estava ocupado por várias edificações, então ainda em utilização, como veremos. Esta necrópole

114 Ver nota anterior.

115 Castilho 1934-1938, 5:36-40; junto da página 34 desta obra, figura uma fotografia dos referidos túmulos.

116 C. Sousa 1935, 9-11.

117 As fotografias do SIPA devem ter sido realizadas numa das várias campanhas de obras feitas durante o século XX. A pesquisa do SIPA realiza-se em: <http://www.monumentos.pt/>, os identificadores são os seguintes: FOTO.00516295 e FOTO.00516301. O conhecimento destas fotografias foi-nos facultado pela arqueóloga Alexandra Gaspar, responsável pelas escavações no claustro da Sé de Lisboa, a quem agradecemos.

não servia apenas os freires de Santiago, como sugeriu Cordeiro de Sousa, pois Mário Barroca corrigiu a leitura errónea que tinha levado a essa proposta; segundo as inscrições aí verificadas, tratar-se-ia provavelmente do cemitério paroquial de Santa Maria Maior.¹¹⁸ À semelhança deste espaço funerário, foi também verificada a existência de um adro-cemitério junto à fachada ocidental da Sé Velha de Coimbra, reforçando-se assim, ainda mais, os normalmente referidos paralelos estéticos entre as igrejas, ambas construídas na segunda metade do século XII e revelando um padrão comum na localização dos seus primeiros cemitérios.¹¹⁹

Perante estes dados, podemos sugerir uma outra planta para esta área durante o século XII.¹²⁰

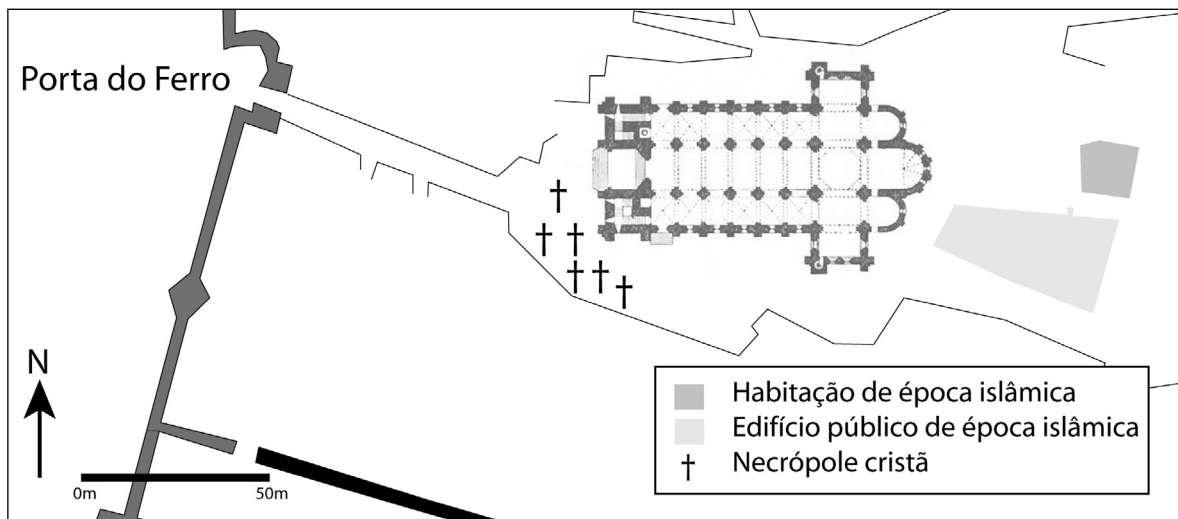


Figura 12. A Sé e a sua envolvente em finais do século XII

118 Mário Barroca corrige a leitura que Cordeiro de Sousa fez de uma inscrição. Onde este último lia “OB(re) de Sco Iacobo”, Mário Barroca corrige para “G(onça)lvus (?) DE SanCtO IAC[ob]P”, ou seja, não se trata de uma placa que registe o cemitério de S. Tiago, que aliás se encontraria numa localização inesperada, pois as proximidades da Igreja de S. Tiago, junto à Porta do Sol, seriam um local mais expectável para a sua instalação (C. Sousa 1927). Nas cinco inscrições referidas por Mário Barroca, são identificados dois cônegos, provavelmente da catedral, um clérigo de Santiago, um homem sem qualquer caracterização social e um provável membro da nobreza estrangeira que então se instalava na cidade (DOMNUS FR[...]NCUS) (M. Barroca 1995, 472-476).

119 Vasconcelos 1935, 199.

120 Em Outubro de 2016, saiu uma notícia na imprensa sobre escavações arqueológicas dirigida por José Sendas que confirmaram a existência de um cemitério medieval no Largo das Cruzes da Sé (Boaventura 2016).

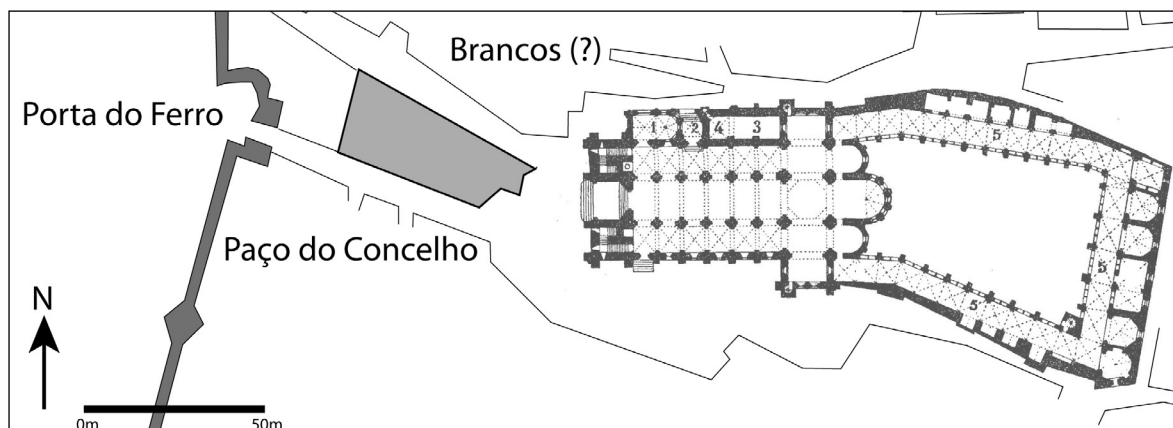


Figura 13. A Sé e a sua envolvente, cerca de 1325

Após o nosso esclarecimento sobre a localização do cemitério da Sé no período anterior à construção do claustro, levantam-se algumas questões. Que ocorreu no espaço do claustro da Sé antes da construção do aterro? Como se organizava? Que estruturas aí existiam? Terão sobrevivido à conquista de 1147?

3.5. Estruturas urbanas sob o claustro da Sé

As escavações arqueológicas, que decorrem desde a década de 1990 no claustro da Sé, têm vindo a revelar dados de extrema relevância para a compreensão da urbe desde a época romana até ao momento da realização do aterro, em finais do século XIII ou inícios do XIV.¹²¹ Neste espaço, localizado no centro da cidade, podemos observar como o sistema viário romano foi alterado antes da instalação do poder muçulmano na cidade da foz do Tejo. Aqui, foi verificada a presença de uma calçada romana do século I, com 2,80 metros de largura, pertencente ao sistema viário secundário de Olisipo que secciona o claustro actual no sentido norte-sul.¹²² Esta calçada terá sido desactivada em época tardo-romana, pois foi verificada a existência de um muro, possivelmente erguido no século VI, que a inutiliza parcialmente.¹²³

121 As escavações no claustro da Sé de Lisboa iniciaram-se em 1990, decorrendo com várias interrupções até à actualidade. Numa primeira fase, os trabalhos desenvolveram-se sob a responsabilidade de Clementino Amaro e José Luís de Matos; e posteriormente sob a coordenação de Alexandra Gaspar, arqueóloga do IGESPAR (J. L. Matos 1994, 32-34; Amaro 1995b, 337-342; 2001; Gomes et Gaspar 2016).

122 J. L. Matos 1994, 33; Amaro 2001, 170.

123 Clementino Amaro refere que os muros que seccionam a calçada romana fazem parte duma suposta habitação erguida em finais do século III, considerando que o espólio cerâmico do século VI marca o abandono desta habitação. Já Ana Gomes e Alexandra Gaspar indicam o século IV como o primeiro momento de privatização da calçada, mantendo-se

Paralelamente a esta calçada, existiam tabernas romanas, abandonadas ainda antes do século VI, quando novas construções foram erguidas sobre elas. Toda esta área está estruturada em dois patamares definidos através de um muro de sustentação construído em época baixo-imperial.

Aquando da chegada do islão à cidade, já esta calçada estava compartimentada e privatizada, o que nos leva à conclusão de que o sistema viário secundário de época romana foi bastante alterado durante a Antiguidade Tardia. Em época islâmica, este espaço manteve a organização romana em dois terraços, um superior, na parte norte, onde existiam áreas habitacionais e outro, a cota inferior, a sul, onde foi detectado um edifício público islâmico que se prolongava para o espaço onde, actualmente, estão implantados os alicerces da catedral. Estes terraços possuíam um desnível de cotas na ordem dos quatro metros.¹²⁴ De uma primeira fase de ocupação, durante a época islâmica, foram detectadas apenas fossas abertas directamente nos níveis de abandono do século VI. A sua funcionalidade é de difícil compreensão, concentrando-se na antiga calçada e a leste desta. O momento de abandono das fossas foi datado, através dos materiais aí encontrados, de meados do século XI a meados do século XII. Ou seja, esta área parece ter sido reurbanizada entre meados do século XI e antes dos meados do século XII, altura em que o domínio da cidade transita para os cristãos.

A compreensão da planta da área habitacional ficou muito dificultada pela destruição causada por estruturas do século XVIII. Mas é possível, ainda assim, constatar um salão cujas dimensões se aproximam às das habitações da alcáçova de Lisboa, actualmente musealizadas. Deste modo, podemos supor que o nível socioeconómico dos habitantes desta casa fosse elevado, devido às dimensões do salão que possuíam. Além disso, só é possível construir habitações de grande dimensão no centro de uma medina quando há espaço livre. Essa disponibilidade pode proceder de duas situações: ou do poder económico e político de quem pretende construir a habitação, através de compra ou expropriações de outras propriedades, ou de espaço livre preexistente, causado por algum desastre ou pelo simples abandono. Infelizmente, não é possível verificar qual destas situações se concretizou na génese da habitação islâmica do claustro da Sé. Parece tratar-se de uma reocupação do espaço, que nos suscita várias dúvidas e alguma perplexidade sobre o estado da densidade urbana da cidade antes do século XI.

os compartimentos que a seccionam em uso até ao século VI, e apontam um hiato ocupacional entre este século e o século XI. A privatização ocorre, pois, muito antes da chegada dos muçulmanos a Lisboa, no século VIII (Amaro 1995b; Gomes et Gaspar 2016).

124 Gomes et Gaspar 2016.

É relevante associar esta informação aos resultados observados no bairro islâmico da alcáçova, construído num espaço que estava abandonado desde a Idade do Ferro.¹²⁵ Convém, no entanto, não tirar conclusões desproporcionadas, imaginando uma cidade arruinada e esvaziada antes do século XI, pois não é isso que estes dados, muito condicionados por estarem constrictos a pequenas áreas, nos apontam. Assinala-se, sim, uma clara tendência para uma maior densificação urbana, que ocorre a partir de meados do século XI e que se verifica em diferentes pontos da cidade, desde a alcáçova ao centro da medina e aos arrabaldes.

Note-se ainda que, por baixo da referida calçada, se manteve em funcionamento uma cloaca de época romana até, pelo menos, ao século XII, momento em que algum habitante da cidade terá aí escondido um pequeno tesouro constituído por numismas muçulmanos.¹²⁶ Esta informação permite supor que, em alguns pontos da cidade, a rede de saneamento romana se manteve em funcionamento até épocas bastante tardias, e que a ocupação islâmica não veio interromper o funcionamento de algumas dessas estruturas.

3.6. O edifício público islâmico no local do claustro

O edifício público erguido no terraço sul foi já objecto de algumas propostas que o relacionavam directamente com a mesquita maior da cidade.¹²⁷ No entanto, tal como já foi referido, se a Sé foi construída no local da mesquita, não seria lógico encontrar vestígios da mesquita maior no local adjacente à Sé.¹²⁸ Esta estrutura parece então poder corresponder não à mesquita, mas sim a uma área funcional, talvez tenha funcionado como um pátio de acesso ou um espaço de abluções adjacente.¹²⁹ O edifício, dominado por um vasto compartimento rectangular com cerca de 15,80 metros por 3,80 metros, foi decorado com revestimentos parietais, com bandas largas de cor vermelha e branca, as quais poderão definir duas áreas distintas, mas cuja funcionalidade é ainda dúbia. Uma porta aberta a oeste comprova que o edifício se desenvolvia por baixo do deambulatório da actual Sé. É também relevante o facto de terem sido encontrados, no terraço norte, tanques de época islâmica, aparentemente

125 “Esta área, designada actualmente como Praça Nova, encontrava-se abandonada desde a Idade do Ferro, se exceptuarmos a utilização de várias zonas como fossas detriticas no século II-I a. C.” (Gomes et Gaspar 2002, 401) Sobre o bairro residencial da Alcáçova, ver: Parte II, subcapítulo 3.3 – “O bairro residencial da Praça Nova”.

126 Amaro 2001.

127 “Embora ainda de problemática interpretação funcional, é plausível que o conjunto edificado pertença a espaços da mesquita aljama de Aluxbuna” (Amaro 2001, 172).

128 Sobre a localização da mesquita anterior à catedral, ver: Parte I, subcapítulo 3.2 – “Da Mesquita maior à Sé”.

129 A proposta de se tratar de um pátio foi feita por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (2016).

descontextualizados, com um revestimento semelhante ao do edifício público, o que poderá indicar que fossem daí originários, dando dessa forma mais solidez à proposta da sala de abluções.

Seja como for, este edifício terá sido erguido em meados do século XI, um momento definidor para a forma urbana da cidade, devido às várias alterações ocorridas então. Referimo-nos, além da construção do edifício público no terraço sul do claustro, à grande campanha de remodelação urbanística da alcáçova de Lisboa, com a construção do Alcácer e do bairro residencial da Praça Nova,¹³⁰ e também, como já notámos, à possível construção da habitação no terraço norte do claustro da Sé.

Desta forma, ganha solidez a proposta de Clementino Amaro, que sugere a ocorrência de uma grande campanha de obras para a construção ou ampliação da mesquita aljama em meados do século XI.¹³¹ Isto não significa que não existia uma mesquita aljama na cidade antes desta campanha de obras, significa apenas que, nessa altura, poderão ter ocorrido intensos trabalhos construtivos no seu edifício. O caso de Santarém, uma cidade com intensas relações comerciais, sociais e económicas com Lisboa, revela-nos que a construção da sua mesquita maior foi realizada sob a influência directa do poder central califal, nomeadamente por vontade do segundo califa omíada, al-Hakam II.¹³² A vasta campanha de obras públicas levada a efeito por este califa, tanto em Córdova, onde ampliou a mesquita maior da capital califal, como em outras cidades do al-Andalus, torna plausível esta hipótese.¹³³ No caso de Lisboa, a situação torna-se mais complexa, pois não conhecemos os contornos da sua situação política em meados do século XI, altura em que possivelmente ocorreu a vasta remodelação urbana na alcáçova e momento em que poderá ter sido construída a mesquita maior da cidade.

O edifício público islâmico virava-se a sul, nomeadamente para a antiqüíssima via que poderá ter sido o *decumanus* de Olisipo. Além disso, as cotas de funcionamento deste edifício coincidem com as cotas da actual Rua das Cruzes da Sé, uma informação que nos permite confirmar uma permanência milenar das cotas de funcionamento do sistema viário principal, e também do próprio traçado desse sistema, ao contrário do sistema viário secundário que, tal como se verificou na privatização da calçada romana no claustro, e posterior desaparecimento da mesma com o aterro, sofre modificações relevantes. Parece-nos plausível que esta situação tenha ocorrido em outros pontos do

130 Sobre esta questão, ver: Parte II, capítulo 3 – “Remodelações em meados do século XI”.

131 Amaro 2001, 193: “tudo indica ter-se realizado uma grande campanha de obras no local para a construção da mesquita aljama. As obras terão decorrido na segunda metade do século XI ainda durante o período Taifa”.

132 *Diker bilad al-Andalus. Una Descripción Anónima de al-Andalus* 1983, 58: “Santarém es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños esplendidos y zocos amplios y ordenados”.

133 Sobre a ampliação da mesquita de Córdova por al-Hakam II, ver: Calvo Capilla 2003.

sistema viário da cidade, verificando-se uma extraordinária permanência do traçado do sistema viário principal até aos dias de hoje, nos locais que não foram sujeitos a reconstruções urbanísticas profundas. Outros espaços intramuros foram bastante mais afectados pelo plano de reconstrução da baixa pombalina, que se estendeu à zona mais ocidental intramuros, onde se localizava, várias dezenas de séculos antes, o antigo teatro romano.

3.7. A construção do claustro

Regressando ao claustro da catedral lisboeta, atentemos sobre o processo da sua génese. Ao contrário de outro claustro desta época, acerca do qual possuímos informação detalhada, o conhecimento sobre o processo que esteve na origem do claustro da Sé de Lisboa é muito limitado.¹³⁴ O patrocínio da obra da “crasta da Sé” é uma incógnita que terá de permanecer sem solução. A datação da construção do claustro é um outro problema também de difícil solução. Mal-amado pelos historiadores da arte, desde que Mário Chicó o definiu como “ingénuo e rude, experiência difícil e fruste”,¹³⁵ mais recentemente classificado como “uma obra relativamente modesta”,¹³⁶ o claustro tem sido subalternizado em relação à cabeceira da Sé, construída já no reinado de D. Afonso IV e normalmente considerada um dos expoentes do gótico português.¹³⁷

Esta aparente desvalorização pode explicar parcialmente o facto de não se ter observado com a atenção merecida as, já há muito conhecidas, evidências epigráficas que indicam as datas de instituição das capelas do claustro. Conhecemos as instituições e datas de quatro. Por ordem cronológica, a primeira é a capela de Nossa Senhora da Piedade, também conhecida como Capela da Terra Solta, actualmente ligada à antiga sala do cabido.¹³⁸ Foi instituída entre 1290 e 1300, por Nuno Fernandes Cogominho, almirante de D. Dinis, e por sua mulher D. Margarida Albernaz, cujo túmulo ainda aí persiste.¹³⁹ A segunda é a Capela de S. Estêvão, instituída em 1305, por Estêvão Domingos, dito de “Loulee”, e Maior Martins, sua esposa.¹⁴⁰ Deste casal apenas é

134 Referimo-nos ao claustro de Alcobaça, erguido entre 1308 e 1311, sob o patrocínio de D. Dinis (P. Dias 1994, 83-86).

135 Chicó 1981, 135.

136 P. Dias 1994, 105.

137 Sobre a charola da Sé de Lisboa, note-se as palavras de Pedro Dias: “A cabeceira da Sé de Lisboa tem um nível excepcional e deve considerar-se como o corolário lógico da gradual evolução da nossa arquitectura gótica, desde o início do século XIII” (1994, 107).

138 Tal como se observa no aditamento de Augusto Vieira da Silva em Castilho 1934-1938, 6:59-62.

139 Saraiva 1934, 11. Sobre Nuno Fernandes Cogominho, ver: Pizzaro 1997, 2:660-662.

140 Uma inscrição comemorativa encontrada na capela não nos deixa qualquer dúvida sobre os seus instituidores (Barroca 2000, 2 [2]:1282-1285).

conhecido que possuíam uma vinha na Charneca, na primeira década de Trezentos, a qual foi destinada a suportar os aniversários da sua capela, e que renunciaram, em 1306, aos direitos que detinham sobre a lezíria dos Francos, em favor de D. Dinis.¹⁴¹ São vários os homónimos deste Estêvão Domingos que surgem na documentação da época, por isso, torna-se muito difícil distingui-lo e mais ainda perceber os contornos da sua posição na sociedade lisboeta de Trezentos, sendo apenas possível entrever uma personagem abastada, pois tinha poder económico para suportar a instituição de uma capela no claustro da catedral. A terceira capela é instituída em 1308, por Pero Vicente – clérigo da infanta D. Branca, filha primogénita de D. Afonso III e irmã de D. Dinis –, segundo uma inscrição que se encontra embutida numa das paredes da Capela de Santa Cruz, posteriormente designada como Capela de S. Miguel.¹⁴² Finalmente, a quarta, em 1316, instituída por D. Maria, viúva de Lourenço Escola, um proeminente membro da elite lisboeta, funda a Capela da Trindade, tal como refere frei Francisco Brandão.¹⁴³ No mesmo período, mais precisamente em 1314, também foram erguidos dois cruzeiros no claustro da Sé por Pero Martins de Alfama, almoxarife de Lisboa.¹⁴⁴

As datas das instituições destas capelas, entre 1290 e 1316 são coerentes com a possível edificação do claustro durante os finais do século XIII e as primeiras décadas do seguinte. No entanto, estas informações têm sido ignoradas pela maioria dos historiadores da arte, que apenas têm referido um documento, supostamente produzido em 1332, que se refere às obras do claustro lisboeta. Este documento foi finalmente publicado nas actas da terceira edição do colóquio internacional *Nova Lisboa Medieval*, que decorreu em Lisboa, em 2013.¹⁴⁵ No entanto, analisando o documento observa-se que não está datado e que nele não se mencionam obras para a construção do claustro, mas sim uma oficina de pedreiros existente na crasta, uma diferença aparentemente inócua. Contudo, visto que a construção da cabeceira da Sé terá ocorrido na década de 40 do reinado de D. Afonso IV, a qual obrigou a

141 Nas confrontações a ocidente de um aforamento realizado em 1300 de uma outra vinha na Charneca, pertencente a Freio Pedro de Alcobaça (ANTT, Mosteiro de Alcobaça, 2.ª Incorporação, mc. 35, n.º 834). Numa contenda que ocorre em 1313 ou 1343, entre vigários de Lisboa e o prior de S. Marinha do Outeiro: “quinta na Charneca e vinha no lugar das Canoas(?) que foram de Estêvão Domingues de Loulé” (ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, mc. 2, n.º 56). Na visitação transcrita em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* (1954, 27), surge uma referência à vinha da Charneca para esta sustentar os aniversários da capela; no *Livro das Lezírias de D. Dinis* doc. 53 (*Livro das Lezírias d’el Rei D. Dinis* 2003, 170); e também: ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 5, fl. 64).

142 Castilho 1934-1938, 6:52-54; Barroca 2000, 2 (2):1352-1359.

143 O Autor da *Monarchia Lusitana* (Brandão 1672, fl. 235) fundamenta-se no registo da capela da Trindade existente no Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa, Livro 2.º de Testamentos e Capelas (BNP, cód. 8952, fl. 23; publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* 1954, 27).

144 Barroca 2000, 1400-1402.

145 O artigo de José Augusto Oliveira, apresentado nesse colóquio, intitulado “A organização do trabalho nos estaleiros das obras do claustro da Sé de Lisboa”, tem como base um documento já há muito conhecido, mas até agora inédito, que terá sido, nos anos de 1930, “descoberto por Alberto Feio, quando se procedia a obras de restauro na Capela da Glória da Sé de Braga” (P. Dias 1994, 37; J. A. Oliveira 2016).

alterações substanciais do próprio claustro e obviamente à existência de uma oficina de pedreiros aí localizada, levanta-se a seguinte questão: o vasto estaleiro descrito no documento refere-se às obras do claustro ou às obras de construção da cabeceira? Parece-nos que a segunda hipótese não pode ser descartada e oferece até maior solidez. Deste modo, a questão da datação do claustro deverá ser reconsiderada, sobretudo tendo em conta as datas das instituições das capelas, tal como verificou Paulo Almeida Fernandes e tal como acabámos de observar.¹⁴⁶

3.7.1. *A oficina da obra do claustro*

Apesar de não sabermos exactamente quem patrocinou a obra do claustro, a documentação revela-nos alguns dos nomes dos principais responsáveis e executantes desta grande obra que alterou profundamente a morfologia urbana daquela parte da cidade. A presença de Miguel Martins num documento referido por Sousa Viterbo em que este é mencionado como aquele que “tem a obra da Sé”, em 1281, é um dado bem conhecido, todavia não se conhecia o nome de alguns dos homens que com ele trabalhavam no claustro da Sé.¹⁴⁷ Em 1304, foi realizado um aforamento de uma vinha pertencente ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, localizada na Charneca, a Estêvão Domingues, referido como comendador da obra da Sé e raçoeiro da mesma igreja, em que uma das condições colocadas ao comendador é a seguinte: “vos devedes dar-nos 500 libras por vossa alma e de Miguel Martins para fazermos um poço”.¹⁴⁸ No mesmo documento, assinam como testemunhas: “Vicente Duraes pintor, João Domingues mestre amecyro, Afonso Pires batedor, Domingos Carnide, Estêvão Martins, Francisco Esteves, Fernando Mendes pintor”. Ou seja, estes homens fariam muito provavelmente parte da oficina que trabalhava com Estêvão Domingues e Miguel Martins na obra da Sé que decorria nessa altura, a obra do claustro. Numa doação de uma casa à Igreja de S. Pedro, em 1324, testemunha um Francisco Esteves, identificado como o filho de Estêvão Domingues da obra. Visto que também no documento de 1308 surge uma referência a um Francisco Esteves,

146 P. A. Fernandes 2006, 18-69. Também Catarina Villamariz chegou à conclusão de que “o grande estaleiro de 1332 não deveria, portanto, relacionar-se com o claustro muito possivelmente já terminado” (Villamariz 2012, 445).

147 O documento transcrito por Sousa Viterbo encontra-se em ANTT, Coleção Especial, caixa 86. Este documento tem sido erroneamente usado para datar o período em que Miguel Martins esteve à frente das obras do claustro da Sé, supostamente entre 1281 e 1319, mas como notou Paulo Almeida Fernandes, a data mais tardia não é mais do que o ano de 1281 no sistema de datação medieval, que difere 38 anos do sistema actual (Pereira 1995, 379; P. Dias 1994, 105; P. A. Fernandes 2006, 58, n. 21).

148 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, mc. 5, doc. 11; copiado em: 2.ª Inc., Cx. 2, doc. 9.

será bem possível que o filho do comendador da obra também fizesse parte da oficina da obra do claustro.

3.8. A Capela de S. Bartolomeu

O último momento sobre o qual importa reflectir no que respeita às várias obras realizadas na Sé de Lisboa é a construção da capela de S. Bartolomeu, instituída e fundada por Bartolomeu Joanes.¹⁴⁹ Este homem foi um dos mercadores mais ricos de Lisboa em inícios do século XIV, pois, a par da aparente ausência de ligações de sangue com a nobreza, o seu testamento evidencia uma riqueza comparável apenas às famílias mais ricas do reino e à própria família real.¹⁵⁰ Além disso, como notou Mário Barroca, o próprio Bartolomeu Joanes esclarece-nos sobre as origens da sua riqueza quando refere, no seu testamento, sobre os seus bens: “tão bem os móveis como os de raiz, em qualquer expressa maneira e coisas que possam ser achadas, assim em Portugal como em França e em Flandres, como em outros quaisquer lugares ou lugar”.¹⁵¹ A construção da capela do mercador lisboeta – que se intitula, na inscrição registada na tampa do seu sarcófago, “cidadão que foi de Lisboa” – insere-se na fase final do ciclo de transição que pretendemos aqui estudar.

Mesmo sabendo pouco sobre os mercadores lisboetas que operavam na cidade em meados do século XI, tanto a documentação como a arqueologia revelam que as suas principais rotas comerciais de longo curso seriam mais direccionadas para o Oriente mediterrânico e menos com o Norte atlântico.¹⁵² O excepcional episódio dos aventureiros, relatado por Al-Himyari, indica-nos uma viagem para ocidente e, inevitavelmente, para sul e nunca para norte, onde as águas eram controladas pelos piratas normandos.¹⁵³ Além do mais, a Lisboa muçulmana dos séculos XI e XII era uma cidade que vivia sobretudo da produção agrária do seu alfoz e, ao mesmo tempo, da produção piscatória feita tanto no estuário do Tejo, como na costa atlântica.¹⁵⁴

149 Sobre Bartolomeu Joanes, ver: Castilho 1934-1938, 6:110-120; H. L. Lima 1948; Távora 1982, 3-59; Barroca 2000 1493-1498; C. V. Fernandes 2001, 99-110.

150 O testamento de Bartolomeu Joanes foi editado por Luís Távora (1982, 180-196).

151 Barroca 2000, 2 (2):1496; Távora 1982, 53.

152 Cf. Martínez et al. 2007, 119: “*Pero más allá de su condición de centro agrícola fértil, Lisboa siempre estuvo fuertemente conectada al mundo islámico mediterráneo por vía marítima. Era uno de los extremos del comercio portuario islámico que buscaba en la región el ámbar de ballena y el oro de Almada, y traía especias y ricas manufacturas orientales*”; cf. Amaro 2001, 194: “a grande divulgação da cerâmica pintada a vermelho poderá ser uma das manifestações do importante desenvolvimento comercial, ocorrido em finais do século IX e X no al-Andaluz Ocidental, consolidada numa maior segurança das rotas marítimas com o Oriente”; sobre a mesma questão, ver também: Bugalhão et Gomez Martínez 2005.

153 Al-Himiari 1963, 43-48. I. C. Fernandes 2005, 47-60.

154 “O amplo alfoz de Lisboa, organizado em torno do estuário produzia em quantidade razoável grande diversidade de produtos. Era à cidade que os produtores viam comerciar os excedentes, abastecer-se de produtos artesanais que a cidade crescentemente produz e distribui. A importância do comércio e produção artesanal da cidade é assim consequência

Em finais do século XIII inícios do XIV a posição de Lisboa no mapa estratégico do comércio marítimo internacional era já muito diferente. A avultada soma que Bartolomeu Joanes acumulou durante a sua vida – e, posteriormente, distribuiu conforme desejava no seu testamento – revela bem como o comércio marítimo com o norte europeu era uma realidade incontornável na Lisboa de inícios do século XIV. Neste sentido, a potenciação das relações com os grandes portos europeus efectuada por D. Dinis – através de medidas como a criação da bolsa de mercadores, instituída em 1293,¹⁵⁵ o estabelecimento de entrepostos comerciais em vários portos europeus e a contratação do almirante Pessanha, oriundo de Génova,¹⁵⁶ com certeza conhecedor do comércio marítimo mediterrânico e atlântico – não pode deixar de ser observada em concomitância com a iniciativa privada de homens como Bartolomeu Joanes, que beneficiaram com sucesso da renovada posição estratégica de Lisboa como porto comercial de longo curso.

Não será então de estranhar que a capela, construída após a morte do seu fundador em 1324 e com os fundos do abastado mercador lisboeta, tenha uma qualidade extraordinária e sobressaia no panorama construtivo da época.¹⁵⁷ Bartolomeu Joanes deixou uma marca indelével na forma urbana da cidade, erguendo para local da sua sepultura uma capela que ainda perdura no século XXI. O mesmo não se pode dizer do hospital que o mesmo mercador instituiu, também nos seus últimos momentos, e cujas condições podem ser observadas no seu testamento. O abastado mercador referiu especificamente nas disposições testamentárias que este hospital seria levantado de raiz, uma situação menos comum, para as estruturas hospitalares da época, como já foi aqui observado.¹⁵⁸ O Hospital de S. Bartolomeu terá sido construído não muito longe do local onde se ergueu a capela da mesma invocação e, se o testamento do mercador lisboeta foi respeitado, possuía doze leitos, uma cozinha e casa de banho. Infelizmente não se conhece com exactidão o local onde funcionou este hospital, havendo apenas a notícia vaga de que se situava no beco de Bartolomeu Joanes, localizado algures entre a Rua das Cruzes da Sé e a Casa dos Bicos.¹⁵⁹

da riqueza das actividades agrícola, principalmente, pesqueira e extractiva, do seu território de influência” (Bugalhão et Folgado 2001, 113).

155 Sobre esta questão, ver: Mattoso 1993, 158; Coelho et Homem 1996, 487-528. O documento original preserva-se em ANTT, Gaveta III, mç. 5, n.º 5; foi publicado em: *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a Sua História* 1944, vol. I, 21-22.

156 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 108 a 127; este documento foi publicado em Brandão 1650, 5:302; Júlio de Castilho também estudou o documento (Castilho 1948, 30-32).

157 “É uma excelente construção, muito bem desenhada e cuidada e, se o seu aspecto exterior não resulta da ‘malfeitoria’ de algum restauro exagerado, esta é uma obra bastante avançada, no panorama da nossa arquitectura desse tempo” (C. F. Almeida et Barroca 2002, 58). Para uma descrição pormenorizada da estrutura arquitectónica desta capela, ver: Villamariz 2012, 388-392.

158 Ver Parte I, subcapítulo 2.4.1 – “O Hospital de Domingos Eanes Jardo”.

159 ANTT, Livro 4.º das Capelas, p. 123, de 1629 (*Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista, Convento de São Bento de Xabregas*, liv. 4) publicado em H. L. Lima 1948, 128: “huas casas em que vive Pedro Fernandes administrador que estão junto da Sé da dita cidade em hum beco sem saída que se chama o beco desta capella, as quaes casas tem huma loja que

3.9. O adro da Sé e o paço do concelho

O adro da Sé não funcionava apenas como necrópole, pois era também utilizado para uma variedade de funções sociais, comerciais ou festivas, destacando-se, no caso lisboeta, as políticas, por ser onde se reunia o concelho da cidade.¹⁶⁰ Tratava-se, portanto, de um local de grande relevância para a dinâmica urbana da Lisboa medieval cristã, que só não se tornou na principal praça da cidade devido ao deslocamento das principais funções políticas e económicas da urbe para o arrabalde ocidental, durante o século XIII.¹⁶¹ A primeira notícia sobre uma reunião concelhia no adro da Sé data de 7 de Agosto de 1285, um momento crucial para os destinos da cidade, em que o concelho tenta reaver vários bens urbanos, rendas e impostos que D. Afonso III teria tomado para si em detrimento do concelho.¹⁶² É quase certo que estas reuniões não se iniciaram apenas no último quartel do século XIII;¹⁶³ além disso, sabemos que continuaram a ocorrer durante os reinados de D. Dinis e do seu filho, nomeadamente em 1321,¹⁶⁴ 1331,¹⁶⁵ 1336¹⁶⁶ e 1355.¹⁶⁷

Em algum momento que não se consegue precisar, o concelho terá adquirido casas fronteiras ao adro da Sé, para aí realizar as suas reuniões. Vários autores têm proposto que essas casas teriam pertencido à família Bulhão, e que aí teria nascido Fernando Martins de Bulhão, entre 1188 e 1195, mais tarde conhecido como Santo

está na rua que vem da porta do mar para a praça dos canos a qual está defronte das casas de Afonso de Albuquerque, freguesia da dita Sé e parte ao norte com casas do mesmo espirital [hospital de Bartolomeu Joanes] e capella, e a sul com a dita rua pública, e a levante com casas de Diogo Vaz da Veiga e ao poente com casas da Sé”.

160 Sobre o adro como espaço de sociabilidade, ver: Beirante 2008a, 53-63; Trindade 2009, 719-720: “atraindo um vasto conjunto de actividades: os inevitáveis açougues (prolongando a velha tradição mesquita/suç), os alpendres dos mercadores, as reuniões dos homens-bons, numa primeira fase, o exercício da justiça ou as bancas dos tabeliães”. Sobre o concelho de Lisboa na Idade Média, ver: M. Caetano 1990; M. T. C. Rodrigues 1968; M. G. Martins 2004. Sobre a formação e génese do espaço do poder concelhio no reino português, ver: Trindade 2012.

161 Ver Parte III, Capítulo 5 – “A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político”.

162 AML, Livro dos Pregos, doc. 287, fls. 203-204; Livro II de Místicos de Reis, pp. 100-101: “Em nome de Deus amem. Saibham todos quantos este estormento virem e leer ouvirem que pregooes foram dados e apregodos per mandado do alcaide e dos alvaziis de Lixboa pellos porteiros e pellos pregoeiros dessa villa assi pella villa come pellos termos della que todo o concelho da villa assi cavalleiros come cidadãaos e mercadores e petes e moradores da villa e de todos seus termos que todos viessem terça feira VII dias andados d’Agosto *ao comçelho a See* o quall dia lhiis foy asinado e ao dicto dia asiinado e no dicto logo nosso senhor el rey dom Denis foy hi presente e o comçelho per pregom foy hi presente presente nos”.

163 A primeira referência ao concelho de Lisboa ocorre no foral de 1179, o que nos leva a considerar que ocorriam reuniões concelhias no adro da própria Sé muito antes de estarem documentadas (cf. AML-AH, Livro I de Místicos de Reis, doc. 3; ou DMP, Documentos Régios, doc. 336: “*Et almutazaria sui de concilio et mittatur almutaze per alcaidem et per concilium ville.*”

164 AML, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, doc. 15, uma exposição lida por Aparício Domingues em nome de D. Dinis, sobre a revolta do infante D. Afonso, e a resposta dada pelo concelho de Lisboa, composto em 17 de Dezembro de 1321 e publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I* 1947, 135: “na cidade de Lixboa no Adro da See”.

165 AML, Livro dos Pregos, doc. 47, fl. 46v. Este documento insere-se nos *Capítulos Gerais do Povo Apresentados às Cortes de Santarém de 1331*: “na cidade de Lixboa em no adro da see”.

166 AML, Livro I de Místicos, doc. 3, um termo de arrendamento sobre a sisa do vinho, conforme carta régia, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando* 1949, 13: “na cidade de Lixboa no Paço do Concelho”.

167 AML, Livro I de Místicos, doc. 6, numa resolução do Concelho em lançar sisa por um ano sobre o vinho, para cobrir as despesas feitas com as muralhas e portas da cidade e com o seu abastecimento de pão, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando* 1949, 23: “na cidade de Lixbona ante a porta da See”.

António, canonizado em 1232 pelo papa Gregório IX.¹⁶⁸ A questão que se levanta consiste em perceber o que existia em primeiro lugar, a sede concelhia ou a capela dedicada ao santo lisboeta? Tradicionalmente tem-se repetido que, pouco depois da canonização de Santo António, as gentes de Lisboa terão construído uma capela no local onde este nasceu e viveu.¹⁶⁹ No entanto, a primeira referência a um templo dedicado a Santo António surge apenas em 1428 num contrato entre o Concelho e o mestre pedreiro Lopo Eanes sobre obras na capela de “Santo Antoninho”.¹⁷⁰ Apenas cinco anos depois, em 1433, foi feita uma bula papal onde se estabelece que a capela ou igreja de Santo António ficaria “livre da jurisdição ordinária do arcebispo, arcediogo e demais autoridades da Sé de Lisboa”.¹⁷¹ Freire de Oliveira defende, sem base documental, que “cremos não errar muito fixando a fundação da capela de Santo António no segundo ou terceiro quartel do século XIII; talvez no reinado de D. Sancho II”; no entanto, não conhecemos qualquer notícia documental sobre esta igreja ou capela nos séculos XIII ou XIV.¹⁷² Ou seja, só obtemos confirmação documental da existência de um templo dedicado ao santo lisboeta em 1428. No sentido oposto, é um facto que o primeiro paço do concelho de Lisboa se localizava, em 1322, em frente ao adro da Sé.¹⁷³ Deste modo, é certo que o concelho adquiriu, ou recebeu por doação, casas fronteiras ao adro, onde habitualmente se reunia, uma

168 Sobre a ligação entre Santo António e o Paço do Concelho, ver: Macedo et Araújo 1951; M. G. Ventura 1996; 2002; Farello 2008, 91-93. Sobre a cronologia do nascimento, vida e morte do santo, ver: A. Costa 1982, 25-48.

169 Eduardo Freire de Oliveira parece ser o autor desta ideia, afirmando: “cremos não errar muito fixando a fundação da capela de Santo António no segundo ou terceiro quartel do século XIII, talvez no reinado de D. Sancho” (E. F. Oliveira 1882-1911, (2):529-530). Mas a verdade é que nem os autores da *Historia Real da Casa de Santo António* afirmam tal coisa, pois, limitando-se a seguir as fontes documentais, consideram que “a época precisa da fundação da casa de S. Antonio (conhecida a princípio pelo nome de S. Antoninho) não é muito certa, nem sobre ella encontramos noticia ou documento algum positivo; é porém indubitável que foi levantada logo nos princípios do seculo XV pela cidade e Camara de Lisboa, cuja devoção para com o Santo era extrema, escolhendo-se para esse fim o próprio local aonde elle vira a luz do dia no espaço entre a porta principal da Sé e o arco de ferro” (Jordão et Correa 1857, 1). A ideia de que a capela dedicada a Santo António é anterior aos paços do concelho tem sido repetida por vários autores (Macedo et Araújo 1951, 23-25; M. G. Ventura 1996, 1028; C. G. Silva 2008, 228-229). Margarida Garcez Ventura, que realizou uma ampla pesquisa documental sobre a Igreja de Santo António, encontrou apenas, além da referida bula de 1433 e de uma súplica despachada por Eugénio IV a 25 de Setembro de 1435, uma referência a um tal Álvaro Gonçalves de Santoantoninho, morador em Lisboa, numa carta de seguro de D. Duarte em Junho de 1435. Estes resultados levaram a investigadora a considerar que “no que diz respeito à toponímia, é desconcertante que, mesmo após o estabelecimento de uma capela na casa do santo, estas nunca surjam como demarcação da propriedade urbana” (M. G. Ventura 1996, 1024).

170 AML, Livro I de Místicos, doc. 15, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando* 1949, 55: “estando hi Lopo Eanes, pedreiro, morador em a dicta cidade, logo pelos sobreditos vereadores e homes boons foy dicto que eles davam de empreitada a ele dicto Lopo Eanes que ele alçe a parede de aredor da capela de Santo Antoninho com suas freestas de nove palmos em alto e seer a dicta obraa delo lagiamento em alto duas braças de maneira em alto. E a dicta obra seer toda de boa pedra lioz de cantaria asii de dentro como de fora, limpa e bem lavrada poendo ele dicto Lopo Eanes toda a pedra e cal e augua e mesteiraes e todallas outras coussas que à dicta obra pertecer”.

171 Norberto de Araújo e Luís Pastor de Macedo seguem a proposta de Eduardo Freire de Oliveira, a nosso ver de modo demasiado confiante, dada a falta de documentação que a confirme. Um documento não datado indica que Vicente Martins de Bulhão, avô paterno de Fernando Martins de Bulhão terá habitado numa casa na paróquia de S. Mamede, no entanto esta informação não esclarece a questão (Macedo et Araújo 1951, 21-23). A referida bula de 1433 está publicada em: Jordão et Correa 1857, 43-44.

172 Cf. E. F. Oliveira 1882-1911, 1 (2): 532.

173 Tal como observou Mário Farello, o primeiro documento que refere o Paço do Concelho data de Maio de 1322. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, 1.ª incorporação, mç. VI, doc. 37 (Farello 2008, 91).

situação que parece também ter ocorrido em Santarém, relativamente ao adro da Igreja de Marvila,¹⁷⁴ e em Óbidos, no adro da Igreja de Santa Maria.¹⁷⁵

Apesar de não conseguirmos perceber com exactidão como decorreu o processo em que o concelho se fixa junto ao adro da Sé, é importante reter a sua presença naquele que era um dos principais pontos nevrálgicos da sociedade lisboeta medieval, afirmando-se como um dos atores do desenho da forma urbana da cidade. A escolha do local onde terá nascido e vivido Santo António para a sede do concelho não foi com certeza ocasional. Levantam-se então duas hipóteses que dificilmente terão resposta cabal. A primeira é que poderá ter existido um pequeno oratório, anterior à instalação do concelho nas casas próximas ao adro da Sé, o qual não seria reconhecido pelas entidades eclesiásticas da cidade, uma vez que não consta nas listas conhecidas de igrejas da cidade, e que seria posteriormente administrado pelo concelho, o que explicaria parcialmente a ausência de referências a um templo. Este pequeno oratório foi ligado ao local de nascimento de Fernando Martins de Bulhão. A outra hipótese é que tenha sido o próprio concelho a fundar um templo no local mais conveniente para solidificar a sua ligação com o santo, ou seja, o paço do concelho. Esta fundação de um templo dedicado a Santo António poderá ter ocorrido, provavelmente, durante o reinado de D. João I, pois, como vimos, é no final do seu reinado que surgem as primeiras referências documentais a um templo nesse local. O contrato de 1428, já aqui referido, é especialmente interessante, pois revela obras de relevo nas quais se intui a transformação de um templo de construção humilde, para uma construção “toda de boa pedra lioz de cantaria asii de dentro como de fora, limpa e bem lavrada”.¹⁷⁶

Seja como for, importa sublinhar a intenção do concelho em se associar ao culto do santo, obtendo assim prestígio e uma ligação incontornável com Santo António, beneficiando de proveitos económicos, pois esta igreja pertenceu sempre ao concelho e não à mitra da cidade.

174 Beirante 2008b, 182.

175 O caso de Óbidos é cronologicamente muito próximo do de Lisboa, pois o seu paço do concelho surge documentado logo em 1334 (M. S. Silva 1997, 87).

176 *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando* 1949, 55-56.

3.10. Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano

Um pouco acima da Sé, ergueu-se o imponente teatro romano de Olisipo, possivelmente construído no século I d.C.¹⁷⁷ Esta obra, que alterou substancialmente a forma urbana da cidade em época romana, obrigou à execução de um extraordinário projecto de engenharia que criou um extenso patamar artificial na colina do castelo e que obrigou à construção de uma vasta estrutura de contenção tanto do teatro como da própria colina que o suportava.¹⁷⁸ Entre os séculos V e VI o teatro deixou de funcionar como edifício público, pois foi detectada uma pequena habitação dessa época instalada entre os muros do *vomitorium*, ou seja, uma área de acesso ao interior do teatro, demonstrando uma clara alteração funcional da estrutura.¹⁷⁹ Abandonadas as funções lúdicas para o qual o monumento foi construído, todo o teatro foi progressivamente envolvido pela malha urbana que rodeava o edifício. É importante notar que a desactivação e consequente alteração funcional do teatro ocorreram muito antes da chegada dos muçulmanos à cidade. Para além da casa edificada no *vomitorium*, foi também identificada uma habitação de época islâmica, aproveitando um outro local do teatro, neste caso a estrutura que sustentava o *postcaenium*, um espaço compartimentado que poderá ter funcionado como uma divisão onde se recolhia o vestuário e outros adereços dos actores. A cronologia para a reutilização deste espaço como habitação oscila entre os séculos XI e XII, ou seja, no período final de domínio político muçulmano.

Trata-se, portanto, de um processo de privatização de um edifício público, que perdura ao longo da época medieval. Tal como os arqueólogos responsáveis pela escavação notaram, a divisão localizada no *postcaenium* era um local privilegiado para ser usado como habitação familiar, devido tanto à robustez da construção como à localização virada a sul, beneficiando ainda da elevação que lhe oferecia uma panorâmica muito abrangente do rio e das suas margens.¹⁸⁰ É também importante assinalar a descoberta de um silo, também inserido nos muros do *postcaenium*, que, de

177 L. Fernandes 2013b, 765.

178 A bibliografia sobre o teatro romano de Olisipo é vasta, limitamo-nos aqui a indicar apenas alguns trabalhos de referência: L. Fernandes 2007; 2013b, 765-773; 2013a, 51-62.

179 L. Fernandes 2007, 33.

180 Cf. L. Fernandes et al. 2012a: “esta parte da estrutura do *postcaenium* reúne óptimas condições para o estabelecimento de unidades familiares. Com efeito, o núcleo habitacional já se encontrava construído, apresentando uma robustez muito superior a qualquer outra habitação a que se propusessem realizar. Os muros resistentes e o espaço rectangular bem delimitado, com um pavimento forte e horizontal, ofereciam condições ideais para o assentamento de um núcleo familiar. Se aliarmos a estes aspectos, o facto deste local se encontrar virado para sul, tendo diante si uma encosta aprazível e o rio ao fundo da encosta, as condições reunidas constituem, efectivamente, uma mais-valia para o estabelecimento humano.” Agradecemos à arqueóloga Lídia Fernandes por nos ter facultado o acesso ao texto desta publicação quando ainda se encontrava no prelo.

acordo com os materiais aí encontrados, terá funcionado entre os séculos XI e XIV, ou seja, permaneceu em funcionamento quer na época de domínio político islâmico, quer durante o domínio cristão.¹⁸¹ No fundo deste silo, foi identificada uma estrutura hidráulica, com a forma de um cano de grandes dimensões, cuja função exacta não foi até agora possível compreender. Além disto, é muito provável que as ruínas do teatro romano já não estivessem visíveis no último quartel do século XII, pois, tal como observou Lúcia Fernandes, haveria falta de silhares de pedra disponíveis para a obra de construção da Sé, apenas alguns metros de distância do antigo teatro.¹⁸²

3.11. Os Brancos: vestígios do *suq* da medina?

Num local impreciso entre a catedral e a Porta do Ferro, a documentação do reinado de D. Afonso III e do seu sucessor regista várias tendas, num espaço então conhecido como os “Brancos”.¹⁸³ Os estudos feitos sobre o urbanismo das cidades do al-Andalus revelam que os *aswaq* (pl. de *suq*) se localizavam maioritariamente junto da mesquita maior, desenvolvendo-se ao longo da via que partia desse templo para a principal porta da cidade.¹⁸⁴ Ora, é exactamente nesse local que se localizavam os Brancos, registados na documentação desde o início do século XIII.¹⁸⁵ Nos anos 70 do século XX, Gérard Pradalié identificou-os como um bairro comercial que seria “uma sobrevivência de época muçulmana, embora seja de importância secundária”.¹⁸⁶ Relativamente ao primeiro ponto, a proposta de Pradalié é pertinente; no entanto, não estamos certos de que se tratasse de um local de relevância secundária para a cidade

181 L. Fernandes et al. 2008.

182 “O autor do texto fala-nos claramente da falta de pedra que o mestre-de-obras sentia para a construção da Sé. Se, por acaso o teatro romano estivesse visível não seria necessário percorrer tão longo e penoso caminho quando ali, tão perto, quase contíguo, o teatro oferecia um manancial dos melhores para a obtenção de pedra e, ainda por cima de pedra talhada” (L. Fernandes 1993, 241). Lúcia Fernandes refere-se ao texto escrito por mestre Estêvão, chantre da Sé de Lisboa, intitulado *Miracula S. Vincentii*, escrito entre 1173 e 1185 (Nascimento 1988, 51).

183 Carlos Guardado da Silva, na cartografia anexa à sua dissertação de doutoramento, localiza os Brancos num pequeno beco da rua que passava a norte da Igreja de Santo António, mas não nos informa sobre a documentação usada para essa localização (C. G. Silva 2005).

184 Tal como acontecia em Almería, onde a principal via de acesso entrava no centro da cidade medieval em direcção à mesquita maior (Cara Barrionuevo et al. 2000, 172); o “*zoco grande*” de Córdoba também se situava entre a mesquita maior e o Alcácer, depois da intervenção de al-Hakam I, que para ali o trasladou a partir do arrabalde de Saqunda, após a revolta de 806 (Vaquerizo Gil 2003, 162); o caso de Sevilha é bem ilustrativo da profunda ligação topográfica entre mesquita e o mercado, pois a mudança urbanística realizada em época almóada, ao alterar a localização da mesquita maior, trasladou também o principal centro comercial da urbe para junto da nova mesquita aljama (Dominguez Berenjeno 2001, 182). Importa também traçar um paralelo mais longínquo com Damasco, pois esta foi a cidade modelar para os Omíadas, que governaram o al-Andalus durante século. Uma planta de Damasco no século XII, feita a partir da descrição de Ibn Asakir, revela que os principais *aswaq* (pl. de *suq*) se localizavam ou no antigo cardo romano, em ligação com a mesquita grande, ou no decumano, caso do as-Suq al-Kabir, o “mercado grande” (Chalmeta 2010, 269). Sobre a localização, estrutura e funções do *suq* no mundo islâmico em geral, ver a entrada “*suk*” (*The Encyclopaedia of Islam* 9:786-801) e Chalmeta (1973; 2010).

185 ANTT, Forais Antigos, mç. 12, n.º 3, fl. 37 (1217).

186 Pradalié 1975, 41.

durante a época de domínio muçulmano, pois a sua localização, como já referimos, coincide com a que seria expectável para se situar o principal *suq* da medina.

Observando a documentação que refere os Brancos, sobressaem três momentos distintos em que surgem na documentação e que apresentam um factor comum: a intervenção régia. Em 1217, é possível observar numa doação de várias propriedades por parte de D. Afonso II em favor de Rodrigo Soares, uma referência aos *brancis*, que não são descritos e por isso não é possível perceber exactamente a sua tipologia, mas a sua localização é referida: “*quos habuimos super ecclesiam Sedis Sce Marie Ulixbone*”.¹⁸⁷ Surge nova notícia no final do reinado de D. Afonso III, em 1276, quando são emitidas centenas de cartas de composição, inseridas numa vasta operação de iniciativa régia sobre propriedades urbanas em Lisboa, nas quais são referidas três composições sobre tendas nos Brancos, sendo possível constatar, pelas confrontações, que existia nesse local um aglomerado de tendas e também uma propriedade descrita como a “*quintã dos cónegos*”.¹⁸⁸ Durante o reinado de D. Dinis, dos cinco documentos que nos chegaram referentes aos Brancos, três são aquisições efectuadas pelo monarca entre 1283 e 1295, um consiste num aforamento de uma casa pelo rei a Pedro Eanes, seleiro, em 1301, e o último documento consiste no inventário dos bens reais concebido entre 1299 e 1300, no qual se confirma a propriedade da Coroa de todas as propriedades referidas nos documentos anteriores.¹⁸⁹ Nesta documentação, nota-se a persistência da propriedade em algumas famílias até ao reinado de D. Dinis, momento em que o

187 ANTT, Forais Antigos, mç. 12, n.º 3, fl. 37 (1217).

188 Em 26 de Julho 1276, regista-se uma composição sobre uma tenda com sobrado, entre D. Afonso III e Domingas Garrida, nas confrontações surgem outras tendas, e uma quinta dos canónicos (cf. ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 57-58v; publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* 1954, 354-355); exactamente no mesmo dia, foi também celebrada uma outra composição sobre uma tenda entre D. Afonso III e Domingas Diaz, que foi mulher de Bartolomeu Pires. Nas confrontações desta composição, surgem: a oriente, via publica; a ocidente, Domingos Pires, seleiro; a norte, adega de Elvira Migueis; a sul, via pública (ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fl. 92 e 92v). Em 27 de Agosto 1276, regista-se composição sobre uma tenda com sobrado, entre D. Afonso III e Vicente Anes, toneleiro, e sua mulher Auroana Martins; nas confrontações, refere-se outra tenda que foi de D. Vivaldo e uma casa que foi de João Eanes Moçarave (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 23-23v; publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* 1954, 356-357).

189 Em 9 de Junho de 1283, regista-se a venda de metade de uma tenda com seu sobrado pertencente a Estêvão Lourenço, Domingas Diaz e Margarida Bartolomeu, filha de Domingas Diaz, em favor de D. Dinis, (ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fl. 116 e 116v.). Em 18 de Junho de 1283, ocorre a venda de metade de uma tenda a D. Dinis, vendida por Vicente Eanes, tanoeiro, Ouroana Martins, Gonçalo Eanes, tanoeiro, e D. Margarida (ANTT, Gaveta XI, mç. 2, n.º 24). Em 1 de Junho de 1295, regista-se a venda de metade de uma tenda com seu sobrado, por Afonso Fernandes, “neto da Garrida”, e Domingas Lourenço, a D. Dinis (ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fl. 82 e 82v.). Em 1 de Julho de 1301, regista-se o aforamento de uma casa pertencente a D. Dinis a Pero Eanes, seleiro, surgindo nas confrontações, Maria Garrida, uma casa de S. Jorge e vias públicas (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 105v-106, publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* 1954, 358-359); o *Reportório das Casas e Tendias que D. Dinis Possuía em Lisboa*, elaborado entre 1299 e 1300, confirma a posse da coroa em todas as propriedades anteriormente referidas: “*Item habet domnus Rex in colacione Sedis ad Blancos ii domos liberas et quitas pro ad se cum suis sollys et sotanis. Item habet medietatem alterius domus in Blancis de Se in qua habent aliam medietatem heredes de Garrida quam medietatem postea domnus Rex comprauit. Est tota Regis. Item habet domnus Rex in Blancis de See de viii quinionibus três quiniones de quadam domo cum suo sotano et cum suo sollio quae somus fuit de Dominico Petri selário*”, ou seja, “Também possui o senhor Rei na freguesia da Sé aos Brancos duas casas livres e desimpedidas para si com os seus chãos e sótãos. Também possui metade de outra casa nos Brancos da Sé da qual têm a outra metade os herdeiros de Garrida, metade que depois o senhor Rei comprou. É toda do Rei. Também possui o senhor Rei nos Brancos da Sé três partes de oito quinhões de uma casa com o seu sótão e seu chão que foi de Domingos Peres seleiro” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, ant.º 90, fl. 3v., tradução nossa; sobre a datação e produção deste documento ver: M. A. Costa 1991, 29-50).

monarca adquire as metades de tendas que ainda não lhe pertenciam, tornando-se assim no único proprietário dessas tendas. Em breve, este núcleo comercial iria provavelmente desaparecer, pois são escassas ou praticamente nulas as referências que se encontram na documentação posterior ao reinado de D. Dinis de tendas nos Brancos.¹⁹⁰ Assim, se o principal *sua* da cidade em época de domínio islâmico realmente se situava nesta zona, podemos afirmar que a gradual transferência do centro comercial da cidade para a margem litoral do arrabalde ocidental levou a uma clara alteração funcional nesta zona da urbe, alterando-se a sua função de zona comercial para um espaço maioritariamente habitacional.

190 Numa análise à propriedade régia registada nas chancelarias de D. Afonso IV, D. Pedro e D. João I, apenas verificámos uma única referência a “casas aos bracos (sic) da Sé, que partem com Martim Anes, com casas que traz Gomes Anes escrivão que foi da câmara de Lisboa e com ruas públicas, a Gonçalo Anes pintor e sua m.” de 1394 (*Chancelaria de D. João I* 2005, 44).

4. O PATAMAR INFERIOR

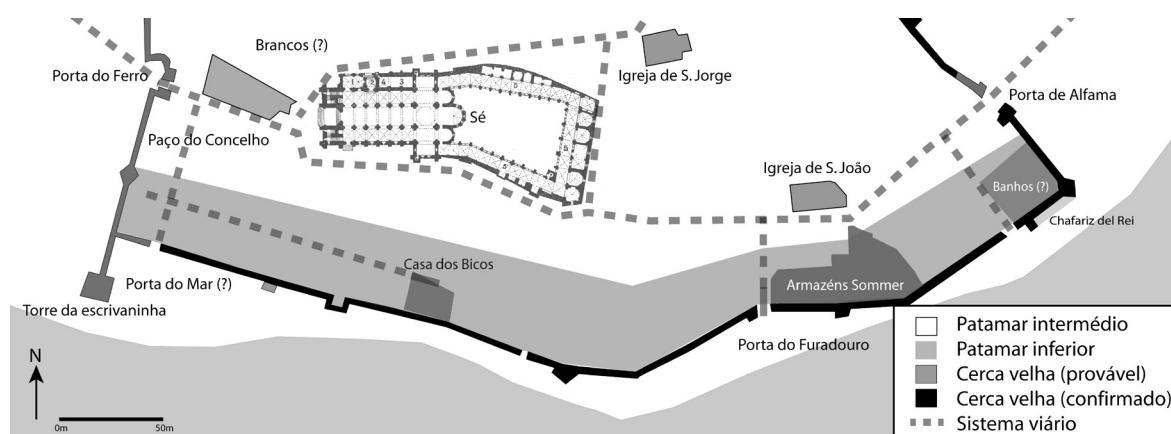


Figura 14. O patamar inferior

4.1. A muralha, o rio e a Porta do Mar

Ao longo do lanço ribeirinho da muralha, importa analisar três pontos específicos: o local onde está actualmente a Casa dos Bicos, o local conhecido como armazéns Sommer e o Chafariz del Rei.

No interior da Casa dos Bicos, um edifício quinhentista, foi verificado que a muralha medieval seguia um traçado muito semelhante ao traçado da muralha tardo-romana (finais século III – inícios do século IV) e também foi confirmada a substituição de uma torre semicircular desse período por outra quadrangular já de época medieval.¹⁹¹ Outro factor relevante que a arqueologia permitiu observar é que do lado externo da muralha não houve qualquer urbanização ou construção até meados do século XV e inícios do XVI, ao contrário da urbanização verificada em inícios do século XIV junto da torre da escrivãzinha.¹⁹² Deste modo, constata-se que a margem do rio, influenciado pelas marés oceânicas, se situou junto da face externa da muralha até ao século XV.¹⁹³ Esta informação significa que, neste preciso local, o

¹⁹¹ Amaro 1982; 1994b, 110-111; Sepúlveda et Amaro 2007.

¹⁹² M. Leitão 2014, 73.

¹⁹³ Facto também corroborado pelos geógrafos árabes, em época de domínio islâmico: “há umas termas perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as” (Sidarus et Rei 2001, 45); “Tem uma

limite meridional da cidade em relação ao Tejo teve uma perenidade assinalável, praticamente milenar, se tivermos em conta os séculos que passaram entre a construção da muralha tardo-romana, em finais do século III ou inícios do IV e o século XV, quando começam a surgir aterros neste local.

No lanço ribeirinho da cerca velha, existiram duas portas de acesso à medina. A mais ocidental era a Porta do Mar, referida pelos geógrafos árabes, como o *Bab al-Bahr*. “Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar, por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés.”¹⁹⁴ Augusto Vieira da Silva sugeriu que a Porta do Mar tivesse correspondência com o actual Arco Escuro, no entanto a sua localização exacta não é ainda hoje conhecida, pois as escavações arqueológicas aí realizadas não a confirmaram.¹⁹⁵ Deste modo, parece-nos possível que a Porta do Mar referida pelos geógrafos árabes correspondesse ao posterior Arco das Portas do Mar, mas esta proposta apenas poderá ser confirmada após a realização de escavações arqueológicas no local. A outra porta do lanço ribeirinho, o *Bab al-Madik*, mais tarde Porta do Furadouro, situava-se mais a oriente.

4.2. Do *Bab al-Madik* ao Arco de Jesus

Nos armazéns Sommer, verificou-se uma situação análoga à da Casa dos Bicos, mas ainda mais significativa, pois neste local foi arqueologicamente comprovada a coincidência do traçado da cerca urbana em três momentos construtivos diferentes: a muralha romana do século I, a tardo-romana de final do século IV ou inícios do V, e a de época medieval.¹⁹⁶ Este local adquire ainda maior relevância porque a arqueologia confirmou, também aqui, a continuidade de uma porta da cerca urbana entre a época tardo-romana e a actualidade, tendo havido uma remodelação muito significativa no século XVI, com as renovações urbanas realizadas a mando de D. Manuel.¹⁹⁷ Com efeito, no local do actual Arco de Jesus existiu uma porta de época tardo-romana que fazia o acesso entre o exterior da urbe e umas das principais vias da cidade, com uma orientação sul-norte, a qual daria possivelmente acesso ao

porta meridional chamada Porta do Mar, por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés” (Sidarus et Rei 2001, 47).

194 Al-Bakri, apud Sidarus et Rei 2001, 47.

195 A. V. Silva 1939, 112. “A Arqueologia detetou apenas a coincidência do traçado da muralha romana tardia com o da muralha medieval” (M. Leitão 2014, 72).

196 Tal como nos informam os resultados das escavações arqueológicas realizadas em 2004 (Gaspar et Gomes 2007).

197 M. Leitão 2014, 73.

decumano que percorria a urbe entre a Porta de Alfama e a Porta do Ferro.¹⁹⁸ Esta porta manteve-se em funcionamento durante toda a época medieval, possivelmente correspondendo ao *Bab al-Madik* de época islâmica, referido pelos geógrafos árabes,¹⁹⁹ e conhecida em época cristã como Porta do Furadouro.²⁰⁰ Trata-se portanto de mais um caso de continuidade milenar, entre a cidade romana e a urbe medieval, que ocorre devido à perenidade do traçado da cerca urbana e dos seus acessos.

Tal como no local da Casa dos Bicos, as escavações arqueológicas que decorrem no presente momento parecem demonstrar que não foram realizados aterros significativos que permitissem construções perenes no lado exterior da muralha. No seu lado interior, foram observadas fossas de armazenamento e outras estruturas variadas de época medieval, possivelmente de cariz habitacional, mas ainda não totalmente identificadas. Como observámos presencialmente, a vasta área dos antigos armazéns Sommer detém um potencial arqueológico elevadíssimo, afirmando-se como um dos pontos arqueológicos mais importantes de Lisboa.²⁰¹

4.3. O Chafariz del Rei

Relativamente ao Chafariz del Rei, localizado no vértice sudeste da cerca velha, é muito provável que corresponda ao “*achafarizem sancti iohanis*” referido nas inquirições de 1220, como sugere Augusto Vieira da Silva.²⁰² Se assim for, a proximidade da igreja de S. João da Praça poderá explicar o antigo topónimo. Segundo este olisipógrafo, a alteração toponímica para “chafariz del Rei” poderá corresponder a uma remodelação feita em época de D. Dinis, hipoteticamente uma “mudança para o exterior da muralha”.²⁰³ Esta afirmação terá por base o sumário de um documento proveniente dos *Apontamentos dos Brandões*, onde se refere que, em Outubro de 1308,

198 M. Leitão 2014.

199 Al-Bakri e *Diker Bilad al-Andalus*, apud Sidarus et Rei 2001, 47, 65 e 71.

200 Tal como observou Augusto Vieira da Silva na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, e num documento do fundo de Chelas de 1426 (mç. 3, n.º 41). Cf. A. V. Silva 1939, 134-135.

201 As escavações arqueológicas nos armazéns Sommer foram parcialmente realizadas em 2004 por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (alguns resultados foram publicados em Gaspar et Gomes 2007, 687-697). Em 2014, iniciou-se uma nova campanha arqueológica a cargo da empresa Neoépica, dirigida por Nuno Neto, Paulo Rebelo, Ricardo Ávila e Miguel Rocha, muito mais vasta, abrangendo os 5900 m² onde se implantava o antigo Palácio dos Condes de Coculim. Os dados aqui referidos foram registados numa visita guiada realizada enquanto decorriam as escavações arqueológicas. A visita ocorreu em 27 de Janeiro de 2015. Mais recentemente, em 2019, foi defendida uma tese de mestrado dedicada ao estudo dos materiais de época medieval descobertos em um dos silos encontrados nessa importante escavação arqueológica (A. Silva 2019).

202 “Este chafariz era designado no reinado de D. Afonso II ou III, por achafariz Sancti Johanis (da Praça), e é por ventura a mais antiga fonte pública de Lisboa, já existente com certeza no tempo do domínio romano e do muçulmano, mas provavelmente no lado interior da cerca moura, bem que não haja documento a confirmá-lo” (A. V. Silva 1939, 148). A edição latina do texto do *Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no Seu Termo* foi publicada pelo IEM no âmbito projecto *Regnum Regis*.

203 A. V. Silva 1939, 148.

D. Dinis isentou o clero lisboeta de contribuir para a construção de uma fonte que estava a ser erigida a mando do próprio monarca.²⁰⁴

A falta de documentação que corrobore solidamente as sugestões dos olisipógrafos obriga-nos a avançar com prudência. No entanto, é seguro afirmar que no último quartel do século XIV já existia um chafariz denominado “del Rei”, pois Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, refere “o chafariz del Rei, que é uma mui grande e mui fermosa fonte, abastança de grande abundança de água que continuamente corre”, descrição que se enquadra no referido chafariz.²⁰⁵ Além disso, na chancelaria de D. João I, encontra-se uma referência a um documento de 1384 que menciona “os banhos da cidade de Lisboa que stam sobre o chafariz del Rey”.²⁰⁶ Esta referência a “banhos da cidade” perto do Chafariz del Rei permite-nos considerar que o chafariz referido no *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, onde se inventariam as propriedades de D. Dinis em Lisboa, entre 1299 e 1300, é a mesma fonte pública posteriormente denominada Chafariz del Rei, pois nesse inventário é referido que, na freguesia da Sé, “também possui o senhor Rei uns banhos ao Chafariz e uma casa por cima do mesmo chafariz”.²⁰⁷ Deste modo, considerando toda a documentação referida, é possível consolidar as suposições dos olisipógrafos e afirmar com mais solidez que o chafariz del Rei já existia no reinado de D. Dinis, e que poderá corresponder ao chafariz de S. João mencionado na inquirição de 1220. Relativamente aos banhos citados nos dois últimos documentos referidos, estes continuavam em funcionamento no reinado de Afonso V, revelando uma expressiva perenidade desta estrutura, a qual continuou sempre na posse do rei, pois apesar de serem referidos como “banhos da cidade” no documento de 1384, o modelo de controlo régio seria possivelmente semelhante ao caso dos açougues, que pertenciam ao rei, mas eram de uso público.²⁰⁸

204 BNP, Códice Alcobacense 114, fl. 339 v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões* 1954, 296.

205 Lopes 1975, cap. lxxx. Num outro capítulo da mesma crónica, encontra-se mais uma referência ao Chafariz del Rei: “a cerca velha, que he des a porta do Ferro até a porta d’Alfama e des o chafariz d’el-rei até a porta de Martim Moniz” (Lopes 1975, cap. lxxiii).

206 ANTT, Chancelaria de D. João I, I-1, doc. 25 de 20 de Fevereiro de 1384.

207 ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 3v. Livro dos Bens Próprios de Reis e Rainhas.

208 ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, fl. 85: “umas casas para banhos que estão na dita cidade na freguesia de S. João da Praça sobre o chafariz do dito Sr. [o rei] Que partindo com o dito chafariz e com o muro da dita cidade e com Rua pública”. Sobre a história do Chafariz del Rei até ao século XX, ver: R. Matos 2001.

4.4. Os banhos públicos em época islâmica

O documento da chancelaria de D. João I e o inventário de D. Dinis referem duas estruturas aparentemente desligadas, os banhos da cidade e o chafariz. No entanto, supomos que ambas poderão ter feito parte dos banhos públicos de época islâmica, os quais deram o nome à Porta de Alfama e posteriormente a todo o bairro.²⁰⁹ A mais antiga notícia sobre os banhos islâmicos em Lisboa encontra-se no texto de al-Udhri²¹⁰: “Numa das portas de Lisboa, conhecida por Porta das Termas (*Bab al-Hamma*), há umas termas (*hamma*) perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as”.

Esta descrição situa claramente as termas públicas da cidade perto da já referida porta de Alfama, e junto à margem do rio, aqui identificado como mar. Os banhos de Lisboa eram, portanto, célebres e relevantes o suficiente para serem um dos tópicos recorrentes dos geógrafos árabes.²¹¹ Pensamos que estamos perante os principais banhos públicos da cidade, visto que são excepcionalmente referidos pelos geógrafos, o que não invalida que existissem outros banhos, quer públicos, quer privados, tal como acontecia em outras cidades do al-Andalus.²¹²

Uma outra notícia informa-nos que a cidade possuía fontes de água junto da cerca urbana em meados do século IX, que foram aproveitadas pelos habitantes durante um cerco feito por atacantes normandos, o qual acabou por não ter sucesso, exactamente por os habitantes manterem o seu abastecimento de água. A informação é vaga e não nos permite relacionar directamente as termas públicas com o posterior Chafariz del Rei, mas trata-se, pelo menos, de uma coincidência bastante relevante.²¹³

Em 1147, o cruzado que escreve o *De expugnatione Lyxbonensi* refere a certa altura que Lisboa possui banhos quentes,²¹⁴ uma informação relevante, pois estabelece uma ponte entre a notícia de al-Udhri e o chafariz referido na inquirição de

209 Como vimos anteriormente, já Augusto Vieira da Silva tinha feito esta proposta (Silva 1987, 148).

210 A etimologia do topónimo Alfama é confirmada na descrição dos geógrafos árabes, que referem “A Porta das Termas”, o *Bab al-Hammam* (Sidarus et Rei 2001, 45).

211 Al-Bakri repete as palavras já citadas de Al-Udri (Sidarus et Rei 2001, 47); Idrisi refere que “no centro da cidade há termas, quentes no Inverno como no Verão” (Sidarus et Rei 2001, 49); Al-Himari repete a fórmula de Al-Udri (Sidarus et Rei 2001, 58); Al-Wardi, escreve em meados do século XV que Lisboa possui “muitos banhos públicos” (Sidarus et Rei 2001, 64); a obra anónima *Dikr Bilad Al-Andalus*, repete a informação de Al-Udri (Sidarus et Rei 2001, 65). A passagem de Idrissi permite-nos considerar com maior segurança que os principais banhos públicos da cidade se localizavam no interior da medina e não no arrabalde oriental, apesar de o topónimo ter ficado depois intimamente ligado a esse arrabalde da urbe. Além disso, a passagem de Al-Wardi aponta para a existência de vários banhos públicos em toda a cidade, o que seria de esperar dada a dimensão da totalidade da urbe, em época islâmica.

212 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2009.

213 “Reinando Abderramão II, pelo mês de Março de 846 . . . vieram os ingleses a Espanha com uma grossa armada. E o primeiro porto em que saíram foi Lisboa. E tiveram-na cercada e fizeram muito dano no seu termo. E romperam o muro sobre o mar. E porque tiravam a água das fontes que estavam junto ao muro, os cercados levantaram engenhos e meteram-na por canos em muitos lugares da cidade” (Coelho 2008, 171).

214 “Tem, por outro lado, esta cidade banhos quentes” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 77).

1220, tornando-se assim ainda mais plausível que se trate de estruturas relacionadas, sobretudo se tivermos em conta a documentação posterior, já referida, que estabelece claras ligações entre o Chafariz del Rei e os banhos termais.

Diferentes motivos levaram à localização dos banhos públicos em época medieval. Desde as preexistências de épocas anteriores, à proximidade a um ponto de acesso a água ou a proximidade a artérias e portas pertencentes ao sistema viário primário, todos estes factores nos conduzem para a localização que aqui sugerimos: entre as traseiras do actual Chafariz del Rei e antiga Porta de Alfama. Antes de mais, devemos considerar a hipótese de uma preexistência de época romana. Pequenas sondagens arqueológicas realizadas no interior dos edifícios a oeste do Largo Júlio Pereira, revelaram vestígios de um grande edifício público romano, com estruturas revestidas com *opus signinum*, um material usado para impermeabilizar revestimentos, muitas vezes usado em estruturas de armazenamento de água.²¹⁵ Se este edifício fazia ou não parte de um complexo de banhos públicos romanos, não é possível neste momento saber, pois as sondagens efectuadas foram demasiado exíguas para se poder chegar a uma conclusão, no entanto, dado todo o enquadramento do local, essa possibilidade torna-se mais sólida e plausível. Ora, se em época romana ali existiu um grande edifício público, possivelmente relacionado com os banhos públicos da urbe, é bem possível que essa estrutura, se chegou minimamente preservada ao século VIII, fosse mantida pelos habitantes da cidade e até pelo poder islâmico, pois a ida regular ao *hamam* fazia parte do quotidiano dos muçulmanos.²¹⁶ Além disto devemos também ter em consideração as termas, provavelmente privadas, de época romana que surgiram em escavações arqueológicas no Beco do Marquês de Angeja, comprovando a longa tradição de aproveitamento das águas da zona de Alfama para fins termais.²¹⁷

215 “Por razões de segurança não foi possível concluir a sondagem facto que permitiu identificar apenas parte de um muro de grande qualidade construtiva, cuja face visível se encontra revestida a *opus signinum*. Poderá corresponder a uma estrutura ou infra-estrutura hidráulica, articulada, ou não, com um edifício termal.” Informação oral cedida pela arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa, Dr.ª Manuela Leitão, responsável pelas escavações, a quem agradecemos a entrevista em que nos transmitiu estas informações. A intervenção foi realizada entre Outubro de 2004 e Janeiro de 2005 no âmbito da seguinte obra municipal: Consolidação Estrutural e Reforço das Fundações: Edifícios (Rua de S. João da Praça e Travessa do Chafariz d’El Rei, n.ºs 19-25; 27 e 29-39) e Mãe de Água do Chafariz d’El Rei. Unidade Projecto de Alfama / Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana / CML. Coordenadores da intervenção arqueológica: Victor Filipe e Manuela Leitão. Mais recentemente, ocorreu uma segunda fase do projecto de obra (2014-2015) que originou as referidas sondagens, após a qual foi publicado um artigo sobre as relações entre a arqueologia e o projecto de obra, onde os arqueólogos responsáveis afirmam a “expectativa de poderem via a ser exumados vestígios de um edifício ou equipamento de época romana, relacionado com o aproveitamento das condições hidrogeológicas do local” (M. Leitão et al. 2016, 75).

216 Na Península Ibérica, sobressaem dois casos em que foi possível detectar uma continuidade entre termas romanas e banhos de época islâmica. Em Múrcia, onde termas romanas em uso nos séculos I e II foram redescobertas e recuperadas em finais do século XI ou princípios do XII (Ramírez Águila 1997, 551). Também em Milreu, no Algarve, foi possível identificar uma ligação entre termas romanas e o registo do topónimo Alfama, nomeadamente em inscrições funerárias, numa coluna de um templo romano, onde se registou uma família que se identificava com a *nisha al-Hammi*, “de Alfama”. Tratar-se-ia não da Alfama de Lisboa, mas sim de uma alfama, um “bairro das termas” situado no povoado algarvio, local onde existiram comprovadamente termas romanas (Sidarus et Teichner 1997).

217 Cf. Filipe et Calado 2007, 9: “provavelmente nos últimos anos do século I ou inícios do século II d.C., foi edificado nesta zona um complexo termal . . . Não é claro se se trata de um edifício de carácter público ou privado. Embora as

Deste modo, resta-nos aguardar pelos resultados de escavações arqueológicas mais amplas e conclusivas para ser possível localizar e caracterizar com maior precisão os banhos públicos da cidade em época islâmica. Apesar de não haver evidências conclusivas da presença de banhos públicos romanos perto do Chafariz del Rei, naquela parte da cidade, está presente o principal aspecto necessário para a sua existência: águas termais. Foi esta característica que levou a que, desde época romana, até praticamente ao século XX, fossem aproveitadas as águas quentes de Alfama em estruturas termais que se foram adaptando às realidades culturais e históricas de cada época.²¹⁸

A localização das estruturas termais públicas, quer em época romana como em época medieval, obedecia a um outro critério, que se observa no Chafariz de El-Rei: a proximidade a uma artéria pertencente ao sistema viário primário que já aqui referimos – trata-se do antigo decumano de época romana que fazia a ligação entre as principais portas da cidade: a Porta de Alfama e a Porta do Ferro. O Chafariz del Rei localiza-se pouco a sul desta via, e parece-nos que a localização dos banhos públicos islâmicos seria entre esta via e a margem do rio, pois sentir-se-ia a acção das marés nas reservas aquíferas desses banhos.²¹⁹ Assim, a facilidade de acesso para a população seria um factor muito relevante na escolha da localização dos mais importantes banhos públicos da cidade. É evidente que o espaço localizado entre a referida via e o Chafariz del Rei se encaixa perfeitamente neste enquadramento.

As descrições dos geógrafos árabes, a informação arqueológica, os dados documentais de época cristã, a riqueza em águas termais, a localização próxima em relação à principal artéria da cidade, o topónimo Alfama, todos estes factores, observados em conjunto, permitem-nos supor que os banhos públicos da cidade em época islâmica se situassem algures entre a via que realizava a ligação entre a Porta de Alfama e a Porta do Ferro e o actual Chafariz del Rei. Com a tomada da cidade pelos cristãos, estes banhos públicos terão passado para a posse da Coroa, uma realidade que observamos na documentação posterior, já no reinado de D. Dinis. É muito provável que a utilização desta estrutura tenha conhecido menor afluência após 1147, e a estrutura tenha sofrido alterações relevantes, mas não podemos deixar de observar que continuarão a existir, neste local, “banhos” na posse da Coroa até estar bem avançado o século XV, além do próprio Chafariz del Rei, que abasteceu a cidade até ao século XX.

suas modestas dimensões possam sugerir um ambiente privado, este complexo poderá pertencer a um edifício público de pequenas dimensões”.

218 Sobre a história das águas de Alfama, ver: E. Ramalho et Lourenço [s.d.]; C. Oliveira 2008.

219 Sidarus et Rei 2001, 45: “há umas termas perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as”.

Uma breve menção de Al-Idrissi sobre o urbanismo da cidade informa-nos sobre a existência de uma rua denominada “dos Aventureiros” num sítio não especificado “em lugar próximo das termas”, sobre a qual nada mais se conhece além do topónimo, “Darb al-Magruín”.²²⁰ Pensamos que as termas referidas por Al-Idrissi fossem as principais termas públicas da cidade e as mesmas que deram o nome à Porta de Alfama, no entanto não é possível localizar qual a rua a que o autor árabe se referia.

²²⁰ “É da cidade de Lisboa que saíram os Aventureiros, navegando o Mar Tenebroso, para conhecerem o que nele havia e onde eram os seus limites, como referimos antes. Têm na cidade de Lisboa, em lugar próximo das Termas, uma rua com o seu nome, conhecida por Rua dos Aventureiros, até ao fim dos tempos” (Sidarus et Rei 2001, 50).

5.

ALGUNS ASPECTOS GLOBAIS DO ESPAÇO INTRAMUROS

5.1. Alterações no urbanismo após 1147

São muito escassas as nossas informações sobre a forma do parcelário urbano da medina em época islâmica; contudo, é legítimo supor que a estrutura da maioria das habitações não diferia muito da do casario da alcáçova, nem das habitações já verificadas em escavações arqueológicas tanto no arrabalde ocidental, como no oriental.²²¹ Referimo-nos à estrutura mediterrânica da casa-pátio – muito provavelmente o modelo da habitação de época islâmica encontrada no claustro da Sé –, que seria a forma mais comum nas habitações em toda a cidade durante a época islâmica. Se assim era, no interior da medina deve ter ocorrido a mesma mutação gradual e progressiva do urbanismo que ocorreu em toda a cidade, após a conquista cristã, com a substituição da casa-pátio pelo lote godo, ou seja, com o fechamento dos pátios, a abertura de janelas e o aumento da relevância das fachadas habitacionais.²²² Esta alteração causou mudanças no sistema viário terciário e secundário, pois os anteriores acessos, que não privilegiavam as fachadas e que se abriam por intrincados conjuntos de casas-pátio, foram desaparecendo gradualmente, substituídos por vias ladeadas de lotes godos, em cujas fachadas se abriam portas e janelas. O acesso à casa islâmica encontrada nas escavações do claustro da Sé, que podemos hoje observar, é um exemplo desta situação. Esta metamorfose terá sido, tal como no resto da urbe, um processo lento e gradual, pois na cartografia anterior ao terramoto ainda é possível observar vários becos sem saída, que poderão ser um vestígio de antigos acessos a grupos de casas-pátio, mantidos após o desaparecimento dessas casas.

Relativamente ao sistema viário primário, o traçado das principais vias que ligavam as portas da cerca velha, passando pelos templos que pontuavam o interior

221 Ver: Parte II, Subcapítulo 3.3 – “O bairro residencial da Praça Nova”; Parte III, Subcapítulo 3.1 – “Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às ‘Hortas de S. Domingos’”; Parte IV, Subcapítulo 3.1 – “Continuidades e rupturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão.”

222 Sobre as implicações do processo de substituição da casa-pátio pelo lote godo a nível nacional, ver: Trindade 2009, 41-94. A autora define o “lote godo” em oposição ao sistema da casa pátio do seguinte modo: “Se reduzirmos a aplicação dos termos ao elemento base dos dois modelos urbanos – a parcela tendencialmente quadrangular encerrada ao exterior e aberta por um pátio central versus o lote estreito e comprido aberto nos topos – a oposição mediterrânico/godo torna-se mais clara” (2009, 41).

da medina, manteve-se, pois as alterações no parcelário habitacional não tiveram aí tanto impacto, dado que as principais estruturas continuavam no mesmo local, como o principal templo da cidade, os banhos públicos, e, provavelmente, algumas igrejas que foram implantadas no local de antigas mesquitas. Apesar de não ser possível perceber com exactidão quando e como ocorre a transformação dessas mesquitas em igrejas, exceptuando o caso da catedral, nem sequer distinguir quais foram os casos de novos templos e quais os casos onde ocorreu essa transformação.²²³

5.2. A tipologia da propriedade intramuros (1147-1325)

A análise da documentação que chegou até nós, produzida entre a segunda metade do século XII e 1325, evidencia dados relevantes para o conhecimento da Lisboa medieval. Notando todas as referências a propriedades localizadas no espaço interior da cerca velha, apresentamos alguns gráficos que nos indicam a tipologia dessas propriedades.²²⁴ Devemos ressaltar que estes dados assinalam as ocorrências registadas na documentação, o que nos oferece uma visão filtrada da propriedade urbana, pois com certeza existiria propriedade urbana que não foi objecto de produção documental, ou se foi, pode não ter chegado até nós. Tendo em conta esta ressalva, devemos, ainda assim, considerar que essa visão filtrada tem como base dados reais e, sem outras opções, será a fonte mais relevante para uma reconstituição da realidade urbana medieval.

²²³ Sobre a implantação da estrutura paroquial, ver: Prólogo, Capítulo 3 – “A implantação da rede paroquial”.

²²⁴ Estes gráficos têm como base documentação dos seguintes fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: as chancelarias régias de todos os monarcas até D. Dinis; São Vicente de Fora; Santa Cruz de Coimbra; Mosteiro de Chelas, Leitura Nova (Livro de Reis I; Livro II de Direitos Reais), Forais Antigos, Gavetas (I, XI, XII, XVI), Núcleo Antigo, Convento de S. Bento de Avis, Mosteiro de Santos, Colegiada de Santa Marinha de Lisboa, Mosteiro de Alcobaça, Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa.

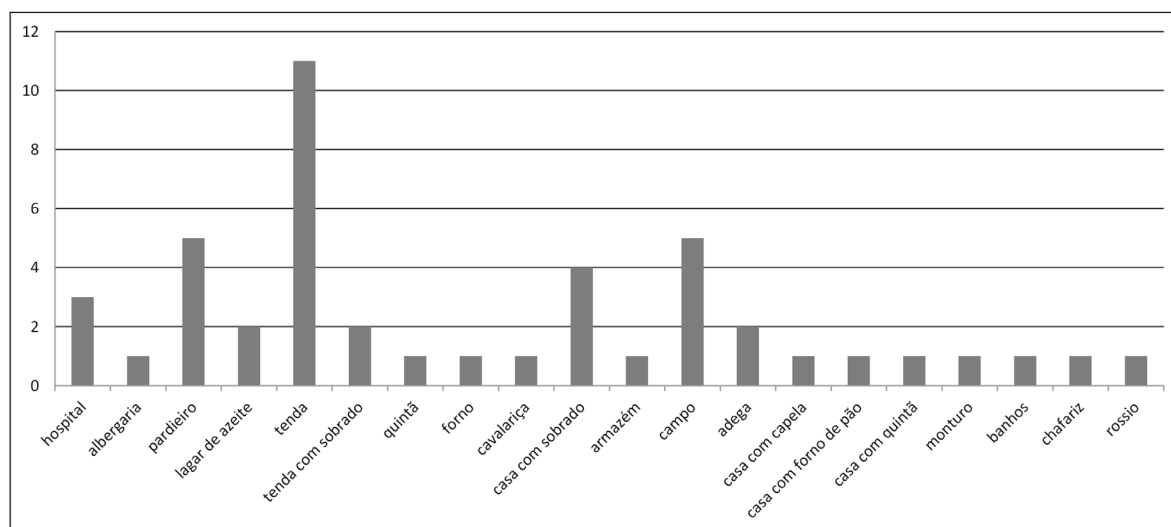


Gráfico 1. Tipologia da propriedade intramuros²²⁵

No gráfico 1, estão registadas todas as referências a propriedades na zona intramuros, sem incluir a Alcáçova, encontradas na documentação produzida entre 1147 e 1325, distribuídas pela sua tipologia, excepto a referência genérica a “casa” ou “casas”, sobre as quais encontrámos 101 referências. Podemos assim supor, com a devida precaução – por ser uma referência genérica que poderia ser aplicada a outro tipo de propriedades –, que o espaço intramuros se caracterizava por uma prevalência da função habitacional, sendo também assinalável a grande variedade de tipologia da propriedade neste espaço. Além disso, foi possível constatar que todas as tendas contabilizadas no gráfico referente à zona intramuros se localizavam na paróquia da Sé, mais precisamente perto da catedral, nos Brancos, evidenciando a existência de um núcleo comercial, já aqui referido, que poderá ser herdeiro de um *suq* de época islâmica, dada a sua localização próxima do local onde terá existido a mesquita principal da cidade.

São também notórias as referências a estruturas de natureza assistencial como uma albergaria e três hospitais, mais exactamente, a albergaria do monturo da Orta,²²⁶ localizada num sítio indefinido da paróquia de S. Martinho, e os hospitais já aqui referidos, instituídos por D. Domingos Eanes Jardo, por D. João Soares Alão, bispo

²²⁵ Neste gráfico, contabilizam-se todas as referências sobre as propriedades localizadas intramuros registadas na documentação.
²²⁶ ANTT, Gaveta 11, mc. 9, n.º 14.

do Algarve²²⁷ e por Bartolomeu Joanes²²⁸, localizados os dois primeiros na paróquia de S. Bartolomeu e o último na paróquia da Sé. De todos estes hospitais, apenas o de Bartolomeu Joanes parece ter sido construído especificamente para funcionar como tal, constituindo uma exceção no enquadramento medieval, em que normalmente estas instituições funcionavam em casas de habitação que eram muitas vezes propriedade dos seus instituidores.

Sobre os espaços de armazenamento, além do armazém e das adegas referidas na documentação, era também usual a existência de covas no interior e no exterior de propriedades privadas, tal como a arqueologia veio a verificar, tanto no claustro da catedral como no teatro romano.²²⁹ Estas covas, muitas vezes concebidas originalmente em época islâmica, foram utilizadas até ao final do século XIV, revelando a permanência do modo de armazenar alimentos durante vários séculos, uma realidade que a arqueologia permitiu observar também na alcáçova e nos arrabaldes da cidade.²³⁰

5.3. Crescimento vertical

Relativamente à ocupação do espaço em altura, a existência de casas e tendas com sobrado é residual no espaço intramuros, registando-se apenas quatro referências a casas com sobrado e duas sobre tendas sobradadas, em toda a documentação analisada, na qual se verificaram cento e uma referências a casas não-caracterizadas e onze a tendas.²³¹ Esta informação permite-nos afirmar que o edificado no espaço intramuros seria maioritariamente constituído por pisos térreos, havendo alguns edifícios com pisos superiores, estando os últimos em clara minoria. Esta realidade poderá ser fruto da herança do edificado anterior a 1147, que poderá ter-se mantido, pelo menos na sua estrutura, em boa parte da medina. Um facto que é corroborado pela reutilização até finais do século XIII, ou inícios do XIV, dos edifícios de época islâmica existentes no claustro da catedral, tanto o edifício público como a habitação de carácter privado. O relato do cruzado, *De expugnatione Lyxbonensi*, é consentâneo

227 Sobre estes dois hospitais ver: Parte I, Subcapítulos 2.4.1 - O Hospital de Domingos Eanes Jardo; 2.4.2 - O Hospital de S. Eutrópio.

228 Ver: Parte I, subcapítulo 3.8 - A capela de S. Bartolomeu.

229 Veja-se também um documento de 1261, onde se refere a existência de “seis covas no interior, três outras diante da porta, na praça pública” de uma casa na freguesia de S. Estêvão (*Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII* 2003, doc. CXVI).

230 Sobre os silos encontrados na Alcáçova ver: Parte II, subcapítulo 2.4 - A densidade urbana no topo da colina. Sobre os silos encontrados no arrabalde ocidental ver: Parte III, subcapítulo 3.2 - De área de armazenamento a paróquia: o caso de S. Lourenço. Sobre os silos encontrados no arrabalde oriental ver: Parte IV, Subcapítulo 3.3.1 - A Cruz e a Lapa: a propriedade régia no extremo oriental do arrabalde.

231 Sobre a questão do crescimento vertical em Lisboa ver: Pradalié 1975, 36.

com esta suposição, pois não nos informa sobre a destruição de edifícios no espaço intramuros. O edificado terá sido progressivamente alterado de acordo com as necessidades e os hábitos culturais dos novos habitantes, um processo que pôde ser observado numa escavação realizada no lado externo do lanço oriental da muralha, no actual pátio da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, que analisaremos no capítulo dedicado ao arrabalde oriental.

5.4. Os espaços não-edificados intramuros

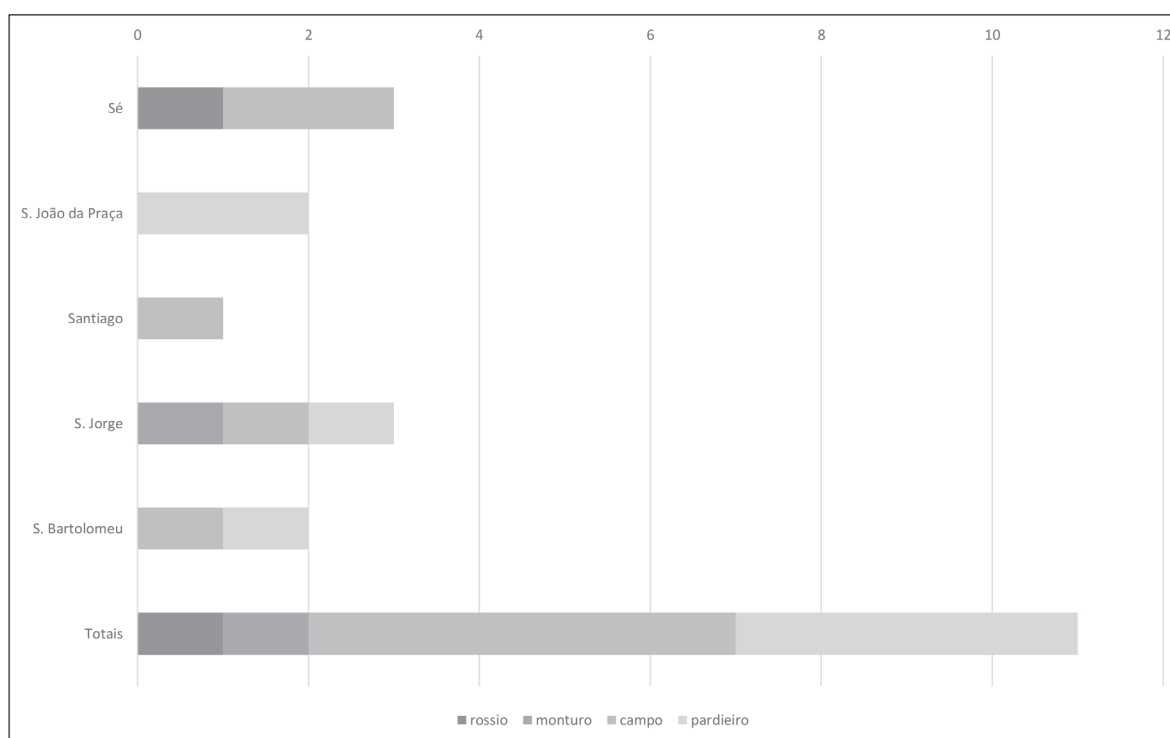


Gráfico 2. Espaço não edificado intramuros

Tal como se pode observar no gráfico 2, entre os finais do século XII e o primeiro quartel do século XIV existiram, intramuros, vários espaços sem edificado urbano²³², ou mesmo em ruínas, uma notícia reveladora de que a densidade urbana

²³² Não nos referimos aqui ao quintal e a espaços semelhantes anexos a casas, dedicados ao cultivo de produtos hortícolas, ou à plantação de poucas árvores de fruto, ou até à criação de animais, que faziam parte integrante da propriedade habitacional e que perduraram e perduram por todo o país (Trindade 2000, 18-20). Referimo-nos antes a propriedades que não dependem de habitações e que por esse facto são transaccionadas autonomamente, como é o caso dos pardieiros, campos, monturos e rossio aqui referidos.

intramuros não seria muito elevada.²³³ Esta informação, contrária àquilo que até aqui se tem dito,²³⁴ levanta algumas questões sobre a evolução da densidade urbana da cidade. Será que a medina da cidade, em época de domínio islâmico, possuía já zonas vazias de edificado? Ou, pelo contrário, será que esta realidade se deve a uma desertificação parcial da medina após a tomada da cidade pelos cristãos, em 1147?

Mesmo não sendo possível responder a estas questões de forma conclusiva, é importante notar que os espaços vazios no interior da medina não tinham lugar na concepção tradicional da cidade *hispanomusulmana* descrita por Torres Balbás.²³⁵ No entanto, estes espaços são actualmente considerados, pela historiografia mais recente, como um dos componentes que definem as cidades do al-Andalus; eram espaços verdes, normalmente de cariz agrário, que foram progressivamente ocupados por edificações urbanas devido a uma densificação mais intensa da malha urbana.²³⁶ Contudo, convém ter em conta que, segundo a documentação da época, estes espaços vazios constituem excepções a uma regra que demonstra claramente a persistência de um edificado urbano maioritariamente composto por “casas”.²³⁷ No caso de Lisboa, as causas da existência e também as funcionalidades destes espaços não habitados, registados na documentação, eram variadas. Relativamente às propriedades classificadas na documentação como “campos”, é verosímil que algumas possam ser uma herança da urbe islâmica, mas sem mais dados concretos não podemos confirmar esta afirmação. É também possível que a presença de campos no interior do recinto murado possa estar relacionada com a necessidade de acolher pessoas e gado em momentos de perigo, mas se existiam para esse efeito, tal não é visível na documentação.²³⁸ O único campo cuja função está seguramente documentada é o

233 Tal como nos revelam vários documentos referentes a paróquias inseridas na zona interior da cerca velha: na paróquia de Santa Maria Maior, surge uma referência a um pardieiro doado por D. Afonso II em 1217 (ANTT, Regimento de Afonso II, ff. 37-37v; Forais Antigos, mc. 12, n.º 3, fl. 37); em 1276, documenta-se a já referida “quintã dos canónicos” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 57-58v); em 1324, surge uma doação feita por D. Dinis a Martim Martins de Messsegna, escrivão da Chancelaria Real, em que é referido “um campo que e em lixboa acima da Se indo para a alcáçova jazia em monturo junto covas casas de Martim Pires de Coruche” (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 161); também na freguesia de S. Jorge surge, em 1185, um campo (Inventário de S. Vicente, doc. 10); em 1260, uma referência a pardieiros (ANTT, Chancelaria Afonso III, liv. 1, fl. 45v); e, em 1315, o monturo da Orta (ANTT, Mosteiro de Alcobaça, 2.ª Incorporação, mc. 6, n.º 160); na paróquia de Santiago, surge um campo de pardieiros, doado por D. Dinis a um seu escrivão em 1289 (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 268 v.); na paróquia de S. Bartolomeu, verifica-se, em 1220, um pardieiro pertencente aos frades de Oia (cf. ANTT, Gaveta I, mc. 2, n.º 18); na paróquia de S. João da Praça surge, em 1251, um pardieiro (ANTT, Mosteiro de Chelas, mc. 62, n.º 1235).

234 “Por seu turno, a Almedina não apresenta espaços livres” (Pradalié 1975, 40).

235 Torres Balbás apenas aceita a existência de pequenos espaços vazios com funções comerciais: “En el interior del recinto murado de las ciudades hispanomusulmanas no existían grandes espacios libres. En la red de calles y callejuelas tortuosas y desiguales que las cortaban, el frecuente y caprichoso ensanchamiento o el cambio de dirección de una calle formaban como pequeñas plazuelas y rinconadas de reducida superficie. Junto a la mezquita mayor y al lado de las secundarias, como se verá en las páginas siguientes, solía haber una plaza algo más amplia, ocupada en parte por comercios. Los patios de las mezquitas suplían, salva en las horas destinadas a las oraciones rituales, el escaso tamaño de las plazas. Las gentes se repartían, además, por las calles y zocos próximos, y por la alcaicería, cercana también a la gran mezquita” (Torres Balbás 1970, 1:295).

236 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007c, 96-100. É notável que a construção da cerca fernandina de Lisboa, em 1373, irá manter esta lógica urbana e preservar espaços verdes em tudo semelhantes aos espaços agrários intramuros, referidos por Julio Palazón e Pedro Castillo, que existiam nas urbes do al-Andalus.

237 Sobre a casa e a habitação em época medieval no território português, ver: Macias 1998; A. H. O. Marques 2010, 89-113.

238 A. A. Andrade et Rossa 1998, 101.

da freguesia de S. Bartolomeu – anteriormente referido –, localizado junto ao muro da alcáçova, onde se realizava uma feira semanal, que existiria pelo menos desde o reinado de D. Sancho II.²³⁹

Relativamente aos proprietários destes espaços vazios intramuros, apenas a referência mais antiga não tem qualquer ligação com a Coroa. Trata-se do campo localizado na paróquia de S. Jorge, vendido por um clã familiar ao prior de S. Vicente de Fora em 1185.²⁴⁰ Todas as outras referências têm alguma ligação à Coroa: em 1289, D. Dinis doa um “campo dos pardieiros”, localizado na paróquia de Santiago, a Durão Pires seu escrivão²⁴¹; em 1317, surge uma referência a um campo, localizado na paróquia de S. Bartolomeu, na posse de Estêvão Domingues, que foi saquiteiro do rei²⁴²; em 1319, D. Dinis doa a João Pires, seu cozinheiro, um campo no Chão da Feira, junto à Porta da Alcáçova, para construção de uma casa;²⁴³ em 1324, D. Dinis revoga a Clara Pires o aforamento de um campo que “jazia em monturo”, localizado “acima da Sé indo para a alcáçova”, para o poder doar a Martim Martins de Messegana, escrivão da Chancelaria Régia.²⁴⁴ Ou seja, a posse dos “campos” localizados no interior da muralha é maioritariamente da Coroa, possivelmente devido ainda ao momento da tomada da cidade em 1147, quando o rei se torna senhor da cidade. Estes espaços vão sendo progressivamente privatizados, passando da posse da coroa, para a de pessoas próximas ao rei, alguns para serem urbanizados, através da construção de casas.

Sobre o rossio assinalado na paróquia da Sé, não foi possível localizá-lo nem compreender a sua função, sabemos apenas que pertenceu à Coroa entre o final do século XIII e o início do XIV.²⁴⁵ Podemos apenas supor – sem qualquer confirmação documental ou arqueológica, baseados apenas no que se conhece sobre os “rossios” em época medieval – que este se localizasse fora de muros, a sul do lanço ribeirinho da cerca, talvez com uma função maioritariamente comercial, junto a uma das portas da muralha viradas para o rio.²⁴⁶

239 Ver: Parte I, Subcapítulo 2.4.3 – “O Chão da Feira”.

240 Acabado 1967, doc. 10. Vendem este campo Auroana Pires e as sua filhas, Auroana Eanes e Maria Eanes; Justa Pires com seus filhos e filhas, Pedro Vermudes, Diogo Vermudes, Fernando Vermudes, Urraca Vermudes, Ana Vermudes. É interessante notar a substituição do mais comum esquema unifamiliar, registado na maior parte da documentação, por um autêntico clã familiar.

241 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 268 v.

242 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 113v.

243 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 86.

244 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 161.

245 “Também possui o senhor Rei outro rossio na freguesia da Sé junto das casas de Estêvão Eanes, advogado, e junto das casas de Gonçalo Bento, clérigo do coro [da Sé] de Lisboa.” (tradução nossa; ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 19v.).

246 Sobre o rossio em época medieval, ver: Trindade 2009, 722-727; Beirante 2008b.

É importante clarificar que os espaços vazios existentes nas cidades sob o controlo político islâmico diferem substancialmente daquilo que conhecemos como “praça”, uma realidade urbana mais tardia.²⁴⁷ O centro social e religioso da cidade muçulmana localizava-se fisicamente na mesquita e no seu pátio, sendo que os principais espaços económicos da cidade ficavam próximos.²⁴⁸ O adro da igreja cristã apresentava uma diferença drástica relativamente ao pátio da mesquita: a sua função como necrópole, que os pátios das mesquitas apenas cumpriam em situações especiais e nunca com a abrangência social que os adros cristãos permitiam.²⁴⁹ Esta função verificou-se em Lisboa, junto da fachada ocidental da catedral, provavelmente entre o início da sua construção, em meados do século XII, e a construção do claustro em finais do século seguinte, tal como já foi referido. Relativamente a todas as outras igrejas paroquiais intramuros, também os seus adros, muito provavelmente, cumpriam uma função de cemitério. Esta foi possivelmente uma das mais relevantes alterações na forma urbana da cidade, que decorreu directamente da mudança do domínio político islâmico para o cristão.

5.5. A cerca velha e os seus responsáveis

Uma cidade intramuros só existe devido ao próprio muro que a circunda. Neste sentido, ao delimitar o perímetro urbano, a muralha definia a própria cidade, como Afonso X refere nas *Siete Partidas*: “*todo aquel lugar que es cercado de los muros, com los arrabaldes et los edificios que se tienen com ellos*”.²⁵⁰ Se a cidade medieval era o local do exercício do poder, como notou José Mattoso, a muralha era o seu símbolo mais marcado e evidente.²⁵¹ Em época medieval, a muralha assumia várias funções na vida urbana. Além da mais óbvia, a defensiva, enquanto estrutura militar, também não podem deixar de ser referidas as funções económicas, nomeadamente a cobrança de impostos sobre o que entrava e saía da zona murada. Deste modo, a cerca velha de Lisboa é um dos elementos mais relevantes para o estudo da morfologia urbana

247 “É algures entre essas balizas, o século XIII e o XVI, que se assiste ao surgimento e consolidação da praça nas cidades portuguesas” (Trindade 2009, 687); “*Como resultado de un proceso que todavía no es posible explicar en el conjunto de sus ritmos, cronologías y causas, a partir de finales del siglo XIII y comienzos del XIV, empiezan a aparecer tímidamente en la documentación, referencias a la existencia de plazas*” (Andrade et Rossa 1998, 102).

248 Trindade 2009, 60. Sobre a funcionalidade do pátio da mesquita ver também: Chalmeta 1982.

249 Sobre as necrópoles em período medieval cristão, ver: A. M. Costa 1996.

250 *Las Siete Partidas* 2008, 720.

251 Mattoso 1987, 16.

da cidade, pois configura os limites físicos da medina, estabelece os arrabaldes e a alcáçova, desenhando a própria forma da cidade.²⁵²

O traçado da cerca velha, assim chamada por Fernão Lopes,²⁵³ em época medieval foi estabelecido com bastante exactidão por Augusto Vieira da Silva, ainda na primeira metade do século XX.²⁵⁴ Mais recentemente, têm sido realizadas algumas escavações arqueológicas que têm permitido, na sua maioria, confirmar os dados do olisipógrafo ou corrigir alguns pormenores e desvios mínimos.²⁵⁵ Sabe-se actualmente que os lanços ribeirinho e oriental da cerca medieval coincidiam, em grande medida, com muralhas anteriores de época romana e tardo-romana.²⁵⁶ O traçado do lanço ocidental da muralha medieval também é bem conhecido, mas mantém-se ainda em aberto o traçado das muralhas anteriores à cerca medieval.²⁵⁷ A permanência do traçado da cerca urbana desde época romana até à época medieval, e em alguns casos até à actualidade, não nos deve surpreender, pois este facto está directamente ligado à permanência do sistema viário que por sua vez depende em grande medida da orografia do terreno. Tem sido afirmado que a muralha defensiva de Lisboa terá sido substancialmente reparada ou até mesmo reconstruída no século X, devido a uma suposta tentativa de conquista da cidade por Ordonho III de Leão.²⁵⁸ Todavia, consultando o texto que deveria suportar esta ideia, não encontramos qualquer referência a danos físicos feitos às estruturas da cidade, nem sequer a uma tentativa de conquista, apenas a um bem-sucedido saque, levado a cabo por esse rei leonês.

252 O traçado da cerca urbana medieval foi estudado por Augusto Vieira da Silva entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. A perenidade dos seus estudos pode ainda ser observada nas mais recentes reconstituições, que usam o seu trabalho como base e que guiam a arqueologia contemporânea. O traçado proposto por este autor constituirá a base da nossa investigação, com as actualizações decorrentes das últimas informações proporcionadas pelos recentes trabalhos arqueológicos. Não seguiremos, no entanto, a estrutura de análise de Augusto Vieira da Silva (1939), que divide a muralha em três lanços (Oriental, Ocidental e Meridional). A primeira edição de *A Cerca Moura de Lisboa* data de 1899, tendo sido editada pela Typographia do Commercio em Lisboa; posteriormente, a obra foi refundida e ampliada pelo autor em 1939, tendo sido editada pela Câmara Municipal de Lisboa, que comprou os direitos; o município publicou ainda uma terceira edição, sem alterações, em 1987.

253 Lopes 1975, cap. LXXIII, 258.

254 A. V. Silva 1939.

255 Referimo-nos às escavações realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa e conduzidas por Manuela Leitão, arqueóloga do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), no âmbito do “Projecto Integrado de Estudo e Valorização da ‘Cerca Velha’”, o qual teve início em 2009 (M. Leitão 2014). Várias outras escavações que decorreram entre as décadas finais do século passado e a primeira década do actual têm também confirmado o rigor da reconstituição da cerca medieval feita por Augusto Vieira da Silva (cf. Gaspar et Gomes 2007, 687-697; Pimenta et al. 2005a, 313-334; Amaro 1994b).

256 Tal como se observou na Rua de S. João da Praça, nos armazéns Sommer e na Casa dos Bicos, situações já aqui analisadas.

257 Esta questão, que tem sido repetidamente referida, deve-se sobretudo à posição das termas dos Cássios, renovadas em 336 d.C., que se situariam na parte exterior do traçado da cerca medieval, o que tem levado a que fossem sugeridos traçados mais amplos que incluíssem esta estrutura nas muralhas romana e tardo-romana. A ausência de evidências arqueológicas sobre o lanço ocidental destas muralhas não permitiu até ao momento fechar a questão, que se mantém totalmente em aberto. Tudo isto impossibilita-nos de perceber, ou sequer de tentar analisar, os factores que levaram a que a cerca medieval fosse, possivelmente, menos abrangente do que as estruturas defensivas anteriores (cf. R. B. Silva 2011, 205: “À excepção dos troços ribeirinhos do Tejo e oriental, é duvidoso que a totalidade do traçado medieval se sobreponha ao tardo-romano, dado que a ocidente implicaria deixar extra-muros as *Thermae Cassiorum*, renovadas pelo Praeses lusitano em 336 d.C.”; Man 2008, 286: “As termas dos Cássios, inteiramente reconstruídas em 336 (CIL II 191), ficavam fora da Cerca Moura, e por isso não parece verosímil que esta se tenha sobreposto à muralha tardo-romana”; Mantas 1999, 15-41).

258 “Lisboa era uma cidade cercada, cujas muralhas remontavam ao Baixo Império, erigidas em inícios do século IV e reedificadas entre finais do século X e inícios do séc. XI, na sequência da conquista e saque da cidade por Ordoño III, rei de Leão, em 953, procurando reconquistar a cidade, sob domínio islâmico desde 714” (C. G. Silva 2013, 25).

Mais do que perceber a origem ou estabelecer um traçado exacto da cerca medieval, interessa-nos sobretudo perceber o modo como esta estrutura afectava a malha urbana e como era gerida e vivenciada pelos habitantes. Neste sentido, um interessante documento produzido em 1261, informa-nos que os alvazis da cidade, Gil Durão e Fernando Gonçalves, receberam dos sacadores de dinheiro, Martim Pires Bulhão, Domingo Pires Cavaleiro, e do escrivão jurado Sueiro, 369 libras destinadas “*per ad muros ulixbon construendos*”, ou seja, para a construção de muros em Lisboa. Além disso, ficamos a saber que esta soma foi contribuída pelas seguintes igrejas paroquiais da cidade: Santa Maria Madalena, S. Martinho, S. Jorge, S. Mamede, Santa Maria de Alcamín, S. Julião, S. João, Sé, S. Lourenço, S. Nicolau e Santa Justa. Contudo, é praticamente impossível perceber a que obras se refere o documento; o qual, no entanto, nos informa sobre a gestão concelhia do processo da obra, pois, além de a referida carta ter um selo do concelho, são os oficiais concelhios – neste caso, dois alvazis – que recebem a soma por parte dos sacadores. Trata-se provavelmente de uma obra de iniciativa concelhia, revelando, mais uma vez, a intervenção do concelho como um actor na forma da cidade, gerindo o processo de manutenção das suas estruturas defensivas e colectando os habitantes, directamente, pelos custos dessas obras.

Segundo parece, o processo de manutenção podia também ser financiado por outros métodos. Por exemplo, o concelho seguia o costume de responsabilizar os donos das propriedades contíguas à muralha quando ocorriam danos ocasionais, tal como nos revela uma carta de confirmação feita por D. Dinis, em Julho de 1296.²⁵⁹ Nessa carta, o rei confirma a penhora, por parte do concelho, de uma “adega cheia de vinho com suas cubas”, pertença da Ordem do Hospital, porque, num local indeterminado da cidade, a dita ordem possuía casas contíguas a uma parte do muro que ruiu e não efectuou nem financiou as necessárias obras de recuperação. Neste caso, foi o próprio prior da Ordem do Hospital que pediu a intervenção régia, tentando anular a penhora, mas o monarca não cedeu e acabou mesmo por multar o prior, além de confirmar a penhora. Revela-se, portanto, que certas pessoas ou instituições não tinham intenção de colaborar facilmente na manutenção da cerca urbana, e que o concelho não se coíbia de penhorar quem não participasse financeiramente nesse esforço. Seja como for, devemos destacar o papel do monarca como juiz em última instância sobre a actividade dos alvazis do concelho no que respeita ao urbanismo da cidade.

259 AML, Livro dos Pregos, fl. 31 v. - 32, doc. 22.

Uma das formas de obter mão-de-obra para a reparação das cercas urbanas era a anúduva, que consistia em convocar os habitantes de determinada cidade, vila ou local para participarem no esforço de construir ou reparar estruturas defensivas.²⁶⁰ Não há qualquer dúvida de que a anúduva era aplicada em Lisboa em meados do século XIII, pois D. Afonso III regulamenta a sua aplicação, aparentemente devido a alguns abusos por parte do concelho e dos seus oficiais – estabelecendo, contudo, várias excepções.²⁶¹ Apesar de não conhecermos muito bem como ocorria este processo nas cidades do al-Andalus, é possível que se trate de uma herança do funcionamento das urbes islâmicas, pois o significado de *an-nudba*, palavra documentada em textos latinos ibéricos desde o século IX, era o de “*servicio que consistia en vigilar los lugares expuestos a los enemigos*”.²⁶² Tal como no exemplo anterior, sobre a adega penhorada pelo concelho à Ordem do Hospital, também o serviço de anúduva dependia da supervisão régia, apesar de ser implementado na prática pelo concelho da cidade, que por vezes ia mais longe do que era suposto, como se verifica na referida carta de D. Afonso III ao concelho.²⁶³

Relativamente à intervenção régia no urbanismo da cidade importa considerar outra documentação. Deste modo, analisámos um outro documento de Dezembro do mesmo ano, no qual se observa um papel idêntico por parte do rei, como juiz de último recurso sobre um acesso a umas casas situadas numa rua, que tinha sido impedido por Martim Dade, cónego da Sé, com a aprovação do concelho.²⁶⁴ Um outro particular lesado pela situação, um tal Gonçalo Fernandes, clérigo do rei, solicita ao monarca que intervenha para repor o acesso às suas casas situadas na referida rua. D. Dinis toma uma posição neutra e pede ao concelho que volte a avaliar a situação e que cumpra a lei da melhor forma possível.²⁶⁵ Verifica-se assim, tal como nos exemplos anteriores, o papel do monarca como árbitro das actividades de gestão urbana conduzidas por parte do concelho, quer fosse na convocação de mão-de-obra

260 Sobre a anúduva em Portugal: “Ainda que em Castela o termo possa ter uma interpretação diversa, não temos quaisquer dúvidas que em Portugal a anúduva era um serviço de carácter obrigatório devido ao rei e prestado por indivíduos leigos e não-nobres – ou seja, pelo elemento popular – que consistia na participação pessoal nas obras de construção e/ou conservação de estruturas fixas de defesa, mas que, gradualmente foi sendo substituído por uma prestação pecuniária” (M. G. Martins 2008, 478-479).

261 AML, Livro dos Pregos, doc. 52, de Julho de 1265.

262 Viterbo 1865, 36-37; Neuvonen 1941, 54.

263 AML, Livro dos Pregos, doc. 52, de Julho de 1265.

264 AML, Livro dos Pregos, doc. 23: “hũa rua que era desse conçelho”.

265 AML, Livro dos Pregos, doc. 23: “e esto nom tenho eu por bem se assy he porque vos mando que logo vista esta carta façades esse Martim Dade que se chama parte perante vos vir e ouviide esse procurador com ell sobr’essa rua a qual esse Martim Dade tem tapada e se achardes que o fecto assy he veede esse stormento em que he conthudo o juizo que sobr’ esto foy dado e sabede qual esse juizo foy e fazede-o logo comprir e aguardar per todalas cousas que achardes ao dicto Martim Dade salvo se a outra parte perante vos poser razom com direto per que se esse juizo nom deva comprir em parte ou en todo e de guisa fazede que eu e esse conçelho ajamos todo comprimento de direto e que xe me corregam e emmendem as perdas e os dapnos que achardes que per esta razom recebi, unde al nom façades senom tornar-m’ũa porem a vos e pectar-m’iades quinhentos soldos”.

para as reparações na muralha, ou no caso de penhoras por falta de colaboração de pessoas ou instituições com propriedades vizinhas à muralha ou até mesmo no caso de desimpedir um acesso a uma propriedade.

Em todos estes exemplos é claro que, acima da intervenção directa do concelho, os habitantes da cidade podiam ainda recorrer ao rei como elemento ordenador das práticas urbanas. Simultaneamente, é bem notório que cabe ao rei e ao concelho estabelecer e manter as estruturas defensivas da cidade, um facto bem visível na carta de D. Dinis ao concelho sobre a construção da cerca, que defenderia o arrabalde ocidental da cidade, na qual o rei divide responsabilidades com o concelho para a construção da referida muralha.²⁶⁶

266 AML, Livro dos Pregos, doc. 20. Sobre a construção desta muralha, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.1 – “A muralha da Ribeira”.

6.

O ESPAÇO INTRAMUROS EM SÍNTESE

A observação do espaço intramuros assenta numa análise estruturada na orografia que marca hoje – e marcava ainda mais no passado – a lógica urbana deste espaço. Do mesmo modo que as curvas de nível determinam o sistema viário e este estabelece os acessos abertos na cerca tardo-romana, que irá perdurar como a principal defesa da cidade até 1373, também o traçado da muralha, que desenha os limites do espaço murado, é determinado pela orografia. Ou seja, o aspecto mais marcante para o desenho urbano da cidade intramuros é a topografia do terreno.

Apenas algumas intervenções de carácter excepcional conseguiram desequilibrar esta muito longa relação directa entre a cidade e a própria colina do Castelo. Há quatro momentos que devem ser destacados como de relevo no desenho da forma urbana da cidade intramuros. O primeiro, apenas sucintamente referido, pois está muito afastado do período que nos importa tratar, foi a construção do teatro romano e da zona urbana envolvente. Esta obra impressionante de engenharia criou patamares artificiais que moldaram, nesse local preciso, a topografia da colina do Castelo. O segundo momento, também por nós abordado, foi a construção de uma cerca urbana, em período tardo-romano, que terá seguido, parcialmente, o traçado de uma estrutura defensiva anterior, delimitando o espaço intramuros, que se tornaria na medina em período de domínio muçulmano. O terceiro momento, que aqui analisámos detalhadamente, ocorreu na segunda metade do século XII, após a conquista cristã, com a construção da Sé, no lugar onde anteriormente existia a mesquita maior, que já seria uma estrutura considerável, com as suas hipotéticas oito naves. O quarto e último momento, que importa aqui destacar, foi a construção do grande terraço do claustro da Sé, durante o reinado de D. Dinis, que levou a um nivelamento muitíssimo diferente do que existia nessa parte da cidade. Outras alterações de relevo terão sido realizadas, mas não são tão bem conhecidas como estas.

Após a divisão da face sul da colina do Castelo em três patamares, iniciámos o nosso estudo no patamar superior, sobre o qual elaborámos algumas observações sobre essa parte da cerca urbana, as suas portas e também o sistema viário. Notámos também como várias ordens militares se instalaram neste patamar, mais especificamente na paróquia de Santiago, após a tomada da cidade em 1147. Observámos

também, com especial atenção, a evolução urbana na paróquia de S. Bartolomeu, local onde se implantaram os hospitais de Domingos Eanes Jardo e de S. Eutrópio, estruturas que serão o embrião do posterior Convento dos Lóios, a mais relevante formação urbana do patamar superior, que aqui não analisámos por ter sido erguida fora das nossas balizas cronológicas.

Relativamente ao patamar intermédio, após a respectiva análise aos seus acessos viários, a Porta de Alfama e a Porta Ocidental, dedicámos a nossa atenção à análise da evolução urbana que ocorreu no local onde a Sé substituiu a mesquita maior, e onde depois se ergueu o claustro da Sé. Ainda neste patamar, realçamos a hipotética existência de um *sug* intramuros, situado entre a mesquita maior e o *Bab al-Gharb*, a Porta Ocidental, do qual terão sobrevivido alguns vestígios nos espaços conhecido em época cristã como os Brancos.

O patamar inferior revela uma relação indissociável com o rio Tejo, pois os seus limites meridionais foram desenhados pelo próprio rio, resultando numa configuração ribeirinha, que, em alguns pontos, ficou estabilizada durante séculos. Propusemos a existência dos principais banhos públicos de época islâmica neste patamar, no extremo oriental da zona intramuros, local onde posteriormente a Coroa construiu o Chafariz del Rei.

Abordámos também alguns aspectos globais do espaço intramuros, destacando algumas alterações no urbanismo deste espaço após a alteração de poder de 1147. Destacam-se as mudanças nos sistemas viários secundário e terciário devido ao abandono do modelo habitacional da casa-pátio, em benefício do lote godo. Notámos também como o sistema viário primário não terá sofrido alterações de relevo com a transição do poder islâmico para o cristão. Em seguida, analisámos a tipologia da propriedade urbana intramuros, com base na documentação medieval produzida entre 1147 e 1325, destacando-se claramente a “casa” como a tipologia dominante no espaço intramuros. Notámos que o edificado no espaço intramuros seria, na sua maioria, constituído por pisos térreos, possivelmente uma herança do urbanismo anterior a 1147. A análise à documentação medieval demonstrou ainda a existência de espaços não edificados na área intramuros, levantando-se a questão sobre a densidade urbana intramuros, e sobre as causas que poderão explicar estes espaços. Estudos recentes incluem espaços verdes, de cariz agrário, progressivamente ocupados por edifícios, em áreas intramuros de outras cidades do al-Andalus. Por último, elaborámos alguns comentários sobre a cerca urbana que criava o espaço intramuros, analisando as suas funções e tentando perceber como esta estrutura afectava o tecido urbano.

Para concluir, importa considerar que todo o espaço intramuros é marcado pelos desníveis topográficos causados pela orografia do terreno e pela intervenção humana, que se adapta a estes desníveis, e, por último, também pelo rio Tejo.

PARTE II
A ALCÁÇOVA

1.

MODELOS E TIPOLOGIAS

A alcáçova islâmica é tradicionalmente definida como um espaço fortificado, erguido na zona mais alta da cidade e delimitado por uma cerca que protege a zona onde reside o poder.¹ Durante o século XI, este modelo foi aplicado em várias capitais das taifas do al-Andalus,² verificando-se de forma exemplar em Almeria,³ Málaga⁴ e Granada.⁵ No caso de Lisboa, este cenário urbano também se concretizou, com a construção de um espaço fechado e murado, ocupando uma área de 4,33 hectares, no topo da colina do Castelo, onde se desenvolvia a cidade.⁶

A palavra *qasaba*, que está na origem do étimo português alcáçova, ocorre especialmente no ocidente do Islão, designando, no âmbito urbano, a cidadela do poder.⁷ No al-Andalus, esta cidadela caracterizava-se pela sua autonomia defensiva relativamente à *madina*, funcionando como último reduto contra ameaças externas ou internas ao poder urbano. Uma definição abrangente de alcáçova pode incluir locais muito distintos, quer no que respeita à sua dimensão física, quer à sua relevância simbólica e política. Nesta categoria, poderíamos incluir espaços de poder como as alcáçovas de Mérida, Sevilha, Málaga, Almeria, Badajoz ou Silves e de muitas outras cidades.⁸ No entanto, estes espaços podem ser diferenciados em dois grandes grupos, quer pela cronologia e pelo contexto político em que foram edificados, quer pela extensão das funções que cumpriam na lógica urbana da cidade, permitindo assim uma melhor compreensão dos processos que levaram à sua criação.⁹

1 Cf. Torres Balbás 1970, 1:128; Bazzana 1982, 306; Mazzoli-Guintard 1996, 95.

2 Picard 2005, 138.

3 Cara Barrionuevo 1990a.

4 Sell Carranza 2011, 56.

5 Não nos referimos à estrutura palatina da Alhambra, mas sim à Alcazaba Vieja, situada no monte Albaicín, na margem direita do rio Darro, e edificada pela dinastia Zírida, no século XI (Malpica Cuello 1996, 61).

6 Esta área foi calculada através do sítio da internet: <http://www.daftlogic.com/projects-google-maps-area-calculator-tool.htm>.

7 Para evitar equívocos, devemos esclarecer sucintamente as diferenças entre alcáçova e alcácer. A etimologia destas palavras é elucidativa: alcáçova tem origem no étimo árabe *al-qasba*, significando cidadela fortificada e alcácer tem origem no étimo árabe *al-qasr*, significando castelo ou palácio (D. Lopes 1968, 24, 162).

8 Cf. Juez Juarros 1999, 257-277.

9 Naturalmente, muitas alcáçovas do al-Andalus não podem ser facilmente incluídas nestes dois grandes grupos, mas não é nosso objectivo realizar um estudo global sobre a evolução das estruturas urbanas do poder islâmico no al-Andalus. Importa-nos, sim, perceber de forma geral como ocorreu a implantação das alcáçovas, no sentido de compreender melhor o caso de Lisboa. Christophe Picard, concentrando-se exclusivamente no território do Gharb, estabelece uma evolução dos locais de poder, da *dar al-imara* à *qasaba*, que aqui seguimos parcialmente, pois o autor não chega a apontar claramente os dois grandes grupos de alcáçovas (Picard 2000, 235-236). O esquema geral que aqui apresentamos aproxima-se mais do esquema proposto por Christine Mazzoli-Guintard onde se elabora uma criteriosa tipificação das alcáçovas do al-Andalus, criando sete categorias distintas. Das sete categorias de Mazzoli-Guintard, optámos por considerar os dois primeiros tipos, pois parecem-nos corresponder às alcáçovas urbanas mais relevantes do ponto de vista político e militar (Mazzoli-Guintard 1996, 114-119). Para um estudo global sobre os edifícios castrais do Levante do al-Andalus, desde simples torres de atalaia até a complexas alcáçovas urbanas, ver: Bazzana 1982.

Numa primeira fase, as alcáçovas erguidas na Península Ibérica tiveram como principal matriz o alcácer de Córdoba, que estabeleceu o modelo posteriormente implantado em algumas cidades. Neste grupo, incluímos as alcáçovas omíadas de Toledo (797 e 932),¹⁰ Mérida (835),¹¹ Sevilha (914)¹² e Beja (929),¹³ cidades que ofereceram resistência ao poder central e que, por esse motivo, exigiram uma acção vigorosa de controlo efectivo por parte desse poder. A construção destes espaços fortificados, que incluíam muitas vezes uma área palatina destinada à residência dos representantes do emir ou do califa, revela uma imposição clara do poder central perante as tentativas autonómicas dos centros urbanos. Além deste propósito de consolidação da autoridade central, patente na construção destas alcáçovas, devemos também notar que todas partilhavam características físicas comuns, no que respeita à sua planta e localização. Todas estas alcáçovas dominavam pontos estratégicos da cidade: o alcácer de Córdoba controlava a principal ponte sobre o Guadalquivir; o Alhacén de Toledo vigiava a ponte de Alcântara sobre o Tejo; a alcáçova de Mérida foi erguida exactamente entre a medina e a ponte sobre o Guadiana; a alcáçova de Sevilha localizava-se junto à principal saída meridional da cidade, nas imediações do antigo *cardus maximus*.¹⁴ Estas alcáçovas localizavam-se junto da medina, por vezes no limiar desta, próximas da mesquita maior, mas não se situavam necessariamente num ponto alto relativamente à medina. No que respeita à planta, todas estas estruturas tinham uma planta quadrangular e eram delimitadas por muralhas que eram, por sua vez, defendidas por torres.

O segundo momento decisivo consiste no período de taifas do século XI, quando ocorre a edificação e remodelação de alcáçovas em múltiplas cidades do al-Andalus. Mais uma vez, a principal motivação é de carácter político, mas nesta ocasião já não se trata de uma força centrífuga exercida pelo poder central, com o objectivo de manter o seu domínio político sobre o território do al-Andalus, muito pelo contrário, trata-se de uma força centrípeta, exercida pelos vários régulos de taifas

10 A primeira data, 797, refere-se à revolta toledana debelada por 'Amrou, sob as ordens do emir al-Hakam I, momento em que foi construída uma fortificação junto à principal ponte da cidade (Ibn Idari Al-Marrakushi 1904, 2:112). A segunda data, 932, marca a submissão definitiva de Toledo a Abd al Rahman III, que ordenou a remodelação completa da alcáçova e reconstruiu a ponte de Alcântara, de modo a que "*fuera sus gobernadores y caides, moradores del alcázar, los únicos que controlasen el puente y la puerta, no la población, que quedó entonces en manos del sultán y bajo su cerrojo, pues no se podía entrar ni salir de la ciudad sino con su permiso*" (Manzano Moreno 2011, 256).

11 Neste ano, o emir Abd al-Rahman II ordenou a construção de uma alcáçova que repete exactamente o esquema do alcácer de Córdoba, com um recinto fortificado que controla a principal entrada na cidade e a antiga ponte romana (Manzano Moreno 2011, 255; Alba Calzado et al. 2009, 204.)

12 Tabales Rodríguez 2001, 196.

13 Ibn Idari Al-Marrakushi 1904, 2:332. O episódio da construção da alcáçova de Beja foi datado por Cristophe Picard (2000, 55) em 929.

14 Tabales Rodríguez 2001, 198.

que pretendem marcar a sua autoridade através da construção de locais de poder nas principais urbes que governavam.

Neste segundo grupo, incluem-se as várias alcáçovas edificadas pelos reis de taifas nas cidades do al-Andalus. Admitamos a proposta de Christine Mazzoli-Guintard, que apresenta sete tipos de cidadelas do al-Andalus, inserindo Lisboa no segundo tipo de alcáçova.¹⁵ A tipologia em que a alcáçova de Lisboa melhor se insere caracteriza-se por diferentes factores. Em primeiro lugar é um local com uma habitação permanente de tipo palatino, onde é possível decorrer uma vida quotidiana autónoma relativamente à medina. Em segundo, está afastado fisicamente da mesquita aljama da cidade. Em terceiro, o albacar não existia, no caso lisboeta.¹⁶ Em quarto, localiza-se na periferia do centro urbano. Com efeito, Lisboa apresenta claramente estas características, aliás, tal como outras cidades do al-Andalus citadas pela autora: Carmona, Balaguer, Daroca, Toledo, Badajoz, Almeria, Granada, Palma de Maiorca e Saragoça.¹⁷

A localização topográfica das alcáçovas do século XI afigura-se como outra questão que merece algumas considerações. Na sua grande maioria, estas cidadelas situavam-se numa posição de acrópole relativamente à medina, aproveitando uma topografia escarpada e isolando fisicamente o poder político do resto da urbe, um cenário urbano que se podia observar em Almeria, Málaga, Granada e, como veremos, também em Lisboa. Esta imagem constituiu o paradigma tradicional das alcáçovas do al-Andalus, mas a verdade é que outros tipos de alcáçovas produziram cenários urbanos diferentes, como aconteceu nas edificadas pelo poder omíada, como vimos anteriormente.

Concentremos agora a nossa atenção apenas na Alcáçova de Lisboa, a qual poderá ter sido contemporânea das alcáçovas da época das taifas.

15 Mazzoli-Guintard 1996, 114-119.

16 O albacar consiste num espaço amuralhado, normalmente livre de construções, localizado junto da muralha da alcáçova ou da cerca urbana (Mazzoli-Guintard 1996, 103).

17 Mazzoli-Guintard 1996, 114-119.

2. ANTES DA ALCÁÇOVA

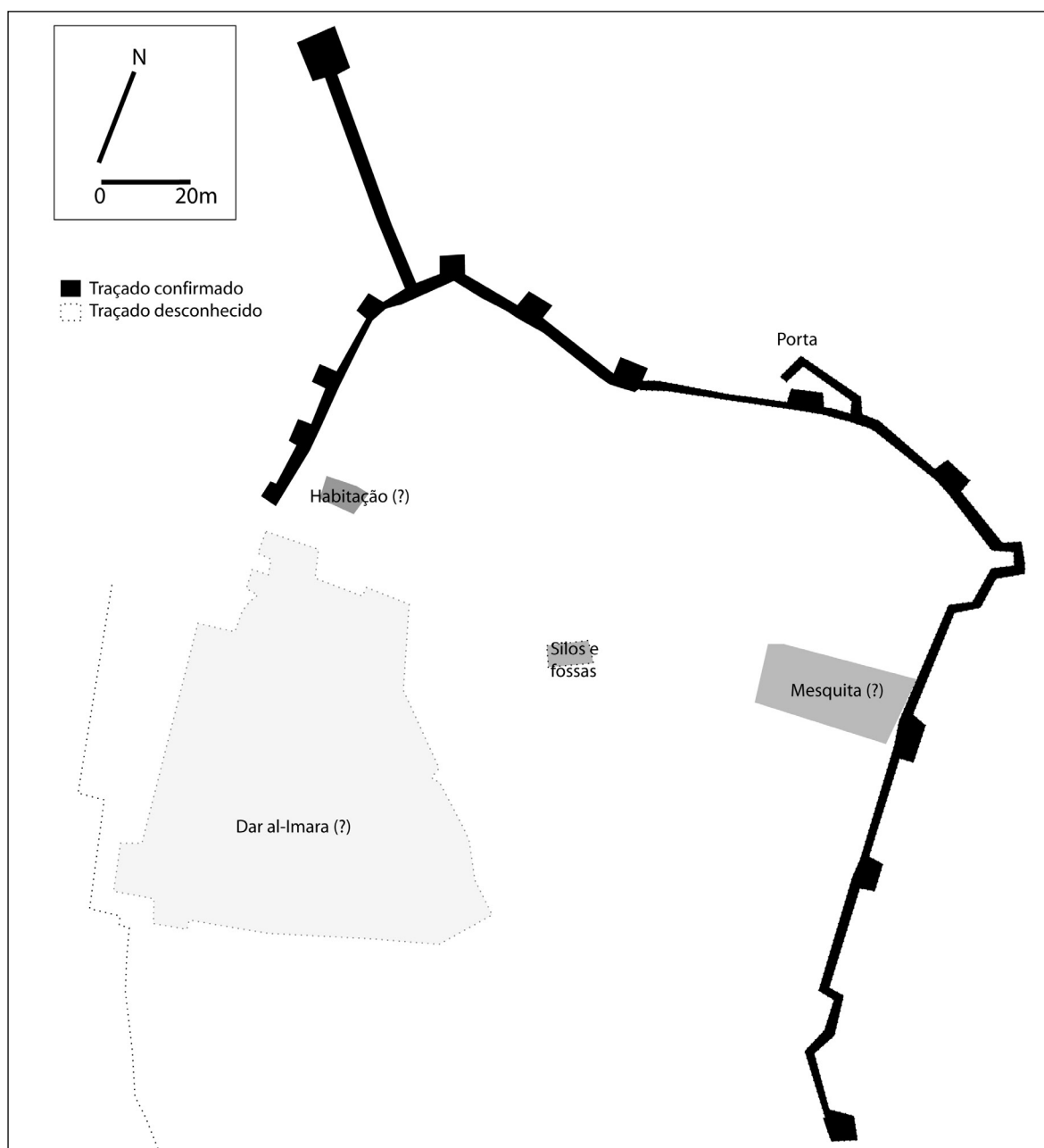


Figura 15. A zona da Alcáçova de Lisboa no início do século XI

2.1. O cenário urbano no topo da colina no início do século XI

As escavações arqueológicas que têm sido realizadas junto dos vários troços da muralha da alcáçova não permitiram, ainda, estabelecer uma cronologia precisa quanto ao seu momento fundador. A única pista concreta que existe, relativamente à sua cronologia, é relativa às torres do lanço oriental, cujas sapatas apresentam um escalonamento em degraus, e cujo aparelho “é constituído por silhares de calcário esquadriados de dimensões regulares dispostos em fiadas”. Ana Gomes e Alexandra Gaspar, arqueólogas responsáveis por várias escavações na Alcáçova, afirmam que esta solução construtiva, em escalonamento em degraus, é típica do período emiral.¹⁸ Ou seja, levanta-se a possibilidade de a muralha da Alcáçova ter sofrido uma remodelação relevante entre os meados do século VIII e os meados do século X. Todavia, só quando se procederem a mais escavações, tanto no exterior, como, sobretudo, no interior do espaço murado, se poderá perceber a cronologia da sua construção e de possíveis reconstruções.

A recente leitura de uma placa epigráfica encontrada em 1940, durante as obras de remodelação e restauro efectuadas então, levou a que Carmen Barceló, autora da muito aguardada tradução dessa epígrafe, propusesse o último quartel do século X como data de fundação do castelejo, por a referida placa epigráfica datar dessa época.¹⁹ Parece-nos que esta interpretação deve ser reavaliada, pois duas questões fundamentais impedem-nos de aceitar a sua proposta. Em primeiro lugar, no texto traduzido não se refere em momento algum a *qasaba*, como seria normal se as obras patrocinadas por Almançor visassem especificamente essa parte da cidade. Pelo contrário, é referida a restauração da cidade de Lisboa, “*madinat al-Lixbunat*”. Além disso, devemos considerar um aspecto que parece ter sido, por lapso, ignorado pela investigadora: a placa epigráfica foi encontrada não no local para o qual foi concebida, mas sim como “pedra de enchimento do muro”. Ou seja, a referida placa terá sido colocada, em algum momento posterior à sua realização, num segundo local para servir como material de construção.²⁰ Esta última questão altera totalmente a plausibilidade da interpretação de Carmen Barceló, já que a referida placa terá sofrido uma deslocação do seu local original, pois uma tal inscrição não poderia ter sido

18 Gomes et Gaspar 2013, 395.

19 Barceló 2015. A tradução da placa epigráfica por Carmen Barceló é a seguinte: “*En el nombre de Dios, Clemente Miseri[cordioso]. Ha ordenado el Príncipe de los Creyentes Hisám al-Mu'ayyad bi-lláh ¡haga larga Dios su existencia! Restaurar la ciudad de Al-asbúna a través de su servidor, Hájib y Espada de su dinastía Abi 'Amir Muhammad bn Abi 'Amir ¡Dios le proteja! Se acaba la restauración (de Hisám) por manos de Naým bn al-Hakam y Jalid bn Abi sulaymán, en el mes de du-l-qa'd a del año setenta y cuatro y trescientos (=abril 985).*”

20 Cf. A. V. Silva 1960b, 362: “Durante os trabalhos de reconstrução da quadrela demolida entre as torres, e de restauro da torre, encontraram-se, como pedras de enchimento do muro, respectivamente os dois cipos romanos”.

concebida para ser apenas “enchimento” de um muro – uma tal acção só seria possível quando o poder de Almançor já nada significava, talvez já em época cristã. Parece-nos então mais plausível que a placa tenha sido colocada originalmente em algum lugar da Cerca Velha, talvez até no topo da colina do castelo, o que não implica que a Alcáçova já existisse como tal, em 985, a data que consta na placa. É mais admissível que, em 985, Almançor tenha dado ordens para reconstruções na cidade, possivelmente na cerca urbana da cidade, talvez também em mesquitas ou até em banhos, estruturas muitas vezes relacionadas com o poder central, como veremos. A verdade é que não sabemos que estruturas urbanas foram afectadas pela reconstrução ordenada por Almançor, pois a placa não as especifica. Além disso, o local em que esta foi encontrada, como enchimento de um dos muros do castelejo, não nos pode ajudar a resolver a questão.

Ainda sobre a cronologia da construção da alcáçova, temos a certeza de que as muralhas que desenham os limites setentrionais e orientais da alcáçova já existiam em meados do século XI, quando o bairro residencial foi implantado no interior do espaço murado, visto que a orientação do próprio bairro, que segue escrupulosamente o traçado da muralha, revela de forma bastante clara a antecedência cronológica da muralha relativamente ao bairro. Além disso, é importante considerar que a urbe se encontrava, desde época romana, sob a protecção de uma muralha que esteve em pleno funcionamento durante toda a fase de domínio político islâmico.²¹ Esta cerca urbana, que se estendia pela colina do castelo em direcção ao rio, com certeza não deixaria desprotegido e vulnerável o topo da colina que defendia; muito pelo contrário, o topo deveria estar bem fortificado, aproveitando a orografia do local.

O traçado deste sistema defensivo, anterior à alcáçova, seria sempre decisivamente condicionado pela orografia do terreno e não podia ser muito diferente do traçado posterior da alcáçova, que ainda se consegue reconhecer nos troços norte e nascente. Perante isto, será plausível propor que, em inícios do século XI, o topo da colina do castelo estivesse integrado na cerca da cidade e que só numa fase posterior tivesse sido fechado, tornando-se então numa alcáçova. Relativamente ao troço ocidental, as várias obras posteriores de terraplanagem e acrescento não nos permitem avançar com qualquer proposta rigorosa. No vértice noroeste da alcáçova, incluímos a torre albarrã, actualmente denominada Torre de S. Lourenço, pois esta

21 A muralha romana foi arqueologicamente confirmada em diferentes locais, nomeadamente no troço sul, no local dos antigos armazéns Sommer, onde foi possível verificar uma cintura de defesa com diferentes momentos construtivos: uma primeira muralha da primeira metade do séc. I d. C. e outra de finais do século IV/V. A coincidência do traçado meridional e oriental das muralhas romana e tardo-romana com a muralha medieval é consensual (Gaspar et Gomes 2007, 695).

pode ter feito parte da estrutura defensiva inicial, unida ao topo da colina por um pano de muralha que descia a encosta. Na verdade, não há dados arqueológicos que confirmem esta hipótese, mas o tipo de construção é muito semelhante a certos troços da cerca velha e da cerca da alcáçova.²²

O traçado da muralha que defendia o topo da colina do castelo que aqui propomos é desenhado sobre a planta de João Nunes Tinoco, de 1650, a qual deve ser tomada apenas como uma referência aproximada ao traçado que existiria em inícios do século XI.²³ A ausência de reconstituições com referências cronológicas válidas não nos permite ir mais longe.²⁴

Quanto aos acessos do topo da colina, nesta fase inicial do século XI, supomos que esta zona estivesse aberta à medina do lado sul, e que possivelmente já existisse, no lado norte, a porta posteriormente denominada do Moniz. Segundo as sondagens arqueológicas ali realizadas, esta porta da muralha dava acesso a uma calçada que fazia a ligação a um suposto arrabalde localizado a norte da cidade, no local onde posteriormente se implantou a Mouraria.²⁵ A outra porta, que surge na cartografia de 1650, localizada no troço norte da muralha, a chamada Porta da Traição (*bab al-ghadr*), não existia nesta fase porque o castelejo ainda não havia sido construído; sendo que esta porta só ganha sentido posteriormente, para abrir o acesso entre a zona do castelejo e a escarpa a norte da cidade.²⁶ Sobre o lanço ocidental, o nosso desconhecimento do seu estado original não nos permite formular qualquer proposta relativamente aos acessos. O estado do conhecimento do lanço oriental, apesar de possibilitar uma reconstituição mais segura do traçado da muralha original, não nos permite reunir informações suficientes para apontar a localização de qualquer acesso.

2.2. Uma mesquita no topo da colina

Uma outra questão que teremos de deixar em aberto consiste na provável existência de uma mesquita no topo da colina do castelo. Na verdade, as informações

22 Gomes et Gaspar 2002, 398-400.

23 Referimo-nos à planta de João Nunes Tinoco que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, cota cc-1081-a, impressa pela Lithographia da Imprensa Nacional em 1853.

24 A obra de referência sobre as muralhas, portas e torres da alcáçova de Lisboa continua a ser *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descrição*, de Augusto Vieira Silva (1937). A única actualização assinalável ao trabalho do olisipógrafo consiste no texto de Ana Gomes e Alexandra Gaspar, “O Castelo de S. Jorge: Da Fortaleza Islâmica à Alcáçova Cristã. Contribuição para o Seu Estudo.” (2002).

25 Gomes et Gaspar 2002, 399. Sobre a ocupação da área a norte da Alcáçova antes de 1147, ver: parte V – O arrabalde dos mouros.

26 Referimo-nos à chamada Porta da Traição, que surge na planta de João Nunes Tinoco.

arqueológicas sobre um eventual templo islâmico neste espaço são nulas e as informações documentais não permitem precisar com exactidão a cronologia da sua fundação. A base documental mais antiga que refere a presença de uma mesquita na alcáçova, relacionando-a com a posterior igreja de Santa Cruz, é a obra *Das Antiquidades da muy Nobre Cidade de Lisboa: Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*, da autoria de António Coelho Gasco:

Tomada Lix.^a o virtuoso e s. Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva, nome corrupto de Alcacer, q quer dizer em lingoa Arabia, Castello. E a mesquita dos mouros q estava dentro nesta Alcaceva a mandou santificar e alimpar, e chamo-lhe Santa Crus por amor do dia da tomada desta Cidade. Despois q a santificarão, ficou nella o Bispo Dom Gilberto a q. o mesmo Rey tinha dado o Bispado, onde ficou o Bispo residindo ate se reparar a see q era a mesquita mor po estar ainda immunda dos Barbaros. A este Bispo lhe deu huãs nobres cazas iunto com o Priorado de Sancta Crus q. fora Mesquita, as quaes estão cercadas de hu alto muro com suas ameyas como os Mouros edificão, tem hu pátio, e recebim.to muy grande em q assistem hoje alguns soldados castelhanos por guarda.²⁷

Infelizmente, ao contrário do que acontece noutros passos desta obra, o autor não nos fornece qualquer pista sobre a fonte desta informação.²⁸ Apesar desta escassez de dados concretos sobre a existência de uma mesquita na alcáçova, a historiografia actual tem seguido a notícia de Coelho Gasco, normalmente sem identificar o autor, referindo apenas a “tradição”.²⁹ Efectivamente, apesar da aparente fragilidade desta fonte tardia, pensamos que há motivos válidos para se considerar a existência de mesquitas de bairro em Lisboa e, mais concretamente, parece-nos realmente possível que possa ter existido uma mesquita na alcáçova. As informações deste autor do século XVII têm realmente alguma coerência. Antes de mais, como referimos no capítulo anterior, o processo de transformação de mesquitas em igrejas após a tomada de cidades do al-Andalus está já bem documentado e estudado.³⁰ A doação ao bispo de Lisboa de propriedades urbanas próximas da Igreja de Santa Cruz também pode ser confirmada, não na doação afonsina, que se perdeu, mas na existência posterior de propriedades do bispo de Lisboa,

27 Gasco 1924, 285.

28 Em outros momentos desta mesma obra, o autor refere frequentemente as suas fontes (as crónicas de Fernão Lopes, referidas na p. 280; a *Monarchia Lusitana*, de António Brandão, referida na p. 282, entre outras), transcreve e refere documentação coeva (Gasco 1924, 279, 288, etc.) e, além disso, transcreve monumentos epigráficos medievais (Gasco 1924, 277).

29 A. V. Silva 1937, 14; Gaspar et Gomes 2001, 96. Uma referência de Clementino Amaro a um suposto documento de 1191, que levaria a crer que “a igreja de St.^a Cruz da Alcáçova foi fundada por D. Afonso Henriques, no local de uma antiga mesquita”, parece ter levado a equívocos posteriores, mas essa fonte, que Clementino Amaro não explicita, só pode ter como origem um equívoco, com a referência a um sínodo que terá ocorrido nesse ano (N. Santa Maria 1668, 145). A menção da igreja neste sínodo foi considerada, durante muito tempo, a primeira referência documental à Igreja de Santa Cruz de Lisboa. Em todo o caso, nessa passagem, não há qualquer referência a uma mesquita. (Amaro 1998, 63).

30 O caso de Valência, em 1238, é paradigmático: “*fecit X ecclesias parrochiales in civitate Valentie de decem locis que fuerunt meçquite saracenorum*”, ou seja, “fez dez igrejas paroquiais na cidade de Valencia de dez lugares que foram mesquitas dos sarracenos” (Sanchis y Sivera 1921, 233). Para Córdova, Toledo e Palma de Maiorca, ver: Remensnyder 2000.

neste local da alcáçova.³¹ Além disso, apesar de se encontrar relativamente perto da mesquita aljama, consideramos que a alcáçova de Lisboa poderia perfeitamente possuir uma mesquita de bairro. Neste sentido, é importante traçar paralelos com as redes de mesquitas de outras cidades do al-Andalus. As mesquitas de bairro estão confirmadas documentalmente para pelo menos quatro cidades: Córdoba, Sevilha, Granada e Valência.³² Não vemos qualquer razão para que não existissem mesquitas de bairro em outras cidades do al-Andalus, tanto nas cidades de maior dimensão, como também nos núcleos urbanos de média dimensão, como ocorria em Valência e muito possivelmente em Lisboa.

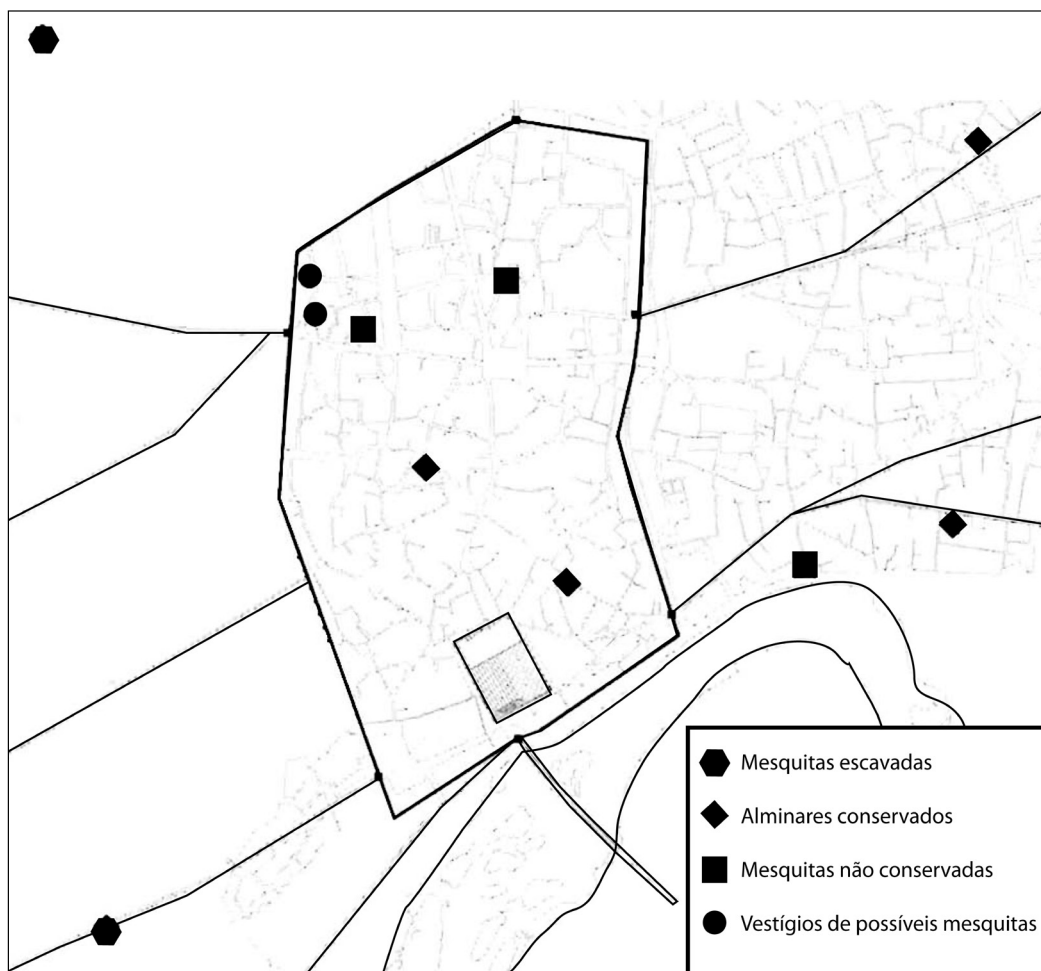


Figura 16. Rede de mesquitas de Córdoba³³

31 Documentação dos séculos XV e XVI, tratada por Ferreira de Andrade, situa as propriedades do bispado de Lisboa junto à Igreja de Santa Cruz da Alcáçova (Cf. F. Andrade 1954, 91-93).

32 Trillo San José 2011, 87.

33 Planta publicada em: Valdivieso Ramos et López Guerrero 2001, 222.

Ao observar a planta com a distribuição das mesquitas de bairro da Córdoba islâmica notamos que junto de uma das portas ocidentais da cidade, a *bab Amir*, se situavam pelo menos três mesquitas num espaço muito próximo. Se acrescentarmos a isto a informação, de al-Maqqari, de que Córdoba teria 490 mesquitas no período emiral e, mais ainda, lembrarmos que Valência teria pelo menos dez mesquitas no momento da tomada cristã, percebemos que as redes de mesquitas das urbes do al-Andalus podiam ser bastante densas e numerosas.³⁴

Perante estes dados, a existência de uma mesquita na alcáçova de Lisboa, referida por Coelho Gasco, vai-se tornando cada vez mais plausível. Um último dado, retirado da observação da planta actual da alcáçova, poderá ainda contribuir para dar solidez a esta ideia. Sabemos que a actual Igreja de Santa Cruz consiste numa reconstrução pós-pombalina, que não deixou vestígios visíveis da igreja medieval – e muito menos da suposta mesquita. Ainda assim, conhecendo a orientação da rua que ligava a chamada Porta do Moniz à referida igreja, uma via cujo traçado original foi arqueologicamente confirmado como sendo de época islâmica, ficamos com a ideia de que a orientação das paredes da igreja actual não poderá afastar-se muito da orientação das paredes da igreja medieval, nem da provável mesquita que aí se situaria (ver figura 22).³⁵ A orientação da Igreja de Santa Cruz da Alcáçova para sul é de 168°, bastante próxima da orientação da Sé de Lisboa, que é de 175°.³⁶ Ora, como se sabe, a catedral foi erguida sobre a mesquita maior, e poderá ainda reter uma orientação aproximada da que teve o templo muçulmano. Como vimos no capítulo anterior, ambas as orientações encontram paralelo na Catedral de Toledo – que, por sua vez, também se ergueu sobre a mesquita aljama dessa cidade no século X – e também em duas mesquitas de bairro da mesma cidade, que foram erguidas no início do século XI: a mesquita de *Jabal Barid* e a de *al-Dabbagin*. Este dado leva-nos a supor que a orientação da mesquita da alcáçova poderá ter tido como modelo a principal mesquita da cidade, que, por sua vez, poderá ter seguido o modelo de Toledo. Todavia, devemos admitir que a falta de dados arqueológicos sobre as mesquitas que estariam no lugar das actuais igrejas impossibilita-nos de prosseguir esta linha de investigação. Concluindo a questão da mesquita da alcáçova, aceitemos, com inevitável cautela, que terá existido e que se situava no local onde depois se ergueu a Igreja de Santa Cruz.

34 Sobre a rede de mesquitas de bairro em Córdoba, ver: Valdivieso Ramos et López Guerrero 2001, 222. Sobre as mesquitas de Valência, ver nota 30 p. 164.

35 Cf. Gomes et Gaspar 2002, 403: “A planta anterior ao terramoto apresenta a existência de um eixo este que já referimos para a época islâmica, que será repavimentado em época medieval e ainda posteriormente.”

36 Ambas as medidas foram recolhidas através do sítio <http://googlecompass.com>.

2.3. A possibilidade de uma *dar al-Imara*

Perante a questão do local onde habitava o alcaide, o governador muçulmano, a *dar al-Imara*, ou seja, a casa do poder, as interrogações são diversas e devemos admitir prontamente que a maior parte delas continuará sem resposta. Será que já existia em inícios do século XI? Será que se situava no local onde depois se desenvolveu o paço real? Na verdade, estas questões não terão resposta conclusiva enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas de relevo na área ocidental da alcáçova, mais especificamente no local conhecido como Jardim das Ruínas. Mais uma vez, teremos de voltar ao texto de Coelho Gasco, pois é exactamente na passagem que citámos acima que surge, pela primeira vez, uma relação clara e directa entre o paço real cristão e a residência do poder islâmico:³⁷ “Tomada Lix.^a o virtuoso e s. Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva.”

Alguns especialistas têm vindo a defender que o paço real foi construído sobre a residência do governador muçulmano da cidade, naquilo que seria uma solução de continuidade, que nada tinha de surpreendente.³⁸

O caso de Toledo ilustra, mais uma vez, uma realidade semelhante ao que poderá ter ocorrido em Lisboa. Após a conquista da cidade em 1085, o *al-Hizám*, a antiga estrutura palatina situada na alcáçova e pertencente ao rei da taifa de Toledo, passou integralmente para a posse de Afonso VI, rei de Leão e Castela, que converteu boa parte do local no seu alcácer. Mas as semelhanças não se ficam por aqui, pois Afonso VI concedeu partes significativas da antiga alcáçova islâmica a várias instituições eclesiásticas, algo que nos recorda a já referida doação de propriedades da alcáçova de Lisboa ao recém-criado bispado logo após a reconquista.³⁹ O mesmo se passou em Sevilha, após a tomada da cidade, em 1248, durante o reinado de Fernando III, quando este rei decidiu habitar na alcáçova islâmica, exactamente

³⁷ Gasco 1924, 285.

³⁸ Augusto Viera da Silva segue esta linha: “Nesse sítio, dos quartéis levantava-se, desde remotos tempos, segundo é tradição, o palácio do alcaide ou governador mouro de Lisboa, mais tarde, depois da conquista da cidade, acrescentado e reformado em várias épocas” (A. V. Silva 1937, 95). Ferreira de Andrade, apoiado numa carta de protecção concedida por Sancho I (Chancelaria D. Dinis, Livro II, fl. 139), em 1176, aos moradores da alcáçova, argumenta: “Estas regalias que os habitantes da Alcáçova usufruíram através dos tempos, e enquanto os reis de Portugal residiram junto deles, são, talvez, a prova de que a residência do alcaide mouro fosse desde logo transformada nos paços dos primeiros monarcas, onde estes, até à transferência da corte para Lisboa, se vinham aposentar nas várias visitas a esta cidade” (F. Andrade 1949, 110). Oliveira Marques assume esta ideia sem sequer argumentar: “Edificado no local da residência do alcaide muçulmano, dela aproveitando talvez as fundações, o paço real de Lisboa, o Paço da Alcáçova como passou à História, foi habitado por quase todos os monarcas portugueses até aos fins do século de Quinhentos. Resultado de acrescentamentos e arranjos de muitas épocas, não exibia por fora qualquer interesse arquitectónico. Consistia antes numa massa de edifícios, de dimensões variadas, dispostos sem regularidade, ao sabor dos diferentes monarcas e das necessidades práticas de aproveitamento do terreno” (A. O. Marques 1974, 68-69).

³⁹ Moya et Morales 2006, 63.

na área palatina que tinha pertencido aos governantes almóadas.⁴⁰ Não estaríamos portanto, perante uma situação anómala se o mesmo tivesse ocorrido em Lisboa.

No entanto, devemos admitir que a documentação medieval não é explícita quanto à localização da casa do alcaide islâmico. Uma das poucas referências, e também a mais antiga, é exactamente uma breve menção ao saque efectuado pelos cruzados colónienses e flamengos, logo após a tomada da cidade, em 1147.⁴¹ Além de não existirem referências na documentação medieval relativas à localização da *dar al-Imara*, também não existe qualquer planta precisa do posterior paço real da alcáçova. A única informação textual que podemos considerar pertinente sobre o paço real medieval consiste numa descrição tardia, já do século XVI. Nesta descrição, João Baptista Venturino, que, em 1571, acompanhava o legado papal de visita a Portugal, tece alguns comentários sobre o paço real de D. Sebastião, afirmando que este “não tem forma alguma de arquitectura por ter sido feito aos poucos em diversas épocas”, frase que não nos parece desprovida de sentido. Na descrição de Venturino, é notória a complexidade da estrutura palatina, que parece desenvolver-se em várias salas, salões e quartos organizados em torno de pátios, sobressaindo também a interessante presença de um miradouro.⁴² A descrição de Venturino remete-nos invariavelmente para as estruturas palatinas de Madinat al-Zahra, Córdoba, Sevilha, Toledo, que, tal como o paço real, se organizavam em torno de pátios abertos, de diferentes dimensões que davam acesso a várias salas e salões. Como vimos anteriormente, em Madinat al-Zahra, Málaga e Almeria, a casa do poder era privilegiada com miradouros estrategicamente posicionados, possibilitando paisagens extraordinárias aos seus residentes. Será por acaso que o

40 Cómez Ramos 2013, 120.

41 *A Conquista de Lisboa ao Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 139: “Aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa.”

42 A. Herculano 1884, 84-87: “Sobe-se por uma grande escada a um átrio que gira em volta, o que dá entrada para diversas quadras, ficando à mão esquerda da entrada uma porta, que dá para outra escada íngreme e estreita, pela qual se sobe a alguns quartos bem ornados, nos quais se alojaram vários prelados. Tomando por outra escada, subimos a uma varanda, que dá passagem para as câmaras de el-Rei, por cima das quais fica uma grande sala, que tem quarenta e oito passos de comprido e dezoito de largo, dividida em naves, com um tecto pintado de brutescos e forrada toda de belos razes da Flandres e de lhama de ouro. Seguiu-se um quarto feito a modo de escada, por ser em degraus, onde os gentis-homens dos prelados comiam. O tecto deste quarto era feito à maneira de pinha e de muito mau gosto. De aqui subia outra escadinha de madeira para um aposento, ao lado do qual ficava outro, onde estavam os aparadores com a copa, assaz copiosa de peças de ouro e prata, mas não tanto como a do duque de Bragança. Desta casa se passava para uma sala forrada dos mesmos panos de Flandres, na qual os prelados comiam. No fundo desta sala se descia para outra varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo pano de Flandres, com uma imagem da Virtude, que segurava pelo colo e pelos cabelos uma Fortuna com um letreiro latino, que significava: não sabe escapar, nem pode fugir à Fortuna, quando a Virtude com sua força a retém. Do meio desta varanda se desce para uma sala forrada de lhama de ouro com um docel de brocado, debaixo do qual está um estrado com três degraus coberto de pano verde. De aqui se entra em uma câmara ornada do mesmo modo, onde está um grande leito de brocado de ouro com travesseiro e duas almofadinhas de rogo carmezim ricamente bordadas de ouro. Fica imediata outra, onde estava um leito para dormir o legado, cuja armação era de finíssimas razes de seda e de ouro, com bem lavradas figuras poéticas, e franjas subtilíssimas. Havia também aí uma mesa pequena de coiro preto da Índia, mais belo que o ébano, todo lavrado ao redor de folhagem de ouro. Ao pé desta câmara estava um oratório armado de razes semelhantes aos da câmara, com a diferença de serem as figuras ao devoto. Destas câmaras sai-se por uma porta secreta para um terrado, de onde se descobre uma extensa vista, tanto de mar como de terra. Os quartos de el-Rei ficam por baixo destes, em tudo lhe são semelhantes, salvo em alguma pequena diversidade nos estrados e dosséis, e em serem bordados a panos de raz com história do Testamento Velho.”

paço real se localizava exactamente no melhor ponto de observação sobre a cidade e o rio? Parece-nos que não, pois seria também ideal para a localização da casa do poder islâmico. Deste modo, apesar de não podermos confirmar com certeza que o paço real dos reis portugueses era herdeiro directo do alcácer islâmico de Lisboa, essa proposta afigura-se-nos cada vez mais provável.

Um outro documento que traz informações relevantes sobre a questão do paço real da alcáçova data também do século XVI e consiste no desenho existente na Biblioteca da Universidade de Leiden.

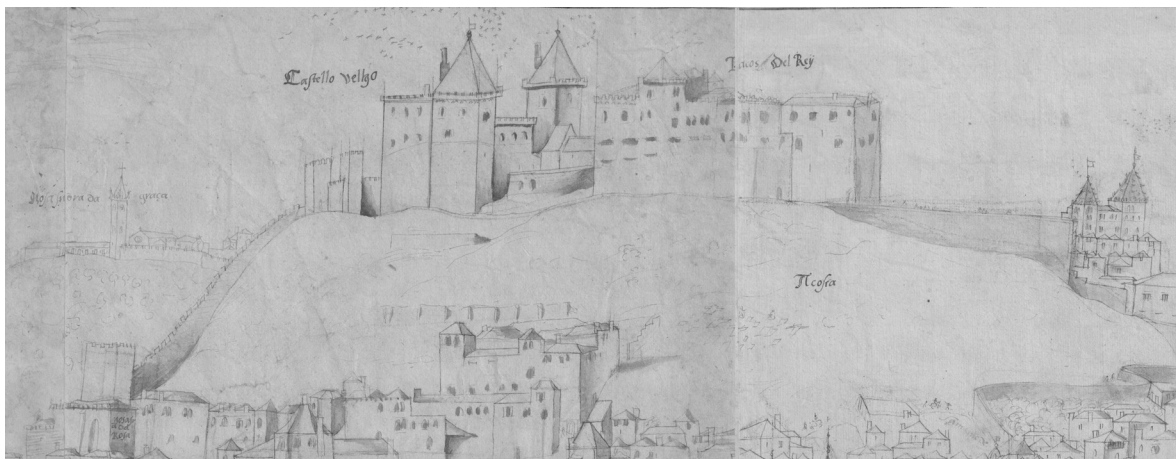


Figura 17. Pormenor da Alcáçova na vista de Leiden, Biblioteca da Universidade de Leiden⁴³

Neste desenho, reconhecido pelo seu rigor, podemos notar claramente a presença de estruturas distintas no topo da colina do castelo, que se dividem em dois grupos: o castelejo, aqui denominado “Castello velho”, localizado a ocidente e que surge representado por três torres ameidadas, duas delas com telhados em pináculo e com as respectivas chaminés, e a oriente os “Paços del Rey”. Este último era o paço de D. Sebastião descrito por Venturino, onde se diferenciam três edifícios, um mais a oriente, coberto com dois telhados simples e ligeiramente recuado; um segundo edifício, onde se abre um portal e que é coberto por um terraço ameiado, com merlões arredondados; e por fim, a ocidente, um terceiro edifício, também ameiado, mas este com merlões quadrangulares, constituído por um torreão central com dois corpos laterais com menos um andar. Segundo Irisalva Moita, este terceiro edifício seria o mais antigo, e os outros dois acrescentos posteriores,

⁴³ Sobre a autoria e datação deste desenho ver: Moita 2009, 27-57.

talvez relacionados com as obras de D. João I e de D. Manuel.⁴⁴ Sobressai ainda, em todos os três edifícios, a ausência de vãos inferiores, o que pode significar que estes aproveitavam a orografia do terreno, arrancando directamente do substrato rochoso. É também digna de nota a ligação desenhada na gravura entre o paço real e o castelejo, uma possível comunicação entre o alcácer islâmico e o castelejo, que será mantida no paço real lisboeta, e onde se desenvolverá, segundo Vieira da Silva, parte do arquivo da Torre do Tombo.⁴⁵

Perante estes dados, pensamos estar em condições de afirmar que o *dar al-Imara* de Lisboa se localizava provavelmente no local do posterior paço da alcáçova e que este terá aproveitado a construção de época islâmica. No entanto, ainda não temos dados suficientes para conseguir perceber a cronologia deste edifício, muito menos o momento da edificação original. Podemos pensar na sua existência e localização aproximada com algum grau de confiança, mas enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas no local, nada mais poderemos avançar. Por este motivo inserimos, na nossa reconstituição da alcáçova, uma representação meramente aproximada do local onde se situaria o *dar al-Imara* em inícios do século XI. Mais uma vez, devemos ter em conta que os limites do *dar al-Imara*, que apresentamos a pontilhado na nossa reconstituição, são meramente indicativos, pois estes foram desenhados com base na planta de João Nunes Tinoco, de 1650, que se refere ao espaço ocupado pelo palácio dos marqueses de Cascais e pelas suas dependências, o qual tinha sido, anteriormente, o paço real da alcáçova.⁴⁶

2.4. A densidade urbana no topo da colina

A gravura anónima de Leiden dá-nos mais uma preciosa informação, que aliás pode ser confirmada em praticamente todas as representações quinhentistas da cidade e também na planta de Tinoco de 1650. Referimo-nos à total ausência de construções na chamada “Costa”, a área que circunda o castelejo e o paço real.

44 Moita 2009, 39.

45 A. V. Silva 1937, 61-69.

46 Os marqueses de Cascais habitaram o Paço da Alcáçova desde pelo menos 1719 (F. Andrade 1954, 123). Ver também: A. V. Silva 1937, 106.



Figura 18. Pormenor com o Castellejo na Planta de João Nunes Tinoco, c. 1650

Esta ausência construtiva na Costa do Castelo, visível nas representações quinhentistas de Lisboa, constitui um dado relevante, pois, se considerarmos que a cidade, no século XVI, tinha uma densidade e dimensão urbana superior à cidade islâmica, somos levados a acreditar que, no século XI, esta zona circundante da alcáçova, muito provavelmente, também estaria livre de edificações urbanas. Como se pode verificar mais facilmente na gravura de Tinoco, o espaço que está desprovido de construções situa-se no lado ocidental da alcáçova, sendo essa a face que se pode observar nas representações quinhentistas, pois apenas olhando desse ângulo se pode avistar simultaneamente o castellejo e o paço real. Ainda assim, trata-se de um espaço considerável, que não estaria urbanizado no século XI, e que nos leva a questionar o nível de urbanização no interior da alcáçova.

Segundo os dados arqueológicos, aparentemente, toda a zona da Praça Nova estava também desprovida de construções.⁴⁷ Algumas escavações, situadas em outros locais da alcáçova, revelaram, para esta cronologia, sobretudo silos ou fossas, ou seja, estruturas de armazenamento, tal como aliás ocorre na alcáçova de Santarém, onde o número de silos se tem revelado bastante elevado.⁴⁸ Um dos locais onde se verificou a presença de silos ou fossas de época islâmica, utilizados pelo menos até aos meados do século XI, foi exactamente na zona do castelejo, sob a muralha desta estrutura defensiva. Ou seja, toda a estrutura que posteriormente foi denominada como castelejo não existia em inícios do século XI, e parte desta área era nessa altura usada para funções de armazenamento ou lixeira.⁴⁹ Também na actual Rua das Flores, no logradouro do edifício do Grupo Desportivo do Castelo, foi verificada a existência de silos ou fossas, que terão sido abandonados em meados do século XI, ou seja, muito provavelmente estariam em funcionamento nos inícios desse século.⁵⁰

Quer isto dizer que, durante uma primeira fase da época de domínio islâmico, prévia ao século XI, e até mesmo anteriormente, pois os vestígios de estruturas urbanas de época romana são escassos, o topo da colina do Castelo seria uma área com fraca densidade urbana, defendida por uma cerca, possivelmente de época romana, caracterizada mais por funcionalidades defensivas e logísticas do que por uma função habitacional, exceptuando, talvez, o palácio do governador.⁵¹

O topo da colina do Castelo, em inícios do século XI, tratava-se, portanto, segundo podemos supor, conjugando todas as informações referidas até agora, de um espaço murado, muito provavelmente aberto para a medina, escassamente urbanizado, onde poderia existir uma mesquita de bairro e também o palácio do alcaide, o governador da cidade, e onde se situavam algumas estruturas de armazenamento. A presença de silos num local de difícil acesso, como era o topo da colina não nos pode surpreender, nem em Lisboa, nem em Santarém. Os bens alimentares constituíam obviamente importantes mais-valias produzidas nos termos destas cidades, sendo natural que o poder vigente tivesse necessidade de manter estas estruturas em zonas bem defendidas.

47 Cf. Gomes et Gaspar 2002, 401: “Esta área, designada actualmente como Praça Nova, encontrava-se abandonada desde a Idade do Ferro, se exceptuarmos a utilização de várias zonas como fossas detriticas no século II-I a.C.”

48 Cf. Arruda et Viegas 2002, 73-81: “as estruturas mais significativas deste período são o conjunto de fossas ou silos islâmicos que se encontram, com maior ou menor intensidade, um pouco por toda a área da Alcáçova”.

49 Gomes et Gaspar 2001a, 7-10.

50 Gomes et Gaspar 2001b, 11-15.

51 A excepção da ausência de estruturas de época romana ocorreu numa escavação na propriedade no Grupo Desportivo do Castelo, na Rua das Flores, n.ºs 13-19, onde foram encontradas estruturas possivelmente pertencentes a um edifício público dessa época (cf. Gomes et Gaspar 2001b).

2.5. Os agentes que modelaram a forma urbana

Importa ainda suscitar uma última questão sobre o topo da colina do Castelo, relativa a este período de inícios do século XI. Quem era o poder instalado na cidade que geria as referidas estruturas de armazenamento neste espaço ainda pouco urbanizado? Para se poder responder, é necessário tecer algumas considerações sobre os destinos políticos da cidade nesta época.

O início do século XI foi marcado, em todo o al-Andalus, por um rápido processo de desagregação que conduziu ao final do poder central omíada. Entre 1009 e 1031, Córdoba mergulhou num caos político que levou à ruptura da unidade política e ao fraccionamento do antigo território califal em várias dezenas de reinos menores, que ficaram conhecidos como taifas. Neste panorama, entre 1015 e 1022/1027, Lisboa, inserida na taifa de Badajoz, foi governada por Sabur al-Amiri, um liberto de al-Mansur de origem eslava.⁵² Quando Sabur morre, em 1022 ou 1027, o seu *wazir* ‘Abd Allah b. Maslama b. al-Aftas, pertencente à elite local, toma as rédeas do poder em Badajoz, e os filhos de Sabur são forçados ao exílio em Lisboa. Estes descendentes de Sabur al-‘Amiri eram ‘Abd al-‘Aziz, que reinou em primeiro lugar em Lisboa, morrendo pouco tempo depois, e ‘Abd al-Malik, que foi tão mau governante que os habitantes entregaram a cidade da foz do Tejo aos aftássidas, levando ao exílio deste último em Córdoba, onde permaneceu até morrer.⁵³

Esta capacidade das elites de Lisboa em conseguir alterar e conduzir os destinos da cidade indica a sua eficácia e o seu evidente poder autónomo. Infelizmente, Ibn Idari não refere datas concretas para estes factos. Todavia, é possível perceber que a retirada do último Sabur para Córdoba não ocorreu antes de 1031 nem depois de 1043, pois, no texto, há referência a um pedido de entrada em Córdoba a Ibn Jawar, que deteve o poder nessa cidade durante exactamente este período.⁵⁴ Deste modo, parece-nos que o governo de Abd al-Malik em Lisboa se terá estendido entre 1022/1027 e os meados da década de 30, altura em que surge mais uma notícia sobre Lisboa. Em 1034, Lisboa estaria aparentemente sob a influência dos abádidas de Sevilha, pois, nesse ano serviu de refúgio a Ismail, filho de Muhammad ibn ‘Abbad al-Qadi, primeiro rei de Sevilha, que fugia de um ataque traiçoeiro por parte dos

52 Viguera Molíns 1992, 45; Rei 2007, 60-70. O epitáfio de Sabur regista a data de 1027, mas a data de 1022 é referida por quase todos os autores que tocam a questão (Levi-Provençal 1931, 53-54).

53 Menéndez Pidal 1994, 69; Idris 1965, 278-279; Ibn Idari al-Marrakushi 1993, 197-198.

54 Viguera Molíns 1992, 132. Esta informação é inconciliável com a proposta de Carlos Guardado da Silva (2008, 95), segundo a qual ‘Abd al-Malik b. Sabur teria tentado alcançar a autonomia em Lisboa durante o reinado de al-Muzaffar b. al-Aftas (1045-1065).

aftássidas, quando regressava de uma expedição ao reino de Leão.⁵⁵ O facto de Lisboa servir de refúgio ao abádida Ismail não significa, *per se*, que a cidade fosse governada pela dinastia sevilhana, contudo, segundo o *al-Bayan al-Mugrib*,⁵⁶ de Ibn 'Idari, Ismail “*se refugió en la ciudad de Lisboa, en los confines de sus dominios, a orillas del mar océano*”, não restando espaço a muitas dúvidas sobre quem predominava na cidade em 1034. Ainda assim, devemos esclarecer que esta influência abádida sobre os destinos políticos da cidade poderia ser directa ou indirecta. A influência indirecta pode ter ocorrido através de dois cenários: ou através dos filhos de Sabur, se estes ainda detivessem a cidade em seu poder, tal como Christophe Picard afirma,⁵⁷ ou então, através de uma influência abádida sobre as elites da cidade, que já poderiam, nesta altura, ter expulsado o último Sabur de Lisboa, o que, como vimos, ocorreu entre 1031 e 1043. Para adensar ainda mais a complexidade da situação política de Lisboa, neste período, não podemos esquecer que o último Sabur foi expulso para dar lugar a um representante do poder aftássida, que desconhecemos quem seria, nem temos conhecimento por quanto tempo governou realmente a cidade.

Portanto, durante as primeiras décadas do século XI, encontramos a cidade de Lisboa, numa primeira fase, sob a influência de uma família de eslavos, e, numa segunda fase, numa situação de aparente autonomia, em que as elites locais parecem ter um papel muito relevante, mas difícil de perceber os contornos, pois se, por um lado, conseguem expulsar o último Sabur e pedir auxílio aos aftássidas, por outro lado, parecem encontrar-se sob uma mal definida influência abádida em 1034. Deste modo, os dados documentais não nos permitem compreender os contornos desta autonomia lisboeta, nem perceber se a questão da influência abádida se trata de uma situação pontual. Há sim, sem qualquer dúvida, dois poderes em acção na Lisboa de inícios do século XI: a dinastia Sabur e as elites locais. Isto responde à questão que suscitámos anteriormente, sobre quem seriam os responsáveis pela forma urbana do topo da colina do castelo em inícios do século XI. Na situação urbanística que se encontrava este espaço, ou seja, na ausência de uma alcáçova, faria sentido que qualquer um destes poderes governasse a cidade. Pela lógica, o espaço de encontro das elites locais não seria no topo da colina, seria antes na mesquita maior, local onde se congregava a comunidade para ouvir as decisões

55 Cf. Dozy 1846, 240: “*Suam vitam periculo eripuit, se Lisbonam, ultimum eius ditonis oppidum in litore Oceani?*”, traduzindo uma citação de Ibn Haijan. Segundo a nota na edição espanhola do *Bayan III*, poderia haver uma confusão entre al-Luxbuna e al-Ocsonoba, que Hady Idris (1965, 279) mantém, mas a cidade algarvia só cai nas mãos abáidas em 1057/1058 (Ibn Idari al-Marrakushi 1993; Idris 1965; Picard 2000, 82).

56 Este autor é considerado uma das fontes mais fiáveis para o estudo do al-Andalus no século XI (Ibn Idari al-Marrakushi 1993, 172).

57 Picard 2000, 82.

comunicadas pelos líderes religiosos.⁵⁸ Isto significa que as elites locais não teriam interesse em alterar o cenário urbano que descrevemos, caracterizado pela ausência de proeminentes estruturas defensivas e pela pouca densidade urbana. Pode também ter sido este o panorama encontrado pelos filhos de Sabur, ao chegarem a Lisboa, mas, como veremos em seguida, é muito possível que preferissem alterá-lo.

58 Sobre o papel político das mesquitas no al-Andalus, ver: Trillo San José 2011, 73-98.

3. REMODELAÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XI

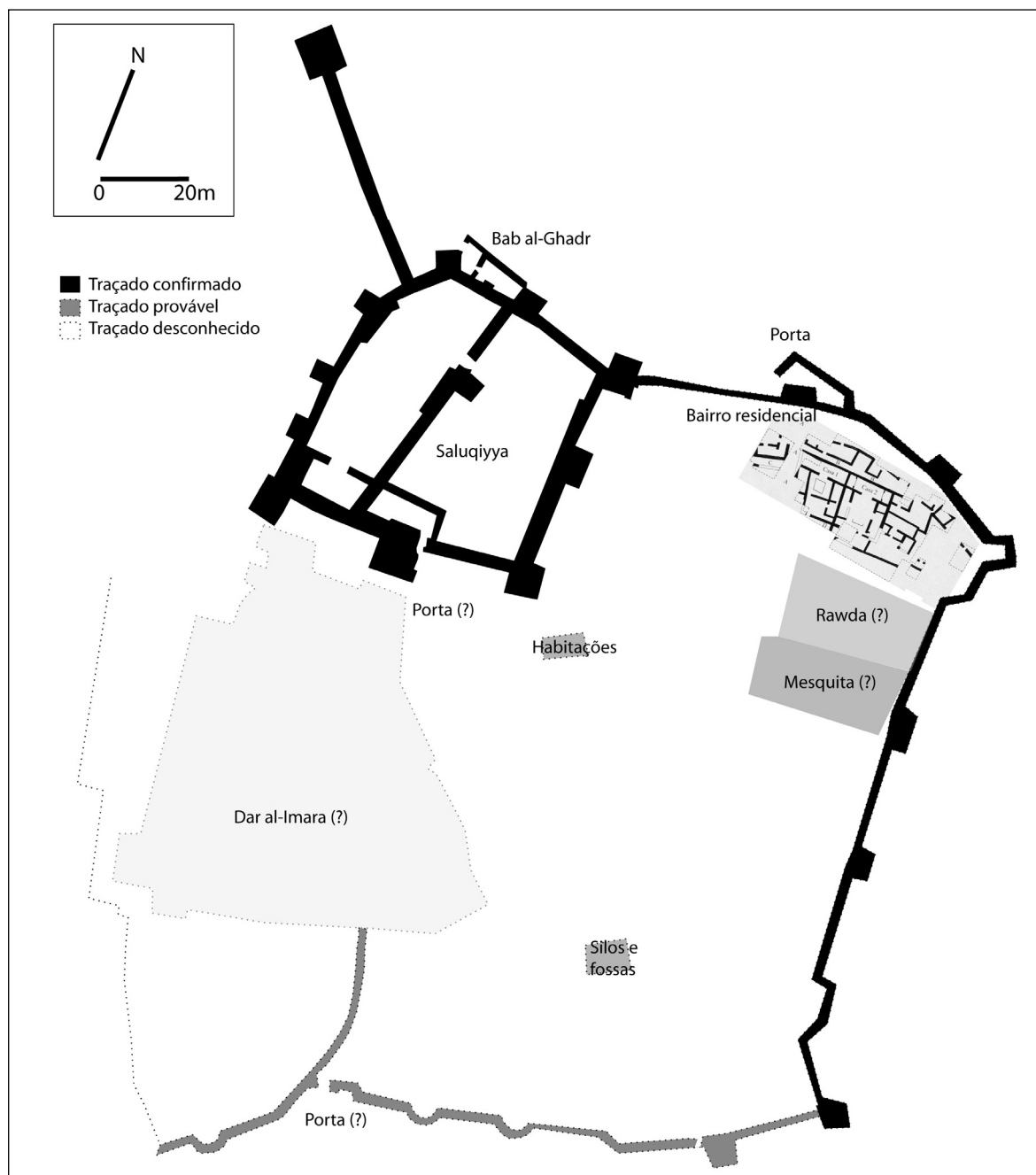


Figura 19. A Alcáçova em meados do século XI

Em meados do século XI, ocorreu uma profunda remodelação da forma urbana do topo da colina do castelo que implicou a construção de diversas estruturas com diferentes funcionalidades. As escavações arqueológicas, que ocorreram entre a última década dos anos 90 e o final dos anos 2000, ofereceram dados valiosos que nos permitiram conhecer esta grande reforma urbanística.

3.1. A criação da Alcáçova

Em nossa opinião, foram realizadas, talvez num mesmo momento em meados do século XI, três grandes obras, que se articulam e complementam entre si. Destas três, duas foram arqueologicamente confirmadas e a terceira ainda não foi possível esclarecer. As duas situações confirmadas são as edificações do castelejo e do bairro residencial localizado na Praça Nova.⁵⁹ A terceira situação, que poderá também ter ocorrido, consiste no fecho a sul do topo da colina, efectuado através de um muro ou muralha, que condicionava o acesso entre a medina e o topo da colina, ou seja, trata-se da concretização de uma alcáçova no topo da colina do castelo. O aparelho e a técnica construtiva do muro actualmente existente a norte da Rua do Chão da Feira não têm qualquer similitude com as características dos lanços oriental e meridional, e terá sido erguido numa fase muito posterior, mas anterior a 1650, pois já surge representado na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco.⁶⁰ Apesar de não conhecermos o traçado que esta muralha teria, não se poderia afastar muito do traçado do muro que actualmente subsiste, sobretudo devido às condicionantes orográficas. Por esse motivo, optámos por representar, na nossa reconstituição da alcáçova de meados do século XI, o traçado do muro actual, pois, até este momento, ainda não foram divulgados dados arqueológicos que nos permitam recuperar o traçado original.

São várias as evidências que nos induzem a supor que a criação da alcáçova data deste período. Em primeiro lugar, como já vimos, é sobretudo durante a época de taifas que são construídas, por todo o al-Andalus, as alcáçovas dos diversos

59 Cf. Gaspar et Gomes 2003, 219: “Na Praça Nova a presença islâmica é muito intensa, tendo sido nos meados do século XI adaptada a área residencial, com um conjunto de casas organizadas e ruas bem definidas.”; Gaspar et Gomes 2003, 222: “Uma pequena intervenção realizada no Castelejo permitiu identificar uma fossa sob o pano da muralha; os materiais exumados apontam para uma construção desta fortificação em meados do século XI, contemporânea, portanto, do bairro islâmico, o que parece consolidar a ideia de grande atividade construtiva nesta época”.

60 Cf. A. V. Silva 1937, 79-80: “O seu traçado em planta, a sua construção de alvenaria ordinária, perfeitamente distinta da dos cubelos ainda existentes da cerca dos mouros, que têm secção quadrada ou rectangular e paramentos verticais, formados por enxilhares dispostos em fiadas horizontais, faz supor que esta frente sul da alcáçova é de construção mais recente do que a das muralhas e torres caracteristicamente mouras”. Segundo Mafalda Dias e Rui Matos, “A muralha que ficava sobranceira ao Chão da Feira terá sido destruída nos finais do séc. XIV por ordem de D. João I” (2001, 234).

régulos. Em segundo lugar, devemos ter em conta o grande dinamismo construtivo que se verifica no topo da colina do Castelo, quando são erguidos o castelejo e o bairro residencial da Praça Nova. Em terceiro, a primeira referência documental à alcáçova de Lisboa surge na obra *Nuzhat al-mushtaq fi'kbtiraq al-afaq*, “O livro das agradáveis viagens por terras longínquas”, do geógrafo al-Idrisi, também conhecido como *o Livro de Rogério*, por ter sido escrito para Rogério II, o rei normando da Sicília. Esta obra, escrita em 1154,⁶¹ conjuga informações recolhidas antes de 1147, como foi o caso da notícia sobre Lisboa em que surge, pela primeira vez, a palavra *qasaba*.⁶² Segundo César E. Dubler, Idrissi terá recolhido pessoalmente as informações em inícios do século XII, o que nos aproxima mais do referido período de grande remodelação urbanística da alcáçova da cidade.⁶³

3.2. A construção do castelejo

Uma das maiores alterações de meados do século XI, na face urbana da alcáçova, foi a construção da estrutura defensiva que posteriormente se denominou como castelejo.⁶⁴ Tal como já referimos, não nos parece plausível que o castelejo tenha sido erguido em 985, data que se encontra registada numa placa epigráfica escrita em árabe, encontrada como pedra de enchimento do muro ocidental do Castelejo, nas obras de restauro de 1939, e recentemente traduzida.⁶⁵

Como vimos, no início do século XI, o canto noroeste da alcáçova estava ocupado não só por estruturas de armazenamento ou por uma lixeira, mas talvez também por estruturas habitacionais. No entanto, a exiguidade da sondagem realizada nesse local não permitiu verificar mais do que alguns silos ou fossas e vestígios de um muro, que talvez possa ter feito parte de uma habitação.⁶⁶ Mas foi nesta área pouco urbanizada, caracterizada predominantemente por uma funcionalidade de armazenamento, que se ergueu a mais relevante estrutura defensiva da cidade. Com efeito, esta estrutura aproveitou o vértice noroeste da muralha da alcáçova, ficando-lhe adossada, tendo sido apenas necessário erguer os dois panos de muralha a sul e a este para criar este espaço defensivo. Além destes troços, foram também erguidas

61 Ahmad 1992, 156.

62 Sidarus et Rei 2001, 49. Segundo Maribel Fierro (2007, 49), Idrissi terá visitado a região de Lisboa na primeira metade do séc. XII.

63 Dubler 1965.

64 Gaspar et Gomes 2003, 222: “Uma pequena intervenção realizada no Castelejo permitiu identificar uma fossa sob o pano da muralha; os materiais exumados apontam para uma construção desta fortificação em meados do século XI, contemporânea, portanto, do bairro islâmico, o que parece consolidar a ideia de grande actividade construtiva nesta época”.

65 Sobre esta questão, ver: Parte II, Capítulo 2 – Antes da Alcáçova (início do século XI).

66 Gomes et Gaspar 2001a, 7-10; 2003, 222.

algumas torres, significativamente maiores do que as da muralha da alcáçova. Este facto, tomado em conjunto com a comparação entre o aparelho das torres e dos panos de muralha do castelejo e o da muralha da alcáçova, que revela diferenças significativas, induz-nos a pensar que realmente o castelejo foi edificado aproveitando a cerca preexistente.⁶⁷

Acrescendo aos panos meridional e oriental, foi também edificado um muro interior parcialmente diagonal, que criou dois recintos diferentes, um ocidental e outro oriental. A existência deste pano de muralha, no interior do Castelejo, pode suportar uma outra hipótese, em que este muro faria parte de uma construção anterior, talvez contemporânea das remodelações de Almançor⁶⁸, e que teria sido remodelada em grande medida no século XI. Infelizmente não foram ainda publicados dados arqueológicos referentes ao espaço interior destes dois recintos, e por esse motivo não podemos compreender a sua funcionalidade original, nem compreender com exactidão a cronologia do muro diagonal.

Relativamente ao pano de muralha meridional, este era defendido por três torres quadrangulares, sendo que o acesso principal ao recinto do castelejo se faria junto à face oriental da torre central – posteriormente conhecida como Torre do Haver, e mais tarde por torre de Ulisses, tendo sido identificada como a torre que guardava o tesouro da Coroa. A torre que defendia o vértice sudeste do castelejo foi identificada por Augusto Vieira da Silva como sendo a torre de menagem. Merece ainda referência a torre do vértice nordeste do castelejo, que teve uma cisterna no seu interior. A falta de estudos actualizados sobre a funcionalidade e cronologia destas torres não nos permite mais do que repetir as observações de Augusto Vieira da Silva.⁶⁹ Na face norte do castelejo, poderá, nesta altura, ter sido aberta a porta que dava acesso directo ao exterior, a *bab al-ghadr*, uma comunicação característica das alcáçovas islâmicas medievais, que permitia o acesso externo à alcáçova de reforços ou provisões e também uma evacuação rápida para o exterior sem depender da medina.⁷⁰

Na verdade, não é simples encontrar analogias entre a Alcáçova de Lisboa, onde uma estrutura defensiva (castelejo) se insere dentro do espaço da alcáçova, e outras alcáçovas do al-Andalus. Deste modo, merece reflexão uma descoberta recente em Onda, um centro urbano localizado a norte de Valência, que teve uma história política conturbada durante o século XI, pois em 1016 pertencia à taifa

67 Cf. Gomes et Gaspar 2002, 400: “o aparelho identificado no interior das muralhas e torres do castelejo parece corresponder a uma construção recente que nada tem a ver com o aparelho das cercas”.

68 Sobre as remodelações de Almançor, ver parte II, capítulo 2.1 - O cenário urbano no topo da Colina no início do séc. XI.

69 A descrição detalhada das torres e dos panos de muralha do castelejo foi já realizado por Augusto Vieira da Silva (A. V. Silva 1937).

70 Hakim 2008a, 57; EI, 4:685.

de Valência, em 1021 a Tortosa, em 1038 estava de volta ao poder valenciano, em 1065 pertencia à taifa de Toledo, em 1076 a Saragoça, em 1081 a Lérida e em 1086 novamente a Valência.⁷¹ No interior da alcáçova de Onda, foi descoberta uma estrutura defensiva que aproveitou o troço oriental da muralha da alcáçova de um modo muito semelhante ao que aconteceu na alcáçova lisboeta. A cronologia proposta pela arqueologia localiza a edificação desta estrutura na primeira metade do século XI, durante a época de taifas. A principal diferença entre ambas as estruturas é a forma das torres, que no caso de Onda é defendida por torres semicirculares enquanto as torres do castelejo de Lisboa são quadrangulares. No entanto, não nos parece evidente que a simples forma das torres permita uma leitura cronológica, simbólica ou de qualquer outra natureza. O que é realmente importante é que esta estrutura palatina foi construída no interior de uma alcáçova, tal como ocorreu em Lisboa, e, muito possivelmente, numa época contemporânea à edificação do castelejo, deixando assim o caso de Lisboa de ser excepcional, mas, mesmo assim, mantendo-se bastante raro.

Nesta mesma altura, ocorreu também a edificação do bairro residencial, obra que iria alterar drasticamente a face urbana da alcáçova e que conhecemos com um pormenor singular devido às escavações arqueológicas que decorreram na Praça Nova.⁷²

71 Navarro Palazón 2012, 310.

72 Alguns resultados das escavações arqueológicas, dirigidas pelas arqueólogas do IGESPAR, Ana Gomes e Alexandra Gaspar, entre 1997 e 2010, foram publicados em: Gaspar et Gomes 2003; 2002.

3.3. O bairro residencial da Praça Nova

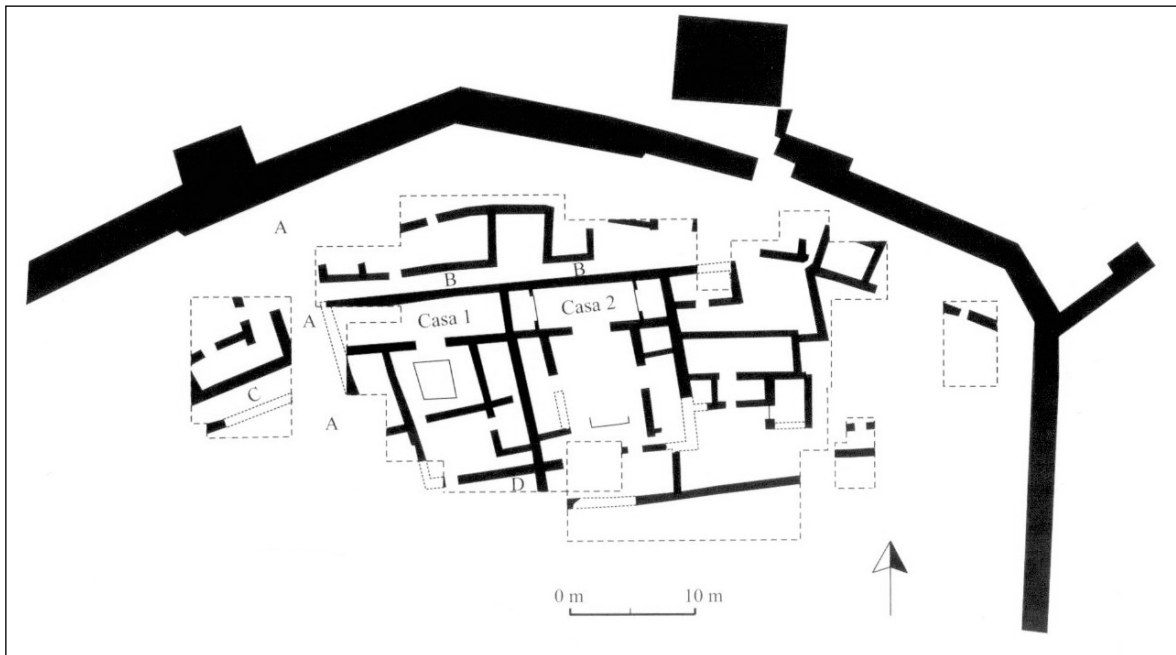


Figura 20. Planta das escavações do Bairro Islâmico (segundo A. Gomes e A. Gaspar)⁷³

Antes de mais, devemos considerar a profunda alteração da morfologia urbana que ocorre na alcáçova, com a construção deste bairro residencial, pois, segundo os resultados arqueológicos, toda esta vasta área que ocupa o vértice nordeste da alcáçova estava livre de estruturas urbanas desde a Idade do Ferro.⁷⁴ Portanto, foi escolhida uma área livre de construções para aí se efectuar uma importante expansão urbana, onde foi primeiramente realizado um aterro para regularizar o terreno e, posteriormente, levantado um bairro residencial, elaborado de acordo com um projecto urbanístico.⁷⁵

Observando a planta deste bairro, constatamos que foi cuidadosamente planeado, desde as vias de acesso à localização das casas e até à própria situação dos compartimentos dessas mesmas habitações. Neste caso, podemos dizer, ao contrário do que é banal supor sobre o urbanismo islâmico, que aqui nada foi

⁷³ Planta publicada em: Gaspar et Gomes 2003, 218.

⁷⁴ Gaspar et Gomes 2003, 218-219.

⁷⁵ Gaspar et Gomes 2003, 219; 2002, 401.

deixado ao acaso. Para este efeito, note-se como a parede das estruturas mais próximas da muralha, entre a porta do Moniz e o primeiro cubelo para este, acompanham com precisão a curvatura da muralha, um detalhe que nos dá a certeza de que o troço norte da muralha da alcáçova é anterior à construção do bairro residencial.

A estrutura viária do bairro residencial era relativamente simples, respeitando os princípios usuais do urbanismo islâmico. Uma importante via (A) abria um acesso na muralha, dividindo duas áreas residenciais, uma a oriente e outra a ocidente. Esta consistia numa calçada que daria acesso a um primitivo arrabalde localizado na colina da Graça. Uma sondagem no exterior desse acesso, posteriormente denominado Porta do Moniz, revelou sucessivas calçadas sobrepostas, sendo a mais antiga de época islâmica. Uma outra via (B) possibilitava o acesso às estruturas provavelmente habitacionais mais próximas da muralha. Além disto, duas ruas secundárias realizavam o acesso exclusivo às habitações (C e D).⁷⁶

A zona habitacional a ocidente da via posteriormente conhecida como Rua do Moniz (A) é de difícil compreensão, pois terá sido muito perturbada por construções subsequentes. A situação das casas a ocidente desta via é bastante diversa, pois foi possível reconstitui-las integralmente. A estrutura destas habitações, organizada em torno de um pátio central, segue o modelo tipológico herdado do padrão habitacional romano, helenístico e persa, já verificado em várias cidades do al-Andalus, por exemplo⁷⁷ Córdoba,⁷⁸ Dénia,⁷⁹ Múrcia,⁸⁰ Málaga,⁸¹ Ciesa,⁸² Pechina, Mértola⁸³ e, ainda, Silves.⁸⁴ A planta das duas casas que estão actualmente musealizadas (casas 1 e 2) denota também um planeamento prévio e algum cuidado em manter uma organização funcional semelhante. Ambas têm uma área entre os 160 m² e os 190 m², o que configura habitações de alguma relevância, não se tratando, porém, de qualquer tipo de estrutura palatina. Apercebemo-nos melhor da sua dimensão relativa se compararmos a sua dimensão média (175 m²) com a das casas do bairro islâmico da Praça da Figueira, que se situa em cerca de 50 m². Deste modo, as habitações da alcáçova caracterizam-se por uma dimensão bastante considerável, ambas com seis divisões, organizadas em redor de um pátio central, que alojariam funções bem diferenciadas (salão, átrio, cozinha, alcovas, latrina).

76 Gomes et Gaspar 2002, 399-400.

77 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007a, 266.

78 Vaquerizo Gil 2003, 171-177.

79 Gisbert Santonja et al. 1992.

80 Navarro Palazón 1991.

81 Puertas Tricas 1990, 217.

82 Navarro Palazón 1990.

83 Macias et Gonçalves 1996.

84 R. V. Gomes 2003, 51-111.

Pela sua dimensão e também pela posição topográfica que ocupavam na cidade, parece-nos possível que estas habitações tenham pertencido a famílias próximas da elite governativa da cidade.⁸⁵ Se for esse o caso, não estamos perante uma situação inovadora ou original, pois também em Málaga a arqueologia revelou casas não muito diferentes das encontradas em Lisboa. As de Málaga merecem ser observadas em conjunto com as de Lisboa, sobretudo porque a cronologia da sua fundação é muito semelhante, mas também porque a própria dimensão e relevância das cidades tinha afinidades muito consideráveis. Eram ambas de segunda linha, na hierarquia das urbes do al-Andalus, embora Málaga tenha tido mais relevância política, por ter sido capital de uma taifa importante. Além disso, eram cidades portuárias, pontuadas por uma orografia que possibilitava a construção de uma alcáçova num local sobranceiro ao porto e à parte baixa da cidade. Apesar de a cronologia inicial proposta para as habitações de Málaga ter sido a segunda metade do século XII, actualmente as propostas recuaram até meados do século XI, época em que foi construído o bairro residencial na alcáçova de Lisboa.⁸⁶ As casas de Málaga, tal como as de Lisboa, estão estruturadas em volta de um pátio central rodeado por divisões que podiam ter utilização diversa, e também por alcovas e salões.⁸⁷ Convém referir que as casas de Málaga, também se localizavam dentro do espaço intramuros da alcáçova, mas tinham dimensões muito mais variadas do que as de Lisboa, com duas casas com mais de 180 m², três com cerca de 80 m², e mais três com menos de 53 m². Acrescendo ainda uma outra diferença: as de menor área teriam dois pisos, o que aproximaria o espaço habitável ao das casas Lisboa.⁸⁸ A variedade das áreas e a existência de pisos superiores em Málaga parecem dever-se, sobretudo, às necessidades de economia do espaço, pois a área construtiva era realmente muito menor do que em Lisboa.

Todas estas semelhanças levam-nos a considerar que ambos os bairros residenciais de Lisboa e de Málaga acolhiam a *bassa*, a aristocracia urbana, revelando uma organização social que se reflectia na própria forma da cidade, com as habitações de melhor qualidade arquitectónica situadas junto das próprias estruturas palatinas e das sedes do poder urbano.⁸⁹ Com efeito, ao observar a morfologia do bairro residencial da alcáçova de Lisboa, revela-se-nos uma sociedade extremamente islamizada e totalmente inserida no contexto urbanístico e social do al-Andalus.

85 Gaspar et Gomes 2003, 220.

86 Puertas Tricas 1990, 221; Calero Secall 2011, 226.

87 Pérez-Malumbres Landa et Martín Ruiz 2009, 65.

88 Puertas Tricas 1990, 197-224.

89 Sobre os habitantes das casas de Málaga, ver: Pérez-Malumbres Landa et Martín Ruiz 2009, 70. Sobre a questão das classes sociais no Gharb al-Andalus e o conceito de *bassa*, ver: Picard 2000, 263-264.

Importa ainda analisar o impacto que a escolha do modelo urbanístico habitacional centrado em redor do pátio central teve na face urbana da alcáçova neste período. É relativamente bem conhecida e estudada a relevância dada à preservação da intimidade doméstica pelos muçulmanos, resultando na prática numa limitação da visualização do exterior para o interior, que se deve sobretudo à organização patrilinear e endogâmica que estruturava a sociedade islâmica medieval.⁹⁰ Porém, as consequências que esta especificidade da arquitectura doméstica tem na forma das cidades islâmicas merecem ainda ser referidas. Ao abandonar o conceito de fachada, as habitações viram-se para o seu próprio interior, deixando as vias da cidade cercadas por paredes destituídas de aberturas. A ausência de janelas e também a necessidade de os acessos às casas serem feitos por meio de ruas secundárias complexificavam intensamente a malha urbana, e levavam ao desinteresse pela própria via pública, que devia permitir apenas a passagem de pessoas e animais de carga. O resultado destas condicionantes do urbanismo islâmico são as célebres ruas apertadas e com poucas referências que aparentam uma ilusória ausência de lógica urbanística. O caso das habitações da alcáçova de Lisboa é exemplar neste aspecto, pois se por um lado o plano urbanístico está inequivocamente espelhado na planta das casas, por outro lado a ausência de fachadas e o acesso por meio de ruas secundárias levaria a que, observando um quadro geral e não apenas considerando duas habitações, o panorama fosse bastante complexo.⁹¹

A sudoeste do bairro residencial, na actual Rua das Flores, no logradouro do Grupo Desportivo do Castelo, foi encontrada uma área residencial, erguida possivelmente em meados do século XI, e que será contemporânea do bairro residencial. Esta área residencial foi erguida sobre um espaço previamente ocupado por silos ou fossas, ocorrendo uma clara modificação da sua funcionalidade, bem reveladora do aumento da densidade urbana na alcáçova neste período. Ao contrário do que ocorreu na Praça Nova, a exiguidade dos vestígios das habitações desta área residencial não permite uma caracterização detalhada, importando apenas referir que foram verificados aproveitamentos de fragmentos arquitectónicos de época romana, como uma inscrição epigrafada em ambas as faces que serviu de encaixe de um gonzo.⁹²

90 Khiara 1994; Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007a, 266; Pérez Ordóñez 2008, 381-388.

91 Sobre o impacto da estrutura habitacional na complexidade do urbanismo islâmico ver, Trindade 2007.

92 Cf. Gomes et Gaspar 2001b, 11-15.

3.4. O *rawdā* da Alcáçova

Na nossa reconstituição da alcáçova em meados do século XI, junto da mesquita, surge uma área assinalada como *rawdā* (pl. *riyad*), a qual consiste num jardim cemiterial exclusivo das elites governativas da urbe.⁹³ A nossa proposta deve ser tomada com cautela, pois os dados arqueológicos que a sustentam não são conclusivos.

Há duas informações que nos levam a considerar que existiu um *rawdā* na alcáçova de Lisboa: uma área de sepulturas delimitadas por um muro e as estelas funerárias islâmicas aí descobertas. Em primeiro lugar, durante as escavações que ocorreram na Praça Nova, no espaço situado entre o bairro residencial e a Igreja de Santa Cruz, que, como vimos, poderia ocupar o espaço de uma mesquita preexistente, foi descoberta uma área delimitada por um muro, aparentemente ajardinada e livre de construções, onde foi verificada a existência de uma necrópole islâmica, cujas sepulturas foram identificadas quer pela orientação E-O, quer pela posição do indivíduo em decúbito lateral direito, com a face do esqueleto virada para sul.⁹⁴ As inumações foram realizadas tanto no interior de simples fossas rectangulares escavadas na rocha como em construções rectangulares construídas com pedras e tijoleiras, tendo sido registados alguns pequenos muros na superfície que marcavam os espaços de sepultura. Neste espaço, foram descobertas, até ao momento, sepulturas de 14 indivíduos, dos quais apenas dois são adultos. Além disso, verificou-se que a grande maioria dos indivíduos não apresentava problemas dentários, por não terem cáries associadas.⁹⁵ Em segundo lugar, também durante as mesmas escavações, foram encontrados dois fragmentos de estelas funerárias de época islâmica, infelizmente ainda não traduzidos, nem devidamente analisados.⁹⁶ Ora, estes dois elementos parecem-nos suficientes para se considerar a existência de uma pequena necrópole de carácter privado, neste caso preciso, de um *rawdā*.

Um dos argumentos que se poderia opor à existência de um espaço funerário pertencente às elites urbanas da cidade seria a ausência de uma *qubba*, ou seja, de uma estrutura funerária, a qual constituiria uma marca social do indivíduo inumado.

93 Cf. Juez Juarros 1999, 793: “La palabra *rawdā* (pl. *riyad*), que como vimos significa jardín, era el término que se utilizaba en la Edad Media islámica, también en al-Andalus, para designar a los cementerios de las dinastías gobernantes; igualmente se aplicaba a los mausoleos que se hallaban dentro de los mismos, rodeados generalmente de jardines”. Há *riyad* confirmados, ou por fontes documentais ou arqueológicas, nas seguintes cidades do al-Andalus: Córdova (cf. Vaquerizo Gil 2003, 147); Múrcia (cf. Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2001, 85); Sevilha, Málaga, Badajoz e Almeria (cf. Juez Juarros 1999, vol. III, 801-804).

94 Cf. Gomes et Gaspar 2013, 402.

95 Cf. A. Gomes 2015.

96 Uma das lápides referidas figura no catálogo da exposição do Núcleo Museológico do Castelo de S. Jorge (Serra 2008, 41). Segundo as responsáveis das escavações, essa estela estava associada a uma sepultura, e estará “em estudo”, sugerindo estas autoras uma cronologia almorávida. No entanto, enquanto as estelas não forem devidamente analisadas por especialistas na área da epigrafia islâmica, a única observação possível é notar a alta qualidade estética dessa estela (cf. Gomes et Gaspar 2013, 402).

Todavia, segundo apurou Maribel Fierro na sua análise às fátuas andaluzas sobre tumbas e cemitérios, “*las construcciones en los cementerios eran desaprobadas sobre todo porque ocupaban espacio, porque quitaban homogeneidad y hacían que algunos musulmanes tuviesen privilegios frente a otros, convirtiéndose así en símbolos de pompa mundana considerados una innovación*”.⁹⁷ Quer isto dizer que a construção de *qibab* (pl. de *qubba*) não era obviamente uma regra convencional nos cemitérios públicos do al-Andalus, nem sequer nos *riyad* (pl. de *rawdā*) encontrados até agora. Por exemplo, nos *riyad* de Badajoz e Málaga não foram encontradas estruturas funerárias, mas apenas lápides, tal como aconteceu na Praça Nova, como já referimos.⁹⁸ Portanto, será possível, perante a existência de sepulturas num contexto ajardinado e próximo de uma mesquita, e, mais ainda, com o achado de uma lápide funerária não muito longe, que tenha existido um *rawdā* pertence às elites governativas da urbe, localizado a norte da Mesquita.

A cronologia em que inserimos este *rawdā* – meados do século XI – deve-se apenas a evidências circunstanciais. Referimo-nos a uma possível contemporaneidade construtiva entre o bairro residencial e esta necrópole, mas, como referimos, não possuímos quaisquer dados arqueológicos que nos permitam fechar esta questão. Além disso, os cemitérios privados localizados em alcáçovas parecem ser um fenómeno associado à desagregação do poder califal e à época de taifas, o que também nos leva a esta proposta. Na alcáçova de Badajoz, o reino de taifa a que pertenceu Lisboa e de onde são originários os filhos de Sabur, deverá ter existido um *rawdā*, pois aí foram encontradas as lápides de Sabur e de al-Mansur, o primeiro régulo aftássida.⁹⁹ Com efeito, parece-nos ter havido uma motivação política da parte dos filhos de Sabur – os quais, recordemos, tentaram fundar uma taifa sediada em Lisboa – e depois possivelmente construíram um *rawdā* na alcáçova da cidade, seguindo o exemplo do pai, que concretizou exactamente esse cenário em Badajoz.

Pelos motivos expostos, é importante considerar a presença de um *rawdā* na alcáçova em meados do século XI, pois além dos dados arqueológicos existem factos políticos que oferecem uma explicação e motivação lógica, tornando esta proposta, no mínimo, verosímil. A hipótese de esta necrópole estar relacionada com o momento do cerco de 1147 afigura-se como de explicação mais difícil. Pois,

97 Fierro 2000, 157; no mesmo sentido vão Cláudio Torres e Santiago Macias, quando se referem às necrópoles islâmicas no al-Andalus: “A argamassagem de sepulturas, embora fosse prática corrente no mundo romano, era proibida pelo rito malikita (seguido no Islão peninsular), o qual preconizava que o corpo devia estar em contacto directo com a terra. As sepulturas, de acordo com os preceitos em uso no mundo islâmico medieval, não deviam ser mais profundas que a cintura de um homem. As fossas deviam ser abertas na terra, sem qualquer obra de gesso ou fábrica que usasse barro. A cobertura seria de ladrilhos ou pedra. Na cabeceira podia colocar-se uma pedra lavrada com inscrição.” (cf. Torres et Macias 1996, 32).

98 Cf. Juez Juarros 1999, 802-803.

99 Cf. Juez Juarros 1999, 803.

nesse cenário, como se explicaria a existência de uma lápide tumular de grande qualidade artística no interior da alcáçova?¹⁰⁰

3.5. Os responsáveis pelas remodelações

Para terminar a análise à remodelação urbanística da alcáçova que ocorreu no século XI, não podemos deixar de examinar as circunstâncias e motivações políticas que poderão estar na origem do desligamento físico entre o topo da colina do castelo e o resto da cidade. Neste sentido, é lógico considerar que apenas um poder externo, carente de afirmação política, teria interesse em criar uma alcáçova em Lisboa; circunstâncias que se aplicariam tanto aos filhos de Sabur, que, como vimos, governaram os destinos da cidade entre 1022-1027 e 1031-1043, como à dinastia aftássida, que deteve o domínio sobre a cidade entre, pelo menos, meados da década de 70 e 1094.¹⁰¹ Com efeito, há motivações políticas claras para se erguer uma alcáçova em Lisboa, não exactamente nos meados do século XI, como apontam os resultados arqueológicos, mas muito próximo dessa época, pouco anos antes ou depois. A dúvida sobre os autores da construção da alcáçova de Lisboa será de muito difícil resolução, por isso parece-nos que devemos equacionar ambas as soluções: os filhos de Sabur e a dinastia aftássida.

O maior problema com que nos deparamos é a ausência de dados historiográficos relativos a acontecimentos políticos em Lisboa entre a saída do último filho de Sabur e a instalação efectiva do poder aftássida. A explicação proposta por Maribel Fierro para este silêncio das fontes merece ser considerada. Segundo a autora, “o anonimato dos dirigentes muçulmanos locais poderia interpretar-se como indício de um tipo de governo colectivo de inspiração tribal”.¹⁰² Teríamos, assim, um governo de homens sábios que faziam parte da população local e que respondiam perante as necessidades da cidade, ganhando especial peso e autoridade nos

100 A hipótese de esta necrópole estar relacionada com o cerco de 1147 é avançada pelas responsáveis das escavações na Praça Nova (cf. Gomes et Gaspar 2013, 402): “Se tivermos em conta que este tipo de necrópoles não são comuns em espaços urbanos, não possuindo dados que nos permitam propor uma cronologia, uma vez que não foi identificado qualquer espólio associado a qualquer dos enterramentos e que apenas se identificaram dois fragmentos de estelas com inscrição e que o mais completo se encontrava associado a uma sepultura – e que embora se encontre em estudo – foi datado como pertencente ao período almorávida e se tivermos em conta a proximidade do espaço da mesquita, pensamos que esta necrópole poderá estar relacionada com o período do cerco da cidade, em 1147, e com a necessidade de encontrar espaços não construídos para enterrar os mortos.” No entanto, parece-nos muito difícil aceitar que em contexto de cerco se tenha concebido um espaço funerário delimitado através de muros, precisamente junto da mesquita da alcáçova, e, além disso, é ainda mais difícil de compreender que se tenham concebido, durante o cerco, estelas funerárias como a que consta no catálogo da exposição do Núcleo Museológico do Castelo de S. Jorge, a qual foi encontrada precisamente sobre uma sepultura no referido local (S. Serra 2008, 41).

101 Uma das primeiras referências ao domínio aftássida de Lisboa, nesta segunda fase, verifica-se na notícia do *Mu'jib*, que afirma que al-Mutawakkil (1072-1095) governava Badajoz, Évora, Santarém e Lisboa (‘Abd al-Wahid al-Marrakushi 1898, 63).

102 Fierro 2007, 49.

momentos em que o poder político externo perdia força, tal como aconteceu em Lisboa entre os finais da década de 30 e o início da década de 70. Para conseguir sobreviver ao caos político dos meados do século XI, este tipo de governo de inspiração tribal teria de ser bastante maleável e flexível no que respeita a alianças e acordos com os poderes externos à cidade, o que poderá ter ocorrido em 1034, quando um membro da dinastia abádida parece refugiar-se na cidade, como já vimos. Será também, provavelmente, um vislumbre destes homens sábios e anónimos, destas “gentes de Lisboa”, como lhes chama Ibn Idari, que observamos quando o último Sabur acaba por sair da cidade, trocado por um governador aftássida, a pedido da própria população da cidade. Além disso, não pudemos deixar de notar que quando D. Afonso Henriques e os cruzados negociam com o poder muçulmano instalado na cidade, em 1147, fazem-no com um alcaide, possivelmente, nessa altura, de filiação almorávida, e com os anciãos da cidade, que mais uma vez surgem de forma colectiva e anónima.¹⁰³ Seja como for, estes homens tiveram inevitavelmente de ceder a sua autoridade aos governadores aftássidas, que surgem na documentação durante a década de 70.

Relativamente à questão da responsabilidade das obras de remodelação da alcáçova, datada pelos resultados arqueológicos de meados do século XI, não nos parece realmente plausível que as influentes elites urbanas da cidade tenham tido um papel de relevo na remodelação urbanística que levou à existência de uma alcáçova e à edificação do castelejo. A construção de uma alcáçova bem fortificada, dotada de um sistema defensivo como o castelejo, não poderá ser obra de uma elite urbana anónima, fazendo muito mais sentido que esta obra tenha sido realizada segundo a vontade de um poder externo à cidade, que necessitaria de defesas contra a própria cidade, as quais se materializaram no fecho da alcáçova e na construção do castelejo.

Parece-nos mais plausível, se os meados do século XI oferecidos pelos dados arqueológicos se puderem estender para a década de 30 ou para a década de 70, que esta obra tenha sido realizada sob a direcção dos filhos de Sabur, ou, algumas décadas mais tarde, pelos próprios governadores aftássidas, que criaram uma autêntica corte palatina em Lisboa. Com efeito, até surgirem novo dados arqueológicos ou documentais que nos permitam perceber melhor os acontecimentos políticos deste período mal conhecido, somos forçados a reconhecer que não é possível excluir qualquer destas duas hipóteses.

103 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 92 e 96. Ver também: Lourinho 2010.

Sintetizando, a informação arqueológica que possuímos indica que terá ocorrido uma importante remodelação da morfologia urbana, do topo da colina do castelo, algures em meados do século XI. A alcáçova de Lisboa, enquanto espaço distinto e autónomo em relação à medina, terá possivelmente surgido nesta época, acompanhada pela edificação do castelejo, obras que foram provavelmente fruto de uma intervenção externa à cidade. Além destas obras de carácter militar, a relevância da funcionalidade residencial aumentou consideravelmente no topo da colina do castelo, pois, foi edificado o bairro residencial numa área previamente desprovida de construções urbanas. Além disso, na Rua das Flores verificou-se uma alteração da funcionalidade do espaço, visto que uma antiga zona de armazenamento, ou lixeira, se tornou, nesta altura, numa zona habitacional. Tudo isto indica que terá sido em redor dos meados do século XI, um pouco antes ou depois, segundo parecem apontar os dados históricos, que a alcáçova de Lisboa ganhou as funcionalidades militar e residencial que a iriam caracterizar durante todo o resto da Idade Média.

4. A OCUPAÇÃO ALMORÁVIDA DA ALCÁÇOVA

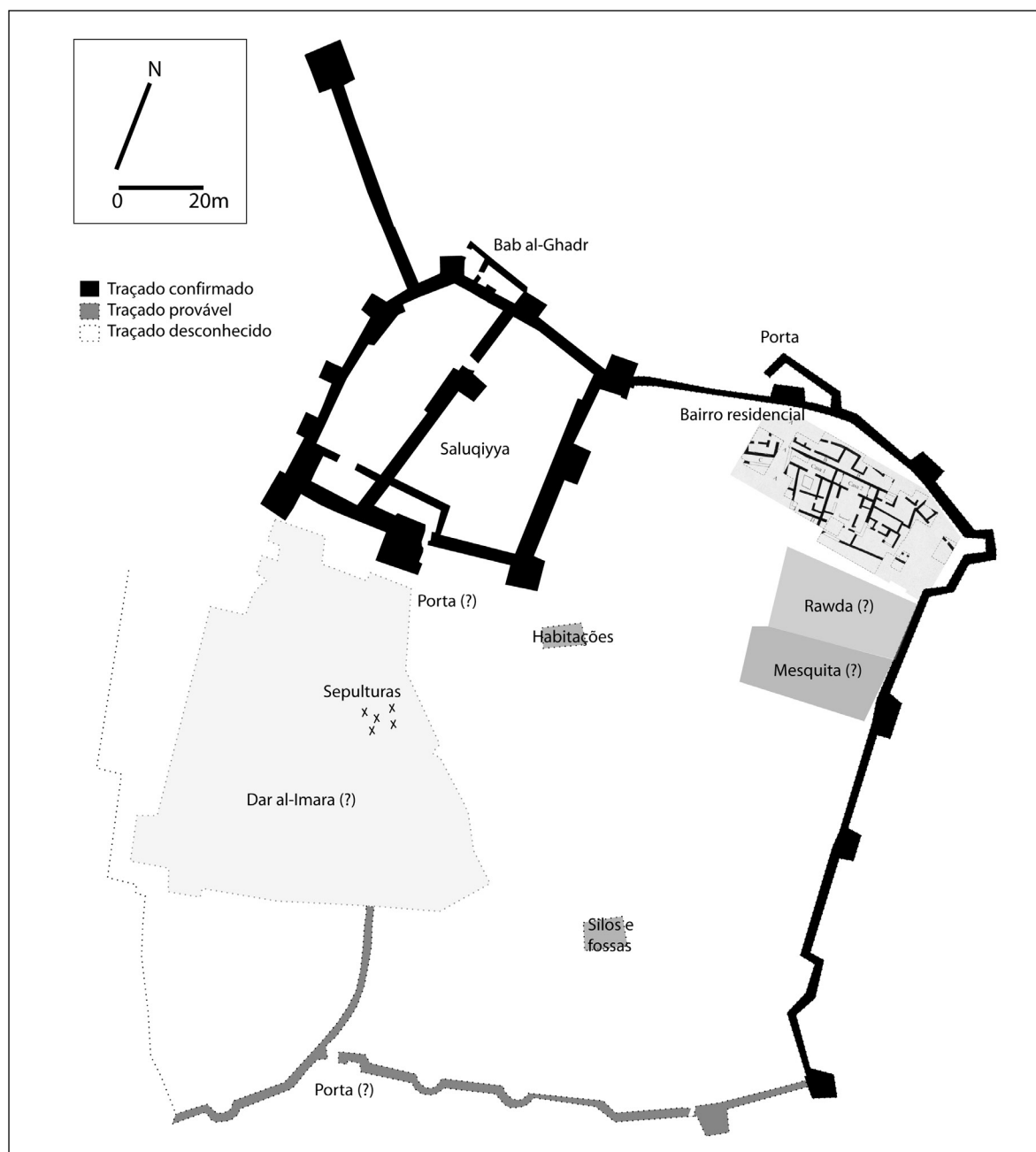


Figura 21. A Alcáçova em 1147

No ano em que D. Afonso Henriques consegue tomar Lisboa, com a fundamental ajuda dos cruzados, a forma urbana da alcáçova não seria muito diferente do que era após a reforma urbanística do século XI. Na realidade, apenas encontramos dois vestígios concretos directamente relacionados com a última fase de ocupação islâmica da alcáçova. Esses dois factores consistem, por um lado, nos enterramentos encontrados na actual Rua do Espírito Santo, e, por outro, em algumas marcas da ocupação almorávida no bairro residencial da Praça Nova.

4.1. Uma necrópole e pinturas murais no bairro residencial

Em 1997, durante escavações arqueológicas na actual Rua do Espírito Santo, foi descoberto um enterramento com vestígios osteológicos humanos “provavelmente do final da ocupação islâmica da cidade”.¹⁰⁴ Mais de uma dezena de anos mais tarde, na mesma rua, noutra edifício, foram encontradas três prováveis valas de sepultura, sem vestígios osteológicos humanos, que “pela orientação e pela sequência estratigráfica podem ter pertencido a sepulturas islâmicas”.¹⁰⁵ Estaríamos, portanto, perante vestígios aparentes de uma necrópole de época islâmica, que, apesar de não haver indícios estratigráficos precisos, foi relacionada com “o final da ocupação islâmica da cidade”, ou seja, com o período almorávida. Esta aparente necrópole levanta alguns problemas que devemos analisar. Como vimos anteriormente, estas não são as únicas sepulturas de época islâmica existentes na alcáçova. No entanto, ao contrário da sepultura localizada a sul do bairro residencial, junto da mesquita que aí existiria e enquadrada num espaço ajardinado, não nos parece que as sepulturas da Rua do Espírito Santo possam configurar-se como um *rawda*, pois não se encontravam num espaço ajardinado, nem junto de nenhum templo islâmico.

Se estas sepulturas são realmente de época almorávida, é possível que tenham sido feitas em contexto de cerco, durante os quatro meses em que os habitantes deixaram de ter acesso ao grande cemitério público da cidade, pois este foi rapidamente tomado pelos cruzados.¹⁰⁶ Seja como for, é necessário considerar a existência desta necrópole islâmica da alcáçova com toda a cautela e manter a questão em aberto, sobretudo no que toca à sua cronologia, pois os dados são muito escassos e as datações não são seguras. Inevitavelmente, levanta-se a seguinte questão: se não se

104 Gomes et Gaspar 1997.

105 Filipe 2011.

106 *A Conquista de Lisboa ao Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 103-105.

trata de um *rawda* nem de uma necrópole de época almorávida, relacionada com o cerco da cidade, então em que outro período faria sentido existir uma necrópole no topo da colina do Castelo, e porquê?

Se tivermos em conta apenas a visão clássica das cidades hispano-muçulmanas, que considera que os cemitérios “*en terre d’Islâm, sont généralement placés en dehors de l’enceinte*”,¹⁰⁷ somos forçados a rejeitar qualquer outra interpretação para as sepulturas islâmicas da Rua do Espírito Santo. Todavia, ultimamente têm surgido propostas que tentam explicar as mais recentes evidências arqueológicas de necrópoles localizadas no interior dos espaços murados das cidades do al-Andalus e que nos podem sugerir pistas válidas.¹⁰⁸ A proposta de Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo sobre a evolução urbanística das cidades hispano-muçulmanas defende a existência de diferentes fases evolutivas da medina, desde uma fase de dispersão urbana até a uma fase de saturação.¹⁰⁹ Com efeito, durante a fase inicial caracterizada pela dispersão, afirmam os autores que seria natural que em algumas áreas junto às muralhas da medina fossem reservados espaços livres para fins funerários, para a implantação de oficinas de olaria ou até mesmo como espaços agrários. O topo da colina do Castelo, previamente à remodelação urbana de meados do século XI, era, como vimos, uma zona pouco urbanizada, caracterizada por uma funcionalidade de armazenamento e lixeira, ou seja, uma zona erma da cidade, e, por isso mesmo, com potencial para acolher um espaço funerário. Com efeito, não se deve descartar a hipótese de esta necrópole ter sido um cemitério privado numa fase anterior à urbanização da alcáçova, que ocorreu em meados do século XI. Esta proposta não invalida, de modo nenhum, a possível presença de um grande cemitério público fora das muralhas da cidade, que, aliás, parece realmente ter existido a norte e a oriente da alcáçova.¹¹⁰

Mas, na verdade, devemos admitir que ambas as hipóteses sobre as sepulturas da Rua do Espírito Santo, quer fossem um pequeno cemitério privado, quer fossem uma necrópole efémera relacionada com o cerco da cidade, não poderão ser confirmadas nem refutadas enquanto a datação das sepulturas de época islâmica não for cronologicamente mais exacta.

107 Esta versão clássica, amplamente difundida por Georges Marçais (autor da frase citada) e por Leopoldo Torres Balbás, tem por base as posições topográficas que os espaços funerários ocupavam nas cidades do Norte de África durante a época colonial (Marçais 1957; Torres Balbás 1970). Visões mais actualizadas podem ser encontradas em: León Muñoz et Casal García 2010; Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2003, 346-350.

108 Sobre esta questão ver: Prólogo, Capítulo 2 – O urbanismo islâmico: do preconceito ao conhecimento.

109 Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2003, 319-381.

110 Ver: Parte V, Capítulo 1 – Pré-existências a norte da cidade; Subcapítulo 3.2 – A reconstituição possível da mouraria no final do reinado de D. Dinis.

A outra marca de ocupação almorávida na alcáçova é muito menos incerta. As pinturas murais das habitações do bairro residencial, reveladas nas escavações na Praça Nova, das quais sobressaem sobretudo as da parede do pátio central da casa 2, que apresenta um reboco pintado com motivos decorativos geométricos a vermelho almagre sobre um fundo branco e a parede do salão da casa 1, onde se verificaram rebocos com motivos geométricos pintados a branco sobre um fundo vermelho almagre.¹¹¹ A comparação, ainda que superficial, entre as pinturas murais do bairro residencial da alcáçova com as das habitações encontradas no Palácio de Orive, em Córdoba, revela grandes semelhanças. A cronologia das pinturas do Palácio de Orive está associada à primeira fase da época de domínio almóada da cidade, mais precisamente à época da urbanização deste bairro, possivelmente no segundo terço do século XII.¹¹² Perante estas semelhanças, é muito provável que as pinturas da alcáçova de Lisboa tenham sido realizadas na última fase de domínio islâmico da cidade, ou seja, em época almorávida. Se assim for, considerando que as pinturas murais do bairro almóada do Palácio de Orive são posteriores às das habitações da alcáçova de Lisboa, ambas parecem partilhar uma mesma matriz norte-africana, o que não nos pode espantar, pois as ligações entre a pintura mural das duas dinastias berberes são muito próximas, como pôde verificar Basílio Pavon Maldonado.¹¹³ Isto pode significar que os almorávidas adaptaram as habitações que haviam sido erguidas em meados do século XI, antes da sua chegada, às suas necessidades e modo de vida. Assim, podemos propor que o processo sofrido no bairro residencial da alcáçova de Lisboa terá sido semelhante ao que aconteceu na mesquita maior de Granada, onde a ocupação almorávida afectou apenas a decoração e manteve as estruturas intactas.¹¹⁴

4.2. A relevância da ocupação almorávida na forma urbana da Alcáçova

A historiografia tem repetido uma hipótese, que quanto a nós carece de fundamentação documental, segundo a qual Lisboa foi tomada militarmente pelo general almorávida Sir Abu Bakr, primo do emir Yusuf bin Tashfin, em Novembro

111 Gaspar et Gomes 2003, 219-221.

112 Cánovas Ubera et al. 2007, 491; Ruiz Lara et al. 2003.

113 Pavon Maldonado 2013.

114 Pérez Higuera 1997, 646; Torres Balbás 1945.

de 1094.¹¹⁵ No entanto, não há uma única fonte árabe que refira a conquista de Lisboa pelos almorávidas em 1094, o que se afigura muito estranho. Na verdade, a única fonte que serve de base a esta hipótese é uma passagem da *Historia Compostelana*, em que se refere uma batalha perto de Lisboa, na qual estiveram presentes o conde Raimundo e Diego Gelmírez, não surgindo quaisquer referências quer à tomada da cidade, quer a almorávidas, nem sequer a datas.¹¹⁶ Parece-nos mais verosímil que, após a tomada almorávida de Badajoz e a consequente morte do clã aftássida, tal como é referido nas fontes árabes,¹¹⁷ todo o resto da taifa se tenha submetido nominalmente aos almorávidas, mas em graus de sujeição diferentes, conforme a proximidade física do exército almorávida, que só terá chegado em números consideráveis a Lisboa em 1111, o ano da tomada de Santarém.¹¹⁸

A efectiva ocupação almorávida de Lisboa parece resumir-se a trinta e seis conturbados anos, pois a ameaça cristã estaria muito presente na cidade. Deste modo, não nos parece que o domínio almorávida possa ter afectado muito a estrutura urbana da alcáçova, que, como vimos, se formou sobretudo em meados do século XI. Muito provavelmente, foram realizadas obras de manutenção nas torres e nos panos de muralha da alcáçova, tal como nas outras estruturas defensivas da cidade, mas não há dados arqueológicos nem documentais que permitam corroborar estas questões. Uma notícia do *Bayan*, de Ibn Idari, confirma a existência de trabalhos de fortificação urbana no al-Andalus durante a época almorávida, visto que refere o estabelecimento de um imposto em 1125, denominado *ta'ib*, destinado à construção e reparação das cercas urbanas de Córdoba, Sevilha e Granada.¹¹⁹ Além disso,

115 Esta hipótese parece ter sido apresentada originalmente por Herculano, em 1875, que usa como fontes uma passagem da *Historia Compostelana* e um “historiador árabe” não nomeado (1875 2:218-19). No entanto, Herculano não propõe uma conquista militar almorávida de Lisboa, mas antes que “os sarracenos, unindo forças de todos os lados e, porventura, ajudados por algumas tropas almorávidas, que lhes houvesse enviado Sir, cercaram o conde e rompendo-lhe o campo o desbarataram”. Posteriormente, a tomada militar de Lisboa pelo general almorávida Sir foi tomada como um facto comprovado por Menéndez Pidal (1929, 536), posteriormente seguido por Bosch Vilá (1956). Em 1988, mantendo a mesma linha, Bernard Reilly (1996, 244) refere a passagem da *Historia Compostelana*. Posteriormente, José Mattoso (1993, 30-31) segue a mesma fonte e, por último, Maria Jesus Viguera Molíns retoma a mesma interpretação sem referir qualquer fonte (1992, 176).

116 *España Sagrada* 1765, 360: “Cum igitur idem Archiepiscopus ante Episcopatum post primam videlicet honoris B. Jacobi praeposituram, in provinciu cum Comite R. & cum optimatibus Gallaeciae ad extirpandam tenderet perfidiam Gentilium, Sarraceni collectis undique viribus, Christicolarum Castra prope Olisbonam circumdantes, imensa obsederunt bellatorum multitudinem.”, na nossa tradução, “Então, estando acampado o arcebispo, antes do episcopado e depois da primeira prefeitura da dignidade de S. Tiago, no campo de batalha com o Conde Raimundo e com os nobres da Galiza, para extirpar a perfidia dos infiéis, os Sarracenos, reunidas forças de todo o lado, cercando os castros dos habitantes cristãos, sitiaram-nos com uma imensa multidão de guerreiros”.

117 Cf. Abd Allah Ibn Buluggin 2005, 339-340; Dozy 1861, 4:338-342.

118 Para fundamentar a conquista de Lisboa em 1094, e notando o silêncio nas fontes árabes, em nota, Menéndez Pidal afirma que o *Rawd al-Qirtas* confunde a tomada de Santarém, em 1111, com a de Lisboa (Menéndez Pidal 1929, 2:536), mas não vemos razão para tal, quando não há qualquer informação sobre uma tomada de Lisboa anterior à de Santarém, nem na documentação árabe, nem na cristã, apenas encontramos a referência a uma batalha perto de Lisboa no episódio da *Historia Compostelana*. Todavia, devemos ter em conta que o *Rawd al-Qirtas* é uma obra com problemas graves no que respeita às datações, pois, segundo Dozy: “l’authorité d’Ibn Abi Zar’ est bien faible, car pour l’époque dont il s’agit, il est, sans contredit, l’auteur le plus mal informé de tous ceux que nous possédons (1849, 121). Deste modo, a questão sobre a data da tomada de Lisboa pelos almorávidas deverá permanecer ainda em aberto, pois a hipótese de 1094 carece de confirmação por todas as fontes, e, relativamente a 1111, apenas se confirma que Santarém foi tomada nesse ano.

119 Ibn Idari al-Marrakushi 1963, 170-172.

as alcáçovas de Niebla e de Jerez de la Frontera também parecem ter sofrido importantes intervenções em época almorávida. Deste modo, demonstra-se que as obras de reforço das estruturas defensivas urbanas se estenderam também a cidades secundárias, o que ganha ainda mais razão de ser quando estas estavam muito expostas a ataques dos cristãos, tal como era o caso de Lisboa, que, como sabemos, sofreu o ataque realizado pela frota do rei norueguês Sigurd em 1109, já referido no capítulo anterior.¹²⁰

De qualquer modo, a intervenção almorávida na face urbana da alcáçova de Lisboa parece ter tido uma mais relevante influência sobre a decoração estética do que propriamente sobre as estruturas, que se mantêm, na maioria, tal como estavam durante a época de taifas.

120 *The Heimskringla: Chronicle of the Kings of Norway* 1844, 150-151.

5. A ALCÁÇOVA DE LISBOA ENTRE 1147 E MEADOS DO SÉCULO XIII

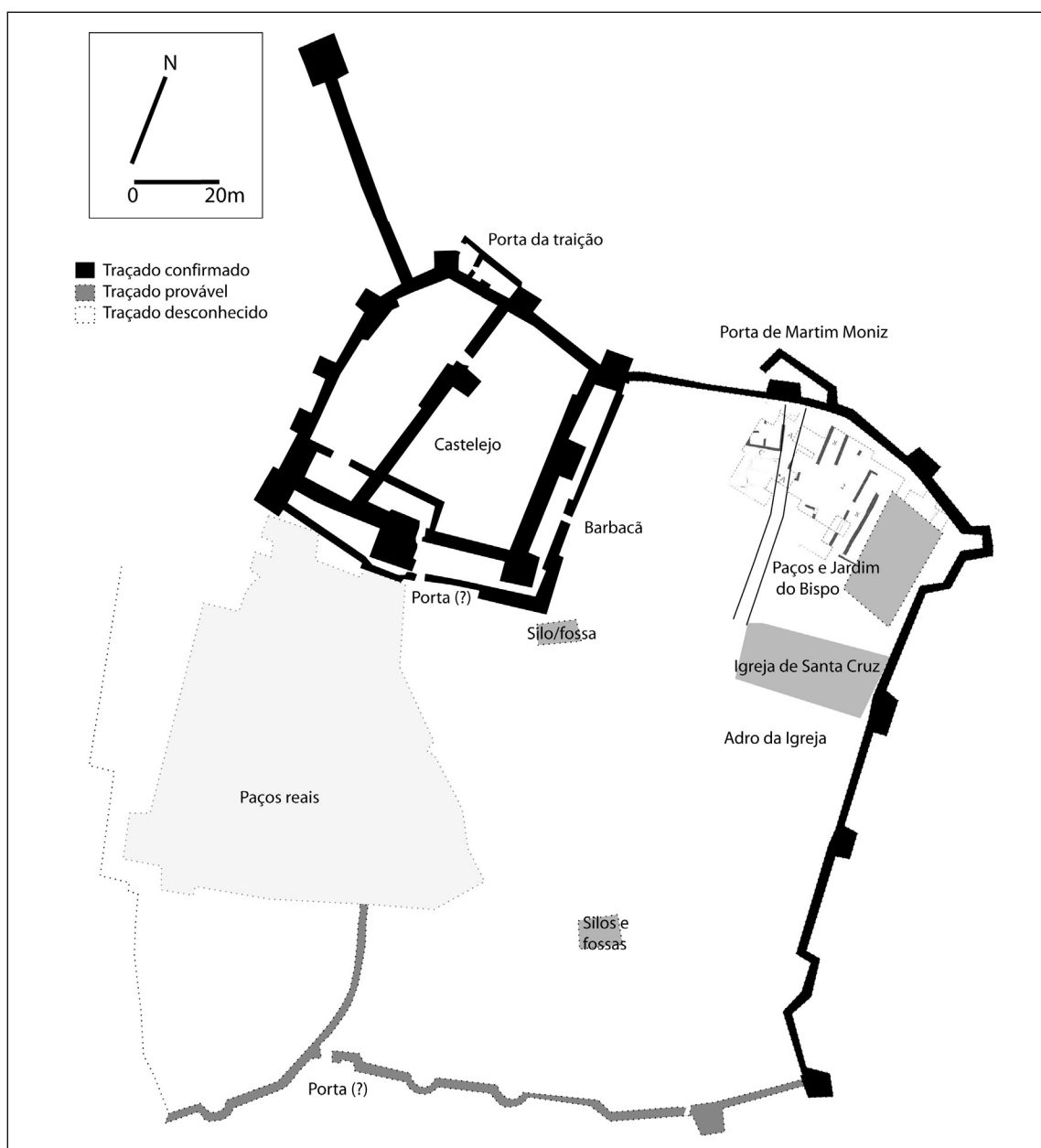


Figura 22. A Alcáçova entre 1147 e 1250

5.1. A transição pós-1147: continuidades e rupturas

A evolução da face urbana da alcáçova – entre o momento da tomada da cidade por D. Afonso Henriques e os cruzados, em 1147, e os meados do século XIII – está envolta numa densa névoa, que se deve, em grande parte, à ausência de dados documentais e à exiguidade dos dados arqueológicos, factos que dificultam bastante a nossa percepção desses primeiros cem anos de domínio político cristão. Ainda assim, é possível, analisando ao detalhe as escassas informações que nos chegaram, desenhar uma alcáçova que é, quase paradoxalmente, muito diferente da alcáçova islâmica, e que mantém, ao mesmo tempo, a mesma estrutura de base, especialmente no que se refere às funcionalidades das suas principais construções.

A escolha desta periodização, para esta parte da análise da evolução urbanística da alcáçova, deve-se sobretudo a dois factores. Por um lado, a documentação sobre a alcáçova, aliás tal como acontece com toda a cidade, conhece uma autêntica explosão após a entronização de D. Afonso III, o que nos possibilita uma análise muito mais detalhada do que ocorre em termos urbanísticos. Por outro lado, a história política da cidade, que está, como seria de esperar, estreitamente ligada à do reino, inicia exactamente na mesma altura uma nova fase, após os turbulentos anos em que o reino tinha mergulhado desde a morte de D. Sancho I.

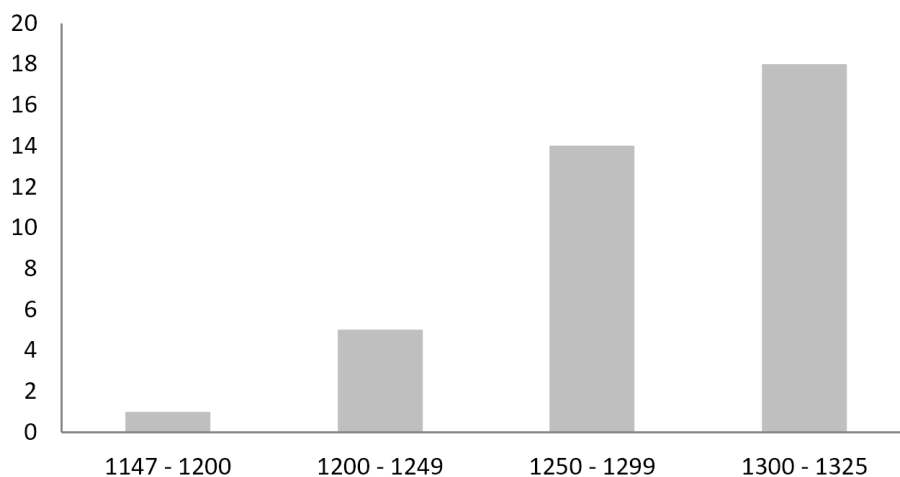


Gráfico 3. Referências documentais relativas à alcáçova de Lisboa¹²¹

¹²¹ As fontes que revelaram informação referente à alcáçova foram as Chancelarias Régias (ANTT), o fundo de S. Vicente de Fora (ANTT), as Gavetas da Torre do Tombo (ANTT), a Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova (ANTT), o *Livro de bens de D. João de Portel* e o Livro dos Pregos (Arquivo Municipal). As referências contabilizadas verificam-se sobretudo em contratos de aforamento, ou venda de propriedades.

Em Outubro de 1147, no dia em que os cristãos tomam definitivamente a cidade, o local escolhido para levantar o estandarte da cruz é, segundo o relato do cruzado, no local “mais alto da fortaleza”, presumivelmente, uma torre do castelejo, e logo nesse momento “o rei dá a volta a pé pelas muralhas do castelo cimeiro”.¹²² Este acto indica a principal função da alcáçova na lógica urbana da cidade durante todo o resto do século XII e até meados do seguinte. A alcáçova era e continuaria a ser, antes de mais, uma estrutura militar de características defensivas onde se abrigava o poder. O texto revela ainda a tomada de posse por parte do rei do “castelo cimeiro”, o qual nos parece corresponder ao castelejo, um local absolutamente estratégico para o domínio militar da urbe.

Sobre as consequências da conquista da cidade na forma urbana da alcáçova há duas questões de extrema relevância sobre as quais devemos reflectir. Em primeiro lugar, a cidade não caiu devido a um ataque fulminante e destruidor, pelo contrário, Lisboa entregou-se numa rendição com condições.¹²³ Em segundo lugar, de acordo com o pacto firmado entre D. Afonso Henriques e os cruzados, a cidade, após o respectivo saque, pertenceria ao rei que em seguida procederia à repartição dos bens imóveis como bem desejasse.¹²⁴ Ambas as questões se revelam fundamentais para compreendermos o que sucedeu com a forma urbana da alcáçova após a mudança do domínio político islâmico para o cristão. Além disso, devemos ainda somar o facto de o autor do *De expugnatione Lyxbonensi* não referir danos de monta nem nas muralhas, nem no interior da alcáçova. Relativamente aos dados arqueológicos, a informação decorrente das escavações do bairro residencial da Praça Nova indica uma ausência de incêndios ou destruições fracturantes logo após a tomada cristã, revelando antes um abandono progressivo e, sobretudo, alterações das funcionalidades dos compartimentos das casas do bairro residencial no período imediato à reconquista.¹²⁵

Tudo isto nos leva a considerar que a alcáçova de Lisboa foi entregue a D. Afonso Henriques com as suas estruturas praticamente intactas, mas muito provavelmente esvaziada, seja pela fuga dos muçulmanos, que com certeza levaram consigo tudo

122 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 139: “todos viram colocar no mais alto da fortaleza o estandarte da Cruz salvífica em sinal de sujeição da cidade, para louvor e glória de Deus e da santíssima Virgem Maria”.

123 Já Maria João Branco (2001, 221) notou a relevância deste facto.

124 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 91: “Quanto à cidade, se porventura a tomarem, tenham-na e mantenham-na até se fazer o escrutínio e ser saqueada, tanto para constituírem resgate de tudo como para outro efeito; e assim, finalmente, ma entreguem, depois de terem procedido segundo a sua vontade. Depois, porém, a cidade e as terras conquistadas serão repartidas de acordo com as suas condições, sob a minha orientação e tal como a cada um eu melhor conhecer, e deverão elas ser mantidas segundo os costumes e liberdades respeitabilíssimas dos Francos, para mim revertendo nelas apenas o direito de convocação.”

125 Cf. Gomes et Gaspar 2001, 403: “A evolução da ocupação do espaço, após a conquista, caracteriza-se pelo recurso a soluções diversas: alguns compartimentos são reutilizados; outros muros são construídos sobre derrubes de telhados; outros ainda constroem-se sobre camadas de abandono de compartimentos de época islâmica”.

o que puderam, seja pelo imediato saque dos cruzados, o qual, como notámos anteriormente, não deixou sequer incólume a casa do alcaide.¹²⁶ Já no referido pacto com os cruzados, é notória a vontade do rei em se assumir como principal organizador da gestão e distribuição da propriedade urbana durante a transição para o domínio cristão. Será exactamente isso que D. Afonso Henriques irá fazer.

Uma das modificações à forma da alcáçova que poderá ter ocorrido neste período, e que terá sido uma opção régia, consiste na inserção da barbacã no sistema defensivo do castelejo. A poucos metros dos panos de muralha meridional e oriental, uma barbacã defenderia o acesso ao castelejo. Observando a estrutura que hoje se conserva, a qual apresenta um alambor, um tipo de edificação que terá surgido na Palestina no terceiro quartel do século XII e que só posteriormente terá chegado à península, somos levados a pensar que esta barbacã tenha sido construída nessa altura.¹²⁷

Visto que as informações disponíveis para este período são extremamente lacónicas, é forçoso regressarmos ao texto de António Coelho Gasco para compreendermos os passos tomados por D. Afonso Henriques na distribuição das várias estruturas que compunham a alcáçova. Coelho Gasco afirma que “o Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva”, sendo óbvio que este rei mouro se trata do representante do poder islâmico na cidade.¹²⁸ Vimos anteriormente que a ocupação dos espaços de poder foi uma constante nos processos de reocupação da propriedade urbana, logo após a tomada das cidades do al-Andalus pelos reis cristãos, e observámos como em Lisboa provavelmente o rei terá tomado a mesma opção. Como já referimos anteriormente, parece-nos consequente a afirmação de Coelho Gasco de que Afonso Henriques terá tomado imediatamente as habitações do poder muçulmano que se situariam na alcáçova e também do próprio castelejo, uma das principais estruturas defensivas da urbe.

Mas é necessário aguardar até 1206, para se observar uma referência, ainda assim indirecta, à posse régia de propriedades na alcáçova, na seguinte carta de privilégios passada aos moradores da alcáçova¹²⁹:

Dom Sancho per graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a todos aquelles que destas letras ouverem conhecimento e noticia fazemos saber que os moradores da alcaçova de Lixboa ssi cavalleiros como cleliguos e piaaes me saam muito fiees e me fazem sempre muito serviço de dia e de noite. E porem lhes outorgo que elles nam sejam costramgidos a hïir em minha oste nem em minha adua. E esto otorgo assi a estes que aguora hïi moram com

126 Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 139: “Os colonienses e flamengos . . . aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa.”

127 Sobre a introdução do alambor no território nacional, ver: Barroca 1998, 802.

128 Gasco 1924.

129 Cf. *Documentos de Sancho I* 1979, doc. 236, 1:348.

a todollos outros que hii vierem morar e esto seja firme e valha para todo o sempre. E mando ainda que se o meu veador da fazenda emtemder aver direito em alguom delles que lhe nam faça penhora nem entre em sua cassa mais quando esto ouver de seer sejam penhorados pollo alcaide e alguaziis da dita cidade de Lixboa E estes nam lhes façam penhoras nem huuas em suas cassas, se de fora acharem penhores per que compridamente entrega seja feita. E mamdo mais aos sobreditos alcaide e alguaziis que sempre os julguem favoravelmente e os deffendam de toda a peioria.

Feita foi esta carta em Lisboa a III d’Abril Era de mil e duzentos e quoremta e IIIIº annos.

Baseado na menção ao serviço diurno e nocturno prestado ao rei pelos moradores da alcáçova, Ferreira de Andrade afirma a existência dos paços reais nesta altura, o que se afigura correcto, pois estes cavaleiros, clérigos e peões parecem estar directamente relacionados com o serviço ao monarca, o qual assegurava a sua estadia na alcáçova.¹³⁰ Com efeito, estes privilégios serão sucessivamente confirmados até ao reinado de D. Afonso V.¹³¹

A acreditar em Coelho Gasco, ainda durante o reinado de D. Afonso Henriques o bispo Gilberto estabeleceu-se na alcáçova, muito possivelmente devido a uma doação régia. Infelizmente, não há documentos relativos a essa doação e, como já vimos, a documentação que alude concretamente aos paços do Bispo é bastante tardia (século XV). No entanto, um documento de 1313, situa claramente casas e um jardim, pertencentes ao bispo exactamente no local onde depois encontramos os paços do Bispo na documentação do século XV.¹³² Portanto, mais uma vez, a hipótese de Coelho Gasco afigura-se como bastante provável. Se assim for, não pode constituir surpresa, pois, como notou Maria João Branco, o primeiro bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings (1147-1163/1164), um cruzado que participou na conquista da cidade, escolhido com a aprovação do próprio rei, foi um homem que esteve sempre, em termos de decisões políticas, ao lado do primeiro monarca português, aliás, tal como o seu sucessor D. Álvaro (1164-1184).¹³³ Tratava-se com certeza de homens em quem D. Afonso Henriques confiava e que, por isso, apesar de não fazerem parte da corte, se inserem na esfera régia, habitando junto da corte, na alcáçova.

130 Cf. F. Andrade 1949, 110: “Estas regalias que os habitantes da Alcáçova usufruíram através dos tempos, e enquanto os reis de Portugal residiram junto deles, são, talvez, a prova de que a residência do alcaide mouro fosse desde logo transformada nos paços dos primeiros monarcas, onde estes, até à transferência da corte para Lisboa, se vinham aposentar nas várias visitas a esta cidade”.

131 Cf. F. Andrade 1954, 175-182.

132 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 25: “*in domibus sitis prope porta Martini dicti Moniz et contiguis nostro viridario eiusdem loci quas domos olim tenebat et habebat in feudum sive perpetua voluntatem Dominicus Fernandi quoddam portionarius per dicte Ecclesie a dono Dominico quondam Episcopus Ulixbona predecesore nostro...*”, na nossa tradução, “nas casas situadas perto da porta dita de Martim Moniz e contiguas ao nosso jardim, o mesmo lugar onde antigamente existiam casas, que tinham como feudo ou por vontade perpétua Domingos Fernandes, porcionário da dita igreja, concedidas por Dom Domingos, bispo de Lisboa, nosso predecessor...”.

133 Cf. M. J. Branco 1998, 55-66.

Este documento de 1313 oferece um dado que coincide perfeitamente com os resultados das escavações arqueológicas, que, por sua vez, sugerem uma área de cultivo do lado oriental da Rua do Moniz, denominada no documento como *viridarium*.¹³⁴ Além disso, o documento confirma a proximidade entre o bispado e o priorado de Santa Cruz, reportando o contrato ao bispado de D. Domingos Jardo (1289-1293). É particularmente relevante notar que este jardim do bispo se localizava numa zona muito próxima e até mesmo parcialmente coincidente com o *rawdā* de época islâmica. Não nos parece que este facto tenha sido uma coincidência. Pois, se o *rawdā* era, como provavelmente seria, propriedade da mesquita que lhe era contígua, a sua posse passou, tal como todas as propriedades das mesquitas da cidade, directamente para as mãos da Sé, segundo uma doação régia que nos chegou.¹³⁵ Temos então aqui o exemplo de uma estrutura que provavelmente transitou directamente da posse das mesquitas para as igrejas, alterando-se a sua funcionalidade, de um espaço funerário para um espaço de cultivo. Relativamente à ocupação do espaço no paço do bispo, as soluções tomadas pelo novo proprietário foram muito diversas: “alguns compartimentos e suas coberturas são reutilizados; outros muros são construídos sobre derrubes de telhados; outros ainda constroem-se sobre camadas de abandono de compartimentos de época islâmica”.¹³⁶ É importante também notar que tanto a orientação do paço dos bispos como a funcionalidade dos compartimentos reaproveitados sofre alterações relativamente às habitações islâmicas que aí se localizavam, revelando uma lógica habitacional completamente diferente entre o domínio político islâmico e o cristão.¹³⁷

5.2. A igreja de Santa Cruz de Lisboa

Relativamente à Igreja de Santa Cruz, a referência documental mais antiga à sua existência data de 1165, mas com certeza já existia antes desse momento. Como vimos anteriormente, Coelho Gasco refere que a igreja se instalou numa mesquita; e aparentemente, mais uma vez, a proposta do autor seiscentista tem razão de ser. Há ainda uma informação que Coelho Gasco oferece que pode ser

134 Gaspar et Gomes 2003, 221-222: “Na área a Este entre o palácio e a muralha, a ausência de estruturas medievais e a boa preservação das islâmicas e respectivos níveis de abandono levam-nos a colocar a hipótese de corresponder a uma área de cultivo.”

135 *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* 1958, doc. 232, 284 (8 de Dezembro de 1149).

136 Gomes et Gaspar 2002, 403.

137 Gaspar et Gomes 2001, 99-102.

confirmada com a documentação posterior – o seu padroado. Afirma este autor que “a este Bispo lhe deu huãs nobres cazas junto com o Priorado de Sancta Crus”, o que é coerente não só com o documento exarado pelo bispo em 1313, já aqui referido, onde o próprio bispo afirma “*nostre ecclesia Sancte Crucis Ulixbone*”, mas também com outra documentação medieval.¹³⁸ Infelizmente, não sobreviveu qualquer documentação que nos elucide sobre o modo como foi realizada a transição do templo islâmico para o templo cristão, mas podemos supor que a igreja terá, numa primeira fase, funcionado no edifício da mesquita, que progressivamente foi sofrendo obras até se tornar numa igreja, da qual não conhecemos praticamente qualquer vestígios. Sabemos apenas que a igreja pré-pombalina sofreu obras de remodelação nos séculos XVI e XVII, o que nada nos ajuda para percebermos como seria nos primeiros séculos da sua existência.¹³⁹ A arqueologia poderá, no futuro, oferecer algumas respostas para esta questão.

138 Em 1241, o rei D. Sancho II confirma o padroado da igreja à Sé de Lisboa, e, numa visitação de 1342, o padroado de Santa Cruz ainda pertence ao bispo (Farelo 2013b, 64).

139 F. Andrade 1954, 21-26.

5.3. A propriedade urbana: os actores e o cenário urbano

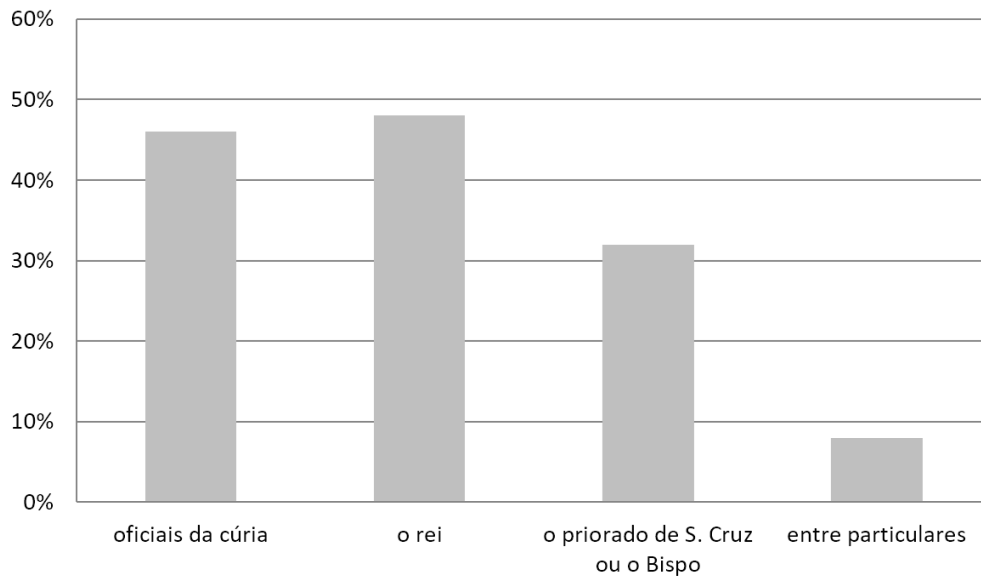


Gráfico 4. Intervenção na documentação relativa à alcáçova¹⁴⁰

Em toda a documentação relativa à alcáçova de Lisboa, até 1325, observámos trinta e seis documentos que, como se pode ver, dizem respeito, sobretudo, a transacções régias, de funcionários da cúria ou, ainda, do priorado de Santa Cruz, que, como vimos, pertencia ao bispado. Nesta documentação, é notório que as transacções entre particulares constituem uma minoria. Ora devemos atribuir esta discrepância a duas razões principais. Em primeiro lugar, a origem da documentação que sobreviveu até aos nossos dias é, em grande parte, das chancelarias régias ou da colegiada de Santa Cruz da Alcáçova, o que explica parcialmente que os documentos que dizem respeito a transacções régias e do priorado tenham chegado até aos nossos dias. Em segundo lugar, e o que nos importa mais aqui destacar, analisando a documentação observa-se que, inicialmente, a composição da propriedade urbana da alcáçova estaria sobretudo na posse da Coroa e que os monarcas foram progressivamente doando parcelas da alcáçova a pessoas da sua confiança, notoriamente a oficiais da cúria e, como vimos, num primeiro e

¹⁴⁰ Sobre as fontes usadas para a concepção deste gráfico, ver nota 121, p. 197.

possivelmente único momento, ao bispo, que também detinha o priorado de Santa Cruz. Vejamos como tudo isto aconteceu.

A opção régia em introduzir homens de confiança dentro dos muros da alcáçova surge muito cedo, pois além da carta de privilégios de D. Sancho I (1206), a documentação mais antiga que refere concretamente propriedade régia na alcáçova consiste em três doações de D. Afonso II, de Junho de 1218, nas quais, aparentemente, foi repartido por três casais o mesmo conteúdo.¹⁴¹ João Peres, cevadeiro-mor e sua mulher, Orvelido, D. Geraldo e sua mulher, Maria Gonçalves, e ainda Roolim e sua mulher, Elvira, recebem de D. Afonso II, cada um, um terço das casas da alcáçova de Lisboa e também de várias propriedades rurais em Salzedas, Queluz e Barouca. O que levaria o rei a agir assim, repartindo estas propriedades pelos três casais? A intenção do rei revela-se com clareza – estabelecer homens da sua confiança na alcáçova de Lisboa. Aliás, já a carta de privilégios de D. Sancho I distingue os moradores da alcáçova como “cavalleiros como cleliguos e piaaes me saam muito fiees”, ou seja, os oficiais da corte régia.¹⁴²

D. Afonso II parece seguir esta mesma lógica ao doar ao seu cevadeiro-mor a referida terceira parte das casas da alcáçova; relativamente a D. Geraldo, não conseguimos apurar qualquer informação, mas sobre Roolim a informação é bastante interessante.¹⁴³ Segundo a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, um dos líderes dos cruzados é exactamente Childe Roolim. Posteriormente, tal como frei António Brandão notou, a este Roolim ou a um seu filho, foi doada a Vila Franca, depois conhecida como Azambuja, por D. Sancho I, em 1200.¹⁴⁴ Nessa doação, ficamos também a saber que Roolim, fosse o pai ou filho, é oriundo da Flandres e que nessa altura já uma comunidade dessa origem povoava Vila Franca, aliás como a própria toponímia indica. Provavelmente, o Roolim que em 1218 recebe de D. Afonso II casas na alcáçova será já um parente do primeiro Roolim, que chegou com a frota de cruzados que participou na conquista de Lisboa. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, apesar de referir Roolim como primeiro alcaide e senhor da Azambuja, não presta grande auxílio no nosso caso, pois apenas se concentra na linhagem dos Roolim que descende de uma filha do cruzado, Maria Roolim, que terá vindo posteriormente de Flandres.¹⁴⁵ Seja como for, o mais relevante é

141 ANTT, Registo da Chancelaria de Afonso II, fls. 41-41v; ANTT, Mosteiro de São Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 2, doc. 6 e doc. 7.

142 Sobre a composição e estrutura da corte régia, ver: L. Ventura 1992.

143 Não nos parece impossível uma ligação de Roolim à *fratria* Raolis, que encontramos em vários cargos eclesiásticos da Lisboa de Duzentos, e, possivelmente, destes aos Rol, que surgem em vários cargos concelhios no século seguinte, tal como sugere Mário Farelo (2008, Anexo 1, 516-517). Sobre os irmãos Pedro e João Rol, ver: H. Fernandes 2010, 74-75.

144 Brandão 1632, 173-174; *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* 2009, 77.

145 *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* 1980, 2 (2):162-164.

que D. Afonso II considerava, muito provavelmente, Roolim, D. Geraldo e o seu cevadeiro-mor, João Peres, e as respectivas esposas, pessoas da sua confiança, que mereciam estar sob a protecção da alcáçova de Lisboa. É também importante notar que D. Afonso II não permaneceu regularmente nem demoradamente em Lisboa, preferindo ainda uma itinerância pelo eixo Guimarães, Coimbra e Santarém, uma realidade que se alterará definitivamente com a preferência de D. Afonso III pelo eixo Lisboa, Coimbra, Santarém.¹⁴⁶

Convém ainda reflectir um pouco sobre o momento escolhido por D. Afonso II para dividir por estes três casais parte da sua propriedade na alcáçova de Lisboa. Recordemos que até 1217, mais exactamente até ao momento em que se dá a conquista de Alcácer do Sal, Lisboa era sobretudo uma insegura cidade de fronteira, aliás, tal como Santarém, sobre a qual José Mattoso admite “que não atraísse muito a alta nobreza até ao ano de 1217”.¹⁴⁷ Lisboa, mais exposta, mais comercial e menos agrícola que Santarém, atrairia ainda menos a alta nobreza, tal como não atraia o próprio monarca, como acabámos de perceber. Esta doação de Afonso II, realizada no Verão de 1218, deve ser entendida num momento em que o monarca geria a recente vitória militar de Alcácer; e com certeza recebia com agrado, em Janeiro de 1218, o apoio do papado contra as suas problemáticas irmãs, bem como, nesse mesmo mês, uma nova confirmação da famosa bula *Manifestis Probatum*. Tratava-se, portanto, de um momento de “pacificação interna” e de “apaziguamento de tensões externas”, como afirma Maria João Branco,¹⁴⁸ e em que importava gerir melhor a não muito visitada alcáçova de Lisboa, agora finalmente mais segura em relação ao perigo muçulmano.

Além desta documentação, a única outra referência documental, anterior ao reinado de D. Afonso III, sobre a alcáçova consiste numa breve menção à Igreja de Santa Cruz na lista de igrejas de Lisboa citadas na Inquirição de 1220.¹⁴⁹

Infelizmente, não nos chegou um único documento produzido durante o reinado de D. Sancho II que nos ajudasse a reconstituir a evolução urbanística da alcáçova de Lisboa. Ainda assim, devemos referir que se tratou de uma época de conflito entre o rei, a sua família e o bispo da cidade, que se inicia logo no primeiro ano do reinado, com a morte de familiares do bispo Soeiro de Lisboa. Conflito esse que conhece mais um pico após a morte do bispo Soeiro II, em 1233, gerando-se então

146 Vilar 2008, 154-155; sobre a contextualização política do reino de D. Afonso II neste período e as consequências da conquista de Alcácer do Sal, ver: M. J. Branco 1999, 1:495-502.

147 Mattoso 1985, 282.

148 M. J. Branco 1999, 1:501; Vilar 2008.

149 ANTT, Gaveta I, maço 2, doc. 18.

um conflito centrado na eleição de um novo bispo, que terá oposto o rei ao papa e também, provavelmente, às elites da cidade.¹⁵⁰ Quer isto dizer que Lisboa não era, propriamente, uma cidade acolhedora e amiga de D. Sancho II. No entanto, é possível que o rei tivesse também realizado obras no paço real e que tivesse realizado doações de propriedades na alcáçova a homens da sua confiança, mas a documentação que nos poderia iluminar sobre estas questões nunca nos chegou, se é que alguma vez foi produzida. Justifica-se, assim, o vazio e dúvida insanável sobre o que terá ocorrido na alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Sancho II.¹⁵¹

As escavações no logradouro do edifício do Grupo Desportivo do Castelo, na Rua das Flores, indicam que a habitação que estava ocupada em época islâmica terá sido abandonada durante os séculos XII ou XIII, ou seja, muito provavelmente após a tomada da cidade.¹⁵² Este dado, em conjunto com as informações que já referimos sobre o bairro residencial da Praça Nova, levam-nos a crer que a densidade de ocupação urbana terá baixado significativamente após a tomada da cidade pelos cristãos. Facto que não pode constituir surpresa, pois as elites governativas da cidade, que habitavam este espaço, não teriam grande interesse em permanecer na cidade em condições muito diferentes das em que viviam anteriormente. Além disso, é bem possível que estas pessoas tivessem ainda meios para sair da zona de controlo cristão e recomeçar a sua vida em outra cidade do que ainda restava do al-Andalus, ou no Norte de África, ou até noutra zona mais remota do Islão.

Relativamente às áreas de armazenamento da alcáçova, as escavações arqueológicas revelaram que alguns silos/fossas, nomeadamente no Beco do Forno, foram usados continuamente desde a época islâmica até à época cristã, mais exactamente entre os meados do século XI e o século XIV.¹⁵³ Esta informação revela uma continuidade indesmentível no que se refere à vida quotidiana da cidade, o que aliás tem sido a interpretação geral dos resultados arqueológicos sobre produção de cerâmica da fase de transição da época islâmica para cristã na cidade de Lisboa.¹⁵⁴

150 Sobre os conflitos entre Sancho II, os bispos de Lisboa e a oligarquia urbana dessa época, ver: H. Fernandes 2010, 67-75; 256-259; 305-307.

151 Sobre o vazio documental deste reinado, ver: H. Fernandes 2010.

152 Cf. Gomes et Gaspar 2001b, 16: “A terceira fase deste período medieval corresponde ao registo do abandono de algumas estruturas habitacionais; nesta camada foram encontradas cerâmicas da transição (meados XII-XIII) cujas peças melhor conservadas correspondem a um cântaro e a um tacho já típicas desta época.”

153 Cf. Gomes et al. 2005, 222.

154 Cf. Gomes et al. 2005, 226: “Na produção da transição verificam-se continuidades formais embora se registem algumas evoluções nomeadamente nas jarrinhas que no essencial passam a ter um pé que vai ser uma característica desta forma no séc. XIII e sobretudo no séc. XIV. Os cântaros também mantêm no essencial a forma e a decoração pintada, características do período islâmico, continuando a ser uma das formas mais comuns neste período.” Salomé et Calado 2012, 23: “Mas a nossa motivação é a de que, tendo presente a convicção de uma segurança estratigráfica segura, poderemos reforçar a ideia de sobrevivência tipológica e decorativa de formas islâmicas em Lisboa durante a segunda metade do século XII, e mesmo durante as primeiras décadas do século seguinte.” Bugalhão et Folgado 2001, 125: “A produção oleira na cidade prolongou-se após a reconquista afigurando-se como muito provável a continuidade dos locais especializados de produção já existentes na cidade islâmica, não se verificando rupturas fortes a nível da produção e, logo, da cultura material.”

Já referimos aqui a possível necrópole islâmica da Rua do Espírito Santo, importa agora notar que sobre essa necrópole se sobrepôs uma necrópole cristã, exactamente no mesmo local, e que terá funcionado, possivelmente, entre os séculos XII e XIII, ou seja, num primeiro período após a conquista da cidade.¹⁵⁵ A falta de documentação não nos pode impedir de aceitar as evidências sobre a existência de uma necrópole cristã neste local algo inesperado, sobretudo porque os espaços de culto cristão mais próximos são a Capela Real de S. Miguel e a Ermida do Espírito Santo, que terá sido fundada, aparentemente, no tardio século XVI.¹⁵⁶ Perante esta realidade, fica levantada a questão sobre a origem deste estranho local onde a uma necrópole islâmica se seguiu uma necrópole cristã. A única hipótese que podemos aqui avançar, a qual, desde já, admitimos consistir em mera especulação, seria a de estas sepulturas estarem de algum modo associadas à Capela Real de S. Miguel, de que temos notícia desde o reinado de D. Dinis, mas que já funcionaria anteriormente.¹⁵⁷ Não sendo, aparentemente, enterramentos de indivíduos da nobreza, poder-se-á tratar de clérigos afectos à capela real. Seja como for, esta inesperada necrópole existiu realmente e não pode ser, de modo nenhum, omitida.

Contudo esta continuidade ao nível da cultura material e também desta inesperada necrópole não nos pode iludir e levar a considerar que tudo na vida da cidade permaneceu intocável após a alteração no poder político causada pela tomada da cidade em 1147. Na verdade, o que parece ocorrer é uma situação mais complexa, em que se verificam continuidades, tanto na persistência da cultura material como na funcionalidade das estruturas mais relevantes, como os locais de culto religioso ou o espaço privilegiado do poder político, mas também ocorrem alterações profundas, não propriamente no momento imediato à conquista, mas ao longo do tempo, tal como pudemos observar nas alterações das funcionalidades dos compartimentos das habitações da Praça Nova, e na própria estrutura do paço do bispo. Além destes factores, é importante ter em conta o vazio populacional que o espaço da alcáçova terá provavelmente conhecido após a tomada da cidade pelos cristãos. Não restam dúvidas de que as profundas alterações que então tiveram lugar na sua governação tiveram impacto nas elites que habitavam na alcáçova,

155 V. Filipe 2011, 36: “Durante a época medieval cristã o local conheceu pelo menos duas fases de ocupação. Uma primeira como necrópole, centrada nos séculos XII/XIII, e uma segunda, entre os séculos XIII e XV, marcada pela construção de silos, não se tendo registado qualquer estrutura positiva deste período.”

156 F. Andrade 1954, 71: “Baptista de Castro informa laconicamente que fora fundada no reinado de D. Manuel pelos navegantes da carreira da Índia. Nada mais elucida e nada mais se sabe”.

157 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3. fl. 6: “esguardando que na nossa capela de Sam Miguel das nossas casas de Lisboa não havia capelão assim como devia a ser na capela de Reis a serviço de Deus e a prol de nossas almas quero e estabeleço e mando pola alma de meu padre e de minha madre e dos Reys . . . que a dita capela aja capelão seu próprio para todo o sempre . . . e faça aí continuamente residência”.

que com certeza a abandonaram por completo. Permaneceram as estruturas, que foram parcialmente aproveitadas, sobretudo as estruturas militares, as estruturas de armazenamento, os espaços de culto, obviamente transformados e adaptados à nova religião que albergavam, e ainda, possivelmente, a habitação do representante do poder político.

Após 1147, tudo o resto na alcáçova se alterou, sobretudo porque as pessoas que ocuparam o espaço murado do topo da colina do castelo eram oriundas de uma realidade bastante diferente do mundo islâmico que substituíram. Com efeito, a transição entre o domínio político islâmico e o cristão revela-se, em Lisboa, um momento marcado por uma situação complexa, que não é possível reduzir apenas a uma continuidade ou uma ruptura, mas onde ambas ocorrem de formas diferentes, consoante o objecto que se observa. Face ao vazio populacional a que a alcáçova foi submetida, após a tomada cristã da urbe, a atitude dos primeiros monarcas portugueses revela-se com clareza. Com efeito, ao escolher a alcáçova de Lisboa como um dos locais onde habitariam temporariamente, seria importante que nela habitassem também os seus mais próximos, tal como observámos na carta de privilégios de D. Sancho I e nas posteriores doações de D. Afonso II. Esta situação viria a aprofundar-se nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, situação que se relaciona indubitavelmente com a escolha de Lisboa como a primeira cidade do reino.

6. A ALCÁÇOVA EM MEADOS DO SÉCULO XIII

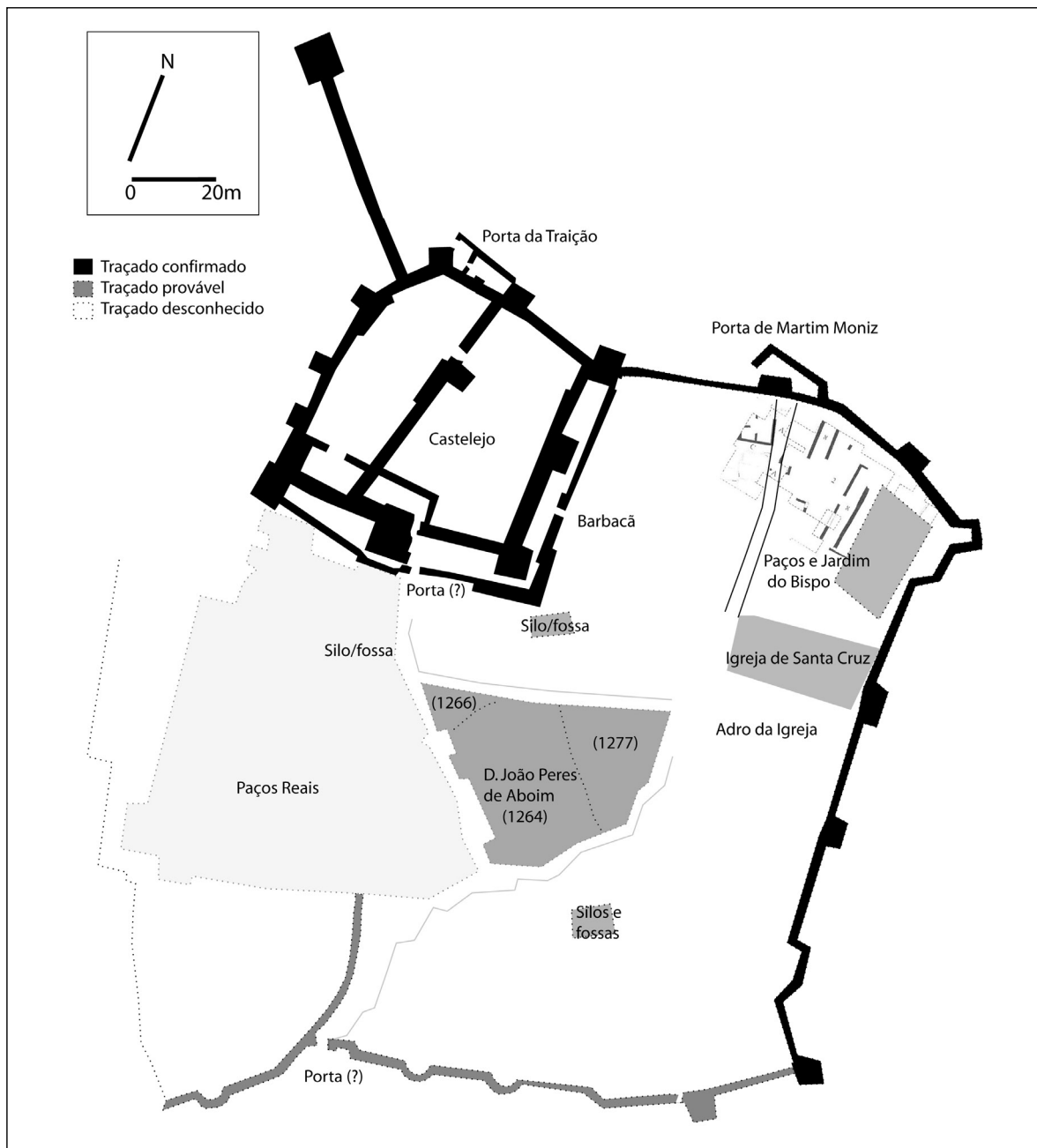


Figura 23. A Alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Afonso III

Desde Alexandre Herculano que a historiografia afirma que D. Afonso III foi o primeiro monarca português a escolher Lisboa como capital do reino.¹⁵⁸ Ao longo do seu reinado, este rei foi tornando as cidades portuguesas em elementos cada vez mais fundamentais para o funcionamento da monarquia. O seu objectivo era simples e claro: aumentando a força política, social e económica das urbes, estas bloqueariam o avanço dos senhorios; ao mesmo tempo, quanto maior fosse o seu desenvolvimento, maiores seriam os ganhos económicos provenientes das rendas urbanas. Nesta perspectiva, é natural, durante este período marcado pela sedentarização do poder régio, que Lisboa, então a maior urbe do reino, fosse olhada com especial atenção por D. Afonso III. O percurso da economia da cidade desde 1217 até aos meados do século XIII – caracterizado por um afastamento da economia de guerra, baseada no saque, e por uma aproximação a uma economia suportada tanto no comércio como na produção agrária do termo da cidade – tornava-a muito atractiva para o rei, um dos principais proprietários da urbe, levando-o a aí permanecer cada vez mais tempo, trazendo consigo a corte e toda a burocracia régia.¹⁵⁹

Deste modo, não se pode considerar uma surpresa o facto de a primeira referência explícita aos paços reais ocorrer exactamente numa doação deste monarca de uma sua propriedade na alcáçova, onde refere, em 1264, a propósito de umas confrontações: “*palatijis meis*”, ou seja, “os meus paços”.¹⁶⁰

6.1. D. João Peres de Aboim: Acção privada na forma urbana da alcáçova

A documentação que diz respeito à alcáçova, produzida durante o reinado de D. Afonso III, revela duas situações que, após uma merecida análise, nos ajudam a compreender melhor o que ocorria no topo da colina do castelo durante este período. Em primeiro lugar, surge um novo actor na gestão da propriedade urbana da alcáçova: D. João Peres de Aboim (c. 1210 – c. 1287), segundo as palavras de frei António Brandão, “hum dos mais ricos senhores que ouve em Portugal naquelle tempo”. Em segundo, a gestão do património do priorado de Santa Cruz localizado na alcáçova.

158 Herculano 1875, 5:145; Marques 1988d, 81; F. Andrade 1949, 111; Mattoso 1995, 1:73-74; L. Ventura 2009, 35-37.

159 Farelo 2004, 130-131.

160 ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, liv. I, fl. 70.

Começemos por analisar a intervenção de D. João Peres de Aboim na alcáçova de Lisboa. A ligação entre D. João Peres de Aboim e o monarca era muito estreita, pois já em França e em Espanha havia servido o rei, e a confiança que o monarca depositou neste homem espelha-se nos vários cargos que desempenhou na cúria portuguesa: subsignifer (1250-1255); mordomo da rainha (1254-1259); mordomo-mor (1264-1279); tenente de Ponte de Lima (1259); tenente de Évora (ou do Alentejo) (1270-1279).¹⁶¹ Na verdade, segundo Leontina Ventura, João Peres de Aboim foi “o mais fiel dos fiéis de Afonso III”.¹⁶²

A sua actividade na alcáçova de Lisboa inicia-se a 8 de Março de 1264, pouco mais de oito meses antes de se tornar mordomo-mor da cúria, em que Afonso III lhe doa, as “*domos meas in quibus solebant tenere meum panem quas habeo in allcaçoua ueteri Vlixbone in parrochia sancte Crucis*”, ou seja, o monarca cede ao seu privado algumas casas que detinham uma funcionalidade relacionada com a conservação de alimentação.¹⁶³ Observando as confrontações mencionadas no documento, é possível localizar aproximadamente estas casas. Infelizmente, não conseguimos perceber se o privado de D. Afonso III mantém ou não, neste primeiro momento, a mesma funcionalidade destas propriedades, que parecem ser armazéns de pão, ou se as torna em habitações.¹⁶⁴ Sabemos, sim, é que o interesse do mordomo-mor pela alcáçova de Lisboa vai continuar. Isso evidencia-se na compra de um campo ou monturo, dois anos depois, que se localizava a par das suas casas, as quais presumimos que sejam as que D. Afonso III lhe havia doado. Em seguida, no último dia de Janeiro de 1277, João Peres de Aboim, acompanhado de sua mulher, D. Marinha Afonso, compram umas casas com curral a Vicente Fernandes, reitor da Igreja de S. Tomé, as quais, mais uma vez, confrontavam com propriedades suas.¹⁶⁵ A tipologia das propriedades adquiridas por D. João de Aboim, um monturo e casas com currais, revela que a alcáçova estava, em meados do século XIII, ainda não muito urbanizada, e que provavelmente as propriedades ainda teriam uma dimensão considerável, e não estariam totalmente aproveitadas em termos urbanos. Mas esta situação, fruto da já referida desurbanização após a conquista da cidade, iria alterar-se rapidamente durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis.

161 L. Ventura 1992, 2:565.

162 L. Ventura 2009, 111.

163 ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, liv. I, fl. 70.

164 O facto de se referir aqui um armazém de pão não é dispiciendo, pois, como notou António Ravara, do mesmo modo que D. Afonso III geria grande parte do pão produzido em Santarém, muito provavelmente também o faria em Lisboa (Ravara 1967, 9).

165 *Livro dos bens de D. João de Portel*, 138.

Regressando à actividade de João Peres de Aboim na alcáçova, nas operações de compra referidas sobressai claramente um movimento de expansão da propriedade por parte do privado do rei. Um padrão que não lhe é inédito, pois já em Santarém tinha começado por receber, em 1249, após a conquista de Faro, uma doação régia de casas no termo, em Alprão, às quais posteriormente agregou, através de compra, outras casas contíguas àquelas. O *modus operandi* era simples: após uma primeira doação régia, o privado do rei adquiria propriedades contíguas, aumentando assim a sua propriedade numa lógica aparentemente territorial. É importante perceber que o património imobiliário deste poderoso homem da corte de D. Afonso III não se limitava a bens urbanos em Lisboa e Santarém, possuindo também um razoável senhorio no norte do reino (Ponte da Barca e Vila Verde), acrescido de mais uma vasta quantidade de bens rústicos e urbanos nas cidades e respectivos termos de Coimbra, Caldas da Rainha, Óbidos, Ourém, Sintra, Mafra, Torres Vedras, Elvas, Moura, Beja, Torres Novas, Cartaxo, Alcanena, Montemor-o-Novo, Portel, Reguengos de Monsaraz e, finalmente, Estremoz.¹⁶⁶ Tratava-se, portanto, de um grande proprietário, tanto de bens urbanos como rústicos, localizados em várias partes do reino, e que operou, na alcáçova de Lisboa, exactamente do mesmo modo que já havia feito noutros locais. No entanto, não podemos deixar em claro que este homem merecia a maior confiança de Afonso III, um monarca que segue a mesma direcção que os seus antecessores, reunindo na alcáçova pessoas da sua maior confiança e intimidade.

Analisando a documentação referente ao património de D. João Peres de Aboim na alcáçova de Lisboa, deparamo-nos com uma agradável surpresa, pois é possível compreender a topografia em que as suas casas se inserem e perceber a lógica das suas compras. Nestes documentos, as confrontações são bastante claras, e através delas podemos perceber que a doação régia, de 1264, deixa o privado de Afonso III numa posição central na alcáçova. As compras posteriores de 1266 e 1277 dotam o património de D. João Peres de um espaço muito considerável, que se estendia entre o paço do rei e o adro da Igreja de Santa Cruz, sendo possível desenhar aproximadamente as três ruas que delimitavam a sua propriedade. Apesar de as fontes não serem exactas nem possuírem medições, e devido a isso não podermos confirmar a localização exacta destas propriedades, conseguimos, ainda assim, combinar as confrontações destas propriedades com as ruas visíveis na planta de Tinoco de 1650. Ou seja, perante estes dados podemos afirmar que

166 L. Ventura 1992, 2:565-572; 1986, 57-73.

a estrutura viária da alcáçova parece não se ter alterado significativamente entre o século XIII e o XVII, uma realidade que as escavações arqueológicas da Praça Nova já haviam confirmado no eixo viário que ligava a Igreja de Santa Cruz à Porta do Moniz.¹⁶⁷

6.2. Acção urbana na Alcáçova: A Igreja de Santa Cruz e a Coroa

Fora do espectro da acção régia, a Igreja de Santa Cruz também geria as suas propriedades na alcáçova. O documento mais antigo da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, datando de 1258, diz respeito a um aforamento de um figueiral e ferragial, portanto um campo de cultivo, localizado dentro da alcáçova, perto da Porta do Moniz, feito a Vicente Vivas e sua mulher, D. Sancha.¹⁶⁸ É muito provável que esta propriedade estivesse relacionada com o já referido Jardim do Bispo, que surge num documento de 1313, pois talvez lhe fosse contígua, ou até constituísse parte dela, porquanto seria muito possível que o bispo a entregasse ao priorado de Santa Cruz para este a subarrendar, gerindo-a como lhe conviesse. A localização desta propriedade parece ser exactamente a mesma da do Jardim do Bispo, mas a falta de exactidão das fontes não nos permite ir mais longe do que localizar aproximadamente. Relativamente a Vicente Vivas, parece ser uma data muito precoce para este ser o irmão de João Vivas, procurador do concelho na segunda e terceira década do século XIV, mas pode ter sido seu familiar.¹⁶⁹ De qualquer forma, o título de “dona” dado à sua mulher parece indiciar uma categoria social elevada, mas é muito difícil caracterizar socialmente a família Vivas do século XIII, pois este nome surge em vários indivíduos aparentemente com ocupações muito diferentes e, provavelmente, pertencendo a classes sociais também muito diferentes.¹⁷⁰

167 Cf. Gomes et Gaspar 2002, 403: “A planta anterior ao terramoto apresenta a existência de um eixo entre a Igreja de S. Cruz e a Porta do Moniz, denominada rua do Moniz, eixo este que já referimos para a época islâmica, que será repavimentado em época medieval e ainda posteriormente.”

168 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 1.

169 Sobre o João Vivas que foi procurador do concelho no século XIV, ver: Farello 2008, Anexo 1, 531-533.

170 Num documento de 1254, regista-se um Vicente Vivas, prior de Sesimbra, na qualidade de testemunha, não sendo impossível que este seja o mesmo Vicente Vivas que celebra o contrato de aforamento do ferragial e figueiral na alcáçova de Lisboa (ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 253). Outros Vivas estão patentes na documentação ducentista de Lisboa: Vivas Martins testemunha uma doação de rendas de casas na Madalena ao Convento de Chelas, em 1237 (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 9, 175); talvez o mesmo Vivas Martins possui umas casas na freguesia da Madalena em 1269 (cf. ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 94v); João Vivas, em 1240, doa uma vinha com casa, pomar e horta, que tinha sido doação régia ao Convento de Chelas (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 10, n.º 192); D. Vivas e sua mulher D. Sol vendem uma casa na freguesia de S. Pedro, em 1272 (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 12, n.º 225); Domingos Vivas, mercador, testemunha uma venda de adega em S. Julião, em 1262 (ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 251); em 1281, Bartolomeu Vivas, clérigo é testemunha de uma doação de portais de casas ao Mosteiro de Santos (ANTT, Gaveta 21, maço 3, doc. 8).

Após a análise da documentação, devemos reflectir também sobre algumas evidências arqueológicas que não encontram reflexo na documentação e que levantam muitas questões. Já referimos anteriormente a inesperada necrópole islâmica que foi sucedida por uma necrópole cristã, devemos agora notar que, nesse mesmo local, em algum momento do século XIII, foram construídas estruturas de armazenamento, no que se revela uma alteração de funcionalidade bastante relevante. Possivelmente, estes silos estariam relacionados com o armazenamento de alimentos do paço real, mas a falta de evidências arqueológicas e documentais não nos deixa afirmá-lo com segurança.

Uma outra questão acerca da qual a documentação não fornece dados alguns são as obras realizadas na alcáçova por ordem de D. Afonso III. Sabemos que este rei realizou uma verdadeira “política de amuralhamento”, reformando fortificações por todo o território do reino, desde Caminha e Melgaço até Estremoz e Castro Marim.¹⁷¹ Todas estas obras ficaram marcadas por inscrições epigráficas e por escudos com as armas nacionais, que também encontramos na alcáçova de Lisboa, mais exactamente no Portão do Espírito Santo, no limite norte da rua com esse nome, no acesso entre a área palatina e a alcáçova, onde se acha um brasão com as armas do reino, do reinado deste rei.¹⁷² Além deste brasão, devemos também relembrar um imposto colectado em 1261 em várias freguesias da cidade, “*pro ad muros construendo*”, ou seja, para a construção de muros.¹⁷³ Com efeito, é muito provável que durante este reinado tenham sido reparados não só os muros interiores, como é o caso do muro onde se encontra o brasão, mas também os muros exteriores da alcáçova.

Portanto, temos a certeza que D. Afonso III realizou obras, com algum significado na alcáçova, mas não podemos perceber exactamente se foram obras de remodelação e conservação das estruturas militares ou se também os paços reais foram objecto de intervenção nesta altura. Com os dados actuais apenas sabemos, com certeza, que houve acção régia sobre a forma urbana da alcáçova de Lisboa durante o reinado de Afonso III, mas infelizmente não podemos saber qual foi.¹⁷⁴

171 Cf. L. Ventura 2009, 139; Barroca 2000, 2(1):883-888; 906-909; 982-984.

172 A. V. Silva 1937, 104.

173 A referência feita por Alexandre Herculano não indica o número do documento pertencente ao fundo do Mosteiro de Chelas (cf. Herculano 1875, 5:146).

174 Sobre esta questão, Pedro Dias argumenta o seguinte (P. Dias 1994, 181): “Os nossos reis foram introduzindo benfeitórias nas suas moradas, não sendo crível que um homem como D. Afonso III, habituado ao luxo das refinadas cortes europeias, se sujeitasse a viver nos modestos ambientes dos paços do seu irmão ou do seu pai.”

7. A ALCÁÇOVA DE LISBOA DURANTE O REINADO DE D. DINIS

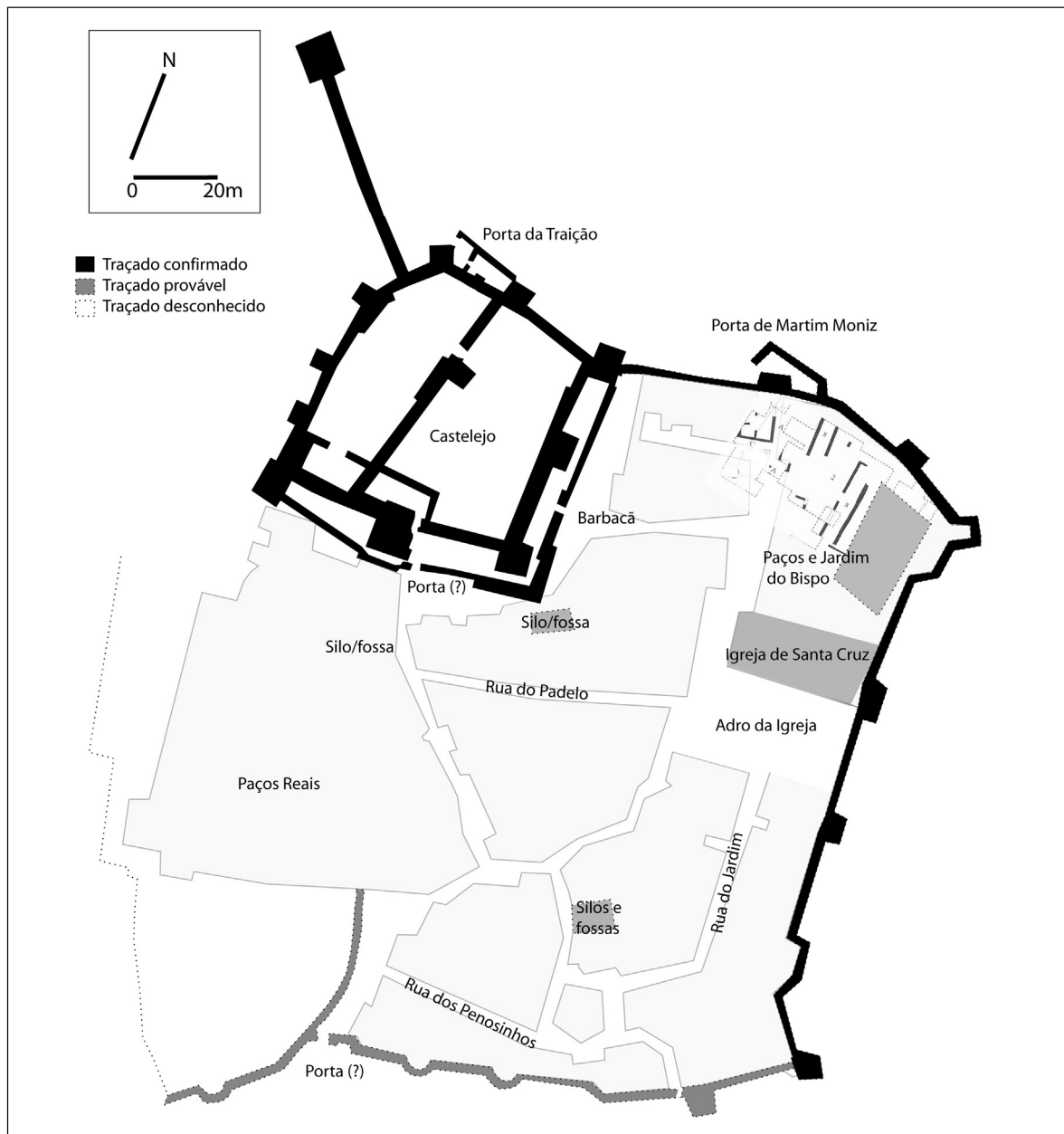


Figura 24. A Alcáçova em inícios do século XIV

7.1. A gestão da propriedade da Coroa na Alcáçova

Observando a documentação sobre propriedades da freguesia de Santa Cruz, produzida durante o reinado de D. Dinis, podemos observar sobretudo duas mãos que desenham a forma urbana, gerindo as suas propriedades na alcáçova: o rei e o priorado de Santa Cruz. Se já na documentação de D. Afonso III se observa a referência aos paços reais da alcáçova, a documentação produzida durante o reinado de D. Dinis não deixa quaisquer dúvidas sobre a questão. No Livro dos Bens Próprios, refere-se com clareza: “*Item habet domnus Rex in Alcaçova domos seu placija de sua morada cum suo currally et cum suijs audiencijs*”. Ou seja, os paços reais da alcáçova eram constituídos pelos compartimentos privados do rei, espaços para aprovisionamento dos seus bens alimentícios, de gado, de cereais, de vinho e outros, e também por salas de audiência. Infelizmente não nos chegaram mais descrições dos paços reais, nem mesmo notícias sobre quaisquer obras aí feitas por ordem deste rei. No entanto, a historiografia tem atribuído a D. Dinis obras de vulto nos paços reais, uma situação que tem toda a lógica, mas, tal como aconteceu com o seu antecessor, não se consegue precisar com exactidão os seus contornos.¹⁷⁵ A nosso ver, a ausência de documentação que refira obras, ou novas estruturas, no paço não pode implicar que estas não tenham acontecido; no entanto, não nos parece seguro afirmar categoricamente que D. Dinis reformulou o paço da Alcáçova sem qualquer fundamentação documental ou arqueológica. É uma questão, tal como outras já aqui referidas, que deverá permanecer em aberto até se efectuarem escavações arqueológicas no local onde existiu o paço real, e mesmo essas escavações, possivelmente, podem não oferecer resultados que permitam compreender totalmente a intervenção de D. Dinis.

A propriedade régia na alcáçova não se limitava aos paços reais, tal como comprova o inventário composto no final do século XIII, o rei possuía no interior da alcáçova estrebarias e uma casa da moeda.¹⁷⁶ É relevante notar que estas estrebarias parecem ser fruto de uma intervenção recente por parte do rei, que terá aqui, sem qualquer dúvida, realizado algumas transformações para acomodar os seus

175 António Caetano de Sousa afirma conclusivamente que “a rua nova de Lisboa, o Palácio da Alcáçova e outras semelhantes” são obra de D. Dinis, no entanto não indica a fonte para esta afirmação (Cf. A. C. Sousa 1946, 129). Posteriormente tem-se repetido que D. Dinis terá realizado obras na alcáçova, com alguns autores notando a ausência de fontes e outros omitindo-a (Cf. J. V. Silva 2002, 87-88; Pizarro 2008, 316).

176 “*Item habet domnus Rex intus in Alcaçova allijas domos circa ruam que dicitur dos Penesinhos ubi modo este strabarria cabalorum et bestiarum domny Regis. / Item habet domnus Rex circa domos de sua morada intus in Alcaçova allijas domus ubi modo est Moneta de dupljis*”, na nossa tradução, “também tem o senhor Rei no interior da Alcáçova outras casas junto da rua que se chama dos Penesinhos, onde é a estrebaria dos cavalos e bestas do senhor Rei. / Também tem o senhor Rei junto das suas casas de morada no interior da Alcáçova outras casas onde é a Moeda de dupljis”. Cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, códice 314, fls. 1-20; publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 333-353.

animais.¹⁷⁷ Além disto, a referência a esta casa da moeda não pode ser levada em conta sem notarmos que neste mesmo documento, e em outros, é referida uma outra casa da moeda na Lapa ou na Cruz. Teria Lisboa duas casas da moeda? Não é simples responder a esta questão, mas a designação *moneta de duplijs* pode estar ligada a um tipo de moeda diferente da que era produzida no arrabalde oriental da cidade. Infelizmente, a referência é demasiado lacónica para percebermos a localização exacta desta casa da moeda da alcáçova, tal como também não nos é possível localizar com precisão as referidas estrebarias régias.

O filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela segue, tal como de resto já notámos, a mesma política de organização urbana que o seu pai já tinha realizado, estabelecendo homens da sua confiança junto dos seus paços da Alcáçova. Neste caso, como a documentação é mais generosa do que a dos reinados anteriores, foi possível elencar uma interessante lista de indivíduos directamente pertencentes à casa do rei que ou recebem doações régias, ou adquirem, ou aforam as suas propriedades localizadas na Alcáçova de Lisboa.

Quadro 3. Homens da casa do rei com propriedades na alcáçova.

Data	Oficial régio	Fonte
Agosto de 1291	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 8
Agosto de 1291	João Pais, açoreiro de D. Afonso III	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 8
Dezembro de 1294	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 10
Janeiro de 1299	Capelão da capela real de S. Miguel	ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 6
Setembro de 1299	Maria Esteves, viúva de Aires Martins, escrivão	ANTT, Gaveta 11, maço 3, doc. 9
Setembro de 1305	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 19
Setembro de 1307	Martim Martins, cavaleiro vassalo	ANTT, Gaveta 12, maço 5, doc. 8
Setembro de 1319	Bernal Martins, alfajame	ANTT, Gaveta 12, maço. 5, n° 24
Setembro de 1319	João Domingues de Portel, escrivão	ANTT, Gaveta 12, maço. 5, n° 24
Setembro de 1319	Afonso Anes, arinteyro	ANTT, Gaveta 12, maço. 5, n° 24
Setembro de 1319	Bernal Martins, alfajame	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 126.
Setembro de 1319	Mestre Martinho, físico	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 126.
Outubro de 1319	João Pires, cozinheiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 86.
Dezembro de 1320	Frei João, confessor	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 89
Setembro de 1320	Bartolomeu Vicente, sapateiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 86.
Agosto de 1321	João Pires, cozinheiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 140v.
Julho de 1325	Martim Esteves, porteiro de D. Dinis	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 48

177 A expressão latina *ubi modo est*, traduz-se por “onde recentemente está...”.

Perante esta tabela, torna-se evidente que durante o reinado de D. Dinis uma parte significativa da população da alcáçova pertencia à casa do rei. Alguns destes homens vivem na alcáçova porque claramente o rei assim deseja. Era o caso do capelão da Capela de S. Miguel, cuja existência prévia já aqui referimos, instituída por D. Dinis em Janeiro de 1299, o qual refere abertamente que o capelão deve fazer “hy cotinaadamente rezidência”.¹⁷⁸ Será também este o caso de Bernal Martins, alfajame do rei, que, em Setembro de 1319, escamba com o monarca duas propriedades na Rua do Padelo, revelando um aumento da sua propriedade à semelhança do que João Peres de Aboim havia feito anos antes, mas em menor escala. Em Outubro desse mesmo ano, João Pires, cozinheiro do rei, recebe de D. Dinis um campo para fazer uma casa, fora da alcáçova, junto à entrada desta, no Chão da Feira. Esta doação será acrescida por outra, de Agosto de 1321, em que são doadas outras casas, também no chão da feira, que serviam de armazém de pão, um processo que também já vimos anteriormente com a doação de D. Afonso III a D. João Peres de Aboim, demonstrando uma sucessiva deslocalização dos armazéns régios de cereais em benefício de membros da cúria régia. Em Setembro de 1320, Bartolomeu Vicente, sapateiro do rei, recebe um campo para construir uma casa localizado perto da porta da alcáçova, que pelas confrontações percebemos estar junto à muralha, do lado de fora do espaço murado. Frei João, confessor do rei, recebe deste, em Dezembro de 1320, casas no interior da alcáçova.

Nesta documentação, destaca-se ainda um porteiro do rei, Martim Esteves, que realiza três compras de propriedades na alcáçova. Em Agosto de 1291, o porteiro de D. Dinis adquire sete quinhões de uma casa a Domingo Moniz, carpinteiro; em Dezembro de 1294, compra seis quinhões de metade de uma casa que, pelas confrontações, parece ser o que restava da casa já anteriormente parcialmente adquirida; em Setembro de 1305, adquire um quinhão de casa que, pelas confrontações, parece ser contígua às propriedades anteriores. Ou seja, mais uma vez, observa-se um comportamento semelhante ao de D. João Peres de Aboim, de expansão territorial do património urbano, mas numa escala muito menor, revelando uma vontade, por parte deste oficial da cúria, de conseguir uma propriedade de maior dimensão através da compra de várias propriedades contíguas. Provavelmente perto do final da vida, já após a morte de D. Dinis, em Julho de 1325, Martim Esteves doa várias casas de morada ao vigário e raçoeiros de Santa Cruz, mas mantendo o

178 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3. fl. 6.

seu usufruto enquanto for vivo.¹⁷⁹ O percurso do património de Martim Esteves é bastante interessante, sobretudo porque seria um percurso comum, revelando como após a aquisição de um considerável património imóvel, reunido ao longo de uma vida, este acaba por reverter para a instituição religiosa com maior influência no local.

Além disso, nos dados observáveis nesta documentação, estão bem patentes as alterações à forma urbana da alcáçova que D. Dinis proporcionou, sobretudo através de doações de terrenos vazios para construção de casas. Tal acontece com os terrenos régios que ficam já fora da protecção da muralha da alcáçova, mas contíguos a esta, casos que se inserem na mesma lógica de distribuição de propriedades régias por membros da cúria, e que, por isso mesmo, achámos por bem incluí-los aqui.

É importante, nesta altura, fazer uma distinção entre os membros da cúria régia, pois não podemos incluir na mesma categoria social homens como o cozinheiro ou o sapateiro do rei e D. João Peres de Aboim, que possivelmente manteve a sua propriedade na alcáçova até falecer, em 1284, durante o reinado do *Lavrador*. Por um lado, para os cargos mais importantes da cúria régia, como mordomo-mor ou alferes-mor, eram designados nobres, até mesmo membros da família real, como foi o caso de Afonso Sanches e João Afonso, filhos bastardos de D. Dinis.¹⁸⁰ Por outro lado, os *domestici* do rei, as pessoas que respondiam às necessidades diárias do monarca, eram membros da baixa nobreza ou nem sequer pertenciam a esta.¹⁸¹ Tendo isto em consideração é interessante notar que D. Afonso III parece mais preocupado em ter junto de si, na alcáçova, o seu maior privado; e que D. Dinis tem outras opções, pois não temos notícia de doações aos seus privados na alcáçova de Lisboa e apenas possuímos algumas notícias de os seus oficiais menores da cúria viverem na alcáçova. Na verdade, devemos entender esta ausência de doações à alta nobreza da corte num panorama mais abrangente, onde se insere a política de centralização do poder real e uma vontade muito consciente, por parte do rei, em não facilitar a implantação da nobreza nas cidades.¹⁸² Ou seja, não nos parece ocasional que D. Dinis não realize doações de propriedades a nobres na alcáçova da principal cidade do reino, pois o topo da colina era o local da cidade que lhe pertencia, e, com certeza não desejaria sentir, em sua casa, qualquer tipo de interferência por parte das famílias da alta nobreza.

A documentação deste reinado demonstra-nos o surgimento da rua como espaço individual. Pela primeira vez, para o espaço da alcáçova, surge o nome de

179 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 48.

180 Pizarro 2008, 355.

181 L. Ventura 1992, 2:126.

182 Sobre a relação de D. Dinis com a nobreza portuguesa, ver: Pizarro 1999.

três ruas, que conseguimos localizar. Num documento realizado em 1307,¹⁸³ surge um casal morador na Rua dos Penesinhos, na alcáçova, nome esse que se mantém em 1551,¹⁸⁴ e que Ferreira de Andrade identificou como parte da actual Rua do Recolhimento.¹⁸⁵ No escambo entre D. Dinis e Bernal Martins, seu alfajame, realizado em 1319, é referida “a rua do Padelo”, que não volta a surgir na documentação quinhentista, nem posteriormente.¹⁸⁶ Num documento produzido cinco dias antes deste escambo, que se refere a uma propriedade contígua à do escambo, surge a menção às “casas do padelo em que pousa Mestre Martinho eleyto da guarda meu físico”, confirmando que se trata da mesma artéria.¹⁸⁷ Numa doação de 1324, a localização da propriedade é feita usando a expressão “a par da padelo, junto de Bernal Martins, alfageme do Rei”, confirmando tanto o local do escambo como a toponímia da rua.¹⁸⁸ Ferreira de Andrade identifica esta rua com a actual Rua das Flores, pois ficaria “a par de os paaços do dito senhor Rey”, o que se nos afigura como verdadeiro.¹⁸⁹ A primeira referência à “rua do Jardim”, que segundo Ferreira de Andrade, correspondia à actual rua do recolhimento, surge num documento de 1325.¹⁹⁰

O facto de esta configuração viária poder ser transferida sem grandes dificuldades para o sistema viário da alcáçova actual leva-nos, mais uma vez, à inevitável conclusão de que a morfologia urbana esta parte da cidade manteve uma extraordinária perenidade desde a época medieval até aos nossos dias. De facto, a freguesia de Santa Cruz não parece ter sido das mais afectadas pelas reconstruções e remodelações urbanas que se seguiram aos terramotos de 1531 e de 1755.

7.2. A gestão da propriedade da Igreja de Santa Cruz na Alcáçova

Observando a documentação relativa ao priorado de Santa Cruz da alcáçova, notamos que alguns dos clérigos raçoeiros da colegiada pertenciam ao cabido da cidade, o que aprofunda a ligação já aqui referida entre o bispado e o priorado de

183 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 20.

184 C. R. Oliveira [1554?] fl. 14.

185 F. Andrade 1954, 73-74.

186 ANTT, Gaveta 12, maço 5, n.º 24.

187 ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 126.

188 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 45.

189 F. Andrade 1954, 87.

190 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 48; F. Andrade 1954, 74: “A esta via-pública chamou-se também o forte dos cães, como se lê numa outra citação dos documentos da Irmandade do Santíssimo: ruas dos Penozinhos ou Forte do Cães que antigamente era a Rua do Jardim e agora do Recolhimento.”

Santa Cruz, cujo padroado pertencia ao bispo, aparentemente desde 1147.¹⁹¹ Por exemplo, na lista de clérigos raçoeiros de Santa Cruz, que, em 1324, recebem uma doação de casas localizadas a par da cavaliçã da rainha, surge um tal João Martins, que havia sido capelão do bispo.¹⁹² Em 1303, João Pedro Remígio, chantre da Sé, surge, como parte interessada, associado aos vigários e porcionários de Santa Cruz, numa contenda sobre um ferragial localizado na alcáçova, contra Gonçalo Domingues, vizinho de Lisboa.¹⁹³ Entre os nove documentos que recolhemos sobre propriedades localizadas na alcáçova, produzidos entre 1280 e 1325, em que o priorado de Santa Cruz é interveniente, seis são doações de casas. Desta informação retiramos duas conclusões. Em primeiro lugar, a principal tipologia das propriedades do priorado na alcáçova eram a casa urbana, exceptuando-se apenas uma referência a um ferragial, e também ao já referido Jardim do Bispo. Em segundo lugar, indica-nos que a doação foi a principal via de aquisição de património por parte do priorado de Santa Cruz, aliás tal como acontece com a maioria das instituições religiosas, sobretudo após as leis contra a desamortização iniciadas por D. Afonso II (1211) e prosseguidas por D. Dinis (1286, 1291, 1309).¹⁹⁴

Relativamente à composição social dos membros do priorado, esta documentação, atentando à antroponímia, parece indicar tratarem-se de membros da baixa nobreza, de cavaleiros-vilãos ou de simples cidadãos da cidade.¹⁹⁵ João Eanes, “*caballarius*”, constitui o caso mais flagrante de um muito provável cavaleiro-vilão, que foi vigário desta colegiada em 1285.¹⁹⁶ Outro dos membros da colegiada da Igreja de Santa Cruz, cuja actividade ficou registada na documentação que chegou até nós, é Saturnino Pires, porcionário da igreja entre pelo menos 1273¹⁹⁷ e 1285,¹⁹⁸ que foi também público tabelião de Lisboa, produzindo documentos não só para Santa Cruz,¹⁹⁹ mas também para o Mosteiro de Santos,²⁰⁰ e que foi também proprie-

191 Ver: Parte II, Subcapítulo 5.2 – A Igreja de Santa Cruz de Lisboa.

192 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 42.

193 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 13.

194 A. M. Rodrigues 2004, 269; Campos 2012, 1:311-312.

195 Alguns exemplos de listas com os clérigos raçoeiros de Santa Cruz: “João Eanes dito *caballarius* vigário da Igreja de S. Cruz de Lisboa, com . . . Martins, Sueiro Eanes, Sueiro Soares, Domingos Fernandes, Saturnino Pires, clérigos porcionarios da dita igreja” (ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 5); “Afonso Peres, vigário, Estevão Leonardes, Pedro Eanes, Afonso Peres, prior de Zagala, João Martins que foi capelão do Bispo e André Domingos, raçoeiros da Igreja de S. Cruz.” (ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 42); “Afonso Peres, vigário de S. Cruz, e raçoeiros, Pedro Anes, Afonso Peres prior de Zagala, Vasco Lourenço e Fernão Eanes” (ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 45).

196 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 5.

197 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 2.

198 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 5.

199 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 5.

200 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 37.

tário individual de uma casa fora da alcáçova, em S. Nicolau, vendida a um ourives de Lisboa em 1221.²⁰¹

Deste modo, desenha-se uma composição social heterogénea na alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Dinis. Por um lado, uma parte significativa dos proprietários de edifícios urbanos parece estar associada à cúria, nomeadamente ao oficialato régio menor, os *domestici* do monarca. Por outro lado, os membros do priorado de Santa Cruz destacam-se pelas várias propriedades urbanas que também possuíam no topo da colina do Castelo. Alguns nomes precedidos por “Dom” ou “Dona” surgem pontualmente como proprietários na documentação, sobretudo nas confrontações, é este o caso de Dona Gontinha²⁰², Dona Guiomar emparedada²⁰³ e Dom Savarigo.²⁰⁴ Acrescendo ainda, Gonçalo Anes Bochardo, identificado directamente pelo nome, e que surge numas confrontações de uma doação a Santa Cruz, de 1302.²⁰⁵ Por último, são vários os nomes de proprietários que não conseguimos classificar socialmente, e que o mais provável é que fossem peões, “a massa anónima” dos habitantes das cidades, tal como os descreve José Mattoso²⁰⁶ (Luzia Dias,²⁰⁷ João Bastos e Rodrigo Asnos,²⁰⁸ Teresa Moniz e João Pais,²⁰⁹ Domingos Eanes,²¹⁰ Gonçalo Domingues, vizinho de Lisboa,²¹¹ Fernando Peres, freguês de S. Cruz,²¹² Pedro Mendes, vizinho de Lisboa²¹³).

Ainda observando a documentação, não podemos deixar de referir a “cavaliariça da rainha”, que surge como elemento localizador numa doação realizada em 1324 e que indica que, muito provavelmente, a rainha teria o seu paço individual num local da alcáçova que não conseguimos determinar.²¹⁴

Relativamente aos dados arqueológicos, há uma informação já referida que devemos relembrar. Os silos/fossas encontrados no actual beco do forno continuaram a funcionar até ao século XIV, revelando uma prolongada continuidade na sua utilização, desde meados do século XI até pelo menos ao reinado de D. Dinis. Este facto indica-nos também que esta área da alcáçova manteve uma funcionalidade

201 ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 3, n.º 60.

202 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 19; doc. 10.

203 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 31.

204 ANTT, Gaveta 11, maço 11, doc. 16.

205 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 12. Sobre os Bochardos, ver: *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linbagens do Conde D. Pedro* 1980, 26 L5, Q6.

206 Mattoso 1995, 366.

207 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 3.

208 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 5.

209 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 10.

210 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 12.

211 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 13.

212 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 42.

213 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 45.

214 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 42.

ligada ao armazenamento até pelo menos a esta altura, apesar de a expansão da construção urbana que então ia tomando os espaços vazios.

E quanto a alterações e remodelações efectuadas sob ordem de D. Dinis na alcáçova? A resposta a esta questão é muito semelhante à resposta correspondente ao reinado anterior. Não sabemos a extensão nem a localização de obras realizadas por D. Dinis no seu paço, ou em qualquer outra parte da alcáçova. A já referida casa da moeda, e também, as novas cavaliariças reais, parecem ser novas estruturas que surgem neste reinado, mas não conseguimos perceber onde se localizavam nem quando foram feitas, apenas sabemos que existiam na alcáçova no final do século XIII. Relativamente a obras de remodelação no paço real, normalmente consideradas como certas pelos que se têm dedicado a esta questão, não sabemos absolutamente nada.²¹⁵ Neste caso, nem um brasão de armas sobreviveu que pudesse confirmar alguma intervenção régia no paço da alcáçova. É provável que tenham realmente ocorrido remodelações no paço da alcáçova sob a ordem de D. Dinis, baseando-se o principal argumento no facto de este rei permanecer longas e frequentes temporadas em Lisboa, e, ao mesmo tempo, realizar relevantes obras de remodelação em outros paços régios do reino, alguns que até se localizavam bem perto de Lisboa, como Frielas e Sintra.²¹⁶ Devemos aceitar estes argumentos, porque são de facto irrefutáveis, mas devemos aceitar também a nossa ignorância total sobre essas remodelações que não deixaram rasto nem na documentação nem, pelo menos por enquanto, nos dados arqueológicos.

215 F. Andrade 1949, 112: “Obras de vulto, grandes adaptações, estamos certos as tenha mandado executar D. Dinis. Rei artista, poeta de agudíssima sensibilidade, não podiam ser-lhe indiferentes as casas onde habitava.”

216 Pizarro 2008, 315-318.

8.

A ALCÁÇOVA EM SÍNTESE

Ficou sintetizada a nossa proposta acerca da evolução urbanística do topo da colina do castelo, desde o início do século XI até ao início do XIV, um período em que este espaço adquire a sua face urbana que perduraria, em grande medida, até aos nossos dias. Observámos as condições que levaram ao surgimento de uma alcáçova no topo da colina do castelo, em meados do século XI, tentando compreender melhor um contexto político ainda muito mal conhecido. Apresentámos algumas propostas sobre a localização e a cronologia das estruturas que existiriam, ou não, no topo da colina, nomeadamente a possível existência de uma mesquita e do palácio do governador muçulmano. Ao mesmo tempo, observámos o parco nível de urbanização, antes do estabelecimento da alcáçova, e constatámos a presença de estruturas de armazenamento de bens alimentares e fossas detriticas.

Avançando cronologicamente, analisámos a grande remodelação de meados do século XI, com a criação da alcáçova, do Castelejo e do bairro residencial. Neste sentido, tentámos perceber quem poderiam ser os responsáveis por esta remodelação, chegando à conclusão de que apenas um poder externo, como a dinastia Sabur ou o poder aftássida, teria interesse em realizar esta obra, que alteraria profundamente a morfologia urbana deste espaço e, também, da própria cidade. Em seguida, verificámos como a presença almorávida não parece ter realizado grandes alterações na estrutura urbanística herdada da época de taifas, apenas modificando superficialmente alguns aspectos da vivência urbana perceptíveis no bairro residencial da Praça Nova.

Com a tomada da cidade pelos cristãos, a alcáçova parece ter sido entregue ao rei português sem grandes alterações; e sobretudo, aparentemente, sem grandes destruições, que poderiam ter sido causadas pelo cerco. As modificações aconteceram posteriormente, com a alteração do poder político e com a acção dos novos habitantes, parcialmente oriundos de uma civilização exterior ao mundo mediterrânico. Os edifícios alteraram-se, os pátios centrais perderam a sua função como centro estrutural da habitação e abriram-se novas portas e janelas. No entanto, as principais estruturas conservaram a sua funcionalidade. O Castelejo manteve a sua função militar, ainda para mais porque a cidade deteve uma posição fronteiriça,

inserida num quadro de guerra, pelo menos até 1217, momento em que Alcácer do Sal é conquistada e a fronteira desce para sul, permitindo que Lisboa retome, com todo o vigor, a sua função comercial. Na alcáçova, a mesquita deu lugar a uma igreja, numa transferência directa entre o clero muçulmano e o clero cristão, neste caso para um bispo com origem no norte da Europa. Nesse mesmo momento, o palácio do alcaide tornou-se no paço real, ganhando uma nova importância em meados do século XIII, com a estabilização da fronteira e com o aumento do relevo da cidade na economia e política do reino.

Como vimos, Lisboa vai-se tornando progressivamente a sede do poder régio, destacando-se a alcáçova como o local privilegiado pelo monarca e pela sua corte. Vimos como, durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, o poder régio desenha de forma indelével a face urbana do topo da colina através de uma proeminente presença de funcionários da casa real no tecido urbano, sobressaindo a presença de D. João Peres de Aboim. Percebemos também como o bispo, através do priorado de Santa Cruz, mantém uma presença na alcáçova, desde o período imediatamente posterior à conquista até ao nosso limite cronológico, o reinado de D. Dinis.

Deste modo, podemos acompanhar a evolução urbanística do topo da colina do castelo – que seria, em inícios do século XI, um espaço com baixa densidade urbana, aumentando significativamente, durante esse século, a sua funcionalidade habitacional – e o modo como, posteriormente, a forma urbana da alcáçova foi afectada pela renovação completa dos seus habitantes, após a alteração de poder causada pela tomada da cidade pelos cristãos, em 1147. A alcáçova foi, durante toda a Idade Média, a sede do poder, papel que ganha progressiva relevância, pois a urbe cresce em dimensão política desde meados do século XI: de cabeça de uma pequena taifa – que, aliás, não teve futuro – até se tornar, em meados do século XIII o centro do reino português.

PARTE III
O ARRABALDE OCIDENTAL

Na terceira parte deste trabalho, iremos dedicar a nossa atenção ao arrabalde ocidental da Lisboa medieval. Como veremos, este espaço teve dimensões variáveis conforme a cidade se expandia e contraía. Os seus limites máximos entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis oscilaram de forma complexa, ocorrendo uma natural retracção urbana de dimensão considerável, após a conquista de 1147. Ao longo de todo o século XIII, o arrabalde, bem como a própria cidade, foi-se recompondo e a área urbana recuperou significativamente, mas a verdade é que algumas partes deste arrabalde só voltariam a ser urbanizadas em períodos bastante mais tardios, como explicaremos ao longo dos capítulos seguintes.

A nossa análise demonstrará que o arrabalde ocidental se configurava como o sector mais complexo da cidade medieval, já desde época de domínio islâmico. Para compreender os vários factores e, simultaneamente, identificar os vários agentes que desenharam a forma urbana, optámos por reconstituir a sua evolução observando os pontos nucleares que estiveram no cerne das amplas transformações que ocorreram neste espaço. Após um capítulo dedicado à influência da geografia e às preexistências de época romana, tentaremos compreender a dimensão e densidade urbana deste espaço, bem como a sua funcionalidade, durante a época de domínio islâmico. No terceiro capítulo, tentaremos compreender o processo de regressão urbana que ocorreu após a conquista de 1147. Em seguida, concentraremos a nossa atenção nas duas judiarias que existiram na cidade até 1325, a Velha e a Nova, também denominadas Grande e Pequena, respectivamente, observando as diferenças entre o urbanismo de uma e outra. O quinto capítulo é o mais longo, complexo e relevante de toda esta tese, pois nele abordamos a questão fulcral da alteração do eixo económico mais importante da cidade em direcção à Ribeira e analisamos todo o processo de reestruturação urbana ocorrida junto à margem ribeirinha do arrabalde ocidental na segunda metade do século XIII. O capítulo seguinte explorará as questões relacionadas com o porto da cidade em época islâmica e o modo como este deu lugar a uma das mais relevantes estruturas urbanas da cidade: as tercenas régias. Nos dois capítulos posteriores consideraremos, em primeiro, a Pedreira, um espaço na fronteira entre o urbano e o periurbano, e, em segundo, a implantação dos três conventos que se fixaram neste arrabalde. No último capítulo, efectuaremos uma visão panorâmica sobre toda a investigação produzida nesta parte, identificando os vários processos urbanos e os agentes que estabeleceram, durante a Idade Média, o centro económico, político e social da cidade no arrabalde ocidental.

1.

O CENÁRIO TOPOGRÁFICO E A MARCA DO PASSADO

1.1. A influência da orografia e das ribeiras da Baixa na forma da cidade

O espaço que aqui denominamos arrabalde ocidental engloba toda a área urbanizada que se situava a ocidente da cidade murada.¹ Este espaço estendia-se para oeste até ao esteiro que corria a meio do vale da actual Baixa, chegando mesmo a ultrapassá-lo, e alcançava a norte os locais das actuais Praça da Figueira e Rossio.

Para se compreender a forma urbana da cidade medieval no espaço que aqui consideramos é necessário reconhecer que a orografia desta parte da urbe medieval diferia bastante da orografia actual. Inúmeros terramotos têm alterado indelevelmente esta zona da cidade ao longo dos séculos, sendo relativamente bem conhecido o terramoto de 1531, o qual causou grande destruição na cidade, e também o famoso terramoto de 1755, estando este último na origem das mais relevantes alterações urbanísticas da história da cidade.² Com efeito, foram sobretudo os grandes aterros pós pombalinos que formaram a actual Baixa, substituindo o anterior vale pelo espaço nivelado que agora aí se observa. A forma urbana da Baixa lisboeta antes do terremoto de 1755 era caracterizada por um vale definido por uma linha de água que corria para o Tejo, o qual era limitado por três colinas: a colina de Sant'Ana, a norte; a colina de S. Francisco, a ocidente; e a colina do castelo, a oriente. O desaparecimento de grande parte da pendente que existia na vertente oriental do referido vale é a principal alteração que as obras pombalinas causaram na orografia da Baixa. Além disso, devemos também ter em conta três questões que causaram este fenómeno. Primeiro, a acção humana exercida sobre a encosta ocidental da colina do castelo, com o objectivo de permitir estabilidade construtiva, levou ao nivelamento dos solos. Segundo, a acumulação de sedimentos,

1 Sobre o conceito de arrabalde nas cidades medievais, ver: Torres Balbás 1971, 1:169-174; Mazzoli-Guintard 1996, 145-147; Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2007c, 119-123.

2 Sobre os vários terramotos que assolaram a cidade no período medieval, veja-se: M. Costa et Fonseca 2007; Dias 2005. Sobre o terramoto de 1531, ver: Henriques et al. 1988; Miranda et al. 2015; sobre o terramoto de 1755, a bibliografia é muito vasta e não nos compete aqui enumerá-la exaustivamente, por isso remetemos apenas para a obra de Francisco L. Pereira de Sousa (1922), e para a mais recente coletânea de artigos *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos* (A. C. Araújo et al. 2007).

um processo contínuo e progressivo ao longo dos séculos, também contribuiu decisivamente para o nivelamento homogéneo de toda a Baixa, atenuando a inclinação do vale. Por último, devemos também considerar os aterros propositadamente levados a cabo para ir ganhando, paulatinamente, terreno ao rio, os quais foram determinantes na transformação da forma urbana desta parte da cidade.³

A existência de um esteiro do rio Tejo na baixa pombalina tem sido confirmada por vários estudos científicos, desde os finais do século XIX até à actualidade.⁴ Contudo, o traçado desse esteiro tem sido objecto de propostas divergentes que importa analisar. Em 1939, Augusto Vieira da Silva, publicou, na segunda edição da sua obra *Cerca Moura de Lisboa*, um “Fragmento da planta topográfica de Lisboa mostrando a Cerca Moura e o esteiro do rio Tejo que penetrava pelo vale da Baixa”. Esta planta apresenta um esteiro que coincide, em grande medida, com a leitura topográfica que é possível fazer sobre as poucas plantas da cidade anteriores ao terramoto de 1755 e, sobretudo, coincide também com a realidade que os vários achados arqueológicos têm vindo a revelar no subsolo da Baixa de Lisboa. No entanto, uma proposta mais recente de reconstituição do esteiro difere bastante daquela que foi feita por Vieira da Silva em 1939. Referimo-nos especificamente à planta “Curvas de nível do fundo do vale do esteiro e traçado do talvegue interpretativo”, publicada por Isabel Moitinho de Almeida em 2004, onde o traçado da linha por onde passaria o esteiro se localiza muito mais a oriente do que na proposta de Vieira da Silva⁵. Esta proposta causa-nos alguma perplexidade, pois se assim fosse, os achados arqueológicos registados ao longo da Rua Augusta e na Rua dos Correeiros localizar-se-iam na margem ocidental do esteiro, quando, na verdade, as várias escavações arqueológicas demonstraram que estes locais se situavam na margem oriental, afigurando-se deste modo a proposta de Vieira da Silva mais coerente com a realidade verificada pelas escavações arqueológicas.⁶

3 O espaço musealizado no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros mostra, de forma exemplar, as várias camadas de sedimentação que a zona da Baixa foi submetida ao longo do tempo. Neste âmbito, consulte-se: Bugalhão 2001. Sobre os aterros na Baixa de Lisboa, ver: Durão 2012.

4 Destacam-se, entre os vários trabalhos sobre o esteiro da Baixa, os estudos geológicos de Paul Choffat (1889), de Berkeley Cotter (1956), e a primeira proposta de reconstituição do esteiro por Augusto Vieira da Silva (1939). Mais tarde, surge a Carta Geológica do Concelho de Lisboa, por Fernando Moitinho de Almeida (1986), onde são desenhados os aluviões que existem sob o esteiro. Em 1989, é publicado um estudo com base em sondagens geotécnicas (Farinha 1989). Já no século actual, um trabalho de Isabel Moitinho de Almeida (2004) apresenta uma planta com as “Curvas de nível do fundo do vale do esteiro e traçado do talvegue interpretativo”, com base no trabalho de Fernando Moitinho de Almeida.

5 I. M. Almeida 2004.

6 Os arqueólogos têm vindo a publicar plantas com a reconstituição do esteiro, relativos a cronologias desde a Idade do Ferro até à época medieval, no quais as estruturas encontradas na Rua Augusta e na Rua dos Correeiros se localizam sempre na margem oriental do esteiro. Nesse sentido, servem de referências as seguintes plantas: a “Planta topográfica da colina do castelo de Lisboa, com a reconstituição hipotética do esteiro do Tejo do vale da Baixa e com a localização das intervenções onde se detetou estruturas e seqüências estratigráficas do século II a.C.” (Pimenta 2014, 48); a planta das unidades de transformação e conserva de peixe de Olisipo, onde se apresenta uma reconstituição do esteiro (Bugalhão 2001, 53); e a planta com os sítios arqueológicos islâmicos de Lisboa (Bugalhão 2009, 383).

A principal fonte para uma possível reconstituição do traçado do esteiro é, para nós, a própria configuração da malha urbana pré-pombalina, conjugada com as informações possibilitadas tanto pela arqueologia como pela documentação. Uma ordenação do século XV identifica claramente o Rego, numa fase em que estaria a ser encanado, nas traseiras da Rua das Esteiras: “nam seja pessoa nenhua tam ousada que mande lançar aguoa çuja (sic) nem linpa nem esterco nem outra sujidade no cano que ora cobrem detrás da rrua das esteiras asy no que esta cuberto como no por cobrir”.⁷ Tudo indica que a proposta de Augusto Vieira da Silva seja ainda aquela em que os dados provenientes de várias fontes se conjugam de forma mais precisa com os dados mais recentes, sendo apenas necessário realizar alguns acertos.

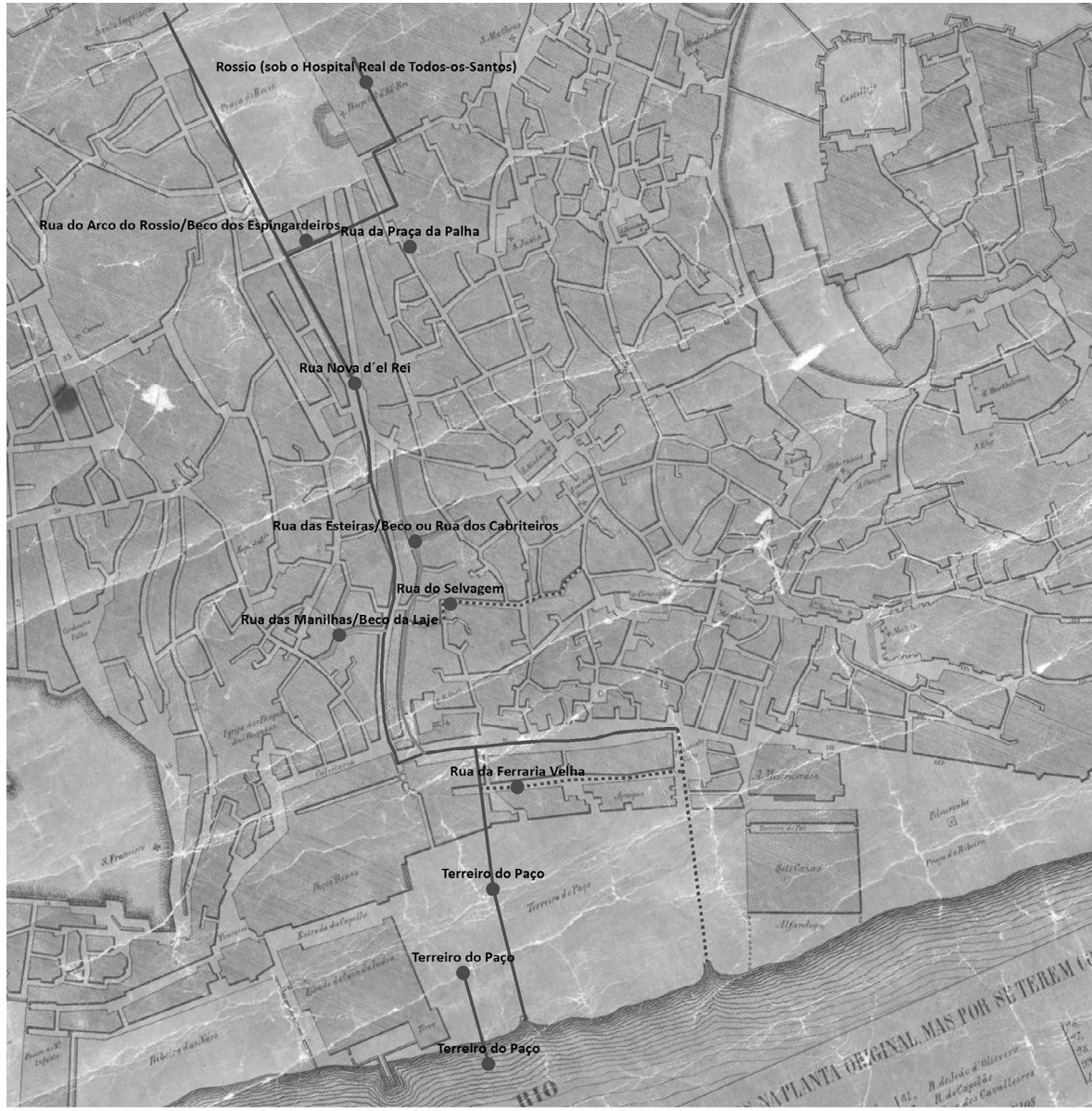
Um artigo assinado por Jacinta Bugalhão e André Teixeira sobre o sistema de saneamento básico da cidade, no século XVI, inclui uma proposta de reconstituição do traçado do Cano Real nessa época, o qual coincidiria, em grande medida, com o antigo Rego, que correu aberto até ao século XV (figura 26).⁸ A ser assim, será lógico supor que o traçado do Cano Real realizado no século XV não se afastaria muito do traçado que o Rego teria nos séculos anteriores.

Deste modo a nossa proposta de reconstituição do traçado do esteiro tem em conta tanto a proposta de Augusto Vieira da Silva, como a reconstituição do Cano Real, e também a cartografia pré-pombalina. A nossa base de trabalho não consiste na planta de 1650, feita por Tinoco, visto que esta apresenta bastante mais distorções e problemas de escala do que a planta que usamos como base, a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa*, existente no Instituto Português de Cartografia e Cadastro com o n.º 356.⁹

7 *Livro das Posturas Antigas* 1974, 19.

8 Bugalhão et Teixeira 2015.

9 Uma miniatura desta planta, cuja autoria se desconhece, encontra-se publicada em *Catálogo da Exposição Cartografia de Lisboa: Séculos XVII a XX* 1997, 46.



- Cano Real (conduta pública de 1.ª ordem)
- Conduta pública de 2.ª ordem
- Conduta pública de 3.ª ordem

Figura 25. Os canos da Baixa lisboeta no século XVI: contributo da arqueologia¹⁰

¹⁰ Planta publicada em Bugalhão et Teixeira 2015, 107.



Figura 26. Reconstituição do Esteiro de Lisboa cerca de 1250

O esteiro da Baixa de Lisboa era alimentado por duas ribeiras: a de Valverde, que ainda corre actualmente, devidamente canalizada por baixo da Rua das Portas de Santo Antão, e de Arroios, que seguia aproximadamente o traçado das actuais Avenida Almirante Reis e Rua da Palma. Estes dois cursos de água foram de grande relevância na produção agrícola da zona periurbana de Lisboa, pois estruturavam-se em torno destes cursos de água, ao longo dos vales que ambos desenhavam, locais com condições para a prática de agricultura intensiva baseada em sistemas irrigados, que provavelmente foram aí implantados pelo menos a partir do século X. Considerando que o assoreamento progressivo do esteiro se regista desde época romana

imperial, é bastante provável que já desde essa época existissem áreas importantes dedicadas à agricultura intensiva junto destas ribeiras.¹¹

O esteiro marcou indelevelmente a forma urbana do arrabalde ocidental até à grande reforma urbanística que ocorreu após o terramoto de 1755, tal como se pode constatar pela simples observação de qualquer uma das plantas que representam a forma urbana desta parte da cidade anterior a esse grande desastre natural. Neste sentido, observe-se uma reconstituição do esteiro tendo como base a planta de Tinoco (figura 28).

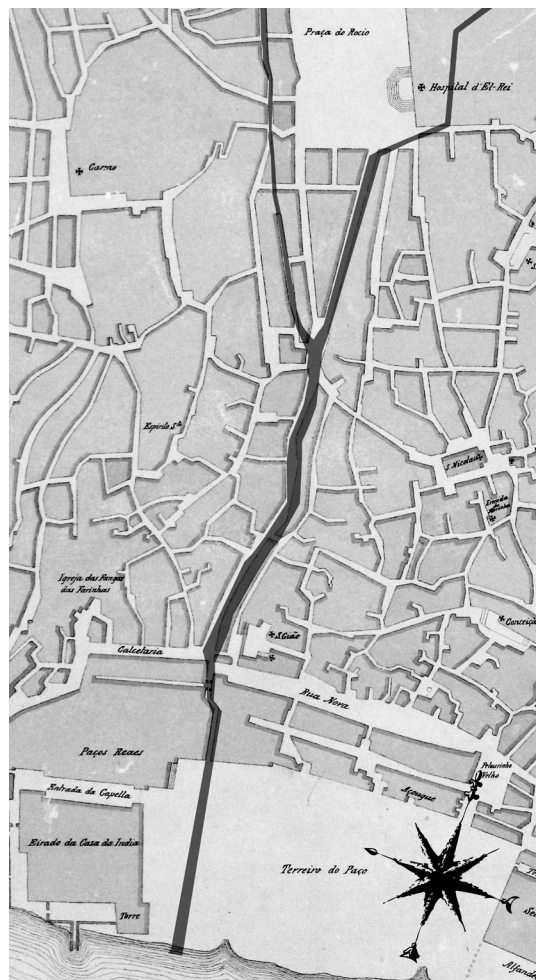


Figura 27. Pormenor do arrabalde ocidental com uma reconstituição aproximada do esteiro e ribeiras em época medieval sobre a planta de Tinoco (1650)

11 Sobre os sistemas de irrigação nestes dois vales da periferia da Lisboa medieval, ver: L. Gonçalves 2011. O assoreamento progressivo do esteiro desde a época romana imperial foi detectado na escavação realizada no Banco de Portugal, pois eram dessa época os vestígios mais antigos de cultura material arrastada até esse local pelo próprio esteiro, indicando deste modo a acção antrópica que ocorria junto às margens das ribeiras de Valverde e de Arroios (Rocha 2012, 25).

Relativamente à referida inclinação do vale da Baixa, que desapareceu com o terramoto de 1755, é possível ter uma noção da sua pendente através da análise das várias cotas de níveis de pavimento que as escavações arqueológicas têm revelado para a época islâmica. Observando a tabela em baixo, é possível verificar um desnível de cerca de um metro entre os pavimentos encontrados no lado oriental da actual Rua Augusta (NARC, Hotel de S. Justa e Rua da Conceição) e os encontrados a ocidente dessa mesma artéria (Mandarim Chinês), o que revela dois dados relevantes. Em primeiro lugar, os edifícios localizados no Mandarim Chinês situavam-se ainda na margem oriental do esteiro. Em segundo, a vertente mantinha-se aparentemente constante ao longo de toda a baixa. Sobre a constância das cotas verificadas na margem oriental do esteiro (NARC, Hotel de S. Justa e Rua da Conceição), devemos ter em conta que estas poderão reflectir modificações urbanísticas de época romana. Essas alterações urbanas efectuadas em época romana, nomeadamente a construção do criptopórtico, estão na origem das cotas do edifício de época islâmica que se encontrou na Rua da Conceição, pois foi parcialmente erguido sobre o criptopórtico, ou seja, as cotas do pavimento do edifício islâmico correspondem ao piso que tinha sido erguido séculos antes, aquando da construção do criptopórtico.¹²

Quadro 4. Cotas de pavimentos de época islâmica no arrabalde ocidental de Lisboa.

Local	Cronologia	Cota	Referência
NARC	Séc. X-XII	4,59 m (Pavimento do contexto A [N21 e O219] – compartimento interior de edifício habitacional construído no séc. XI)	Bugalhão et al. 2007, 317-344; Bugalhão 2001, 26.
Mandarim Chinês	XI-XII	3,50 m (pavimento do corredor de acesso à olaria) / 3,73m (área de laboração da olaria)	Bugalhão et al. 2008, 116; Bugalhão et al. 2005, 237-262.
Hotel de S. Justa	XI-XII	As cotas dos pavimentos marcados no perfil oeste são entre os 4 m e os 4,5 m	Filipe 2012.
Rua da Conceição	VIII-XII (?)	4,63 m (cota do pavimento de época romana que em época islâmica teve um outro pavimento pouco espesso que desapareceu)	Caessa et al. 2015.

12 Cf. Caessa et al. 2015a, consultável no arquivo da DGPC: “O edifício era dotado de um pavimento de terra batida com uma aguada de cal muito destruído, nivelado inferiormente com o revestimento de parede. No quadrante Oeste, entre este pavimento e o criptopórtico existia um depósito muito bem compactado que teve como função vencer a diferença altimétrica verificada no quadrante Este.” Sobre o edifício de época islâmica, que se pensa ter sido uma mesquita, ver: Caessa et al. 2018.

1.2. As pré-existências romanas

Em época romana, a maior parte do espaço que aqui consideramos como arrabalde ocidental situava-se fora da zona muralhada conhecida de Olisipo. No entanto, visto que não se conhece o traçado da muralha fundacional no seu lanço ocidental, persistem dúvidas consideráveis sobre os limites ocidentais da urbe em época romana. Uma das poucas formas de supor os seus limites a ocidente é através da localização de estruturas que, tendo em conta a lógica do urbanismo romano, deveriam situar-se dentro do espaço amuralhado, como as termas públicas, ou de estruturas que, inversamente, se situariam fora da urbe, como as necrópoles. A localização de uma necrópole de época romana (c. 50 a.C. – c. 50 d.C.) na Rua dos Correiros, no mesmo local onde depois funcionou uma fábrica de conserva de peixe em época imperial (50 d.C. – III d.C.), indicia que essa área estaria fora dos limites urbanos de Olisipo.¹³ A descoberta de cetárias romanas no local do posterior Convento Corpus Christi, entre as actuais ruas dos Fanqueiros e dos Douradores, transporta os limites de Olisipo para uma zona ainda mais interior relativamente à colina do castelo e próxima a um edifício público que poderia já estar dentro da zona amuralhada, as termas dos Cássios.¹⁴ Seria entre estas duas estruturas romanas, as termas dos Cássios, que se situavam provavelmente dentro da urbe romana, e as cetárias da Rua dos Fanqueiros, que se localizariam os limites ocidentais de Olisipo até à construção da cerca tardo-romana.¹⁵ São várias as estruturas romanas identificadas no espaço do arrabalde ocidental da cidade medieval: o criptopórtico da Rua da Prata, cuja funcionalidade parece ter sido a de um fórum corporativo,¹⁶

13 Sobre a necrópole do NARC, ver: Bugalhão et al. 2013; sobre a unidade fabril romana, ver: Bugalhão 2001.

14 O relatório sobre os trabalhos de arqueologia realizados no antigo Convento de Cristo, pela empresa Empatia, na rua dos Fanqueiros n.ºs 113-117, ainda não está acessível ao público, mas a notícia destes achados foi entretanto divulgada. Cf. <http://ocorvo.pt/vestigios-da-lisboa-romana-encontrados-entre-a-rua-dos-douradores-e-a-rua-dos-fanqueiros/> (consultado em 29-10-2015). As termas dos Cássios foram identificadas, em 1772, durante as obras de reconstrução da rua das Pedras Negras (cf. Bem, n.d.) e foram escavadas entre 1991 e 1994 sob a direcção do arqueólogo António Manuel Dias Diogo (cf. Diogo 1993). Sobre as termas dos Cássios, ver: D'Encarnação 2009.

15 A datação do lanço ocidental da cerca medieval, conhecida como Cerca velha ou Cerca Moura, deve ter em conta o achado arqueológico de um fosso em “V” que corre paralelo à cerca no local do Palácio dos Condes de Penafiel, fosso esse que, segundo Rodrigo Banha da Silva e Adriaan de Man, parece ter uma funcionalidade defensiva e foi datado *terminus post quem* da segunda metade ou terceiro terço do século VI. Segundo os mesmos autores as termas dos Cássios “foram provavelmente abandonadas no século V”. Ou seja, num momento indeterminado, após o abandono das termas dos Cássios no século V, e antes do aterro do fosso em “V”, hipoteticamente associado à muralha, poderá ter sido erguido o troço ocidental da muralha que perdurou até época medieval. Sobre o fosso encontrado no Palácio dos Condes de Penafiel, ver: Silva et Man. 2015. É também no resumo desta publicação que surge uma das escassas referências publicadas sobre a data de desactivação das termas dos Cássios: “De um ponto de vista topográfico, o sítio representa uma área-chave no povoamento imperial tardio e alto-medieval, entre as termas romanas, provavelmente abandonadas no século V, e a muralha defensiva de época medieval.” Num outro artigo, publicado em 1997, Rodrigo Banha da Silva afirmava, sobre as termas dos Cássios: “Nos finais do século IV-inícios do V d.C. a parte escavada do edifício parece ter sido abandonada” (cf. R. B. Silva 1997). O arqueólogo Rodrigo Banha da Silva elucidou-nos pessoalmente, em entrevista realizada em Outubro de 2015, que terá chegado a esta conclusão através da análise ao registo de um *corpus* de numismas encontrados nas escavações ocorridas entre 1992-1993, nas termas dos Cássios, sendo que esse registo foi por ele feito nessa época, nas escavações então dirigidas por António Dias Diogo. Agradecemos a disponibilidade do arqueólogo Rodrigo Banha da Silva para responder a esta e outras questões.

16 Sobre a interpretação do criptopórtico da Rua da Prata ver: Fabião 1994b; Ribeiro 1994a.

a necrópole da Praça da Figueira,¹⁷ o circo,¹⁸ que abrangia parte da área do actual Rossio, e várias unidades de conservação e produção de preparados de peixe,¹⁹ entre as quais se destaca a fábrica localizada no núcleo arqueológico da rua dos Correeiros.²⁰

Entre estas várias estruturas importa considerar com especial atenção tanto o circo como o criptopórtico da Rua da Prata. Relativamente ao circo, é necessário ter em conta que, em época medieval, esta zona da cidade não estava urbanizada, pois tratava-se de um reguengo régio – portanto, este espaço foi administrado por um poder central tanto em época medieval como romana. Nada se sabe sobre a sua administração durante o período islâmico, mas o facto de estarmos face a um reguengo, em época de domínio cristão, atestado em 1220, pode indiciar que também estaria na esfera pública durante o período muçulmano. Contudo, tal não pode ser cabalmente afirmado, por falta de dados. No que respeita ao criptopórtico da Rua da Prata, interessa referir a relevância no desenho urbano da cidade, dada a sua permanência como infraestrutura que sustenta a malha urbana que se desenvolve sobre ela e, simultaneamente, por estabelecer limites, que nunca mais serão ultrapassados, para a linha de praia da margem ribeirinha do Tejo.

Todas as estruturas romanas que aqui referimos já tinham perdido a sua funcionalidade original quando se deu a chegada dos muçulmanos no século VIII, embora o sistema viário romano tenha mantido alguma influência no sistema viário da cidade em época islâmica. As principais vias de acesso, exteriores à urbe de Olisipo, mantiveram-se em época medieval e, em alguns casos, ainda se mantêm cristalizadas no sistema viário da Lisboa actual.²¹ No que respeita às vias periurbanas e urbanas do arrabalde ocidental, podemos apontar dois casos relevantes. Em primeiro lugar, a artéria que fazia a ligação da Porta do Ferro ao termo da cidade, seguindo até junto da posterior Igreja de S. Nicolau e depois para norte, na direcção da actual Praça da Figueira, possui um traçado aproximadamente paralelo ao da via romana, mantendo assim uma direcção idêntica.²² Os resultados das escavações arqueológicas realizadas

17 Sobre a necrópole romana da Praça da Figueira, ver: R. B. Silva 2005.

18 Sobre o circo romano de Olisipo, ver: Vale et Fernandes 1997; Sepúlveda et al. 2002; Vale et Sousa. 2003.

19 Além da unidade de preparados de peixe encontrada no NARC considerem-se as estruturas de transformação de peixe encontradas na loja Napoleão, na Rua dos Fanqueiros n.ºs 68-76: Diogo et Trindade 2000. Considere-se também as duas cetárias encontradas na Rua dos Douradores, junto aos n.ºs 10 e 12 (Sepúlveda et al. 2003) e a unidade fabril de transformação de peixe encontrada na Rua Augusta (Mandarim Chinês) (cf. Bugalhão 2003).

20 Sobre a unidade fabril encontrada no NARC, ver, por todos: Bugalhão 2001.

21 Sobre as vias de comunicação de Lisboa em época romana, ver os seguintes artigos: Ribeiro 1994b; Mantas 1999; R. B. Silva 2009. Sobre a permanência das vias exteriores à urbe, Rodrigo Banha da Silva (2015) afirma que “o traçado de uma das principais vias romanas de acesso a Olisipo permanece fossilizado no caminho actual que vai desde S. Sebastião até ao Rossio”.

22 Referimo-nos à artéria conhecida em época medieval como Rua da Correeira, no troço entre a Porta do Ferro e a Igreja de S. Nicolau, e como Corredoura no troço entre a Igreja de S. Nicolau e o Rossio. Esta via foi encontrada em escavações arqueológicas na Praça da Figueira (R. B. Silva 2009; 2012a).

na Praça da Figueira revelaram que esta via, em época islâmica, se localizava cerca de 18 metros a ocidente da antiga via romana, mantendo, ainda assim, uma orientação muito semelhante.²³ O seu traçado perdurou desde época islâmica até ao terramoto de 1755, subsistindo até à remodelação urbanística realizada após o terramoto, visto que está assinalada na documentação cartográfica pré-pombalina.²⁴ Em segundo lugar, é possível apontar como caso exemplar de uma via localizada na área periurbana de Lisboa, que mantém o seu traçado desde época romana até época islâmica, o caminho romano descoberto em escavações realizadas na encosta de Sant'Ana, no lado ocidental da actual Praça do Martim Moniz. Segundo as referidas escavações este “caminho romano de cronologia genérica atribuível ao período Júlio-Cláudio” terá estado activo até época islâmica, sofrendo um pequeno desvio de cerca de dois metros relativamente ao eixo original.²⁵

23 Tal como informou Rodrigo Banha da Silva em resposta à nossa questão sobre a relação entre a via romana e a via medieval, após uma comunicação oral (R. B. Silva et al. 2015). A planta com a via romana inserida na malha urbana actual encontra-se em: R. B. Silva 2011.

24 O topónimo “corredoura” ocorre com ligeiras alterações gráficas em vários documentos medievais. Por exemplo, na inquirição régia de 1220, surgem várias propriedades localizadas na “Corredoria” (ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18); num aforamento de uma almoinha em 1283, localizada “cima da Corredoyra” (ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 1605); numa composição de 1301 surge uma “vinha de cima da corredoyra” (ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, maço 2, n.º 67); num emprazamento de 1321, em que uma almuinha e casarias são localizadas “sobre a Corredeyra perto do Mosteiro de S. Domingos” (ANTT, S. Vicente, 1.ª inc., maço 6, doc. 31); em 1350, uma casa térrea é vendida na “corredoirra” (ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª inc., maço 12, doc. 9).

25 Cf. Calado et Leitão 2005, 463: “Este caminho foi sendo continuamente repavimentado (tendo-se detectado cinco níveis), através da compactação de areão e saibro, o que provocou um desvio progressivo do eixo original que atinge cerca de 2 m em período islâmico.”

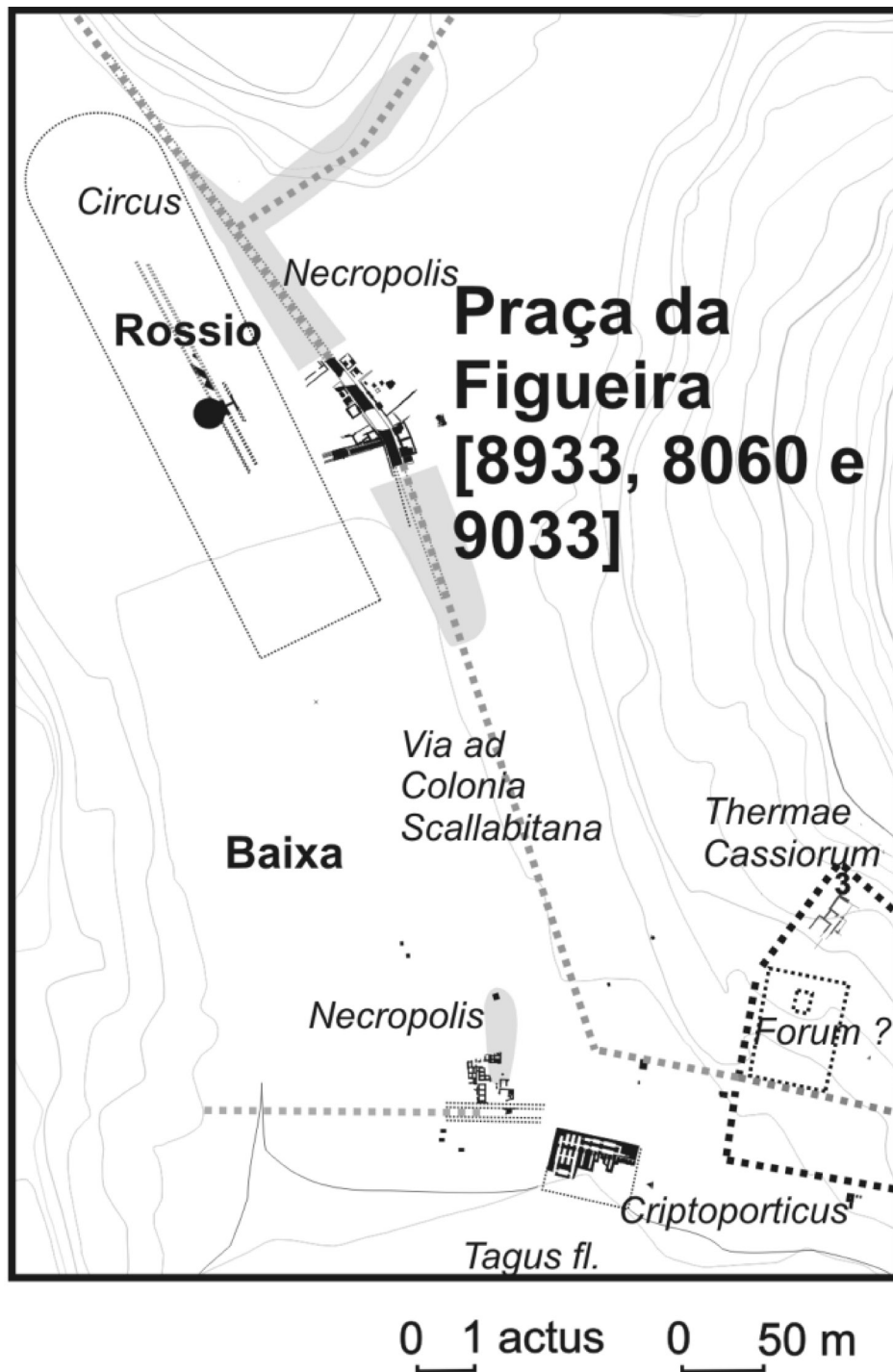


Figura 29. *Via ad Colonia Scallabitana* (segundo R. B. Silva)²⁷

²⁷ Planta publicada em: R. B. Silva 2013b.

Associadas a esta continuidade na orientação do sistema viário primário, tanto em vias urbanas como em vias periurbanas, detectámos também continuidades claras nas orientações das estruturas urbanas reveladas pelas escavações arqueológicas. É possível observar essa continuidade com particular evidência nas escavações do NARC, onde, apesar de se terem confirmado alterações relevantes nas plantas dos vestígios dos edifícios que aí existiram, as orientações dessas estruturas se mantêm ao longo de uma vasta cronologia, nomeadamente desde época romana até ao terremoto de 1755, um facto que associamos a três factores principais. Primeiro, a perenidade da orientação do sistema viário principal, patente na via romana que atravessava todo o vale da Baixa, que em época medieval se denominava Corredoura. Segundo, a existência do esteiro, que constituía a principal linha orientadora do urbanismo do arrabalde ocidental. Terceiro, e talvez o mais importante, o facto de as construções de época islâmica se alicerçarem frequentemente sobre construções romanas, as quais provavelmente ainda seriam reconhecíveis em época islâmica.²⁸

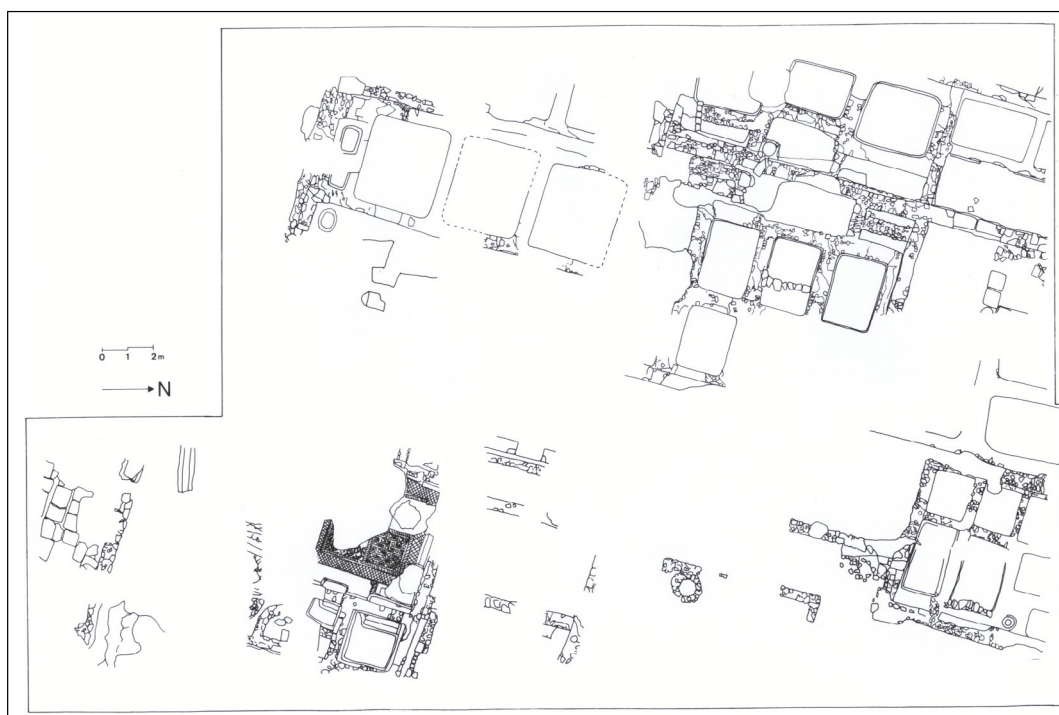


Figura 30. NARC – Estruturas de época romana (segundo Jacinta Bugalhão)²⁹

28 Tal como notaram Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado (2001, 124), que, referindo-se às construções de época islâmica encontradas no NARC e no Mandarim Chinês, afirmam: “As construções identificadas orientam-se pelo esteiro do Tejo em função da qual existem e funcionam, alicerçando-se frequentemente, em substratos estruturais romanos, que devido à sua solidez e dimensão, seriam ainda neste período perceptíveis.”

29 Planta publicada em: Bugalhão 2001, 63.

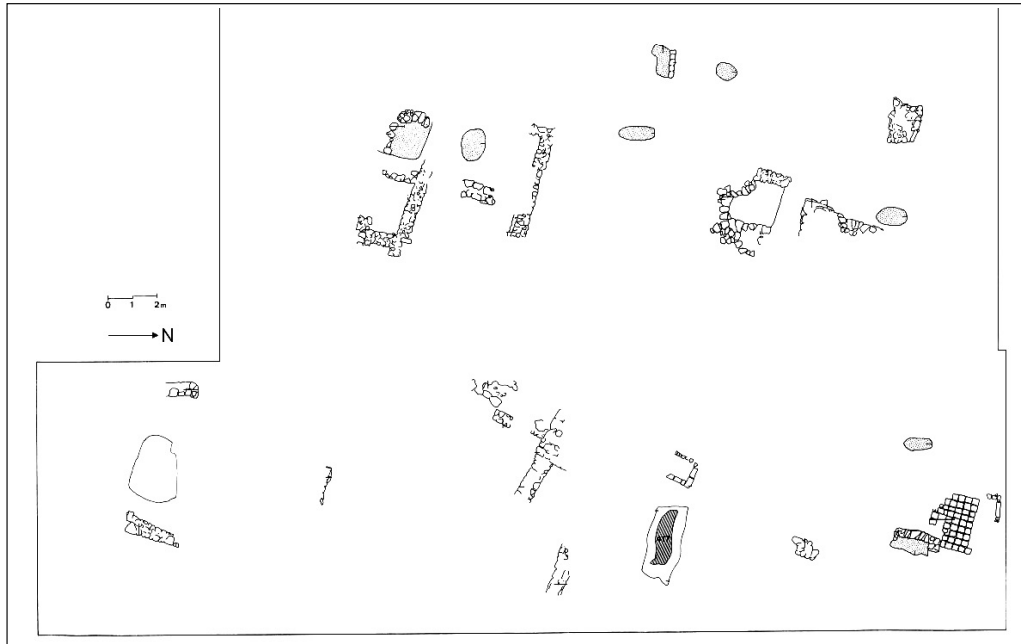


Figura 31. NARC – Estruturas de época islâmica (segundo Jacinta Bugalhão)³⁰

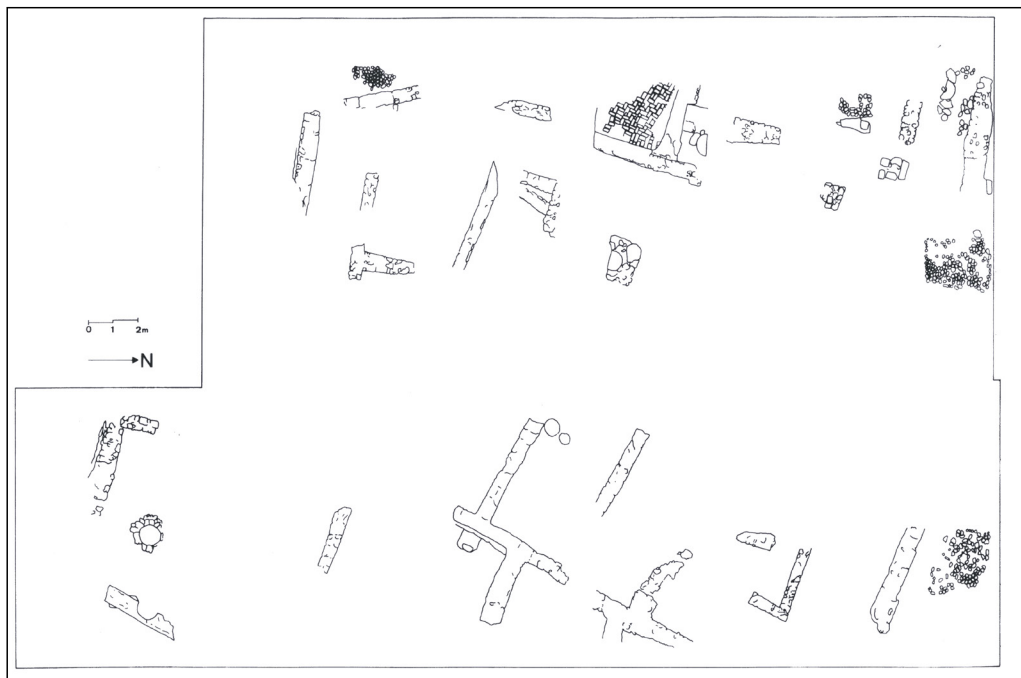


Figura 32. NARC – Estruturas de época moderna e pré-pombalina (segundo Jacinta Bugalhão)³¹

30 Planta publicada em: Bugalhão 2001, 26.

31 Planta publicada em: Bugalhão 2001, 23.

Não é apenas no sistema viário ou nas orientações dos edifícios que encontramos continuidades entre época romana e a época medieval islâmica, pois, tal como se verifica no NARC, algumas estruturas romanas foram reaproveitadas, nomeadamente um dos tanques de salga de época romana, reaproveitado para depositar um subproduto gerado pela produção de conservas de frutos. Além desse caso, algumas cetárias romanas foram também aproveitadas para fossas em época medieval islâmica.³²

Como vimos, o conhecimento sobre o arrabalde ocidental em época romana beneficia dos achados arqueológicos de várias estruturas que se localizavam nesta parte de Olisipo. Porém, infelizmente, é muito deficitário o conhecimento do urbanismo – e até da própria história da cidade – entre o desmoronamento do império romano do ocidente e a chegada dos muçulmanos, pois além de as fontes documentais serem vagas e escassas, os achados arqueológicos são igualmente muito ocasionais e reduzidos.³³

As evidências arqueológicas que se verificaram em dois pontos-chave do arrabalde ocidental elucidam-nos sobre o que pode ter acontecido na cidade da foz do Tejo nesse mal conhecido período. Tanto no NARC, como na Praça da Figueira – as duas escavações arqueológicas com maior extensão e cujos resultados são melhor conhecidos desta parte da cidade –, as evidências arqueológicas apontam para uma diminuição do registo da actividade humana entre o século VI e a época de domínio islâmico mais tardia, mais exactamente até ao século XI. No que respeita à via romana da Praça da Figueira, denominada pela olisipografia como “via norte”, sabe-se que a necrópole romana deixou de funcionar durante o século IV, havendo evidência do funcionamento de um casal agrícola no século V, seguindo-se um prolongado hiato de evidências arqueológicas até ao século XI, quando a Corredoura é pavimentada, a cerca de 18 metros a ocidente da via romana.³⁴ Relativamente ao NARC, apenas foi encontrada uma única sepultura que reaproveitava as estruturas industriais romanas, notando-se uma escassez de dados estratigráficos referentes a

32 Cf. Bugalhão et Queiroz 2006. Sobre a unidade fabril do NARC, ver nota 20, p. 238.

33 Os escassos achados relativos a esta época referem-se sobretudo a elementos arquitectónicos recolhidos em escavações realizadas na cidade. Neste sentido, um artigo recente conjuga oito peças encontradas em contexto arqueológico que permitem algumas interpretações sobre a cidade durante a antiguidade tardia (P. A. Fernandes et L. Fernandes 2014).

34 Sobre este período de tempo, as escavações realizadas na Praça da Figueira, na referida via norte, Rodrigo Banha da Silva (2012a, 138-140) afirma: “Após esta última ocupação [século IV], os vestígios são por demais escassos, e resumem-se a um fragmento de ‘sigillata cinzenta paleocristã’, oriunda da Gália, um pequeno fragmento de inscrição funerária mencionando um ‘Vicentius’, e um poço de apreciáveis dimensões, a que se acedia por um pequeno pátio, instalado acima do local onde jazia a via. Não parece crível que o itinerário tivesse sido abandonado nesta época (séculos V-VI d.C.), sendo antes provável que fosse percorrido agora sem uma estrutura formal, justificando-se assim as flutuações de implantação que iria sofrer até aos dois séculos finais da dominação islâmica, quando retoma clara expressão arquitectónica. Cobrindo as últimas ocupações de cronologia tardo-antiga, depositaram-se dois potentes estratos (c. 50 cm) que ocupavam toda a extensa área escavada da praça (c.4500 m²). Argilosos, de granulometria fina, contendo raríssimas inclusões cerâmicas datáveis sobretudo de momentos anteriores, poderão ser interpretados como correspondentes a um episódio de maior insalubridade do local? E será este o resultado de um longo episódio de degradação climática? O estádio actual dos nossos conhecimentos paleoambientais para a zona de Lisboa entre os séculos VI e X d.C. são demasiado limitados, e só a investigação posterior o poderá esclarecer.”

essa época.³⁵ Além destas duas escavações, algumas sondagens pontuais na Rua de S. Nicolau, realizadas em 1997, permitiram descobrir uma necrópole de crianças que funcionou durante o século VI e que pode estar associada à via que atravessava o vale da Baixa em direcção à Praça da Figueira, onde foi arqueologicamente identificada, ou com a existência de um hipotético templo, não localizado até agora.³⁶ Portanto, verifica-se um abandono do espaço do arrabalde ocidental, que viria a ser densamente ocupado já em época medieval islâmica, nomeadamente durante o século XI, como veremos. O panorama visual desta área, durante a época tardo-romana, seria aproximadamente o seguinte: a norte, na actual Praça da Figueira, existiria uma zona predominantemente rural, mais a sul, entre o extremo oriental da actual Rua de São Nicolau, e a Rua dos Correeiros, localizar-se-ia uma necrópole, hipoteticamente associada a um templo não conhecido, possivelmente situado junto da principal via que saía da cidade em direcção a norte. Durante a época tardo-romana, o cenário urbano era marcado pelo abandono, devido à regressão urbana que então teve lugar.³⁷

35 Sobre o período tardo-romano, Jacinta Bugalhão (2001, 29) afirma: “Integrável neste horizonte cronológico e reaproveitando estruturas industriais romanas, é a isolada sepultura de inumação a que nos referiremos adiante. Nesta fase, a área baixa da cidade terá tido uma ocupação mais esporádica, reflectindo-se esta realidade na escassez de estratigrafia.”

36 Assim revelaram as escavações arqueológicas que decorreram em 1997, na Rua de S. Nicolau, na zona da esquina nordeste do cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores (Casimiro et Silva 2013, 859-863).

37 Cenário que corresponde à opinião de vários autores, por ex: “A cidade vive, ao longo do período tardo-romano e essencialmente após a sua tomada definitiva pelos povos do norte, um momento de regressão urbana que se reflecte, não só na sua extensão e densidade populacional, como na intensidade das suas funções económicas de mercado e pólo redistribuidor de produtos de natureza vária. Assim, o urbanismo regride, as transacções comerciais diminuem de intensidade, o ‘poder’ no sentido lato da palavra, decrece.” (Bugalhão et Folgado 2001, 111) No mesmo sentido, afirma José Mattoso (1992, 323-324): “Podemos começar por observar que o fenómeno da construção de muralhas, desde há muito apontado pelos historiadores do Baixo Império como um indício seguro do atrofamento urbano e da necessidade de defesa das cidades a partir do século III, se verifica também na Península Ibérica, e concretamente em Leão, Astorga, Lugo, Cáceres, Conímbriga, Lisboa, Idanha, Mérida, Évora, Mértola, Beja, Ossónoba – para mencionar só exemplos do Ocidente.”

2.

O ARRABALDE OCIDENTAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

2.1. Cronologia, dimensão e densidade urbana

Não se conhecem informações documentais específicas sobre o momento em que se iniciou a ocupação do arrabalde ocidental de Lisboa em época islâmica. No entanto, os resultados das escavações arqueológicas permitem supor que a ocupação deste espaço, em época medieval islâmica, se tenha iniciado nos finais do século IX ou nos inícios do século X e crescido progressivamente a partir desse período.³⁸

Deste modo, a estas evidências arqueológicas é possível fazer corresponder o amplo movimento de operações urbanas ocorrido no al-Andalus durante a segunda metade do século X. Terá sido nesta época que foi erguida a mesquita aljama de Santarém.³⁹ Aproximadamente na mesma altura, o alcácer de Toledo terá sido totalmente reconstruído, e também terá sido erguida de raiz, nessa cidade, uma ponte sobre o Tejo.⁴⁰ No que respeita a Lisboa, foi recentemente conhecido que al-Mansur, em 985, ordenou obras na cidade, operação que ficou registada numa lápide encontrada na muralha do Castelo de S. Jorge.⁴¹

Entre o início do século XI e 1147, supomos que o arrabalde terá tido um aumento dos seus limites e, simultaneamente, um incremento da sua densidade urbana. No que se refere ao aumento da densidade urbana no arrabalde ocidental, os resultados das escavações arqueológicas apontam para um acréscimo entre o século XI e os meados do XII. Este facto é observável no contraste entre as poucas informações relativas ao século X obtidas pelas escavações arqueológicas e as mais profusas e, simultaneamente, mais detalhadas informações relativas aos séculos seguintes. No que respeita ao consumo/utilização de recipientes cerâmicos no NARC e no

38 Bugalhão et Folgado, 123-125: “O arrabalde ocidental de Lisboa é um fenómeno urbanístico de formação datável de cerca do século X (ou finais do IX), constituindo expressão de uma tendência de descompartimentação da cidade para o exterior marítimo, sentida na generalidade das cidades mediterrânicas andaluzas. . . . Consideramos como hipótese provável que a sua construção [fornos de cerâmica] se situe durante o século X, uma vez que parece evidente que estes laboravam já no século XI. Esta cronologia inicial aproxima-se da própria formação do arrabalde.”

39 Uma notícia da obra anónima, *Diker Bilad al-Andalus* (1983, 58), refere que a mesquita congregacional de Santarém foi erguida pelo califa al-Hakam II (961-976): “Santarem es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños esplendidos y zocos amplios y ordenados.”

40 Cf. Delgado 1999.

41 A referida lápide – que, infelizmente não esclarece a que obras se refere – foi recentemente traduzida e publicada (Barceló 2015). Sobre esta tradução, ver: Parte II, Subcapítulo 2.1 – O cenário urbano no topo da colina no início do século XI.

Mandarim Chinês, o catálogo publicado em 2007 por Jacinta Bugalhão, Sofia Gomes e Maria João Sousa demonstra claramente que os contextos enquadráveis no século XI, ou entre o XI e o XII, são em muito maior número do que os enquadráveis no século X.⁴² Terá sido esta informação que levou as autoras a supor que o arrabalde tenha sido “fundado” no século X.⁴³ Existe portanto, nos séculos XI e XII, uma ocupação mais acentuada, que deverá resultar de um aumento da densidade de ocupação do arrabalde, realidade que se verifica num maior número de vestígios registados nos resultados das escavações arqueológicas. A observação das plantas das escavações arqueológicas realizadas no NARC,⁴⁴ no Mandarim Chinês,⁴⁵ no Hotel de Santa Justa⁴⁶ e na Praça da Figueira⁴⁷ aponta para uma densidade urbana considerável, pois as estruturas conservadas justapõem-se umas às outras, independentemente da sua função. No NARC, por exemplo junto a uma olaria, encontraram-se vestígios estruturais que muito provavelmente pertencem a habitações. Na Praça da Figueira, a organização das várias habitações também sugere uma densidade urbana bastante considerável, tal como acontecia no local do Hotel de Santa Justa, onde se verificou a existência de várias habitações adossadas umas às outras e onde foi localizada uma via secundária com pavimento em calçada, o que também pode indiciar uma densidade urbana considerável.⁴⁸

Esta alta densidade urbana é também perceptível na carta do cruzado que descreve a tomada da cidade em 1147. Segundo o cruzado, “os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado”, acrescentando sobre a cidade em geral que “os edifícios formam aglomeração tão apertada que dificilmente se conseguirá encontrar ruas com mais de oito pés de largura a não ser nas dos mercadores”.⁴⁹ A estreiteza das ruas é uma característica que tem sido notada e relacionada com o modelo das cidades muçulmanas, e que deve ser associada a um trânsito maioritariamente pedonal ou realizado com a

42 O referido catálogo sumariza os resultados sobre o consumo e a utilização de recipientes cerâmicos em duas escavações que ocorreram na Baixa, uma no Mandarim Chinês (Rua Augusta 137-145 e Rua dos Sapateiros 82-86) e outra no NARC. Este catálogo foi publicado como anexo em Bugalhão et al. 2007.

43 “Embora, a maioria dos contextos remontem ao século XI e primeira metade do século XII, verificou-se a presença de alguns estratos com cronologia mais antiga (século X), relacionados eventualmente com a fundação do arrabalde” (Bugalhão et al. 2007, 334). Concordamos com a proposta, acrescentando apenas que “reocupação” talvez seja uma escolha mais exacta do que “fundação”, pois, como é conhecido, a presença humana está confirmada no arrabalde ocidental desde a Idade do Ferro.

44 Planta publicada em: Bugalhão 2001, 26.

45 Planta publicada em: Bugalhão et Folgado 2001, 113.

46 Planta consultável em: V. Filipe 2012.

47 Planta publicada em: R. B. Silva et al. 2011.

48 Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira, ver: R. B. Silva et al. 2011; R. B. Silva 2012a. Sobre as habitações e estruturas viárias encontradas no local do Hotel de Santa Justa, ver: V. Filipe 2012.

49 Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 79.

assistência de um quadrúpede, não havendo tráfego rodado de relevância.⁵⁰ A largura das ruas, referida pelo cruzado, parece dizer respeito aos *azikak*, eixos secundários que articulam entre si os vários sectores urbanos, ligando-se aos eixos primários.⁵¹

Posteriormente, no mesmo relato, descrevendo a tomada do arrabalde ocidental, o cruzado afirma:

e a pouco e pouco, os nossos pegam em armas enquanto os inimigos se vão infiltrando nos arrabaldes, travando aos nossos a entrada com pedras atiradas do telhado das casas que formavam uma cerca à maneira de muralha em toda a extensão. Os nossos, por sua parte, procuravam por todos os lados aberturas acessíveis, se é que as havia por algum sítio, e rechaçam os inimigos até meio do arrabalde no lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha. . . . Finalmente, à hora do sol posto, servindo-se de uns carreiros por onde mal passava gente mesmo desarmada, os nossos, no auge da refrega foram ocupar uma parte da colina. Ao darem-se conta do sucedido, os inimigos puseram-se em fuga, pois estavam longe da fortificação da cidade mais alta.⁵²

Sabemos que esta descrição é relativa ao arrabalde ocidental, pois o acampamento inglês, no qual se inseriria o cruzado, localizava-se no lado ocidental, sendo que foram os ingleses que tomaram este arrabalde.⁵³ É interessante notar como a densidade urbana estava de tal modo desenvolvida, ao ponto de o cruzado afirmar que as “casas formavam uma cerca à maneira de muralha” e que não existiam “aberturas acessíveis”. Verifica-se também o reforço da ideia da estreiteza das ruas, “por onde mal passava gente mesmo desarmada”. Note-se também como o centro do arrabalde é considerado “o lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha”, apesar de o texto não ser muito claro, percebe-se que o meio do arrabalde se situava no local onde se iniciava o declive do monte. Estamos em crer que o traçado da principal via que atravessava o arrabalde ocidental, a “Corredoura”, que partia desde a Porta do Ferro em direcção a norte, marcava aproximadamente o ponto em que se acentuava mais o declive da colina do castelo, facto que se pode observar na sobreposição da cartografia da Lisboa pré-pombalina com as curvas de nível.

50 Sobre o trânsito nas cidades muçulmanas da Península Ibérica, Torres Balbás (1970, 129) afirma categoricamente que “no existia tráfego rodado”.

51 Sobre a tipologia da rede viária da cidade islâmica, ver: Trindade 2009, 66-68.

52 Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 101.

53 Sobre os detalhes militares da tomada da cidade em 1147, ver: Barbosa 2004; Martins 2011, 77-101.

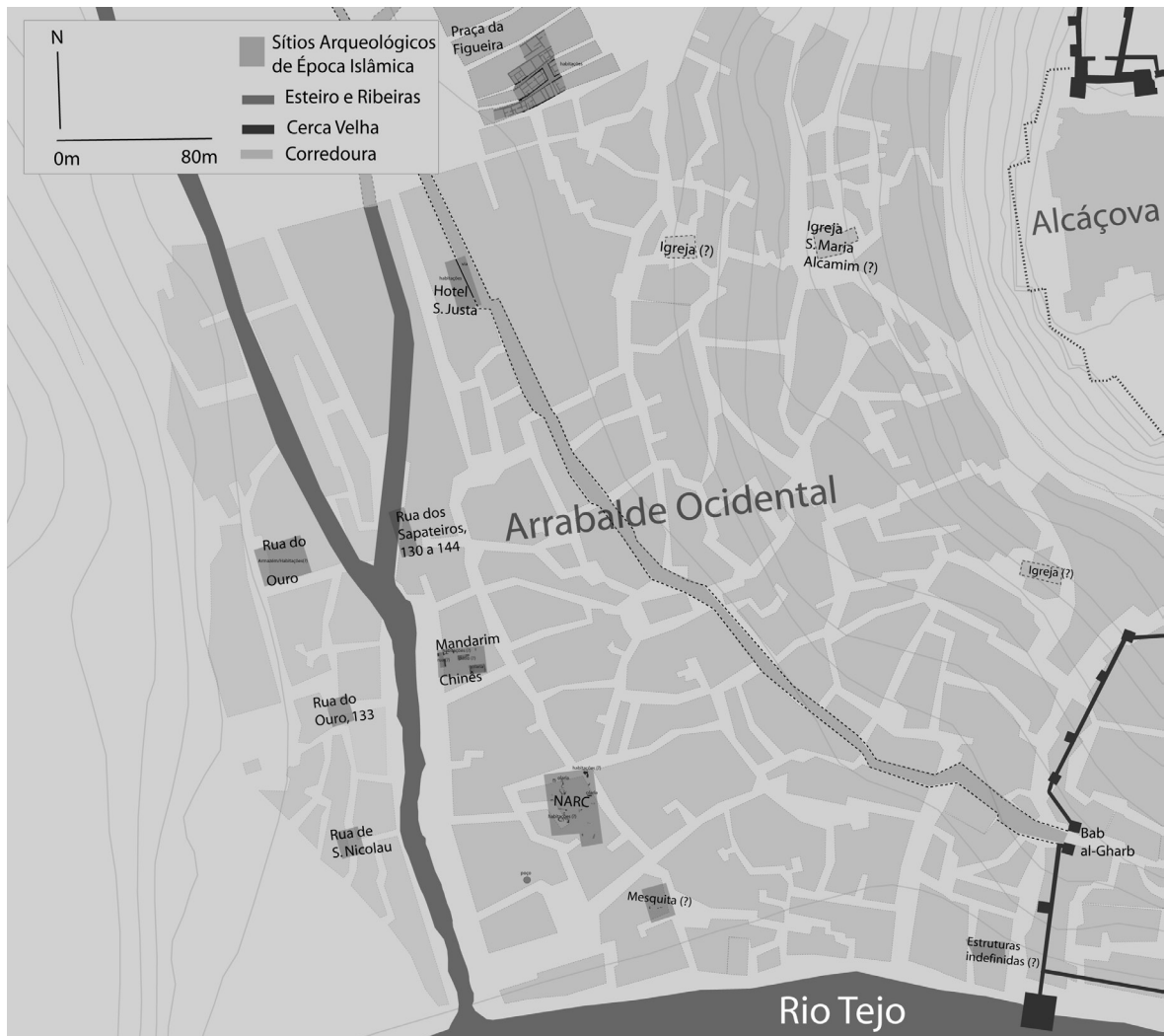


Figura 33. O arrabalde ocidental, indicando a Corredoura, as curvas de nível e os sítios arqueológicos de época islâmica

Relativamente à dimensão concreta do arrabalde ocidental em época islâmica, apesar de não ser possível reconhecer a sua evolução exacta ao longo do tempo, é possível identificar os limites máximos que o arrabalde terá tido no seu auge, durante época de domínio islâmico, num momento já muito próximo de 1147.

A sul e a este, a margem do rio e a muralha da medina desenhavam os limites óbvios do arrabalde. O traçado ocidental da cerca, já aqui referida, existiria talvez desde a Antiguidade Tardia, e corresponderia em grande medida ao traçado reconstituído por Augusto Vieira da Silva. A norte, a descoberta de um bairro de época islâmica

na Praça da Figueira⁵⁴ aponta para que o arrabalde tenha tido um crescimento urbano notável nesta direcção, crescimento esse que só viria a ser retomado com o aglomerado urbano que se desenvolveu em torno do Convento de S. Domingos, e que, ainda assim, permaneceria com um cariz predominantemente rural até ao século XV.⁵⁵

O ponto mais problemático no que respeita aos limites do arrabalde ocidental é a definição dos seus limites máximos a ocidente. A questão que se levanta consiste em perceber se o arrabalde ultrapassava, ou não, a margem do esteiro que dividia a baixa. Os resultados das escavações arqueológicas realizadas no NARC e no Mandarin Chinês permitem-nos afirmar, sem qualquer dúvida, que o arrabalde se desenvolvia pelo menos até à margem oriental do esteiro, pois aí foram encontradas habitações e olarias de época islâmica. Relativamente à margem ocidental, do lado da encosta de S. Francisco, também aí se registaram relevantes estruturas de época islâmica, nomeadamente numa escavação que ocorreu entre os n.ºs 197 e 203 da Rua do Ouro.⁵⁶ Além disso, verificaram-se materiais de época islâmica em intervenções arqueológicas que decorreram na Rua de S. Nicolau⁵⁷ e na Rua do Ouro, n.º 133.⁵⁸

Relativamente às estruturas encontradas na Rua do Ouro, n.ºs 197-203, a dimensão muito significativa de um pátio central pavimentado e rodeado por estruturas infelizmente não reconhecíveis, apontam, na nossa opinião, para duas hipóteses: ou um armazém associado a uma unidade rural, que poderia ter, ou não, estruturas habitacionais associadas, ou uma estrutura habitacional de grandes dimensões pertencente a um membro da elite lisboeta. Qualquer que fosse a sua funcionalidade, a localização junto à margem ocidental do esteiro, a menos de cem metros de distância das estruturas habitacionais e oleiras encontradas no Mandarin Chinês, parece indicar que a cidade realmente ultrapassava a margem ocidental do esteiro. No que respeita aos vestígios de época de domínio muçulmano descobertos

54 Sobre este bairro islâmico, ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 – Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos.” Cf. os dois artigos com informação arqueológica sobre este bairro: R. B. Silva et al. 2011; R. B. Silva 2012a.

55 Tal como Luís Gonçalves (2011, 109-112) demonstrou na sua descrição daquilo que chama o “sistema de S. Domingos”, com base numa doação de um campo e reguengo realizada em 16 de Fevereiro de 1434 (ANTI, Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 85v.).

56 Infelizmente, os resultados dessa escavação não foram publicados, nem o seu relatório se encontra acessível no Arquivo da DGPC, existindo apenas uma notícia secundária que refere uma comunicação e uma informação oral dos arqueólogos responsáveis pela escavação, António Marques e Lídia Fernandes (Bugalhão 2009, 385). Em Fevereiro de 2016, informações orais de António Marques, assistidas com fotografias da referida escavação, corroboraram a existência de estruturas de época islâmica, que terão funcionado entre o século XI e os meados do século XII, constituídas por um pátio central de grande dimensão, ao redor do qual se desenvolviam outras estruturas não reconhecíveis. As dúvidas sobre a funcionalidade desta estrutura mantêm-se, infelizmente, sem solução. Um trabalho sobre as cerâmicas islâmicas encontradas nesse local encontra-se no Centro de Arqueologia de Lisboa (Castiço 2005).

57 Cf. Diogo et Trindade 2000.

58 Cf. Valongo 2014.

na Rua de S. Nicolau, os arqueólogos responsáveis afirmam que “segundo os materiais, este sítio já se encontrava ocupado numa fase tardia do período islâmico de Lisboa”.⁵⁹ Também na Rua do Ouro, mas no n.º 133, escavações arqueológicas decorridas em 2014 revelaram a existência de “uma área de despejo de detritos domésticos de cronologia islâmica, sensivelmente do séc. XI”.⁶⁰ Estas várias evidências arqueológicas levam-nos a concordar e a reforçar a proposta de que o arrabalde ocidental ultrapassava realmente a margem ocidental do esteiro, uma hipótese sugerida por Jacinta Bugalhão em 2008.⁶¹ Deste modo, é possível calcular aproximadamente uma área urbana de 16,7 hectares para o arrabalde ocidental em época islâmica no expoente máximo, imediatamente antes da conquista em 1147.

Neste momento, não é possível estabelecer um faseamento rigoroso do crescimento urbano do arrabalde ocidental, pois se por um lado não possuímos dados documentais que o permitam, por outro lado os resultados das escavações arqueológicas são ainda muito dispersos para nos permitirem perceber com exactidão como se desenvolveu o arrabalde ocidental. Deste modo, tendo como base os dados das escavações arqueológicas, é apenas possível supor de forma genérica como decorreu o seu crescimento urbano.

As escavações no Mandarim Chinês e no NARC indicam que os fornos de olaria mais antigos terão sido, provavelmente, construídos durante o século X.⁶² Relativamente à provável mesquita encontrada sobre o criptopórtico romano, não foram ainda avançadas cronologias específicas sobre a sua construção original.⁶³ Na Rua do Ouro, n.º 133, verificou-se a existência de uma área de despejo de detritos domésticos com uma cronologia do século XI. No que respeita aos vestígios habitacionais encontrados no local do Hotel de Santa Justa, estes apontam para que esta zona tenha sido urbanizada no século XI.⁶⁴ Por último, as estruturas

59 Cf. Diogo et Trindade 2000, 233.

60 Cf. Valongo 2014, 9.

61 Esta autora afirma: “o arrabalde ocidental que ocuparia toda a área disponível entre a Muralha, o esteiro (desde pelo menos a actual Praça da Figueira), podendo eventualmente extravasar para a margem direita deste, e a margem do Tejo.” (Bugalhão 2009, 383).

62 Bugalhão et Folgado 2001, 124-125: “Os fornos 2, 3, 4 [Mandarim Chinês] e 5 [NARC] assentam sobre depósitos heterogéneos romano – islâmicos, ou mesmo sobre estruturas romanas (fornos 2, 3 e 4). Consideramos como hipótese provável que a sua construção se situe durante o século X, uma vez que parece evidente que estes laboravam já no século XI. Esta cronologia inicial aproxima-se da própria formação do arrabalde. A construção do forno 1 terá sido mais tardia, eventualmente já no século XI, uma vez que o forno 4 é desactivado pela sua construção. A necessidade de diversificação de produções poderá ser a explicação para esta ocorrência, assim como as vantagens de produzir peças de consumo generalizado. Por sua vez, a construção do forno 3, terá desactivado o forno 2.”

63 A cronologia do edifício de época islâmica encontrado na Rua da Conceição, sobre o criptopórtico romano, deverá ser apurada em futuras escavações em área que aí se realizarem. No relatório das escavações realizadas em 2015, os arqueólogos responsáveis não avançaram com cronologias para a construção deste edifício, referindo-se apenas de forma genérica à “época islâmica” (Caessa et al. 2015). Num posterior artigo sobre este edifício, os mesmos autores propõem como hipótese um “balizamento pós califal” (Caessa et al. 2018).

64 Cf. Filipe 2012, 10: “as cerâmicas recolhidas nos contextos associados à construção das estruturas habitacionais do bairro – que se sobrepõem estratigraficamente à estrutura [34] apontam, de igual forma, para o século XI.”

habitacionais encontradas na Praça da Figueira indicam que a urbanização deste espaço terá ocorrido numa fase posterior, já durante a época de domínio almorávida, na primeira metade do século XII.⁶⁵

A observação destes dados parece apontar para que o arrabalde ocidental se tenha desenvolvido de sul para norte, ou melhor, desde a margem ribeirinha para o interior, possivelmente acompanhando a principal via que partia da Porta do Ferro na direcção noroeste, ao redor da qual é possível que se tenha desenvolvido o *sug* do arrabalde, como veremos.⁶⁶ Note-se também que os materiais encontrados na Rua do Ouro, n.º 133, pertencem a uma cronologia do século XI, o que pode indicar que a margem ocidental do esteiro possa ter sido urbanizada ainda nessa época, ou seja, um século depois dos vestígios do Mandarim Chinês, antes do Bairro da Praça da Figueira, e no mesmo século que os vestígios habitacionais encontrados no Hotel de Santa Justa.

O sentido norte-sul do crescimento urbano do arrabalde ocidental que parece iniciar-se na margem ribeirinha em direcção ao interior poderá vir a ser confirmado, ou não, em posteriores escavações arqueológicas. Assim, devemos esclarecer que esta proposta assenta apenas nas cronologias dos vestígios arqueológicos, as quais podem vir a ser revistas após análises mais detalhadas.

65 Cf. R. B. Silva 2012a: “uma instalação sincrónica, ou próximo disso, ocorrida num momento que se pode situar, em função da observação das cerâmicas recolhidas naqueles contextos, algures durante a primeira metade do séc. XII, mais provavelmente durante o período de domínio Almorávida da cidade (1111-1147)”.

66 Ver: Parte III, Subcapítulo 5.1 – O *sug* do arrabalde.

2.2. Um arrabalde multifuncional antes e depois de 1147

Na década de 90 do século passado, foram encontradas na Baixa lisboeta estruturas pertencentes a olarias que aí laboraram em época islâmica.⁶⁷ No local conhecido como Mandarin Chinês, verificou-se a existência de quatro fornos pertencentes a uma mesma olaria, que laborou entre o século XI e a primeira metade do século XII. No NARC, encontrou-se um forno pertencente a uma outra olaria, que terá laborado num período contemporâneo ao do anterior. Importa ainda salientar a presença de um conjunto cerâmico num dos fornos do Mandarin Chinês que marca o momento de abandono do último forno pertencente à olaria aí localizada, o qual poderá ter ocorrido no momento da conquista da cidade, em 1147.⁶⁸

A localização destas olarias não nos deverá surpreender. Além desta localização periférica relativamente à medina constituir uma situação comum nas cidades do al-Andalus⁶⁹ – e também nas cidades medievais em geral⁷⁰ –, o arrabalde ocidental de Lisboa desde há muito tempo que se havia caracterizado por abranger estruturas de carácter fabril e artesanal. Assim se verificou nas escavações realizadas no NARC, onde foi encontrada uma unidade de processamento e conserva de peixe, que esteve em funcionamento entre o século I e os meados do século V d.C.⁷¹; bem como noutras escavações, também localizadas no espaço do arrabalde ocidental, onde foram descobertas cetárias romanas, como o já referido Mandarin Chinês, onde esteve em funcionamento uma unidade de processamento de peixe até ao século V d.C.⁷² Recuando ainda mais no tempo, também no NARC, foi encontrado um forno de

67 Referimo-nos às olarias encontradas nas escavações realizadas em duas intervenções de arqueologia urbana no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e no Mandarin Chinês (MC), que decorreram entre 1991 e 1996 (NARC: 1991-1995; MC: 1992-1996). Sobre as referidas olarias, ver: Bugalhão et Folgado 2001; Bugalhão et al. 2003, 129-192; Bugalhão et al. 2005, 237-262; Bugalhão et al. 2007, 317-344; Bugalhão et al. 2008, 113-134.

68 Este conjunto de peças cerâmicas parece ter sido abandonado no interior do forno num momento de ruptura possivelmente relacionável com a conquista da cidade (Bugalhão et al. 2008, 116).

69 Em Córdoba, no arrabalde de la Carretera de Trassierra, localizado na zona noroeste da cidade, já bastante afastado da medina (cerca de 2 km), encontrou-se uma zona multifuncional de produção oleira, habitacional e também de exploração agropecuária: “La aparición de los diferentes vestigios localizados en el sector noroeste ha puesto al descubierto unidades negativas y positivas correspondientes a época medieval islámica: desde finales del s. X a inicios del XI d. C. Los restos documentados apuntarían a un uso del espacio de carácter residencial a la par que agropecuario así como un sector alfarero importante al oeste de la vía principal, y que iría estrechamente relacionado o vinculado con uno de los arrabales situados al noroeste de la ciudad amurallada, como consecuencia de la gran expansión califal” (Rodero Pérez et Molina Mahedero 2006, 267). Com base na toponímia, Torres Balbás (1970, 1:173) informa-nos de que existiam bairros ou arrabaldes denominados “dos oleiros” (*al-Fajjarin*) em Sevilha, Granada e Córdoba. Em Saragoça, também se conhece um bairro dos oleiros, localizado a ocidente da medina, que terá tido origem no século X e cuja morfologia foi bastante alterada, após a conquista cristã, já no século XIII, altura em que foi aí construído um bairro cristão, formado por quarteirões rectangulares, compostos por parcelas estreitas e profundas (Betrán Abadía 2005, 53-54).

70 Tal como afirma Amélia Andrade (1998, 21), referindo-se à paisagem urbana medieval portuguesa: “Para fora do recinto urbano, expulsavam-se, com efeito, os maus cheiros dos pelames, as excessivas poeiras das olarias ou os ruídos agudos e agressivos dos ferreiros. E o temor do fogo, que a todo o momento se podia tornar incontrolável e destruidor, fazia remeter, sempre que possível, para o exterior as forjas e os fornos que acompanhavam certas actividades artesanais.”

71 Sobre esta unidade de processamento e conserva de peixe, ver: Bugalhão 2001.

72 Bugalhão 2001, 52.

olaria da II Idade do Ferro, confirmando a longa tradição da actividade neste local específico e no arrabalde em geral.⁷³

Tal como foi já anteriormente referido, além das olarias, as escavações arqueológicas realizadas neste arrabalde revelaram a existência de várias estruturas de funcionalidade habitacional, nomeadamente, na Praça da Figueira, no Hotel de S. Justa,⁷⁴ no NARC⁷⁵ e na Rua dos Sapateiros, n.º 130-144.⁷⁶ Deste modo, podemos afirmar sem qualquer reserva que o arrabalde ocidental de Lisboa não estava limitado à produção artesanal, pois também os resultados arqueológicos revelam uma componente habitacional, a par da artesanal.

Em época de domínio político cristão, o carácter artesanal do arrabalde ocidental não desapareceu; pelo contrário, esta actividade continuou a existir, como se pôde observar na escavação arqueológica do NARC, onde se registaram vestígios detriticos de uma olaria que terá laborado no século XIII, a qual não foi possível, todavia, localizar.⁷⁷ Além disso, a documentação é inequívoca, registando-se vários fornos – infelizmente, na sua grande maioria, não caracterizados – ali localizados entre os séculos XIII e XIV. É possível que alguns estivessem associados à fabricação de pão, pois entre as várias referências a fornos não caracterizados destaca-se uma única a uns fornos de pão pertencentes à Ordem de Santiago, que se localizavam na freguesia de S. Julião, em 1220.⁷⁸

Apesar de não ser possível conhecer a funcionalidade da maioria dos fornos referidos pela documentação, é possível localizar aproximadamente alguns fornos e saber quem eram os seus proprietários. Em 1276, na Ferraria Velha, que se localizava na freguesia da Madalena, a poente e a sul do portal desta igreja, encontramos um forno de um Pedro Martins, dito Boto; no entanto, a funcionalidade deste forno não é referida no documento.⁷⁹ No ano seguinte, é possível identificar provavelmente o mesmo forno, desta vez referido como “forno e casa que foi de Pedro Martinho”, também localizado na Ferraria Velha.⁸⁰ O mesmo forno é ainda referido num documento produzido em 1300, momento em que Sancha Pires, filha

73 Bugalhão 2001, 33.

74 Sobre as estruturas habitacionais da Praça da Figueira e do Hotel de S. Justa, ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 – Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”.

75 Sobre as estruturas habitacionais no NARC, ver: Parte III, Subcapítulo 2.1 - Cronologia, dimensão e densidade urbana.

76 Cf. Simão et Sarrazola 2013.

77 Cf. Bugalhão 2001, 25. O facto de algumas peças apresentarem defeitos de fabrico, e outras nunca terem sido utilizadas indicia que se deveria de tratar de uma fossa de despejo de uma olaria, que contudo não foi localizada. Este conjunto de cerâmicas foi já estudado e publicado (cf. Gaspar et Amaro 1997, 337).

78 Na inquirição de 1220, é referido um forno de pão, localizado em S. Julião, e que seria propriedade da Ordem de Santiago em 1220: “umas casas e um forno de pão”. (ANTT, Gaveta I, maço 2, n.º 18).

79 Trata-se de um aforamento de três tendas localizadas na Ferraria Velha, onde o forno de Pedro Martins surge a sul, de duas dessas tendas (cf. ANTT, Gaveta 11, maço 11, n.º 24).

80 Num aforamento de uma tenda por D. Afonso III a um Pedro Zarco e sua esposa Domingas Eanes, em Dezembro de 1277 (cf. ANTT, Extremadura, Livro 12, fl. 117v-118).

de Pedro Martins Boto, então casada com um Gil Eanes, vende três tendas anexas ao referido forno, as quais são situadas junto a uma porta da judiaria, provavelmente a porta que Augusto Vieira da Silva denomina “Porta da Ferraria dos Judeus”.⁸¹ Em 1284, perto da Fivelaria, algures na freguesia da Madalena, encontramos um forno pertencente a um João Pires, neto do Prior de Guimarães.⁸² Em 1309, no lado ocidental do esteiro, surge um forno no Morraz “a par dos banhos”, o qual é deixado em testamento por D. Margarida Mendes, criada de D. Sancha Palhavã, ao Convento de S. Vicente.⁸³ Em 1317, uma contenda sobre umas casas localizadas no Morraz refere um “forno que foi de Lourenço Scola”.

Importa sublinhar que estes dois últimos casos remetem para duas famílias pertencentes às elites olisiponenses já relativamente conhecidas: os Palhavã⁸⁴ e os Escola.⁸⁵ No que respeita a Lourenço Escola, podemos acrescentar aos conhecidos factos de ter sido porteiro-mor do reino e alcaide de Lisboa, que este homem de confiança do monarca era também proprietário de “casarias” na Pedreira, localizadas perto das casas onde D. Dinis tentou fundar a universidade, além do forno que aqui referimos. Além disso, Lourenço Escola foi também mordomo-mor, pelo menos entre 1287 e 1289,⁸⁶ cargo que também será exercido pelo seu genro, Gonçalo Peres Ribeiro, entre 1326 e 1327, demonstrando uma ligação prolongada entre a família dos Escola e a rainha Isabel de Aragão, por via tanto de Lourenço de Escola como da sua filha, Constança Lourenço Escola.⁸⁷

Também a Coroa possuía fornos no arrabalde ocidental, mais precisamente na Pedreira, tal como revelam duas doações de casas feitas por D. Dinis, uma em 1317⁸⁸ e outra em 1318.⁸⁹ Nas confrontações, é referido um forno de posse régia, o qual deve ser o mesmo, pois a descrição das confrontações é exactamente a mesma.

81 Cf. Uma venda de três tendas a par da porta da Judiaria, em 1300, por Gil Eanes e sua mulher Sancha Pires a Domingos Domingues cunhado do Bispo de Coimbra, ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, maço 2, doc. 210: “as quaes tendas acaeceram a Sancha Pires da parte de Pedro Martins Boto meu padre . . . a oriente o forno”. Augusto Vieira da Silva (1899, 325) na sua reconstituição dos limites da judiaria velha de Lisboa, localiza uma porta que nomeia de “Porta da Ferraria dos Judeus”.

82 Na venda de parte de uma tenda adquirida pelo rei D. Dinis (ANTT, Gaveta 11, maço 11, n.º 25).

83 O testamento encontra-se em: ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª inc., maço 5, doc. 26.

84 Sobre os Palhavã, ver: Martins 1997-1998.

85 Sobre a família Escola, numa síntese compilada por Mário Farelo destaca-se o papel de Lourenço Escola, da sua mulher, Maria [Mendes] Escola, que instituiu uma capela na Sé de Lisboa em 1316, e do seu neto, Lourenço Eanes Escola, cónego pertencente ao Cabido de Lisboa. Nessa síntese, Mário Farelo (2003, 98) inclui esta família na “elite olisiponense”.

86 Cf. M. F. Andrade 2012, 278.

87 Sobre a relação entre Isabel de Aragão e Gonçalo Peres Ribeiro, genro de Lourenço Escola, ver M. F. Andrade 2012, 131.

88 Cf. ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 102: “como partem essas casas com outras minhas casas que eu tenho na Pedreira e com casas da Sé de Sam Vicente e per ruas publicas e com Vicente Pires bolhão e com um meu forno que aí há na pedreira”.

89 Cf. ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 120v: “como partem essas casas com outras minhas casas que eu tenho na pedreira e com casas da Se de Sam vicente e por Ruas publicas e com Vicente Pais Bolhom e com um meu forno que aí há na pedreira”.

Além da propriedade destes vários fornos, foi possível detectar a localização aproximada de alguns deles, nomeadamente os que se situam no Morraz, pois um documento, pouco posterior aos limites da cronologia que aqui estudamos, localiza uma Rua dos Fornos de Morraz.⁹⁰ Esta informação aponta para que os fornos de Lourenço Escola e de Margarida Mendes aqui referidos constituíssem um núcleo industrial, que relembra o núcleo industrial de época islâmica que se verificou no NARC e no Mandarin Chinês. A localização deste núcleo de fornos em inícios do século XIV, já no lado oposto do esteiro, relativamente ao local onde foram encontradas as olarias de época islâmica, evidencia o crescimento da urbe para ocidente. Infelizmente, não é possível perceber se estes fornos são de olaria ou de outra actividade.

A detecção destes fornos em época medieval cristã não pode deixar de ser contextualizada com a sua envolvente, pois em torno destes fornos existiam diversos tipos de estruturas urbanas, desde tendas, como se verifica no caso do forno de Pedro Martins Boto, que, em 1283, se situava junto a uma das portas da judiaria,⁹¹ a habitações ou até banhos, como revela o caso do forno localizado no Morraz.⁹² Além disso, também o forno pertencente à coroa, localizado na Pedreira, confrontava com casas.⁹³

Se o arrabalde ocidental tinha realmente um conteúdo funcional específico, tal como foi afirmado para a época de domínio político islâmico, essa especialização não se verifica em época cristã, pois a documentação revela um arrabalde multifuncional.⁹⁴ Em época medieval cristã, mais precisamente entre os finais do século XIII e o início do XIV, continuam, de facto, a existir fornos em alguns pontos do arrabalde ocidental, mas tal como foi notado numa estatística respeitante à freguesia de S. Julião,⁹⁵ a componente habitacional mantém-se predominante, ao longo do século XIII, sendo acompanhada de outras estruturas diversas, como adegas, almuinhas, quintãs, albergarias e estruturas de apoio à construção naval, as quais serão posteriormente estudadas com maior profundidade.⁹⁶ No que respeita à componente comercial,

90 Cf. Aforamento de casas sótão e sobrado no Rego, na “Rua dos Fornos de Morraz” por Dona Senhorinha Martins comendadeira do Mosteiro de Santos a Rui Gonçalves vinhateiro, morador na dita cidade e a Margarida sua mulher em 21 de Outubro de 1372, ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 282.

91 Cf. ANTT, Estremadura 12, fls. 148, 148 v.

92 Em 1309, Margarida Mendes, criada de D. Sancha Palhavã doa no seu testamento um quarto de forno “no Morraz a par dos Banhos” ao Mosteiro de S. Vicente (cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª inc., maço 5, doc. 26).

93 Em 1319, D. Dinis doa duas casas na Pedreira a Fernando Dias, seu vassalo, em cujas confrontações se verificam um forno do rei e várias casas (ANTT, Chancelaria D. Dinis, Livro 3, fl. 120v.).

94 Em 2001, Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado (124) afirmavam sobre a época de domínio islâmico: “O arrabalde terá possuído um conteúdo funcional específico, expresso pela sua localização ribeirinha: as actividades portuárias, artesanais e comerciais seriam predominantes.”

95 Cf. M. F. Silva 2012.

96 Sobre as estruturas portuárias ver: Parte III, Capítulo 6 – As estruturas portuárias.

esta adquire cada vez mais relevância, como veremos no capítulo sobre o pólo comercial e político que se vai desenvolver junto à Ribeira durante o século XIII.⁹⁷

Neste capítulo, após uma análise dos vários vestígios arqueológicos de ocupação urbana em época islâmica, revelados por diferentes escavações dispersas por toda a área do arrabalde Oriental, foi possível identificar a existência de uma densidade urbana bastante considerável neste arrabalde. Foi também possível elaborar uma proposta sobre os limites urbanos deste espaço, os quais incluem, a norte, o bairro islâmico da Praça da Figueira; a ocidente, o espaço junto da margem ocidental do esteiro da Baixa; a sul, o rio; e a oriente, a Cerca Velha, que separava a Medina do arrabalde. Importa assinalar que este vasto espaço só voltaria a ser urbanizado em pleno no século XVI, nos limites setentrionais,⁹⁸ e nos finais do século XIII nos limites ocidentais.

Foi também aqui proposta uma lógica para a evolução da ocupação urbana deste arrabalde, que, tendo também em conta os resultados das escavações arqueológicas, parece ter ocorrido gradualmente da margem ribeirinha para o interior, tendo a margem ocidental do esteiro um desfasamento cronológico compreensível, pois essa margem deverá ter sido ocupada apenas depois de se ter atingido uma densidade urbana considerável no arrabalde Oriental.

Foi também constatada, tanto através dos resultados arqueológicos como da análise aos fundos documentais medievos, a permanência de um espaço multifuncional no arrabalde, pois mantém-se, tanto em época de domínio político islâmico como cristão, a coexistência de estruturas de carácter artesanal e residencial, além de outras realidades que a documentação permite vislumbrar, mas que a arqueologia ainda não registou, ou não conseguiu registar.

97 Ver: Parte III, Capítulo 5 – A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

98 Sobre a regressão urbana no arrabalde ocidental, ver: Parte III, Capítulo 3 – Regressão urbana no arrabalde ocidental.

3.

REGRESSÃO URBANA NO ARRABALDE OCIDENTAL

3.1. Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”

No momento em que os almorávidas detinham o domínio político de Lisboa, ou seja, durante a primeira metade do século XII, o arrabalde ocidental de Lisboa continuava em expansão. A maior evidência deste crescimento urbano revelou-se com a descoberta do bairro islâmico, que terá sido erguido nessa época e que foi encontrado em escavações arqueológicas que decorreram na Praça da Figueira entre 1999 e 2001, conduzidas por Rodrigo Banha da Silva.⁹⁹ O “bairro islâmico da Praça da Figueira”, tal como foi denominado pelo arqueólogo responsável pela sua descoberta, localizava-se na zona sudoeste da actual Praça da Figueira e era constituído por cerca de duas dezenas de pequenas unidades habitacionais, alinhadas em cinco quarteirões, os quais eram separados por ruas estreitas. Importa aqui levantar algumas questões sobre este conjunto de edifícios, para se compreender o seu papel na estrutura urbana da cidade medieval. Em primeiro lugar, é importante entender se o bairro fazia realmente parte do arrabalde ocidental ou se seria antes um aglomerado habitacional de cariz periurbano. Em segundo, tentar perceber quando, como, por quem e porquê foi erguido. Em terceiro, tentar vislumbrar o perfil de quem lá habitou. Em quarto e último lugar, tentar perceber o que sucedeu após a conquista de 1147.

Sobre a primeira destas questões, não é possível dar uma resposta cabal. No entanto, o facto de as construções se prolongarem para lá da área escavada, quer para sul, quer para oriente, indicia que não se tratava de um pequeno núcleo isolado de habitações.¹⁰⁰ Além disso, a descoberta de vestígios habitacionais aglomerados em redor da Corredoura, apenas cerca de 80 metros a sudoeste desse bairro, também aponta para que fizesse parte do arrabalde ocidental da cidade.¹⁰¹ Deste

99 Todas as informações sobre o bairro foram recolhidas nos seguintes artigos: R. B. Silva et al. 2011; R. B. Silva 2012a.

100 Tal como afirma Rodrigo Banha da Silva (2012a), este bairro tratava-se de “um edificado instalado nos finais da época de dominação islâmica que se prolongava para sul, para o coração da Baixa, e para oriente, em direcção ao Poço do Borratém e Encosta da Mouraria”.

101 Uma proposta avançada por Rodrigo Banha da Silva, “a presença do casario, de época islâmica, que damos a conhecer e que integrava o arrabalde ocidental da grande cidade” (2011, 18).

modo, parece-nos plausível que a mancha urbana do arrabalde, em meados do século XII, tivesse o seu limite setentrional não muito longe deste aglomerado de habitações.

Relativamente à cronologia da sua edificação, foram detectadas duas fases construtivas. Uma primeira, mais antiga, mas também de época islâmica, em que se constatou a presença de uma vivenda, da qual se conservaram vestígios do salão principal e do pátio. Numa segunda fase, terá sido construído o bairro propriamente dito, composto por cinco artérias e pelos vários edifícios, que teriam, muito provavelmente, uma função habitacional. A cronologia da primeira fase não é referida nos artigos do responsável das escavações, mas a segunda fase, pelo contrário, é balizada em período almorávida, mais exactamente “durante a primeira metade do séc. XII, mais provavelmente durante o período de domínio Almorávida da cidade (1111-1147)”.¹⁰²

O bairro parece ter sido construído num momento preciso, quase integralmente de forma sincrónica, tal como revelam os resultados da escavação arqueológica, onde foi notório que “alguns dos quarteirões partilhavam o mesmo muro de limite, que a evidência arqueológica mostrava de forma categórica ter sido construído num primeiro momento, ao qual as paredes de compartimentação interna iriam ser adossadas posteriormente, significando assim uma primeira erecção de recintos só depois subdivididos”.¹⁰³ Aliando a este facto o carácter semiortogonal de todo o bairro, constituído por quarteirões separados por vias estreitas, é possível concluir que este teve uma construção organizada, planeada e sincrónica.¹⁰⁴

102 R. B. Silva 2012a.

103 R. B. Silva 2012a.

104 Tal como afirma o Rodrigo Banha da Silva (2011, 23): “o bairro detectado em nada tem a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica, antes bem pelo contrário, ele denuncia, embora sugerindo dois programas algo diversos, planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais.”

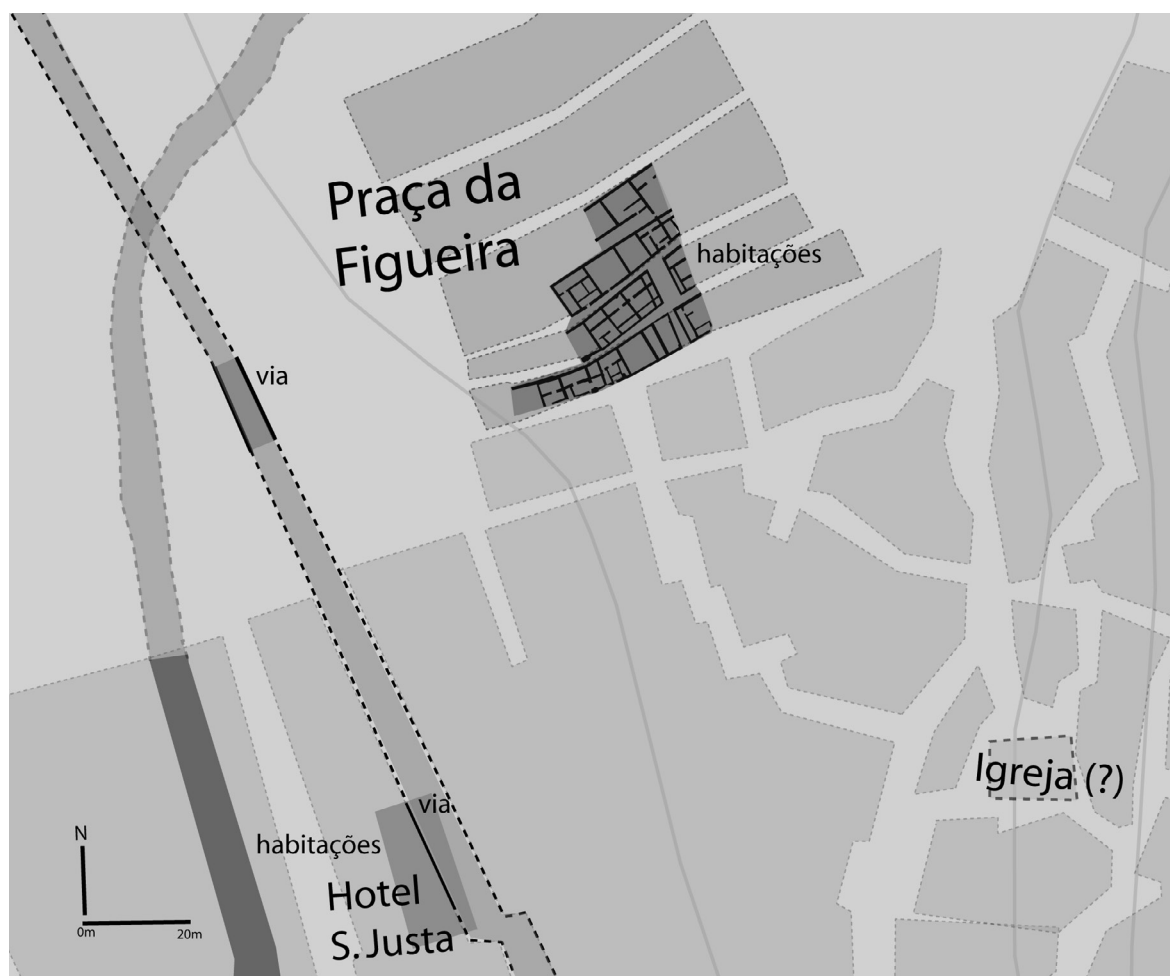


Figura 34. Bairro islâmico da Praça da Figueira e envolvente, c. 1147

Afigura-se, no entanto, tarefa complexa afirmar quem esteve por trás da génese deste bairro. Podemos apenas supor que uma construção desta dimensão, que albergaria, no mínimo, cerca de uma centena e meia de indivíduos, terá tido o patrocínio do poder almorávida. No entanto, não se conhecem ainda os contornos desse mesmo poder, nem quais seriam os seus interesses e objectivos em erguer um novo bairro, que expandia a norte o arrabalde ocidental. Neste caso, é apenas possível conjecturar que, durante a primeira metade do século XII, a cidade de Lisboa foi acolhendo uma população cada vez maior, que fugiria tanto dos cristãos, que iam tomando o território a norte do termo da cidade, como das guerras civis que assolavam o Gharb al-Andalus nessa época.¹⁰⁵ Se assim foi, é possível que o

¹⁰⁵ Sobre os vários conflitos que eclodiram no Gharb al-Andalus na primeira metade do século XII, ver: Picard 2000, 87-129.

acréscimo demográfico causado pela instabilidade política vivida tanto no interior do Gharb, como na fronteira com os territórios controlados pelos cristãos, a norte, tenha levado a um aumento da pressão urbana, que, por sua vez, levou a uma expansão dos limites urbanos da cidade, neste caso do arrabalde ocidental.

Neste ponto será útil considerar a informação arqueológica do bairro islâmico da Praça da Figueira em paralelo com a informação proveniente do bairro almóada de Silves, localizado no extremo nordeste do arrabalde oriental da cidade algarvia.¹⁰⁶ As semelhanças entre os dois são múltiplas e ocorrem a vários níveis. Em primeiro lugar, ambos são fruto de um planeamento prévio, muito provavelmente sob ordem do então poder dominante, almorávida no caso de Lisboa, almóada no caso de Silves.¹⁰⁷ Deste planeamento prévio, resultou um urbanismo semiortogonal, marcado por quarteirões que eram delimitados por vias pavimentadas e organizadas numa estrutura hierárquica clara. Em segundo lugar, as dimensões médias e a organização interna das habitações eram muito semelhantes em ambos os casos.¹⁰⁸

Quadro 5. Dimensões das casas do Bairro Almóada de Silves¹⁰⁹

Casas do Núcleo Urbano c/Planimetria Total (Áreas)				
Casa	Comprimento	Largura	Área Total	Nº divisões
Casa 1	8,90 m	7,94 m	71 m ²	6
Casa 2	9,30 m	6,80 m	63,26 m ²	5
Casa 3	8,36 m	6,90 m	57,70 m ²	5
Casa 6	9 m	6 m	54 m ²	4
Casa 7	8,60 m	7,30 m	62 m ²	5
Casa 9	(a)	(a)	55,60 m ²	3
Casa 10 (b)	8,90 m	5,60 m	49,85 m ²	3
Casa 11	(a)	(a)	68,30 m ²	5

(a) Planta irregular (b) Pode ter sido destruída uma divisão

106 Referimo-nos ao bairro almóada encontrado em Silves, no denominado “Empreendimento do Castelo”, entre 2005 e 2007, cuja cronologia parece não apresentar dúvidas aos arqueólogos: “Os materiais exumados acima, ou ao nível dos pavimentos, reportam para uma cronologia de ocupação deste espaço, em termos residenciais, para os finais do século XII, inícios do século XIII, prolongando-se até perto da definitiva conquista cristã da Cidade de Silves” (Santos et Abranches 2010, 91). Agradecemos a Rodrigo Banha da Silva a sugestão sobre este paralelo.

107 Tal como afirmam os arqueólogos responsáveis pela escavação do bairro almóada de Silves: “No local de intervenção, a construção e implantação das estruturas habitacionais e das infra-estruturas que lhe dão apoio (viárias, saneamento e de fruição pública ou comunitária), terá sido precedida por uma limpeza de todos os detritos existentes à superfície procedendo-se ao seu enterramento em fossas de dimensões diversas. De seguida, o solo terá sido preparado e nivelado para poder receber as construções. Esta preparação e subsequente implantação de infra-estruturas básicas implicou, não temos dúvidas, a laboração de um plano prévio de ordenação do espaço, com delineamento da rede viária e de saneamento, e, em função desse traçado, a construção das estruturas habitacionais” (Santos et Abranches 2010, 93).

108 Sobre o bairro almóada de Silves, os arqueólogos responsáveis pelas escavações afirmam: “As casas são do tipo pluricelular, com um pátio que dá acesso a dois, três, quatro, cinco ou seis compartimentos. A área ocupada pelas habitações e variável, situando-se entre 54 e 71 m², nas casas onde foi possível obter a planimetria total” (Santos et Abranches 2010, 96).

109 Publicado em: Santos et Abranches 2010, 96.

Quadro 6. Dimensões das habitações do Bairro islâmico da Praça da Figueira¹¹⁰

	Forma	Comp.	Larg.	Área	PC/PL
Casa 1	Rectangular ?	8	?	?	?
Casa 2	Quadrangular ?	8	?	?	?
Casa 3	Quadrangular	8	8	64	PC
Casa 4	Quadrangular	8	8	64	PC
Casa 5	Rectangular	6	7	42	?
Casa 6	Rectangular	6	7	42	PL
Casa 7	?	?	7	?	?
Casa 8	?	?	8	?	?
Casa 9	Rectangular	6	8	48	?
Casa 10	Rectangular	5	8	40	?
Casa 11	Trapezoidal	8	8	64	PL
Casa 12	Trapezoidal	?	9	?	PC
Casa 13	Rectangular	5	?	?	PL
Casa 14	Rectangular	9	6	54	PC
Casa 15	Trapezoidal	5	6	30	PC
Casa 16	Trapezoidal	6	7	42	?
Casa 17	Trapezoidal	6	8	48	?
Casa 18	Quadrangular?	?	8	?	PC

PC= Pátio Central PL = Pátio Lateral

Todas as medidas são em metros e aproximadas

No caso de Silves, estamos, portanto, perante “habitações muito simples, muito longe da opulência dos sumptuosos palácios da elite governante ou de abastados proprietários”.¹¹¹ No caso de Lisboa, as habitações pertencem “a famílias nucleares, com membros pouco numerosos e com posses reduzidas”. Deste modo, ganha força a hipótese de que o bairro da Praça da Figueira tenha sido construído sob a supervisão do poder local para albergar famílias de refugiados, num movimento em larga escala, escapando aos conflitos político-militares da época.

Relativamente ao destino do bairro, após a conquista de 1147, os resultados das escavações arqueológicas apontam para “um generalizado abandono a partir dos meados, e que se prolongaria ao longo da segunda metade do séc. XII”.¹¹² Sendo

110 Publicado em: R. B. Silva et al. 2011, 21.

111 Cf. Santos et Abranches 2010, 96.

112 Cf. R. B. Silva 2012a.

assim, parece ter tido um período de vida curto, salvo algumas exceções.¹¹³ Seja como for, quando os dominicanos se instalam em Lisboa, nos meados do século XIII, já muito pouco restaria desta outrora florescente comunidade.¹¹⁴ A opção, provavelmente tomada pelos próprios dominicanos, de recobrir toda esta área com uma espessa camada de calco-arenitos, salvo a Via da Corredoura, revela uma ruptura clara com o passado.¹¹⁵ Esta acção teve o objectivo de criar um isolamento hídrico destes terrenos, onde se iriam implantar as chamadas “Hortas de S. Domingos”, ou seja, um espaço irrigado pertencente ao Convento de S. Domingos. Segundo Luís Gonçalves, também o monarca, provavelmente D. Afonso III, terá tido um papel relevante no investimento necessário a esta vasta operação de isolamento, explicando-se o interesse da Coroa com a existência de um reguengo, contíguo aos terrenos de S. Domingos, que se estendia desde Valverde até à Corredoura e desde aí até perto do Poço do Borratém.¹¹⁶

Ao observar a documentação da época sobre o espaço próximo ao Convento de S. Domingos, revela-se uma vocação rural que se mantém durante todo o último reinado que aqui estudamos. Em 1286, D. Dinis acorda um escambo com os hospitalários de um olival que se situava na Corredoura, a par do Convento de S. Domingos.¹¹⁷ Dois anos depois, o mesmo monarca emitiu uma provisão sobre a posse de um olival e pedreira que pertenciam ao Convento de S. Domingos e que se localizariam perto deste.¹¹⁸ Em 1322, o Convento de S. Vicente emprazou uma “uma casaria inteira” que tinha na “Corredeyra de S. Domingos”, onde as confrontações revelam apenas, além de vias públicas, uma outra almuinha, pertencente “aos gafos”, ou seja a S. Lázaro.¹¹⁹ Com efeito, ocorreu neste local um processo de ruralização de um espaço anteriormente urbanizado e de uma consequente regressão dos limites urbanos da cidade. Note-se que a reurbanização só se iniciará no século XV, quando é finalmente desmembrado o reguengo, através de um processo progressivo que culminará na construção do Hospital Real de Todos-os-Santos em 1492¹²⁰ (ver figura 65).

113 Afirma Rodrigo Banha da Silva que “Parece, contudo, que algumas das unidades encerraram mais alguma longevidade, que nos surge documentada por reformulações dos espaços internos das habitações ou reparações em muros mceiros” (2012a).

114 Sobre a implantação dos dominicanos em Lisboa, ver: Parte III, Subcapítulo 8.3 – S. Domingos: Um Convento no Vale da Baixa.

115 Cf. R. B. Silva 2012a.

116 Luís Gonçalves concebe a sua proposta das dimensões do reguengo com base em vários documentos, desde a Inquirição Régia de 1220 até uma descrição registada numa doação feita por D. Duarte a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, em 1434 (ANTT, Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 85v., de 16 de Fevereiro de 1434; cf. L. Gonçalves 2011, 109-112).

117 Cf. ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 1, fl. 171v, de 18 de Julho de 1286.

118 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 228.

119 ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª inc., maço 6, doc. 41, de 10 de Dezembro de 1322.

120 Sobre a construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, afirma Ana Cristina Leite: “Dificuldades várias (reunir verbas e anexação dos pequenos hospitais) levaram a que só em 15 de Maio de 1492 fosse lançada a primeira pedra do “Espirital Grande de Lisboa na orta de Sam Domingos.” O local de escolha para a construção deste edifício compreendia a área de

A documentação sobre a transmissão de propriedade localizada na freguesia de S. Justa é muito escassa, sendo que as informações resultantes das fontes narrativas pouco ajudam a perceber a forma urbana desta paróquia. No entanto, podemos afirmar que o cenário provavelmente não era muito diferente do que ocorria junto ao Convento de S. Domingos. Apenas encontramos um único documento referente a uma transacção de propriedade: um testamento realizado em 1290, no qual se faz referência, muito genericamente, a “casas” localizadas nesta freguesia.¹²¹ A escassez de referências documentais sobre propriedades urbanas em Santa Justa, até ao final da cronologia que nos importa (1325), ganha ainda mais expressão ao observar o contraste evidente com as múltiplas referências a propriedades urbanas nas freguesias de S. Nicolau e S. Julião, que revelam não só um conjunto urbano de dimensões sólidas, mas também tipologias muito diversas.¹²²

Os dados arqueológicos que surgiram na escavação realizada no actual Hotel de S. Justa são coerentes com um cenário de abandono após 1147, pois, além do espólio islâmico recolhido no bairro muçulmano, que parece ter estado activo até meados do século XII, não se encontraram materiais do século XIII, nem do XIV, que pudessem confirmar a ocupação nesses períodos.¹²³ Deste modo, tal como ocorreu na área junto ao Convento de S. Domingos, podemos também supor, com alguma certeza, que, no local do Hotel de S. Justa, terá ocorrido um abandono das propriedades urbanas, após a conquista de 1147, que levou à ruralização do território a norte do arrabalde, que só muito mais tarde voltou a ser urbanizado.

uma horta que pertencia ao Convento de S. Domingos situada entre o Rossio, o Poço do Borratém e a Rua da Betesga” (P. Pereira et Leite 1993, 5). Note-se também as afirmações de Iria Gonçalves (1996a, 23) sobre a urbanização do Rossio, tendo como base dois róis da propriedade régia elaborados em meados do século XV: “O Rossio estava já em vias de urbanização, as suas almuinhas eram pequenas e a constante associação destas às casas, com o respectivo foro a pagar por umas e outras, mostra quanto estas eram mais importantes, como propriedade rendível, do que as hortas adjacentes”; os dois róis que Iria Gonçalves refere como fonte para estas afirmações são os códices 285 e 319, do Núcleo Antigo do ANTT, produzidos em 1458 e 1465, respectivamente.

121 ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 6, de 12 de Agosto de 1290.

122 Sobre uma análise à propriedade urbana nas freguesias de S. Nicolau e S. Julião, ver: Ravara 1967; M. F. Silva 2012.

123 Sobre a escavação arqueológica no Hotel de S. Justa, ver: V. Filipe 2012; V. Filipe et al. 2015. Agradecemos ao arqueólogo Victor Filipe a disponibilidade com que nos facultou o relatório e nos esclareceu sobre algumas questões relativas a esta escavação.

3.2. De área de armazenamento a paróquia: O caso de S. Lourenço

Não muito longe de S. Domingos, encontrava-se a Igreja de S. Lourenço, a qual terá sido erguida em inícios do século XIII, ou nos finais do século anterior.¹²⁴ Em época de domínio islâmico, o local onde depois foi construída a igreja apresentava uma funcionalidade clara de armazenamento, pois foi aí encontrado um conjunto estruturado de silos que terá estado em funcionamento entre o século XI e os meados do século XII.¹²⁵ A escolha deste espaço para armazenamento através do sistema de silos é explicada pelo cruzado inglês que nos descreveu a conquista da cidade em 1147. Segundo o cruzado Raul, “efectivamente, junto das muralhas, a exiguidade do espaço e a quantidade de habitações familiares bem como a dureza da rocha firma ou também, no vale, a abundância de águas impediam que se abrissem covas”.¹²⁶ É também muito provável que o conjunto de estruturas de armazenamento ou de acumulação de detritos encontrados sob a Igreja de S. Lourenço façam parte do sistema de armazenamento também descrito pela mesma fonte: “foi encontrada, na nossa parte do arrabalde, dentro de covas rasgadas na encosta do monte, uma quantidade de perto de umas cem mil cargas de trigo e de cevada, de milho e de legumes, provisões que eram para a maior parte da cidade”.¹²⁷

As palavras do cruzado parecem apontar que esta face da encosta da colina do castelo estaria pouco urbanizada em 1147. Além disso, a própria construção deste templo num local onde as únicas estruturas existentes eram silos ou fossas parece também indiciar que esta parte da encosta não estaria, pelo menos, densamente urbanizada. É possível que se tratasse de uma zona de armazenamento ou de acumulação de desperdícios; ou, mais provavelmente, com ambas as funções, tal como indica a presença dos 14 silos ou fossas. Se assim for, poderemos estar perante uma expansão urbana na encosta, que contrasta com a regressão que se constata ter ocorrido em uma cota mais baixa, nomeadamente junto ao local das Hortas de S. Domingos.

Sobre os motivos desta aparente contradição podemos apenas supor que, num momento não muito distante da conquista, talvez se tenha considerado

124 A primeira referência documental conhecida a esta igreja consta na inquirição realizada em 1220 (ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18). No entanto, como já referimos, Mário Farelo refere que recentemente se encontrou um documento, datado de 1191, onde se verifica a existência de toda a rede paroquial da cidade que existirá até ao século XVI (ver nota (a) em Quadro 2 – Antiquidade das Igrejas de Lisboa, p. 83).

125 Sobre as escavações arqueológicas que decorreram na Igreja de S. Lourenço, ver: Amaro 1998; 2000 T. Coelho 1998.

126 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 105.

127 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001.

mais seguro erguer uma nova igreja na encosta, num local mais elevado e vazio de construções para aí fundar uma nova paróquia. A insegurança militar sentida durante toda a segunda metade do século XII, prolongou-se até 1217, momento da tomada definitiva de Alcácer do Sal. Esta era uma realidade indiscutível, pois tal como afirma Gérard Pradalié, “até então [1217] a sorte da cidade dependia quase exclusivamente, dos sucessos e recuos da guerra”.¹²⁸ Outros motivos para a escolha desta localização poderão estar relacionados com uma provável ausência de espaço livre mais abaixo, pois, como vimos, é bem provável que as igrejas de S. Maria de Alcamim, posteriormente denominada de S. Cristóvão, e a de S. Mamede já existissem em período de domínio islâmico – e já teriam, portanto, a sua respectiva área de influência paroquial solidamente estabelecida.¹²⁹

A igreja de S. Lourenço esteve, desde muito cedo, intimamente ligada a uma família pertencente às elites dirigentes: os Nogueira.¹³⁰ Em 1296, mestre Pedro, físico de D. Dinis, cónego do Porto e da Guarda e reitor de Santiago de Óbido, fundou nessa igreja uma capela dedicada a Santa Ana, gerida depois pela sua família, a qual chegará a obter o direito de padroado da igreja em 1338, doado a Miguel Vivas por D. Afonso IV.¹³¹ Deste modo, a igreja tornou-se na sede dos morgados dos Nogueira e, simultaneamente, o seu panteão familiar. Uma inscrição dá-nos conta de que em 1271 foi erguida, nesta igreja, uma capela dedicada a Santa Vitória, sob o patrocínio de um vigário do rei e alvazil da cidade, Vicente Martins, o qual foi também vigário do reguengo do rei, que se situava exactamente no arrabalde ocidental, envolvendo o complexo igreja-convento de S. Domingos, espaço bem visível do adro da Igreja de S. Lourenço (ver Planta Geral Lisboa c. 1250).¹³²

Sobre o núcleo paroquial de S. Lourenço, a sua visibilidade urbanística na documentação é muito reduzida para o período que nos importa. Na verdade, apenas encontramos um único documento, que localiza um ferragial “na Costa”, doado por um Vicente Martins ao Convento de Alcobaça em 1321.¹³³ Apesar de

128 Pradalié 1975, 21.

129 Sobre este assunto, ver: Prólogo, Capítulo 3 – A implantação da rede paroquial.

130 Sobre os Nogueira, a sua presença em Lisboa e a sua influência na administração da igreja de S. Lourenço, ver: Fareló 2007, 145-168; G. Silva 2012.

131 Sobre a capela fundada por Mestre Pedro, ver: Fareló 2009. O testamento feito em 1296 por mestre Pedro, que descreve a fundação da capela, está editado nesse mesmo artigo (cf. ANTT, Arquivo do Hospital de S. José, liv. 62, fl. 73).

132 A inscrição referida foi publicada em: J. C. V. Silva 1997; Barroca 2000, 2 (1):970, nota 170. Na leitura de Mário Barroca, observa-se o seguinte texto: “Aqueste Altar Edificou Vicente Martiinz Vigario delRei e Alvazil de Lixbona a Honra da Been(d) ita Virgem Santa Vitoria”. A referência a Vicente Martins como vigário do reguengo pode ser observada no seu testamento: “Testamento de Vicente Martinz, vigário do Reguengo de ElRey em que deixa uma cappella, de missa quotidiana, na igreja de São Lourenço desta cidade, feito em 22 de Mayo de 1303, Era de 1341, e a cappella tem a invocação de Sancta Vitoria” (publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 45). Não se trata da inscrição comemorativa da fundação da Igreja de S. Lourenço, como refere Mário Barroca (2000, 2 [1]:969), mas sim da inscrição comemorativa da fundação da Capela de Santa Vitória, a qual foi edificada por Vicente Martins, como o próprio alvazil refere no seu testamento.

133 Cf. ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2.^a inc., maço 3, n.º 87, 1321.

o silêncio documental não poder ser considerado uma prova da ausência de urbanização, este facto não pode ser ignorado, sobretudo se comparado com outras freguesias em que a densidade urbana é bem evidente, como os casos de S. Nicolau e S. Julião ou S. Maria da Madalena.

3.3. Do outro lado do esteiro – Rua do Ouro

Segundo António Marques, a escavação arqueológica que decorreu no quarteirão delimitado pelas actuais ruas do Ouro (n.ºs 197 a 203), Assunção (n.ºs 95 a 107) e Crucifixo (n.ºs 126 a 136), em 2002, detectou estruturas arqueológicas de época de domínio islâmico, que indicam que esta área estaria ocupada com edifícios no final da época de domínio muçulmano.¹³⁴ Esta ocupação terá sofrido um abandono, talvez relacionado com as alterações no poder político da cidade, e só terá sido reocupada no século XIV. A falta de informação publicada sobre esta escavação não nos permite perceber com mais exactidão a tipologia e funcionalidade dos edifícios que existiram neste local, tanto em época de domínio islâmico, como no século XIV, quando este espaço volta a ser ocupado. No entanto, a informação de António Marques permite-nos perceber que, tal como ocorreu noutros locais do arrabalde ocidental, nomeadamente na actual Praça da Figueira e no Hotel de S. Justa, após a conquista de 1147, ocorreu uma regressão urbana que levou ao abandono das várias estruturas edificadas anteriormente. Este abandono causou diferentes hiatos ocupacionais que só foram colmatados posteriormente, e de modo não uniforme. Pois, se no caso do quarteirão da Rua do Ouro, a reocupação ocorreu no século XIV, no caso do bairro da Praça da Figueira, a recuperação urbana só ocorreu no final do século XV, como já observámos.¹³⁵ Outras evidências de ocupação urbana em época islâmica, nomeadamente vestígios materiais, foram também encontradas em outros locais da margem ocidental do esteiro; no entanto, dada a exiguidade das amostras não nos foi possível perceber uma evolução ocupacional para esses locais.¹³⁶

134 Informação oral de António Marques, em Fevereiro de 2016, assistida com fotografias de uma escavação ocorrida em 2002, conduzida por António Marques e Lídia Fernandes. Agradecemos a disponibilidade de António Marques em nos fornecer informações sobre esta importante escavação arqueológica.

135 Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira, o seu abandono e reocupação, ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 – Do bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”

136 Referimo-nos às escavações arqueológicas que ocorreram na Rua do Ouro, n.º 133 e Rua de S. Nicolau, n.ºs 107-111. (Ver: Parte III, Subcapítulo 3.3 – Do outro lado do esteiro – Rua do Ouro. Para a localização destes sítios arqueológicos, ver figura 33.

4.

AS JUDIARIAS DE LISBOA

Lisboa teve em época medieval três judiarias e um núcleo judaico. Dessas três judiarias, uma delas não será aqui considerada – a judiaria de Alfama – por ter surgido num momento posterior ao final do reinado de D. Dinis, limite cronológico deste trabalho. As outras duas, a Velha e a Nova, também conhecidas como a Grande e a Pequena, respectivamente, situavam-se no arrabalde ocidental, tendo a primeira surgido num momento anterior a 1147, que não podemos indicar, e a segunda durante o reinado de D. Dinis. O núcleo judaico da Pedreira teve uma existência curta, durante o reinado do *Lavrador*, mas relevante para o desenvolvimento urbanístico dessa área.

4.1. A Judiaria Velha/Grande: Definição de um espaço e problemáticas¹³⁷

A mais antiga evidência que aponta para a presença de uma comunidade judaica em Lisboa foi encontrada nas escavações arqueológicas ocorridas nos Armazéns Sommer, agora Hotel Eurostars Museum, entre 2014 e 2015, consistindo numa matriz de pão com a forma de uma menorá. Esta peça foi encontrada em contextos arqueológicos que foram datados entre os séculos V e VI, período sobre o qual o conhecimento da cidade da foz do Tejo é ténue, o que concede grande relevância a este achado.¹³⁸ Atentando à cronologia, esta peça é um dos vestígios mais antigos da presença judaica no território português e até mesmo de toda a Península Ibérica. Sendo certa a presença judaica durante a Antiguidade Tardia, é muito provável que durante a época islâmica essa comunidade se tenha mantido e possivelmente prosperado, dadas as possibilidades comerciais oferecidas através da ligação da cidade ao Islão.¹³⁹

¹³⁷ Alguns estudos sobre a Judiaria Velha de Lisboa: A. V. Silva 1899, 1987b, 2:203-239; Tavares 1970; 1982; 2004; 2010; Trindade 2009, 619-664; C. G. Silva 2013; Tavim 2016.

¹³⁸ Esta peça encontra-se em exposição no Hotel Eurostars Museum, em Lisboa, local onde foi encontrada na escavação realizada pela Neoépica entre 2014 e 2015.

¹³⁹ Os vestígios da presença judaica no território português datam dos séculos V-VI, encontrados no sul de Portugal, nomeadamente em Lagos e Mértola (Tavares 1982, 13).

Samuel Scharwz publicou uma elegia de Abraham ibn Ezra, onde este autor observou uma referência a Lisboa, nomeadamente ao momento da tomada da cidade por Afonso Henriques em 1147.¹⁴⁰ Todavia, esta referência terá sido mal interpretada, pois, muito provavelmente, o polímata judeu referia-se a Lucena e não a Lisboa.¹⁴¹

A primeira referência documental a uma estrutura urbana relacionável com a judiaria, uma “*aljazaría de Judeos*”, surge numa venda de umas casas realizada em 1205, que se guarda no fundo documental do Mosteiro de Chelas.¹⁴² Jorge de Alarcão, no seu estudo sobre a evolução do urbanismo de Coimbra, verificou algumas “*aljazarías*” nessa cidade,¹⁴³ afirmando que este étimo teria o significado de “carniçaria, açougue ou talho”, o que realmente parece ser coerente com a *aljazaría* referida na Madalena, pois, no documento do Convento de Chelas, são referidos uns “bancos da carne”. Além disso, a compatibilidade deste étimo com a palavra árabe “*jazzar*”, “carniceiro”, ou “*majzir*”, “matadouro”, ambas procedentes da raiz árabe “*jazr*”, “matar”, parece também suportar essa proposta. Consideramos, portanto, ser muito provável que esta “*aljazaría*” dos judeus se refira a uma carniçaria situada na Judiaria Grande, pois o documento localiza-a na freguesia de S. Maria da Madalena, a qual era contígua aos limites meridionais e orientais da referida judiaria. Deste modo, torna-se mais plausível uma continuidade espacial entre a comunidade judaica de época islâmica e a judiaria onde existiriam as referidas carniçarias dos judeus.¹⁴⁴

Apesar da possível continuidade no local onde se situava a judiaria de Lisboa no domínio muçulmano e no cristão, devemos lembrar uma diferença substancial entre ambas as épocas. Nas cidades medievais islâmicas, era comum ocorrer um agrupamento de grupos étnicos de origens tribais diferentes em bairros específicos de forma voluntária e generalizada.¹⁴⁵ A segregação obrigatória e forçada das

140 Samuel Schwartz realizou um estudo e tradução desta elegia (1952).

141 Tavim 2016, 440.

142 “*hec est Karta venditionis . . . de unas nostras casas quam habuimus nixbone in collatione Sancta Maria Madganela ubi vocant aljazaría de Judeos*” (ANIT, Mosteiro de Chelas, maço 7, n.º 142; publicado em Pradalié 1975, 147). Este autor atribuiu-lhe a data de 1175, mas aparentemente não tomou em conta um X aspado que nos leva aqui a considerar o ano de 1205. Deve também ser tomada em conta a referência não a uma judiaria, mas apenas a judeus, no foral dos mouros forros de Lisboa, feito em 1170 por Afonso Henriques: “*Et nullus meus christianus neque iudeus super vos habeat nocendi potestatem*” (DMP, 1:400).

143 Alarcão 2008, 90.

144 Esta tem sido a proposta da maioria dos estudiosos desta matéria. Cf. A. V. Silva 1987b, 203: “somos de opinião que esta Judiaria, ou Judaria, como se encontra escrito nos documentos mais antigos, já desde antes a conquista de Lisboa em 1147 estava destinada para os judeus, conquanto alguns destes vivessem isoladamente entre os cristãos, à semelhança do que aconteceu depois com os muçulmanos, que tendo as suas Mourarias, moravam também nas ruas da cidade destinadas aos cristãos”; J. L. Matos 2001, 84: “Existiam judeus em Lisboa em época islâmica e provavelmente na área da Judiaria Grande junto ao antigo Porto Romano”; Tavares 2010, 59: “A referência às portas da Judiaria Velha remontava, pelo menos, ao reinado de D. Dinis, talvez reminiscências ainda do arrabalde judaico da cidade muçulmana”; Trindade 2009, 620: “Os judeus não se instalam, por isso, depois de organizado o espaço cristão. Pelo contrário. Se a nova ordem política trouxe consigo uma nova ordem do espaço, determinando logo após a conquista a troca dos locais estratégicos entre vencidos e vencedores, aos judeus terá sido possível, em muitos casos, manter a sua anterior implantação . . . Foi essa a situação ocorrida em Lisboa servindo, certamente, de indicador para outros tantos casos análogos.”

145 Cohen 1994, 125-127.

comunidades judaicas não era um facto comum nas cidades do al-Andalus, sobretudo antes do século XII.¹⁴⁶ Durante os primeiros reinados dos reis portugueses, esta situação ter-se-á mantido, mas a progressiva degradação das relações entre cristãos e judeus levou a que os judeus fossem obrigatoriamente segregados em judiarias.¹⁴⁷ Deste modo, não devemos estranhar o tom lacrimoso com que Ibn Ezra se despede da judiaria de Lisboa onde “sem mágoa e em sossego, aí vivia a Nação exilada / livre de perseguições”.

Antes de avançarmos para a nossa proposta de reconstituição da Judiaria Velha, importa perceber alguns aspectos que a definem. Seria a judiaria um espaço fechado por uma muralha e portas? Estariam os judeus obrigados a viver apenas dentro desse espaço? Qual a configuração urbana da Judiaria Velha? Qual a posição desta judiaria na lógica urbana da cidade?

Relativamente à primeira questão, Christophe Picard afirma que as judiarias existentes em época de domínio islâmico, que eram uma herança de época visigótica, não teriam fronteiras estritas com o resto da cidade.¹⁴⁸ Maria José Ferro Tavares considera que as judiarias, em época de domínio cristão, só se tornariam um espaço obrigatório e segregante com o decorrer dos séculos XIV e XV.¹⁴⁹ Um dos momentos decisivos, apontado por vários autores como o início de um movimento de segregação dos judeus, ocorre com o Concílio de Latrão, em 1215, quando é imposto aos judeus que usem sinais distintivos no seu vestuário.¹⁵⁰ No reino português, apenas no reinado de D. Pedro, mais precisamente durante as Cortes de Elvas, de 1361, a pedido dos procuradores dos concelhos, é criada uma ordenação jurídica que constitui mourarias e judiarias “nas vilas grandes e nos outros lugares onde houver até dez judeus ou mouros”, afirmando ainda o monarca nessas cortes: “mandamos às justiças que lhes dêem lugares apropriados para a sua morada”.¹⁵¹ Em 1366, o mesmo rei ordena o fecho das portas da Judiaria Velha de Lisboa, incumbindo guardas régios sobre o cumprimento dessa tarefa.¹⁵²

146 A chegada das dinastias berberes ao poder no al-Andalus degradou em larga escala as relações entre muçulmanos e judeus nas cidades do al-Andalus, tal como afirma José Lacave (1992, 246): “*Con la llegada de los almorávides en 1090 acabaría el esplendor judío de Granada. Aquella comunidad que tanta gloria había alcanzado quedó en pocos años desmantelada. El temor que les inspiró la nueva dinastía gobernante provocó la huida de la inmensa mayoría de los judíos de Granada, Almería, Málaga, etc., hacia los reinos cristianos de la Península, y algunos, como la familia Ibn Tibbón, llegaron a la Provenza.*”

147 Sobre a progressiva alteração das relações sociais entre cristãos e judeus no reino português, ver: Tavares 1970; 1982.

148 Picard 2000, 263.

149 Tavares 2010, 57: “Mais tarde com o decorrer do século XIV e nos inícios do XV, passou a ser obrigatório os judeus viverem no interior da judiaria, embora as excepções continuassem a existir como a fixação da família Negro em Valverde, hoje Bairro Alto.”

150 Cf. Tavares 2010, 20; Sabaté i Currul 2012, 235: “*Læ IV^o concilie du Latran en 1215 instaure le fait qu’il faut singulariser les Juifs dans leur façon de se vêtir, ainsi que limiter leurs activités usuraires et les séparer des offices publics, ce qui conduit à les reléguer au second plan dans la société.*”

151 *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I* 1986, 52.

152 ANTT, Chancelaria de D. Pedro, liv. 1, fl. 124.

A segregação tanto de judeus como de muçulmanos em espaços delimitados das cidades foi então um processo progressivo que se iniciou no século XIII, decorrendo por todo o século XIV. No entanto, as exceções e resistências à segregação espacial duraram até ao século XV, quando D. João I promulga uma ordenação semelhante, pois os judeus continuavam a habitar entre os cristãos.¹⁵³

Seja como for, a Judiaria Velha de Lisboa possuía portas que a delimitavam, estivessem ou não os judeus obrigados a viver no seu interior. A primeira referência documental a uma porta da judiaria surge quase um século antes de D. Pedro I ordenar o fecho da judiaria, num aforamento realizado por D. Afonso III, em 1276, sobre metade de três tendas em S. Nicolau.¹⁵⁴ A existência destas portas, muito anteriores à legislação de D. Pedro I, levanta a questão da sua origem. Terão sido impostas por algum monarca português ou seriam ainda herança da judiaria de época islâmica? Neste momento, não podemos responder a esta questão de modo conclusivo, podemos apenas afirmar a plausibilidade de ambas as hipóteses.¹⁵⁵

Em toda a documentação que consultámos, não foi encontrada qualquer referência a uma muralha que delimitasse a Judiaria Velha, o que nos leva a aceitar que não existiria qualquer “muro especial divisório entre as habitações dos cristãos e dos hebreus, sendo naturalmente os próprios muros das propriedades que fariam a separação”, tal como afirma Augusto Vieira da Silva.¹⁵⁶ O isolamento das judiarias através do entaipamento dos edifícios contíguos parece mesmo ter sido a opção mais comum no reino português, tal como notou Luísa Trindade.¹⁵⁷

Relativamente à configuração urbana da Judiaria Velha, é importante considerar que esta comunidade estava bastante arabizada quando D. Afonso Henriques e os cruzados tomam a cidade em 1147, um facto que se revela na antroponímia dos membros dessa comunidade, como é o caso de Salomão Alboriqui,¹⁵⁸ que possuía uns pardieiros na judiaria nos meados do século XIII, ou de um Zoleyma, que

153 Cf. Tavares 2010, 23. Encontrámos alguns exemplos de judeus que talvez habitassem fora do espaço da judiaria ou, pelo menos, teriam propriedades fora desse espaço: em 1289, surge um Anshon Judeu nas confrontações de uma doação de um campo de pardieiros na freguesia de Santiago, no interior da medina (ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 1, fl. 268v.); em 1303, D. Dinis cria o núcleo judaico da Pedreira (ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 25v., 26).

154 ANTT, Livro da Extremadura 12, fl. 114 v.

155 Maria José Ferro Tavares (2010, 22) supõe que a existência destas portas se deve prender com a herança da judiaria de origem islâmica: “Isto não significava que nas judiarias mais antigas de origem islâmica não encontrássemos já a existência de uma separação do espaço do arrabalde judaico do território onde residia a maioria de crença islâmica, através de portas. . . . De facto, a separação dos territórios dos crentes e dos não crentes era uma realidade que os reinos peninsulares herdaram e mantiveram, mesmo antes das leis impositivas que a tal obrigavam. Daí que encontremos a sua menção, ainda no século XIII, às portas das judiarias de Lisboa e de Coimbra.”

156 A. V. Silva 1987b, 214.

157 Trindade 2009, 627.

158 Este nome surge em dois documentos. Nas confrontações de uma doação de pardieiros, em 1260, pertencentes ao referido Salomão Alboriqui encontra-se também uma “tenda de Salomão Alboriqui que foi Judeu” (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 46). Em 1269, talvez os mesmos pardieiros tenham sido aforados por D. Afonso III a um Issac, filho de Pardo (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 92v.: “pardieiros que foram de alboriqui”). Sobre a arabização da antroponímia moçárabe e judaica em Lisboa, ver: M. F. Silva et Lourinho 2010.

surge nas confrontações de umas casas na Madalena, em 1205,¹⁵⁹ ambos identificados como judeus e marcados por uma arabização onomástica. Esta arabização da comunidade judaica de Lisboa pode ser observada em paralelo com outras cidades, onde existiam importantes comunidades judaicas, tomadas pelos cristãos na mesma época: Lérida (1149) e Tortosa (1148). Tal como notou Flocel Sabaté, o facto de as comunidades judaicas destas cidades do levante do al-Andalus estarem bastante arabizadas permitiu que servissem de mediadores entre muçulmanos e cristãos e, sobretudo, que mantivessem uma influência preponderante no comércio e economia da cidade, um peso que as comunidades muçulmanas perderam definitivamente após a chegada ao poder dos cristãos.¹⁶⁰

No caso específico da Judiaria Grande de Lisboa, esta manutenção da influência das elites judaicas na estrutura social do reino pode e deve ser considerada em conjunto com a sobrevivência da forma urbana da própria judiaria durante toda a época de domínio cristão.¹⁶¹ Na verdade, não conhecemos intervenções de cristãos na forma urbana da judiaria, enquanto esta existiu, até à expulsão da comunidade na última década do século XV.¹⁶² Nem tal seria equacionável, visto que os judeus, bem como o local onde habitavam, pertenciam à Coroa, constituindo uma comunidade com um certo nível de independência dentro da cidade, escrevendo o seu próprio papel no jogo de poderes disputado entre as elites urbanas, o concelho e as entidades eclesiásticas, tendo como último protector o monarca.¹⁶³ O nosso total desconhecimento de vestígios arqueológicos pertencentes à Judiaria Velha de Lisboa permite-nos apenas propor, com base na cartografia pré-pombalina e nas escassas referências documentais, que este espaço se deveria caracterizar por um urbanismo mediterrânico/islâmico dominado por casas estruturadas num pátio, o que terá resultado na presença de múltiplos adarves de acesso ao interior dessas casas, os

159 *Zoleyma* é a forma romanceada de *Sulayman*, que, por sua vez é uma arabização da forma hebraica *Shlomo* (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 8, doc. 142, de 1205).

160 Sabaté i Currul 2012, 232: “*il y a une population juive qui vit le changement de façon tout à fait différente: tout en étant mélangée avec la population musulmane et s’exprimant même en arabe, elle peut s’adapter aux nouveaux seigneurs, pour lesquels elle exerce une fonction de médiateur avec les vaincus, comme la traduction, maintient une puissance économique et occupe d’importants poste de responsabilité, comme celui de bailli.*” No caso da comunidade judaica de Lisboa, a sua influência junto de D. Dinis adquire proporções ainda maiores, como demonstra o caso de D. Juda, arrabi-mor do reino, que realizou obras relevantes na sinagoga de Lisboa em 1307 (cf. Tavares 1970, 36).

161 Ainda sobre a diferença entre a posição social da comunidade judaica e da muçulmana no período subsequente à conquista de 1147, é importante considerar a posição de poder em que são colocados os judeus no foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer de 1170: “*Et nullus meus christianus neque iudeus super vos habeat nocendi potestatem sed ille quem vos de gente et fide vestra super vos pro alcaide elegeritis ipsemet indicet vos*” (DMP, 1:400).

162 Sobre o processo de desmantelamento da judiaria de Lisboa, ver: A. A. Andrade 2006, 1:143-163. Maria José Ferro Tavares (2010, 24) refere uma tentativa frustrada da parte do concelho da cidade em deslocar a judiaria para Valverde nas Cortes de Lisboa de 1439.

163 Tal afirma Maria José Ferro Tavares (2010, 24), “os reis de Portugal tinham uma relação muito estreita com os judeus, de quem eram o único senhor, senhor dos seus bens e das suas pessoas. Ou seja, pertencia ao soberano permitir-lhes, ou não, a permanência no reino como judeus”.

quais são visíveis na cartografia pré-pombalina (figura 40).¹⁶⁴ Se assim foi, terá sido a Judiaria Velha de Lisboa um exemplo que foge à regra do que parece ocorrer em quase toda a cidade,¹⁶⁵ e também na maior parte do território do reino português, tal como observou Luísa Trindade,¹⁶⁶ em que o modelo urbano mediterrânico/islâmico foi substituído por um modelo cuja matriz provém do norte europeu? A verdade é que a mera observação da cartografia pré-pombalina não nos permite afirmar a sobrevivência do modelo habitacional da casa-pátio na Judiaria Velha, apenas perceber que esse modelo ficou fossilizado na sua morfologia urbana, sobretudo através da configuração da estrutura viária secundária e terciária, que, com certeza sofrendo alterações, manteve um “sabor” mediterrânico até ao terramoto de 1755. Um aspecto que não ocorre apenas no espaço da judiaria, mas que talvez tenha congregado condições que permitiram um prolongamento do modelo habitacional mediterrânico até ao final do século XV, quando a comunidade judaica foi forçada a abandonar o reino.

164 Sobre o processo de formação do urbanismo mediterrânico/islâmico, ver: Prólogo, capítulo 1 – De Olisipo a Luxbuna.

165 Ver o abandono que ocorreu no bairro islâmico da Praça da Figueira e no conjunto urbano localizado no Hotel de S. Justa, muito provavelmente, ocorrido após a tomada da cidade em 1147 (cf. Parte III, Capítulo 3 – Regressão urbana no arrabalde ocidental), ou o desaparecimento, após 1147, do pátio central da habitação localizada nas traseiras da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (cf. Parte IV, Subcapítulo 3.1 – Continuidades e rupturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão). Todos estes exemplos parecem apontar para o desaparecimento generalizado do modelo urbano mediterrânico/islâmico estruturado na casa com pátio central ou lateral.

166 Cf. Trindade 2009, 69-95.

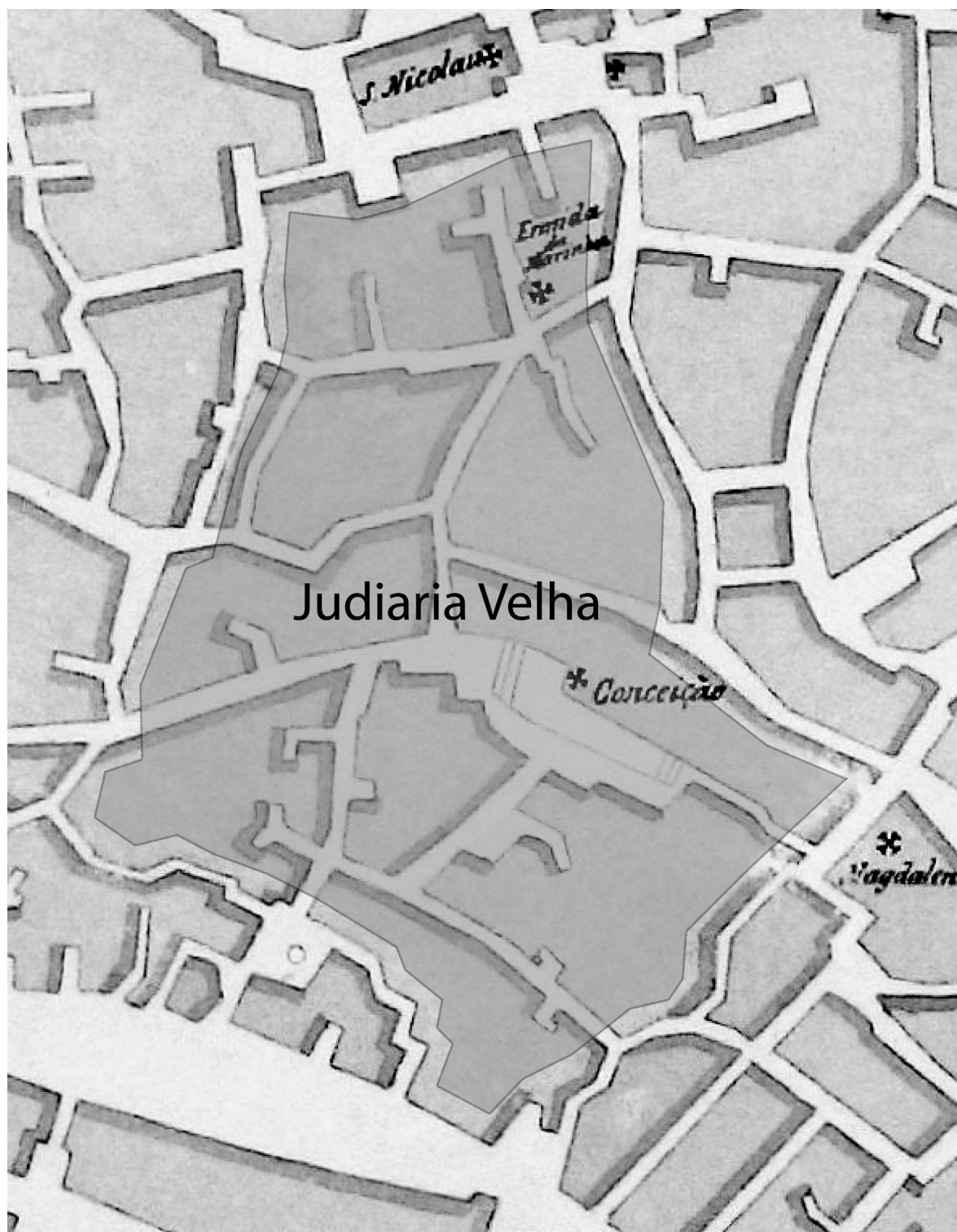


Figura 35. Judiaria velha. Adaptação de pormenor da planta de João Nunes Tinoco (1650)

A circunscrição espacial da judiaria suporia um precoce crescimento em altura no interior do espaço da judiaria, no entanto não encontrámos referências na documentação produzida até 1325, a sobrados ou casas sobradadas na Judiaria Velha.¹⁶⁷ A pequena dimensão do grupo documental encontrado, respeitante à Judiaria Velha, não nos permite tirar conclusões sobre a ocorrência ou não de um crescimento em altura durante a época que aqui analisamos.

Sobre a posição que a Judiaria Velha ocupava na lógica urbana da Lisboa medieval podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que compreendia um espaço central, não só relativamente ao arrabalde ocidental, mas também na própria dinâmica económica e comercial de toda a cidade. Se a nossa suposição sobre a existência de um *suq* no arrabalde, ao longo da Via da Corredoura estiver correta, a centralidade da posição da judiaria não terá ocorrido apenas em época de domínio cristão, mas também em época de domínio muçulmano. A posição de centralidade junto do principal eixo económico da cidade em época cristã irá manter-se, tanto numa primeira fase, até ao reinado de D. Afonso III, quando o centro comercial da cidade se situava na via que ia do adro da Sé, passando pela Porta do Ferro, pela Igreja da Madalena, até à Igreja de S. Nicolau, como numa segunda fase, após a abertura da Rua Nova, e depois da deslocalização para a Ribeira do centro económico e político da cidade, que irá ocorrer no reinado de D. Dinis.¹⁶⁸ Em ambos os momentos, a Judiaria Velha permaneceu numa posição privilegiada, sempre próxima às principais artérias comerciais da urbe. Este posicionamento não é original de Lisboa, pelo contrário, podemos encontrar várias cidades dos reinos ibéricos onde as judiarias se posicionavam junto a importantes vias comerciais dessas cidades, tal como era o caso de Tortosa e Lérida,¹⁶⁹ no levante da Península Ibérica, e também o caso de muitas cidades do reino português.¹⁷⁰ Salienta-se, entre as cidades portuguesas com judiaria, o caso de Coimbra, onde, até à segunda metade do século XIV, a

167 Foram apenas oito os documentos encontrados que se referem directamente a transferências de propriedades localizadas na judiaria até 1325: doação de uma casa em 1217 (ANTT, Forais Antigos, maço 12, n.º 3, fl. 37); doação de uns pardieiros em 1260 (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 46); escambo de um sótão em 1286 (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 166v.); aforamento de uma casa em 1294 (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 85v.); venda de três tendas em 1300 (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, maço 2, n.º 210); venda de duas casas em 1308 (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 27, n.º 536); partição de herança em 1309 (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 23, n.º 459); composição sobre contenda em 1319 (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 24, n.º 474).

168 Sobre a evolução do centro económico, comercial e político da cidade, ver: Parte III, capítulo 5 – A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

169 Cf. Sabaté i Currul 2012, 233: “*Le quartier juif est toujours situé dans un endroit importante de la ville: dans les deux capitales, Tortosa et Lérida, il se trouve à côté de l’ancienne muraille, sur une des voies principales romaines d’entrée à la ville et non loin des centres du pouvoir d’abord musulmans et ensuite chrétiens*”.

170 Sobre o posicionamento das judiarias no reino de Portugal, Maria José Ferro Tavares (2010, 24) afirma: “Dedicando-se a população judaica ao comércio e à produção artesanal, não é de admirar que a rua, onde começaram a instalar-se, fosse escolhida em função das suas actividades económicas, as quais interessavam também directamente à população cristã que serviam com o seu trabalho e o seu dinheiro. Daí a proximidade da “rua dos judeus” com as designadas Rua Direita ou Rua da Corredoura, vias especialmente vocacionadas para o negócio e caracterizadas pelas tendas e lojas de porta larga, como em Torre de Moncorvo, Viseu, Guarda, Coimbra, Obidos, Arraiolos, Silves ou Lagos, ou daquelas e da feira/mercado, como em Trancoso e na Guarda, ou da Praça, como em Évora, Elvas, Lamego ou Viseu, e inicialmente, em Braga.”

judiaria se localizava junto ao exterior das muralhas, ao longo da principal via norte, que seguia em direcção ao Porto, numa posição muito semelhante à que tinha a Judiaria Velha de Lisboa.¹⁷¹

4.2. A reconstituição da Judiaria Velha

A sinagoga grande localizava-se no centro do bairro judaico, no local onde depois existiu a Igreja da Conceição Velha, tal como comprova a doação que D. Manuel fez, em 1502, “da igreja de N. S. da Conceição, que se fez na casa grande da esnoga dos judeus, ao mestrado de Nosso Senhor Jesus Christo”.¹⁷² A sinagoga grande era o principal templo judaico da cidade, onde se congregava a comunidade. Na reconstrução pombalina que se seguiu ao terramoto de 1755, foi encontrada uma lápide hebraica que pertencia a uma das sinagogas da comunidade, muito provavelmente à sinagoga grande, visto que a lápide terá sido encontrada perto da desaparecida Igreja da Conceição Velha.¹⁷³ Na lápide, afirma-se que a sinagoga foi construída em 1306 com o financiamento do rabi Judah, filho de Guedaliah.¹⁷⁴

É muito provável que a sinagoga construída pelo rabi-mor de D. Dinis tenha substituído uma outra, talvez ainda anterior a 1147. Neste sentido, uma doação de D. Dinis feita em 1302 ao mesmo arrabi-mor Judah, de um curral das tendas localizado na Sapataria, indica a existência de uma sinagoga a ocidente desse curral, várias tendas do monarca a oriente e a norte, e a sul, casas que foram de um rabi Joseph, “escrivão dos judeus”.¹⁷⁵ A situação descrita por este documento do “curral das tendas”, localizado na Sapataria, tem causado alguns equívocos que importa esclarecer. Este curral das tendas localizava-se nas traseiras de uma via onde existiam várias tendas régias, que se situava a nordeste do referido curral, enquanto a sul existiam casas pertencentes a um judeu, ou seja, integradas em uma judiaria, e a ocidente situava-se uma sinagoga. Ora esta localização não se ajusta a

171 A comunidade judaica de Coimbra está documentada desde o século X. Esta judiaria foi deslocalizada num momento impreciso, entre 1360 e 1379, transferida para a Rua Direita, talvez por motivos de estratégia militar (Alercão 2008, 151-153).

172 ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv. 4, fl. 24 v.

173 A. V. Silva 1987b, 215.

174 A tradução está publicada em Tavares 2010, 66: “esta é a porta do senhor pela qual os justos / entrarão. entrai pelas suas portas com graças / e em seus átrios com louvor. vós que ides / no caminho do senhor acorrei à casa do culto. / três vezes por dia, vinde a suas portas em acção / de graças. e tomai nas vossas mãos cítaras / e cantai um cântico de graças. edifício formoso / e belo construiu o opulento rabi yahudah, / filho de guedaliah, que tem o seu assento nas / assembleias dos justos e da congregação. / ao nome do senhor levantou e construiu esta / obra magnífica. e acabou a obra do nosso deus, / no primeiro dia do nosso famoso mês de atanim, / no ano cinco mil e sessenta e sete do nosso / cômputo.” A datação de 1307 para esta lápide é discutível, pois se tivermos em conta que o mês referido é *Atanim*, ou seja, *Tisbri*, o sétimo mês, a data seria 18 de Setembro de 1306.

175 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 21v.: “curral das minhas tendas de Lisboa que esta en a testa com a Sinagoga a par da Çapataria”.

um curral de tendas que pudesse existir na Judiaria Pequena como foi já proposto, mas sim a um curral de tendas que existia nas traseiras da fachada ocidental da Rua da Correaria, onde realmente existiam inúmeras tendas régias, e que estava próxima à localização atribuída à sinagoga grande.¹⁷⁶ O equívoco é causado pela localização da Sapataria, a qual se refere à parte da Rua da Correaria que tinha este nome e não à Rua da Sapataria, que se situava a norte da Judiaria Pequena, pois em 1302, os judeus provavelmente ainda não habitavam nesse local, apesar de provavelmente os lotes estarem já construídos.¹⁷⁷ Além disso, no início do século XIV, o topónimo Sapataria surge várias vezes localizado na freguesia da Madalena, claramente um segmento da Rua da Correaria, entre a Igreja da Madalena e a igreja de S. Nicolau,¹⁷⁸ e não ainda na freguesia de S. Julião, a norte da Judiaria Pequena, local que é referenciado nesta época apenas como Morraz,¹⁷⁹ sendo que a designação de Sapataria para a rua localizada a norte da Judiaria Pequena ocorre apenas em final do século XV, tal como observou Augusto Vieira da Silva.¹⁸⁰

Regressando à sinagoga grande, é possível que D. Judah, arrabi-mor do reino tenha recebido a doação do curral das tendas, em 1302, justamente para poder realizar obras relacionadas com a sinagoga grande, que terminaram em 1306, como indica a já referida lápide. Sobre esta questão, as possibilidades multiplicam-se, pois não há dados concretos sobre o que realmente aconteceu. O arrabi-mor pode ter erguido uma nova sinagoga no local da anterior, talvez com o objectivo de a expandir, com recurso ao espaço do curral das tendas, de que dispunha desde 1302, o qual era contíguo à antiga sinagoga. Podem também, simplesmente, ter sido realizadas obras de remodelação na sinagoga grande e o espaço do curral ter tido outra finalidade. São questões de difícil resposta, pois os termos patentes na lápide de 1306 são muito laudatórios para o arrabi e pouco esclarecedores sobre a real natureza das obras. Seja como for, importa referir que as obras no “edifício formoso e belo” que “construiu o opulento rabi Yahudah” revelam uma clara correspondência com as obras que então decorriam no mesmo momento, no

176 Maria José Ferro Tavares (2010, 68) afirma sobre a Judiaria Pequena: “Pertencia à freguesia de S. Julião. Seria conhecida por Judiaria das Taracenas ou da Sapataria. Perto da Sapataria ficava a sua sinagoga, mencionada numa carta régia de 1302.”

177 Sobre a construção e ocupação da Judiaria Pequena, ver: M. F. Silva 2013; Rocha et M. F. Silva 2016.

178 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 57: aforamento de uma casa na “rua dos çapateiros” na freguesia da Madalena, em 1310; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 88: aforamento de uma tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1320; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 93-93v.: aforamento de meia tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1321; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 97v.: aforamento de metade de uma tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1323; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 102: aforamento de três quartos de tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1318.

179 Cf. ANTT, S. Vicente, 1.ª inc., maço 5, doc. 26: testamento de um quarto de forno no “Morraz a par dos Baynhos”, em 1309; ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, maço 7, n.º 269: partição de herança em 1268 de adega localizada no Morraz; ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 319: contenda sobre casas no Morraz, em 1317.

180 Cf. A. V. Silva 1987b, 2:6: “Esta denominação conservou-se até ao fim do século XV, e foi trocada em rua da Sapataria.” Um documento de 1506 diz: “a rua de morraz, que se agora chama sapataria”.

claustro da Sé, onde algumas famílias das elites lisboetas financiavam a construção de capelas, alterando a forma arquitectónica do principal templo cristão, tal como o arrabi-mor fazia na sinagoga grande de Lisboa.¹⁸¹ Há registo de outras sinagogas na Judiaria Velha, mas até ao final do reinado do *Lavrador* não há qualquer notícia da sua existência.¹⁸²

Até 1325, temos apenas notícia de uma porta pertencente à judiaria que é possível de localizar. Em 1294, é aforada uma casa por D. Dinis que se situava na Judiaria Velha, “sobre a porta da Rua do Chancudo”, que confronta com uma adega do rei a norte e com uma outra adega da Confraria do Espírito Santo a ocidente.¹⁸³ É muito provável que existissem outras portas, mas as referências que surgem na documentação não permitem que sejam devidamente identificadas e localizadas.¹⁸⁴

Perto do Poço da Fótea, entrando para a Judiaria Velha, à esquerda encontrava-se as carniçarias da judiaria, que, em 1300, pertenciam à coroa,¹⁸⁵ e que só deixaram de ali funcionar aquando do ataque à cidade por Henrique II de Castela, em 1373, altura em que terão sido queimadas.¹⁸⁶ Talvez perto destas carniçarias existissem outras, ou talvez sejam as mesmas que são referidas na venda de umas casas na “aljazaria dos judeos”, em 1205.¹⁸⁷

Aí perto, provavelmente já fora da área da judiaria, terão existido uns banhos que surgem na localização de uma casa sobradada, num escambo realizado em 1312, entre um Fernando Dias e Benta Reynel, dona do Convento de Chelas, a qual descendia de uma família judaica.¹⁸⁸ Os mesmos banhos foram identificados por Vieira da Silva, possivelmente no local da Igreja da Conceição Nova, ou lá perto.¹⁸⁹ Esta localização é ainda conciliável com a localização de um “banho da Foteya” que surge numa contenda ocorrida em 1345 entre D. Joana Lourenço, comendadeira do Convento de Santos, e um Pedro Esteves de Guimarães mercador de

181 Sobre o processo de construção do claustro da Sé, ver: Parte I, Subcapítulo 3.7 – A construção do claustro.

182 Sobre as outras sinagogas da Judiaria Velha, ver: A. V. Silva 1987b, 1:216-217.

183 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 85v.

184 No inventário da propriedade régia composto entre 1299 e 1300, é referido que “o senhor Rei possui junto à porta da Judiaria do outro lado da sua adega uma casa junto às casas de Domingos Eanes Alvardam” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954); em 1300, são vendidas três tendas “a par da porta da judiaria” (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, maço 2, n.º 210); na partição de herança da família Reinel, em 1309, é também referida uma “porta da judiaria hu seen as tendeyras e os mouros carpenteyros” (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 23, n.º 459).

185 “Também o senhor Rei possui nas Carniçarias na Judiaria junto ao poço da Foteya” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954).

186 ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 193, ano 1436: “casas sotão e sobrado que são na Judiaria Velha da dita cidade onde em outro tempo soyam de ser as carniçarias velhas as quais partiam com o dito Josepe Romão e com Salamon Romão e com Rua publica e as quais pela vinda del Rei Dom Henriques foram queimadas”. A. V. Silva refere mais alguns documentos que identificam as carniçarias da Judiaria Velha neste local (A. V. Silva 1987b, vol. I, 232-233).

187 ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 7, n.º 142. Publicado em Pradalí 1975, 147. Sobre a “Aljazaria” ver: Parte III, Subcapítulo 4.1 – A Judiaria Velha/Grande: definição de um espaço e problemáticas.

188 Sobre os Reinel e a sua presença na judiaria velha de Lisboa, ver: Cf. M. F. Silva 2013.

189 A. V. Silva 1987b, 1:236: “pardieiro que soia de ser casas, na rua nova junto com o tavolado, que partem com casas que foram banho, e com a rua nova, e com rua que vae da dita rua nova para o poço da foteya (1396); talvez fossem no local onde se construiu a antiga Igreja Paroquial da Conceição Nova”.

Lisboa.¹⁹⁰ Apenas com estas escassas informações, não é possível perceber se estes banhos pertenceram em alguma altura à comunidade judaica, ou se teriam surgido em época de domínio muçulmano ou cristão.

4.3. Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado

Esta judiaria surge no final do século XIII, talvez construída em simultâneo com o lanço da muralha da Ribeira que ficava a poente do Esteiro, em 1294, ou pouco antes quando se edificaram as tercenas régias, num momento que não conseguimos precisar.¹⁹¹ Quer tenha sido construída em conjunto com a muralha da Ribeira, quer num momento anterior, associado à edificação das tercenas, a construção da Judiaria Nova insere-se num plano urbanístico elaborado sob ordem de D. Dinis que alterou profundamente a forma da Ribeira de Lisboa. Este plano levou à construção das tercenas régias, ao levantamento da muralha da Ribeira e à abertura da Rua da Ferraria, locais onde foram erguidos um número muito considerável de edifícios, os quais permaneceriam na posse da Coroa, para esta os rentabilizar.¹⁹²

Inserida no plano que reestruturou totalmente a Ribeira, a configuração urbana da Judiaria Pequena ou Nova mostra uma regularidade e ortogonalidade muito diferentes do urbanismo que caracterizava a Judiaria Grande. Feita de raiz, sob ordem do próprio monarca, junto às suas tercenas, esta judiaria iria albergar uma população provavelmente pertencente a uma camada social com pouco poder económico, dadas as dimensões da habitação que aí foi encontrada e que pode servir como modelo para uma possível reconstituição.

190 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 338: “banho da Foteya, pela rua Nova, com casas vossas doutra parte”.

191 Sobre o processo de construção e da instalação da comunidade judaica na Judiaria Pequena, ver: Rocha et M. F. Silva 2016.

192 Sobre o plano urbanístico de D. Dinis para a construção da fachada sul da Rua Nova, da Judiaria Pequena e da Rua da Ferraria ver: Parte III, Subcapítulo 5.5 – A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis. Sobre a génese das Tercenas régias ver Parte III, Subcapítulo 6.3 – As tercenas régias de Lisboa.

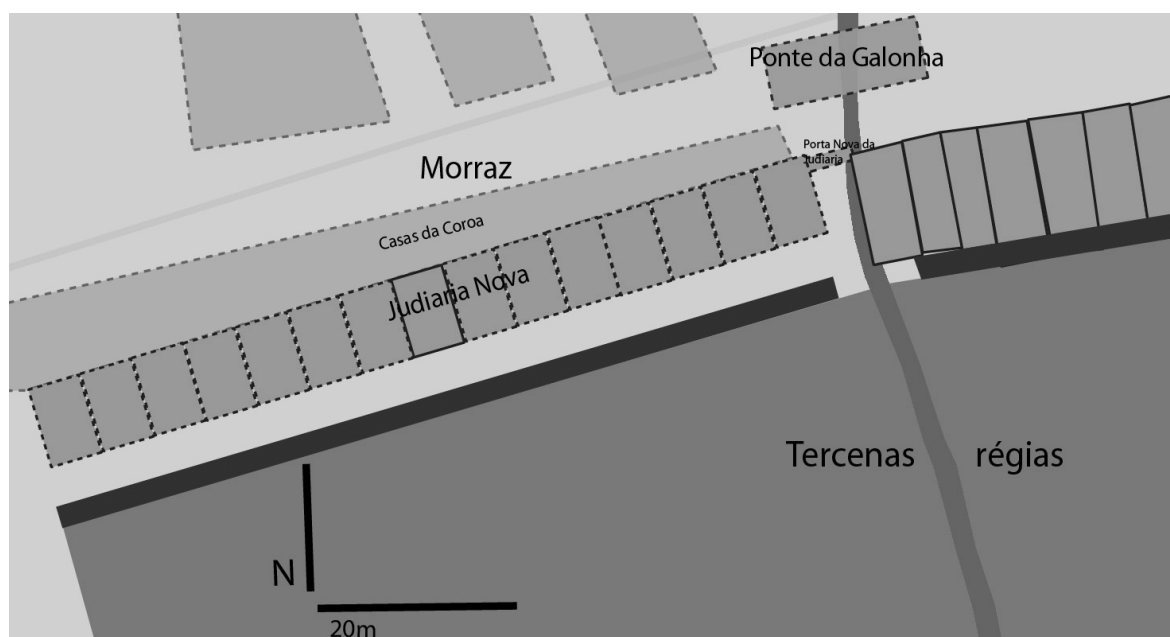


Figura 36. Proposta de reconstituição para a Judiaria Nova

Esta reconstituição foi feita com base na planta das escavações realizadas no quarteirão do Banco de Portugal, onde se verificou a existência de um edifício pertencente à Judiaria Nova, a muralha das tercenas e a via que separava os edifícios do muro.¹⁹³ A partir da planta do edifício descoberto, propomos a existência de 15 lotes, porque o *Livro dos Bens Próprios* assim o parece indicar: “Também possui o senhor Rei na rua que é chamada rua Nova, ligada de um lado com as galés face a ocidente e da outra parte com as galés face a oriente, trinta [propriedades] nomeadamente, quinze chãos e quinze sôtãos todos ligados em conjunto, livres para si.”¹⁹⁴ A referência à Rua Nova não nos deve confundir, pois a zona do Morraz estava exactamente na continuação dessa rua, e, além disso, a referência às “galés face a ocidente e da outra parte com as galés face a oriente” localiza estes 15 chãos junto às tercenas. A questão da divisão das “galés”, ou seja, das tercenas régias, em ocidentais e orientais deve relacionar-se com o Rego, referindo-se não à extensão total da Rua Nova, mas sim às tercenas que realmente abrangiam ambas as margens do Rego, a oriente e ocidente. Também a cartografia pré-pombalina sugere 15 chãos contíguos uns

193 Sobre os resultados das escavações arqueológicas no quarteirão do Banco de Portugal, ver: Rocha 2014, 80-87.

194 A tradução é nossa. Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352: “Item habet domus Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de alia parte cum galeis contra orientem XXX scilicet XV sollis et XV sotanos totos in simull contintos liberos pro ad se.”

aos outros, na Judiaria Nova, pois o total da largura desses quinze chãos é muito semelhante à dimensão do quarteirão que ali se situava, aplicando as medidas do lote encontrado nas escavações.

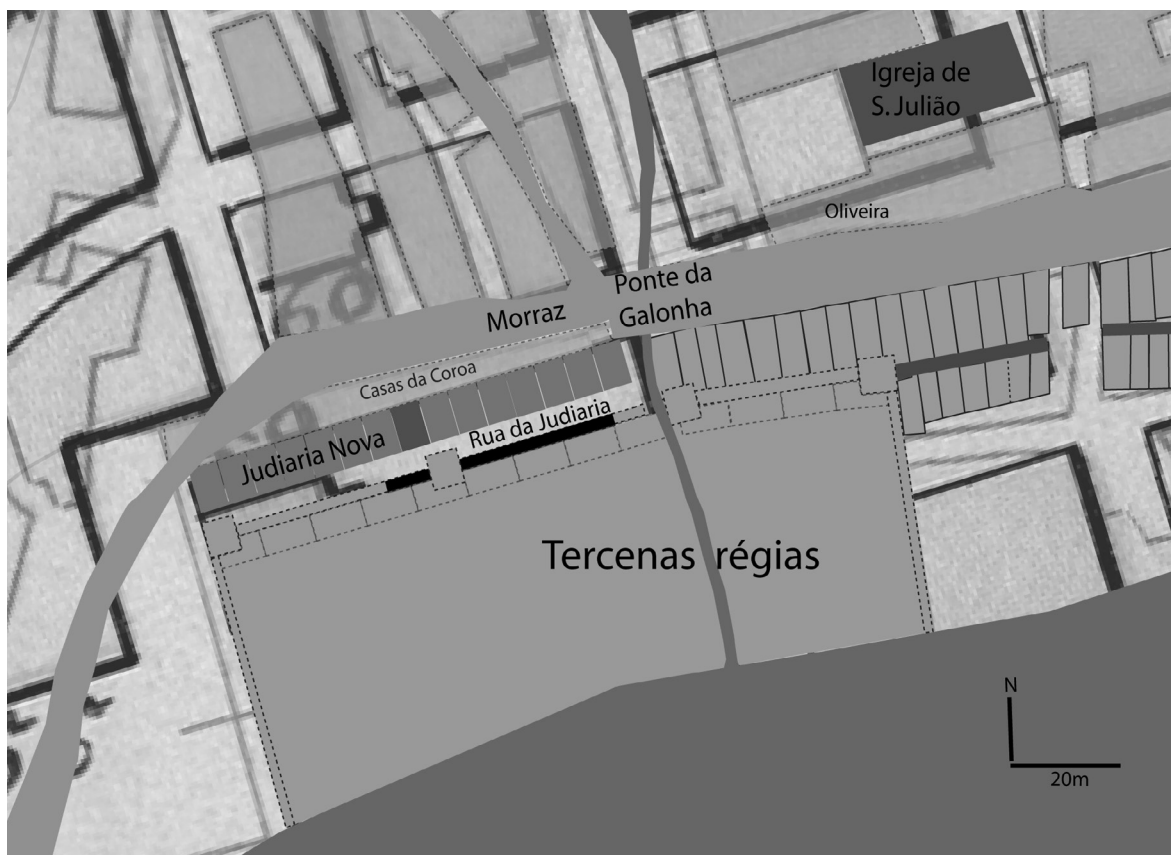


Figura 37. Judiaria Nova sobre a Planta Topographica da cidade de Lisboa¹⁹⁵

As casas da Coroa que assinalámos a norte da Judiaria Nova, adossadas às tra-seiras dos edifícios da judiaria, estão patentes em vários documentos, nos quais é possível perceber a existência de várias propriedades pertencentes ao monarca.¹⁹⁶ Talvez estas casas do rei sejam aquelas a que se refere o *Livro dos Bens Próprios*: “Também possui o senhor Rei nos chãos por cima das galés defronte do Convento de

¹⁹⁵ *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa*, mantida no Arquivo de Cartografia Antiga (Cartoteca) da Direção-Geral do Território com a Cota CA 356 | DGT. Segundo Augusto Vieira da Silva (1950), esta planta será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela.

¹⁹⁶ Vários aforamentos de sótãos e sobrados feitos em 1327, por D. Afonso IV, indicam nas confrontações, a norte, “casas del Rey que tem João Domingues Mercador a foro” ou “casas del Rey que son en Morraz” e a sul, “a taracena” ou “Rua das taracenas” (ANIT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 11v.).

S. Francisco oito sobrados e oito sótãos livres para si.”¹⁹⁷ É possível que também estas casas tenham feito parte do plano urbanístico referido, efectuado nos finais do século XIV, mas não temos informação para o afirmar com mais certeza.

A forma urbana das Judiarias Nova e Velha distingue-se, não só pela dimensão que era muito maior na última, mas sobretudo pela ortogonalidade que caracterizava a Judiaria Nova, contrastando com o urbanismo mediterrânico/islâmico que terá sobrevivido na Judiaria Velha. A génese destas duas judiarias foi muito diferente, residindo aí a principal causa na diferença da forma urbana destes espaços. A Judiaria Velha terá tido origem, muito provavelmente, numa época anterior à conquista de 1147, ocorrendo a sua implantação sem supervisão por parte de um qualquer poder executivo, pois o mais provável é que se tenha desenvolvido gradualmente, com o crescimento da comunidade judaica. Pelo contrário, a criação da Judiaria Nova, claramente sob a supervisão do monarca D. Dinis, permitiu uma configuração regular, inserindo-a num plano urbanístico de grandes dimensões, cuja construção esteve associada à existência de outras estruturas, neste caso, as tercenas régias.

197 Tradução nossa. Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 351-352: “*Item habet domus Rex in sollis de super galeis contra monasterium Sanctus Franciscus viii sobratos et viii sotanos liberos pro ad se.*”

5.

A RIBEIRA DE LISBOA: UM NOVO PÓLO COMERCIAL E POLÍTICO

5.1. O *suq* do arrabalde

A forma urbana do arrabalde ocidental da Lisboa medieval estava plenamente vinculada às actividades económicas que ali se desenvolviam, sobretudo ao comércio, um dos principais agentes no desenvolvimento da cidade. Esta vinculação não é uma inovação do período medieval. Pelo contrário, em época romana já aí se localizava o criptopórtico sobre o qual, provavelmente, funcionou como um fórum corporativo da urbe.¹⁹⁸ Para a época islâmica, a arqueologia comprovou a existência de olarias e habitações, nas quais se poderia também praticar o comércio, mas até ao momento não foram ainda encontradas estruturas associadas a espaços unicamente destinados ao comércio, o que poderá estar relacionado com a indissociação entre os espaços habitacionais e artesanais e os espaços comerciais, pois muitas vezes todas estas actividades ocorriam no mesmo local, ou também com a sua natureza mais efémera, ou até com as intensas reestruturações urbanas associadas aos terramotos que assolaram a cidade.¹⁹⁹ Seja como for, a análise à documentação medieval cristã pode permitir algumas suposições. Como vimos no capítulo destinado à medina, é possível que o *suq* intramuros de Lisboa se localizasse entre a mesquita principal da cidade e a porta do ferro, denominada em época islâmica como a porta grande, *Bab al-Kabir*, pois é nesse espaço que surgem as únicas tendas documentadas no interior do espaço murado da cidade no século XIII.²⁰⁰ Do mesmo modo, seguindo a mesma lógica presente no urbanismo das cidades muçulmanas,²⁰¹ supomos que

198 Sobre o criptopórtico da Rua da Prata, ver: Fabião 1994b, 67-69; J. C. Ribeiro 1994a.

199 Sobre as evidências arqueológicas de época islâmica no arrabalde ocidental, ver figura 43. Toda a parte da antiga Rua da Correaria entre a Igreja da Madalena e a Igreja de S. Nicolau, onde supomos ter existido um dos mercados da cidade em época islâmica, sofreu uma reestruturação urbana total após o terramoto de 1755, pois toda essa zona foi desaterrada e o piso rebaixado, uma realidade que tem sido comprovada com as escavações arqueológicas realizadas nessa parte da cidade, em que é recorrente passar dos níveis estratigráficos de época pombalina ou moderna para os níveis romanos, havendo poucos vestígios de ocupação medieval. Tal como afirmam Laura Trindade e António Dias Diogo [no prelo], responsáveis pela intervenção arqueológica ocorrida nos n.ºs 68-76 da rua dos Fanqueiros: “Ao contrário do que geralmente aconteceu com a reurbanização pombalina na Baixa de Lisboa, em que o nivelamento do solo foi efectuado através do depósito de entulhos para aumentar a cota das soleiras (Diogo e Trindade, no prelo), no presente caso, pelo facto de a cota pré-pombalina ser relativamente elevada, o nivelamento foi efectuado através de escavação e remoção de terras, o que destruiu o coroamento dos muros da cetária, que assim apenas conservou uma altura máxima de 1,90 m.” (Diogo et Trindade 2000b, 182).

200 Ver: Parte I, Subcapítulo, 3.11 – Os Brancos: vestígios do *suq* da medina?

201 Besim Hakim (2008a, 80-83), tendo como base de trabalho a medina de Tunes, considera que a cidade arábico-islâmica possui diferentes modelos de *suq*, entre os quais um que se desenvolve de forma linear ao longo das vias principais, tanto

poderá ter existido, em época islâmica, uma zona de carácter mercantil que se desenvolvia ao longo da principal via do arrabalde ocidental, que partia desde a Porta do Ferro até ao local onde depois se implantou a Igreja de S. Nicolau.



Figura 38. *Suq* do arrabalde ocidental (século XI - meados do XII)

Neste sentido, notámos que as referências a tendas, em toda a cidade, anteriores ao último quartel do século XIII, eram escassas, resumindo-se a seis, que podemos localizar no arrabalde ocidental, cinco localizadas junto ou no interior da Judiaria Velha,²⁰² a qual era limitada a nordeste pela Rua da Correaria, e uma outra tenda perto da Porta do Ferro,²⁰³ acrescentando apenas três referências a tendas dispersas pelo arrabalde oriental, uma em Alfama, outra em S. Tomé e outra em St. Estêvão. Nos últimos anos do reinado de D. Afonso III, o volume de informação aumenta drasticamente, pois, entre 1276 e 1278, surgem 125 referências a tendas, das quais uma grande parte se situava na freguesia da Madalena, uma situação que se deve à vasta operação de aforamentos feita por D. Afonso III no

no exterior como no interior das portas da cidade. A nossa proposta para o *suq* de Lisboa em época de domínio muçulmano coincide com esse modelo, o qual ainda sobrevive na medina de Tunes.

202 As referências a tendas na Judiaria Velha são as seguintes: em 1205, surge nas confrontações de uma venda de casas na freguesia da Madalena, na “Aljazia de Judeos” umas tendas do Almojarife (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 8, doc. 142); em 1217, numa doação de D. Afonso III a Rodrigo Soares, surgem duas referências a tendas diferentes localizadas “circa Juiaria”, ou seja, perto da Judiaria (ANTT, Forais Antigos, maço 12, n.º 3, fl. 37); em 1258, surge uma tenda nas confrontações de uma venda de uma casa na Judiaria (ANTT, S. Vicente de Fora, 1.ª inc., maço 3, doc. 32); em 1260, surge referência à tenda de “Salomão Alboriqui que foi judeu”, localizada na judiaria (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 46).

203 Em 1225, D. Dordia doa uma tenda perto da porta do Ferro à Sé de Lisboa (*Livro das Calendas da Sé*, fl. 334 v.; publicado em: *Documentos para a História da Cidade de Lisboa* 1954, 312).

arrabalde ocidental, que iremos analisar posteriormente.²⁰⁴ Muitas destas referências, documentadas no último quartel do século XIII, indicam três estruturas que são adjectivadas de “velhas”: as “Fangas Velhas”,²⁰⁵ as “Carniçarias Velhas”²⁰⁶ e a “Ferraria Velha”.²⁰⁷ Estas indicações permitem levantar a hipótese de ter existido, em época islâmica, um mercado que se desenvolvia pela principal via de acesso à cidade, a mesma via onde, entre a mesquita maior e a porta principal, existiria o principal *suj* intramuros.²⁰⁸ Este mercado semi-rural, que talvez tivesse começado por ter uma existência semanal, com o adensamento da urbanização do arrabalde ocidental que ocorre sobretudo a partir do século XI, tornou-se num mercado de tendas fixas, uma evolução que encontra paralelo em Almeria, uma cidade marítima do al-Andalus, onde um mercado temporário que existia no exterior de uma das portas da cidade se terá tornado num mercado permanente.²⁰⁹ Na verdade, numa das mais importantes cidades do al-Andalus, Qurtuba, o principal *suj* da cidade localizava-se originalmente no arrabalde de Saqunda. Só depois da revolta da população do arrabalde contra a autoridade do emir al-Hakam I, em 806, é que o *suj* foi trasladado para o interior da medina, para junto do alcácer e perto da mesquita maior. É importante notar que o arrabalde de Saqunda estava localizado junto a uma das principais vias de época romana, a Via Augusta.²¹⁰

No caso de Lisboa, a nossa proposta aponta para que o *suj* extramuros também se tenha formado ao longo da principal via de época romana, que partia

204 Esta grande operação de aforamento de tendas no arrabalde ocidental de Lisboa foi já estudada por António Pinto Ravara, sendo o seu trabalho a nossa fonte para estes dados estatísticos. Afirmo António Ravara sobre a Rua da Correaria (1967, 38-39): “A artéria, atrás citada, que da Porta do Ferro, passando pela igreja da Madalena, levava para a de S. Nicolau, bem como as suas imediações, permanece, ao longo dos dois reinados [D. Afonso III e D. Dinis], a zona onde se situa um maior volume de propriedades transaccionadas.”

205 Em 29 de Julho de 1276, são aforadas duas metades de tenda localizadas nas “Fangas Velhas” (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fl. 127v); em 1 de Agosto de 1276, é aforada uma tenda régia localizada nas “Fangas Velhas” (ANTT, Gaveta 13, maço 3, n.º 14); em 12 de Fevereiro de 1278, são aforadas duas tendas régias localizadas “ad Fangas Velhas” (ANTT, Gaveta 11, maço 4, n.º 29); em 3 de Fevereiro de 1283, é vendida uma oitava parte de uma tenda localizada nas “Fangas Velhas” ao rei (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fls. 148, 148v). No Livro 12 da Estremadura, surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “Fangas Velhas”. Segundo Armando Castro, na entrada “Fanga” do *DHP*, “Chamou-se fanga, na Idade Média, ao local dos centros urbanos – uma praça, uma rua, um edifício – em que se vendia pão, cereais e farinha e por vezes também outros géneros de alimentação, como frutos, legumes, etc.” (*DHP* 1981, 2:185).

206 Em 22 de Julho de 1276, são aforadas três tendas régias localizadas na freguesia de S. Nicolau na “Carniçaria Velha” (ANTT, Gaveta 12, maço 6, n.º 3); em 8 de Setembro de 1276, é feita uma composição sobre uma tenda localizada na freguesia de S. Nicolau nas “carniçarias velhas”; em 15 de Fevereiro de 1278, são vendidas três tendas a D. Afonso III localizadas na “carniçaria velha” (ANTT, Livro II dos Direitos Reais, fl. 59). No Livro II de Direitos Reais, multiplicam-se os exemplos de referências às “Carniçarias Velhas”.

207 Em 28 de Julho de 1276, são aforadas três tendas na “Ferraria Velha” (ANTT, Gaveta 11, maço 11, n.º 24); em Dezembro de 1277, é aforada uma tenda régia localizada na freguesia da Madalena na “Ferraria Velha” (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fl. 117v-118); em 16 de Setembro de 1281, é feita uma composição sobre uma tenda localizada “*in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus*” (ANTT, Gaveta 12, maço 8, n.º 15). No Livro 12 da Estremadura e no Livro II de Direitos Reais, surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “Ferrarias Velhas”.

208 A existência deste tipo de mercados no al-Andalus foi objecto de estudo por Pedro Chalmeta: “*Se advierte inmediatamente un fenómeno, difundido por todo el ámbito peninsular: las ciudades, aparte de sus zocos internos, celebran otro, extramuros, en determinado día de la semana*” (2010, 316).

209 Tal como refere J. García López (2001, 30): “*en la ciudad de Almeria se há propuesto la evolución de un mercado temporal, en el exterior de una de las puertas, a uno de tendas fijas, ya en el interior, a consecuencia del crecimiento y nuevo amurallamiento del sector.*”

210 Vaquerizo Gil 2003, 162-166.

da mais importante porta ocidental da cidade, onde terminava o Decumano, e seguia para norte, em direcção ao vale de Valverde, a actual Avenida da Liberdade.²¹¹

Além deste paralelo, que nos aponta para uma hipótese plausível, a dimensão do arrabalde ocidental, que já abrangia todo o vale da Baixa, como foi notado anteriormente, propiciava a existência de um núcleo comercial ao longo da sua via principal, a posterior Rua da Correaria. A própria existência da judiaria em época islâmica, que com grande probabilidade se situaria, aproximadamente, no mesmo espaço que ocupa após 1147, tendo em conta referências anteriores a 1275, sobre tendas próximas a essa mesma judiaria, indicia a possível existência de um núcleo comercial instalado junto do principal eixo viário do arrabalde. Perante estas evidências, é possível propor a existência de um mercado de tendas fixas que se prolongava desde a Porta do Ferro até ao local onde depois se ergueu a Igreja de S. Nicolau, no final da época de domínio islâmico, e serão essas tendas que a documentação posterior refere abundantemente no último quartel do século XIII como “Fangas Velhas”, “Carniçarias Velhas” e a “Ferraria Velha”.

A propriedade destas tendas em época islâmica é-nos completamente desconhecida, mas é possível que os alcaides das cidades do Gharb al-Andalus gerissem algumas em nome do poder central, e que os reis das taifas tenham seguido a mesma política, pois é o que transparece do múltiplo foral de Silves, Tavira, Loulé e Faro, outorgado por D. Afonso III em 1266, onde se referem “*omnes tendas quas reges sarraceni tenebant*”, ou seja, “todas as tendas que os reis sarracenos tinham”.²¹²

No período posterior a 1147, a documentação que chegou aos nossos dias possibilita um conhecimento muito maior não só da propriedade, mas também da configuração urbana desta parte do arrabalde ocidental.

5.2. As tendas dos reis

O potencial comercial de Lisboa não passou despercebido ao primeiro monarca português, facto que se constata no primeiro foral da cidade, outorgado por D. Afonso Henriques em 1179, onde são várias as referências aos ganhos que o rei teria com a colecta dos diversos impostos relacionados com a actividade comercial: o relego, a açougagem, o julgado, a alcavala, a portagem, a alcaidaria

211 Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 5.1 – O *suq* do arrabalde.

212 Tal como notou Henrique da Gama Barros (1946, 5:99), que compila alguns dados sobre a propriedade da Coroa nos açougues, tendas, fangas, alfândegas e estalagens das cidades do reino.

e vários outros impostos específicos de determinadas profissões.²¹³ Além disso, uma passagem do foral revela o seu interesse em possuir tendas na cidade, para as rentabilizar através de aforamentos aos mesteiros que aí laboravam e comerciavam:

Dos ferreiros e sapateiros – ferreiro, sapateiro, ou piliteiro que tiver casa em Lisboa e trabalhar nela, não pague por ela nenhum tributo. E aquele que possuir mouro que seja ferreiro ou sapateiro e que trabalhar em sua casa, não pague tributo por ele. Porém aqueles que sendo mesteiros, ferreiros ou sapateiros viverem dos seus ofícios e não tiverem casas, venham para as minhas tendas e paguem-me tributo.²¹⁴

A atenção da Coroa relativamente aos rendimentos das tendas de Lisboa nunca desapareceu, havendo também notícia no reinado de D. Sancho I sobre as tendas régias na cidade: “*Seiras ficuum faciatis dari in meis tendis sicut ibi fuerant date in diebus patris mei*”.²¹⁵ Ainda no reinado de D. Sancho I, em 1205, surge uma notícia de tendas localizadas na “aljazaria dos judeus”, ou seja, nas carnicarias dos judeus, pertencentes ao almoxarife, um funcionário da administração régia.²¹⁶ No reinado de D. Afonso II, está documentada a doação de duas tendas do rei a Rodrigo Soares, situadas na judiaria,²¹⁷ além disso, neste reinado também se documentam algumas tendas régias numa inquirição realizada em 1220, mas que infelizmente não se conseguem localizar.²¹⁸

No reinado de D. Sancho II, não há notícia sobre a movimentação da propriedade das tendas régias em Lisboa, chegando apenas até nós uma doação de uma tenda perto da Porta do Ferro, feita em 1225 por uma D. Dordia à Sé de Lisboa.²¹⁹ No reinado de D. Afonso III, o nosso conhecimento da propriedade régia na cidade de Lisboa adquire uma nova dimensão, pois o volume de informação aumenta extraordinariamente.

Em resumo, podemos afirmar que os primeiros monarcas portugueses, até aos meados do século XIII, tinham noção da importância do comércio urbano;

213 O foral de 1179 foi traduzido e estudado por Marcelo Caetano (1990, 93-103; sobre o regime de impostos vigente em Lisboa até ao final do século XIII, ver: Pradalié 1975, 53-57).

214 Caetano 1990, 100.

215 AML, Livro dos Pregos, doc. 9: 1361, Abril, 12, Lisboa – Traslado em pública forma e tradução do latim, elaborado pelo tabelião Lopo Gil, do foral de 1179 e confirmações de D. Sancho I e de D. Afonso II e dos privilégios concedidos por D. Sancho I. Marcelo Caetano data esta carta de 7 de Dezembro de 1210 e faz uma tradução com algumas falhas, nomeadamente nesta passagem: “Mandai entregar as ceiras de figos nos meus armazéns como se fazia no tempo de meu Pai”. Não se trata obviamente do armazém do rei, mas sim das tendas do rei, tal como o texto latino do *Livro dos Pregos* refere sem ambiguidades (Caetano 1990, 108).

216 Numa venda entre privados de umas casas na freguesia da Madalena, na “aljazaria dos judeus”, surgem nas confrontações a ocidente as tendas do almoxarife (ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 8, doc. 142).

217 D. Afonso II doa a Rodrigo Soares as duas tendas “per multo servicio quam tu Rodericus Suarii nobis fecisti et facis” (ANTT, Forais Antigos, maço 12, n.º 3, fls. 37).

218 Cf. ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18: “*Hec est sintum de Reganego accepto. In primis <in> ulixbona. Furnum V tritizendix cum una tenda. De uszeje de Leirena et priujnis suis .v. tendas. De aboljazem unam tendam. De Michael petri unam botecam et três tendas. De regina indea três tendas*”.

219 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 312: “*donna Dordia fretrissa Hospitalis dedit unam tendam circum Portam Ferream pro se et pro marito suo Joanne Benedicti*”.

mais exactamente, rentabilizavam a sua propriedade urbana, aforando as tendas régias aos mesteiros que aí produziam e comerciavam os seus produtos. No entanto, só com o reinado do *Bolonhês* se demonstra irrefutavelmente uma política de rentabilização da propriedade urbana pela Coroa.

5.3. A deslocalização do centro económico por D. Afonso III

Entre os meados e o final do século XIII, a forma urbana do arrabalde ocidental de Lisboa sofreu algumas alterações, que podem ser observadas na análise à documentação. A mais relevante é, na verdade, pouco conhecida, pois a documentação não a refere explicitamente, apesar de constituir um facto incontornável para a evolução urbana da cidade. Referimo-nos à acção de D. Afonso III sobre a morfologia urbana do arrabalde ocidental de Lisboa.²²⁰ Como veremos, no estado actual do nosso conhecimento sobre esta questão, não é possível afirmar com certeza se a acção do monarca foi fruto de um planeamento prévio ou não. Seja como for, das suas várias acções sobre as estruturas urbanas resultou um arrabalde ocidental diferente do anterior.

O primeiro documento aqui analisado, que põe em evidência a acção deste monarca sobre a forma da cidade, foi escrito no reinado de D. Dinis, onde o concelho se queixa ao rei sobre as acções do seu pai, pedindo ao *Lavrador* que as revertesse em seu favor:

Pedimos merçee a el rei que nos correga feito das jugadas e que nos torne a aquell estado em que eramos em tempo de seu padre quando nos ende forçaram. . . . Item que nos correga feito dos açougues. . . . assi per razom dos resiios de Lixboa em que el rei dom Afonso seu padre ou elle ou seus antecessores fizeram açougues, tendas, ferrarias, taraçanas e cassas ou outras quer cousas ataa este presente dia come das liziras come dos fruitos e das rendas

220 António Pinto Ravara, na sua dissertação de licenciatura, realiza um amplo estudo sobre a propriedade urbana régia durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis. É desse estudo, colmatado com mais alguma documentação, que retiramos grande parte dos dados sobre a vasta operação de aquisição e rentabilização de tendas orquestrada por D. Afonso III durante os últimos anos do seu reinado – e que depois seria prosseguida pelo seu herdeiro (Ravara 1967). Jorge Gaspar, seguindo a análise de António Ravara, notou que ocorreu uma alteração no eixo comercial da cidade, mas refere apenas a mudança da Rua dos Mercadores para a Rua Nova, atribuindo esta alteração apenas à vontade de D. Dinis, não referindo o papel de D. Afonso III, proposto por nós: “a partir de meados do século XIII, o rei D. Afonso III intervém activamente no mercado imobiliário da que se tornava a capital do reino, mostrando particular interesse pela área central de comércio, o arrabalde da Baixa. O seu sucessor, D. Dinis, activa este processo, promovendo a expansão dessa área central com novas orientações. O arrabalde burguês desenvolvia-se a partir da porta da Cerca Moura para o interior, na direcção do Rossio (para onde Afonso IV deslocara a feira das terças-feiras, que se realizava à porta da Alcáçova), tendo a Rua dos Mercadores como eixo principal, afastando-se assim do porto (a Ribeira), por certo devido aos perigos da pirataria. D. Dinis, com o município decide a construção de uma muralha para defesa do arrabalde mercantil do lado do rio ao mesmo tempo que promove a ocupação urbana do terreno agora protegido pela nova muralha, a nova extensão terá na Rua Nova (ou Rua Nova dos Mercadores, mais tarde Rua Nova dos Ferros) o seu eixo fundamental, que desenvolvendo-se paralelamente ao rio (ao contrário da Rua dos Mercadores) dará uma nova orientação ao crescimento e à estruturação funcional da cidade” (J. Gaspar 1982, 141-143).

de todallas dictas cousas e de cada hũa dellas e que el rey nom se estendesse des aquy adeante chus pellos outros resiios da villa.²²¹

A leitura desta passagem não nos deixa dúvidas de que D. Afonso III, ou talvez outros monarcas anteriores, realizaram alterações na estrutura urbana da cidade que entraram em ruptura com os interesses do concelho, nomeadamente através da apropriação indevida de rossios.²²² Com a subida ao trono de D. Dinis, o concelho procurou reverter estas acções, mas a resposta do rei não foi favorável e o concelho acabou por retirar as queixas. O documento informa-nos de que foram construídas diferentes estruturas urbanas, como “açougues, tendas, ferrarias, tاراçanas e casas” em rossios, ou seja, espaços não-urbanizados cuja propriedade pertencia ao concelho. Esta composição, só por si, não permite perceber a localização desses rossios; mas com a análise de outros documentos é possível supor a sua localização e, também, perceber com mais detalhe as acções da Coroa, que causaram tanto prejuízo ao concelho.

A relação entre D. Afonso III e o concelho de Lisboa tem uma história longa que foi maioritariamente positiva.²²³ Em Fevereiro de 1246, “*Alfonsus filius illustris reges Portugalie et procurator regni eiusdem et Dei gracia comes Bolonie*”, ou seja, D. Afonso, conde de Bolonha e filho do rei de Portugal, confirma os privilégios da cidade anteriormente concedidos pelos monarcas portugueses.²²⁴ Em Janeiro de 1248, antes de se assumir como rei, repetindo o acto um ano e meio depois, já como rei de Portugal, o *Bolonbês* doa ao concelho o rossio onde se realizava o mercado de

221 AML, Livro dos Pregos, doc. 287. 1423, Fevereiro, 10, Lisboa – D. João I envia ao concelho de Lisboa o traslado de uma composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa, em 7 de Agosto de 1285, relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho.

222 Sobre o significado de “rossio”, ver: Trindade 2009, 722-727, onde é definido como espaço aberto, normalmente plano e amplo e sem edificações, localizando-se maioritariamente fora do recinto urbano e junto dos principais eixos de circulação. Os rossios detinham várias funcionalidades: “serviam de Prado e logradouro comunitário, mas também para a realização do alardo, de treinos militares, justas e torneios, para correr touros ou como carreira de cavalos. Desde há muito que eram sobretudo utilizados para a realização da feira anual ou do mercado sazonal. . . . Porque no interior da cerca não havia espaço para tal e porque a proximidade às vias de comunicação terrestres e fluviais era uma questão fundamental no abastecimento e transporte de mercadorias” (cf. Trindade 2009, 724). No caso de Lisboa, seria natural que existissem rossios dedicados tanto às vias terrestres, o caso do futuro Rossio (actual Praça D. Pedro IV) como às vias fluviais. Uma carta régia, de D. Sancho II confirma que o concelho de Lisboa possuía rossios na cidade e em redor dela: “*et mando quod habeatis vestros terminos et vestros risios ultra Tagum et cetra*”, na nossa tradução, “e mando que tenhais os vossos limites e os vossos rossios sobre o Tejo e em outros locais” (AML, Livro dos Pregos, fl. 28v. Traslado de 12 de Abril de 1361, em pública-forma e tradução do latim do foral de 1179 e confirmações e privilégios de Sancho I e Afonso II. A carta régia de Sancho II está datada de 1227). Note-se também a menção aos rossios da Ribeira do Porto numa carta-sentença endereçada por D. Dinis ao concelho do Porto, em 13 de Maio de 1316, em que o rei responde a várias queixas feitas pelo concelho sobre a acção do bispo: “agravavam embargando e tapandolhys os Ressyos da Ribeyra hu carregam as barcas... çarrando na villa as uehellas e as fontes que fazem na villa gram myngua” (*Corpus codicum latinorum* 1891-1978, 1:55). Esta carta-sentença de D. Dinis, de 1316, foi já considerada, relativamente ao Porto, como um “o primeiro sinal de ordenamento urbanístico pois que contrariou todos os aspectos em que na construção o domínio privado ofendia o público” (J. M. P. Oliveira 1973, 224). Um estudo mais recente sobre a evolução urbana do Porto medieval pode ser encontrado em H. Teixeira 2010.

223 Sobre a relação entre o rei e os concelhos do reino em geral, ver: Mattoso 1995, 2:165-174.

224 AML, Livro dos Pregos, doc. 12. 1246, Fevereiro, Lisboa – O conde de Boulogne, D. Afonso, confirma à cidade de Lisboa todos os privilégios e foros anteriormente concedidos.

peixe da cidade.²²⁵ O local deste mercado de peixe é conhecido através de vários documentos posteriores, tendo-se mantido no mesmo sítio até pelo menos ao século XV,²²⁶ no futuro Largo do Pelourinho, aproximadamente no actual quarteirão entre as Ruas do Comércio, Alfândega, Fanqueiros e Madalena. Um espaço que, como veremos no capítulo sobre as estruturas portuárias do arrabalde ocidental, estaria já anteriormente associado a uma área portuária, talvez desde a época de domínio islâmico.²²⁷

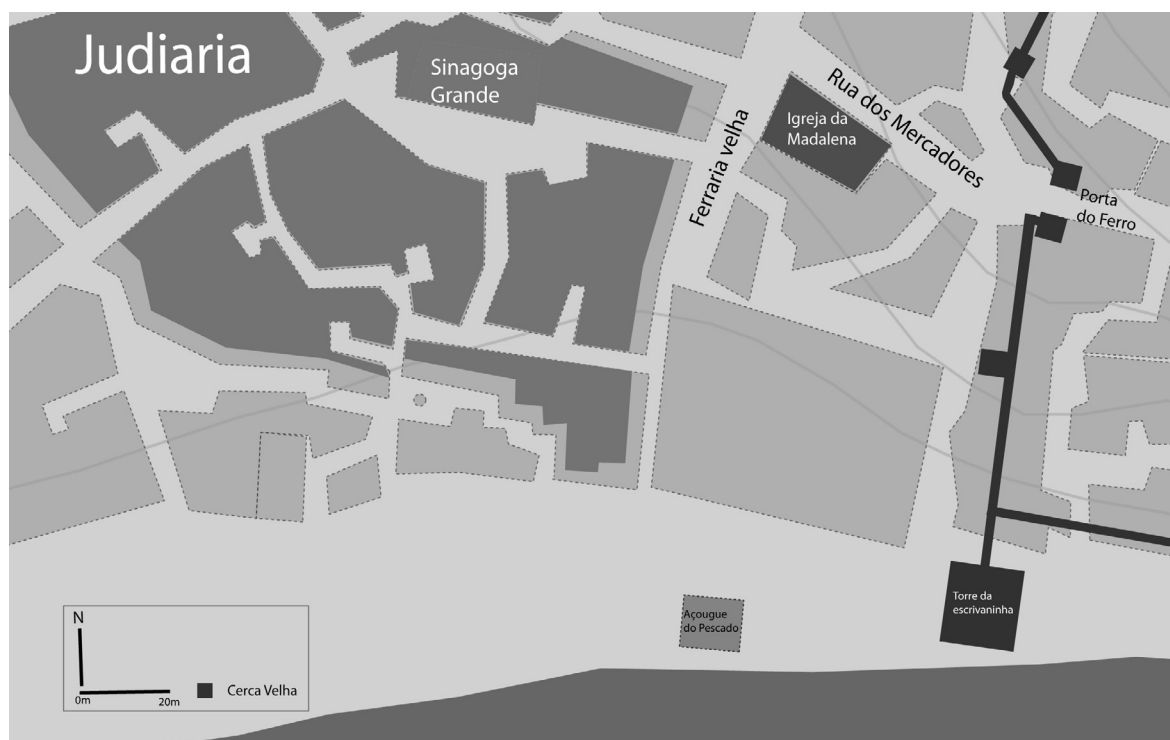


Figura 39. Açougue do pescado e sua envolvente cerca de 1248 (localização aproximada)

225 AML, Livro dos Pregos, doc. 16. 1249, Agosto, 8, Coimbra – D. Afonso III, doa ao concelho de Lisboa o terreno onde se realiza o mercado de peixe da cidade: “do et concedo concilium Ulixbonensis in perpetuum locum illum de mercatuo de piscato qui est situs in rissio eiusdem ville circa lucus marius quod concilium teneat et habeat ipsum locum et . . . illo ad utilitatem suam”, ou seja, na nossa tradução, “dou e concedo perpetuamente ao concelho de Lisboa o local do mercado do peixe que está no rossio da mesma cidade, junto ao mar, para que o concelho o tenha nesse lugar . . . para sua utilidade”.

226 AML, Livro dos Pregos, doc. 20. 4 de Junho de 1294 – Contrato entre D. Dinis e o concelho de Lisboa para a construção da muralha da Ribeira de Lisboa: “e os açougues do pescado do comcelho starem assi como stam”; ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 1, doc. 130. 1328, Maio, 6: Aforamento de Sótão e sobrado “ante a Alfândega, a par do Açougue do Pescado, que parte a leste com casas do rei, a oeste com o Açougue do Pescado”; ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, doc. 260. 1341, Fevereiro, 17: Aforamento de casas, sótão e sobrado à Porta da Alfândega, que estiveram na posse de Domingas Domingues a Raimunda, que partem a leste com casas do rei que tem Meimão Judeu e o Açougue do Pescado, a oeste com casas do rei que tem Maria Anes filha de João Domingues alfágame, a norte com a Alfândega; *Livro das Posturas Antigas* 1974, 20-21: “alguma pessoa tam ousada de qualquer estado e comdiçom que seja que andar em barqas ou batees que tome pom de nenhuma pessoa pera levarem per mar a nenhuma partes que o vao tomar a outras partes salvo na ribeira ante o Açougue do Pescado des a portajem ate em direito da fonte nova da dita ribeira” (1434, Fevereiro, 9).

227 Sobre esta questão, ver: Parte III, Subcapítulo 6.1 – O porto de Lisboa em época islâmica.

Além do interesse do monarca pelo desenvolvimento económico da cidade revelado na doação do mercado do peixe, também é bem conhecido que D. Afonso III vai prolongar e aumentar em número, cada vez mais, as suas estadias e da corte na cidade da foz do Tejo. Esta realidade potenciou o desenvolvimento das actividades comerciais e urbanas e constitui o principal reflexo do processo de sedentarização do poder régio que se inicia neste reinado.²²⁸

Na década seguinte, a relação entre o monarca e o concelho de Lisboa mudou definitivamente de rumo. Sabemos pouco sobre as causas e consequências do conflito que parece surgir entre o rei e o concelho, sendo apenas conhecido, tal como observou Gérard Pradalié,²²⁹ que este conflito se iniciou na década de 50, durante o período da alcaidaria de Martim Anes,²³⁰ irmão de Estevão Anes, o qual foi colação do rei e chanceler durante todo o reinado do bolonhês. Segundo as queixas, feitas décadas depois pelo concelho a D. Dinis, “D. Martim era tão forte alcaide que se algum do concelho de Lisboa queria contradizer o que ele dissesse que o matava porem ou lhe fazia porem mal no corpo e no haver”.²³¹ Martim Anes, que pouco tempo depois subiu a porteiro-mor do reino, era portanto uma figura mal-amada pelo concelho por defender os interesses do rei, e provavelmente os seus próprios, colidindo com os interesses do concelho de Lisboa. Além destas referências, outros três documentos revelam intervenções conflituosas entre os oficiais régios e o concelho, desrespeitando os privilégios e as isenções sobre a colecta fiscal régia que haviam sido concedidos aos moradores de Lisboa no foral de 1179: “os moradores de Lisboa podem livremente ter tendas, e fornos de pão e louça”,²³² “Ferreiro, sapateiro ou piliteiro que tiver casa em Lisboa e trabalhar nela, não pague por ela nenhum tributo”.²³³ O primeiro documento consiste numa carta régia, feita em 1261, em que D. Afonso III ordena que os seus oficiais não forcem os mesteiros a morar nas tendas régias, uma acção que o próprio rei admite ser

228 Sobre a sedentarização do poder régio em Lisboa, ver: Pradalié 1975, 29. Leontina Ventura (2009, 137) afirma sobre esta questão: “Sem abandonar de todo a itinerância, aumenta o número de presenças régias em Santarém e Lisboa. O rei e a corte estabilizam-se numa zona central e litoral – uma baixa Estremadura polarizada em Lisboa. A pouco e pouco a cúria deixa de ser uma corte feudal itinerante e transforma-se em organismo de governo tendente à estabilidade. A chancelaria começa a organizar-se em Lisboa. A memória jurídica e administrativa do reino, numa palavra, o poder régio, sedentariza-se.”

229 Pradalié 1975, 29.

230 Tal como indica um selo do alcaide Martim Anes de 1250, reproduzido por Alexandre Herculano (1875, 6:103), e que infelizmente não foi possível localizar. Esta data é plausível visto que é imediatamente anterior ao período em que o mesmo Martim Anes foi porteiro-mor de D. Afonso III, entre 1254 e 1272 (L. Ventura 2009, 339). O mesmo Martim Anes é citado por D. Afonso III num documento posterior como tendo sido, no passado, alcaide da terra e do mar: “me mandaram dizer que Martim Eanes que foy irmão do chanceler quando era alcaide do mar e da terra” (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 46v-47), uma carta régia dirigida ao concelho de Tavira para manter alcaide-do-mar “segundo como usam os de Lisboa” de 1282. Sobre a estreita ligação entre D. Afonso III e os seus colaços, ver: L. Ventura 2009, 50-51.

231 AML, *Livro do Alqueidão*, doc. 4, de 5 de Fevereiro de 1292. Trata-se de uma acusação já posterior ao reinado de D. Afonso III, tal como a acusação que recai sobre este rei e os seus antecessores que é respondida na carta de D. Dinis ao concelho em 1285, onde são referidos os rossios do concelho (AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287).

232 A tradução utilizada é de Marcelo Caetano (1990, 96).

233 Caetano 1990, 100.

“contra carta de foro” e que por isso devia cessar imediatamente.²³⁴ Portanto, da leitura deste documento podemos concluir que, antes de 1261, os oficiais régios forçaram mesterais a morar em tendas régias. Nesse mesmo ano, D. Afonso III regulamenta a venda de fruta em Lisboa, admitindo, mais uma vez, que os funcionários régios compeliem aqueles que vendiam fruta da parte do concelho a venderem no mercado do rei, “*in meo mercato de vila*”, uma situação muito semelhante à questão dos mesterais serem forçados a morar e laborar nas tendas régias.²³⁵ O terceiro documento consiste numa carta de D. Afonso III dirigida em Novembro de 1264 ao concelho e aos alvazis de Lisboa, onde se compromete a reprimir vários abusos cometidos pelos seus pretores em Lisboa: “*vos sentitis vos gravatos de multis causis quas vobis faciunt pretores mibi*”, ou seja, “vos sentis agravados pelas muitas causas que vos fazem os meus pretores..”²³⁶ Através destes documentos é possível afirmar que, entre as décadas de 50 e 60 do século XIII, a relação entre o concelho e os pretores e alcaides do monarca foi marcada por um período de conflito que prejudicou, sobretudo, os interesses do concelho. Importa também notar que os oficiais régios forçaram mesterais a morar nas tendas régias, com o objectivo óbvio de lhes cobrarem impostos que de outra maneira seria difícil cobrar, devido à isenção de imposto que lhes era concedida pelo foral de 1179, se eles habitassem em casa própria.

Em algum momento anterior a 1260, D. Afonso III mandou erguer fangas régias em Lisboa, que se situavam na Rua dos Asteeiros, num espaço que, segundo o rei, lhe havia sido doado pelo próprio concelho.²³⁷ A partir de 1276, começam a

234 Na nossa tradução: “Afonso, por graça de Deus, Rei de Portugal, a vós pretor e alvazis e almoxarife e escrivães de Lisboa. Saúde e graças! Sabei que me disseram que vós almoxarife e outros meus oficiais de Lisboa constrangeis muitos homens a virem morar nas minhas tendas de Lisboa, contra a carta de foral de Lisboa. E só aqueles homens que encontrais na mesma carta de foro de Lisboa que devem vir morar nas tendas sejam constrangidos a virem morar nas minhas tendas e não outros. E os outros homens morem na mesma cidade onde queiram, e não façais de outro modo. E mando que o concelho de Lisboa tenha esta carta em testemunho. Dada em Guimarães terceiro dia de Fevereiro. O Rei mandou por D. Gil Martins e pelo chanceler e por D. João de Aboim e por João Pires Correia vice-alferes, e por todos os outros do conselho régio. Domingos Pires a fez. Era 1268”, segundo o original: “*Alfonsus dei gratia Rex Port. Vobis pretori et alvazillis et almoxariffe et scribanus ulixbon. Salutem et gram. Sciatis quam dem em mibi quod vos almoxariffe et alii mibi officiales ulixbon. Constrangitis multos hoies venire ad moradam in tendis miis de ulixbona contra carta de foro ulixbon. Et illos hoies quos invenitis in ipsa. Carta de foro ulixbon. Quam debent venire morari in tendis niis illos solorum constringatis quam veniant morari in mis. Tendis et non alios. Et alii hoies morent in ipsam villa bbere. Ubiicumque voluerint, vn. Aliter non faciatis. Et mando quod concilium ulixbonen teneat istam cartam in testimonium. Dant in Vimarun. Iii die fecit. Rege mandante per donum Egidium ... et per cancelarium et per donum Jobnem de avoyno et per Jobnem Perti corrigia subsigniferum et poms alios de consilio Reg. Dnicus Petri fecit. E. M. CC. LX”. VIII.*” ANTT, Chancelaria Afonso III, liv. 1, fl. 49 v, de 1261.

235 cf. AML, *Livro dos Pregos*, doc. 10, 17 de Abril de 1261.

236 AML, *Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, doc. 33, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa* 1947, 237.

237 É possível extrair esta informação de uma carta régia feita em 28 de Janeiro de 1260, em que se manda filhar uma casa de João Eanes, carpinteiro da Ribeira de Lisboa, que este havia construído entre a barbacã e as Fangas do rei: “*sciatis quam ego mandavi filiare Joanes Iobanis carpentario d'riparia ulixbonem casam quam ipsem fecit super portale quam est inter barbacanam et palatium ubi ego mandavi fieri meas fanegas quem locum pretor et alvazillis et concilium ulixbonem sibi dedit. et concessit ut faceret ipsam casam in eodem loco per ad defensione ville*”, na nossa tradução: “sabei que eu mandei filhar João Eanes carpinteiro da Ribeira de Lisboa a casa que ele fez sobre o portal que está entre a barbacã e o paço onde eu mandei fazer as minhas fangas, local que lhe foi dado pelo pretor e alvazis e concelho de Lisboa, e foi-lhe permitido que fizesse a referida casa nesse local para defesa da cidade” (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 42).

surgir as referências às “Fangas Velhas”²³⁸, que se localizavam na Rua da Correaria, o que demonstra que as fangas construídas por D. Afonso III deslocalizaram as “Fangas Velhas” da Rua da Correaria para o quarteirão localizado a poente da Rua dos Asteiros e nascente da Rua das Carniçarias,²³⁹ um local onde também irão surgir os novos açougues da cidade, substituindo as antigas “Carniçarias Velhas”,²⁴⁰ que também se localizavam na Rua da Correaria. Pela mesma altura, nas várias composições celebradas entre o rei e particulares surgem também várias referências à “Ferraria velha”,²⁴¹ a qual podemos relacionar com a criação de novas ferrarias na Ribeira, ou seja, um local que provavelmente seria um dos rossios pertencentes ao concelho, referidos na já mencionada carta de D. Dinis ao concelho, de 1285.²⁴² As ferrarias da Ribeira são referidas num tomo de propriedades do Convento de Alcobaça, escrito em 1262, o que comprova a existência destas estruturas na Ribeira, já durante o reinado de D. Afonso III.²⁴³

238 Em 29 de Julho de 1276, são aforadas duas metades de tenda localizadas nas “Fangas Velhas” (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fl. 127v); em 1 de Agosto de 1276, é aforada uma tenda régia localizada nas “Fangas Velhas” (ANTT, Gaveta 13, maço 3, n.º 14); em 12 de Fevereiro de 1278, são aforadas duas tendas régias localizadas “ad Fangas Velhas” (ANTT, Gaveta 11, maço 4, n.º 29); em 3 de Fevereiro de 1283, é vendida uma oitava parte de tenda ao rei localizada nas “Fangas Velhas” (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fls. 148, 148v). No Livro 12 da Estremadura, surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “Fangas Velhas”.

239 O *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300, localiza as fangas régias na rua dos Asteiros: “*Item habet in dicta colatione [Madalena], faangas ubi venditur panis . . . Item habet domnus Rex in rua de Astiaris arredor de Fanagis x domos*”, ou seja, “também tem nessa paróquia [da Madalena] fangas onde é vendido o pão . . . Também tem o senhor Rei na rua dos Asteiros ao redor das fangas dez casas. . .” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 15v., publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347. Um aforamento de uma tenda em 1320, feito por D. Dinis a Maffoma de Arangoes, esteireiro, e a sua mulher Aziza, ambos identificados como “mouros moradores em Lisboa”, informa-nos de que existiam tendas régias entre as fangas e a rua dos Asteiros, pois a referida tenda confronta a ocidente com as fangas, a oriente com uma rua pública e a norte com propriedades régias (ANTT, Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 87v). Vieira da Silva refere ainda outros documentos medievais, posteriores aos nossos limites cronológicos, que referem a localização de fangas e carniçarias régias no quarteirão a ocidente da “Rua dos Asteiros”, ou das “Astes”, como também era chamada, posteriormente conhecida como “Rua da Padaria” (A. V. Silva 1987b, 1:166-170). Relativamente à etimologia do topónimo “Asteiros”, surge pela primeira vez na referida passagem do *Livro dos Bens Próprios*, parece-nos plausível que o topónimo tenha uma relação com “hasta, haste ou hastes”, étimos portugueses provenientes do latim *hasta*, que significava “lança ou pique” (A. M. Silva 1949, 5:650). Possivelmente, a “Rua dos Asteiros”, ou “das Astas”, seria o local onde se localizavam os artesãos que faziam as referidas lanças, hipótese que se reforça se tivermos em conta a proximidade do Paço da Madeira, localizado fora de muros, a oriente da Torre da Escrivania (sobre o Paço da Madeira, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.5 – Os mercados de D. Dinis: as Carniçarias da Ribeira e o Paço da Madeira). Reforçando esta nossa proposta para a etimologia do topónimo “Asteiros”, encontramos a seguinte referência numa carta de arrendamento sobre a Portagem de Lisboa, feita por D. Afonso IV a Martim de Rates e Vasco Gonçalves, escrivães da Alfândega do rei: “E rendej lhjs a dizima das astas das lanças e de dardos que entrarem pola dicta foz do Reino de Portugal” (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 4, fl. 11v. de 2 Abril, 1336; Publicado em: *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV* 1990-1992, 2:81).

240 Em 22 de Julho de 1276, são aforadas três tendas régias localizadas na Freguesia de S. Nicolau na “carniçaria velha” (ANTT, Gaveta 12, maço 6, n.º 3); em 8 de Setembro de 1276, é feita uma composição sobre uma tenda localizada na freguesia de S. Nicolau nas “Carniçarias Velhas”; em 15 de Fevereiro de 1278, são vendidas três tendas a D. Afonso III, localizadas na “carniçaria velha” (ANTT, Livro II dos Direitos Reais, fl. 59). No *Livro II de Direitos Reais*, multiplicam-se os exemplos de referências às “Carniçarias Velhas”.

241 Em 28 de Julho de 1276, são aforadas três tendas na “Ferraria Velha” (ANTT, Gaveta 11, maço 11, n.º 24; em Dezembro de 1277, é aforada uma tenda régia localizada na freguesia da Madalena na “Ferraria Velha” (ANTT, Leitura Nova, Estremadura 12, fl. 117v-118); em 16 de Setembro de 1281, é feita uma composição sobre uma tenda localizada “*in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus*”, “na paróquia de Santa Maria Madalena à frente da porta ocidental desta igreja, no local ou rua que é chamado Ferraria Velha”. (ANTT, Gaveta 12, maço 8, n.º 15). No *Livro 12 da Estremadura* e no *Livro II de Direitos Reais*, surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “Ferrarias Velhas”.

242 AML, Livro dos Pregos, doc. 287.

243 Segundo o *Tombo das Casas, Herdade, Vinhas, Moinhos, Olivais e Outros Bens que o Mosteiro de Alcobaça Possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc.*, escrito em 1262, os monges de Alcobaça teriam aí perto uma casa onde vendiam sal: “*Item in ribeiro ante ferrarias. unam domum de sale*.” (ANTT, Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça, 2.ª inc., maço 32, n.º 808).

A deslocalização das carniçarias, ferrarias e fangas para estruturas que estavam na posse da Coroa trazia largos benefícios ao rei, pois nas novas estruturas régias os mesterais e os comerciantes tinham forçosamente que pagar os impostos na totalidade ao rei, não se podendo escudar no foral de 1179, confirmado pelos monarcas seguintes, pois a isenção era aplicável apenas a quem tivesse casa em Lisboa e trabalhasse nela. Esta deslocalização parece ter sido em alguns casos forçada pelos oficiais régios, tal como se refere na carta régia de 1261, o que é natural, pois estes mesterais não teriam grande interesse em deixar a sua casa e loja, pois nesta época os mesterais viviam e trabalhavam normalmente no mesmo local, onde estavam protegidos pela isenção de impostos do foral de 1179, para terem de habitar e trabalhar nas tendas régias onde teriam de pagar o imposto devido ao monarca.

Observando o local onde foram construídas as referidas estruturas, nas plantas que revelam a cidade anterior ao terramoto de 1755, notamos que a forma urbana deste quarteirão é totalmente diferente da forma do arrabalde ocidental que já estava urbanizada no final da época de domínio islâmico, nomeadamente do urbanismo da judiaria, a poente do referido quarteirão (ver figura 41).

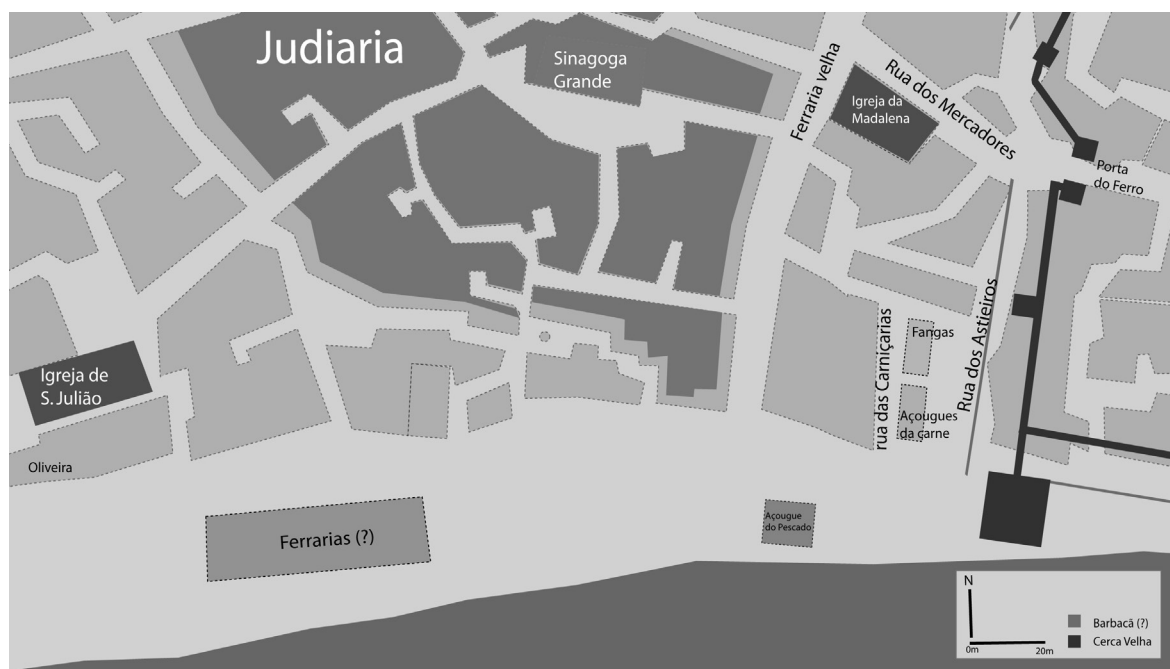


Figura 40. Zona ribeirinha do arrabalde ocidental (c. 1260)

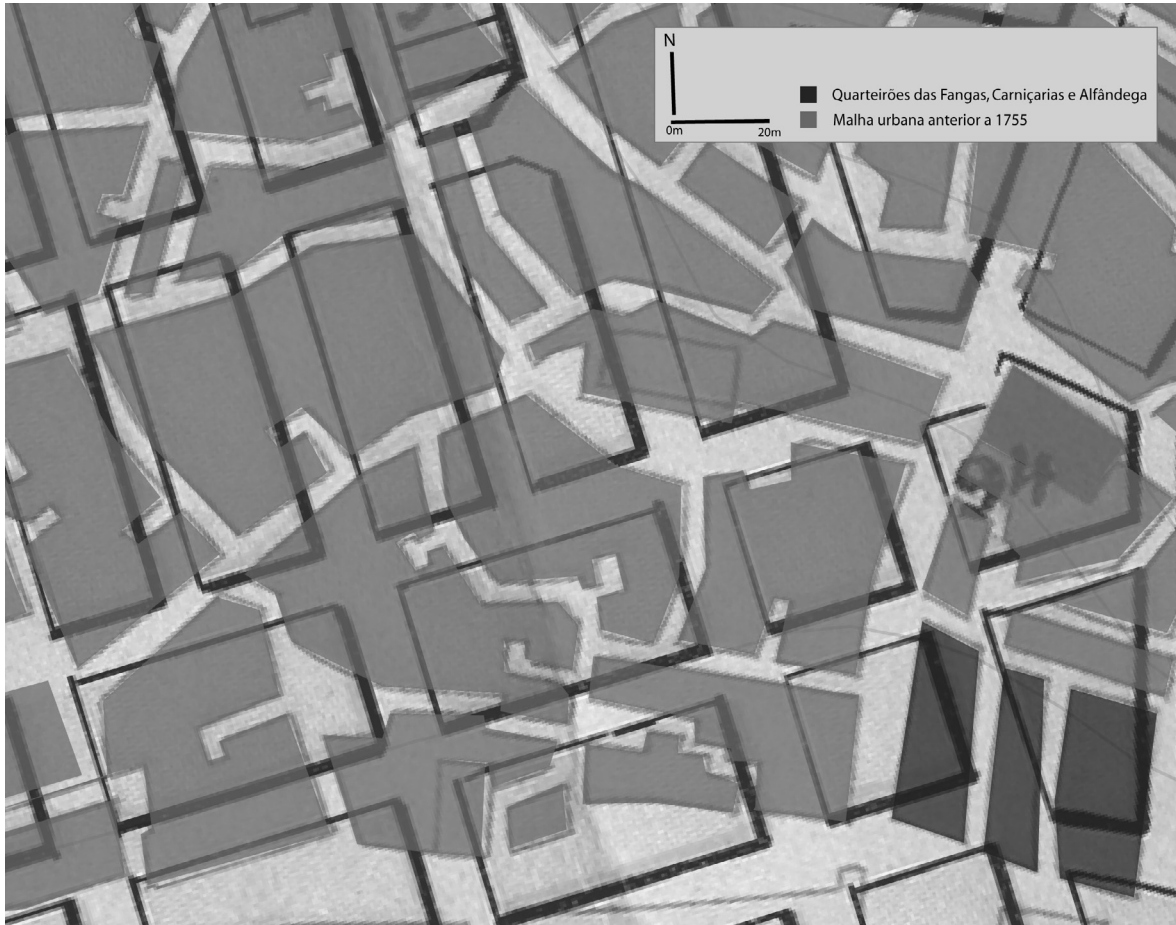


Figura 41. Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega e envolvente urbana²⁴⁴

A representação desta zona nas plantas que se referem à cidade pré-pombalina, revela a existência de um urbanismo não-linear, aparentemente com uma matriz viária de época islâmica (ver figuras 40 e 41). Pelo contrário, o quarteirão onde se localizavam as fangas e as carniçarias feitas por D. Afonso III, e também o quarteirão da alfândega, a qual não sabemos quando terá sido feita, mas apenas que já existia em 1288,²⁴⁵ tem a sua forma marcada por um urbanismo linear marcado por quarteirões cuja unidade base é constituída por lotes compridos e estreitos, os chamados “lotes godos”.²⁴⁶ A forma dos quarteirões a poente da Rua dos Asteiros e a nascente da

244 A planta usada como base é a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa...*, mantida no Arquivo de Cartografia Antiga (Cartoteca) da Direção-Geral do Território com a Cota CA 356 | DGT. Segundo Augusto Vieira da Silva, esta planta será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. A. V. Silva 1950).

245 ANTT, Direitos Reais, liv 2, fl. 67 v., de 1288: “*apud Ulixbona in alfandegas domini regis*”, “em Lisboa, nas alfandegas do senhor rei”.

246 Sobre a definição de “lote godo”, ver Trindade 2009, 41-43. Sobre uma descrição da história do lote alongado, ver: Trindade 2002, 25-30.

Ferraria Velha parece-nos muito semelhante à forma de outros quarteirões que se encontram em povoamentos onde D. Afonso III teve uma intervenção directa, e que constituem algumas das primeiras operações urbanísticas onde se revela um planeamento urbanístico ortogonal da responsabilidade da Coroa portuguesa.²⁴⁷ Parece-nos então muito provável que toda a área localizada entre a Rua da Mafalda, a norte, a Rua da Ferraria Velha, a ocidente, a Rua dos Asteiros, a oriente, e o Largo do Açougue do Pescado, a sul, tenha sido alvo de uma remodelação urbanística nas décadas de 50 e 60 do século XIII, para a implantação das fangas, dos açougues da carne e, possivelmente, também da alfândega.

Relativamente à alfândega medieval de Lisboa, não sabemos quando nem por quem foi construída, pois as primeiras notícias documentais não referem a sua construção, referindo-a como existente no reinado de D. Dinis, mas não se deve eliminar a hipótese de a alfândega já existir no final do reinado do *Bolonbês*.²⁴⁸ O urbanismo destes quarteirões será analisado de forma mais detalhada posteriormente, enquadrado no conjunto das operações urbanísticas que ocorreram no reinado seguinte, época em que se conhece melhor a sua configuração.²⁴⁹

A esta deslocalização do mercado permanente que se realizava nas fangas, nas carniçarias e na ferraria, é importante acrescentar a tentativa por parte de D. Afonso III em adquirir novas fontes de rendimento através da imposição de um mercado semanal que deveria ter lugar “nas suas casas da Alcáçova”. Contudo, esta imposição não prevaleceu, tendo o monarca sido forçado a consentir que o concelho pudesse realizar essa feira semanal, que o documento denomina curiosamente como “*mercatum*”, onde lhe aprouvesse, tal como acontecia no tempo do seu pai, D. Afonso II, e do avô, D. Sancho I.²⁵⁰ No documento do *Livro dos Pregos*, é notória alguma desilusão da parte do monarca por o concelho objectar contra os interesses da Coroa:

247 Referimo-nos com mais certeza a Contrasta, depois conhecida como Valença, e a Viana da Foz do Lima, posteriormente conhecida como Viana do Castelo, as quais estão especialmente bem estudadas. No entanto, é natural que outras vilas do reino português tenham tido uma marca urbana deixada por durante o reinado de D. Afonso III, no entanto a falta de documentação dificulta a percepção da cronologia. Sobre Contrasta/Valença ver: Valla 2000; A. A. Andrade 2000. Sobre Viana da Foz do Lima/Viana do Castelo ver: Trindade 2009, 559-577; M. Teixeira et Valla 1999, 31-34. Neste sentido, note-se também que Luísa Trindade refere vários povoamentos onde não foi possível distinguir se a acção urbanizadora inicial foi de D. Afonso III ou de D. Dinis (Trindade 2009). Uma obra da autoria de Alexandra Paio, Henrique Albergaria, Ana Madalena e Lusitano dos Santos, descreve 63 vilas portuguesas de fundação medieval, cuja estrutura urbana original terá sido implantada durante o período 1250-1325, ou seja, durante os reinados de D. Afonso III ou D. Dinis. A principal conclusão dos autores desta obra é que “nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis se encontram regras urbanísticas uniformizadoras e núcleos urbanos com traçados de características geométricas” (cf. Paio et al. 2007, 82).

248 A primeira referência documental data de 1288 (cf. nota 246), a segunda referência consta no *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas* (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 15v.): “*habet dominus rex alfandegas cum suis sotanis et cum suis solis et cum suo puto, in collatione Sancte Mariae Magdalene, ubi decimant panem*” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347).

249 Ver Parte III, Subcapítulo 5.5.3 – Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega.

250 AML, Livro dos Pregos, doc. 53. 1273, Maio, 7, Santarém – D. Afonso III estipula a realização de uma feira na alcáçova de Lisboa: “*sicut consuevit in tempore patris et avi mei*”.

Sabei que me foi dito que vos agravais... porque eu fui desagradável ao fazer feira semanal nas nossas casas da Alcáçova na mesma cidade... e eu considerava que fazia isto para minha e para vossa conveniência... e não entendestes que isto foi a favor da vossa utilidade, mando que a mesma feira não seja feita daqui em diante naquelas minhas casas...²⁵¹

Neste caso, após uma imposição por parte do rei, o concelho reagiu e parece ter conseguido que o rei recuasse na sua decisão.

Não muito longe da Torre da Escrivadinha, terá existido uma cerca secundária, ou seja, uma barbacã, já parcialmente identificada por Augusto Vieira da Silva,²⁵² cuja construção poderá corresponder ao reinado de D. Afonso III, tal como observou Miguel Martins.²⁵³ Apesar de não ser possível precisar a sua localização exacta, a documentação informa-nos de que a barbacã existia no lanço ocidental da cerca, perto do quarteirão das fangas²⁵⁴ e também no lanço meridional, perto da Porta do Mar.²⁵⁵ Esta barbacã sofreu muito rapidamente os usuais processos de urbanização, pois serviu de sustentação para construções privadas. É interessante notar a acção de D. Afonso III, tentando de algum modo regular uma prevista actividade construtiva ilegal sobre a sua barbacã. Em Julho de 1255, o *Bolonbês* doa a Martinho Roolis a sua barbacã da Porta do Mar, na condição de que o acesso de entrada e saída permaneça livre e desimpedido.²⁵⁶ Assim, observa-se neste documento que o rei doa a sua barbacã já com o pressuposto de que esta terá como fim a construção de edifícios privados, tentando, ainda assim, manter a função de controlo de entrada e saída da Porta do Mar. Em um outro documento da Chancelaria Régia, elaborado apenas cinco anos depois, é possível verificar um caso em que o monarca se vê obrigado a mandar filhar uma construção aparentemente ilegal localizada junto da barbacã a um João Anes, carpinteiro.²⁵⁷ Trata-se, portanto, de acções levadas a cabo

251 AML, Livro dos Pregos, doc. 53. 1273, Maio, 7, Santarém – D. Afonso III estipula a realização de uma feira na alcáçova de Lisboa: “*Sciatis quod dictum fuit mihi quod vos agravabatis . . . quod ego fetarem fieri feira per unam diem in qualibus ebdomada in nostris casis de apud alcacevam ipsius ville et pro renda quam ibi ponere mandavim et ego intendebam quod faciebam ibi meam utilitatem et vestram . . . pro vos inde agravatis et non intenditis pro vestram utilitate mando quod ipsa feira non fiat de cetero in ipsis meis casis.*”

252 A. V. Silva 1939, 72-73; 191-192.

253 Miguel Martins argumenta que um documento de Fevereiro 1261 sobre a quitação de 369 libras para a construção de muros da cidade se refere a obras na barbacã (Cf. comunicação oral apresentada no Gabinete de Estudos Olisiponenses, a 10 de Julho de 2014, intitulada “Obra de Restauraos na Cerca Velha de Lisboa durante a Idade Média”) de facto, as evidências documentais apontam nesse sentido, pois as freguesias que são citadas como tendo participado na carta de quitação de 1261 (S. Mamede, S. Nicolau, Madalena, S. Julião, Santa Justa, Santa Maria de Alcamim, S. Lourenço, Sé, S. Jorge, S. João da Praça e S. Martinho) são as mesmas onde, na documentação, surge a existência de uma barbacã. (cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 89, doc. 1; ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 42 e fl. 8v.; ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 8 v; ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 2, fl. 97 v.).

254 Em 1260, regista-se uma referência à barbacã junto à zona sudoeste da cerca urbana, perto das fangas construídas por D. Afonso III: “casa que ele fez sobre o portal que está junto da barbacã. E o paço onde eu mandei fazer as minha fangas, local que o Pretor, os alvazis e o Conselho de Lisboa deram” (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 42), tradução nossa.

255 Em 10 de Julho de 1255, D. Afonso III doa a sua barbacã da Porta do Mar a Martim Roolis (cf. ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 8v: “*meam barvacanam de porta de mari pro sua hereditate propria*”).

256 Na mesma doação de 10 de Julho de 1255: “*et do eam sibi taliter que porta de ipsa barvacana e de muro habeat semper suam intradam et sua exidam cum suo luminaria expeditam*” (ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 8v).

257 ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 42: “casa que ele fez sobre o portal que está junto da barbacã”.

pela Coroa que tentam ordenar a evolução urbana em redor da barbacã, de modo a que esta não perdesse totalmente a sua funcionalidade. Este é um exemplo claro em que se observa uma tentativa de planeamento num espaço dominado por um crescimento urbano que aproveitava todas as estruturas possíveis.

Observada toda esta informação em conjunto, é possível vislumbrar uma intensa actividade construtiva e de reordenamento de algumas das principais estruturas do arrabalde ocidental, nomeadamente, as fangas, as carniçarias, a ferraria e a barbacã que terá ocorrido entre as décadas de 50 e 60 do século XIII. Referimos também como o rei deslocou, provavelmente de modo forçado, muitos mesteiros para as novas estruturas por ele construídas, e os benefícios monetários que a Coroa ganhava com essa deslocalização, restando agora perceber o que aconteceu aos espaços que ficaram vagos, que se situavam na principal artéria do arrabalde, a Rua da Correaria.

5.4. A Rua da Correaria: uma operação de aquisição régia

Durante a década de 70 do século XIII, D. Afonso III realizou compras e composições sobre um grande número de tendas que se agrupavam ao longo da Rua da Correaria e em algumas ruas secundárias que atravessavam a artéria mais importante do arrabalde ocidental até à abertura da Rua Nova.²⁵⁸ Tal como observou António Ravara, esta acção parece ter sido planeada, pois as transacções são tão numerosas que apenas pode resultar de uma vontade expressa do monarca em realizar esta vasta operação, que ocupou vários oficiais régios durante os três últimos anos do reinado do *Bolonhês*. Neste curto espaço de tempo, atinge-se um pico no volume de movimentação da propriedade régia urbana em Lisboa, a qual se situa maioritariamente nas freguesias da Madalena e de S. Nicolau, mais precisamente ao longo da Rua da Correaria²⁵⁹: são feitas composições sobre 60 tendas, oito fracções de tenda e uma casa em 1276, dez tendas e quatro quinhões em 1277, dez tendas e sete quinhões em 1278,²⁶⁰ além disso a documentação regista ainda a compra de dezassete tendas em 1278.²⁶¹ Segundo António Ravara, a composição

258 Sobre estas compras e composições, ver: Ravara 1967.

259 Confirmando a nossa hipótese de que a Rua da Correaria era um dos principais núcleos comerciais da cidade, o *Livro dos Bens Próprios*, onde se documenta um cadastro da propriedade régia em 1300, assinala 73 tendas na Rua da Correaria (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fls. 8-13v.) publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 338-345).

260 Cf. Ravara 1967, 38-39. Afirma este autor que “o número registado para o ano de 1276, sobretudo, ímpar no seu valor, sugere uma decisão tomada pela Coroa, o enveredar numa política nova face à propriedade urbana” (1967, 39).

261 Ravara 1967, 94.

não é “um tipo específico de contrato sobre a propriedade mas antes, segundo cremos, um acordo entre duas partes litigantes”.²⁶² Mais à frente, este autor apresenta as razões que lhe parecem estar na raiz deste conjunto incomum de composições, afirmando que “o soberano, desejando modificar a maneira da exploração das suas tendas de Lisboa – nas quais, segundo a carta de foral de 1179, deviam residir os mesteirais que não tivessem casa própria, pagando determinado foro – decide conceder, a quem prove os ditos direitos (baseados na habitação?), o domínio útil e a faculdade de o alienar”.²⁶³

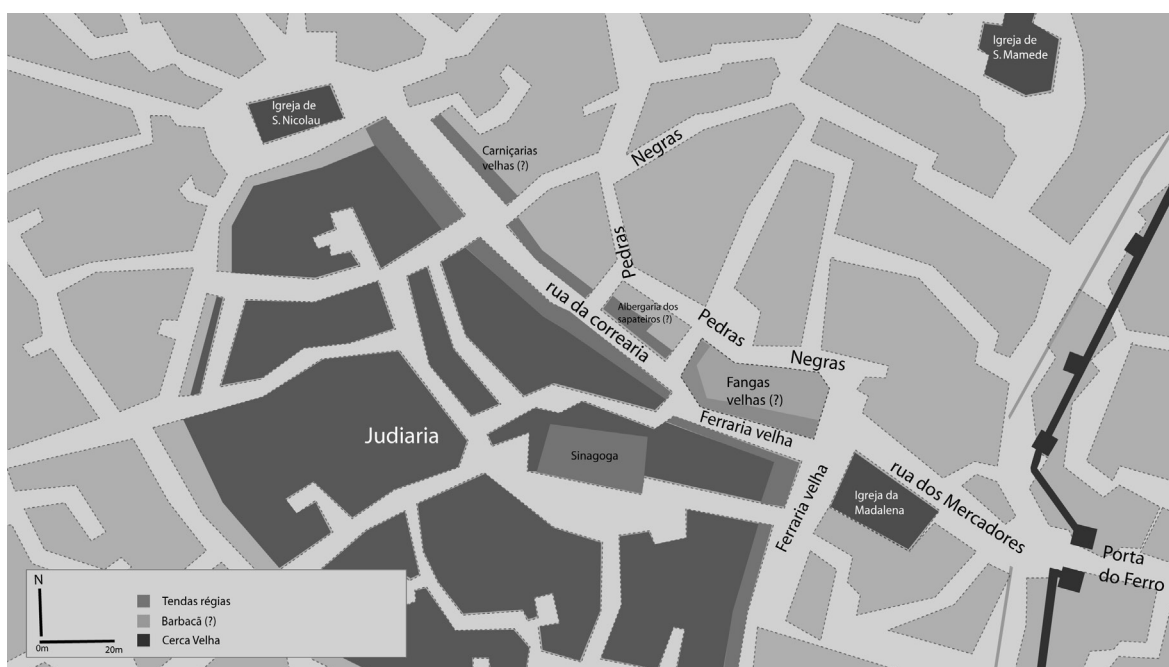


Figura 42. As tendas régias da Rua da Correaria (c. 1278)

Comentário à Figura 42: Analisando a documentação produzida durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, foi possível localizar aproximadamente as “Fangas Velhas”, a “Ferraria Velha” e “as Carniçarias Velhas”, através dos topónimos que a documentação associa a estes locais, nomeadamente a Rua da Correaria, a Judiaria, a Rua das Pedras Negras, a Igreja da Madalena e a Igreja de S. Nicolau.²⁶⁴

262 Ravara 1967, 88-90.

263 Ravara 1967, 91-92.

264 Numa composição entre D. Dinis e privados, em 1281, uma tenda é localizada: “*in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus*” (ANTT, Gaveta 12, maço 8, n.º 15); no *Livro dos Bens*

António Ravara compreendeu que estas movimentações de propriedades régias, sobretudo concentrada nas tendas localizadas nas freguesias da Madalena e de S. Nicolau reflectem uma posição clara por parte do monarca sobre a propriedade urbana, vendo como causa de todo o processo a vontade do rei em querer alterar o modo como explorava as suas tendas de Lisboa.²⁶⁵ Além da conclusão a que chegou António Ravara, é também fundamental compreender que estas tendas formavam o núcleo comercial da cidade antes de D. Afonso III o ter alterado profundamente, através da deslocalização das fangas, carniçarias e ferrarias, que aqui referimos e que terá ocorrido alguns anos antes destas composições. Trata-se, portanto, do culminar de um processo que levou a que o anterior centro comercial da cidade tivesse quase toda a sua propriedade transferida para a Coroa, uma realidade patente no cadastro da propriedade régia feita no *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, realizado no reinado posterior, entre 1299 e 1300, onde as composições e aquisições feitas pelo *Bolonbês* são parte relevante.²⁶⁶ Apesar de não ser explícito no texto, as dezenas de composições realizadas entre 1276 e 1278 são fruto de um conflito entre o monarca e os mesteirais e comerciantes da cidade, no qual o concelho também esteve envolvido, tal como se reflecte nas já aqui referidas cartas enviadas pelo monarca ao concelho.²⁶⁷ Após o rei ter construído as novas fangas, carniçarias e ferrarias, o passo seguinte foi a apropriação da rentabilização do espaço onde existiam as antigas estruturas. O resultado é semelhante em todas as composições: os anteriores proprietários aceitam pagar ao rei metade do rendimento anual da referida tenda, tivessem sido essas tendas anteriormente de propriedade régia ou não, trazendo assim um acréscimo considerável aos rendimentos da Coroa sobre a propriedade urbana na cidade.

Próprios, escrito entre 1299 e 1300, é referido: “*In Çapataria de Corrigja contra Judariam ubi fuerunt Fanges veteres in colacione Santa Marie Madanele*” (ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 10v., publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 341); no mesmo *Livro dos Bens Próprios* (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa* 1954, 343), é também referido: “*Ad açougues veteres in colacione Santi Nicolay contra Judariam*”; numa venda de metade de uma tenda, em 1295, é referida a “rua que ora e na correaryra en logo que foram as Fangas Velhas” (ANTT, Gaveta 11, maço 5, n.º 11); Augusto Vieira da Silva, baseado em outros documentos posteriores, localiza aproximadamente a Ferraria Velha, as Carniçarias Velhas e as Fangas Velhas, também na rua da Correaria (A. V. Silva 1987b, 113-114; 156-163).

265 Uma das questões referidas por Ravara relativa a esta alteração do modo como eram exploradas as propriedades urbanas régias em Lisboa, consiste na reforma fiscal e administrativa realizada durante o reinado de D. Afonso III, a que está associado um incremento da circulação monetária no reino, que se havia iniciado no século XII, mas que se acentua sobretudo no reinado do *Bolonbês*, época em que o fim da reconquista portuguesa – deixando de ser fonte de receita para a Coroa – coincide com a entrada do reino na corrente comercial europeia. Os aforamentos e composições sobre tendas e casas urbanas realizados pela Coroa estipulam maioritariamente pagamentos feitos em moeda, um facto que corrobora esta hipótese. Além da referida obra de António Ravara, sobre estas questões, ver: L. Ventura 2009, 114-140.

266 Cremos que muitas das propriedades registadas na Rua da Correaria, talvez a sua grande maioria, já pertencessem à Coroa quando D. Dinis inicia o seu reinado, em 1279, pois as referências a composições entre 1276 e 1278, a locais situados nessa mesma rua, são consideráveis (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 333-353). Ver também: Ravara 1967.

267 Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III.

5.5. A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis

Após o movimento de ruptura realizado por D. Afonso III, deslocando o centro económico e comercial da cidade para junto da Ribeira – centro esse que se situava junto à principal via que atravessava o arrabalde ocidental em direcção a noroeste –, o monarca seguinte irá prosseguir esta tendência, implantando estruturas urbanas pertencentes à Coroa na Ribeira e participando activamente no mais relevante processo de urbanização da cidade nesta época, que irá ter lugar, precisamente, na parte ocidental da margem ribeirinha da cidade.

5.5.1. A muralha da Ribeira

D. Dinis realizou várias intervenções urbanas em Lisboa, destacando-se entre estas a construção da muralha da Ribeira, por ser não só a estrutura mais emblemática erguida de raiz por este monarca, mas também a que teve maiores consequências no urbanismo do arrabalde ocidental e até da própria cidade. O impacto urbanístico causado pela sua construção levou a alterações significativas em toda a margem ribeirinha do arrabalde ocidental, permitindo que aterros sucessivos fossem ganhando terreno ao rio, os quais possibilitaram um importante crescimento urbano. Simultaneamente, consolidou a implantação de um urbanismo diferente da matriz islâmica que até então predominava na cidade.

Em 4 de Junho de 1294, D. Dinis e o concelho estabelecem um contrato, onde ambas as partes se comprometem com a construção de uma nova muralha na Ribeira de Lisboa, a edificar entre a Torre da Escrivantina e as casas do rei localizadas na Rua Nova.²⁶⁸ O financiamento da construção da muralha ficou a cargo do rei e do concelho, respectivamente sobre cada parte da muralha que lhes cabia construir. Segundo é possível apurar neste contrato sobre a construção da muralha, a estrutura defensiva deveria partir da Torre da Escrivantina, paralelamente à margem do rio, em direcção a ocidente até a umas casas do rei na Rua Nova, as quais são identificadas no início do documento como “as minhas casas das Galés de contra o mar”.²⁶⁹ O contrato estabelece que uma parte seja construída pelo monarca, “de la casas dos pesos do concelho ata a Rua Nova”,²⁷⁰ e outra pelo

268 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29.

269 As nossas citações são feitas com base no documento n.º 20 do *Livro dos Pregos*, que está no Arquivo Municipal de Lisboa.

270 AML, Livro dos Pregos, doc. 20.

concelho, “dello canto da torre da escrivantina descontra o mar ata as casas dos pesos”.²⁷¹ O traçado desta muralha, bem como a localização das portas que nela foram abertas, foi já estudado e bem estabelecido por Augusto Vieira da Silva, na sua obra *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*.²⁷² O olisipógrafo baseou-se em algumas evidências arqueológicas, sustentando também a sua proposta numa cuidada análise da documentação medieval; e, sobretudo, fundamentou a sua reconstituição do traçado da muralha em um estudo detalhado do “Tombo da Cidade de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755”. Este tombo consiste num registo do cadastro de grande parte da cidade, mandado organizar num decreto de 29 de Novembro de 1755, ou seja, menos de um mês após o terramoto de 1 de Novembro, onde se documenta com exactidão o cadastro urbano imediatamente anterior ao cataclismo.²⁷³ A proposta do olisipógrafo para o traçado da muralha constituiu a base de trabalho para a nossa proposta.

A historiografia tem apelidado a muralha erguida nos finais do século XIV na Ribeira de Lisboa como “muralha de D. Dinis”. Todavia esta denominação relega para a sombra um outro interveniente determinante no processo da construção da muralha: o concelho. O contrato celebrado entre D. Dinis e o concelho em 1294 para a construção da estrutura defensiva dá-nos alguma informação sobre o processo que levou à realização deste empreendimento:

como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataaas mhas casas das galees de contra o mar per razom do muro que hi nom avia nem forteleza nenhũa e que recebiia per hi o comcelho muito mal e muyto dapno per razom daquelles que viinham pello mar de fora parte tyve por bem con o alcaide e con os allvaziis e con o comcelho da dicta villa d´aver comsselho como fosse villa mais defesa e mais homrrada e mais fortelegada. Porende eu e o comçelho tivemos por bem de se fazer huum muro della torre da mha escrivanya ataa as minhas casas da Rua Nova e porque o conçelho teve ca lhe seeria gram custa de o averem a fazer todo pedirom-me <por> merçee que fezesse eu huum muro.²⁷⁴

Numa primeira leitura, sobressai o facto de Lisboa estar vulnerável a ataques externos que podiam aproveitar a ausência de estruturas defensivas na margem do rio, resultando daí “muito mal e muito dano”²⁷⁵ para o concelho. Após esta

271 AML, Livro dos Pregos, doc. 20.

272 A. V. Silva 1987b. A primeira edição, de 1900, foi amplamente revista na segunda edição, publicada entre 1940-1941, sendo a terceira edição uma mera reimpressão da segunda.

273 Augusto Vieira da Silva realizou a sua análise com base numa cópia do “Tombo” feita por José Valentim de Freitas, também por nós consultada, a qual se encontra actualmente no Gabinete de Estudos Olisiponenses (cota: MS-Lv 11.), organismo pertencente à Câmara Municipal de Lisboa e que acolheu parte do espólio deste olisipógrafo. Os tombos originais estão localizados no ANTT, no fundo Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa, o qual está dividido em várias repartições: Bairro Alto, Castelo, Ribeira, Alfama, Santa Catarina, Remolares, Rossio, Rua Nova, Limoeiro.

274 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 27-29.

275 Ibid.

constatação, o monarca reúne com o concelho, os alvazis e o alcaide da cidade para resolver o problema da vulnerabilidade de Lisboa perante ataques marítimos. A dupla responsabilidade sobre a construção da muralha está bem patente no texto: “eu e o comçelho tivemos por bem de se fazer huum muro”.²⁷⁶ Perante isto não podem restar dúvidas de que houve uma decisão conjunta de construir a muralha, não se tratando aqui de uma simples iniciativa régia. É até bem possível que a ideia de construir a muralha na Ribeira não tenha partido do rei, mas sim do próprio concelho; todavia, o documento não esclarece essa questão, pois não há referência a um pedido prévio por parte do concelho. Seja como for, este não tinha capacidade financeira para suportar o custo de uma obra desta dimensão; por isso, o acordo prevê que os custos financeiros da maior parte do “muro” sejam suportados pelo monarca.

Importa também referir que, associado à construção da muralha, foi também realizado um processo de urbanização da zona ribeirinha do arrabalde ocidental, que trouxe relevantes proventos financeiros tanto ao rei como ao concelho. Isto significa que, além da motivação em colmatar a debilidade defensiva desta parte da cidade, existiu também uma motivação económica relacionada com a construção da muralha e, sobretudo, com a urbanização do espaço urbano que a rodeava.²⁷⁷ Esta motivação pode ser observada nas condições e obrigações do monarca no contrato de 1294:

so tal comdiçom que dellas casas dos pesos ataa o quanto das mhas ferrarias alargarem contra o mar duas braças e fundar-se per hi o muro e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d'hir o muro direto pelas divisõoes que hi som postas en tal guisa que dellas divisõoes ata a parede da Rua aja catorze braças e se eu hi quiser fazer casas eyas a poer sobrelo muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle andar quando for mester e quanto ora stam as mhas ferrarias deve ficar a Rua tam [fl. 31v] ancha como ora sta e do canto das mhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a Rua d'oyto braças e devo derribar da mha casa que sta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a Rua d'oito braças e estas casas todas que eu fezer devem seer minhas livremente e de meus sucessores.²⁷⁸

O contrato indica claramente a vontade do monarca em aproveitar todo o espaço disponível para construir casas que pertencerão à Coroa. Esta vontade urbanizadora não constituía novidade na lógica dos interesses régios, pois D. Afonso III tinha

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Além da defesa militar ou da motivação económica que aqui referimos, relativamente à construção da muralha da Ribeira de Lisboa, Amélia Andrade (1998, 18) refere também, sobre o amuralhamento das cidades medievais portuguesas em geral, a valorização e reconhecimento, por parte da Coroa, do papel das cidades na política do reino, resultando “não só na consolidação da autoridade real frente aos poderes concorrentes mas também na divulgação de quadros mentais uniformizadores, que a partir do intramuros se foram espalhando, com maior ou menor sucesso, pelas áreas rurais circundantes”. O exemplo de Aveiro é paradigmático, pois nessa cidade constrói-se uma cerca onde a função simbólica tem muito mais relevância do que a função defensiva (M. J. Branco 1991, 27-31).

²⁷⁸ AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29.

demonstrado interesse e vontade em possuir e rentabilizar propriedades urbanas diversas, tanto casas de habitação como tendas associadas à produção e comércio de bens. No caso de D. Dinis, além de o monarca prosseguir a política de rentabilização da propriedade urbana que o seu pai havia iniciado, há também uma vontade em organizar o espaço para o tornar mais rentável, tendo como parceiro o concelho, uma entidade que comunga dos mesmos objectivos que o rei em ordenar e rentabilizar a propriedade urbana.

Ainda assim, apesar de a construção da muralha prever a urbanização dos terrenos contíguos à muralha, a função militar da muralha ficou também assegurada no contrato de 1294, pois tanto o rei como o concelho se comprometem a preservar o caminho de ronda da muralha que conferia à estrutura defensiva uma utilidade real em caso de ocorrer uma ameaça externa à cidade:

e se eu [o rei] hi quiser fazer casas eyas a poer sobrelo muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle andar quando for mester . . . e se [os membros do concelho] quisermos fazer casas devemos-las fazer sobr'esse muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle amdar quando for mester.²⁷⁹

Regressando às causas e aos motivos que levaram à construção da muralha, é bem possível que a ameaça a que estava sujeita a cidade pela ausência de muralha no arrabalde ocidental fosse um factor real e preocupante, sobretudo para o concelho, tal como é referido no contrato celebrado entre o rei e o concelho para a construção da muralha em 1294.²⁸⁰ Sendo uma necessidade para a cidade, era também uma necessidade defendida pelo concelho, no entanto este não tinha capacidade para financiar uma obra dessa extensão. O concelho possuía, contudo, os terrenos onde a muralha iria ser construída, os quais serviram de moeda de troca com o rei para que este financiasse a construção. Os terrenos da Ribeira, ou seja, os rossios do concelho, que, ao contrário do seu pai, D. Dinis se compromete a respeitar na composição de 1285,²⁸¹ são de grande valor, devido à sua situação estratégica junto

279 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29. A nossa transcrição tem como base o doc. 20 do *Livro dos Pregos*.

280 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, vol. I, 27-29: “per razom do muro que hi nom avia nem forteza nenhũa e que recebiia per hi o comcelho muito mal e muyto dapno per razom daquelles que viinham pello mar de fora parte”.

281 AML, Livro dos Pregos, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285: “E por esta merçe que el rei fez ao conçelho logo todo o conçelho a uma voz sem outra proma [sic] e sem constrangimento e sem engano mais de sua boa e livre vontade por si e por todos seus sucessores perdoaram e quitarom a nosso senhor el rey e a todos seus sucessores pera todo sempre todas as demandas e ações e questões que eles aviam e de direito deviam ou entendiam haver contra ele até o sobre dicto dia per qualquer maneira assi per razom dos rossios de Lixboa em que el rei dom Afomso seu padre ou ele ou seus antecessores fizeram açougues, tendas, ferrarias, tarçenas e casas ou outras quer cousas ataa este presente dia come das lezírias come dos frutos e das rendas de todas as dictas cousas e de cada uma delas e que el rey nom se estendesse des aqui adiante chus pelos outros rossios da vila”.

da margem do rio e à sua proximidade ao centro económico, social e comercial da cidade, construído por D. Afonso III entre a Torre da Escrivantina e a Judiaria. Tinha sido nestes terrenos que D. Afonso III havia construído as suas ferrarias, e neles irão decorrer duas intervenções urbanísticas, feitas sob a orientação de D. Dinis, que marcaram profundamente a morfologia urbana da margem ribeirinha de Lisboa: a reestruturação da Rua Nova e a abertura da Rua da Ferraria.

Relativamente à parte da muralha que deveria ser construída pelo concelho, não há certeza de que o tenha sido, pois – exceptuando um único documento – não encontramos referências à existência concreta de qualquer estrutura defensiva entre a Casa dos Pesos e a Torre da Escrivantina. O único documento que poderia fazer referência a um muro nesse espaço é uma doação de D. Dinis, a Domingos de Gaya, de um campo para este último aí construir casas,²⁸² no qual se refere o muro. No entanto, o muro referido pode ser interpretado como sendo o do próprio Açougue do Pescado, tal como propôs Augusto Vieira da Silva.²⁸³ Não podemos deixar de notar uma alteração na orientação no muro que separava os lotes das propriedades adossadas à muralha, neste caso, a casa dos Pesos, a sul e os Cambos a norte, na reconstituição feita por Augusto Vieira da Silva, com base no “Livro do Tombo de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755”.²⁸⁴

282 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 21, de 28 de Setembro de 1302: “doação a Domingos de Gaya mercador, de 10 braças em ancho e 10 em longo, do campo que cobre a maré, desde o muro dante o açougue de Lisboa, e mais contra o mar, se elle o filhar quiser, em o logar que é entre a Torre da Escrivantina e a porta do Açougue do Pescado que elle faça em o dito lugar casas”.

283 Cf. A. V. Silva 1987b, 146: “este muro não pode ser o da muralha de D. Fernando, que ainda não estava construída; nem o da muralha de D. Diniz, que nesse ponto cremos que não chegou a ser levantada pelo Concelho em 1294, como se comprometera; presumimos por isso que seria o muro do recinto do mercado; a porta do açougue seria portanto apenas a porta do mercado”. Um outro documento, que será analisado mais à frente, refere a intenção de se construir um muro neste local, mas a sua real edificação não é de modo algum confirmada (ANTT, Mosteiro S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425, uma partição de portais de casa junto ao Açougue do Pescado, em 1305).

284 A. V. Silva 1987b, vol. I, estampa III.

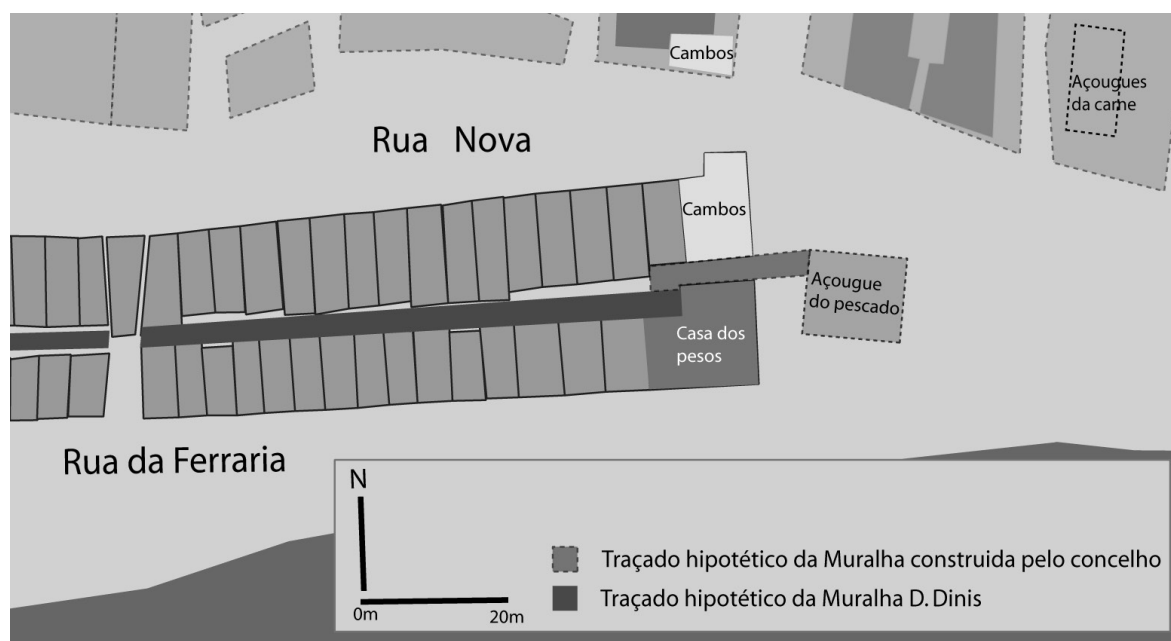


Figura 43. Parte ocidental da Muralha da Ribeira até ao Açougue do Pescado

A proposta que consideramos como hipotética na nossa planta é que o concelho tenha realmente construído a pequena parte da muralha que estava adossada à casa dos Pesos, local referido no contrato como a linha divisória entre o que a cada parte cabia construir. E talvez a tenha prolongado até ao muro do Açougue do Pescado, mas é muito provável que a ligação até à Torre da Escrivaninha nunca tenha sido completada.

Vejamos, em seguida, como o reordenamento da Rua Nova e a abertura da Rua da Ferraria, ações realizadas em simultâneo com a construção da muralha da Ribeira, alteraram decisivamente a forma urbana da frente ribeirinha da Lisboa medieval.

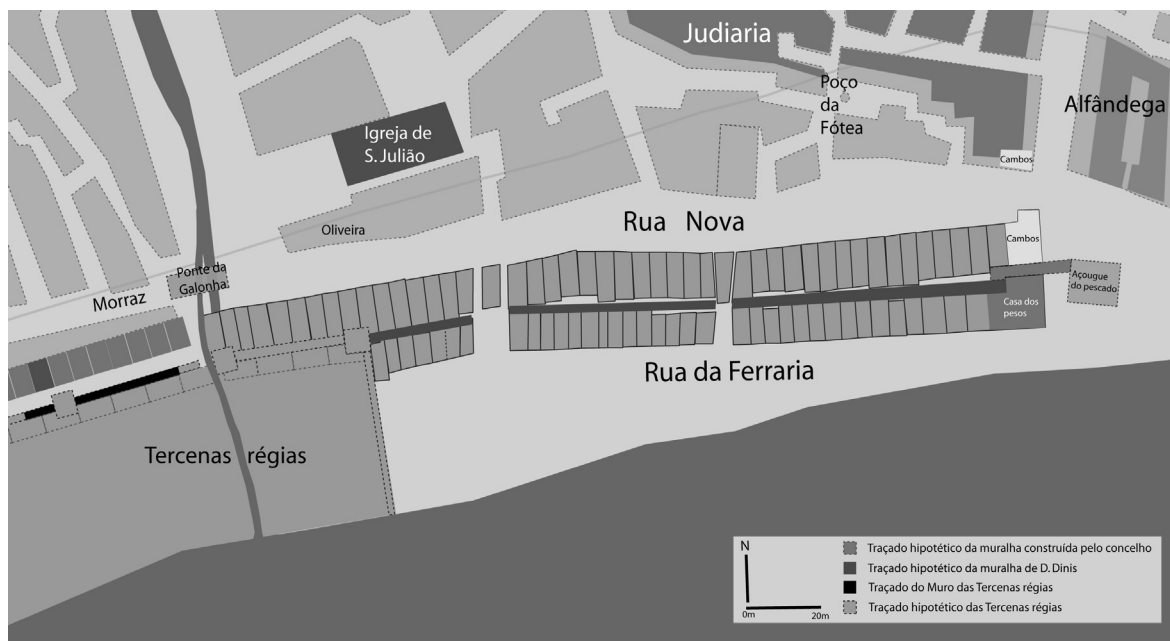
5.5.2. *A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval*

Figura 44. A frente ribeirinha ocidental em finais do séc. XIII

Antes de mais, importa compreender que o alinhamento da fachada norte da Rua Nova correspondia à frente ribeirinha que aí existia nos séculos anteriores à construção da muralha de D. Dinis. Infelizmente, não é neste momento possível perceber a processo de origem e a evolução desta linha de praia, pois não existe nenhum estudo sobre esta matéria, e não é possível incluir um tal estudo nesta nossa investigação. Neste sentido, podemos apenas afirmar que a frente ribeirinha no local do vale da Baixa estaria intimamente relacionada com as importantes infraestruturas que existiam neste local desde a época romana, sobressaindo o criptopórtico da Rua da Prata como uma das estruturas mais relevantes na forma urbana deste espaço.²⁸⁵

É bem conhecida a primeira menção documental à Rua Nova patente no contrato de construção da muralha da Ribeira, de 1294.²⁸⁶ Alguns autores têm sugerido

285 Sobre o criptopórtico da Rua da Prata, ver: Parte III, Subcapítulo 1.2 —As pré-existências romanas.

286 AML, Livro dos Pregos, doc. 20: “Porende eu e o concelho tivemos por bem de se fazer um muro desde a torre da minha escrivania até às minhas casas da Rua Nova . . . pediram-me <por> merçe que fizesse eu um muro desde as casas dos pesos do concelho ata a Rua Nova sob tal condição que desde as casas dos pesos até ao canto das minhas ferrarias alargassem contra o mar duas braças e fundar-se per aí o muro e do canto das minhas ferrarias ata a Rua Nova há-de ir o muro direto pelas divisões que aí são postas . . . e do canto das minhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a rua de oito

que esta rua já existia no reinado anterior a D. Dinis sem qualquer fundamentação documental sólida.²⁸⁷ Quanto a nós, se é certo que a Rua Nova já existia em 1294, não vemos motivo para que esta artéria não tenha sido uma concretização de D. Dinis, provavelmente com autorização e concordância do concelho da cidade, tal como a posterior construção da muralha. Frei Francisco Brandão atribui a D. Dinis a abertura da Rua Nova, mas fá-lo com base numa carta de doação de um campo pelo concelho para o monarca aí construir casas, datada de 1295, que se refere à Rua da Ferraria e não à Rua Nova, um equívoco repetido por Carlos Guardado da Silva.²⁸⁸

O contrato sobre a construção da muralha estabelece, através da utilização de medidas-padrão, algo muito pouco comum para a época, o local preciso onde o monarca deveria construir as suas casas.²⁸⁹ Apesar de ser complicada a identificação deste espaço, pois não conhecemos com exactidão a localização das ferrarias régias e apenas sabemos a localização aproximada da Casa dos Pesos, conseguimos observar alguns dados relevantes sobre este processo através da análise do contrato de 1294. Em primeiro lugar, foi realizado um aterro que aumentou a área urbanizável para se construir a muralha: “so tal comdiçom que dellas casas dos pesos ataa o quanto das mhas ferrarias alargasem contra o mar duas braças [3,68 m] e fundar-se per hi o muro”. Em segundo lugar, note-se a menção às “divisões que aí são postas”,²⁹⁰ uma referência a um método de planeamento urbanístico que muito provavelmente corresponde ao método descrito num documento do ano seguinte: “e fezerom no logo medir p cordas dancho e de longo”.²⁹¹ Ou seja, trata-se da prática de

braças . . . e se eu rey nom fizer muro desde as casas dos pesos ata a Rua Nova” (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 27-29).

287 Augusto Vieira da Silva (1987b, 31) afirma: “Mas o que já existia sem dúvida antes de 1294 era a rua Nova, que naturalmente era anterior ao reinado de D. Diniz.” Afirmando posteriormente na mesma obra: “É atribuída geralmente a D. Diniz a abertura desta rua, não porque isso venha mencionado em algum documento, mas porque antes deste rei não se acha citada, pelo menos com a designação de rua Nova. Vimos a carta de contrato para a feitura do muro, datada de 1394 [sic], que é talvez o mais antigo documento que a mencione. Mas parece que já existia antes desta data, como se depreende dos próprios termos da carta de contrato. Tinha já certamente casas, aqui e acolá” (1987, 94). Hélder Carita (1999, 27), não sendo tão explícito, afirma: “quando D. Dinis realiza grandes obras nesta área, os documentos referem já a existência da Rua Nova, que, como o próprio nome indica teria sido reformulada havia pouco tempo, coincidindo com a compra de grande quantidade de casas e lojas por D. Afonso III”.

288 Frei Francisco Brandão afirma: “Neste dia [12 de Abril de 1295] lhe deu o Concelho desta Cidade o terreiro aonde ele mandou fazer a Rua nova, que é hoje a principal da Cidade” (1650, fl. 229). Carlos Guardado da Silva (2008, 231) segue a mesma interpretação deste documento: “A Rua Nova foi obra do reinado de D. Dinis. Em 12 de Abril de 1295, vários indivíduos doaram a D. Dinis certas propriedades entre a Rua Nova e as Casas dos Pesos para que o rei fizesse uma rua nova organizando o espaço junto do muro que estava a construir, desde o ano anterior. Na mesma altura, o Concelho doou a D. Dinis um terreno onde estavam os ferreiros para que construísse mais casas na Rua Nova.” O documento realizado em 12 de Abril de 1295 refere-se, segundo nos parece, não à Rua Nova, pois esta já era uma realidade em 1294, sendo também referida no documento de 1295 como uma realidade existente – “elRey fazia aquele muro que se começava nas casas dos pesos e vai juntar nas casa da Rua nova” –, mas sim à Rua da Ferraria, que se encaixa perfeitamente na descrição do local, e que também surgiu numa urbanização programada, como veremos posteriormente (ANTT, Direitos Reais 2, fls. 131 v. e 132; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 99v).

289 No contrato estabelecido entre D. Dinis e o concelho, em 1294, a braça é usada como medida-padrão. Sobre as medidas-padrão usadas em época medieval, ver: Barroca 1992.

290 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 27-29: “e do canto das minhas ferrarias ata a Rua Nova há-de ir o muro direto pelas divisões que aí são postas em tal guisa que desde as divisões ata a parede da rua haja catorze braças [25,76m].”

291 ANTT, Direitos Reais Livro II, fls. 131 v. e 132; Doação que fez a Camara a El-Rei de Chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295, ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 99v.

cordeamentos, uma técnica que aqui surge, tal como Hélder Carita notou, pela primeira vez na história do urbanismo de Lisboa e que se tornaria gradualmente uma prática normal.²⁹² O cordeamento consistia no alinhamento de parcelas feitas através de uma corda, do qual resultava uma forma ortogonal desde que as larguras e comprimentos fossem constantes. Este procedimento é normalmente considerado como um dos marcos da concepção urbanística moderna – contudo, como aqui vimos, já ocorria no final do século XIII.²⁹³

É certo que a Rua Nova já existia antes da construção da muralha, pois o contrato de construção da Ribeira, de 1294, é claro sobre a sua existência, mas a verdade é que a sua configuração foi profundamente alterada pela construção da muralha, sobretudo pela urbanização feita em simultâneo. Na verdade, toda a fachada sul da Rua Nova foi reconfigurada e planeada sob o pretexto dessa construção. O próprio contrato de 1294, feito antes de se iniciarem as obras, estipula desde logo demolições, não com o objectivo de se construir a muralha, mas sim, para permitir um reordenamento urbano nesse local: “e devo [o rei] derribar da minha casa que esta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a Rua d’oito braças [14,72m] e estas casas todas que eu fizer devem ser minhas livremente e de meus sucessores”.²⁹⁴

Além do reordenamento da Rua Nova, a construção da muralha da Ribeira levou à abertura de uma via no lado exterior da muralha, entre a estrutura defensiva e a margem do rio, esta artéria foi chamada de Rua da Ferraria.²⁹⁵ O topónimo Ferraria está quase de certeza associado às ferrarias régias erguidas por D. Afonso III na Ribeira, as quais tiveram de ser deslocalizadas com a construção da muralha. Neste caso, o local das ferrarias permaneceu quase o mesmo, ocorrendo uma reordenação da malha urbana. A abertura da rua que se localizava a sul da muralha ficou registada numa carta de doação de um chão na Ribeira feita pelo concelho ao rei, em 12 de Abril de 1295, onde se afirma:

entendendo que pois nosso senhor el Rey fazia aquele muro que se começava nas casas dos pesos e vai juntar nas casa da Rua nova que se podia ali fazer uma Rua para honra da vila e aproveitamento da terra; tiveram por bem daquelas casas que El Rey aí tinha em que moravam ferreiros e outros mesteirais dali darem outra tamanha Praça junta com esse muro contra o mar e fizeram no logo medir por cordas de ancho e de longo per ante mim Davi(?)

292 Carita 1999, 33.

293 Por exemplo, veja-se as considerações de Hélder Carita (1999, 171) sobre o regimento do Castelo da Cidade de “Cepta” (c. 1509): “esta preocupação das fachadas das casas de cordearem, isto é, alinharem entre si numa frente contínua, vê-las-emos divulgar-se posteriormente na legislação urbana do período moderno afirmando-se aqui numa forma claramente precursora.”

294 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987, 27-29.

295 A primeira menção à Rua da Ferraria surge no inventário régio escrito entre 1299 e 1300, o *Livro dos Bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352: “tendas in rua de Ferraria”.

dicto tabelião e per dante o dito concelho e pusseram aí divisões e sinais de quanto davam a El Rey para todo o sempre e a todos seus sucessores: e fica para fazer El Rey aí onde essas ferrarias sejam outras casas quais ele por bem tiver.²⁹⁶

O texto não nos deixa dúvidas de que se trata de uma operação urbanística planeada, usando a prática de cordeamentos, e cujo objectivo é a construção de casas em terrenos ganhos ao rio através de aterros. O facto de a rua ser feita para “honra da villa e proveytamento da terra”²⁹⁷ também nos aponta para que se trate de uma acção estruturada para benefício da cidade e, simultaneamente, da Coroa, através da rentabilização “da terra”. Neste documento, o concelho assume-se como proprietário de uma “outra tamanha Praça junta com esse muro contra o mar”,²⁹⁸ doando-a ao rei para ele aí construir casas, tal como havia sido também acordado no contrato de 1294 para a construção da muralha.

Até este momento, não se sabia exactamente que casas o monarca tinha construído. Na verdade, para a historiografia da cidade produzida até agora, a urbanização da Rua Nova e da Rua da Ferraria foi sempre um assunto menor relativamente à construção da estrutura defensiva.²⁹⁹ No entanto, é possível, através da comparação de dados de diversas fontes, não só documentais, mas também através da análise do cadastro setecentista desta rua, observar a dimensão e a relevância do plano urbanístico desenhado em finais do século XIII.

É sabido que o cadastro das propriedades, ou seja, o registo da sua delimitação, constitui uma das realidades mais duradouras quer da paisagem urbana, quer da rural, constituindo-se como um fóssil da maior relevância para o estudo do território e da cidade. O tecido urbano altera-se, os prédios renovam-se, as paredes reconstroem-se, mas o cadastro permanece, tal como comprovam vários exemplos referidos por Luísa Trindade, na sua obra *Urbanismo na Composição de Portugal*.³⁰⁰ Ainda assim, nas cidades de maior dimensão, onde interesses vários agem sobre a forma da cidade, e sobretudo naquelas que foram alvo de vários terremotos, tal como é o caso de Lisboa, a sobrevivência do cadastro medieval é uma realidade menos

296 Cf. Doação que fez a Camara a El-Rei de um chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295, ANTT, Direitos Reais 2, fls. 131 v. e 132; Chancelaria de D. Dinis, Liv. 2, fl. 99v. (transcrição nossa).

297 Ibid.

298 Ibid.

299 Hélder Carita (1999, 27-43) constitui uma excepção neste panorama, pois considera o reordenamento da Rua Nova um aspecto essencial da reestruturação urbana ocorrida em Lisboa, no reinado de D. Dinis, não se limitando a referir a construção da muralha.

300 Para esta autora, os levantamentos cadastrais “desempenham no âmbito disciplinar da história do urbanismo um papel idêntico ao que o documento escrito tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “decifrar e transcrever”. Na realidade, o teor da informação que fornecem é único não podendo ser substituído por qualquer outro tipo de fonte. Para determinados níveis da análise morfológica . . . os levantamentos cadastrais constituem, em rigor, o único suporte possível” (Trindade 2009, 98-99).

evidente.³⁰¹ Contudo, conjugando fontes escritas, onde neste caso se identificam medidas exactas, com a cartografia e toponímia posterior, conseguem-se por vezes resultados inesperados. Tendo como base o “Tombo da cidade de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755”, Augusto Vieira da Silva elaborou um minucioso trabalho de reconstituição da fachada sul da Rua Nova, e também das duas fachadas da Rua dos Ferreiros, mais tarde conhecida como Rua da Confeitaria, sendo assim possível observar o cadastro dessa parte da Ribeira, tal como existia antes do terramoto de 1 de Novembro de 1755.³⁰² Esta informação, por si só, não nos seria útil, por ser muito difícil comprovar que este cadastro tivesse ainda alguma relação com a sua formação original, cerca de 460 anos antes. Todavia, o cruzamento do cadastro reconstituído por Augusto Vieira da Silva com o inventário de bens régios elaborado por ordem de D. Dinis entre 1299 e 1300³⁰³ por um lado, com a análise da documentação avulsa medieval por outro, permite-nos afirmar, sem qualquer dúvida, que o cadastro desta pequena parte da cidade, em Outubro de 1755, era espantosamente semelhante ao de finais do século XIII.³⁰⁴

Neste sentido, note-se que no já referido *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas* se afirma que a Coroa possuía 47 lotes de propriedades, dos quais 43 tinham dois pisos: “na Ribeira junto à Praça quarenta e três sótãos unidos mantidos todos livres para si. Também possui o senhor Rei quarenta e sete chãos ligados e mantidos na dita Praça todos livres em quartos para si.”³⁰⁵

A Ribeira a que se referiam os funcionários régios dionisinos era, tal como percebeu Vieira da Silva, todo espaço correspondente “à praia ou salgado que ia de lado a lado do vale da Baixa, desde a nossa Praça do Município, até ao sítio da

301 Sobre os vários terremotos que assolaram Lisboa durante a época medieval, ver: M. Costa et Fonseca 2007.

302 Cf. A. V. Silva 1987b, vol. I, estampa III.

303 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 333-353.

304 O argumento de que a reforma urbanística realizada no reinado D. Manuel teria reconfigurado a Rua Nova foi recentemente refutado na análise de uma pintura realizada entre 1570 e 1619, de autor anónimo, existente na Kelmscott Manor, no Reino Unido, onde se representa a fachada sul da Rua Nova. Nessa pintura, confirma-se, sem qualquer dúvida, que as ordens dadas por D. Manuel para a demolição de todos os balcões da cidade num prazo de seis meses, tanto na Rua Nova, como em todas as artérias da cidade, não foram executadas. Isto significa que as evidências sobre o alcance da reforma urbanística realizada no reinado de D. Manuel, na Lisboa edificada em época medieval, devem ser objecto de uma análise crítica. Na verdade, a cidade medieval deve ser distinguida das partes da cidade que são urbanizadas nessa época, como o Bairro Alto ou os quarteirões do Cata-que-Farás, construídos *ab initio*, e onde obviamente não se verificavam as resistências aos planos de D. Manuel que, com certeza, existiriam na artéria onde habitavam e trabalhavam figuras relevantes da burguesia lisboeta de Quinhentos. O estatuto da Rua Nova como um espaço privilegiado confirma-se numa das cartas régias sobre as remodelações urbanísticas tentadas no reinado de D. Manuel: “determinamos que todolos Balcons e sacadas de todolas Ruas desta cidade tirando os da Rua Nova dos Mercadores sejam derribados” (AML, Livro de Reis, Livro I de D. Manuel, doc. 75, fl. 58v., publicado em: Carita 1999, 219). Sobre as várias remodelações urbanísticas tentadas por D. Manuel em Lisboa e também sobre as suas acções urbanizadoras *ab initio*, ver: Carita 1999; 2000. A da Kelmscott Manor comprova também que os lotes existentes na maior parte da fachada sul da Rua Nova, no último quartel do século XVI, sobreviveram até ao terremoto de 1755, pois o número de casas existentes na pintura é exactamente o mesmo que regista o “Tombo de 1755: Bairro da Rua Nova” para o espaço localizado entre o Largo do Pelourinho e o Arco dos Pregos. Sobre a pintura da Rua Nova, ver: Jordan 2015.

305 A tradução é nossa. *Cabido da Sé. Sumário da Lousada* 1954, 352: “*In primo domnus Rex in Riparija ad plateam quadraginta et três solanos in simul se tenentes totos liberos pro ad se. Item habet domnus Rex quadraginta et septem solija in simul se tenencia in dicta platea totos liberos in quartos pro ad se.*”

actual igreja da Conceição Velha”, sendo que só muito mais tarde “a designação de Ribeira se estendeu a todo o aterro entre esta igreja e o Arco de Jesus, e nele acabou por se fixar”.³⁰⁶ Tendo presente o número de 47 chãos que D. Dinis possuía na Ribeira, não pode ser coincidência constatar que são exactamente 47 as propriedades registadas no cadastro de 1755 e na reconstituição da fachada sul da Rua Nova feita por Vieira da Silva.³⁰⁷

O olisipógrafo, mais preocupado em perceber o traçado da muralha, não considerou a possibilidade de este cadastro remontar à época de D. Dinis, possibilidade essa que ganha ainda mais força fazendo o mesmo exercício com o cadastro da fachada norte da Rua da Ferraria.³⁰⁸ Sobre esta artéria, localizada imediatamente a sul da Rua Nova, no lado exterior da muralha, o *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas* refere que “também possui o senhor Rei trinta e quatro tendas na Rua da Ferraria, livres para si”.³⁰⁹ No cadastro encontramos assinaladas 37 propriedades, sendo que uma delas, a segunda a poente do Arco dos Pregos, resulta claramente da união de duas, pela sua dimensão acumulada equivaler à soma dos dois lotes a

306 Cf. A. V. Silva 1987b, 1:9-10. Sobre a evolução do topónimo Ribeira em Lisboa, ver: C. Caetano 2004, 51-59. Iria Gonçalves, seguindo Vieira da Silva, localiza a Ribeira: “entre a igreja da Conceição Velha e a Praça do Município” (1996c, 62).

307 A primeira propriedade a ocidente é de uma dimensão muito reduzida, mas o espaço para um lote de dimensões semelhantes aos outros está presente na reconstituição de Vieira da Silva.

308 Esta coincidência entre o número de propriedades régias registadas no *Livro dos Bens Próprios* na Ribeira e a reconstituição do cadastro baseada no “Tombo de 1755” passou despercebida aos olhos dos estudiosos, entre outros motivos, pelo seguinte facto. No *Livro dos Bens Próprios*, além da referência aos 47 chãos que o monarca possuía na Ribeira, surge também uma referência a casas na Rua Nova: “Item habet domus Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeijs contra occidentem et de alijia parte cum galeijs contra orientem xxx scilicet xv solijs et xv sotanos todos in simul coniuentos liberos pro ad se.” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352). Aparentemente, estas seriam todas as casas que o rei D. Dinis possuía na Rua Nova, mas dois motivos apontam para que estas 30 propriedades, divididas em 15 chãos com os seus respectivos 15 sótãos – ou seja, estes 15 lotes – digam respeito às casas da posterior Judiaria Nova (sobre a Judiaria Nova/Pequena ver: Parte III, Subcapítulo 4.3 – Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado). Em primeiro lugar, o topónimo Rua Nova que surge no *Livro dos Bens Próprios* deve ser considerado em analogia com a “Rua Nova” que é referida no contrato feito entre o monarca e o concelho em 1294 sobre a construção da muralha: “Porende eu e o concelho tivemos por bem de se fazer um muro desde a torre da minha escrivania até às minhas casas da Rua Nova e porque o concelho teve ca lhe seria gram custa de o haverem a fazer todo pediram-me merçe que fizesse eu um muro dellas casas dos pesos do concelho ata a Rua Nova.” Também na doação de um campo da Ribeira pelo concelho ao rei, realizado em 1295, se afirma: “elRey fazia aquel muro que se começava nas casas dos pesos e vai juntar nas casas da Rua nova”. Notemos também que a “Rua Nova” referida no *Livro dos Bens Próprios* se situava junto às “Galés”, provavelmente as tercenças régias. Ou seja, tanto no contrato de 1294 como na doação de 1295, e também como no *Livro dos Bens Próprios*, a “Rua Nova” parece limitar-se a um local situado no extremo ocidental da Baixa, pois só assim poderá ser considerada como um dos limites para a construção da muralha. Não se trata, portanto, da “Rua Nova” que irá abranger toda a margem ribeirinha do vale da Baixa, a qual só se materializará após a construção da muralha e da urbanização que a construção da muralha permitirá. A “Rua Nova” mencionada nestes documentos refere-se, sim, à parte mais ocidental desta via, pois apenas essa parte poderia ter sido construída antes de 1294, o que explica o facto de o topónimo “Rua Nova” não surgir em nenhum dos muitos documentos produzidos nos reinados de D. Afonso III, nem no reinado seguinte, antes de 1294. Em segundo lugar, não existe outro local, na Ribeira da Lisboa medieval, em que possam ter existido “quarenta e sete chãos em conjunto”, tal como informa o *Livro dos Bens Próprios*, e além disso, o número de 15 lotes referidos para a “Rua Nova” coincide tanto com o número de lotes que têm lugar a norte do muro das tercenças, ou seja os 15 lotes onde se instalou posteriormente a Judiaria Nova, como com os 15 lotes que surgem entre o Arco dos Pregos e o final da rua, o local onde o rego corria em direcção ao rio, e onde se situava a ponte da Galonha. O aparecimento dos posteriores topónimos Sapataria e Calcetaria, que individualizaram a Rua Nova, não ajudaram a que se considerasse que esta rua pudesse ter tido origem no seu extremo ocidental, local onde já existiam as tercenças régias que também surgem no contrato de 1294 como uma realidade já existente (Sobre as tercenças régias, ver: Parte III, Subcapítulo 6.3 – As tercenças régias de Lisboa). As primeiras referências à Rua Nova após os três documentos que aqui referimos (o contrato entre o rei e o concelho para construção da muralha em 1294; a doação do concelho ao rei de um campo na Ribeira em 1295; o *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300) ocorrem já em 1320, altura em que a urbanização feita por D. Dinis já possibilitava que a Rua Nova se estendesse até ao extremo oriental do vale da Baixa, passando, por exemplo, pelo Poço da Fótea (ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 342, de 1320 “na Rua nova a par de hu corre a agua do poço de Foteya”).

309 A tradução é nossa. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352: “Item habet domus Rex xxxiiij tendas in rua de Ferraria liberas pro ad se”.

norte, o que demonstra existir uma clara relação entre a largura das propriedades nos dois lados da muralha. Note-se que a relação entre a largura dos lotes também aponta para que este cadastro tenha sido realizado no momento de construção da estrutura defensiva. Contabilizam-se, portanto, 38 propriedades no cadastro de 1755, havendo uma discrepância de quatro propriedades entre o cadastro e o inventário composto em 1299-1300. Por felicidade, um documento de 1424, pertencente à Chancelaria de D. João I, explica detalhadamente a causa desta discrepância.³¹⁰ As quatro propriedades que não estão contabilizadas no *Livro dos Bens Próprios* não pertenciam à Coroa, mas sim ao concelho. Uma delas era a Casa dos Pesos, no extremo oriental da rua, e as outras três eram-lhe contíguas, tal como demonstra a referida contenda de 1424 entre a Coroa e o concelho. As outras quatro estavam dispersas entre o restante casario da fachada norte dessa mesma rua, regressando em 1424 à posse da Coroa, juntando-se às outras 30 casas e perfazendo o total de 34, o mesmo número de casas arroladas no cadastro. Mais uma vez, não pode ser uma coincidência que a propriedade régia registada em 1299-1300 tenha um número exactamente igual àquela que encontramos no cadastro de 1755, sobrando as quatro propriedades que, como percebemos pela contenda de 1424, pertenciam ao concelho.

Além destas relações claras entre a propriedade régia registada no *Livro dos Bens Próprios* com o cadastro reconstituído por Vieira da Silva, da fachada sul da Rua Nova e da fachada norte da Rua da Ferraria, existem vários documentos dispersos que comprovam que D. Dinis aforou várias propriedades nessas mesmas ruas.³¹¹ Num grupo de aforamentos, todos realizados em 1323, surge uma cláusula em que o monarca condiciona o aforamento à realização de obras: “devedes logo fazer benfeitoria nas ditas casas em fazer boas paredes e sobrados para que mais

310 Numa sentença régia sobre uma contenda entre a Coroa e o concelho de Lisboa, relativa a casas na Rua da Ferraria, de 1424, afirma-se: “nós [o rei] temos uma soma de casas, que são trinta, que estão da parte do mar encostadas às nossas casas da rua nova, e porque pelas ditas escrituras se mostra que aquele chão fora dado ao dito rei D. Dinis para nele fazer um muro e casas” (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 4, fl. 70, de 1424).

311 Em 1320, encontrámos três aforamentos, dois feitos pelo rei a privados: um sótão e sobrado na Rua Nova, freguesia de S. Julião, aforado a Pedro Fernandes açagador e sua família, que confrontava a sul com o “muro” (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 93.) e um sobrado, sobre a “Porta da Rua Nova”, que confrontava com o “muro” a norte, a Afonso Pires e sua família (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 88). O outro aforamento deste ano refere-se a umas casas aforadas por D. Dordia Pais, comendadeira do Mosteiro de Santos, a um Bartolomeu Martins cambador, sendo que estas casas se localizavam na fachada norte: “na Rua nova a par de hu corre a agua do poço de Foteya” (ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 342). Em 1321, Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e então mordomo-mor do rei e senhor de Albuquerque, doa casas na Rua Nova a Estêvão da Guarda, que foi eichão-mor e conselheiro do rei, ambos reconhecidos trovadores (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 220; sobre estas duas relevantes figuras, ver: Pizarro 1997). Entre Junho e Novembro de 1323, registam-se nove aforamentos, todos feitos por D. Dinis a várias figuras da emergente burguesia lisboeta, nomeadamente três mercadores, um besteiro e um corretor, sendo que todos se localizavam na Rua Nova e confrontavam a sul com o “muro” (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fls. 94 a 96v. e 98 e 100v. a 101). Em 1324, registámos ainda um aforamento de casas na Rua Nova por D. Dinis a um tal João Pires, que tinha sido amo de Estêvão Soares (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 99).

valham e para que eu e os meus sucessores ajamos melhor parado o dito foro a qual benfeitoria devedes fazer até”.³¹²

Esta cláusula demonstra que o monarca pretendia, ainda em 1320, já mais de 25 anos depois da construção da muralha e do início da urbanização da fachada sul da Rua Nova, aumentar o seu rendimento através da construção em altura, obrigando os aforadores a suportarem os encargos da construção de novos sobrados.

Importa analisar o cadastro segundo o tipo de urbanismo que ele apresenta e realizar algumas analogias com outras localidades do reino português. Se aplicarmos a tipologia proposta por Luísa Trindade aos planos urbanísticos da Rua Nova de Lisboa e da Rua da Ferraria, concebidos por ordem de D. Dinis, o que resulta é um urbanismo de “tipo linear de duas ou mais ruas”. Esta organização concorda em absoluto com a proposta de Luísa Trindade que refere que “o eixo principal é bordejado por uma série de quarteirões estreitos e rectangulares, dispostos com o lado maior paralelo à via”, o qual tem paralelo em Caminha, Valença, Chaves, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Salvaterra de Magos, Monsaraz, Sines e Lagos.³¹³ De entre estes vários exemplos, compare-se o cadastro das propriedades construídas por D. Dinis na Ribeira de Lisboa e o cadastro medieval analisado por Luísa Trindade em Salvaterra de Magos e Miranda do Douro, localidades que Ruy de Pina afirma terem sofrido obras importantes no reinado do *Lavrador*.³¹⁴ Começando pela última, esta vila recebeu a sua carta de foral por D. Dinis em Setembro de 1286, e cerca de dez anos depois, foi objecto de trabalhos urbanísticos, mais precisamente entre Julho de 1294 e Abril de 1298.³¹⁵ Destes trabalhos resultou um urbanismo de tipo linear, onde a artéria principal era rodeada por quarteirões rectangulares, cujos lotes eram estreitos e alongados, não muito diferentes dos que encontramos no cadastro das ruas da Ribeira de Lisboa. Ou seja, realizou-se em Miranda do Douro uma operação de urbanização muito semelhante à que ocorreu em Lisboa exactamente no mesmo período de tempo, entre o Verão de 1294 e os anos seguintes.

312 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 95v. A cláusula surge com pequenas diferenças, mas o seu conteúdo é basicamente o mesmo nos nove aforamentos feitos por D. Dinis em 1323 (ver nota anterior).

313 Trindade 2009, 170. Já anteriormente Jorge Gaspar tinha notado que “D. Dinis é um rei planeador de aglomerações”, comparando algumas localidades do reino português que sofreram intervenções urbanísticas no reinado de D. Dinis com a formação das *bastides* francesas. Jorge Gaspar propõe que D. Dinis tenha aberto a Rua Nova, adquirindo os terrenos de construção através de “troca de terras reais por courelas particulares”, ou seja, por escambos. Contudo, como aqui vimos, não foi assim que o monarca teve permissão do concelho para edificar na Rua Nova. Jorge Gaspar não considera o parcelamento dionísio da Rua Nova, afirmando sobre Lisboa que “um desenvolvimento num espaço maior e em que as formas rectangulares se definem só aparece no século XVI, com o Bairro Alto”, centrando a sua atenção nas vilas alentejanas de Monsaraz, Redondo, Vila Viçosa e Alegrete (J. Gaspar 1969, 198-215).

314 Pina 1729, 94-95.

315 Trindade 2009, 371.

No caso de Salvaterra de Magos, vila que recebeu carta de foral por D. Dinis em 1295, foi possível a Luísa Trindade reconstituir de forma mais precisa o plano urbanístico que aí foi posto em prática, muito provavelmente por este monarca. Verificou-se nesta vila, mais uma vez, um urbanismo de tipo linear, neste caso organizado em duas ruas ao longo das quais se dispõem três blocos de quarteirões. Luísa Trindade constatou que os quarteirões possuíam uma distribuição de lotes iguais, com 30 palmos de largura por 60 palmos de comprimento.³¹⁶

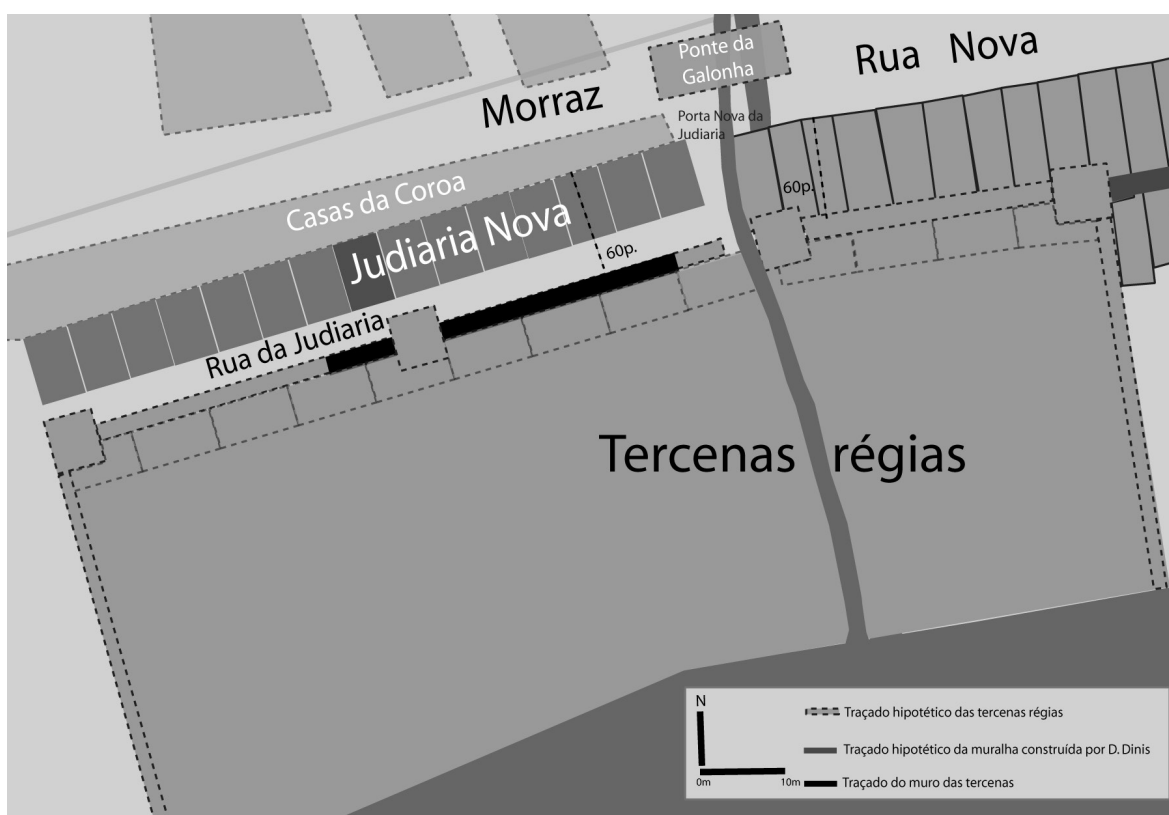


Figura 45. Judiaria Nova e envolvente urbana

Na Ribeira de Lisboa, é possível observar uma constância muito grande nas dimensões dos lotes registados no cadastro de 1755, o que nos permite supor que os lotes originais na fachada sul da Rua Nova tivessem, em média, 20 palmos de largura e 60 de comprimento; e, no caso da Rua da Ferraria, 20 palmos de largura

³¹⁶ Trindade 2009, 457-469.

e 50 de comprimento, aproximadamente. É natural que os lotes lisboetas sofressem adaptações devido às várias condicionantes que a construção numa cidade de grande densidade urbana impunha, a começar pela construção da própria muralha. Sessenta palmos de comprimento (13,2 m) é também a medida, arqueologicamente comprovada, que existia entre a parede da muralha e o limite norte dos lotes da Judiaria Nova, construída também neste momento, ou num momento muito próximo à construção da muralha.³¹⁷ No caso da Judiaria Nova, a existência de uma rua de acesso às casas entre a muralha e os lotes levou a que o comprimento dos lotes da Judiaria Nova fosse menor do que os da Rua Nova.

No contrato para a construção da muralha da Ribeira, realizado em 1294, é referido o seguinte: “e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d’hir o muro direto pelas divisões que hi som postas en tal guisa que dellas divisões ata a parede da Rua aja catorze braças [25,76 m]”.³¹⁸ Observando o cadastro de 1755, tendo em conta esta passagem do contrato de 1294, é possível perceber que esta distância consiste aproximadamente na que existiria entre a fachada dos lotes da Rua da Ferraria, adossados a norte com a muralha, e a fachada dos lotes que davam para a Rua Nova, adossados a sul com a muralha.³¹⁹

317 Sobre a Judiaria Nova, ou Judiaria das Tercenas, como também conhecida, ver: A. V. Silva 1987b, 2:5-35; M. F. Silva 2013; Rocha 2014, 80-87; Rocha et Silva 2016.

318 Augusto Vieira da Silva (1987b, 43), atribui uma distância diferente às 14 braças: “A segunda medição, ou distância da muralha atáa parede da Rua, isto é, até às fachadas das casas do lado norte da rua Nova, corresponde a 30,8 m, e essa distância, medida na nossa estampa I, vê-se que é igual a 27,5 m, que daquela pouco diverge.”

319 A distância marcada por Augusto Vieira da Silva (1987b) na sua estampa III varia entre os 110 e os 120 palmos, ou seja, entre os 24,2 m e os 26,4 m, o que dá uma média de 25,3 m muito próxima às 14 braças referidas no contrato de 1294.

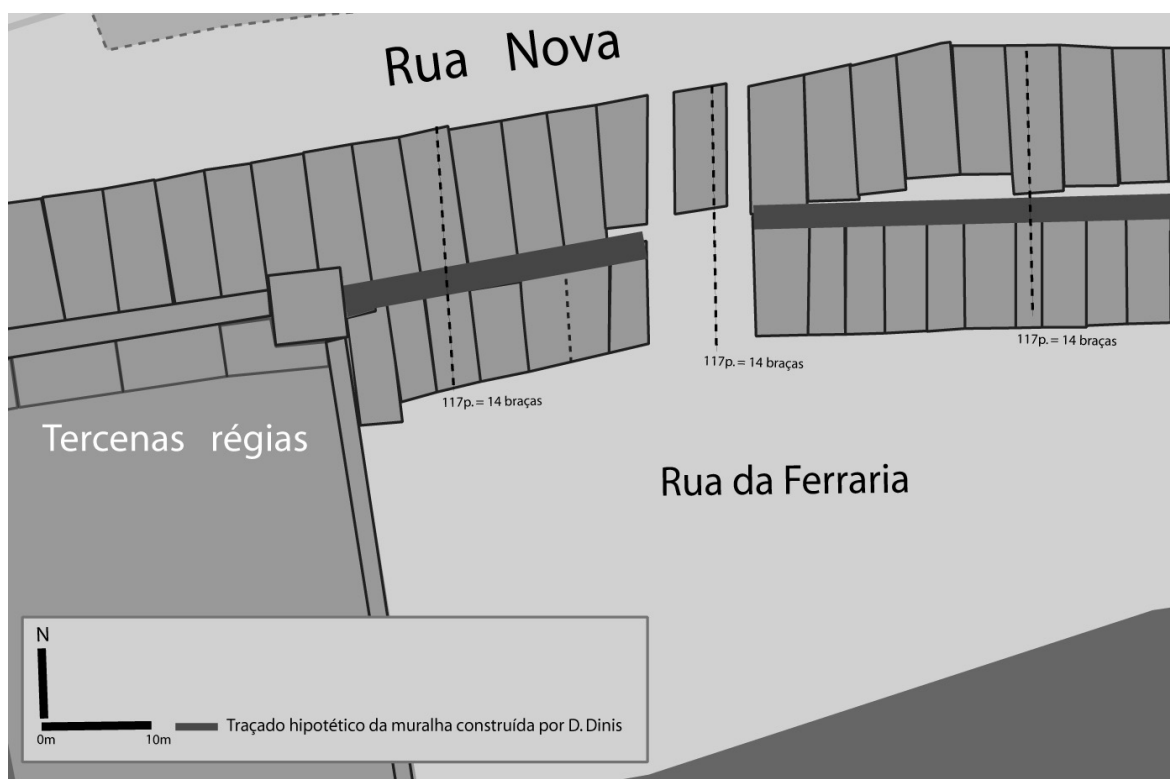


Figura 46. Pormenor da Rua Nova e Rua da Ferraria: as medidas-padrão

É importante notar que as dimensões do lote não correspondiam obrigatoriamente às dimensões do edifício que o ocupava. Pelo contrário, era muito comum o comprimento do lote ser dividido entre o edifício que ocupava a frente do lote e um quintal que ocupava a sua parte traseira.³²⁰ Estes quintais existiam não só nos arrabaldes das cidades pré-industriais, mas também nas zonas de maior centralidade, como ocorria, por exemplo, em Coimbra, onde, ainda no século XVI, vários quintais encostavam à barbacã, nas traseiras dos edifícios da Rua da Calçada, a artéria comercial mais relevante da cidade do Mondego.³²¹ É muito provável que acontecesse o mesmo com os lotes divididos em finais do século XIII por D. Dinis na Rua Nova, pois, além de ser uma realidade constante nas cidades medievais, o “Tombo de 1755” apresenta vários edifícios cujos fundos não pertenciam claramente ao lote inicial, pois ocupavam o espaço traseiro do lote que lhe é contíguo, o que

³²⁰ Trindade 2002, 28-30.

³²¹ Sobre a Rua da Calçada de Coimbra, Luísa Trindade (2004, 3) afirma que “embora datada de 1532, a realidade descrita no Tombo remete um período cronológico de âmbito mais vasto”. Sobre os quintais nas traseiras dos edifícios da Rua da Calçada, ver também: Trindade 2002, 30.

significa que, muito provavelmente os edifícios originais não ocupavam todo o espaço até junto da muralha.³²² A ausência de dados documentais e arqueológicos não nos permite especificar as medidas dos edifícios nem dos quintais traseiros que terão existido em finais do século XIII.

O contrato de 1294 especifica ainda a medida da largura planeada para a Rua Nova, a qual consistia em oito braças.³²³ Esta largura (14,74 m) é realmente excepcional para a época, sendo assinalável que, pouco mais de um século depois, a Rua Nova do Porto irá mesmo ultrapassá-la com as suas quase nove braças de largura.³²⁴ Esta extraordinária amplitude da Rua Nova de Lisboa, tal como acontecia com sua homónima do Porto, revela que estas artérias foram planeadas não apenas para albergar edifícios de rendimento da Coroa, mas também para funcionarem como eixos estruturantes das respectivas cidades. A largura da Rua Nova de Lisboa, aliada à sua localização estratégica, convidava os lisboetas a usarem-na como local não só de passagem, mas também de negócio, situação que ganhava ainda mais expressão com a existência dos Cambos no lado oriental desta rua.

Relativamente à fachada norte da Rua Nova, a forma urbana que apresenta na cartografia que se refere à cidade pré-pombalina evidencia uma irregularidade que pode ser atribuída ao facto de esta fachada ter tido uma origem marcada pela linha ribeirinha da praia fluvial.³²⁵ Na fachada norte, a ausência de um loteamento regular e linear na cartografia seiscentista e setecentista, ao contrário do que acontecia na fachada sul da Rua Nova, demonstra que o “projecto de renovação da Rua Nova”, levado a cabo no início do século XVI por iniciativa de D. Manuel, não terá alterado substancialmente a forma urbana da fachada norte da principal artéria da cidade nessa época.³²⁶ Este último facto leva-nos a questionar se a intervenção urbanística de época manuelina terá tido grande impacto sobre a forma urbana, tanto ao nível da estrutura viária como do parcelamento urbano, na cidade já edificada, apesar de o ter tido, sem qualquer dúvida, a nível arquitectónico, tal como Hélder Carita demonstrou.³²⁷ Esta questão adquire relevo quando tentamos perceber as

322 GEO, Tombo de Lisboa, fl. 43, (fl. 126 do original): “Casas de D. Fernando de Almeida e Silva. Partem pelo poente com as do dito Gouvea. Tem de frente 21 e 1/2 p., de fundo as lojas e sobrelojas 50 e 1/2p. e os 4 andares 60 e 1/2p., tendo os últimos 3 andares continuação para traz dos 3 últimos das casas do dito Sousa Gouvea, que não tinham tanto de fundo.”

323 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29: “do canto das mhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a rua d’oyto braças e devo derribar da mha casa que sta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a rua d’oyto braças.”

324 Rossa 2001, 754.

325 Walter Rossa (2001, 440) afirma sobre a Rua Nova: “Na realidade, aquela muito glosada artéria lisboeta era mais bem uma platea do que uma rua, correspondendo o seu lado norte ao alinhamento da velha mole edificada sobre a primitiva praia fluvial e o sul ao alinhamento da nova muralha.”

326 Sobre as reformas urbanísticas e arquitectónicas feitas em Lisboa por D. Manuel, ver: Carita 1999. Sobre o referido projecto de renovação da Rua Nova, ver: Rossa 2001, 66-68.

327 Rossa 2001.

origens da morfologia urbana apresentada na cartografia seiscentista e setecentista, pois afigura-se provável que, no que respeita ao arrabalde ocidental, as reformas de D. Manuel tenham permitido que o urbanismo medieval sobrevivesse até às reformas pombalinas pós-terramoto com algumas exceções.³²⁸ Se assim for, estaria melhor explicada a persistência de um traçado viário caracterizado por ruas sem saída e por formas irregulares no espaço do arrabalde ocidental, tal como é representado na cartografia da cidade pré-pombalina, ou seja, um traçado viário com características herdeiras do urbanismo de época islâmica, o qual não é compatível com o esquema de urbanismo linear normalmente associado ao lote comprido e estreito que se observa em pontos-chave da cidade, como na Rua Nova e na Rua da Ferraria, ou no Quarteirão das Fangas, que aqui observámos.

Uma clara reincidência do modelo aqui demonstrado sobre a fachada sul da Rua Nova e a fachada norte da Rua da Ferraria ocorre, cerca de um século depois, na Rua Nova do Porto. A artéria portuense, erguida no reinado de D. João I, através de um processo de urbanização que implicou a construção de casas, tem um aspecto fundamental análogo ao que ocorreu no final do século XIII, em Lisboa, na urbanização que ocorreu na fachada sul da Rua Nova e na Rua da Ferraria.³²⁹ Esse aspecto consiste no facto de que a urbanização foi realizada em primeiro lugar e só depois foram feitos os aforamentos, o que, tal como Walter Rossa percebeu, permitiu a D. João I “garantir uniformidade e maior lucro”.³³⁰ Consideramos que o que ocorreu, tanto na Rua Nova de Lisboa, como na artéria homónima do Porto, revela importantes semelhanças na capacidade de planeamento urbano demonstrada pelos respectivos monarcas, não no âmbito estrito da execução do plano, pois desconhecemos como se realizou esse processo, mas sim no conhecimento real e concreto destes monarcas sobre as consequências da concretização desse plano.

328 As exceções a que nos referimos são o realinhamento de fachadas em algumas artérias da cidade como a Rua da Tanoaria, a Rua dos Ferreiros e o prolongamento da Rua Nova d'El-Rei, no seu troço norte, junto ao Rossio, e também a construção do Hospital de Todos os Santos, que levou à reestruturação de toda a fachada oriental desta praça (Rossa 2001, 53-79).

329 Sobre o processo de urbanização da Rua Nova do Porto ver: Amaral et Duarte 1985.

330 Rossa 2001, 756.

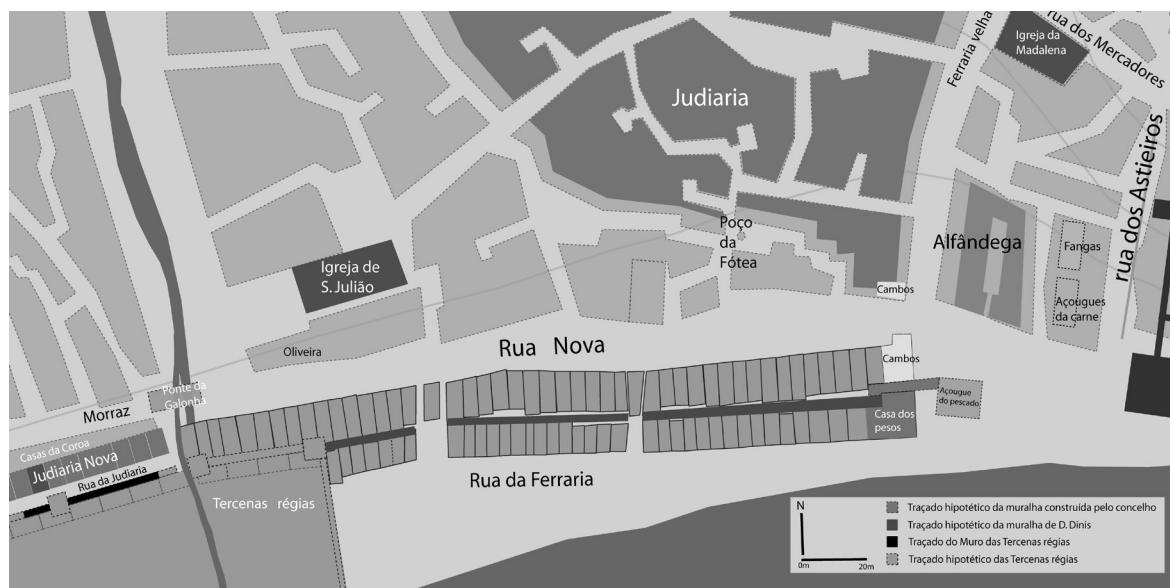


Figura 47. Rua Nova e envolvente urbana (c. 1300)

5.5.3. Os quarteirões das Fongas, Carniçarias e Alfândega

Apesar de a documentação produzida durante o reinado de D. Afonso III ser clara quanto à construção das fongas – ordenada por este monarca – ter ocorrido num momento anterior a 1260, como vimos,³³¹ não nos revela quaisquer detalhes sobre a configuração deste quarteirão, a qual pode ser melhor entendida recorrendo à análise da documentação produzida no reinado de D. Dinis. A estrutura viária era simples e encontra-se ainda parcialmente preservada nas plantas pré-pombalinas. Os dois quarteirões eram delimitados pelas seguintes ruas na toponímia setecentista: a Rua da Mafalda, a norte; o Largo do Pelourinho, a sul; a Rua da Padaria, a este (chamada Rua dos Asteeiros no século XIV); e a Rua dos Ourives da Prata, a oeste; entre os dois quarteirões, situava-se a Rua das Carniçarias. A Rua de D. Julianes, terá sido aberta apenas no século XVI, possivelmente aproveitando o pátio central da alfândega, como propõe Augusto Vieira da Silva.³³²

³³¹ Ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III.

³³² Cf. A. V. Silva 1987b, 1:136: “A rua de D. Julianes, aberta talvez pelo segundo quartel do século XVI, representa porventura o pátio central da antiga Alfândega, e próximo do seu extremo sul devia portanto ser a porta principal”. O autor fundamenta esta afirmação na carta de venda da alfândega, realizada em 1562 por D. Sebastião a um D. Gilyanes da Costa, nome a partir do qual terá surgido a corruptela que se verifica no topónimo Rua de D. Julianes (A. V. Silva 1987b, 1:139).

A primeira referência documental conhecida à alfândega de Lisboa data de 1288, mas não nos oferece informações sobre o edifício ou o urbanismo onde estava inserido.³³³ Observando o quarteirão da alfândega nas plantas pré-pombalinas, sobressai a grande dimensão que ocupa, mesmo descontando o facto de existirem casas nas faces sul, este e oeste do edifício da alfândega. A descrição feita no *Livro dos Bens Próprios* refere uma estrutura complexa, composta por sótãos e chãos, ou seja, com mais do que um andar, e com uma cisterna ou fossa.³³⁴ Descrições posteriores indicam que tinha uma porta para o Largo do Pelourinho e era rodeada, a sul e a oriente, por uma arcada, sob a qual se localizavam tendas pertencentes ao monarca.³³⁵ Escavações arqueológicas realizadas no local do edifício que faz esquina entre a Rua do Comércio (n.ºs 1-13) e a Rua da Madalena revelaram estruturas de época medieval, nomeadamente entre o século XIII e XIV, que poderão pertencer à Alfândega medieval de Lisboa, possivelmente à sua entrada sul.³³⁶

333 ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fl. 67 v., de 1288: “*apud Ulixibona in alfandegas domini regis*”.

334 Cf. nota anterior.

335 ANTT, Livro da Extremadura, liv. 4, fl. 160 v., de 1470: “tendas do dito senhor (o rei) sob os arcos da nossa alfândega, da parte descontra o mar, que partem de uma parte com arcos descontra onde estão as enxerqueiras, da outra com arco e escada de pedra por que sobem às casas de cima dos ditos arcos, e por detraz com casas do arcebispo de Braga, e por diante com rua pública”.

336 Cf. informação oral prestada pelos arqueólogos responsáveis Alexandra Krus e Márcio Martingil, em Fevereiro de 2016, a quem agradecemos a partilha de informações.

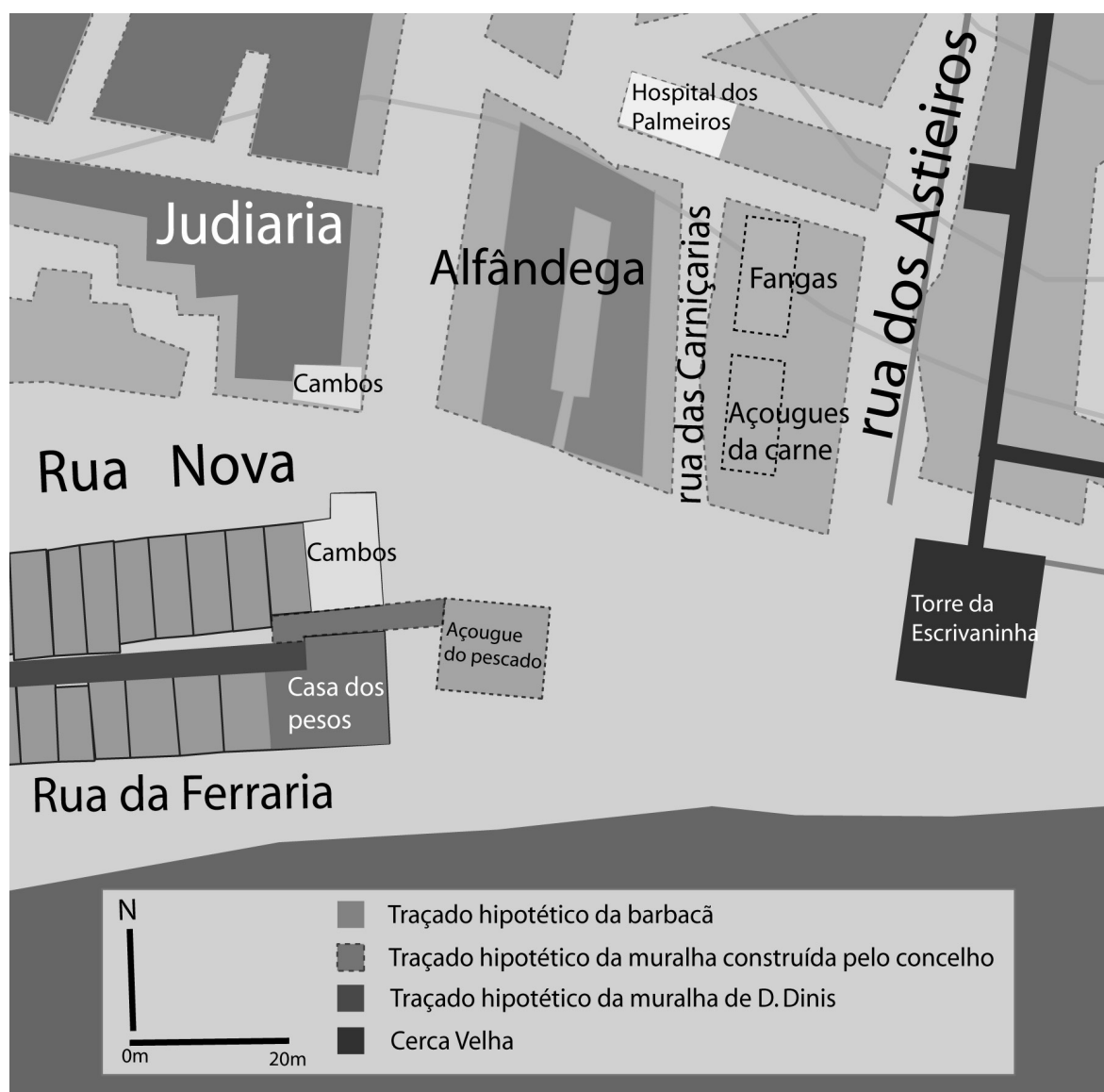


Figura 48. Quarteirão das Fangas e Açougues da Carne (c. 1290)

Como já foi referido, é possível que a alfândega de Lisboa tivesse um pátio central que depois terá dado origem à Rua de D. Julianes, aberta posteriormente.³³⁷ Ou seja, configura-se para a alfândega medieval de Lisboa uma estrutura com dois andares, delimitada por fachadas apoiadas em arcos, organizando-se em volta de um vasto pátio central. Um exemplo cronologicamente próximo à alfândega de

337 Ver nota 332, p. 320.

Lisboa é o da alfândega medieval do Porto, actual Casa do Infante, cuja construção se terá iniciado em 1325 sob ordem de D. Afonso IV.³³⁸ A alfândega portuense tinha uma configuração diferente da congénere lisboeta, pois era constituída por três corpos arquitectónicos: um pátio central que separava duas torres, sendo que a torre norte possuiria cinco pisos e a torre sul um número menor de pisos.³³⁹ Apesar de serem estruturas arquitectónicas diferentes, note-se que ambas as se organizavam em torno de um pátio central e possuíam vários andares. A posição da alfândega do Porto na lógica da cidade também encontra alguns paralelos com Lisboa, pois está junto da Ribeira, e perto da Rua Nova do Porto, pólo agregador das actividades comerciais. Do mesmo modo, a alfândega de Lisboa posiciona-se junto ao centro comercial da cidade, num claro exemplo da afirmação da autoridade régia, não com as mesmas implicações que a implantação da alfândega do Porto teve, pois Lisboa, ao contrário do Porto, não pertencia ao bispo – era já uma cidade do rei.

Duas informações documentais indicam que durante o reinado do *Lavrador* a alfândega já possuía tendas régias na fachada virada para a Rua das Carniçarias. Em primeiro lugar, afirma-se no *Livro dos Bens Próprios*: “Também possui o senhor Rei diante das ditas carniçarias seis sótãos com os seus chãos.”³⁴⁰ Note-se que as referidas seis tendas têm dois pisos, tal como as que são mencionadas no mesmo inventário como pertencentes à alfândega, sendo possível que fizessem parte do mesmo conjunto arquitectónico. Em segundo lugar, um aforamento de um número indeterminado de tendas na Rua das Carniçarias, feito por D. Dinis às “tendeiras”, não nos deixa dúvidas de que esta rua tinha tendas régias em ambas as frentes: “querendo fazer graça e mercê as tendeiras que tem as minhas tendas entre a minha alfandega de lisboa e os açougues da carne também da uma parte da Rua como da outra tenho por bem e mando que elas e as que depois elas vierem que ajam essas tendas em sua vida..”³⁴¹

Documentação posterior indica que estas tendas estiveram em funcionamento até ao início do século XVI altura em que foram mandadas demolir “casas com sobrados que estavam sobre os arcos apar da alfandega”.³⁴² Ao contrário do que

338 O início da construção da alfândega do Porto é atestado num documento de 10 de Outubro de 1325, em que o bispo daquela cidade denuncia a actividade de obras régias na construção do referido edifício (AHMP, Autos e Sentença de dúvidas e jurisdição entre o Bispo e a Cidade, fls. 183-185); e também por uma inscrição comemorativa da construção do edifício assinalando o autor da Alfândega: “João Anes Melacho, mestre da obra da Alfândega Velha”, datada de 1325 (Barroca 2000, vol. II, tomo 2, 2036-2039).

339 Cf. A. Sousa 2004, 4: “Inicialmente, no século XIV, o edifício do Almazem régio era constituído por uma planta rectangular, com três corpos associados. Duas torres cujos pisos térreos destinavam-se a funções alfandegárias e os pisos superiores a habitação. Entre ambas, um pátio exterior que ainda hoje se mantém na mesma área espacial.” Sobre as intervenções arqueológicas na Casa do Infante, ver: Gomes et Teixeira 2000, 132-134.

340 “*Item habet domus Rex ante dictas Carniçarias vi sótãos cum suis solis*” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347).

341 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 127.

342 ANTT, Livro da Extremadura, liv. 2, fl. 129 v. de 1501. Transcrito em A. V. Silva 1987b, 1:138.

se pode verificar na Rua Nova, estas demolições indicam que os lotes descritos no “Tombo de 1755” foram realizados num período posterior à venda da alfândega e por isso optámos por não realizar uma reconstituição destes lotes com base nessa fonte.

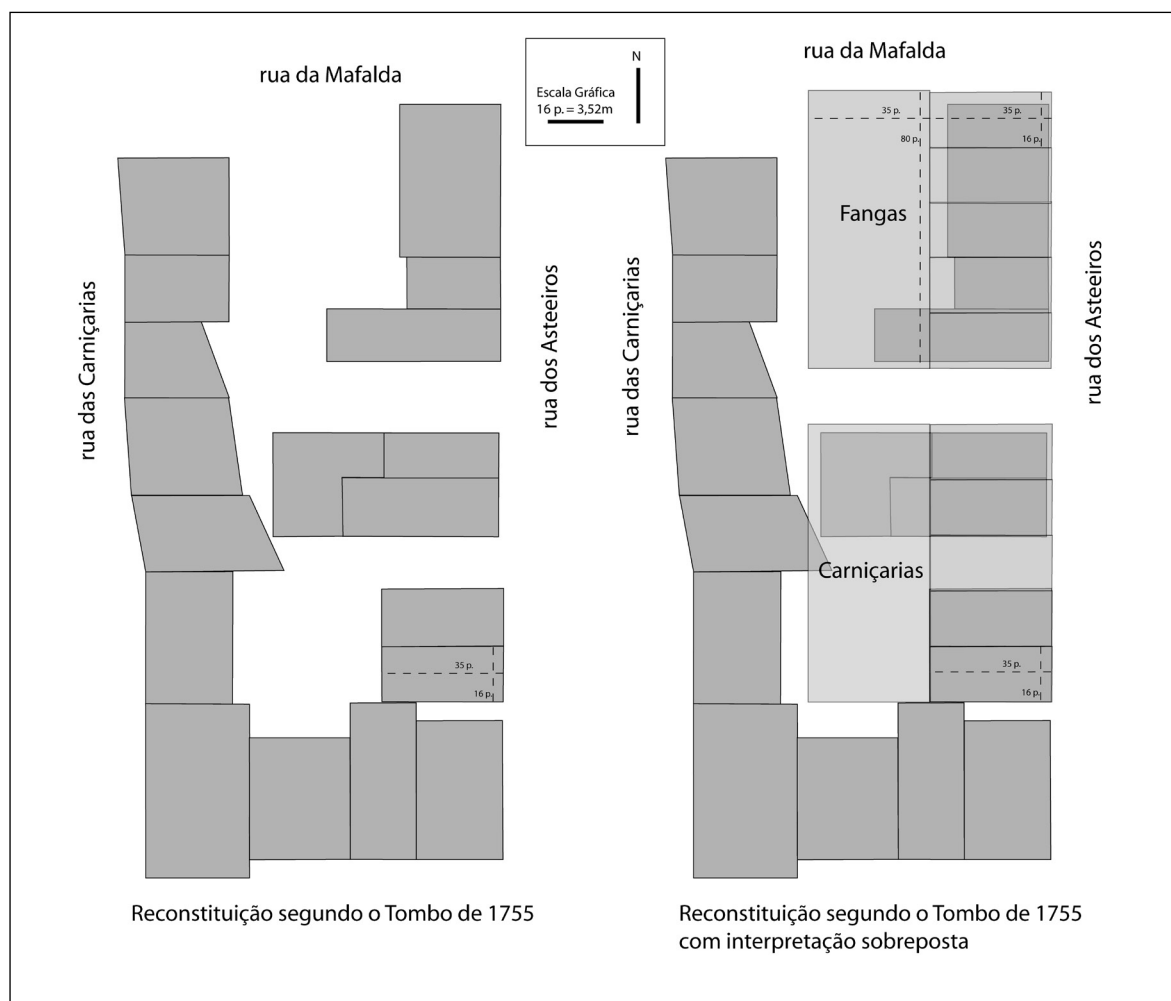


Figura 49. Quarteirão das Fangas, segundo o “Tombo de 1755”

Relativamente aos quarteirões das Fangas e das Carniçarias, o *Livro dos Bens próprios* revela que a Coroa possuía, em cerca de 1300, na Rua dos Asteiros, “ao redor das fangas dez casas, e começam junto à porta do Açouge e vão terminar junto à Albergaria dos Palmeiros”.³⁴³ É também conhecido que algumas destas

³⁴³ “Item habet Dominus Rex in rua de Astiariis arredor de Fanachis x. domos et incipiunt apud portam de Açouge et vadunt se finire ad Albergariam de Palmaris, liberas pro ad se” (Cabido da Sé. *Sumários de Lousada* 1954, 347).

tendas, localizadas na Rua dos Asteeiros, confrontavam a poente com as fangas, como indica o aforamento de uma tenda em 1320, feito por D. Dinis a Maffoma de Arangoes, esteireiro, e a sua mulher Aziza, ambos identificados como “mouros moradores em Lisboa”, onde a referida tenda confronta a poente com as fangas e a nascente com Rua pública, a Rua dos Asteeiros.

Tendo em conta estas informações foi possível proceder a uma interpretação de reconstituição do parcelamento deste quarteirão, tendo como base as medidas registadas no “Tombo de 1755 – Bairro da Rua Nova” (ver figura 49). A constância de medidas das frentes dos lotes aproximadamente de 16 palmos e com um fundo de 35 palmos permitiu estabelecer um lote padrão que serviu de base para a nossa interpretação tal como demonstramos nas figuras 50 e 51. Note-se também o acesso feito às fangas e carniçarias pelo interior do quarteirão, o qual poderá ter dado origem a um dos becos aí existentes em 1755, tal como se comprova tanto na cartografia como no “Tombo de 1755”.

Relativamente às tendas que D. Dinis possuía na fachada direita da Rua da Carniçarias, e que foram aforadas em 1319 a tendeiças,³⁴⁴ é provável que tenham sido erguidas em materiais mais frágeis como madeira, e até que nem tenham tido cor-deamentos prévios, ao contrário do que sucedeu na Rua Nova,³⁴⁵ e provavelmente na fachada ocidental da Rua dos Asteeiros, visto que os lotes revelam medidas constantes de 16 palmos de largura e 35 palmos de comprimento. Se assim foi, é natural que as medidas dos lotes apresentadas no “Tombo de 1755 – Bairro da Rua Nova” indiquem lotes irregulares e não ortogonais para a fachada da Rua das Carniçarias, os quais provavelmente não foram fruto de um planeamento prévio.

344 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 127.

345 Sobre a génese da Rua Nova, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 – A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

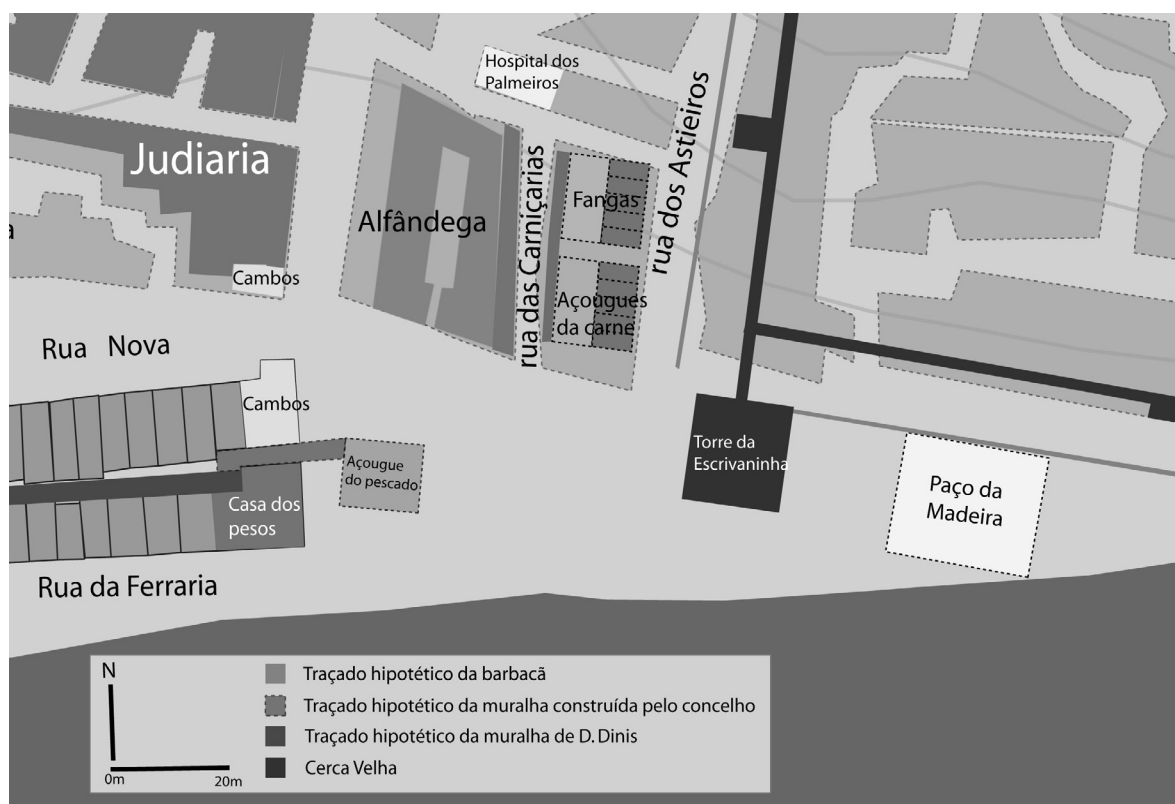


Figura 50. Quarteirão das Fongas, Açougues da Carne e envolvente

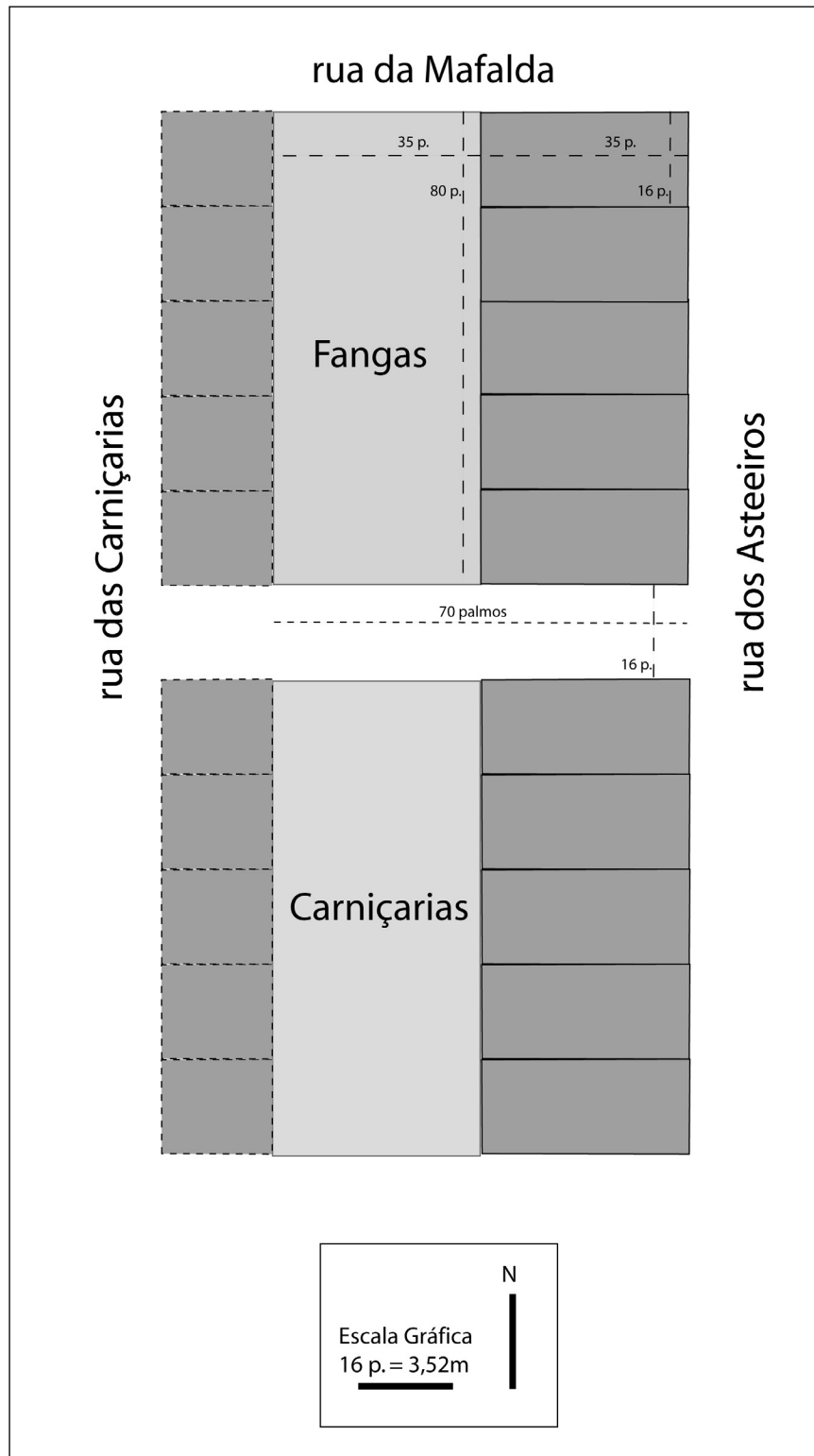


Figura 51. Detalhe do quarteirão das Fangas e Açougues da Carne

Além da cartografia pré-pombalina, das fontes documentais medievais e do cadastro de 1755 também escavações arqueológicas realizadas entre 2005 e 2006, na esquina da Rua da Padaria com a Rua dos Bacalhoeiros, confirmam a nossa proposta de que as Carniçarias se localizavam neste quarteirão. Apesar de não permitirem elaborar uma planta das estruturas medievais, o que nos impossibilitou de fixar os limites precisos das Carniçarias, os resultados publicados sobre as referidas escavações revelaram que “a quase totalidade dos níveis escavados e relacionáveis com estruturas de época medieval-moderna apresentaram abundante espólio osteológico, pertencente sobretudo a animais de grande porte”.³⁴⁶ A escavação permitiu também perceber que o edifício medieval “terá permanecido até ao terramoto de 1755”,³⁴⁷ apesar de ter sofrido várias remodelações arquitectónicas que alteraram a sua estrutura original, como os verificados “entaipamentos de portas e janelas”.³⁴⁸ O facto de o edifício medieval sobreviver até ao terremoto de 1755 constitui uma evidência física de que o cadastro de 1755 é uma fonte relevante para o estudo da cidade medieval. Para além do mais, observando a planta geral das estruturas modernas publicada pelos arqueólogos responsáveis, é possível notar uma coincidência nas orientações dos principais muros aí encontrados com a orientação dos muros que propomos para as tendas a nascente dos Açougues.³⁴⁹

Imediatamente a norte do Quarteirão das Fangas encontrava-se o Hospital dos Palmeiros, do qual é conhecida a data de fundação por uma inscrição, actualmente desaparecida, que indicaria o ano de 1292.³⁵⁰ Segundo a mesma inscrição, esta albergaria, tal como é nomeada no documento mais antigo que o refere, teria uma ligação com o Hospital de Cacilhas, o qual terá sido fundado no século XII por cruzados.³⁵¹

346 L. Fernandes et al. 2006, 61.

347 L. Fernandes et al. 2006, 62.

348 L. Fernandes et al. 2006.

349 Cf. a planta publicada em: L. Fernandes et al. 2006, 62.

350 Mário Barroca faz a seguinte leitura desta inscrição: “*este hospital he dos pobres palmeyros e peregrinos e resgatado que vem a elle e de outro hospital de cacilhas perto de almada. os honrados confrades desta cidade de lisboa ho administram. hera de m.ccc.xxx. anno de christo de 1292*” (Barroca 2000, 2 [1]:1078-1080).

351 O documento mais antigo que refere esta instituição é o *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*: “*item habet dominus rex in rua de Astarijs arredor de Fanachis X. domos et incipiunt apud portam de Açonge et vadunt se finire ad Albergarijam de Palmarijs*”, na nossa tradução, “também tem o senhor rei na rua dos Asteeiros junto às Fangas 10 casas que começam junto à porta do Açougue e se acabam na Albergaria dos Palmeiros.” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347). Mário Barroca (2000, 2 [1]:1080) propõe a fundação do Hospital de Cacilhas por Cruzados no século XII.

5.5.4. Da Torre da Escrivanhinha ao Açougue do Pescado:

A intervenção de privados na forma da cidade

No vértice sudoeste da cerca velha, situava-se uma torre defensiva que teve uma história singular porque pode ser parcialmente reconstituída, desde uma primeira fase em que tinha uma funcionalidade meramente militar, em meados do século XII, até ao início do século XIV quando serve de moradia a um grupo social que emergia na altura – a burguesia urbana.

A primeira notícia sobre esta torre chega-nos por via de um dos textos que relatam a tomada de Lisboa, em 1147.³⁵² No *De Expugnatione Lyxbonensi*, a sua localização é precisa e não deixa margem de erro: *turrim quae est in angulo civitatis contra fluvium*.³⁵³ Sabemos que se trata do lanço ocidental da muralha, pois o autor refere-se neste passo a um ataque realizado pelos cruzados ingleses, que tinham o seu acampamento a jusante da cidade, ou seja, a ocidente, e era, naturalmente, por esse lado que realizavam os seus ataques. Deste modo, não nos restam dúvidas da sua existência em 1147, tendo sido esta torre albarrã construída numa época anterior, que não é possível precisar.³⁵⁴ A notícia seguinte sobre a Torre da Escrivanhinha pertence já ao reinado de D. Dinis, quase século e meio depois, em 1287, surgindo num escambo, entre o monarca e a Confraria dos Clérigos de Lisboa, de casas do rei localizadas junto à torre. Neste documento, é possível perceber que este monarca possuía, além da referida torre, várias outras propriedades urbanas aforadas a habitantes da cidade.³⁵⁵ Os terrenos junto à Torre da Escrivanhinha são claramente uma zona onde a influência régia está bem presente, o que poderá resultar da tomada da cidade em 1147, quando todas as estruturas defensivas da urbe terão passado para a posse do rei. No mesmo documento, verifica-se a existência um açougue nas proximidades, o qual deve ser o espaço oferecido por D. Afonso III ao concelho para o mercado do pescado em 1248.³⁵⁶

O facto de esta torre se denominar na documentação medieval como “*Torre da Escrivanhinha*” levou a que fosse sugerido por alguns olisipógrafos que aí tivesse funcionado “alguma repartição pública importante”,³⁵⁷ “porventura da chancelaria

352 A correspondência entre esta torre e a Torre da Escrivanhinha foi feita em primeiro lugar por Augusto Vieira da Silva (1987b, 103-105).

353 *A Conquista de Lisboa ao Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 126.

354 Sobre as torres albarrãs, ver: Barroca 2003, 115-116

355 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 195v.: “a minha casa que é a par da porta das minhas casas da Torre da Escrivanhinha de Lisboa, na qual casa ora mora Iria Fernandes, a qual casa jaz entre a outra minha casa que e contra o Açougue e outra de Martim Perez tonoeyro”.

356 AML, Livro dos Pregos, fl. 30 v., AML.

357 Castilho 1934-1938, 6:252.

régia, ou embrião da Torre do Tombo”.³⁵⁸ Apesar das sugestões dos olisipógrafos, apenas é possível afirmar com certeza a posse da Coroa sobre esta torre desde 1287, não havendo qualquer notícia concreta sobre qualquer função extramilitar além do nome. Tal como já foi referido, em 1294, a torre, então na posse da Coroa, é usada como limite oriental da nova muralha da Ribeira.³⁵⁹

Em 1324, um outro documento refere que a Torre da Escrivantina foi o local de moradia do mercador Bartolomeu Joanes até à sua morte nesse mesmo ano.³⁶⁰ Como já referimos, a relevância desta figura ficou bem marcada na Catedral de Lisboa, erguendo aí uma capela lateral onde seria sepultado, dedicada ao seu homónimo, São Bartolomeu.³⁶¹ O facto de Bartolomeu Joanes escolher a Torre da Escrivantina como habitação é coerente com o que é conhecido sobre as elites da época, que nesta altura reaproveitavam as torres de cercas urbanas como moradias.³⁶² Neste período, pode-se atestar que, além do rei, também a confraria dos clérigos de Lisboa possuía propriedades urbanas perto da Torre da Escrivantina, confirmando o interesse e presença de diferentes poderes urbanos nesta zona.³⁶³ É também notório que durante o reinado do *Lavrador* esta zona seja marcada pela presença dos grandes mercadores da cidade, sendo reconhecíveis na documentação os nomes de Bartolomeu Joanes e Domingos de Gaia, que teve um papel relevante na urbanização do espaço entre a Torre da Escrivantina e o Açougue do Pescado.

Hélder Carita afirma que durante o reinado de D. Dinis terá ocorrido uma “remodelação e aumento do Largo dos Açougues”, suportando esta afirmação no documento, já aqui referido, feito em 1295, sobre a urbanização da Rua da Ferraria.³⁶⁴ No entanto, na leitura do referido documento não se encontra qualquer referência ao Largo dos Açougues, afirmando-se apenas que o concelho doa uma “praça junta com esse muro [a muralha] contra o mar” para o rei aí abrir uma “Rua aa honra da villa e aproveytamento da terra”. A rua que coincide com o local descrito é a Rua da Ferraria, topónimo muito possivelmente ligado à existência das ferrarias régias,³⁶⁵ que provavelmente D. Afonso III mandou erguer num rossio concelhio,

358 A. V. Silva 1939, 108.

359 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. II, fl. 81 v.; publicado em A. V. Silva 1987b, 1:27-29: “Que como a Cytade de Lixboa stevesse em perygo de La mha Torre da escrivanya ata as mhas Casas das Galees de cõtra o mar.”

360 Cf. Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 162.

361 Sobre a capela de S. Bartolomeu ver: Parte I, Subcapítulo 3.8 – A Capela de S. Bartolomeu.

362 A. M. Costa 2011, 29. Como exemplo concreto, veja-se o caso das duas torres, em Beja, doadas por D. Dinis ao judeu Guedelha, futuro arrabi-mor do reino, explicitamente para este aí fazer casas (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 49).

363 Em 1287, D. Dinis realiza um escambo com a Confraria dos Clérigos Ricos sobre uma casa perto da Torre da Escrivantina (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 195v); em 1319, surge nas confrontações de um escambo, entre o rei e o prior e raçoeiros da igreja da Madalena, uma casa da Confraria dos Clérigos (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 127).

364 Cf. Doação que fez a câmara a El-Rei de Chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295, ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fls. 131 v. e 132; Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 99v; cf. Carita 1999, 33.

365 ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fls. 131v. e 132; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 99v.: “e fica para fazer El Rey hy onde essas ferrarias sejam outras casas quaes el por bem tever.”

tal como vimos.³⁶⁶ O que realmente se verifica é que, durante o reinado de D. Dinis, ocorre uma intervenção urbanística na parte oriental da Ribeira, a qual não teve uma intervenção directa do monarca, mas sim de um importante mercador então estabelecido em Lisboa, Domingos de Gaya.

Um documento da Chancelaria de D. Dinis, datado de Setembro de 1302, informa-nos sobre uma doação régia de um amplo terreno (cerca de 338 m²) localizado algures entre a Torre da Escrivaninha e o Açougue do Pescado.³⁶⁷ Este campo foi doado por D. Dinis a Domingos de Gaia, aqui identificado como “mercador de Lisboa”, para este aí construir habitações. Não é possível situar os limites deste terreno pois permanecem desconhecidas as localizações precisas e dimensões quer do Açougue do Pescado, como da própria Torre da Escrivaninha.

Um outro documento, três anos depois desta doação, descreve detalhadamente a partição de uma urbanização realizada pelo mesmo mercador.³⁶⁸ Nesse documento de 1305, observa-se a partição de vários portais de casas entre três famílias: o próprio Domingos de Gaya e sua mulher,³⁶⁹ os quais aí irão habitar; a família de Pedro Esteves da Guarda,³⁷⁰ e a família de um Marcos Eanes,³⁷¹ sobre o qual não conseguimos descortinar nenhuma outra informação.

Não nos restam quaisquer dúvidas de que Domingos de Gaia realmente urbanizou uma ampla zona situada entre o Açougue do Pescado e a Torre da Escrivaninha,

366 Ver Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III.

367 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 21: “Don Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que querendo fazer graça e merce a Domingos de Gaya mercador de Lixboa pelo serviço que fez dou a ele e a todos seus sucessores per herdade para todo o sempre dez braças em ancho e dez em longo do Campo que cobre a marea desde o muro dante o açougue de Lixboa e mais contra o mar se o ele fillar quiser em o lugar que e entre a torre da Escrivaninha e a aporta do Açougue onde vende o pescado que ele faça em o dito lugar casas e que as aja sem contenda para todo o sempre ele e todos seus sucessores em testemunho desta coisa dei ao dito Domingos de Gaya esta carta. Dante em Lixboa xxviii dias de Setembro. El Rey o mandou. Martim Lourenço a fez. E.M. CCC. XL anos.”

368 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425: “nos quaes ora mora Domingos de Gaya en outros quatro portaes, sótãos e sobrados..”.

369 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425: “que Domingos de Gaya e a sua mulher ficaram nos quatro portaes que são contra as fangas de la azinhaga a suso e com dois portais na rua descontra o mar sótão e sobrado como partem com nas outras casas que tiveram Marcos Eanes e sua mulher da uma parte e com Pedro Esteves e com sua mulher da outra e com outra casa sótão e sobrado descontra o Açougue do Pescado que parte com as casas que foram de Pedro Domingues Alfageme da outra parte e com Marcos Eanes e sua mulher”.

370 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, livro 26, fl. 425.: “e item ficou Pedro Esteves e sua mulher nos quatro portaes sotaos e sobrado contra o mar da parte do açougue do pescado desde o arco da rua a fundo nos quaes ora mora Domingos de Gaya e en outros quatro portaes sotaos e sobrados em essa rua dos quaes os dictos portaes estam com Domigos de Gaya e com sua mulher descontra o mar da uma parte e com no dicto Pedro Esteves e com sua mulher da outra e outros dois portaes descontra cyma como partem com Domigos de Gaya e com sua mulher da uma parte e com Marcos Eanes e com sua mulher da outra.” Algumas propostas de relação familiar entre Pedro Esteves da Guarda e Estêvão da Guarda foram até agora avançadas. Mário Farelo propõe que Pedro Esteves da Guarda fosse irmão de Estêvão da Guarda, o conhecido privado de D. Dinis, com base no facto, documentalmente atestado, de que Lourenço Esteves da Guarda foi irmão de Estêvão da Guarda, o que indicia que Pedro Esteves da Guarda pudesse ter sido um outro irmão (Farelo 2008, Anexo 1, 383). O documento que atesta a relação de Lourenço Esteves da Guarda com Estêvão da Guarda é um traslado de 9 de Janeiro 1428, sobre uma carta régia de D. Dinis, de 10 de Janeiro de 1320, onde se afirma: “Eu [D. Dinis] querendo fazer graça e mercê a Lourenço da Guarda meu reposteiro, irmão de Estevão da Guarda” (ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, liv. 8 fl. 5). Miguel Martins considera duas hipóteses: Pedro Esteves da Guarda ser irmão ou tio de Estêvão da Guarda (M. Martins 1999, 18).

371 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425: “e ficou Marcos Eanes e sua mulher nos quatro portaes descontra o mar da parte das fangas de lo arco da rua a fundo e com uma casa de dois portaes sotaos e sobrado em essa rua com a casa do canto sotaos e sobrado sobre o arco dessa rua contra o açougue do pescado as quais casas partem com Domingos de Gaya e com sua mulher da uma parte e com Pedro Esteves e com sua mulher da outra”.

pois, além do documento que realiza o loteamento, em 1305, também se encontram referências posteriores às propriedades que tinham pertencido ao mercador, perto do Açougue do Pescado, em documentação do reinado de D. Afonso IV.³⁷² Quem seria então, Domingos de Gaya, um ilustre desconhecido que tem um papel de relevo na expansão urbana da cidade, no início do século XIV? É muito provável que o mercador de Gaya fosse um homem da confiança do monarca, pois, além desta importante doação, encontramos uma carta de obrigação feita por D. Dinis em que Domingos de Gaya e sua mulher se comprometem a construir e a explorar azenhas no reguengo de Frielas, em 1298.³⁷³ Além disso, dois anos mais tarde, o mesmo mercador surge como enfiteuta das referidas azenhas na doação feita por D. Dinis dos foros dessas azenhas ao Convento de S. Dinis de Odivelas.³⁷⁴

O documento que estabelece as partições da urbanização feita por Domingos de Gaya levanta várias questões para as quais não é possível, neste momento, ter uma resposta concreta. No documento de 1305 é referido que o concelho deverá passar, desde essa altura, a receber uma renda, que aparenta ser igual para todas as três partes,³⁷⁵ se retirarmos da equação o lote que se situava “fora das partições”, na posse do mercador de Gaya. Esta situação não encontra eco na doação régia feita em 1302, quando é doado pelo rei, sem qualquer contrapartida, um campo com “dez braças em ancho e dez em longo do campo que cobre a mare de lo muro dante o Açougue de Lixboa e mais contra o mar”.³⁷⁶ Se o terreno onde foi realizada a urbanização realmente pertencesse na totalidade ao monarca, não seria possível ao concelho exigir o pagamento de um foro por parte dos proprietários das casas aí construídas.

Perante esta questão, surgem duas hipóteses, que não se excluem mutuamente. Primeiro, é possível que à doação de D. Dinis, Domingos de Gaya tenha acrescentado mais terreno, pertencente ao concelho para expandir a área a urbanizar, e que a negociação com o concelho, sobre a qual não temos qualquer notícia, obrigasse ao pagamento da renda que surge na partição de 1305. Segundo, é também possível

372 ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 4, doc. 303, de 6 de Julho de 1341: “E ao avrego outrossy caminho publico que vay ao Açougue do pescado e as casas que foram de Domingos de Gaya.”

373 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 6.

374 ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 1, fl. 36 (treslado de 1336).

375 ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425: “das quaes casas deve pagar Pedro Esteves e sua mulher trinta Libras e quinze soldos e cinco dinheiros desde o tempo de suso dito em diante ao dito concelho em cada um ano assim cada um de vos ou dos vossos sucessores trinta libras quinze soldos e cinco dinheiros das quatro casas e da uma que a sem partição o dito Domingos de Gaya deve pagar sete libras treze soldos nove dinheiros e todos em conjunto cada um de nos queremos e louvamos e outorgamos que cada um de nos faça na sua partição e em nas suas casas o que quiser e por bem tiver que nenhum de nos não possa o outro embargar nem estorvar a qual que o outro embargar deve peitar ao outro que embargar cem libras e valerem os instrumentos.”

376 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 21.

que o monarca tenha doado um terreno que na verdade não lhe pertencia,³⁷⁷ e que o concelho o tenha reclamado depois de 1302, e que já em 1305 o concelho tivesse chegado a acordo com o mercador de Gaya sobre a renda que os proprietários das fracções da urbanização teriam de pagar ao concelho. A comparação entre o espaço construído com a doação de D. Dinis, que refere um quadrado de dez braças de largura por dez braças de comprimento, delimita um espaço que não é compatível com a descrição dos vários portais de casas que surgem no documento de 1305, a qual parece desenhar não um quadrado, mas sim uma urbanização linear ao longo da margem da Ribeira, pois são referidos vários portais “contra o mar”, que têm nas suas confrontações outros lotes.

A nossa proposta de reconstituição tem como principal fundamento o facto de estar explícito no contrato de partição que as referidas três partes, Domingos de Gaya, Marcos Eanes, Pedro Esteves da Guarda e respectivas mulheres, deverão erguer, à sua custa, a parte do muro da cidade que lhes couber, sendo notório que Domingos de Gaya não levantou qualquer parte do muro quando construiu as parcelas da sua urbanização.³⁷⁸ Este muro só pode ser a muralha da Ribeira que o concelho se tinha responsabilizado por construir no contrato de 1294.³⁷⁹ Deste modo, a nossa proposta supõe que a urbanização tenha o muro como elemento organizador, tal como já havia ocorrido na parte que ficou sob a responsabilidade da Coroa. Segundo parece, o concelho tentou desta forma libertar-se, mais uma vez, da responsabilidade de custear a construção do muro, desta vez entregando a privados essa incumbência. De algum modo que o documento não revela, o próprio Domingos de Gaya, apesar de assumir a construção dos vários lotes, desvinculou-se dessa obrigação.

A aparente ausência de vontade em financiar a construção da estrutura, supostamente defensiva, revela que talvez a sua funcionalidade principal não fosse tanto a de proteger militarmente a margem ribeirinha, mas talvez mais de funcionar como um elemento organizador da expansão urbana de uma cidade próspera e segura do seu valor, como parece ser Lisboa, na dobragem do século XIII para o XIV. A este argumento podemos juntar outro, ainda mais sólido, que consiste na questão relativa à estranha necessidade de D. Fernando erguer uma nova muralha, menos de 80 anos depois. A verdade é que toda a margem ribeirinha da já então

377 A ingerência do monarca relativamente à posse dos rossios do concelho tem antecedentes, que conhecemos pelas queixas do concelho a D. Dinis, em 1285, sobre o comportamento de monarcas anteriores; posse que D. Dinis se compromete a respeitar daí em diante. Sobre esta questão, ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III.

378 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425: “Nas partes de suso ditas queremos e temos por bem que aqueles que tiverem contra o mar as suas partições que façam sua parte do muro cada um quanto lha tiver de na testeira da sua casa as quais partições feitas e outorgadas entre nos partes de suso ditas.”

379 Cf. Parte III, Subcapítulo 5.5.1 – A muralha da Ribeira.

milénar Cerca Velha não foi substituída por qualquer muralha, mas, pelo contrário, a muito mais jovem muralha de D. Dinis foi totalmente ignorada no plano da estrutura defensiva de D. Fernando, rei que realmente necessitava de uma cidade bem defendida, ao contrário de D. Dinis, que na última década de Duzentos não sofria ameaças de relevo na Península Ibérica. Além de tudo isto, a abertura da Rua da Ferraria, exactamente do lado de fora da muralha, logo no ano posterior ao início da construção da muralha, levanta grandes dúvidas relativamente às reais necessidades defensivas de Lisboa, pois esta nova artéria ficaria assim totalmente exposta a “muito mal e muito dano”, se ele realmente existisse. A única possibilidade que podemos considerar seriam os ataques de piratas do norte da Europa, ou do mediterrâneo muçulmano. No entanto, a existência de tercenas, de uma armada e, sobretudo, a presença de mercadores de longo trato,³⁸⁰ na Lisboa de finais de Duzentos, não parece ser própria de uma cidade que tema particularmente aqueles que vêm “pelo mar de fora parte”.

Na nossa reconstituição, tomámos cada “portal de casa” como um lote, pois esta parece ter sido a noção adoptada pelo tabelião que compôs o documento, onde a cada família é atribuído um determinado número de “portaes”: “Domingos de Gaya e a sua mulher ficaram nos quatro portaes”; “Marcos Eanes e sua mulher nos quatro portaes”; “Pedro Esteves e sua mulher nos quatro portaes sôtãos e sobrado”. A referência a uma “casa de dois portaes sôtão e sobrado” parece indicar que, pontualmente, dois lotes foram absorvidos numa só propriedade, ou seja, a excepção que contraria a regra.

380 Em 10 de Maio de 1293, D. Dinis confirma posturas feitas entre mercadores portugueses onde se referem várias cidades marítimas europeias: “Dom Dinis, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que como os mercadores do meu Reino entendessem fazer uma postura entre si que era de muito serviço de Deus e meu aproveitamento da minha terra . . . que todas as barcas acima de cem tonéis que carregassem nos portos dos meus Reinos para a Flandres, Inglaterra, Lombardia, Bretanha ou La Rochelle, que paguem 20 soldos no frete. E as outras barcas abaixo de cem tonéis pagassem 10 soldos. E outrossim que se alguma barca for fretada aos mercadores da minha terra para além-mar, para Sevilha ou lugares acima ditos, cada barca pague o que é costume” (ANTT, Gaveta 3, maço 5, doc. 5, de 10 de Maio de 1293).

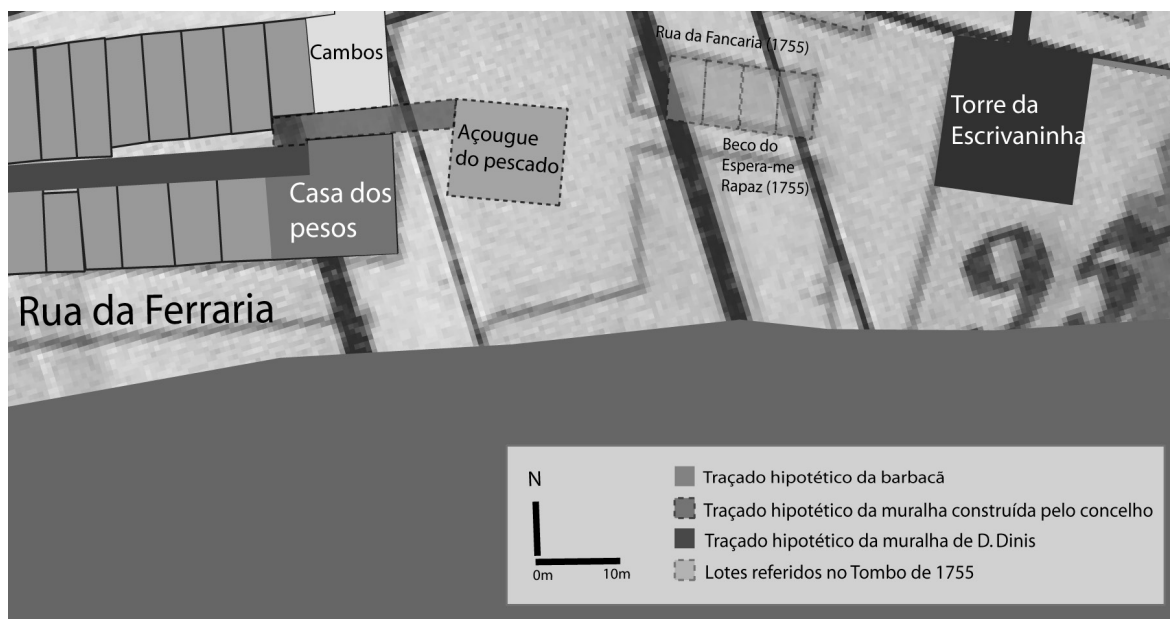


Figura 52. Os lotes do “Tombo de 1755”, na cartografia pré-pombalina e no contexto urbano do início do séc. XIV³⁸¹

Após a individualização de cada portal, foram localizados alguns lotes alinhados, ainda existentes em 1755, cuja largura, registada no “Tombo de 1755”,³⁸² coincidia muito aproximadamente com a largura dos lotes da Rua Nova (20 palmos) e cuja situação, nas plantas que apresentam a cidade pré-pombalina, corresponde exactamente à localização referida na documentação medieval, ou seja, entre a Torre da Escrivanhã e o Açougue do Pescado.³⁸³ Referimo-nos a quatro lotes situados entre a Rua da Fancaria, para onde tinham a sua fachada norte, e o Beco do Espera-me Rapaz, a sul (ver figura 52). Note-se também como o alinhamento do Beco do Espera-me Rapaz é semelhante ao alinhamento da Cerca Velha e da artéria que ficava entre a Torre da Escrivanhã e a Cerca Velha; a manutenção deste alinhamento pode indiciar uma relação com as estruturas defensivas, mesmo que o muro nunca aí tenha sido construído, tal como supomos. O alinhamento do Beco do Espera-me Rapaz nas plantas pré-pombalinas está exactamente no local onde

381 A planta usada como base é a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa*, mantida no Arquivo de Cartografia Antiga (Cartoteca) da Direção-Geral do Território com a Cota CA 356 | DGT. Segundo Augusto Vieira da Silva (1950) esta planta será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela.

382 GEO, Tombo de Lisboa: Bairro da Rua Nova, fl. 74, (fls. 215v. e 216 do original).

383 ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425. Contrato de partições de 1302: “partições das casas que os ditos Domingos de Gaya e Maria Anes fizeram em um campo do concelho da dita vila o qual e na Ribeira a par da venda do pescado”; Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 21, doação régia a Domingos de Gaya de um campo, em 28 de Setembro de 1302: “Campo que cobre a mare desde o muro dante o açougue de Lixboa e mais contra o mar se o ele filhar quiser em o lugar que e entre a torre da Escrivanhã e a aporta do Açougue onde vende o pescado que ele faça em o dito lugar casas”.

estaria um hipotético muro que ligaria a muralha da Ribeira, a sul da Rua Nova, à Torre da Escrivaninha. Se esse muro nunca foi construído, é possível que o Beco do Espera-me Rapaz tenha fossilizado o traçado de um muro que nunca existiu, pois os lotes foram realmente delimitados tendo em conta o levantamento de um muro, tal como confirma a partição dos “portaes” construídos por Domingos de Gaya, feita em 1305.

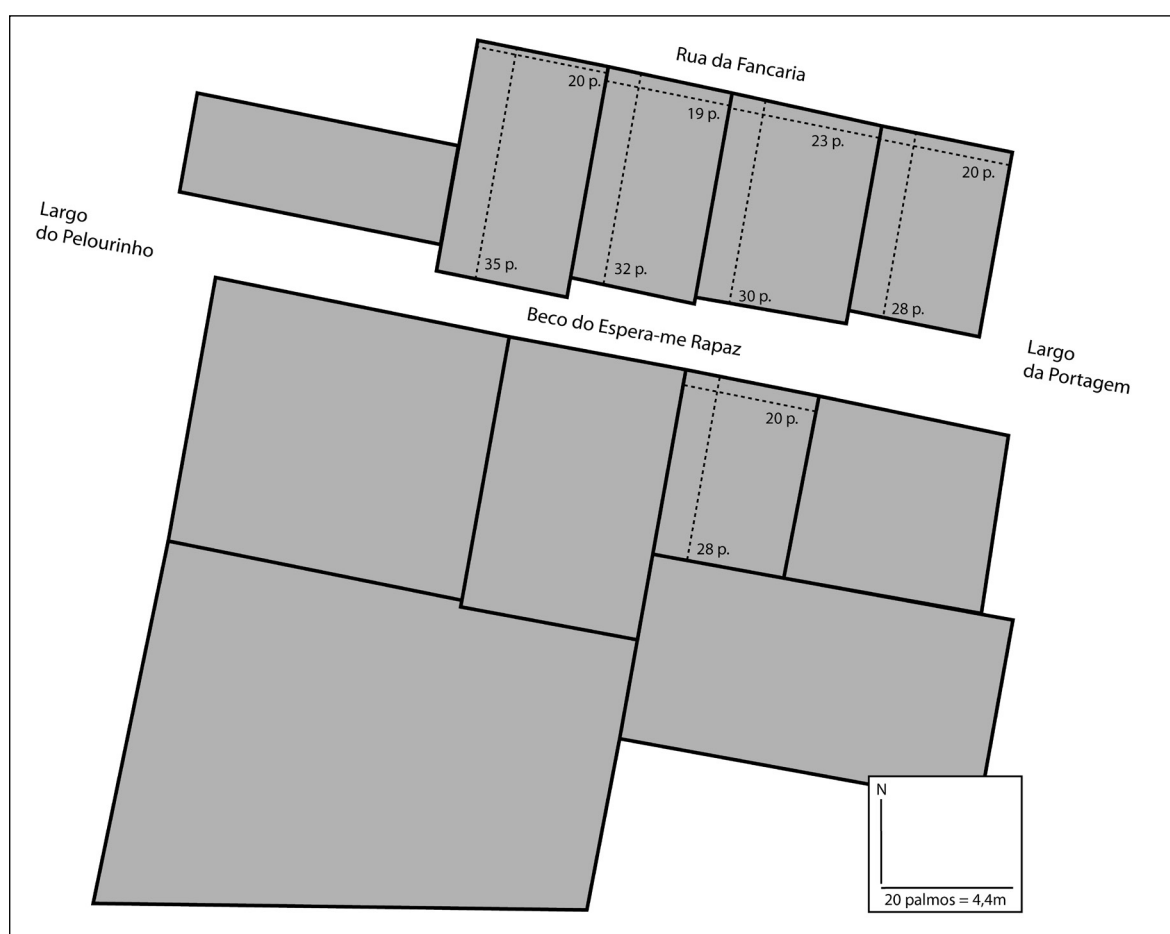


Figura 53. Quarteirão entre o Largo do Pelourinho e o Largo da Portagem, segundo o “Tombo de 1755”

Deste modo, a nossa proposta é que os lotes medidos no “Tombo de 1755” tenham resultado originalmente da urbanização de Domingos de Gaya, realizada poucos anos após a edificação de toda a fachada sul da Rua Nova e da Rua da Ferraria,

não só pela semelhança da largura com os lotes da Rua Nova, mas sobretudo pela sua posição e localização, que coincide com as descrições feitas no referido contrato de partição de 1305. Projectando lotes semelhantes para este e o oeste, obtemos 14 lotes, os quais são referidos na partição de 1305. Através das confrontações registadas no documento, foi também possível atribuir aos lotes a propriedade das três famílias referidas no documento, Domingos de Gaya, Pedro Esteves da Guarda, Marcos Eanes e respectivas mulheres, e ainda de um Pedro Domingues Alfageme, também referido nas confrontações.³⁸⁴ A nossa reconstituição apresenta também a localização aproximada de outros lotes referidos no documento, os quais se situavam “fora das partições”,³⁸⁵ ou seja, fora do alinhamento com a Rua Nova.

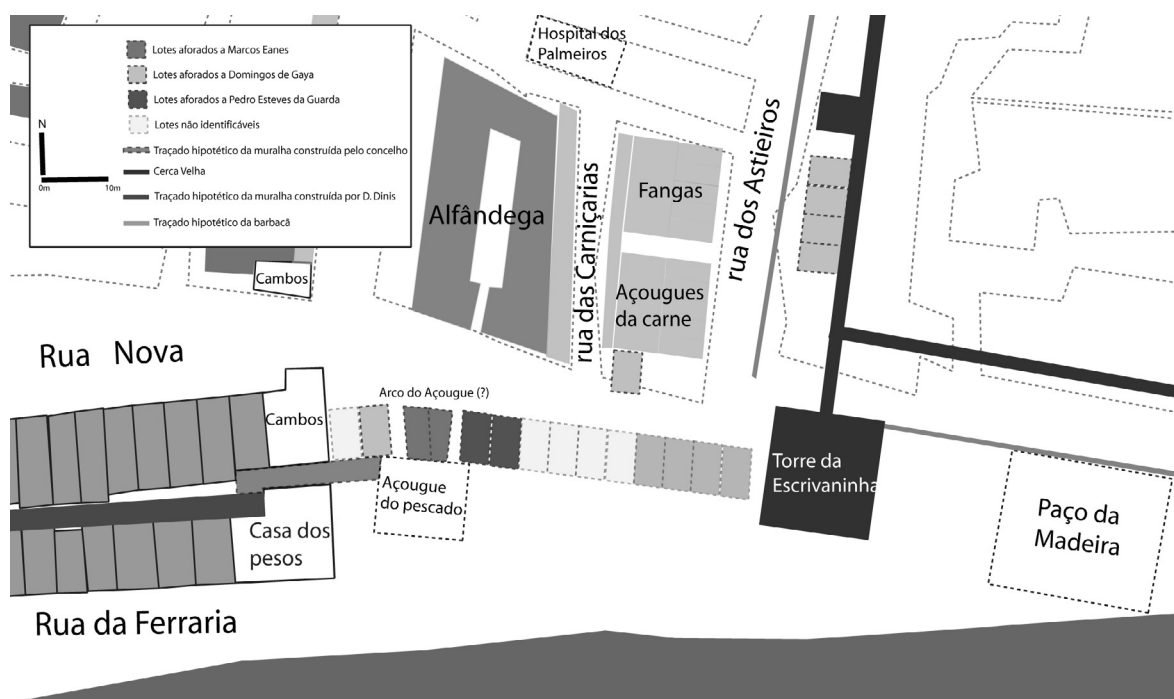


Figura 54. Urbanização de Domingos de Gaya (1305)

O documento que regista as partições das casas já então construídas por Domingos de Gaya testemunha um processo de urbanização, na Lisboa medieval, que não foi fruto da intervenção da Coroa nem do concelho. Neste caso, um

384 As confrontações de todas as partições referidas no documento de 1305 estão transcritas neste capítulo, nas notas 369, 370 e 371 na p. 331.

385 ANTT, Mosteiro S. Dinis de Odivelas, liv. 26, fl. 425.

mercador pertencente à emergente burguesia lisboeta, Domingos de Gaya, foi responsável por uma pequena parte da morfologia da cidade, num local de imensa importância económica, política e social, pois a sua intervenção na forma da cidade situava-se entre a margem do Tejo, a sul; tendo a ocidente a Casa dos Pesos, os Cambos e o Açougue do Pescado; a norte, a Alfândega da cidade, as Carniçarias e as Fangas; e a oriente, a Torre da Escrivanhinha e o Paço da Madeira. Tratava-se, portanto, do centro nevrálgico da Lisboa do final de Trezentos, local cuja morfologia foi marcada pelos monarcas, sobretudo por D. Afonso III e D. Dinis, e também pela intervenção do concelho – e, como agora sabemos, também pelas elites da cidade. Um outro facto que merece a nossa atenção é a atribuição a privados do encargo sobre construção do muro da cidade, tenha este sido ou não realmente construído. Neste caso, estamos perante uma transferência de competências para privados pouco usual, mas não totalmente inédita, pois, por exemplo, está documentada a construção das torres que defendiam a Porta do Sol, na muralha de Coimbra, por um Gonçalo Alvão, tendo sido recompensado entre 1121 e 1128 pela condessa D. Teresa.³⁸⁶ Contudo, não era este o procedimento mais comum, pois, na grande maioria dos casos, o financiamento e a responsabilidade sobre a construção das estruturas defensivas recaía sobre o rei, o bispo ou o próprio concelho, os quais asseguravam normalmente esse esforço financeiro através da recolha de impostos entre as populações das respectivas cidades e povoados.³⁸⁷

A ausência desta urbanização, na sua totalidade, nas plantas pré-pombalinas poderia constituir um obstáculo à proposta que aqui fazemos. No entanto, devemos considerar que esta parte da cidade conheceu alguns episódios históricos que poderão ter contribuído para alterações profundas da sua forma urbana. Os principais suspeitos são dois incêndios que ocorreram em Lisboa, um em 1369 e outro em 1373, dos quais temos notícia na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. O primeiro destes incêndios terá tido início na Rua da Ferraria e daí alastrou para a Rua Nova, não se conhecendo exactamente o nível da destruição causada.³⁸⁸ O segundo incêndio foi provocado pelo cerco de Henrique II de Castela entre Fevereiro e Março de 1373, que terá, segundo o cronista, causado grande destruição no arrabalde ocidental: “emtom lhe poserom o fogo em mjtas partes, e ardeo toda a rua nova, e a fregue-

386 Cf. Alarcão 2008, 113-114; M. G. Martins 2016, 96-98. Ambos os autores referem a doação feita por D. Teresa a Gonçalo Alvão ou Alvane de uma herdade em Lordemão (DMP/DR, 1 (1)74-74, de 1121-1128).

387 Sobre a recolha de impostos para suporte financeiro da construção de muralhas urbanas medievais, ver: Melo et Ribeiro, 2012a, 307.

388 Lopes 1975, cap. xxxix, 128: “huuma terça feita ao seraão, se alçou fogo na ferraria da parte do mar, e arderom todallas casas daquela rua, e muj gram parte da rua novam e foi grande queima, e mujto aver perdido e furtado, e durou o fogo per gramde espaço”.

sia da Madanella, e de Som Gião, e toda a judiaria, a melhor parte da cidade; . . . E tomarom pera levar por memoria aa hida, quamdo se forom, huumas muj fre-mosas portas da alfamdega dessa çidade”.³⁸⁹

Recorde-se que as portas da Alfândega se situavam exactamente a norte do local onde estava implantada a urbanização feita por Domingos de Gaya, no seguimento da Rua Nova. Parece-nos então possível que parte dos edifícios que constituíam a urbanização de Domingos de Gaya tenha sido afectada por algum destes incêndios, talvez até por ambos, e que não tenha sido reconstruída, dando a sua demolição lugar aos posteriores Largos do Pelourinho e da Portagem, os quais não são referidos na documentação por nós consultada, até ao final do reinado de D. Dinis, subsistindo ainda assim alguns lotes, cujos limites aproximados poderão ter persistido até ao terramoto de 1755, como aqui notámos (ver figuras 70 e 71).

5.5.5. *Os mercados de D. Dinis: as Carniçarias da Ribeira e o Paço da Madeira*

Tal como o seu pai havia feito no quarteirão das fangas já aqui analisado, D. Dinis também ergueu as suas carniçarias em Lisboa. Neste caso, fê-lo onde haveria ainda algum terreno livre, mais perto ainda da margem do rio, e junto à Torre da Escrivaninha, a qual lhe pertencia. Em 1319, um escambo realizado entre o rei e o prior da Igreja da Madalena e os seus raçoeiros, nomeadamente, o mercador Vicente Peres da Grã e sua família, informa-nos de que o rei cede duas casas sobradadas, uma na freguesia da Sé, junto à Torre da Escrivaninha, e outra na freguesia da Madalena, em troca de um campo “junto da Torre da Escrivaninha onde agora são feitos os Açougues da Carne”.³⁹⁰ Fica assim documentado que, em 1319, se construía os Açougues da Carne junto à Torre da Escrivaninha.

389 Lopes 1975, cap. lxxvii, 269.

390 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 127.

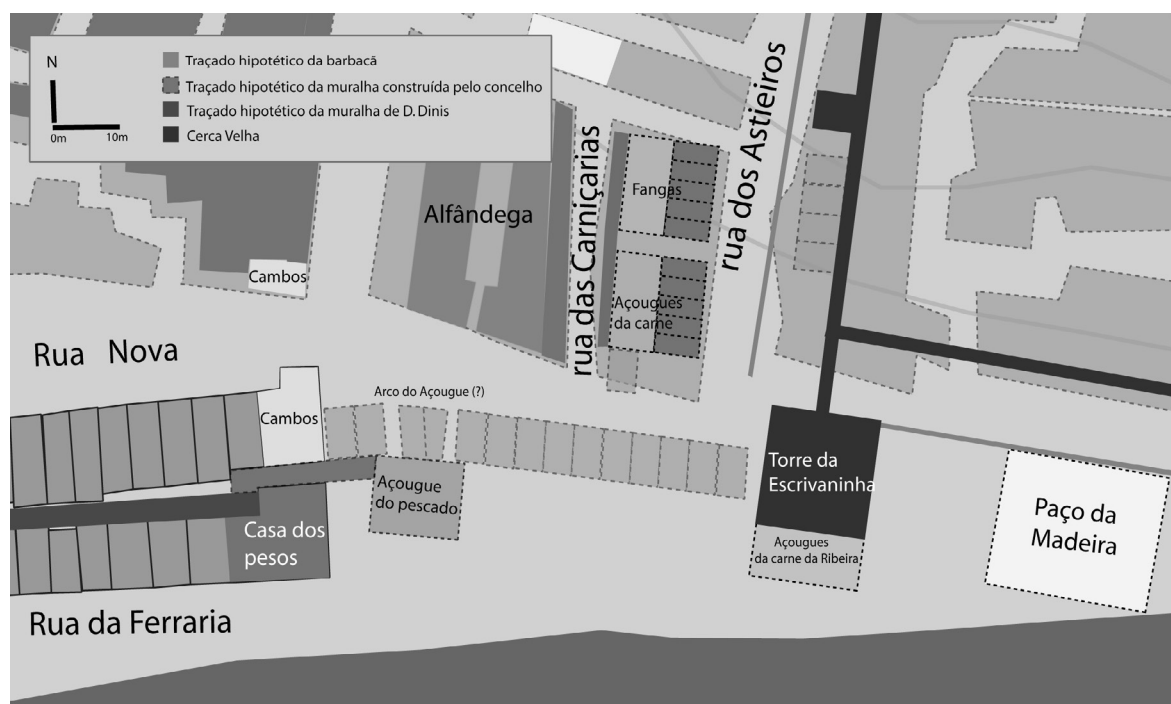


Figura 55. Paço da Madeira na sua envolvente (c. 1325)

Note-se, no entanto, que em 1319 esta parte do campo não pertencia ao monarca nem ao concelho, como aconteceu no campo urbanizado por Domingos de Gaia, mas sim ao prior da Igreja da Madalena e aos seus raçoeiros, o mercador Vicente Peres da Grã e a sua família.³⁹¹ Deste modo, para poder prosseguir a construção dos seus Açougues da Carne, D. Dinis viu-se obrigado a ceder uma casa sobradada localizada ali perto, junto à Torre da Escrivanhina, e uma outra, também sobradada, localizada algures na freguesia da Madalena. A posse régia destes Açougues da Carne é confirmada por um documento da chancelaria de D. Afonso IV, composto em 1326.³⁹²

Os Açougues da Carne erguidos por vontade de D. Dinis situavam-se num local difícil de precisar, junto da Torre da Escrivanhina, e do posterior edifício da Portagem.³⁹³ Augusto Vieira da Silva identificou-os no *Livro dos Bens Próprios*,³⁹⁴ mas

391 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 127: A posse do referido campo é negociada entre D. Dinis e “Ramodelana (?) prior de Igreja da Madalena, raçoeiros dessa igreja, Vicente Pires da Grã, mercador de Lisboa, Maria Pires sua mulher, Sancha, Madalena, Constança, Teresa filhas de Maria Pires”.

392 Cf. ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 7 de 1326.

393 A sua localização apenas pode ser feita através de documentação posterior e que ainda assim nos deixa algumas dúvidas sobre a sua dimensão e localização precisa, sobretudo porque toda esta área sofreu uma grande remodelação urbanística no século XVI com a construção da Igreja da Misericórdia.

394 A. V. Silva 1987b, 1:190.

é mais provável que as Carniçarias aí referidas³⁹⁵ sejam, na realidade, as que D. Afonso III erguera no Quarteirão das Fangas e não o Açougue de Carne da Ribeira, aqui referido, pois este ainda não teria sido construído quando o inventário foi composto. Estas carniçarias saíram provavelmente da posse da Coroa apenas em 1384, quando D. João I as doa à “cidade de Lisboa”.³⁹⁶

Não muito longe destas carniçarias existiu também um Paço da Madeira, provavelmente também construído por ordem de D. Dinis, pois a primeira referência a esta estrutura consta no *Livro dos Bens Próprios*, onde se afirma que “*habet dominus rex unum palatium pro ad madeiram*” na freguesia da Madalena.³⁹⁷ A sua localização apenas pode ser feita através da análise a documentação posterior ao reinado do *Lavrador*, pois aquela referência foi a única que encontramos anterior a 1325.³⁹⁸ Por falta de dados, nada mais se pode afirmar sobre esta importante estrutura da cidade em época dionisina, além de que a sua posse pertencia à Coroa e que se localizava perto da Torre da Escrivantina. As dimensões e a localização aproximada poderão ser revistas com mais detalhe, com recurso a documentação de épocas posteriores que saem fora dos limites cronológicos deste trabalho.

5.6. Conclusão: um novo pólo comercial e político no arrabalde ocidental

Neste capítulo, propusemos que o centro económico e comercial da cidade, no final da época de domínio islâmico, se localizasse no centro do arrabalde ocidental, mais exactamente, na parte ocidental da principal via que percorria toda a cidade no sentido este-oeste. Detectámos em seguida como esse centro económico e comercial sofreu uma alteração substancial na sua posição, acção que teve como primeiro impulsionador D. Afonso III, que, em divergência com o concelho da cidade, iniciou uma tendência que o seu sucessor iria prosseguir e ampliar, estabelecendo a Ribeira, ou seja, a margem ribeirinha do arrabalde

395 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347: “*habet dominus rex in dicta collatione carniçarias ubi scinditur carnes et venduntur et ultra ipsas habet dominus rex unum palatium pro ad madeiram*”, na nossa tradução, “tem o senhor rei na dita paróquia carniçarias onde são cortadas e vendidas as carnes e sobre estas tem o senhor rei um paço para a madeira”

396 A. V. Silva 1987b, 1:190. O olisipógrafo suporta esta afirmação numa doação régia feita por D. João I, contudo na referida doação não é possível perceber se são exactamente as carniçarias da Ribeira que são doadas ou outras carniçarias régias (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 45v. de 1384).

397 Cf. nota 395, p. 341.

398 Uma carta régia ao almoxarife de Lisboa, regulamentando o local de desembarque de madeira em Lisboa, determina que não se poderia descarregar madeira “em nenhum lugar dessa cidade, salvo ante a porta do dito paço até à porta do mar e por ante o açougue até à porta do ferro” (ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 2, fl. 77v.) Vêira da Silva refere vários documentos medievais que localizam o Paço da Madeira a nascente da Torre da Escrivantina e a Sul da cerca velha (1987b, 1:194-199).

ocidental, como principal pólo aglutinador das estruturas mais relevantes para o funcionamento económico e comercial da cidade: o Açougue do Pescado, as Ferrarias, as Fangas, as Carniçarias, a Alfândega, a Casa dos Pesos, os Cambos e o Paço da Madeira. Além disso, verificámos a introdução de uma cultura urbanística na cidade distinta do modelo mediterrânico, a qual ocorre em simultâneo com o processo de deslocalização do centro comercial e económico da cidade, decorrente da construção de novas estruturas como as Fangas, as Ferrarias e as Carniçarias.

Não nos deve surpreender a introdução, na cidade cabeça de reino, de um modo de “fazer cidade”, caracterizado por um planeamento prévio, pois este já existia em várias vilas de fundação medieval disseminadas por todo o espaço do reino exactamente no mesmo período.³⁹⁹ Em seguida, analisámos o processo de formação daquela que se viria a tornar a principal artéria do centro comercial e económico da cidade, a Rua Nova. Notámos as causas que levaram a uma acção concertada entre D. Dinis e o concelho para reestruturar a margem ribeirinha do arrabalde ocidental, através da construção de uma estrutura defensiva e, simultaneamente, aplicando o que se poderia apelidar de um “plano de especulação imobiliária”, *avant la lettre*, em que um espaço livre de construções, na margem ribeirinha, deixa de funcionar como um rossio da cidade, ou seja, um espaço de benefício público gerido pelo concelho, para se tornar num espaço dominado pela propriedade régia, a qual foi eficientemente rentabilizada através da construção de um quarteirão de edifícios habitacionais estruturado por duas novas artérias: a Rua Nova e a Rua da Ferraria. Finalmente, observámos como, posteriormente à consolidação da operação urbana da Rua Nova, também outros actores intervieram nesse processo de urbanização, mais especificamente a operação levada a efeito por Domingos de Gaya, um mercador inserido na emergente burguesia urbana de Lisboa.

A relevância das operações urbanísticas realizadas por D. Afonso III e D. Dinis teve um impacto indelével na forma da cidade, fazendo-se sentir durante longos séculos. Neste sentido, observe-se o “Quadro II” de Iria Gonçalves no seu estudo sobre os “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, onde se indicam os “rendimentos provenientes de casas” pertencentes à Coroa, com base em dois róis de propriedades régias de 1458 e 1465. Neles, o eixo Ribeira (54,8 %), Pelourinho (10 %) e Correaria (22,4 %) representa a esmagadora base de rendas auferidas pela Coroa, cerca de dois séculos após a constituição desta propriedade régia pelos referidos monarcas da primeira dinastia.⁴⁰⁰

399 Sobre esta questão, ver nota 247, p. 296.

400 I. Gonçalves 1996a, 29.

Como se sabe, a Ribeira irá permanecer numa posição privilegiada de principal núcleo económico e político da cidade durante os séculos seguintes, até 1755. Isto significa que a maior e mais relevante fonte de rendimento da Coroa, na principal cidade do reino, se estabeleceu durante o século XIII, prolongando-se a relevância económica dos núcleos urbanos então estruturados ao longo dos séculos seguintes, marcando decisivamente a face urbana da cidade até ao terramoto de 1755, momento em que uma reestruturação profunda alterou toda a lógica urbana até aí existente na principal cidade do reino português.

Este capítulo também demonstra que, ao contrário do que já foi afirmado por autores especialistas nas dinâmicas urbanas da cidade quinhentista, a cidade medieval não estava de modo nenhum de costas para o rio, nem a muralha impedia a relação da cidade com o Tejo.⁴⁰¹ Além disso, fica também evidenciado que a Ribeira era, já na segunda metade do século XIII, um “ponto de referência nuclear e central”, muito antes de ter sido realizado o programa de reordenamento de Lisboa por D. Manuel, monarca a quem tem sido atribuído o estabelecimento da Ribeira como ponto central na estrutura urbana da cidade.⁴⁰² Muito pelo contrário, desde D. Afonso III, e ainda mais com D. Dinis, é notória a preocupação da Coroa em criar um pólo económico e político na Ribeira através da implantação não só de propriedade régia, que irá ser rentabilizada, mas também de estruturas urbanas que marcam a presença da autoridade régia nesse espaço, caso das tercenas régias, na extremidade ocidental, ou da Alfândega, no outro extremo do Vale da Baixa, estruturas ligadas pelas ruas Nova e da Ferraria. A construção da estrutura palatina, realizada por ordem de D. Manuel, no início do século XVI, no extremo ocidental do Vale da Baixa, teve antecedentes que não devem ser ignorados, sob pena de se imaginarem movimentos pontuais de ruptura, quando, na verdade, a cidade sempre esteve virada para o rio. Nem poderia ser de outra maneira.⁴⁰³ O próprio local escolhido por D. Manuel para construir o seu Palácio da Ribeira, não é outro senão o local já então pertencente à Coroa, o das tercenas régias de D. Dinis, entretanto desactivadas, acrescentando um novo corpo que se prolonga na direcção do rio, uma repetição do mesmo movimento de fazer cidade, ganhando terreno ao Tejo, tal como D. Dinis havia feito nas ruas Nova e da Ferraria.

401 C. Caetano 2004, 33.

402 Carita 1999, 53-55.

403 Lembre-se a *Olisipo romana*, cuja principal fonte de riqueza era, como se sabe, a indústria de produção de preparados de peixe (Parte III, Subcapítulo 1.2 - *As pré-existências romanas*), ou ainda as descrições da Lisboa muçulmana, sempre “rica em peixe” (Parte III, Subcapítulo 6.1 - *O porto de Lisboa em época islâmica*).

6. AS ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

A literatura recente dedicada à evolução da Ribeira de Lisboa não tem olhado o passado medieval com bons olhos. Note-se, por exemplo, uma passagem de Carlos Caetano em que o autor se refere à Ribeira desta época: “Localizada nas traseiras da cidade medieval, a Ribeira era um espaço não edificado onde, face à cerca murallhada da cidade, a presença da natureza era dominante, com a praia estreita e sobretudo o rio, muito mais largo que hoje”.⁴⁰⁴

Ao ler esta passagem ficamos com a ideia errada de que, em época medieval, Lisboa esteve de costas viradas para o rio e para todo o seu potencial, presumindo-se nesta visão que não existiriam estruturas navais de interesse no espaço da Ribeira. Nada poderia estar mais longe da verdade. Como iremos demonstrar, a Lisboa medieval esteve sempre ligada ao rio, e através deste ao mar, aliás como esteve a cidade romana – e até mesmo a cidade da Idade do Ferro.⁴⁰⁵ Se conhecemos mal o desenvolvimento da cidade ao longo da Ribeira em época islâmica, tal não acontece após o reinado de D. Afonso III, durante o qual a cidade, por vontade do rei e sob o olhar aprovador do concelho, se concentra definitivamente no seu potencial marítimo. Esta natureza marítima ficou plasmada na forma urbana, sobretudo com as profundas alterações urbanísticas promovidas por D. Afonso III e, ainda mais, por D. Dinis, que reformularam definitivamente a Ribeira através da edificação quer de estruturas de apoio à construção naval, quer de estruturas defensivas, que permitiram um crescimento urbano ímpar exactamente na Ribeira de Lisboa.

404 C. Caetano 2004, 33.

405 Sobre a ligação da cidade ao rio em época romana e épocas anteriores, ver: A. V. Silva 1944a; Alarcão 1994; Fabião 1994b; Mantas 1999; J. C. Ribeiro 1994b; R. B. Silva 1997; Bugalhão 2001; Amaro 2002b; R. B. Silva 2012b. Sobre a navegação no litoral atlântico do al-Andalus, ver, por todos: Picard 1997.

6.1. O porto de Lisboa em época islâmica

As informações sobre o porto de Lisboa em época islâmica são praticamente nulas. Os geógrafos árabes referem repetidamente a pesca como uma das grandes potencialidades da cidade, mas não nos revelam dados sobre o seu porto.⁴⁰⁶ Não se conhecem mais referências sobre a existência de estruturas portuárias em época de domínio islâmico. É certo que a abundante pesca feita no Tejo, repetidamente referida pelos geógrafos árabes,⁴⁰⁷ obrigava à construção de barcos de pesca. Além disso, a possibilidade de ter existido uma armada militar baseada na cidade em época de domínio islâmico foi recentemente suscitada.⁴⁰⁸ Se de facto, existiu uma armada ou se, pelo menos, a cidade era usada como ponto de passagem regular de tais frotas, seria natural que existissem estruturas de apoio à sua reparação. No que respeita à existência de uma marinha mercante, é possível afirmar que um intenso comércio marítimo e fluvial ligava Lisboa a todo o al-Andalus, sobretudo ao resto do Gharb, durante a época de domínio muçulmano, facto que se pode observar nos mais recentes estudos sobre cerâmicas encontradas na cidade.⁴⁰⁹ Além destes dados arqueológicos, também o célebre episódio dos aventureiros parece indicar a presença de actividade comercial marítima de longo curso e permite-nos supor que a cidade possuiria, no início do século XII, meios para construir navios de médio ou longo curso.⁴¹⁰

Seja como for, com base nas fontes documentais e narrativas não podemos ir mais longe do que afirmar que a Lisboa islâmica teria, com certeza, estruturas portuárias de apoio à actividade piscatória, ao comércio fluvial de curta distância, ao comércio e guerra marítimos. As dúvidas que permanecem sobre a existência, ou

406 São vários os geógrafos árabes que referem a pesca, por exemplo, Al-Garnati, Al-Qazwini e o anónimo que escreveu o *Diker Bilad al-Andalus*. Estes autores repetem aparentemente uma mesma notícia onde, pelas suas palavras, Lisboa se destaca “pelas potencialidades que dispõe para a caça e para a pesca” (cf. Sidarus et Rei 2001, 42-43; 55; 65). Acrescente-se às notícias etimológicas relacionadas com a actividade pesqueira, o facto de o étimo “tercena” ser também proveniente do árabe *dar-ar-sina*, a “casa do trabalho”, origem essa que partilha com o étimo “arsenal”. Segundo Leopoldo Torres Balbás (1946) a tradução literal “casa do trabalho” aplicava-se não só a uma oficina naval, mas também a qualquer tipo de fábrica.

407 Sobre a relevância da pesca em Lisboa durante a época de domínio islâmico, Cláudio Torres (2001, 74) afirma que “seria muito intensa a actividade pesqueira, dada a variedade de barcos, apetrechos e artes da pesca ajustadas a estas águas e que ficaram na nomenclatura da construção naval e no vocabulário marítimo. Da língua árabe provêm, entre tantas outras os vocábulos xávega, tarrafa, fateixa, e arrais”.

408 Inês Lourinho (2010, 61), baseando-se na *Historia Compostelana*, afirma: “Pelas descrições da *Historia Compostelana*, assim como de al-Idrisi, Ibn Sahib al-Salah e Ibn Idari, podemos apontar para que, em 1147, ano da conquista de Santarém e Lisboa, existissem esquadras de guerra, no que ao actual território português diz respeito, em Cacela, Silves e Lisboa”. Na passagem da *Historia Compostelana* que a autora tem como base, refere-se que na época do arcebispo Diego Gelmírez (c. 1068-1140) Santiago de Compostela sofria ataques realizados pelos sarracenos de Sevilha, Saltes, Castella (Cacela-a-Velha), Silves e Lisboa (*História Compostelana*, tradução de Fr. Manuel Suárez. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950, pp. 192-195).

409 Sobre esta questão, ver: Gómez Martínez et al. 2015; Cavaco et al. 2015. Nos estudos mais recentes, sobressai o Projecto CIGA (cf. Bugalhão et al. 2010, 455-476).

410 O episódio dos aventureiros encontra-se vertido para português em: Sidarus et Rei 2001, 49-50. O texto original está patente na descrição da cidade feita por Al-Idrissi, em meados do século XII, e foi traduzido para português por António Borges Coelho (2008, 54-56).

não, de uma frota naval sedeadada na cidade, ou perto dela, não nos permitem supor se a margem ribeirinha da cidade teria ou não estruturas de apoio à reparação, ou até de construção de embarcações de cariz militar. No entanto, note-se que nesta época as embarcações construídas originalmente para a pesca podiam ser convertidas em embarcações militares, facto que torna esta questão ainda mais complexa.

É impossível de precisar com exactidão o local onde se situariam tais estruturas em época de domínio muçulmano. Pois, além de podermos afirmar que toda a margem ribeirinha reunia as condições necessárias para ser utilizada no apoio à construção e reparação de embarcações de pequeno porte, não é possível perceber se a cidade dispôs sequer de estaleiros para embarcações de grande porte durante a época de domínio islâmico. A única linha de investigação que podemos seguir neste caso é supor onde se localizaram essas estruturas combinando informação possibilitada pela arqueologia e pela documentação posterior.

No que respeita ao contributo dado pela arqueologia, é conhecida apenas uma única possibilidade não confirmada de “estarmos perante uma estrutura de funcionalidade portuária (não necessariamente um porto), ou mesmo uma estrutura delimitativa da linha fluvial do arrabalde ocidental”,⁴¹¹ a qual foi encontrada numa escavação que se realizou na esquina ocidental da actual Rua da Padaria com a Rua dos Bacalhoeiros. Os vestígios encontrados não permitiram aos arqueólogos responsáveis uma interpretação concreta da sua funcionalidade. Foram encontrados dois muros com uma orientação sudoeste/nordeste, em que um deles inflecte para oeste, e no local dessa inflexão a sua largura estava reforçada. A cronologia atribuída a estas estruturas pelos arqueólogos responsáveis oscila entre os finais do século XI e a segunda metade do século XII.⁴¹²

A localização destes vestígios, perto da hipotética margem ribeirinha por nós assinalada na nossa reconstituição, torna plausível a hipótese de estas estruturas estarem relacionadas com a linha de costa ribeirinha. Mas perante a incerteza dos arqueólogos sobre a sua funcionalidade e a falta de dados documentais, não podemos confirmar ou infirmar esta suposição (ver figura 56).

411 L. Fernandes et al. 2006, 63. Num artigo sobre a mesma escavação, publicado em 2011, os arqueólogos responsáveis pela escavação já não referem sequer a possibilidade de se tratar de uma estrutura de funcionalidade portuária (L. Fernandes et al. 2011).

412 L. Fernandes et al. 2011, 245.

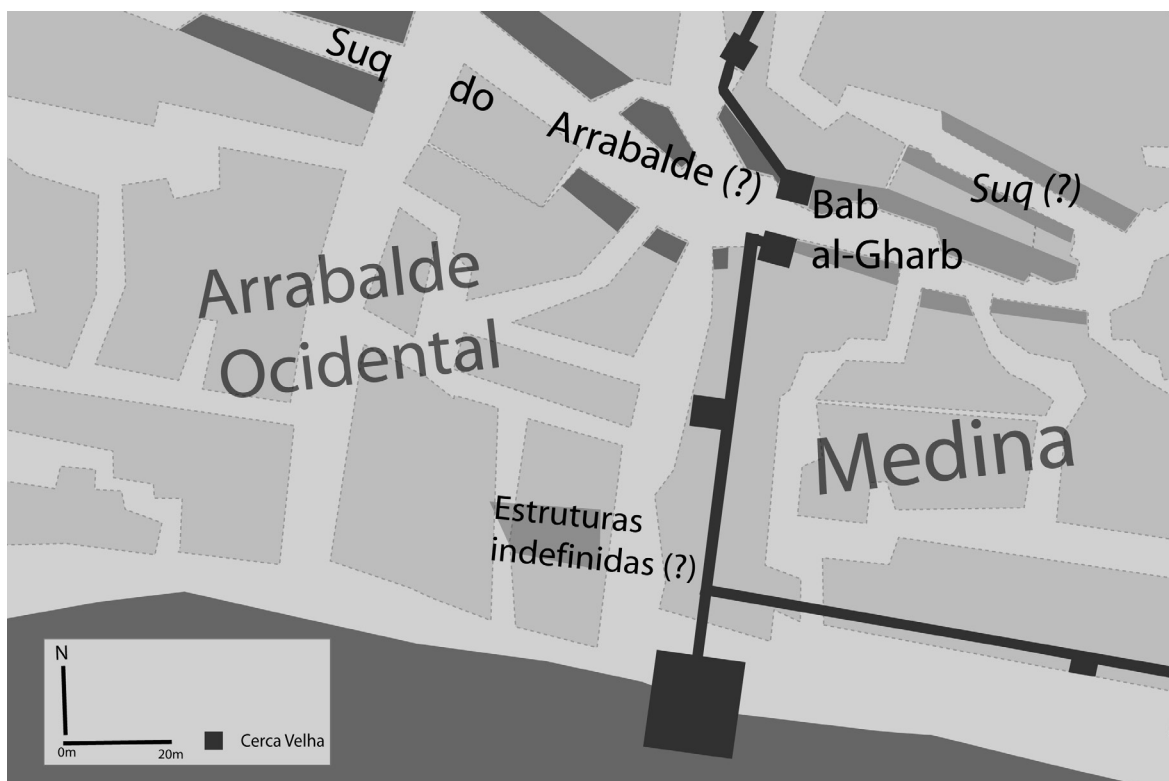


Figura 56. Margem ribeirinha do arrabalde ocidental (1.ª metade do século XII)

Relativamente à informação documental posterior sobre a mesma questão, sobressai a veiculada por uma doação ao Convento de Chelas sobre o aniversário da alma de um João Eanes Carpinteiro e sua mulher, Ouroana Ricardes, realizada em 1237, onde se referem umas casas localizadas “*in parochia Sct. Marie Magdalene circa palatium navigatorum regis*”, ou seja, “na paróquia de S. Maria Madalena cerca do paço das naus do rei”.⁴¹³ Este paço das naus foi já interpretado por diversos autores como sendo a mais antiga referência documental a umas tercenas régias que terão existido na freguesia da Madalena, durante o reinado de D. Sancho II.⁴¹⁴ Augusto Vieira da Silva localiza, sem base documental sólida, este paço das naus perto do posterior Largo do Pelourinho, associando o *palatium* onde D. Afonso III construiu as suas

413 ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 9, doc. 175, de Outubro de 1237.

414 José de Vasconcellos e Menezes, seguindo a interpretação de Júlio de Castilho, atribui a este Paço das Naus o significado de um mero “armazém de aprestos navais” (Menezes 1986a), seguindo Júlio de Castilho (1893, 14: “o paço dos navios d’el-rei seria o armazém dos petrechos náuticos, o depósito de velame, cordame e outras alfaías, víveres, e armas”).

Fangas⁴¹⁵ com o referido *palatium navigatorum regis*.⁴¹⁶ Esta associação parece-nos no mínimo arriscada, pois *palatium* significa simplesmente “paço”, e não nos parece que o “paço das naus reais” tenha forçosamente de corresponder ao paço onde foram construídas as Fangas. Contudo a presença das já referidas hipotéticas estruturas de carácter portuário, detectadas na escavação arqueológica que decorreu na Rua dos Bacalhoeiros, pode indiciar que realmente o espaço a ocidente da muralha, junto à margem ribeirinha, possa ter funcionado como um ponto de apoio à construção e reparação de naus. Todavia, sem mais evidências documentais ou arqueológicas, não podemos apresentar qualquer proposta de reconstituição concreta sobre as estruturas portuárias da cidade em época de domínio islâmico. Teremos de aguardar que resultados de novas escavações arqueológicas possam um dia esclarecer se realmente nesta zona da cidade existiu ou não um ponto de apoio às actividades marítimas durante a época de domínio muçulmano.

Relativamente à extremidade ocidental do vale da Baixa, sabemos actualmente, devido às escavações ocorridas no quarteirão do Banco de Portugal, que esta zona estaria ainda sob a influência directa das marés do Tejo, o que impossibilitaria a construção de estruturas urbanas nesse local durante a época de domínio islâmico da cidade, uma situação que se iria alterar na centúria seguinte à tomada da cidade pelos cristãos.⁴¹⁷

6.2. Do foral de 1179 ao Paço das Naus de D. Sancho II

Em Maio de 1179, D. Afonso Henriques concede a Lisboa, Santarém e Coimbra cartas de foral semelhantes. No final das três cartas de foral, o monarca atribui a alguns membros da tripulação de um navio o foro de cavaleiro: ao alcaide, que será o comandante, dois espadeleiros, ou seja, remadores, dois proeiros, portanto dois pilotos, e um petintal, ou seja, um carpinteiro especializado em construção naval.⁴¹⁸ Através desta cláusula do tríptico foral, o monarca incentiva claramente a existência de uma marinha no reino. Uma marinha só poderia existir com navios,

415 Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, Livro 1, fl. 42, 1260: “portale que est inter barbacanam et palatium ubi ego mandavi fieri meas fanegas”, ou seja, “portal que está entre a barbacã e o paço onde eu mandei fazer as minhas fangas”. Sobre a construção das Fangas régias ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por D. Afonso III; e 5.5.3 - Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega.

416 Cf. A. V. Silva 1987b, 25-26.

417 Cf. Rocha et al. 2013, 1013: “Apesar da abundância de evidências materiais e do seu implícito carácter doméstico, a urbanização observada efectivamente mais a Norte (Bugalhão 2001; 2008) não se terá aqui concretizado. Pese embora a deposição sucessiva de sedimentos aluvionares tenha criado uma praia com cotas progressivamente mais altas, toda esta zona estaria ainda no raio de acção das flutuações do Tejo, o que inviabilizaria qualquer tipo de construção perene”.

418 Cf. DMP-DR, doc. 336, 442-446: “De navigio vero mando ut alcaide et duo spadelarij et duo pronarj et unus petintal, habeant forum militum”.

por sua vez os navios têm de ser construídos em algum lado, e desde 1147 que o primeiro rei português dispunha de um dos melhores portos naturais da Península Ibérica, o estuário do Tejo, em especial a zona ribeirinha de Lisboa, cujo castelo e muralhas constituíam uma relevante estrutura de controlo e defesa. Além do mais, sabemos que, entre 1179 e 1181, D. Fuas Roupinho participou em várias batalhas navais, em que chegou a comandar mais de cinco dezenas de embarcações, facto que confirma a existência de uma frota militar portuguesa nesse período.⁴¹⁹

Esta política de incentivo à expansão da marinha do reino, com especial ênfase em Lisboa, deverá ter tido continuidade, pois, em 1204, é referido, numa carta régia de Sancho I, um “alcaide dos navios”.⁴²⁰ Além disso, em 1227, numa carta régia de D. Sancho II, é mais uma vez referido o alcaide-do-mar, e os marinheiros em geral são admoestados a responder perante os alvazis sobre as demandas que lhes sejam feitas.⁴²¹ Complementando estas referências, numa inquirição feita durante o reinado de D. Dinis, algumas testemunhas afirmam que, já desde o reinado de D. Sancho II, os judeus da cidade tinham a obrigação de colaborar na construção naval, referindo especificamente que “el Rei Don Sancho mandara o mestre Joane fazer umas debadoyras para sacar os navios e para mete los que os Judeus davam um muy bom calavre novo e muy forte para tirar e para sacar as Galés”.⁴²²

Observando esta documentação, é possível afirmar que terá existido uma marinha do reino, que tinha uma base em Lisboa, cidade onde existia um alcaide-do-mar. Marinha essa que teria como principal objectivo proteger a frota mercantil, cujo principal impulsionador e beneficiário era também a Coroa.⁴²³ Assim sendo, haveria, durante os primeiros reinados, motivos concretos para a existência de estruturas fixas para construção e reparação das naus. Contudo, não sabemos onde funcionavam essas estruturas até ao reinado de D. Sancho II, momento em que, como já referimos, uma doação de 1237 refere a existência de um “Paço das naus do rei” na freguesia da Madalena, sem especificar onde se situava, nem a sua dimensão, nem a forma arquitectónica.⁴²⁴ Parece-nos então possível que este *palatium navigatorum regis* seja, de facto, uma das bases de apoio à marinha e que estaria, possivelmente, sob o comando do referido alcaide-do-mar. A possibilidade de a estrutura mencionada na

419 Sobre as batalhas navais de D. Fuas Roupinho, ver: M. J. Branco 2006a, 89; Huici Miranda 2000, 1:105; 109-115.

420 Cf. AML, Livro dos Pregos, fl. 28v. Traslado de 12 de Abril de 1361, em pública-forma e tradução do latim do foral de 1179 e confirmações e privilégios de Sancho I e Afonso II. O privilégio de D. Sancho I está datado de 1204.

421 Cf. AML, Livro dos Pregos, fl. 28v. A carta régia de Sancho II está datada de 1227.

422 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 141 e seguintes; publicado em *Descobrimientos Portugueses* 1944, 1:46-48.

423 Sobre a frota mercante de D. Sancho II, Hermenegildo Fernandes afirma que “Sabemos ainda que essa actividade comercial em que o rei funcionava como armador era uma prática continuada, tendo acontecido, pelo menos por cinco ou seis vezes armarem-se novos navios, e apoiada em infraestruturas que o próprio Sancho mandara instalar” (H. Fernandes 2010, 305).

424 ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 9, doc. 175, de Outubro de 1237.

doação de 1237 ser herdeira de uma outra estrutura de época de domínio islâmico, com base nas evidências arqueológicas da escavação da Rua dos Bacalhoeiros é aliciante, mas a verdade é que o documento de 1237 apenas refere a freguesia da Madalena e não localiza com maior precisão o referido “Paço das Naus”. Além disso, a interpretação da funcionalidade das evidências arqueológicas mantém um alto grau de incerteza. Por ambos os motivos não podemos afirmar com certeza que estas estruturas tinham algum tipo de ligação. Neste caso, é apenas possível afirmar que, em 1237, existia algures na margem ribeirinha da freguesia da Madalena um local que servia de apoio à construção e reparação das galés do rei – e que, talvez, cerca um século antes, possa também ter existido estruturas portuárias na mesma área.

Augusto Vieira da Silva, apoiado na referência patente na doação de 1237 e num excerto do *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300, afirma que as tercenas da freguesia da Madalena funcionaram durante todo o século XIII.⁴²⁵ Recordemos o que está escrito nesta fonte: “Também tem o senhor Rei na rua que é chamada rua Nova, contidos de uma parte contra as galés a ocidente e de outra parte com as galés a oriente, 30 [propriedades], 15 chãos e 15 sótãos, todos livres e ligados entre si.”⁴²⁶

O problema reside na interpretação do excerto. A referência a “galés” a ocidente e a oriente tem sido interpretada como evidência da existência de duas tercenas na margem ribeirinha ocidental. Uma, a ocidente, em S. Julião, a qual é referida em centenas de documentos medievais, desde o reinado de D. Dinis até ao seu desaparecimento no final do século XV; e outra na Madalena, a oriente, que apenas surge em duas supostas menções, a doação de 1237 e o *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300. Relativamente à primeira não há qualquer dúvida da sua existência, pois, como afirmámos, está documentada em centenas de documentos. Mas a suposta tercena oriental não é certo que seja mencionada no *Livro dos Bens Próprios*, pois além de o título desta secção do inventário régio se referir à freguesia de S. Julião, consideramos que a menção a ocidente e oriente esteja relacionada com a posição das propriedades relativamente ao Rego e não com os limites da Rua Nova, tal como explicamos no capítulo que diz respeito à génese urbana da Rua Nova.⁴²⁷ Além disso, se realmente existissem tercenas no local do posterior Largo do Pelourinho, no final do século XIII, como se explicaria a sua ausência no

425 A. V. Silva 1987b, 2:25, 35.

426 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 351-352: “Item habet domus Rex: in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de allija parte cum galeis contra orientem xxx scilicet xv sollis et xv sotanos totos in simul coninutos liberos pro ad se.”

427 Cf. Parte III, Subcapítulo 5.5.2 – A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

contrato de construção da muralha realizado entre D. Dinis e o concelho em 1294? Nesse documento, são referidas apenas as tercenas que se situavam no extremo ocidental do vale da Baixa; e no local onde supostamente existiam as tercenas da Madalena, o contrato de 1294 refere apenas o Açougue do Pescado.⁴²⁸

Ainda assim, o facto de as tercenas da Madalena terem apenas uma referência singular não significa que nunca tivessem existido, significa, sim, que esta estrutura não terá tido continuidade, pois não encontra qualquer eco na abundante documentação dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, cujas chancelarias são especialmente generosas nas referências topográficas a esta parte da cidade, facto que nos permitiu elaborar reconstituições fundamentadas na documentação.⁴²⁹ A referida passagem do *Livro dos Bens Próprios* não nos parece constituir prova suficiente para se supor que o Paço das Naus de D. Sancho II tenha efectivamente sobrevivido até ao final do século XIII. Em algum momento entre 1237 e o final de Trezentos, de algum modo que não é possível perceber, o Paço das Naus desapareceu e foram construídas tercenas no limite ocidental do vale da Baixa.

6.3. As Tercenas régias de Lisboa

O documento conhecido mais antigo que refere a construção de tercenas por parte dos monarcas portugueses é a composição feita por D. Dinis em 1285 sobre agravos apresentados pelo concelho.⁴³⁰ Uma das queixas é que D. Afonso III, ou os seus antecessores, construíram ilegalmente tercenas nos rossios do concelho, prejudicando assim o próprio concelho. Infelizmente, o documento não é claro quanto a quem foi realmente o monarca que ordenou a construção dessas tercenas nem o local onde se situavam. Seria uma referência às ilusivas tercenas da Madalena, que surgem apenas numa doação de 1237, ou tratar-se-ia já das tercenas de S. Julião, as tercenas régias da cidade durante todo o resto da Idade Média? Não podemos responder, podemos apenas afirmar que antes de 1285, algum monarca tomou a iniciativa de se apropriar de espaço concelhio na Ribeira para aí construir estruturas de apoio à construção naval. A primeira referência directa a essas

428 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29.

429 A nossas reconstituições da Ribeira de Lisboa encontram-se em: Parte III, Capítulos 5 e 6, A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político, e As estruturas portuárias, respectivamente.

430 AML, Livro dos Pregos, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285: “per razom dos rossios de Lixboa em que el rei dom Afonso seu padre ou ele ou seus antecessores fizeram açougues, tendas, ferrarias, tاراچanas e cassas ou outras quaisquer cousas”.

tercenas é o contrato para a construção da muralha da Ribeira celebrado entre D. Dinis e o concelho em 1294.⁴³¹ Nesse documento, nada ficamos a saber sobre a configuração da estrutura, apenas que marcava o limite ocidental da muralha que então o rei acordava construir em parceria com o concelho.

O inventário da propriedade régia composto entre 1299 e 1300, o *Livro dos Bens Próprios* traz nova luz às tercenas da cidade. Além de várias referências a propriedades régias “ao redor das galés”, “sobre as galés”, aí se afirma o seguinte: “Também tem o senhor Rei 13 tercenas com 12 galés na Ribeira.”⁴³²

O que seriam então estas 13 tercenas que, em 1300, albergavam 12 galés? Qual seria a sua configuração e qual seria o seu impacto na forma urbana da cidade? Não existem plantas que nos elucidem acerca das estruturas existentes em Lisboa. Ainda assim, podemos, em primeiro lugar, perceber como seriam, através da comparação com estruturas que teriam a mesma funcionalidade.⁴³³

Em 2011, foi descoberto, em Portus, um sítio arqueológico localizado a norte de Óstia, junto à actual localidade de Fiumicino, em Itália, um edifício dedicado à construção naval pertencente a um extraordinário complexo portuário que dominou a foz do rio Tibre em época antiga, desde o seu estabelecimento pelo imperador Cláudio até ao século IV d.C.⁴³⁴

Não é aqui possível, nem ajustado, percorrer toda a história da arquitectura dos estaleiros navais desde época romana até à época medieval. No entanto, a configuração arquitectónica das estruturas encontradas em Portus é de tal modo análoga às tercenas medievais erguidas na Península Ibérica que nos parece ser possível afirmar que este edifício está na base do modelo aplicado posteriormente. A sua posição, estrutura e funcionalidade pode ser descrita de modo simples: naves alongadas, apoiadas em pilares, sucedem-se umas às outras, permitindo às embarcações espaço suficiente para a sua

431 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29: “de la minha Torre da escrivanya ata as minhas Casas das Galees de contra o mar”.

432 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352: “Item habet domus Rex Xiii Taracenas cum Xii galeis apud Riparium.”

433 O conhecimento da funcionalidade das tercenas tem sido alvo de alguma confusão por parte da investigação histórica em geral. Tais dificuldades devem-se a que as tercenas de Lisboa, com certeza as mais relevantes do reino português, tenham sido gradualmente transformadas em armazéns, atingindo essa função em pleno com a instalação da Casa da Índia, por ordem de D. Manuel, no início do século XVI. Funcionaram realmente como armazéns, mas essa não era a sua função original. Essa era a de albergar as embarcações de grande porte, sendo, por isso mesmo, o local privilegiado para a sua manutenção. Sobre a instalação da Casa da Índia, o trabalho de Carlos Caetano (2004) constitui a bibliografia de referência. Este autor realizou uma aturada e bem conseguida investigação, que lhe permitiu reconstituir a configuração arquitectónica da Casa da Índia e perceber a sua funcionalidade no século XVI. Todavia, sobre a estrutura que ali existia, as tercenas medievais, é o próprio autor a admitir que “nada sabemos que então foi adaptado, alargado ou construído de novo”, seguindo à letra a seguinte afirmação de Damião de Góis, Carlos Caetano parece supor que tudo terá sido feito de raiz: “[D. Manuel] fez de novo as casas da contratação de Guiné, e da Índia, debaixo do aposento destes paços da Ribeira”. No entanto, observando a sua reconstituição da Casa da Índia encontramos uma estrutura arquitectónica em tudo semelhante às tercenas medievais de Sevilha e de Barcelona, como aqui referimos. O artigo publicado em 2013 por Fernando Gomes Pedrosa esclarece claramente a funcionalidade das tercenas medievais, suscitando questões que até aqui não haviam sido suscitadas, sobretudo por falta de entendimento da funcionalidade e relevância destas estruturas.

434 Sobre as escavações em Portus, consultar o *site* oficial da responsabilidade da Universidade de Southampton, que divulga os resultados dessas escavações. O director das escavações é Simon Keay (cf. <http://www.portusproject.org/>)

construção ou reparação num recinto protegido, localizado junto à margem costeira, de modo que as embarcações pudessem ser recolhidas ou lançadas ao mar consoante fosse necessário. Convém, portanto, sublinhar que estas estruturas não só davam apoio à construção e reparação naval, mas também tinham uma muito importante função de abrigar as embarcações num recinto fechado e protegido.

Relativamente às tercenas medievais ibéricas, é importante notar que Abd al-Rahman III tinha, segundo Torres Balbás, estruturas desse tipo estrategicamente espalhadas pelo al-Andalus, nomeadamente em Alcácer do Sal, Almeria e Tortosa, e talvez também em Sevilha e Algeciras.⁴³⁵ Estas tercenas califais são conhecidas sobretudo através de fontes documentais; e por isso não se conhece com rigor a sua configuração arquitectónica. Contudo, tal como as tercenas que foram construídas no século XIII, as califais teriam plausivelmente na sua raiz o modelo do estaleiro marítimo romano.⁴³⁶

No século XIII, foram construídas tercenas em duas cidades de grande relevância no mapa político da Península: Sevilha e Barcelona.

Afonso X de Castela, avô de D. Dinis, iniciou em 1252 a construção de tercenas em Sevilha, sendo muito provável que tenham sido erguidas sobre as de época almóada, construídas no terceiro terço do século XII.⁴³⁷ A arquitectura das tercenas de Sevilha apresenta paralelos com a mesquita maior almóada da mesma cidade que foram já notados, com ambos os edifícios “*estructurándose a base de acueductos paralelos sobre arcadas y cubiertos de modo independiente por lo que su relación mudéjar es más que evidente*”.⁴³⁸ A edificação da estrutura erguida durante o reinado do rei *Sábio* teria, segundo a hipótese de reconstituição apresentada pelos arqueólogos responsáveis, 14 naves, que tinham uma largura média de nove metros cada uma, um comprimento máximo de 70 metros e um alçado com cerca de 12 metros de altura desde o piso até ao tecto. Na estrutura original, o espaço interior teria apenas pilares que suportavam a cobertura e separavam as naves à semelhança do que acontece, por exemplo, no interior da mesquita-catedral de Córdova, da mesquita maior almóada de Sevilha, ou da mesquita maior de Cairuão, actual Tunes.

435 Torres Balbás 1946, 179.

436 Corroborando uma provável matriz comum entre as tercenas de época islâmica e cristã na Península Ibérica, especialistas nas tercenas de Sevilha afirmam que “*el modelo medieval de atarazana es bastante homogéneo (Málaga islámico y Barcelona cristiano por ejemplo*” (Amores Carredano et Cruz Quirós 1999, 47).

437 A inscrição fundacional das tercenas de Afonso X em Sevilha, datada de 1252, chegou incólume até aos nossos dias (Amores Carredano et Cruz Quirós 1999, 36).

438 Amores Carredano et Cruz Quirós 1999, 44.

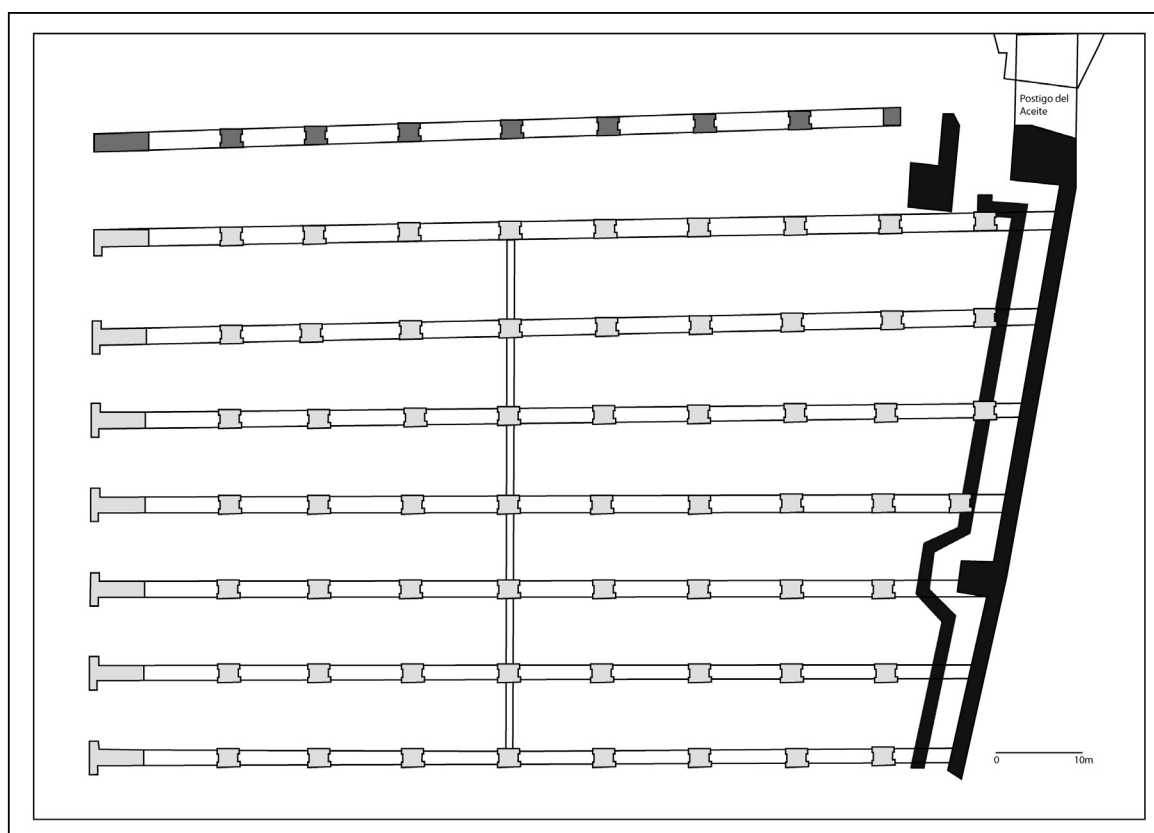


Figura 57. Planta parcial das tercenhas de Sevilha nos séculos XIII-XIV⁴³⁹

Se as relações entre as referidas mesquitas e as tercenhas de Sevilha são meramente fruto do acaso ou se existiu alguma relação objectiva entre estes espaços, não nos cabe perceber no âmbito desta investigação, mas a verdade é que ambas as estruturas, mesquita maior e tercenhas, tiveram um impacto muito considerável na forma da cidade, ainda que tendo ambas, claramente, funcionalidades indiscutivelmente distintas.

Relativamente à posição na cidade das tercenhas de Sevilha, construídas por Afonso X, estas encontravam-se adossadas ao exterior da muralha de época almorávida e da barbacã almóada, no sudeste da cidade, junto à margem do Guadalquivir, não muito longe da zona palatina da Alcáçova, numa situação que não é despendida relativamente ao caso de Lisboa, como veremos.

439 Adaptado de Amores Carredano et Cruz Quirós 1999, 49.

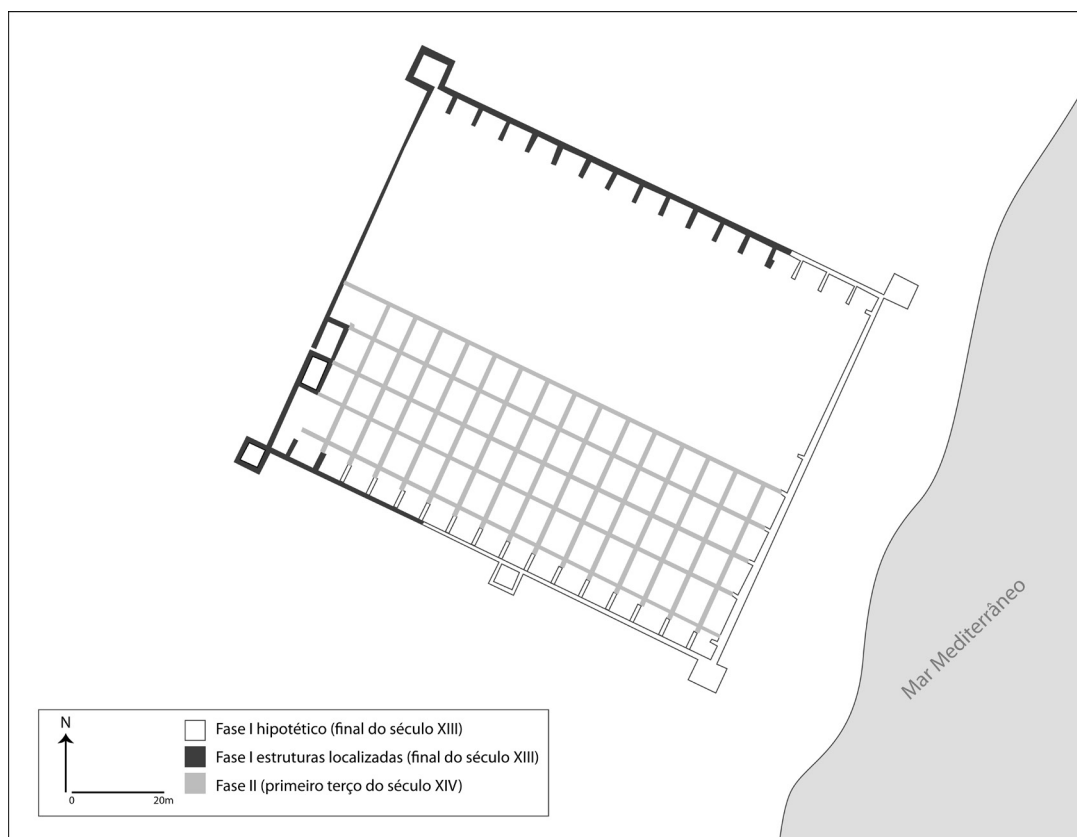


Figura 58. Terças Régias de Barcelona (adaptado de Iñaki Moreno e Esteve Nadal)⁴⁴⁰

Pedro III de Aragão, cognominado o *Grande*, pai de Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, inicia, entre 1282 e 1285, a construção das terças de Barcelona.⁴⁴¹ A estrutura erguida nessa época consistia num recinto rectangular sem cobertura, fortificado em três lados, resultando num grande pátio aberto para o mar, cujas naveas ficaram estabelecidas no momento construtivo inicial através de um sistema de pórticos. As dimensões totais teriam cerca de 102 metros de comprimento, no eixo mar-terra, e 81 metros de amplitude no eixo paralelo ao mar. No lado interno do edifício, situavam-se, adossados aos muros, pórticos que albergavam várias lojas, as quais funcionavam como local de armazenamento e oficinas. Os vértices da estrutura eram protegidos por torres de planta rectangular, e talvez existisse uma quinta torre a meio do pano de muralha a sul.⁴⁴² A entrada da estrutura seria

440 Planta da responsabilidade dos arqueólogos responsáveis pelas escavações que decorreram entre 2010 e 2012, publicada em: Moreno Expósito et Nadal i Roma 2015.

441 As mais recentes informações sobre as terças de Barcelona devem-se a escavações arqueológicas realizadas entre 2010 e 2011, na quais se verificou a existência da terça medieval do século XIII e com as quais se pôde, finalmente, escrever uma história segura do edifício, complementando os dados das fontes documentais com os resultados das escavações arqueológicas (Estrada-Rius 2004; Cubeles et al. 2012; Nadal Roma 2014; Moreno Expósito et Nadal i Roma 2015).

442 Moreno Expósito et Nadal i Roma 2015, 575-576.

pelo lado norte, ficando frente a frente com a Porta de Framenors, revelando a estreita ligação entre as tercenas e a cidade, apesar de estas se situarem fora da cerca urbana, erguida cerca de 1250.⁴⁴³ As escavações arqueológicas permitiram perceber que tanto o alinhamento da estrutura como os limites meridional e setentrional se mantêm ainda no edifício actual. A cobertura das tercenas de Barcelona só terá tido início em 1328, sob as ordens de Afonso IV de Aragão.⁴⁴⁴ As tercenas tiveram acrescentos ao longo do século XIV; no século XVI, a maioria das naves estavam já cobertas tal como se pode observar nos desenhos de Anton van den Wyngaerde, feitos em 1563. A estrutura tinha capacidade para albergar nove galés de grande porte, as quais tinham acesso ao edifício através das nove entradas porticadas abertas para o mar.

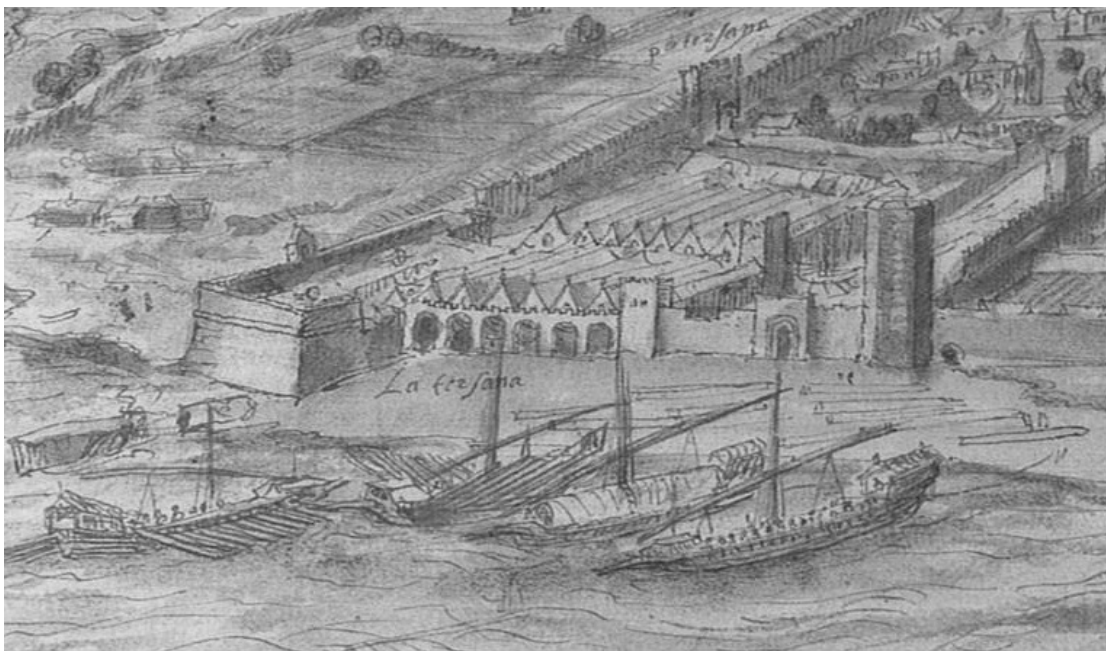


Figura 59. Vista de Barcelona. Anton van den Wyngaerde (1563). Biblioteca Nacional da Áustria. Cod. Min 41, vol. 3.

443 Tal como se pode observar na planta *Barcelona Medieval*, concebida pelo *Taedium*, Grup de Recerca d'Historia Medieval i Innovació Docent Universitària da Universidade de Barcelona, disponível *online* em: http://www.ub.edu/contrataediu/bcn_medieval/grup_recerca4_web.swf (consultado em 29 de Março de 2016).

444 Cf. Bofarull I Sans 1898, 80-81: “*Nos Afonsus Dei gracia Rex Aragonum, Valencie, Sardinie et Corsice ac comes Barchinone: Considerantes quod propter defectum operis necessarij in Daraçanali nostro civitatis Barbinone plura dampna fuerunt Regie Curie subsequata tam in destructionibus galearum et aliorum apparatusum earum quam in necessarijs abtacionibus earundem, et propterea ordinaverimus pro evitandis dampnis huiusmodi et ut continue possint etiam atque inveniantur dicte galee parate ut opus dicti Daraçanalis tam in coboperiendo ipsum quam alias fiat et totaliter compleatur*”, na nossa tradução: “Nós Afonso rei de Aragão, graças a Deus, de Valencia, Sardenha e Córsega e conde de Barcelona, considerando por causa da falta de obras necessárias nas tercenas da nossa cidade de Barcelona aconteceram muitos danos à curia régia e depois destruições das galés e a outros aparelhos e outras coisas que foram levadas, e, por este motivo, providenciaremos para que tais danos sejam evitados e que as galés estejam prontas para que o trabalho nas ditas tercenas possa ser feito e completamente concluído” texto de 1328. Cf. também Nadal Roma 2014.

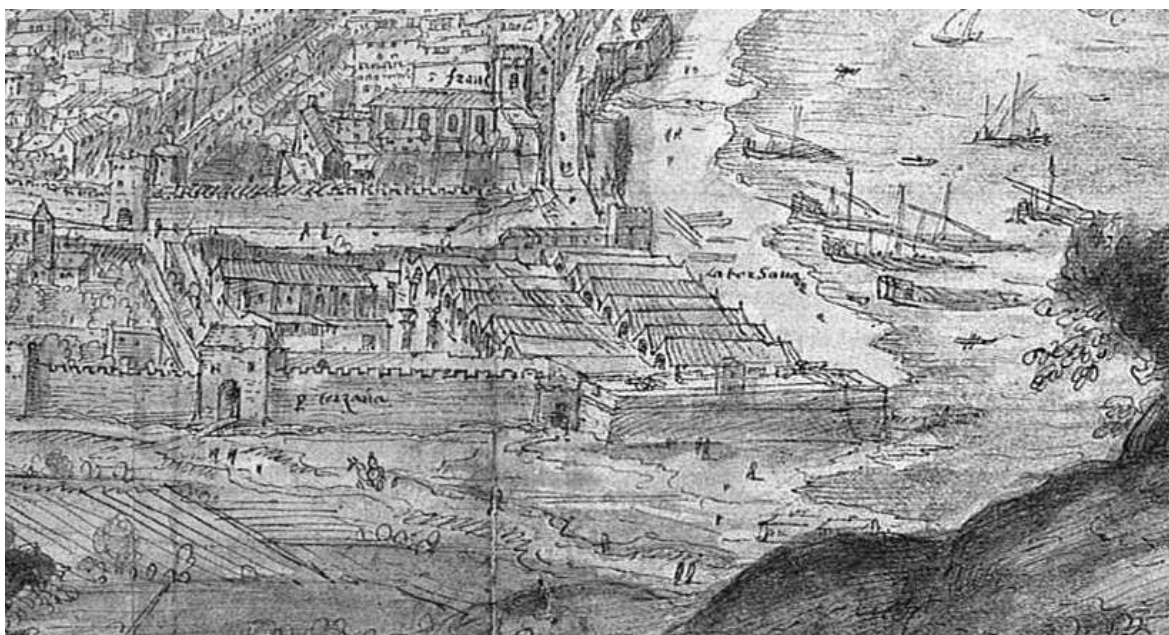


Figura 60. Vista de Barcelona. Desenho de Anton van den Wyngaerde (1563). Biblioteca Nacional da Áustria. Cod. Min 41, fol. 12

As relações de parentesco entre D. Afonso III, D. Dinis e os monarcas que estiveram na origem das estruturas navais de Sevilha e Barcelona e também o momento em que estas foram construídas – a de Sevilha, algumas décadas antes, e a de Barcelona, talvez contemporânea da construção das tercenas de Lisboa – são factores que, conjugados, revelam uma relação que devemos aqui sublinhar.⁴⁴⁵ O século XIII é um momento em que se observa um claro interesse por parte das Coroas do reinos ibéricos em renovar as estruturas de apoio à construção naval das principais cidades marítimas dos seus reinos, e, conseqüentemente em incentivar as actividades marítimas em geral. Não seria, portanto, estranho que D. Dinis ou D. Afonso III tivessem tomado uma iniciativa semelhante às dos referidos monarcas de Castela e Aragão, construindo tercenas régias na cidade cabeça de reino, Lisboa, pretendendo, desse modo, fortalecer a marinha da Coroa e, simultaneamente, incentivar todas as múltiplas actividades que com ela se relacionavam: o transporte e tratamento da madeira, as ferrarias, os calafates, a produção de velas, cordas ou pão – para os

⁴⁴⁵ Afonso X de Castela era pai de Beatriz de Gusmão, que desposou D. Afonso III de Portugal e foi mãe de D. Dinis. Pedro III de Aragão era pai de Isabel de Aragão, a qual desposou D. Dinis.

marinheiros se alimentarem.⁴⁴⁶ Todas estas indústrias artesanais se iriam desenvolver junto do pólo das tercenas, mantendo sempre a sua ligação à cidade, mas dependendo em grande medida da actividade de construção e reparação naval que acontecia nas tercenas.

A mais antiga notícia sobre as tercenas de Lisboa – que se refere, sem qualquer dúvida, às estruturas navais régias localizadas no extremo ocidental do vale da Baixa – é o contrato para a construção da muralha da Ribeira feito entre D. Dinis e o concelho em 1294. O documento menciona-as sem qualquer ambiguidade, como uma estrutura já existente no momento da elaboração do contrato, localizando-as em oposição à Torre da Escrivantina, ou seja, no extremo ocidental do vale da Baixa.⁴⁴⁷ Além desta referência, encontrámos uma outra, que indica que já antes da construção das tercenas régias existiam, pelo menos, ancoradouros na freguesia de S. Julião, ou seja, no lado ocidental do vale da Baixa, nomeadamente, a referência a “*unam barcam coutadam*”, ou seja, “uma embarcação abrigada”, que em 1220 pertencia ao Convento de S. Vicente de Fora.⁴⁴⁸ As estruturas que albergavam essa embarcação não eram obviamente as tercenas régias, pois a posse por parte do Convento elimina essa hipótese, e não se tratariam de estruturas amuralladas com a dimensão que tiveram depois as tercenas. No entanto esta referência revela a existência de actividades navais que poderão ter estado na origem da escolha do local onde iriam depois ser erguidas as tercenas régias.

Visto que o contrato de 1294 não nos permite perceber quem esteve por trás da construção das tercenas, e que, tal como já referimos, a composição entre D. Dinis e o concelho feita em 1285 refere que foram construídas por monarcas portugueses, mas sem especificar quais, não é possível afirmar com certeza se as tercenas localizadas no extremo ocidental do vale da Baixa foram erguidas por D. Dinis ou por D. Afonso III.⁴⁴⁹

446 Apesar de não sabermos exactamente a situação de todas estas actividades, temos notícias de algumas delas na documentação. Por exemplo um aforamento feito por Afonso IV em 1329 revela uma “padaria das tercenas” nas confrontações (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 19; publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV 1990-1992*, 1:183-184). A tanoaria encontra-se referida em documentos posteriores, mas a sua situação junto das tercenas indica uma relação óbvia: “os tanoeiros, moradores à porta d’Oura, em a nossa cidade de Lisboa, se agravaram a nós e nos disseram que a eles eram dito que nós eramos requeridos por algumas pessoas, que lhes aforássemos parte do chão da praça que esta à dita porta d’Oura e ao longo das nossas tercenas, para em ele haverem de fazer casas, e porquanto o dito chão e praça lhes era muito necessário para haverem de ter e lavar a sua madeira” (cf. traslado de 1670, de uma carta régia de 20 de Maio de 1463, em ANTT, Extremadura, liv. 10, fl. 126v.; publicado em: E. F. Oliveira 1882-1911, 10:114).

447 AML, Livro dos Pregos, doc. 20; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: A. V. Silva 1987b, 1:27-29: “como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataas mhas casas das galees de comtra o mar”.

448 Esta referência encontra-se na inquirição de 1220 (ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18).

449 AML, Livro dos Pregos, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285, analisado em: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III.

Seja como for, o monarca português que esteve na origem da construção das tercenas de Lisboa terá tido em consideração as de Sevilha, e talvez também as de Barcelona, dependendo da cronologia da construção, que não podemos aqui estabelecer com precisão. É assim possível tentar reconstituir a sua estrutura, tal como existiam em 1300, quando são descritas como sendo 13 tercenas que albergavam 12 galés.⁴⁵⁰ Conhecendo a estrutura arquitectónica das de Sevilha e de Barcelona, é possível supor que as tercenas de Lisboa teriam uma forma aproximada. Documentação posterior ao reinado de D. Dinis informa-nos ainda sobre a existência de algumas torres que pertenceriam ao complexo, as quais não podemos afirmar com certeza que integravam a estrutura inicial, mas podemos ainda assim supor a sua existência na estrutura de 1300, dado o paralelo existente com as tercenas de Barcelona.⁴⁵¹ A localização de algumas torres do muro setentrional das tercenas foi feita de modo aproximado por Augusto Vieira da Silva; contudo, o olisipógrafo, talvez não tendo conhecimento da estrutura das tercenas medievais, não reconstituiu o edifício.⁴⁵²

Na nossa proposta de reconstituição, decidimos acrescentar uma torre no vértice oriental, relativamente à proposta de Vieira da Silva, visto que alguns documentos referem uma torre localizada perto da Ermida de Nossa Senhora da Oliveira.⁴⁵³ O olisipógrafo interpretou estas menções a uma torre junto a esta ermida como sendo referentes a uma torre, todavia parece-nos mais provável que se trate de uma outra torre, em analogia com a configuração das torres nas tercenas de Barcelona, e com as dimensões prováveis das tercenas de Lisboa. É também importante notar que a reconstituição das muralhas da Ribeira de Augusto Vieira da Silva manteve todo o espaço abrangido pelas tercenas régias num plano dubitativo, pois o olisipógrafo não parece ter conhecido a organização interna deste tipo de estruturas navais.

450 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352.

451 Cf. Aforamento de um sobrado na Judiaria Nova, em 22 de Julho de 1328, “o qual sobrado he sso a torre que esta en meyo das dictas tarçenas” (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 14v; publicado em: *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV* 1990-1992, 1:143-144); “uma torre das tercenas” (ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1, fl. 16, de 1357); “uma torre das tercenas” (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 17, de 1389).

452 A. V. Silva 1987b, 1:21-24.

453 Segundo Vieira da Silva, a Ermida da Oliveira apenas surge no reinado de D. Fernando (A. V. Silva 1987b, 1:102), o que nos parece plausível visto que na documentação compulsada surge apenas referência ao lugar da Oliveira e não à Ermida (cf. ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 247, de 30 de Junho de 1267. Um pacto sobre rendas de uma adega situada no lugar que chama “Oliveira”). Por este motivo, assinalámos na nossa reconstituição apenas o lugar da Oliveira.

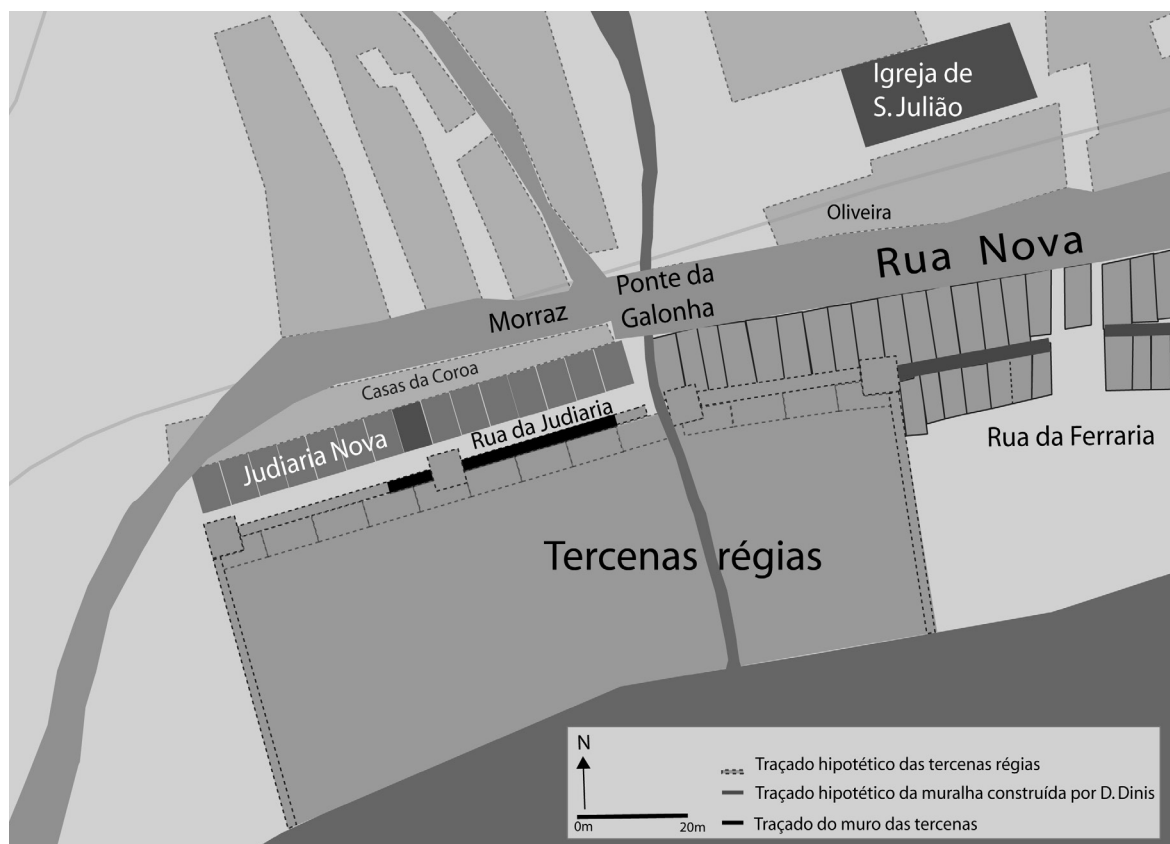


Figura 61. Tercenas Régias em 1300

Na nossa reconstituição, propomos uma estrutura fortificada onde, à semelhança do que ocorria nas tercenhas de Barcelona, existiriam vários pórticos adossados à parede interior do edifício, paralela à margem. Estes pórticos, 13 no caso de Lisboa, permitiam receber treze naus, tal como é referido no *Livro dos Bens Próprios*.⁴⁵⁴ Cada pórtico teria cerca de 9,5 metros de largura, uma largura muito semelhante à largura média das naves das tercenhas de Barcelona (9 metros). Deste modo, as tercenhas de Lisboa teriam uma dimensão próxima às erguidas por Afonso X em Sevilha, visto que as de Sevilha acolhiam 14 embarcações de grande porte, e as de Barcelona acolhiam apenas nove. Esta estrutura, que provavelmente teria na sua forma original um grande pátio aberto, foi depois parcialmente coberta, tal como ocorreu em Barcelona. A organização interna deste edifício em naves mantinha-se ainda no século XVI, quando a construção naval já aí havia cessado, momento

454 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 352.

em que se instalam nas antigas tercenas medievais os Armazéns Reais,⁴⁵⁵ a Casa da Índia, a Casa de Ceuta, a Armaria⁴⁵⁶ e o próprio Paço Real.⁴⁵⁷ Neste sentido, considere-se as reconstituições realizadas por Ricardo Laranjeira na obra de Carlos Caetano, onde é possível observar uma configuração arquitectónica semelhante às tercenas de Barcelona e, simultaneamente, compatível com a nossa proposta de matriz medieval para estas construções.

A nossa reconstituição beneficia dos trabalhos arqueológicos que vieram descobrir uma considerável parte do muro norte das tercenas, o qual tem sido denominado como “muralha de D. Dinis”, que assinalámos a negro (ver figura 61).⁴⁵⁸ Esta denominação levanta uma questão complexa, pois apesar de não ser incorreta, consideramos que essa designação omite a origem e relevância das principais estruturas navais da cidade medieval. O pano de muralha encontrado na escavação do quarteirão do Banco de Portugal é referido múltiplas vezes na documentação medieval como sendo “o muro das tercenas”, localizado a sul da Rua da Judiaria Nova, o que não deixa margem para dúvida sobre a sua identificação.⁴⁵⁹ Por outro lado, trata-se de uma construção fortificada provavelmente feita em época de D. Dinis, o que está de acordo com a designação “muralha de D. Dinis”, sobretudo se tivermos em conta a provável associação entre o momento de edificação dessa muralha e momento da construção da Judiaria Nova.⁴⁶⁰

Importa também perceber que a estrutura defensiva planeada por D. Dinis e pelo concelho incluía justamente como parte essencial, o muro das tercenas.⁴⁶¹

455 Em 1536, já após a construção do Paço da Ribeira, refere-se, numa carta de aforamento publicada por Sousa Viterbo, o “almazém e tercenas do Reino que estão na cidade de Lisboa na rua da Tanoaria junto da porta que foi da Judiaria que esta pegada há moeda da dita cidade e parte de uma parte com a Torre e da outra com o muro da casa do almazém e por diante com rua publica que vai pera a Tanoaria” (ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 21, fol. 62v.; publicado em F. M. S. Viterbo 1899, 2:373-374).

456 Em 27 de Setembro de 1505, Gonçalo Oliveira almoraxarife das tercenas de Lisboa recebe uma determinada quantia “para despesa da sala das armas que ora faz nas ditas tercenas” (ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, maço 10, doc. 39).

457 Já em 2002, Nuno Senos (2002, 70) afirmava: “aquilo que podemos chamar Paço da Ribeira corresponde a um conjunto diversificado de edifícios, confinantes, justapostos, sobrepostos, uns mais antigos e depois ampliados ou anexados, outros de feitura nova; conjunto que inclui a Casa de Ceuta, o Almazem, a Casa da Mina a que se juntou (mesmo do ponto de vista administrativo) a da Índia, a capela de S. Tomé, o baluarte, a ponte e as zonas propriamente residenciais”. Sobre a instalação destas várias estruturas, é imprescindível considerar a obra de Carlos Caetano (2004), a qual é bastante esclarecedora, pecando apenas pela ausência do passado medieval que marcou decisivamente a Ribeira de Lisboa.

458 Sobre a escavação no Banco de Portugal, ver: Rocha et al. 2013; Rocha 2014; Rocha et Silva 2016.

459 Um aforamento de Afonso IV, em 1327, de um sótão e sobrado localizado na Judiaria Nova surge nas confrontações a sul o “muro da minha taracena” (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 11; publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV 1990-1992*, 1:114). Um outro aforamento de Afonso IV, em 1327, de um sobrado na Judiaria Nova, é referido nas confrontações a sul uma via “pulvega e o Muro da taracena” (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 11; publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV 1990-1992*, 1:116). Um outro aforamento de Afonso IV de um sótão localizado na Judiaria Nova refere nas confrontações a sul “o muro da dicta taracena” (ANTT, Chancelaria de Afonso IV, liv. 3, fl. 11; publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV 1990-1992*, 1:116).

460 Sobre a relação entre a Judiaria Nova e o troço de muralha encontrado, o arqueólogo responsável pela escavação no quarteirão do Banco de Portugal considera o seguinte: “sobre a Judiaria foi coligido um conjunto de dados substancial, identificando-se o seu limite Sul, a Rua da Judiaria Nova, uma pequena artéria com cerca de 4 metros de largura que, paralela à muralha, a utilizava como limite meridional, bem como os alicerces de uma banda de prédios a Norte. Nestes, a semelhança entre os aparelhos com o da muralha atrás descrito reforça a possibilidade de todo este conjunto resultar de um projecto prévio de urbanização da frente ribeirinha” (Rocha 2014, 85).

461 A. V. Silva 1987b, 27-29: “como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataaas mhas casas das gales de comtra o mar”.

Ou seja, a partir do momento em que é erguida a muralha da Ribeira, o muro das tercenas torna-se parte dessa estrutura defensiva, exactamente do mesmo modo que as cercas conventuais se inseriram nas cercas urbanas. Note-se o caso exemplar da cerca conventual do Convento da Graça de Lisboa que, com a construção da muralha fernandina se torna parte da cerca urbana sem, contudo, deixar de ser uma cerca conventual.⁴⁶² Observa-se um processo de integração de uma estrutura, o muro das tercenas, num sistema defensivo, a muralha da Ribeira. Deste modo, podemos afirmar que a designação “muralha de D. Dinis” para o troço encontrado nas escavações do quarteirão do Banco de Portugal omite a existência das estruturas navais, pois não remete para o nome que os lisboetas lhe deram nos seus primeiros séculos de existência: “muro das tercenas”. Portanto, consideramos esta designação omissa e não totalmente equivocada, visto que o muro das tercenas passou a fazer parte da estrutura defensiva da Ribeira a partir do momento em que foi construída a muralha.

Não incluímos na nossa reconstituição o Cais da Oyra, uma estrutura edificada por D. Dinis antes de 1305, a qual estaria inserida no conjunto urbano Terceiras-Judiaria Nova, porque não temos dados suficientes para perceber quer a sua configuração, dimensão ou sequer a sua localização. Em 1305, D. Dinis realiza a seguinte doação ao guarda do porto de Lisboa:

...Abril Eanes guarda do meu porto de Lixboa por muyto Serviços que vos a mim fezeistes e fazedes tenho por bem i mando que vos façades sobre aquela travanca da pedra do Cays da Oira de Lixboa que eu hy mandei fazer humas casas de morada e que vos e vossa molher e vossa gente morades ou que vos por bem teverdes...⁴⁶³

Trata-se, portanto, de uma doação régia no sentido específico de o guarda do porto erguer casas no local do cais que tinha sido anteriormente edificado pela Coroa. Não foi possível, contudo, perceber do que se tratava na realidade, pois o documento não nos informa de mais qualquer dado sobre este processo de urbanização. Podemos apenas supor que estaria implantado talvez perto do local onde depois vai surgir a Porta da Oyra, a ocidente das tercenas, junto à qual D. Afonso IV irá doar, em 1329, um campo para a câmara construir casas.⁴⁶⁴ Este campo, segundo

462 Sobre a cerca do Convento da Graça e a sua transformação em cerca urbana, ver: A. V. Silva 1987a, 2:47-52.

463 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 40.

464 AML, Livro dos Pregos, doc. 43, de 31 de Agosto de 1329; AML, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 24: “me disserom per essa creença foi que aquel canpo que sta a cabo d’Oira em que secam o pescado he desse conçelho e que as cousas que se em el fazem som mui daninhas a essa villa . . . Eu veemdo o que me sobr’ esto disserom tenho por bem e mando-vos que catedes hum lugar desse conçelho que seja convinhavel e aguisado em que se seque esse pescado assi como virdes que compre a esses que o ante hi secavam e o comcelho faça desse quampo aquello que entender e mais he proll dessa villa. E porque me disserom que queriam hi fazer casarias se as hi quiserem fazer trabalhade que se façam en tall guisa que sejam as ruas bem spaçosas que possam as gentes per ellas amdar e cavalgar sem embargo e que leixen

apurou Vieira da Silva, terá sido devolvido à posse da Coroa para a expansão das tercenas feita por Afonso IV já na década de cinquenta.⁴⁶⁵ O Cais erguido por D. Dinis não será mais referido na documentação inserida nos limites da cronologia que aqui estudamos, o que nos impossibilita de fazer a sua identificação e de inserir esta estrutura na nossa reconstituição. Ainda assim, a área imediatamente a ocidente das tercenas régias, tal como aqui as reconstituímos, terá sido usada como um espaço dedicado à construção naval, ou ainda durante o reinado de D. Dinis, ou nos reinados imediatamente posteriores, talvez inseridas na ampliação das tercenas feita por Afonso IV.⁴⁶⁶

A construção das estruturas de apoio à actividade naval veio a alterar profundamente a forma urbana da margem ribeirinha do arrabalde ocidental, contribuindo para o estabelecimento de uma malha urbana distinta da malha urbana que caracterizava a maior parte da cidade em finais do século XIII. A regularidade arquitectónica das tercenas extravasava o próprio edifício, visto que a Judiaria Nova, a qual terá sido construída ou no mesmo momento que as tercenas, ou então erguida durante a construção da fachada sul da Rua Nova após 1294, seguia o alinhamento imposto pelo edifício das tercenas, mantendo uma ortogonalidade que se inseria dentro dos parâmetros de regularidade patentes no plano de D. Dinis e do concelho para a Ribeira de Lisboa que se demonstra de forma excepcional nas formas urbanas dos quarteirões alongados das ruas Nova e da Ferraria. Não sabemos, e provavelmente nunca se saberá, se, no momento em que foram construídas as tercenas, o plano para a construção da fachada sul da Rua Nova e da Rua da Ferraria já estaria a ser preparado ou não, no entanto é inegável a ligação entre estes dois blocos urbanos, os quarteirões alongados organizados em volta da muralha de D. Dinis, e o conjunto tercenas-judiaria nova.⁴⁶⁷

Também importa realizar uma última comparação entre as tercenas régias de Sevilha, Barcelona e Lisboa no que respeita à posição que estas estruturas ocupavam na cidade. Em todas as três cidades, as tercenas foram implantadas inicialmente fora da protecção das cercas defensivas, mas não muito longe delas. Neste aspecto as tercenas régias de Lisboa foram erguidas, na sua fase primordial, bastante mais

grande espaço entre as casas e as taracenas. Outrosi fazede que leixem comtra o mar espaço tam grande per que possam andar as gentes e folgar assi commo virdes que compre aa tal lugar como esse”.

465 Cf. ANTT, *Direitos Reais*, liv. 2, fl. 272 v., de 1352: “um campo que o dito concelho há na dita cidade, no lugar que chamam a Oyra, em o qual campo nosso senhor elRei D. Afonso o 4º soe de ter suas galés, pelas divisões que ahi são postas, de guisa que possam ai fazer taracena para estarem quatro galés”, transcrição em: A. V. Silva 1987b, 2:66-67.

466 Menezes (1986b, 3-14) localizou as tercenas de Afonso IV a ocidente das tercenas régias de D. Dinis com base no documento citado na nota anterior.

467 Sobre a implantação da muralha da Ribeira e da urbanização organizada em torno da estrutura defensiva, ver Parte III, Subcapítulo 5.5 – A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis. Sobre a Judiaria Nova, ver: Parte III, Subcapítulo 4.3 – Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado.

afastadas das muralhas da cidade. As tercenas de Sevilha posicionavam-se adossadas à muralha de época de domínio islâmico e as tercenas de Barcelona junto às muralhas erguidas em meados do século XIII, como vimos anteriormente. A posição excêntrica das tercenas de Lisboa pode ser explicada se o responsável pela sua edificação já tivesse planejado a construção de uma muralha que fizesse a ligação entre o vértice sudeste da Cerca Velha e as referidas estruturas navais. Não podemos afirmar se foi esse realmente o plano de D. Dinis, mas podemos supô-lo.

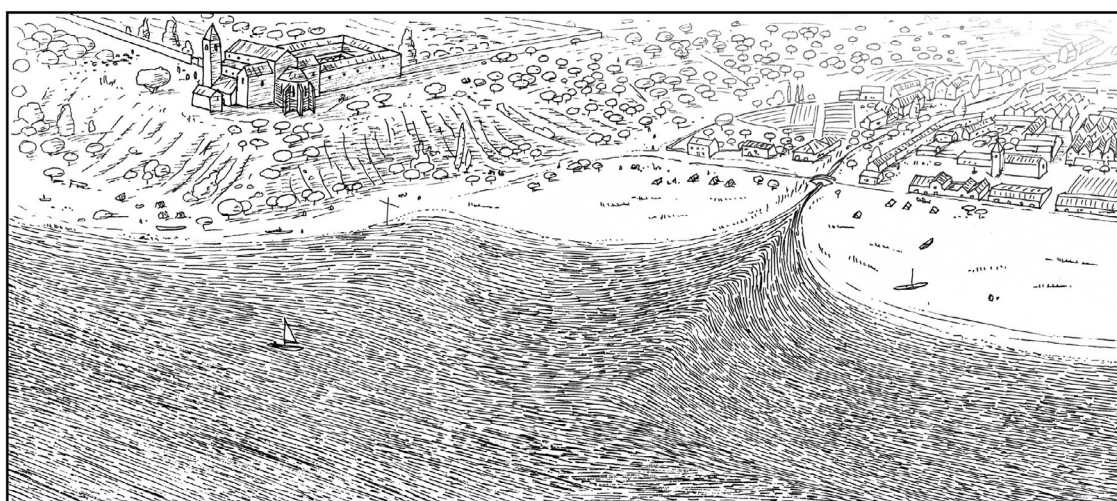


Figura 62. Margem ribeirinha do arrabalde ocidental (c. 1250).
Ilustração de Nuno Fonseca

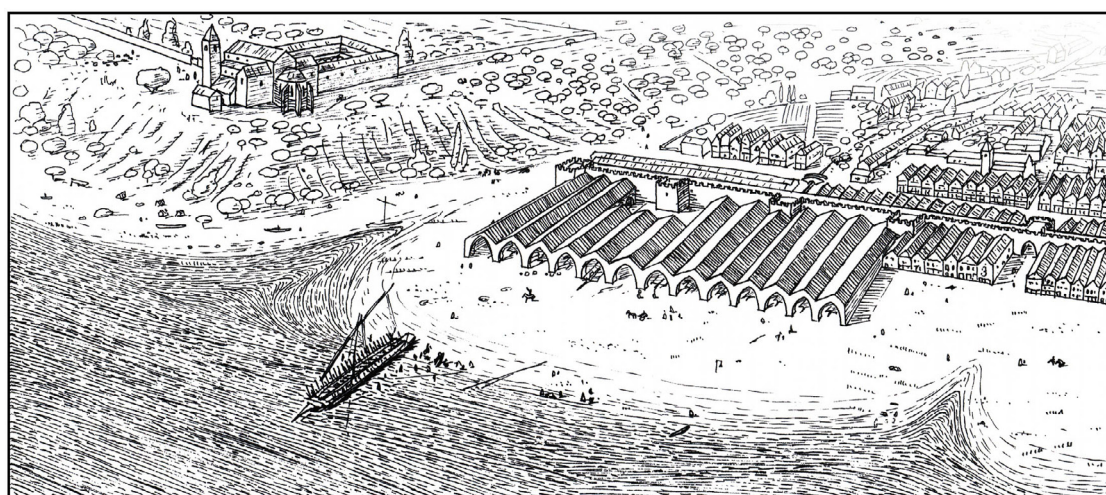


Figura 63. Reconstituição da margem ribeirinha do arrabalde ocidental com o edifício das Tercenas régias (c. 1325). Ilustração de Nuno Fonseca⁴⁶⁸

468 Ambas as ilustrações foram publicadas em: M. F. Silva et Fonseca 2019.

7.

A PEDREIRA: CRESCIMENTO URBANO NOS LIMITES DO ARRABALDE OCIDENTAL

Em época medieval, o local da Pedreira constituiu um dos principais eixos de expansão urbana da cidade de Lisboa. Localizada a ocidente do vale da baixa, a Pedreira estava nas mãos de diferentes actores que promoveram o crescimento da cidade neste espaço, que teve início no século XIII. Este topónimo abrangia aproximadamente, em época medieval, o espaço que se encerra entre as actuais Rua Garret, Rua do Carmo, Rua da Misericórdia e Calçada do Duque.

O documento mais antigo que refere o topónimo da Pedreira é o testamento de Gonçalo Calvo, realizado em Dezembro de 1211, em que este doa três moinhos na Pedreira ao Convento de S. Vicente.⁴⁶⁹ Na década seguinte, a Inquirição Régia de 1220 refere uma “boa vinha” pertencente aos frades de Santa Cruz “*in Petrais*”, topónimo que supomos corresponder à Pedreira.⁴⁷⁰ Cerca de meio século depois, a priora do Convento de Chelas realizou um aforamento de uma vinha na Pedreira a Domingos Martins, alvazil de Lisboa.⁴⁷¹ A tipologia rural destas propriedades, registada na documentação do início do século XIII, revela que a Pedreira permaneceu pouco urbanizada até à última década do século XIII, mantendo-se como um espaço periurbano, em tudo semelhante à zona ocupada pelos franciscanos, mais a sul.

A tradição afirma que o local da Pedreira tinha como principal proprietário o cabido da Sé, facto que se confirma num documento onde D. Dinis o compensa por lhe ter anteriormente “filhado” terrenos.⁴⁷² Um facto coerente com a escolha do primeiro bispo de Lisboa, que logo após a conquista da cidade aos muçulmanos terá optado pela posse de Santa Maria dos Mártires, local situado no cimo da

469 ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.^a inc., maço 1, doc. 43.

470 ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18. Os frades de Santa Cruz referidos nesta inquirição devem provavelmente ser os de Santa Cruz de Coimbra, pois o Mosteiro de S. Vicente, também administrado por frades cruzios, surge noutra parte desse mesmo documento. A propriedade de Santa Cruz de Coimbra, no topo do morro de S. Francisco, está registada na doação do cruzado Raul, momento muito precoce, em 1148 (cf. ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Maço 3, doc. 18, publicado em: *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 202-205).

471 ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 10, doc. 188, de 17 de Setembro de 1274.

472 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 348: “*et cum duobus domibus in Rua quas dedit dominus rex pro escambium Capitulo Ulixbonensi pro campo et pro vinea quae dictum Capitulum habuit in Petraria ubi fuit Studium Escolariorum*”, na nossa tradução, “e com duas casas na rua que deu o senhor rei por escambo com o cabido de Lisboa, pelo campo e pela vinha que o dito cabido tem na Pedreira onde foi o estudo dos escolares”; D. Rodrigo da Cunha transcreve um documento onde se refere que a Pedreira pertencia originalmente ao Cabido da Sé, tendo D. Dinis filhado um campo aí situado para construir casas para o Estudo Geral (Cunha 1642, fl. 213v.).

elevação que limitava a ocidente o vale da Baixa, em detrimento dos terrenos onde se ergueu o Convento de S. Vicente, por o templo dos Mártires se encontrar, nessa época, mais perto da cidade.⁴⁷³ Se assim foi, é natural que o cabido possuísse, ainda no último quartel de Duzentos, propriedades consideráveis nos limites ocidentais da cidade, onde se desenvolvia a paróquia de S. Maria dos Mártires.

Os anos finais da primeira década do século XIII iriam trazer alterações de relevo à Pedreira. Em 1217, os franciscanos instalam-se nos limites sul desta área; em 1218, os trinitários implantam-se nos limites ocidentais deste espaço.⁴⁷⁴ A chegada destas duas instituições monásticas iria alterar definitivamente a forma urbana do arrabalde ocidental, sobretudo através da posição topográfica assumida na demarcação dos limites urbanos da cidade a ocidente. A Pedreira situava-se exactamente entre estas instituições e o vale da Baixa, onde a cidade ia recuperando do choque momentâneo causado pela mudança do poder político muçulmano para o cristão. Num momento impreciso dos meados do século XIII, instala-se neste espaço a casa e hospital do Espírito Santo, ou seja, o futuro Convento do Espírito Santo da Pedreira, numa posição dominante dos limites orientais da área central da Pedreira.⁴⁷⁵



Figura 64. A Pedreira (finais do século XIII – inícios século XIV)

473 Tal como refere o *Indiculum fundationes monasterii Beati sancti Vicentii ulixbone (A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado 2001, 190-191)*.

474 Sobre a implantação destas instituições religiosas, ver: Parte III, Capítulo 8 – Os conventos no exterior do arrabalde ocidental.

475 Gustavo de Matos Sequeira refere a doação de uma vinha no termo de Lisboa à Casa e ao Hospital do Santo Espírito realizada em 1279, através da qual é possível considerar a existência prévia desta instituição (Sequeira 1939, 1:18).

Este espaço, de carácter maioritariamente periurbano e rural até D. Dinis, seria efectivamente inserido no perímetro urbano da cidade no reinado deste monarca, em grande parte, devido à sua intervenção urbanizadora. Tal como percebeu Gustavo Matos de Sequeira, o desenvolvimento do núcleo urbano da Pedreira esteve intimamente relacionado com o Estudo Geral, fundado por D. Dinis no final do século XIII. Uma carta régia produzida no Verão de 1291 informa-nos sobre uma doação do rei a um tal D. Martim Gil, onde se declara, sem qualquer margem para dúvida, que o monarca havia construído casas para o funcionamento do Estudo Geral na Pedreira.⁴⁷⁶ Além disso, também no *Livro dos Bens Próprios*, é referida a localização do Estudo Geral na Pedreira.⁴⁷⁷ Este local foi, portanto, o escolhido por D. Dinis para implantar originalmente a primeira instituição escolar de nível superior do reino português. As motivações para esta escolha devem contextualizar-se com a ampla intervenção da Coroa, no final do século XIII, na margem ribeirinha do arrabalde ocidental, nomeadamente através da construção da muralha da Ribeira e dos lotes da face sul da Rua Nova e também da Judiaria Nova, e a consolidação das Terceiras como espaço de construção e manutenção naval.⁴⁷⁸

Até agora, tem passado despercebido o facto de que as casas erguidas na Pedreira pelo monarca para o Estudo teriam um desenho urbano preciso, o qual ficou registado na carta régia de 1291, pois esse documento refere que estas tinham “em longo viii braças e v em andu”, ou seja, 14,72 metros de comprimento por 9,20 metros de largura.⁴⁷⁹ Este lote era portanto diferente do lote de 13,20 metros por 4,4 metros registado em grande escala na Rua Nova, pois os lotes da Pedreira são bastante mais largos; ainda assim, possuindo um comprimento maior do que a largura, o que lhes conferia o aspecto característico dos “lotes godos” dominantes no urbanismo da Europa ocidental nesta época.⁴⁸⁰ Infelizmente, não é possível situar com exactidão os lotes medievais na Cartografia posterior. Por motivos mal conhecidos, a instalação do Estudo Geral na Pedreira não teve sucesso. Pois no derradeiro ano do século XIII, provavelmente, já não estaria nesse primeiro local

476 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 283v., de 22 de Julho de 1291; doação régia de “duas casarias em aquele terreno meu da par da pedreira onde eu mandei fazer as casas para escolas e em cada uma dessas casarias a em longo viii braças e v em andu as quais casarias partem ao aguiom com as casarias de Lourenço Scola e ao avrego e ao oriente e ocidente som carreiras públicas dou a esse Dom Martim e a todos os seus sucessores essas casarias . . . livre e quites de toda a renda . . . para todo o sempre . . . nem faça outro foro como mi fazem das outras casarias desse lugar mas façam delas o que lhes prover”.

477 Cf. nota 472, p. 365.

478 Sobre estas várias intervenções de D. Dinis na forma urbana do arrabalde ocidental, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5 – A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis.

479 Ver nota 476, desta página.

480 Sobre o lote godo e a sua denominação mais clássica, lote “gótico”, ver: Trindade 2009, 41-42. Sobre a urbanização da Rua Nova por D. Dinis, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 – A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

pensado por D. Dinis,⁴⁸¹ sendo que, em 1303, as “casas novas na pedreira as quaes foram escolas” foram aforadas pelo monarca à família Navarro.⁴⁸²

Um registo nítido da urbanização da Pedreira no final de Duzentos é perceptível no *Livro dos Bens Próprios*, onde se enumera uma vasta propriedade régia na “*Populla de Petraria*”, sendo bastante notória a urbanização em curso desta zona anteriormente rural:

Também o senhor Rei possui no povoado da Pedreira casas que foram de Pedro Fernandes. Em primeiro tem aí casas de morada e uma casa com o seu chão onde está o lagar e [também] com as suas câmaras e duas casas na rua, e nestas está, não há muito tempo, o Armazém do senhor Rei e nestas morou o Mestre Cernotus.

Também o senhor Rei possui nesta rua um forno com a sua casa e com o seu chão junto ao mesmo forno.

Também na dita rua possui o senhor Rei um sótão e um chão para si.

Também o senhor Rei possui duas casas livres na rua do supradito forno.

Também o senhor Rei possui três casas no campo que foi de Pedro Paio.

Também o senhor Rei possui na rua junto ao forno na rua Gayeto três sótãos com quatro chãos.⁴⁸³

As referências a fornos, casas de morada, lagares, campos e armazéns do rei, bem como às estruturas viárias que davam acesso aos vários locais, desenham no seu conjunto uma área multifuncional, onde o poder régio estava solidamente instalado.

Neste sentido, em 1295,⁴⁸⁴ D. Dinis aforou a Estêvão Tomé, pedreiro, e seus sucessores, várias vinhas, oliveiras e campos que a alcaidaria de Lisboa possuía em diversos locais do termo, destacando-se entre eles a Pedreira. Este pedreiro, pelo vulto das propriedades que lhe são concedidas (Concha, Chelas, Alfundão, Çafarbarfar, Lecea, Veirolas, Arroios e Pedreira) seria muito provavelmente uma personagem com algum relevo social e teria com certeza muitas obras para se ocupar, na Lisboa de finais de Duzentos, pois, além das constantes obras na Sé, ocorriam ainda na cidade, entre outras, as obras de remodelação no Convento da Trindade, a construção das casas para o Estudo Geral, a construção do Cais da Oura, a edificação da cerca da Ribeira e dos lotes urbanos da Rua Nova. No final

481 Sobre as divagações topográficas do Estudo Geral em Lisboa, ver: A. V. Silva 1919; M. A. Costa 1991; A. A. Martins 2013; Lobo 2013.

482 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fls. 25v.-26, de 21 de Agosto de 1303. Sobre a família Navarro e a sua implantação em Lisboa, ver: M. F. Silva 2013, 185-186.

483 Tradução nossa. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 349: “Item domnus rex habet in populla de Petraria domos que fuerunt de Petro Fernandy. In primo habet ibi domos de morada et cum una domo ubi stent lagare et cum ssuo solijo et cum suis camarijs et cum duabus domibus in rua et in istis stat modo o almagém domny regi set in istis morata fuit magíster Cernotus. Item domnus Rex habet in ista rua furnum cum sua domo et cum uno solio apud ípsum furnum. Item in dicta rua habet domnus rex unum sotanum et unum solium pro ad se. Item domnus rex habet ij. Domos in allia rua super dictum furnum liberas. Item domnus rex habet ij. Domos in campo quod fuit de Petro Pelagi. Item domnus rex habet in alia rua de sub surno in rua Gayeto tres sotos cum quatuor solis.”

484 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 95 v. de 7 de Maio de 1295.

do século XIII, Lisboa era verdadeiramente uma cidade em expansão construtiva, facto que possibilitaria que um mestre pedreiro conseguisse estabelecer uma relação privilegiada com a Coroa e se inserisse nas elites económicas da época, tal é a dimensão do referido aforamento realizado pelo rei.

A propriedade régia na Pedreira era realmente extensa, pois além do aforamento ao pedreiro Estêvão Tomé, em 1295,⁴⁸⁵ e o aforamento realizado a Judas Navarro e à sua família, do local erguido para o Estudo, em 1303,⁴⁸⁶ surgem outras referências a propriedades régias na Pedreira. Em 1307, Catarina Pascoal, moradora na Pedreira, vende a Domingas Afonso, uma criada das Donas de Santos uma casa que confronta a sul com uma casa do rei.⁴⁸⁷ Em 1317, D. Dinis doa várias casas a um Fernão Diaz seu vassalo, nas quais tinha morado Pedro Fernandes da Pedreira, que foi almoxarife do rei em Lisboa.⁴⁸⁸ Tal como foi observado, as propriedades onde viveu Pedro Fernandes são referidas no *Livro dos Bens Próprios*. Nesse mesmo ano, as casas que tinham sido erguidas para o Estudo Geral, e que haviam sido aforadas aos Navarro são finalmente doadas em conjunto com todos os terrenos “que foram dos judeus” ao almirante Miçer Manuel Pessanha, natural de Génova, e aos seus sucessores.⁴⁸⁹ A família Pessanha irá manter a posse destes terrenos, que serão conhecidos como Bairro do Almirante, até meados do século XV, tal como afirma Gustavo Matos de Sequeira.⁴⁹⁰

A Coroa não era a única grande proprietária na Pedreira, pois também o Convento de Santos e pessoas relacionadas com esta instituição possuíam propriedades de relevo neste local. Em 1301, Clara Esteves realizou uma doação testamentária de umas casas que possuía na Pedreira à comendadeira e ao Convento de Santos.⁴⁹¹ Em 1307, Domingas Afonso, uma criada das Donas de Santos, adquire uma casa na Pedreira.⁴⁹² Em 1318, ocorre uma entrega de “onze portais de casas que foram de Sancha Nunes dona que foy de Santos”, por Pedro Álvares, que foi marido de Sancha Nunes, a Dordia Pais, comendadeira do Convento de Santos, os quais se

485 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fl. 95 v. de 7 de Maio de 1295.

486 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fls. 25v. e 26, de 21 de Agosto de 1303.

487 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 372, de 11 de Maio de 1307.

488 ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 120v. e 121, de 9 de Setembro de 1317: “casas que foram da morada de Pedro Fernandes da Pedreira que foi meu almoxarife dessa vila e quanto é dos sótiãos que tem a foro Afonso Vasco Domingues . . . como partem essas casas com outras minhas casas que eu tenho na Pedreira e com casas da Sé de Sam Vicente e per ruas publicas e com Vicente Pires bolhão e com um meu forno que aí há na Pedreira”.

489 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 108 a 109, de 1 de Fevereiro de 1317: “o meu lugar da pedreira para a qual lugar por onde foy devisado para os judeos com casas e com terrenos livre e quites e eixento assim como eu ey. E se alguns cristãos la têm casas ou terrenos ou covas que as ajam seus donos que ajades vos hy aquele direito que eu en elas avya enquanto he as casas e o terreno que eu hy avya q de mi tinham os judeus seer todo vosso e dos vossos sucessores”.

490 Sequeira, 1939, 1:158-160.

491 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 374, de 20 de Outubro de 1301.

492 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 372, de 11 de Maio de 1307.

situavam na parte da Pedreira que descia para o vale da Baixa.⁴⁹³ O Convento de Santos manterá a rentabilização de várias propriedades na Pedreira até pelo menos ao século XV.⁴⁹⁴ Nos reinados posteriores ao de D. Dinis, a Pedreira manterá um elevado ritmo de urbanização, em que se destacam dois momentos cruciais: a instalação do Convento do Carmo, em 1389, e o “caseamento” da Vila Nova, realizado por D. João I nas primeiras décadas do século XV.⁴⁹⁵

493 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 373, de 2 de Maio de 1318: “no canal sob a Pedreira”. Esta entrega de propriedades não foi simples, pois em 1321 ocorreu uma contenda entre o viúvo de Sancha Nunes e o Mosteiro de Santos sobre estes onze portais de casas, que só então passaram realmente para a posse da instituição monástica (cf. ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 303, de 2 de Maio de 1321).

494 Sequeira 1939, 1:65.

495 Sobre os processos que alteraram drasticamente a forma urbana desta parte da cidade, ver: Sequeira 1939-1941.

8.

OS CONVENTOS NO EXTERIOR DO ARRABALDE OCIDENTAL

Os três conventos fundados na primeira metade do século XIII, no arrabalde ocidental de Lisboa, constituíram uma estrutura conventual sólida, configurando um arco em torno do espaço urbano.

No topo sul da colina que ladeava a ocidente o vale da Baixa, a curta distância da margem do Tejo, mas num local cimeiro, de difícil acesso a quem chegava pelo rio, implantaram-se, em 1217, os franciscanos. No ano seguinte, chegaram os trinitários, que se instalaram na mesma colina, mais a norte, fora do alcance da vista de quem passava no Tejo, e também já bastante afastados dos limites urbanos da cidade. Em meados da década de 40, os dominicanos fecharam o arco conventual em torno do arrabalde ocidental, implantando-se nos antigos limites da cidade em época de domínio islâmico, mas que em meados de Duzentos se tornara numa zona periurbana de cariz rural, dominada pelo reguengo de Valverde. Estes três conventos definiam os limites da cidade, situando-se, numa primeira fase, fora da influência directa da urbe, na sua periferia rural, não tanto onde acabava a cidade, mas sim onde começava o espaço rural.

A posição que ocuparam na cidade correspondeu exactamente ao que seria esperado. Implantaram-se junto às principais vias, em locais estratégicos para o acesso à urbe e com amplas possibilidades de exploração agrícola. Nenhum dos três se instalou junto da muralha, como seria o procedimento mais comum, porque esta fora há muito absorvida pela malha urbana da cidade e todo o espaço junto da cerca estava já ocupado, impossibilitando a implantação dos conventos.⁴⁹⁶

O seu efeito como pólo de atracção do desenvolvimento urbano foi ganhando cada vez mais intensidade, e o que seriam muito provavelmente construções simples e precárias ganharam, durante o decorrer dos séculos XIII e XIV, uma posição progressivamente mais sólida e marcante, agindo cada vez mais sobre a forma urbana da cidade, que, num primeiro momento, era apenas observada de longe, e que posteriormente acabou por absorver os espaços conventuais. Este processo

⁴⁹⁶ Sobre a posição da implantação dos conventos nas cidades portuguesas, veja-se o caso das cidades algarvias particularmente bem estudado na tese de doutoramento de Catarina Marado (2007).

de inserção na malha urbana de Lisboa culminou com a assimilação das cercas conventuais pela muralha erguida em 1373 por D. Fernando, integrando todos os principais conventos. Um dos maiores contributos dos complexos conventuais no que respeita à morfologia cidade foi a criação e consolidação de largos e terreiros, tal como observou Walter Rossa, sobressaindo, nos três casos aqui referidos, o papel decisivo dos dominicanos na consolidação de uma das principais praças do reino, a qual mantém, ainda hoje, uma importância incontornável – o Rossio.⁴⁹⁷

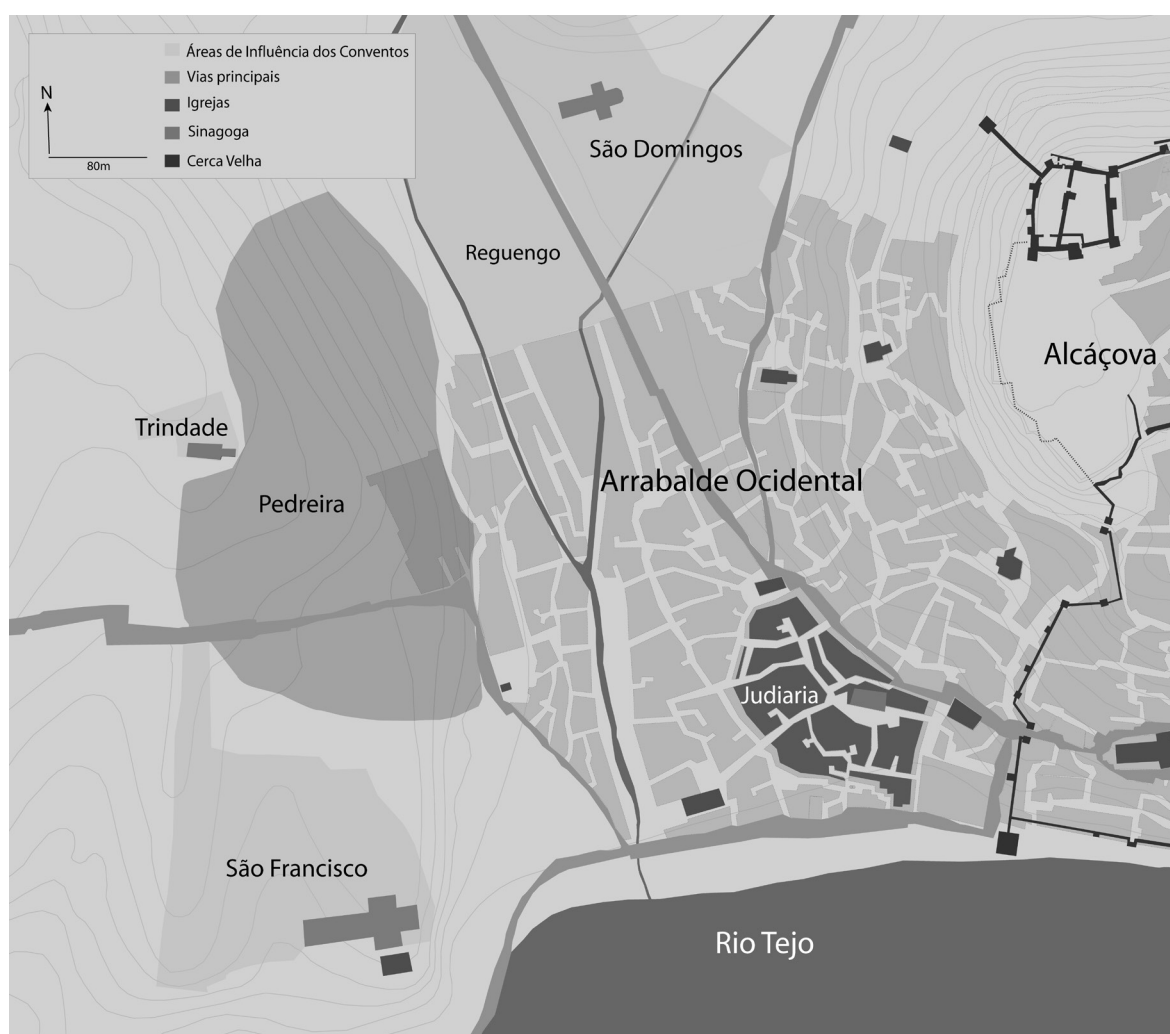


Figura 65. Os conventos no arrabalde ocidental (c. 1250)

497 Rossa 2002, 227-228: “A sua importância urbanística deve-se fundamentalmente ao facto de normalmente darem origem a largos ou terreiros, funcionando como pólos de atracção e de densificação do tecido urbano.”

8.1. O Convento de São Francisco: no topo da colina

Em 1217, os franciscanos instalaram-se no topo da colina que fechava a ocidente o vale Baixa, um local privilegiado não só pela favorável situação defensiva que dispunha,⁴⁹⁸ mas também pela situação de domínio sobre o arrabalde ocidental da cidade que estava em pleno desenvolvimento e expansão demográfica, urbana e comercial.⁴⁹⁹ O ano da sua instalação na cidade coincide com um acontecimento relevante para a consolidação da cidade de Lisboa no ainda jovem reino português: a conquista definitiva de Alcácer do Sal.⁵⁰⁰ Com a tomada do bastião muçulmano que dominava a foz do Sado, Lisboa pôde finalmente ter a estabilidade necessária para se desenvolver urbanisticamente em todas as direcções. O arrabalde ocidental será exactamente o local da cidade em que a dinâmica de expansão urbana e consolidação das actividades comerciais e marítimas mais se irá sentir, durante toda a Idade Média, atraindo assim pessoas de todo o reino.⁵⁰¹ De facto, os franciscanos tiveram a possibilidade de escolher o melhor local para instalar o seu templo, pois quando chegaram a Lisboa, em 1217, o único convento era o de S. Vicente de Fora, o qual ocupava uma posição muito semelhante àquela que os franciscanos iriam ocupar, mas situado no arrabalde oriental da cidade.

Não se tratou, portanto, de uma escolha ocasional, bem pelo contrário. A localização da sede monástica dos franciscanos relacionou-se, em grande medida, com duas questões de difícil conciliação que reflectem os fundamentos religiosos da ordem monástica: por um lado, a pobreza e o isolamento; por outro lado, a necessidade de relação com o outro. Desta aparente ambiguidade resulta o posicionamento na zona periurbana de Lisboa, no topo do Monte Fragoso, perto da cidade, mas suficientemente afastado desta para permitir o isolamento necessário aos franciscanos.⁵⁰² Um último factor que devemos sublinhar, para esta escolha, consiste no facto de os

498 A posição onde se implantou o Convento de S. Francisco sobressai na lógica da estratégia militar da cidade em dois momentos preponderantes: 1147, quando os cruzados ingleses escolhem este local para o seu acampamento, e em 1373, quando Henrique II de Castela cerca Lisboa, e, mais uma vez, escolhe o mesmo local para o seu acampamento. Sobre a posição estratégica de S. Francisco nestes episódios militares, ver: M. Martins 2001, 68.

499 Devido aos vários incêndios e destruições que ocorreram na Igreja e no Convento de S. Francisco de Lisboa no início e meados do século XVIII, em 1707, em 1741 e 1755, que causaram o desaparecimento dos fundos documentais medievais, a história desta instituição é feita com recurso a fontes narrativas, entre as quais se destacam as seguintes obras: Esperança 1656; *História dos Mosteiros* 1950. Uma síntese da história do edifício foi realizada por Margarida Calado (2000).

500 Sobre o contexto histórico no momento da conquista de Alcácer do Sal, em 1217, ver: Vilar 2008, 167-173.

501 Sobre o desenvolvimento do arrabalde ocidental como centro comercial, social e político da cidade, ver: Parte III, Capítulo 9 – O arrabalde ocidental em síntese.

502 Um posicionamento urbano semelhante ao dos franciscanos na Lisboa ducentista pode ser encontrado e verificado em várias cidades medievais onde esta ordem religiosa se instalou nesta época, como notou Catarina Marado (2007, 256). Esperança 1656, 186: “Chegado pois a Lisboa o sãto F. Zacharias, os moradores, q muito o desejavam, lhe fizeram a vótade inclinada a solidão em a escolha do sitio. E foi este mesmo, onde agora estamos, despovoado nesse tempo, & apartado da cidade sobre hua eminencia, da banda do occidete, chamado Tem Fragoso, por rezão dos precepçios, q hoje ficão encobertos co as casas.”

franciscanos terem instalado a sua sede junto à Ermida de Nossa Senhora dos Mártires.⁵⁰³ Em 1217, é provável que ainda existisse o cemitério que os cruzados ingleses aí tinham feito durante o cerco 1147, sobre o qual há uma notícia documental feita pelo cruzado Raul.⁵⁰⁴ Segundo o frei Manuel da Esperança, D. Afonso II terá participado activamente na construção das estruturas originais,⁵⁰⁵ sobre as quais nada sabemos, mas que é plausível supor serem precárias e muito pouco sumptuosas, pois, tal como afirma Paulo Pereira, “estas comunidades de frades mendicantes eram efectivamente pobres, sendo os seus edifícios de grande precariedade”.⁵⁰⁶

Em 1246, terá tido início a construção de “hua igreja maior”, cujo financiamento teve a participação do papado, o qual concedeu quarenta dias de isenção a quem ajudasse nesta construção.⁵⁰⁷ Não conhecemos as características arquitectónicas deste edifício, no entanto frei Manuel da Esperança transcreveu uma inscrição, que no século XVII estaria localizada no claustro da igreja, numa peça de bronze, datada de 1272.⁵⁰⁸ Segundo a transcrição, refere-se à sepultura de um João Moniz, clérigo e tesoureiro do rei, que “fez este claustro, a capela e o capítulo”.⁵⁰⁹ A informação parece realmente ser plausível, visto que encontramos, na documentação de meados de Trezentos, referências a um João Moniz, tesoureiro do rei, testemunhando a doação de uma herdade em Paradela, em 1263.⁵¹⁰

É possível que a obra feita no claustro, capela e sala do capítulo tenha sido realizada numa segunda fase da construção do conjunto igreja-convento – mas sem mais dados, podemos apenas supor essa hipótese. Apesar de não termos conhecimento desta primeira estrutura, podemos supor que não seria muito diferente da de outros conventos franciscanos erguidos no mesmo período, como em Santarém,⁵¹¹ fundado por D. Sancho II em 1242, ou em Portalegre,⁵¹² provavelmente fundado em meados do século XIII, entre o reinado de D. Sancho II e o de D. Dinis. Tal como muitas outras igrejas de ordens mendicantes da época, é muito possível que

503 Esperança 1656, 186: “Achamos aqui a venerada ermida de Nossa Senhora dos Martyres, junto da qual fizemos casa”

504 Referimo-nos à doação feita pelo cruzado Raul a Santa Cruz de Coimbra, em 1148 (ANTT, Santa Cruz de Coimbra, maço 3, n.º 18), publicada e traduzida em: *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 202-205.

505 Esperança 1656, 187: “O mesmo rei que concedeu a licença, inculcando-nos o sítio, deu abundante ajuda pera correrem as obras . . . começarão os edificios todos co aquela estreiteza, & humildade, q então se usavam na nossa Religião”.

506 Pereira 1995, 370.

507 Esperança 1656, 188.

508 Margarida Calado (2000, 13) data esta inscrição de 1310, contudo essa é a data da “Era Cristã”, ou seja, do calendário Juliano, à qual é necessário retirar 38 anos para a compatibilizar com o calendário gregoriano.

509 Esperança 1656, 188: “*Ad : honorem : Summi : Regis : & beatissime : eius : Matris : & beatoissimi : Nuncij : Gabrielis : Archangeli : Ioannes : Muniz : Clericus : & Thesaurarius : illustrissimi : Regis : Portug : fecit : hoc : claustrum : capellam : & capitulum : cuius : anima : requiescat : in : pace : E : M : CCC : X*”.

510 ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 3, n.º 56, de 22 de Abril de 1263, doação de uma herdade em Paradela, por Paio Afonso e sua mulher ao Mosteiro de Alcobaça.

511 Sobre o Convento de S. Francisco de Santarém, ver: C. F. Almeida et Barroca 2002, 48-49.

512 Sobre o Convento de S. Francisco de Portalegre, ver: Senos 2009, 39-57.

a igreja pertencente ao complexo conventual de S. Francisco tivesse originalmente três naves e um transepto com três ou cinco capelas na cabeceira.⁵¹³ Temos também conhecimento de que a igreja gótica teria a sua fachada virada a ocidente, porque, segundo frei Manuel Esperança, D. Manuel terá invertido a posição da igreja quando empreendeu importantes obras de remodelação no século XVI.⁵¹⁴

Relativamente ao espaço abrangido pela cerca conventual original, a cartografia pré-pombalina revela, no topo do Monte Fragoso, um amplo espaço ocupado pelo complexo conventual que era constituído por vários claustros e edifícios que o compunham (ver figura 66). A primeira planta conhecida de Lisboa (1650), da autoria de João Nunes Tinoco, mostra-nos, no local do Convento de S. Francisco, uma área sem qualquer detalhe, agregando, num amplo espaço, a Igreja de S. Francisco, toda a conhecida área conventual, o Paço dos Duques de Bragança e também um quarteirão situado entre a Rua do Outeiro e a Rua da Cordoaria Nova (ver figura 66). Este espaço seria com certeza exagerado para representar a propriedade dos franciscanos em 1650, mas talvez não o fosse tanto em meados do século XIII, pois é provável que quase toda esta área pertencesse nessa época aos franciscanos.

513 Tal como sugerem Carlos Ferreira de Almeida e Mário Barroca para a generalidade dos conventos mendicantes (2002, 46-47) e Margarida Calado especificamente para o Convento de S. Francisco de Lisboa (2000, 13)

514 Esperança 1656, 192: “[D. Manuel] no lugar da antiga fez a nova, virando só dos pés para a cabeça o corpo do edifício, de modo que tendo d’antes a porta de bãda do Occidente, hoje a tem, & serventia melhor a parte do Oriente”.

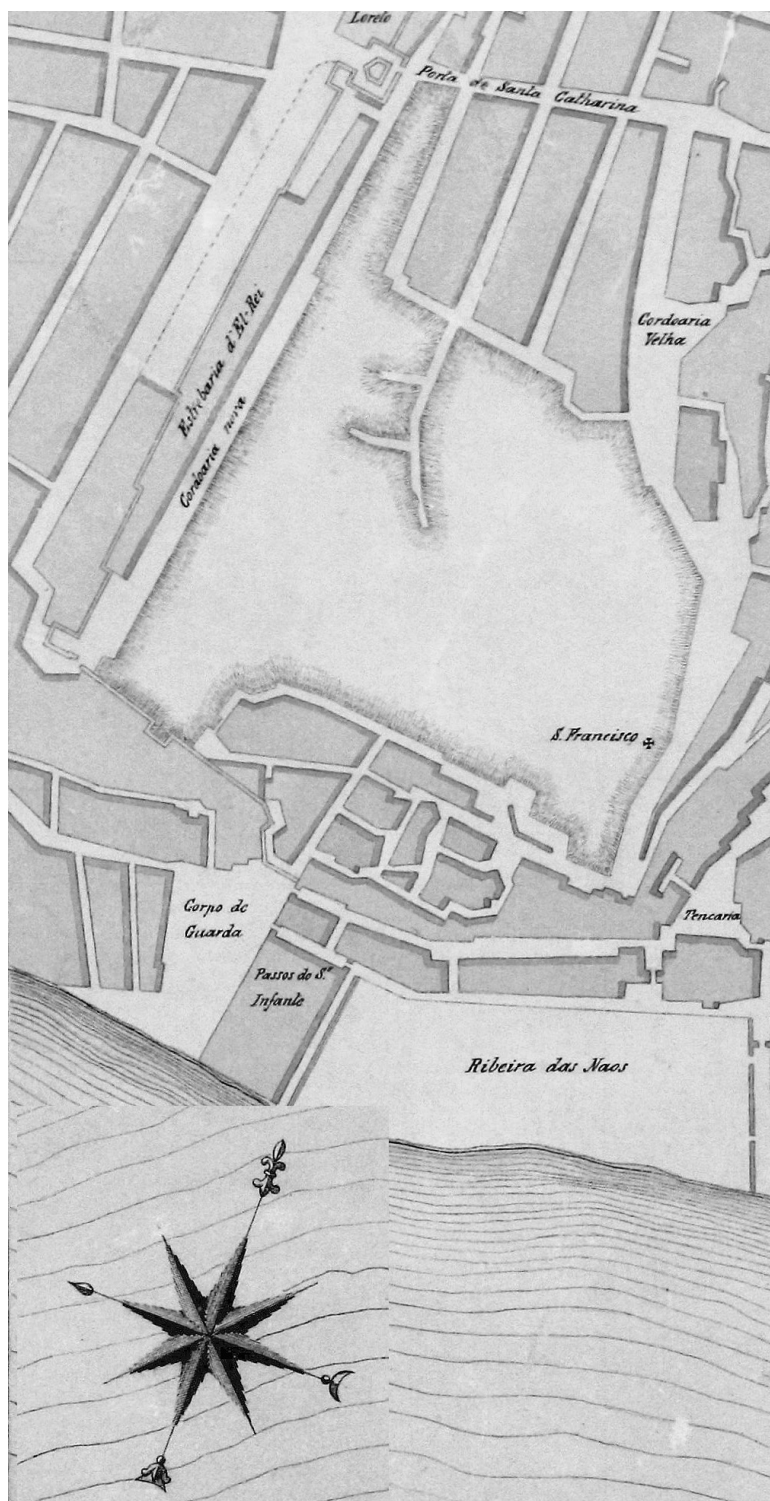


Figura 66. O complexo de São Francisco num excerto da Planta de Tinoco (1650).
Museu da Cidade. MC.DES.1084

Partindo do princípio de que os edifícios conventuais visíveis nas plantas pré-pombalinas (ver figura 66) foram erguidos numa área que estava na posse dos franciscanos desde o século XIII, e interpretando, à luz da planta de Tinoco, três informações fundamentais, concebemos a nossa proposta de traçado da cerca conventual original, tendo em conta que se trata apenas da aproximação possível, pois não há dados arqueológicos conhecidos sobre o seu traçado concreto. Observemos, através de um exercício regressivo, estes três pontos cruciais. O primeiro consiste num emprazamento feito, em 1502, pelos franciscanos ao tabelião Afonso Eanes e a um outro Afonso Eanes, piloto, de um local onde se abriu então a Rua do Saco e as suas travessas.⁵¹⁵ A segunda destas informações consiste numa cedência de propriedades feita pelos franciscanos ao duque de Bragança, D. Jaime, cerca de 1500, que terá incluído a chamada Horta do Duque, local já identificado por Augusto Vieira da Silva.⁵¹⁶ Por último, devemos considerar a urbanização da Vila Nova de Santa Catarina feita por D. João I e o concelho, a qual não foi, com certeza, como já se afirmou, a primeira “operação urbanística de larga escala”⁵¹⁷ em Lisboa, pois um processo idêntico já havia acontecido nas Ruas Nova e da Ferraria em finais do século XIII, como tivemos oportunidade de observar.⁵¹⁸ Segundo Hélder Carita, o processo de urbanização da Vila Nova de Santa Catarina decorreu durante as primeiras duas décadas do século XV, concentrando-se nos quarteirões definidos pelas Ruas

515 Frei Manuel da Esperança (1656, 186-187) relata do seguinte modo a fragmentação do espaço anteriormente abrangido pela cerca conventual: “Toda a horta, chamada hoje do Duque, se desmembrou da nossa cerca nos anos de 1500 & 1502. à instancia do serenissimo Duque de Bragança, D. Jaime, o qual o soube agradecer muito bem. No dito ano de 1502 emprazão os frades, sendo ainda Claustrais, que o podiam fazer, outro pedaço dela a Afonso Eanes tabelião, & a outro Afonso Eanes piloto, pera nele se fazer assi a rua do Saco, como as suas travessas, metendo por condição no contrato, que nas casas não haveria janela, nem fresta da parte do nosso quinta, & horta. Condição tão mal guardada, q as moléstias presentes nos diminuem o gosto da caridade passada. E com esta noticia se poderá desterrar o rumor falso, que diz que pera se estender a dita horta, tapamos, & cortamos a mesma rua do Saco. O assento dos edificios, que cingem toda a nossa clausura por uma, & outra parte, como também de algumas casas nas ruas da Figueira, & Ametade, retalhos foram cortados das mangas de São Francisco, que a todos agasalha.”

516 O manuscrito anónimo da Biblioteca Nacional intitulado *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, possivelmente seguindo a citada obra de Frei Manuel da Esperança (ver nota anterior), também refere a doação, que aqui surge quase como que imposta, do local do antigo adro da igreja ao duque de Bragança, local que se transformaria na Horta do Duque (*História dos Mosteiros* 1950, 51: “É bem mostraram eles a sua prudência, modéstia, em escolher hum sitio tão solitário pera que não houvesse quem se desacomodasse com nova fabrica, e por isso não houve quem embargasse a liberalidade da doação do sitio que se fez com tanta largueza aos novos hospedes, como se deixa bem ver na que inda hoje ocupa a igreja e a fabrica do convento e cerca, ainda que esta se vê hoje muito diminuída pelo gosto que aos religiosos, que inda eram chamados Claustrais, significou o duque de Bragança Dom Jaime, pedindo-lhe quisessem partir com ele de parte da dita cerca, o que eles obrigados do respeito devido a tão grande príncipe e senhor fizeram, não só sem mostras de repugnância mas com evidentes sinais de complacência que tinham de lhe dar gosto, concedendo-lhe aquela parte, que era a melhor que a cerca tinha e a mais conveniente pera o Passo que era a morada da casa de Bragança. Teve efeito esta doação nos princípios do ano 1500. E o sitio do adro, soberbo com se ver já no domínio de tão grande senhor, pera de todo se esquecer dos pobres e humildes de quem tinha sido, se começou logo a nomear com o titulo que inda hoje conserva, chamando-se Horta do Duque”). Esta informação não oferece certeza sobre a eventual posse franciscana, antes do século XVI, do local dos Paços do Duque de Bragança. Contudo, a doação de 1500 é a primeira vez em que surgem documentados. Augusto Vieira da Silva propõe, sem base documental, que este paço seja o mesmo que D. Nuno Álvares Pereira tinha adquirido em 1385, herdado das propriedades do conde de Andeiro, então morto. Não nos parece, no entanto, muito segura a relação proposta por Vieira da Silva (1960c, 107-118), visto que o primeiro documento que refere sem ambiguidade um Paço dos Duques de Bragança no Monte Frago é exactamente esta doação de 1500.

517 Carita 1999, 39.

518 Sobre o processo de urbanização das Ruas Nova e da Ferraria, ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 – A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

da Cordoaria Velha, do Outeiro, da Ametade e da Figueira.⁵¹⁹ Na documentação existente no Arquivo Municipal de Lisboa sobre este processo de urbanização, não encontramos qualquer referência sobre propriedade pertencente aos franciscanos na referida urbanização.⁵²⁰ Nesta documentação, é possível observar que todo o espaço onde se irá erguer a Vila Nova em inícios do século XV pertence à Coroa, ao concelho ou ao almirante do reino, com quem o mestre de Avis negocia directamente a aquisição de uma parcela de terreno.⁵²¹ Se o local onde se abriram, no século XV, as Ruas do Outeiro, da Ametade e da Figueira esteve alguma vez na posse dos franciscanos, não encontramos qualquer evidência documental que o comprove. Deste modo, a aparentemente estranha forma atribuída por Tinoco em 1650 ao complexo conventual e à Igreja de São Francisco pode realmente ter correspondido aproximadamente ao traçado de uma primeira cerca conventual dos franciscanos, que terá sofrido as referidas fragmentações no início do século XVI.

O Convento de S. Francisco era, na Lisboa de Trezentos, uma estrutura marcante na paisagem periurbana da cidade, surgindo no *Livro dos Bens Próprios* como um elemento de referência na localização da propriedade régia.⁵²² No entanto, são escassíssimas as referências documentais ao convento dos franciscanos até ao final do reinado de D. Dinis, tornando-se impossível reconstituir a morfologia do convento e da sua envolvente.⁵²³ Observa-se que, até ao reinado de D. Dinis, a sua zona de influência manteve-se realmente dissociada da malha urbana da cidade, provavelmente desenvolvendo-se, ao longo do século XIII e dos séculos seguintes, um núcleo urbano dentro do amplo espaço delimitado pela cerca conventual. É possível que a própria cerca conventual se tenha tornado um elemento descontinuidade da relação urbana entre a cidade e convento, contribuindo para que a “cidade de São Francisco” fosse crescendo à margem da própria cidade de Lisboa.⁵²⁴

519 Carita 1999, 37-41.

520 AML, Chancelaria Régia: Livro I de D. João I, doc. 1, g, h, i; AML, Livro II de D. João I, doc. 14; docs. 21, 23, 34. Todos estes documentos estão publicados em *Rey de Portugal e do Algarve* 2010, docs. 1 (g,h,i), 90, 97, 99, 110.

521 Uma carta régia de 10 de Novembro de 1410 dá-nos conta do negócio realizado entre a Coroa e o almirante Carlos Peçanha sobre um “chão que he a par da Porta de Santa Catalina pera se fazer em el casas” (AML, Chancelaria Régia: Livro II de D. João I, doc. 23, publicado em *Rey de Portugal e do Algarve* 2010, doc. 99, 197).

522 Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 351-352: “Item habet domnus rex in solio de super galeis contra monasterium Santy Franciscy viii sobratos et viii sotanos liberos pro ad se”.

523 Além da menção feita no *Livro dos Bens Próprios*, a única outra referência documental que encontramos é uma carta de partilhas feita em 16 de Maio de 1284, em que Urraca Pais minorissa da Ordem de Santa Clara, do mosteiro de Santarém, faz partilhas com Rodrigo Pais, seu irmão, e sua mulher Sancha Martins, e com Vasco Lourenço e sua mulher Maria Pais, nas quais se referem: “domibus qui sunt sub beato Francisco in Civitate Ulixbone” (ANTT, Mosteiro de Santa Clara de Santarém, maço 12, n.º 866).

524 Júlio de Castilho, sem mencionar a fonte, atribui ao marquês de Pombal a designação de “cidade de São Francisco” para o convento e toda a sua área de influência (1934-1938, 8:167).

8.2. O Convento da Trindade

Em 1218, os trinitários instalam-se na Ermida de S. Catarina, um pequeno templo cuja data de fundação se desconhece, sabendo-se apenas que, provavelmente, o seu local coincidiria com o fundo do pátio da actual Cervejaria Trindade, tal como refere Gustavo Matos Sequeira, o olisipógrafo que estudou esta parte da cidade.⁵²⁵ A ligação entre a conquista de Alcácer do Sal, em Outubro do ano anterior, e o momento da instalação dos trinitários em Lisboa foi sendo feita ao longo dos séculos com a colaboração activa de todos os cronistas da ordem; todavia, não há documentação coeva que nos informe sobre o modo como decorreu o processo de instalação dos trinitários em Lisboa.⁵²⁶ Segundo a tradição, Afonso II terá doado aos trinitários a Ermida de Santa Catarina, que seria de padroado régio, como recompensa do seu papel milagroso na tomada de Alcácer.⁵²⁷ O local onde se instalaram, que no caso dos trinitários, se a tradição estiver correcta, parece ter sido escolhido pelo monarca, situava-se fora dos limites da cidade, junto de uma das principais vias de acesso à urbe, um pouco a norte do espaço onde os franciscanos se tinham implantado no ano anterior. A documentação medieva designa este local como Pedreira, sem, contudo, haver qualquer estrutura desse género documentada no local.⁵²⁸

O nosso desconhecimento sobre as primeiras estruturas onde se instalaram os trinitários é praticamente total, o que nos leva a repetir o que referimos sobre as primeiras estruturas que albergaram os franciscanos, supondo que fossem precárias e muito humildes. A ausência de qualquer propriedade pertencente quer aos franciscanos, quer aos trinitários na Inquirição de 1220 reforça a ideia de que, numa primeira fase, estas duas ordens mendicantes eram realmente despojadas de bens.⁵²⁹ Situação que se alteraria no final do século XIII, pois, segundo a tradição, entre 1289 e 1325, o Convento e a Igreja da Trindade foram construídos sob a supervisão de frei Estêvão Soeiro, confessor da rainha Isabel, conselheiro de D. Dinis, catedrático dos Estudos de Lisboa e primeiro mestre da Ordem de Cristo, com o investimento financeiro da rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis.⁵³⁰ O referido olisipógrafo

525 Sequeira 1939-1941, 1:335.

526 O próprio Matos Sequeira (1939-1941, 1:5) não deixou de fazer uma narrativa romanceada de todo o processo de instalação dos trinitários na Pedreira, com base nas fontes narrativas, de entre as quais se destaca a obra de frei Jerónimo de São José (José 1789). Uma recente bibliografia sobre os trinitários na Península Ibérica pode ser encontrada em: Alonso Romo 2018.

527 O episódio é descrito em: São José 1789, 1:173.

528 Sobre o local da Pedreira, ver: Parte III, Capítulo 7 – A Pedreira: crescimento urbano nos limites do arrabalde ocidental.

529 ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18.

530 Tal como se pode observar no epitáfio de frei Estêvão Soeiro referido em Sequeira 1939-1941, 1:14.

apresenta uma planta com a reconstituição desta igreja, feita a partir das medidas apresentadas por frei Jerónimo de S. José,⁵³¹ onde se pode observar uma regular igreja gótica de três naves.⁵³²

Doações de um mercador de Lisboa, Francisco Domingues e sua mulher Constança Esteves, respectivamente em 1362⁵³³ e 1363,⁵³⁴ parecem indicar que os trinitários não tiveram, no momento da sua chegada, acesso a uma parcela territorial tão vasta como os franciscanos no ano anterior, pois estas propriedades situavam-se, segundo apurou Matos Sequeira, junto dos edifícios conventuais.⁵³⁵ Provavelmente, aumentaram gradualmente a sua zona de influência ao longo do tempo, num processo inverso ao que ocorreu em S. Francisco. A falta de dados, na escassa documentação conhecida, sobre os edifícios conventuais, e também sobre a hipotética cerca conventual que encerrava a igreja e o convento dos trinos, não nos permite uma reconstituição segura desta área. Podemos apenas assinalar aproximadamente a dimensão da propriedade dos trinitários antes das doações do mercador Francisco Domingues e sua mulher (ver figura 65).

A expansão máxima da posse territorial contígua à sede dos trinitários parece ter ocorrido no final do reinado de D. Dinis, quando os frades entram em contenda com o almirante Manuel Pessanha, sobre uma parte do “Campo da Pedreira”.⁵³⁶ Esta contenda revela uma estratégia de ocupação territorial por parte dos frades trinitários através do enterramento de mortos. Contudo, o monarca não foi flexível, apesar de o próprio almirante Pessanha o ter sido, pois, mesmo após o genovês ter resolvido ceder o campo aos trinitários, o rei ordenou que fossem colocados marcos que dividissem as propriedades do almirante das do Convento da Trindade. Quer isto dizer que, até à ordem de D. Dinis, os limites do convento não eram claros. Levantam-se sobre esta questão duas hipóteses. Talvez o convento dos trinitários

531 São José 1789, 1:176-177.

532 Sequeira 1939-1941, 1:51, 124.

533 Em troca de cinco missas anuais por sua alma, Francisco Domingues doou ao Convento da Trindade uma herdade contígua composta por 12 pés de oliveira (ANTT, Convento da Santíssima Trindade, maço 2, doc. 77, em 1362).

534 Constança Esteves, viúva de Francisco Domingues legou aos trinitários “um olival com seu campo”, em troca de uma missa por sua alma. (ANTT, Convento da Santíssima Trindade, maço 2, doc. 78, em 1363).

535 Sequeira 1939-1941, 1:57.

536 Cf. ANTT, Chancelaria D. Dinis, Livro 4, fl. 86, de 25 de Setembro de 1320: “Dom Denis pela graça de deus Rei de Portugal e do Algarve a vos alcaide e alvazis de Lisboa saúde Sabede que miçer Manuel meu almirante que a mim querelou que os frades da Trindade lhe tomam o seu Campo da pedreira que lhe dei. Soterrando aí os homens para lho alhareem e fazerem perder o seu direito. E eu mandei aí para partir esto. E que assinassem algum lugar certo para o mosteiro e que daí adiante non tendesse os frades mais pelo campo de miçer Manuel E aqueles que eu aí mandei partiram essa contenda e deram medida certa pu fosse do mosteiro. E tomaram hy peça do Campo de miçer Manuel asi come conteúdo em um instrumento que ele mostrara feito por Tabelião de como então ficou partido. Agora o dito almirante diz que se trabalharam ainda esses frades deve lhe meter pelo seu Campo e soterrar aí os mortos. E esto non tenho eu por bem. Por que vos mando que vades aí e vede esse instrumento e que é conteúdo como aqueles que eu aí mandei . . . essa contenda e fazed assim manter e agradar E defendede da minha parte a esses frades que lho non passem nem lho consentirdes vos que o passem nem que soterrem os mortos no campo de miçer Manuel e ponde aí boas divisões e marcos por onde deve ser partido o seu do mosteiro E aguisa que non aia aí depois contenda.”

não tivesse ainda nesta época uma cerca conventual que delimitasse o território que estava sob a sua influência. Recorde-se que as obras para a construção da igreja e do convento só terminaram em 1325, se assim foi, talvez não estivesse ainda totalmente construída a cerca conventual em 1320. Também é possível que, em 1320, os trinitários tivessem já extrapolado os limites de uma hipotética cerca conventual original e procurassem manter ou até alargar a sua zona de influência, penetrando no espaço que D. Dinis tinha doado ao almirante Peçanha em 1317, na Pedreira.⁵³⁷ A acção dos trinitários, sepultando mortos no campo da Pedreira, três anos após a doação régia ao almirante, pode ser exactamente uma reacção a esta doação, mas a qual, como vimos, não foi bem-sucedida.

Tal como o convento franciscano, o Convento da Trindade manteve-se fora do perímetro urbano até ao final do século XIV, isolado quer pelo seu olival, como pelas propriedades pertencentes ao almirante do reino, cargo cujo contrato inicial, realizado por D. Dinis em 1317, referia a doação régia das “casas e o terreno da pedreira”.⁵³⁸

8.3. S. Domingos: um convento no vale da Baixa

O Convento de S. Domingos foi fundado na década de 40 do século XIII por D. Sancho II ou por D. Afonso III. Frei Luís de Sousa, o cronista-mor da ordem, atribuiu a sua fundação a D. Sancho II, mas outros autores, tanto no século XVII como no XX, preferem atribuí-la a D. Afonso III.⁵³⁹ Seja como for, é certo que nos

537 Cf. A doação da Pedreira por D. Dinis ao Almirante Miçer Manuel Pessanha de Génova e aos seus sucessores, em 1 de Fevereiro de 1317 (cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 108 a 109).

538 Doação da Pedreira por D. Dinis a Miçer Manuel Peçagno e seus sucessores, cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 108 a 109, de 1 de Fevereiro de 1317.

539 Frei Luís de Sousa (1866, 362) suporta a sua argumentação num documento que transcreve e traduz in íntegra. Este documento consiste numa carta de autorização por parte do cabido da Sé de Lisboa para os dominicanos construírem o seu convento, datada de 1241. Nele, está inserta uma outra certidão onde se confirma que a construção do templo decorria no ano seguinte: “*Capitulum Ulybonense damus licentiam Fratribus Praedicatoribus construendi Monasterium apud Ulybonam . . . in praedicto loco primarium lapidem imposuimus ad Monasterium Fratrum dicti Ordinis construendum.*”, “Damos licença ao cabido de Lisboa e aos irmãos pregadores para construir um mosteiro em Lisboa . . . no referido local colocamos uma pedra de fundação para a construção do Mosteiro dos frades da referida ordem.” É o próprio frei Luís de Sousa que refere uma epígrafe que existiria no acesso da igreja para o claustro, numa Porta das Graças, que atribuíra a fundação do templo a D. Afonso III. Com base nesta inscrição, já no século XVII alguns autores afirmavam que teria sido o *Bolonbês* o fundador da igreja e convento dos dominicanos em Lisboa, tal como refere Frei Luís de Sousa: “não faltão escritores, que queirão dar esta fundação a seu irmão, e successor no Reino o Conde de Bolonha, que foi dom Afonso III, dos Reis d’este nome. A razão que teverão huns foi tirada da pedra, que hoje vemos sobre a porta das graças do mesmo Convento” (1866, 361). Fortunato de Almeida (1967, 141) é algo dúbio na sua entrada sobre a Ordem de S. Domingos, pois afirma que “pertenceu a D. Sancho II a iniciativa da fundação do convento de S. Domingos em Lisboa. Começou a obra em 1242 . . . foi El-Rei D. Afonso III quem começou em 1249 a construção da igreja do mesmo convento, a qual só dez anos depois foi concluída”. Em 1971, Manuel Lourinho afirmava ter sido D. Afonso III o fundador do Convento de S. Domingos em Lisboa, com base na já referida inscrição da Porta das Graças, argumentando que os documentos aduzidos por frei Luís de Sousa poderiam ser falsos, e que as boas relações entre D. Sancho II e os dominicanos seriam duvidosas, pois “foram eles que juntamento com vários elementos da Igreja, promoveram a deposição de D. Sancho II” (1971, 120). Note-se, no entanto, que o mais recente biógrafo de D. Sancho II considera que “desde os anos 30 que vinha sendo notório o favor concedido por Sancho aos seguidores de São Domingos” (H. Fernandes 2010, 22). Leontina Ventura (2009, 234) não hesita em considerar D. Afonso III como o fundador de São Domingos de Lisboa.

anos finais da década de 40 o convento estaria ainda em construção, sendo plausível, quanto a nós, que a sua construção se tivesse iniciado no reinado de D. Sancho II e terminado apenas no de D. Afonso III, o que explicaria tanto os documentos aduzidos por frei Luís de Sousa, supostamente produzidos nos anos iniciais dessa década, como a epígrafe que indica uma data mais tardia.

A posição urbana escolhida pelos frades pregadores para a implantação da sua sede em Lisboa segue o modelo regular do estabelecimento das ordens mendicantes nas cidades europeias no século XIII, ou seja, junto de uma via relevante na periferia, preferindo a parte baixa da cidade e aproveitando pequenos templos pré-existentes.⁵⁴⁰ Importa considerar que, quando os pregadores chegam a Lisboa, em meados do século XIII, já vários conventos cercavam parcialmente a cidade. Por isso, os frades não dispunham de muitas hipóteses na escolha de local para a sua sede, ao contrário dos Agostinhos de S. Vicente, que tinham chegado no século XII, ou mesmo dos franciscanos e trinitários, que se implantaram na cidade na segunda década do século XIII. Deste modo, a compreensão da geografia conventual da Lisboa de meados de Duzentos ajuda a explicar porque os dominicanos se instalaram num local com problemas de cheias, amplamente reportadas pelo cronista-mor da ordem.⁵⁴¹

Segundo frei Luís de Sousa, D. Afonso III terá feito as primeiras doações, que constituíram o núcleo original das propriedades de S. Domingos ao redor do convento.⁵⁴² Apesar de se terem perdido os registos escritos das doações originais, pois não encontramos qualquer traço destes nos fundos documentais das chancelarias régias nem nas gavetas da Torre do Tombo, a descrição feita pelo cronista-mor dos dominicanos, em conjugação com um documento da chancelaria de D. Manuel,⁵⁴³

540 Cf. Goff 1970; Marado 2015. Veja-se também a posição urbana do Convento da Graça que se implantou no arrabalde Oriental de Lisboa, nos séculos XIII (sobre esta questão ver: Parte IV, Subcapítulo 4.2 – Nossa Senhora da Graça: no último limite). Note-se que os dominicanos se implantaram junto da Ermida de Nossa Senhora da Escada, que ficava imediatamente a norte da igreja do convento.

541 Cf. Sousa 1866, 367: “Era a causa, que nos primeiros anos antes de haver edificios a roda, todas as agoas, que corrião do monte, e campo de Santa Anna, e do grande valle, que ainda hoje se chama da Mouraria, vinhão demandar os muros da Igreja, e Convento, como a huma barreira: e tanto que as invernadas passavão do termo ordinário, o que muitas vezes acontecia, fazião n’elle grandes danos: principalmente succedendo descer a força das agoas da terra em conjunção de alguns estos maiores do mar, porque então não só ficava impedida a vazante às da terra, mas ajudavão-se suas enchentes com o crescimento do mar, e do Rio que também sahia de madre: e toda esta fúria vinha a cair, e quebrar sobre o Convento.”

542 Cf. Sousa 1866, 367: “huma doação, que el Rei dom Afonso lhes fez depois da Igreja levantada, dos chãos, e terras, que cercavão o Convento, começando das que se estendião, até onde agora he a porta de Santo Antão: por onde corria a estrada, que chamavão a Corredoura: e voltando sobre a mão direita assi como agora sobe o muro até o postigo de Santa Anna, e descendo com elle até o baixo, onde são os canos da Mouraria : e d’alli correndo péra a Igreja de S. Matheus, por onde hia outra estrada, e dando volta polo que agora he a rua da Betesga, ficando dentro d’esse circuito, e como em Ilha a Ermida de São Matheus com as casas do Convento de Monsanto, e tudo o que toma o hospital del Rei, até tornar ajuntar com o Convento. N’aquelle tempo erão terras devolutas de que o povo se servia sem haver dono particular d’ellas, em telhaes, e fornos de tijolo por huma parte, e por outra em sementeiras de ferregeais, e hortaliças. O muro, que hoje as cinge, se lançou longos anos depois, como a cidade foi em crescimento.”

543 O documento refere-se a um escambo realizado entre D. Manuel e o Convento de S. Domingos, em que o último entrega ao monarca, para ser integrado no Hospital de Todos-os-Santos, uma horta, um celeiro e respectivo campo de pasto (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 4, fl. 35).

permite-nos desenhar o espaço abrangido numa reconstituição hipotética do que seria a área de influência do Convento de S. Domingos (ver figuras 65 e 67). Note-se que não se afirma aqui que esta vasta área estaria abrangida por uma cerca conventual, pois o cronista refere que o muro em torno das propriedades dos frades pregadores foi erguido posteriormente.



Figura 67. São Domingos e envolvente c. 1250

Anteriormente, foi já referido que os dominicanos se implantaram numa zona que se inseria, em época de domínio islâmico, no perímetro urbano do arrabalde ocidental, mas que, em meados do século XIII, já não se encontrava nessa situação devido à regressão urbana que aí ocorreu.⁵⁴⁴ Foi também mencionada a existência

⁵⁴⁴ Sobre este assunto, ver: Parte III, Capítulo 3 – Regressão urbana no arrabalde ocidental.

de um reguengo junto do convento, a partir do qual terão sido desmembradas as propriedades que D. Afonso III terá doado aos dominicanos. O local onde se implantaram os frades pregadores era uma zona onde a propriedade régia tinha um peso muito significativo, e que foi sendo privatizada através de doações, entre as quais se destacam as realizadas pelo *Bolonbês* para a implantação do Convento de S. Domingos.

A posição urbana da sede dos dominicanos manteve-se na periferia da cidade até à inclusão do Convento e de boa parte das suas hortas no interior da Cerca Fernandina em 1373, e mesmo assim, toda esta zona só iria ser envolvida pela malha urbana da cidade apenas no século XVI, como já foi referido. A relevância do complexo de S. Domingos, que incluía a igreja, o convento e as vastas propriedades em redor deve ser observada em conjunto com a relevância social que esta ordem monástica tem desde muito cedo. Neste sentido, é importante relembrar que D. Afonso III foi primeiro sepultado no Convento de S. Domingos de Lisboa, e só apenas uma década depois foi trasladado para o Convento de Alcobaça.⁵⁴⁵ Também as elites preferiram escolher S. Domingos como panteão, sobressaindo o caso dos Palhavã, que no século XIV escolheram a igreja dos pregadores para seu panteão familiar.⁵⁴⁶

Importa ainda referir que à frente da fachada ocidental da Igreja de S. Domingos irá surgir, já fora dos limites cronológicos a que nos propusemos, um dos principais espaços de comércio e sociabilidade da cidade: o Rossio. Este facto não terá sido uma mera coincidência, pois a implantação de conventos dominicanos em relação directa com rossios ou praças era uma realidade no século XIII, nomeadamente, nas cidades da Península Itálica, como Parma e Florença.⁵⁴⁷

Sintetizando, durante a primeira metade do século XIII instalaram-se no arrabalde ocidental três instituições monásticas que iriam marcar indelevelmente a forma urbana desta parte da cidade, funcionando, por um lado, como pólos de atracção urbana nos limites de Lisboa, e por outro lado, mantendo as propriedades rurais que administravam. Estas propriedades, situadas em áreas contíguas aos espaços conventuais, foram urbanizadas em larga escala apenas no século XVI, tanto no caso de S. Francisco, com a abertura da Rua do Saco e das suas travessas, e também com a cedência da Horta do Duque à Casa de Bragança, como no caso de S. Domingos, com a cedência de propriedades para a construção do Hospital de Todos-os-Santos.

545 L. Ventura 2009, 192.

546 Sobre este assunto, ver: Neto et al. 1999.

547 Tal como afirma Caroline Bruzelius: “In 1233, for example, the citizens of Parma created a plaza for the Dominicans, a gesture repeated in many cities, most notably at Sta. Maria Novella in Florence, where two piazzas were created, one in 1244 and one in 1287” (2014, 14).

9.

O ARRABALDE OCIDENTAL EM SÍNTESE

Nesta parte do nosso estudo, concentrámos a atenção no desenvolvimento urbano do arrabalde ocidental. Entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis, conheceu transformações muito significativas na sua forma urbana que tentámos compreender. Após delimitarmos aproximadamente este espaço, observámos como a orografia do vale da Baixa seria diferente da actual, com pendentes de inclinação nos dois limites do vale que se atenuaram substancialmente devido às várias alterações causadas quer pelo homem, quer pelos desastres naturais. Notámos como um esteiro do rio Tejo, alimentado pelas duas ribeiras, de Valverde e de Arroios, marcou profundamente a orografia e a forma urbana deste arrabalde até ao terramoto de 1755. Do mesmo modo, foi também assinalada a presença das grandes estruturas públicas romanas que ali imprimiram traços de grande duração, na sua imagem urbana, sobressaindo a norte o circo, espaço que em época medieval pertencia à Coroa, situando-se nesse local um reguengo, e a sul, o criptopórtico, estrutura que em época medieval sustentava uma malha urbana provavelmente densa, e que sustenta ainda, na actualidade, alguns edifícios da Baixa Pombalina. Referimos uma muito relevante permanência na orientação do urbanismo deste arrabalde, identificável na escavação do NARC, e que, em conjunto com outros pontos arqueológicos, como a Praça da Figueira, permitiu observar uma relevante continuidade na orientação do sistema viário da cidade desde época romana até à época medieval. Ainda no capítulo inicial considerámos o abandono de grande parte do arrabalde ocidental entre o século VI e a época de domínio islâmico, um factor que se observa na diminuição drástica de vestígios arqueológicos durante esse autêntico hiato temporal.

Acompanhando a tendência geral das cidades da Península Ibérica, durante a época de domínio político islâmico, a ocupação urbana do arrabalde ocidental intensifica-se, aumentando substancialmente os dados arqueológicos desse período, o que possibilita a elaboração de uma proposta sobre a evolução da forma urbana. Nos finais do século IX, ou nos inícios do século seguinte, iniciou-se um processo de crescimento urbano do arrabalde que se reflectiu, tanto no aumento da densidade urbana, como no incremento dos limites urbanos. Relativamente à dimensão da

área urbana em finais do domínio islâmico, importa considerar que as evidências arqueológicas indicam um grande espaço urbanizado que se estendia entre a cerca velha, a oriente; o Tejo, a sul; pelo menos até à actual Praça da Figueira, a norte; e a ocidente ultrapassaria mesmo a margem ocidental do esteiro. A configuração destes limites urbanos máximos revela um arrabalde com 16,7 hectares de área urbana, no período imediatamente anterior à conquista de 1147.

No interior do arrabalde ocidental existia, muito provavelmente desde época islâmica, uma judiaria, ou seja, um bairro onde habitava uma comunidade judaica de livre vontade e não propriamente devido a uma segregação imposta. Nas cidades medievais muçulmanas, era frequente existirem agrupamentos de diversos grupos étnico-religiosos em bairros específicos, situação que se manteve durante os primeiros reinados dos monarcas portugueses. A criação de um espaço deliberadamente segregante apenas ocorre durante os séculos XIV e XV, portanto num momento já fora dos limites cronológicos deste estudo. Durante o reinado de D. Afonso III, existia, pelo menos, uma porta na Judiaria Grande de Lisboa, no entanto não é possível afirmar se esta porta, e outras que existiriam nessa época, seriam uma herança da judiaria de época muçulmana ou já uma criação posterior. Provavelmente, a Judiaria Grande não possuía um muro que a isolasse, pois seriam as próprias propriedades que delimitariam o bairro. Observámos como a comunidade judaica de Lisboa estaria profundamente islamizada, facto que se reflecte na antroponímia de alguns judeus, patente na documentação da época. Esta judiaria, a mais antiga da cidade, caracterizava-se, muito provavelmente, por um urbanismo mediterrânico/islâmico dominado por casas estruturadas em redor de um pátio central, o que terá marcado a forma urbana deste bairro, nomeadamente através da criação dos necessários adarves, que possibilitavam o acesso a estas casas, factor que ainda se observa na cartografia pré-pombalina. Este “sabor mediterrânico” ter-se-á mantido até ao terramoto de 1755, mas nessa altura apenas fossilizado no sistema viário, pois o modelo habitacional mediterrânico terá desaparecido no final do século XV, quando a comunidade foi forçada a abandonar este bairro. A posição urbana da judiaria de Lisboa era bastante privilegiada, situada numa posição nuclear, junto à principal via comercial da cidade, a Rua da Correaria, numa primeira fase, e junto da Ribeira, numa segunda fase, pois como veremos o centro comercial da cidade sofre uma alteração na sua posição durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis.

É precisamente no reinado deste último monarca que se implanta, sob a direcção da Coroa, a Judiaria Nova, junto das Tercenas régias, no extremo ocidental da Ribeira. Esta judiaria tinha uma forma urbana totalmente diversa da Judiaria

Grande, pois a sua fundação insere-se no plano de urbanização que acompanhou a construção da muralha da Ribeira, que alterou profundamente toda a margem ribeirinha do arrabalde ocidental. Deste modo, a Judiaria Nova caracterizava-se por um urbanismo regular, dispondo-se os lotes ao longo de uma rua, à semelhança do que ocorria na contemporânea fachada sul da Rua Nova e na Rua da Ferraria, mas com uma configuração diferente pois aqui as fachadas frontais estavam viradas para a muralha, resultando um núcleo urbano fechado entre a muralha e os edifícios. A génese das duas judiarias explica a suas grandes diferenças na forma urbana, sendo uma, a Judiaria Velha ou Grande, resultado de um crescimento orgânico, desenvolvido ao longo dos tempos, concebido em vários momentos por vários responsáveis, e tendo como unidade a casa de pátio central; e a outra, fruto de um momento único, em que foi concebido sob a supervisão da Coroa, um plano urbanístico preciso, onde os lotes com um comprimento maior do que a largura se impõem na totalidade do urbanismo.

No capítulo sobre a regressão urbana do arrabalde ocidental, centrámos a nossa atenção no momento de transição entre o domínio político muçulmano e o cristão, e em alguns pontos-chave nos limites deste arrabalde, onde é possível observar um significativo abandono das propriedades urbanas. Neste sentido, constatámos a existência e posterior abandono do bairro islâmico da Praça da Figueira, o qual se irá inserir nas Hortas de S. Domingos e que só regressará à esfera urbana, acompanhando a edificação do Hospital de Todos-os-Santos, no final do século XV. Notámos também como a escavação arqueológica realizada no Hotel de Santa Justa forneceu dados semelhantes, ou seja, atestando um largo período de abandono entre os meados do século XII e o século XV. Um outro ponto fulcral, para entendermos este fenómeno de regressão urbana após a alteração de poder em 1147, é o quarteirão situado entre as actuais Rua do Ouro, Rua do Crucifixo e Rua da Assunção, local onde foi realizada uma escavação arqueológica em 2002, cujos resultados são ainda mal conhecidos. Ainda assim, foi possível perceber que este espaço, ocupado com estruturas mal definidas em finais da época de domínio muçulmano, só voltou a ser verdadeiramente reocupado no século XIV.

Em sentido contrário, observámos o caso da paróquia de S. Lourenço, situada a uma cota mais alta, onde a igreja foi erguida de origem num local onde antes existiam apenas várias estruturas de armazenamento ou despejo. Para tentar explicar esta aparente contradição entre a regressão urbana e a implantação de um templo num local anteriormente não urbanizado, apontámos, para este caso, uma possível relação com as necessidades defensivas, que prevaleceriam em finais do século XII ou inícios do XIII, período em que o primeiro templo terá sido erguido. Seja

como for, a visibilidade urbanística desta paróquia na documentação revelou-se muito reduzida face a outras do mesmo arrabalde, o que parece indicar uma fraca densidade urbana no extremo nordeste do arrabalde ocidental.

No capítulo seguinte, centrámos a nossa análise na criação e administração de um novo pólo comercial e político, um processo que decorreu durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Em primeiro lugar, elaborámos uma proposta para a localização de um *suq* do arrabalde, uma realidade comum em outras cidades do al-Andalus ou do Magrebe (Almeria, Tunes, Córdova). Em segundo lugar, sublinhámos o modo como os primeiros monarcas portugueses rentabilizavam a sua propriedade urbana, integrando as tendas régias na gestão dos seus interesses urbanos. Em terceiro lugar, descrevemos a deslocalização do centro económico da cidade, que se situava na Rua da Correaria, a principal via do arrabalde ocidental, para junto da Ribeira, nomeadamente para o Quarteirão das Fangas e Carniçarias, um processo que terá sido realizado sob a determinação de D. Afonso III, com largos benefícios para as finanças da Coroa. Este quarteirão foi destacado pela sua forma urbana regular, original no conjunto urbanístico do arrabalde ocidental, o qual se caracterizava por um urbanismo orgânico, factor que reforça a proposta de que esta parte da cidade sofreu uma remodelação durante o reinado d'O *Bolonhês*, pois são vários os exemplos de urbanismo regular com mão deste rei em várias cidades e povoados do reino. Observámos o modo como este processo de deslocação do centro económico e comercial da cidade implicou a execução de uma vasta operação de aquisição régia de tendas no local do anterior centro comercial, a Rua da Correaria.

Durante o reinado de D. Dinis, decorreu uma reestruturação na Ribeira que iria marcar indelevelmente a forma da cidade. O *Lavrador* irá prosseguir a política urbana do seu pai, implantando estruturas pertencentes à Coroa junto à margem ribeirinha do arrabalde ocidental. A muralha da Ribeira, erguida segundo um acordo em que o concelho disponibilizava o solo para a Coroa erguer a estrutura defensiva, terá sido construída não só com uma funcionalidade defensiva mas sobretudo para permitir a edificação de duas ruas que rapidamente se constituíram como eixos fundamentais da vida económica e social da cidade: a Rua Nova e a Rua da Ferraria.

A inserção destes dois eixos viários alterou profundamente a imagem urbana da margem ribeirinha, ganhando terreno ao Tejo, implantando um considerável número de lotes, divididos em medidas-padrão, que revelam um planeamento urbanístico executado através de cordeamentos, uma técnica que surge no território português aqui, pela primeira vez. Compreende-se, assim, que a fachada norte da Rua Nova

configurava a anterior linha ribeirinha do arrabalde ocidental, posicionando-se, depois da operação de construção da muralha e dos lotes de edifícios adjacentes a esta, num plano muito mais interior relativamente à margem do Tejo. Esta acção urbanizadora obrigou à demolição de edifícios para regularizar a largura da Rua Nova numas impressionantes oito braças (14,72 metros). Através do cruzamento de informações entre o Tombo de 1755 e o *Livro dos Bens Próprios* (c. 1300) foi possível elaborar uma proposta de reconstituição da forma urbana dos lotes delineados no plano de D. Dinis, pois a coincidência entre o número de lotes mencionados no inventário da propriedade régia e o número de propriedades referidas no Tombo de 1755 é igual no que respeita à fachada sul da Rua Nova e ligeiramente diferente no que concerne aos lotes da Rua da Ferraria, pois nesta última rua ocorreram algumas mudanças de propriedade entre o concelho e a Coroa.

Foi também observado como a acção urbanística de D. Dinis se estendeu também para ocidente, com a construção da Judiaria Nova. Além disso, através da análise a documentação inédita, foi possível perceber a acção de entidades privadas no prolongamento do processo de urbanização do eixo da Rua Nova para oriente, nomeadamente a de Domingos de Gaya, que, em harmonia com a Coroa e com o concelho, urbanizou vários lotes no espaço situado entre a Torre da Escrivaninha e o Açougue do Pescado. Este mercador de Gaia, mas sediado em Lisboa, pertencente à então emergente “burguesia” da cidade, foi responsável por modificações relevantes na forma da cidade, pois o local onde decorreu a sua urbanização era absolutamente estratégico para a vida económica, política e social da cidade, situando-se junto aos principais equipamentos da época: a ocidente, a Casa dos Pesos, os Cambos e o Açougue do Pescado; a norte, a Alfândega da cidade, as Carniçarias e as Fangas; e a oriente, a Torre da Escrivaninha e o Paço da Madeira.

O impacto das várias operações urbanísticas realizadas durante o reinado de D. Dinis deve ser amplamente realçado como um dos momentos fulcrais do desenho da forma urbana, não só do arrabalde ocidental, mas de toda a cidade, pois este local foi precisamente o centro nevrálgico da cidade desde este momento até ao terramoto de 1755. O que é um aspecto que terá de ser tido em conta, a par das reestruturações urbanísticas ocorridas durante o reinado de D. Manuel, que incidiram sobretudo em promover a expansão da cidade para ocidente, com a criação do Bairro Alto, transformar as antigas tercenas medievais na principal estrutura palatina da corte, e regularizar alguns troços viários, como a Rua Nova del Rei. Deste modo, consideramos que a acção urbanística do *Lavrador*, prosseguindo um movimento que D. Afonso III já tinha iniciado, posicionando as principais

estruturas urbanas para o funcionamento comercial, social e político da cidade junto da Ribeira, deverá estar presente quando se considera as acções urbanísticas de monarcas posteriores.

No capítulo sobre as estruturas portuárias deste arrabalde, considerámos, em primeiro lugar, o porto da cidade em época islâmica. Sobre esta questão, é possível afirmar que se, por um lado, a cidade teria estruturas portuárias de apoio à actividade piscatória, ao comércio fluvial de curta distância e também ao comércio marítimo de média e talvez longa distância; por outro lado, não conseguimos situar com precisão onde se localizavam essas estruturas portuárias. Algumas evidências documentais, parecem indicar que, num local não especificado da margem ribeirinha da paróquia da Madalena, terá existido um paço das naus reais, durante o reinado de D. Sancho II – contudo, esta evidência é frágil e não nos permite uma proposta concreta.

A situação topográfica das tercenas régias situadas no extremo ocidental da margem ribeirinha do vale da Baixa está bastante bem documentada, sendo certo que já existiriam em 1294, momento em que são referidas na documentação medieval pela primeira vez. Conjugando todas as referências documentais destas tercenas até ao final do reinado de D. Dinis com os casos já estudados de tercenas medievais que foram contemporâneas destas foi possível apresentar uma proposta de reconstituição das tercenas régias de Lisboa. Neste sentido, estabelecemos comparações com as tercenas medievais de Sevilha, iniciadas em 1252, e com as de Barcelona, erguidas no final do século XIII, que nos permitiram elaborar a referida reconstituição das tercenas de Lisboa. Esta estrutura teria várias torres fortificadas que protegeriam um espaço muito amplo onde se guardavam as naus e onde estas eram sujeitas a trabalhos de manutenção. Segundo o *Livro dos Bens Próprios*, as tercenas de Lisboa teriam capacidade para receber 13 galés, o que indica que esta estrutura teria uma dimensão muito aproximada às de Sevilha, erguidas pelo avô de D. Dinis, Afonso X, e seriam mais amplas do que as de Barcelona, que acolhiam nove. Aparentemente, a posição urbana das tercenas régias de Lisboa, situadas no extremo ocidental do vale da Baixa, insere-se perfeitamente no plano urbanístico delineado por D. Dinis, tendo esta estrutura fortificada sido incorporada na estrutura defensiva edificada no final do século XIV, a chamada muralha de D. Dinis.

No capítulo seguinte, dedicado à evolução urbana da Pedreira, acompanhámos o modo como D. Dinis deu o primeiro passo para a urbanização deste local, com a construção de casas para o funcionamento do Estudo Geral. Todavia, como é conhecido, não permaneceu neste local por muito tempo, tendo sido transferido para o arrabalde oriental, ainda em finais do século XIII. Em 1303, as propriedades

régias na Pedreira, usadas pelo Estudo Geral, são então aforadas à importante família judaica dos Navarro, mas não por muito tempo, pois em 1317 as vastas propriedades régias da Pedreira são doadas ao Almirante Pessanha e aos seus sucessores, que irão administrar este espaço até meados do século XV. A urbanização da Pedreira, que tinha dado os primeiros tímidos passos com D. Dinis, irá então prosseguir a um ritmo mais acentuado, quando a família Pessanha perde a sua posse.

No último capítulo, sobre a implantação dos conventos nesta zona, tentamos compreender as lógicas que operaram neste processo. Durante a primeira metade do século XIII, implantaram-se três conventos em posições periféricas, já fora dos limites urbanos do arrabalde ocidental: S. Francisco (1217), Trindade e S. Domingos. Todos situados junto a acessos importantes que serviam a cidade, e, simultaneamente, em locais com amplas possibilidades de exploração agrícola. No final do reinado de D. Dinis, permaneciam ainda fora dos limites urbanos, mas afirmavam-se já como elementos agregadores de desenvolvimento urbano e, ao mesmo tempo, cercavam os limites da cidade com as propriedades rurais que administravam, sendo que a urbanização destas propriedades em larga escala ocorreu apenas no século XVI.

Concluindo, o arrabalde ocidental de Lisboa, revelou-se como um espaço pleno de alterações e mudanças na forma urbana entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis. Nesta longa cronologia, destacamos três períodos. Num primeiro, o crescimento urbano, tanto na densidade como em área, decorre entre o século X e o final do domínio islâmico. Num segundo, a regressão urbana ocorre nos limites do arrabalde após a alteração de poder de 1147, em territórios que o crescimento da malha urbana irá recuperar progressivamente. Finalmente, sublinhamos as alterações na forma urbana da margem ribeirinha do arrabalde promovidas após a segunda metade do século XIII, num momento inicial por D. Afonso III e depois aprofundadas por D. Dinis, monarca que teve uma visão global da cidade e compreendeu o seu vasto potencial no que respeita ao comércio marítimo, incentivando-o sistematicamente, dotando a Ribeira de Lisboa de vários equipamentos fundamentais para a sua evolução para uma cidade de grande vocação comercial e marítima.

PARTE IV
O ARRABALDE ORIENTAL

1.

O CENÁRIO TOPOGRÁFICO E A MARCA DO PASSADO

1.1. A orografia e a presença romana

O arrabalde oriental desenvolvia-se, de forma geral, num espaço circunscrito a ocidente pela colina do castelo, a nordeste pela colina de S. Vicente, a norte pela colina da Graça e a sul pelo rio Tejo. Estas três colinas marcaram indelevelmente a forma do arrabalde oriental, pois nas suas cumeadas estabeleceram-se posições estratégicas, o castelo e os mosteiros da Graça e de S. Vicente, enquanto nos vales definidos pela passagem da água se desenharam vias, ao longo das quais se desenvolveu a ocupação humana, como se pode observar nos traçados da Rua da Regueira e da Calçada de S. Vicente.



Figura 68. Caracterização física de Alfama e colina do castelo

Os desníveis causados, por um lado, pelas vertentes das referidas colinas e, por outro, pela acção niveladora do Tejo, junto à margem, levaram a que este arrabalde se desenvolvesse em dois níveis diferentes: um superior, próximo das cotas mais altas, e um nível inferior, junto à margem do Tejo.¹ O nível inferior foi, desde época islâmica até à actualidade, denominado como Alfama.² O nível mais alto não conheceu, até hoje, uma denominação própria, o que não nos deve impedir de tentar compreender a sua evolução. A fronteira entre estes dois níveis pode ser situada de forma aproximada, nas curvas de nível dos 30/35 metros, altura a que se situa o topo norte da Rua da Regueira, em que se implanta a Igreja de S. Estevão e também os quarteirões da fachada norte da Rua dos Remédios.

Em cada um destes níveis, desenvolvia-se uma importante via de acesso à cidade. A via existente no nível inferior deixava a Cerca Velha pela Porta de Alfama, atravessando o arrabalde em direcção às Portas da Cruz, seguindo ao longo da margem ribeirinha através de Xabregas e Portela, atravessando o Trancão perto de Sacavém, continuando paralela à margem, na direcção de Alverca, seguindo por Vila Franca de Xira em direcção de Santarém.³ A via do nível superior deixava a cidade pela porta do Sol, passando junto da igreja de S. Tomé, local onde bifurcava, para norte e sul. Na direcção norte, passava pelo adro de S. Tomé no caminho do Mosteiro da Graça, abandonando nessa direcção a área urbana. Na direcção sul, outra via acompanhava a vertente da colina da Graça em direcção a S. Vicente de Fora, de

1 Esta classificação em dois níveis não pretender seguir a ideia de Norberto de Araújo, que propõe, para a época medieval, uma “Alfama do Alto”, mais aristocrática, em contraste com uma “Alfama do Mar”, mais popular. A proposta deste olisipógrafo tem como base uma passagem do *Monge de Cister*, de Alexandre Herculano. Sobre este assunto ver: Parte IV, Subcapítulo 2.1 – Alfama aristocrática e a invenção de um mito.

2 A localização da área compreendida pelo topónimo “Alfama”, durante toda a época medieval, é clara na documentação produzida nessa época. Todas as referências que coligimos relativas ao topónimo, entre o início do domínio político cristão e o final do reinado de D. Dinis, e que situam propriedades em Alfama, onde é referida respectiva a paróquia, circunscrevem-se a três paróquias do arrabalde oriental: S. Miguel, S. Pedro e S. Estevão. Numa venda de uma casa realizada em 1182, surge referência ao topónimo Alfama, na freguesia de S. Pedro (Acabado 1967, doc. 8); num aforamento realizado em 1321, é referido um Giralde Anes, raçoero de S. Miguel de Alfama (“Documentos da Biblioteca Nacional” 1932, 5-6); um aforamento realizado em 1313 documenta a Igreja de S. Miguel de Alfama (BN, Reservados, Títulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade, vol IV, fl. 3); em 1327 o Mosteiro de S. Vicente de Fora recebe a doação de uma casa situada no adro da igreja de S. Miguel, em Alfama (ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 7, doc. 25, de 29 de Outubro de 1327); vários documentos referem a paróquia de S. Pedro de Alfama (ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 3, doc. 43, de Setembro de 1260; ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª incorporação, Maço 4, doc. 7, de 10 de Abril de 1280; ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 8, n.º 149, de 8 de Setembro de 1293; ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª incorporação, maço 5, doc. 39, de 10 de Julho de 1313; num emprazamento de casas, é referida a igreja de S. Estêvão de Alfama (ANTT, Colegiada de S. Estêvão, Maço 12, doc. 230); num emprazamento de propriedades agrárias, situadas no termo de Lisboa, é referida a Igreja de S. Estêvão de Alfama (ANTT, Colegiada de S. Estêvão, Maço 15, doc. 300, de 1286). Apesar de não ser possível realizar a circunscrição precisa destas freguesias nesta época, as circunscrições paroquiais realizadas em 1770, as quais foram desenhadas em planta (ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa), quando comparadas com registos documentais anteriores (C. R. Oliveira [1554?]), permitem ter a certeza de que a circunscrição destas três freguesias não se alterou muito entre os séculos XVI e XVIII, e muito provavelmente também não terão tido grandes alterações entre o início do século XIV e o XVI. Sobre a etimologia de Alfama, tomamos por certa a proposta de David Lopes, ou seja, este topónimo tem origem na palavra árabe *al-Hamma*, “fonte térmica” (1963, 153). Esta proposta tem como argumento principal o texto de al-Idrissi, que refere, na sua descrição sobre Lisboa, o seguinte: “No centro da cidade há nascentes de água quente, d’inverno como de verão”, segundo a tradução do arabista português. O topónimo está atestado em outros locais da Península Ibérica, como Almeria, Granada, Múrcia e Pechina (Lopes 1968, 31).

3 Uma descrição do traçado pode ser encontrada em Pimenta et Mendes 2012.

onde seguia para Santa Clara e depois entroncava na estrada da margem ribeirinha. Estas vias podem ser observadas em todas as plantas pré-pombalinas. A escolha destes traçados deve-se sobretudo ao nível de urbanização que detectamos nas plantas e gravuras anteriores ao terramoto de 1755. A proposta do traçado da via que parte da Porta do Sol para o Convento de S. Vicente de Fora poderia, numa primeira análise, ser mais curta, seguindo directamente de S. Vicente para S. André. Contudo, o fraco grau de urbanização ainda observável nas plantas de inícios do século XX, e também o desnível a que esse percurso obrigaria, leva-nos a considerar que a Rua Direita de S. Vicente, referida em meados do século XVI por Cristóvão Rodrigues de Oliveira,⁴ provavelmente apenas foi aberta nos séculos XV ou XVI.⁵

O desenvolvimento urbano nestes dois níveis do arrabalde oriental foi, como veremos, diferente, tanto ao nível do ritmo da urbanização, como também da forma que resultou dessa mesma urbanização.

No nível mais elevado, a relação muito próxima entre a orografia e o traçado urbano foi sendo estabelecida ao longo dos séculos, parecendo indiciar um desenvolvimento urbano mais lento e progressivo. Ali, a malha urbana mantém parcialmente, ainda no século XXI, os caminhos desenhados pelos acidentes naturais. Até ao final da Idade Média, não foram implantadas estruturas, nas vertentes que descem para Alfama, que organizassem os desníveis do terreno em patamares, como foi por exemplo o caso do teatro romano de Olisipo, que reorganizou a morfologia urbana de parte significativa da colina do castelo,⁶ ou também o caso do claustro da Sé, já em época medieval.⁷

4 C. R. Oliveira [1554?], fl. 8v.

5 Note-se que o conhecimento da evolução urbana do arrabalde oriental de Lisboa, tanto no interior como no exterior da cerca fernandina, é muito menor, relativamente ao arrabalde ocidental, que beneficiou, em grande medida, do estudo de Helder Carita (1990; 1999).

6 Ver a bibliografia sobre a construção e impacto do teatro romano de Olisipo em: Parte I, Subcapítulo 3.10 – Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano.

7 Sobre a construção do claustro da Sé de Lisboa, ver: Parte I, Subcapítulo 3.7 – A construção do claustro.

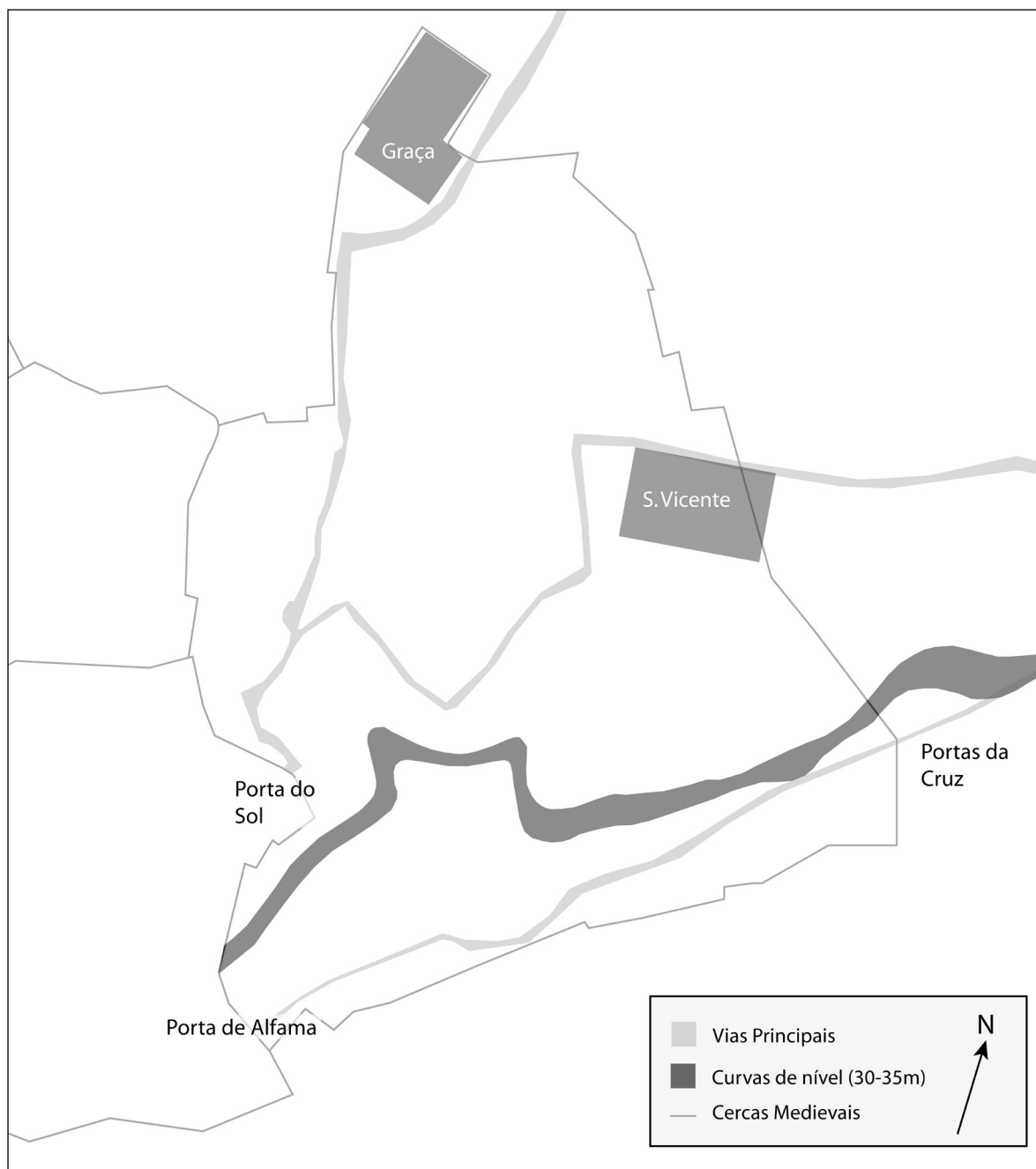


Figura 69. Os dois níveis do arrabalde oriental e vias principais

No nível mais baixo, o terreno mais plano pode ter sido mais propício para a implantação de uma malha urbana organizada, em época romana, tal como foi já proposto por Rodrigo Banha da Silva,⁸ e arqueologicamente confirmado,⁹ aguardando-se ainda a publicação dos resultados arqueológicos que confirmem esta proposta, a qual foi seguida por Pedro Martins, que a apresenta na figura 70.



Figura 70. Interpretação da malha ortogonal existente em Alfama segundo Pedro Martins¹⁰

8 Cf. R. B. Silva 2012b.

9 É o próprio Rodrigo Banha da Silva (2015, 42) que afirma a confirmação da sua proposta, referindo resultados arqueológicos inéditos: “o reconhecimento da existência de uma trama ortogonal com métrica romana, fossilizada no tecido urbano actual de Alfama, abrangendo todo o sector meridional compreendido entre a desaparecida ‘Porta de Alfama’ e a parte mais ocidental da Rua dos Remédios. Esta última, de hipótese passou a constatação, porque corroborada pela identificação de vestígios murários romanos que se inscrevem nesse mesmo desenho e métrica, todavia ainda maioritariamente inéditos”.

10 Publicada em P. Martins 2014. Este autor propôs mais recentemente a possível existência, neste preciso local de Alfama, de *Horrea* ou *Macella* de época romana, ou seja, edifícios de grande dimensão vocacionados para o armazenamento

A urbanização desta zona ribeirinha fora de muros desenvolveu-se ao longo do troço inicial da via Olispo–Scallabis, anteriormente referida, desde a Porta de Alfama até, possivelmente, ao limite natural imposto pelo vale onde depois se abriu a Rua da Regueira; ou talvez até perto das medievais Portas da Cruz. Neste momento, visto que os dados arqueológicos que confirmam a proposta não são públicos, não é possível estabelecer uma cronologia para a implantação desta hipotética malha ortogonal romana em Alfama. No entanto, o processo gradual de transformação de uma malha urbana ortogonal romana numa cidade islâmica, o qual ocorreu em várias cidades do sul ibérico e do Norte de África, pode realmente ter culminado na Alfama que D. Afonso Henriques e os cruzados tomaram em 1147.

Ainda assim, não podemos ignorar os séculos que a cidade viveu após a queda do Império Romano do Ocidente (século V) e a chegada do poder muçulmano (c. 711), momento relevante, mas infelizmente, quase totalmente desconhecido na história quer do urbanismo quer até da história política da cidade.¹¹ A Alfama que os primeiros habitantes muçulmanos de Lisboa conheceram, no século VIII, não era já, com toda a certeza, um espaço marcado pela ortogonalidade romana, pelo contrário, devemos supor que a pilhagem dos elementos arquitectónicos dos edifícios públicos e a desagregação parcial do sistema viário romano ocorreram não só durante o domínio político muçulmano, mas também durante o longo período que o antecedeu. Um argumento de peso para esta proposta consiste na intervenção realizada no lanço oriental da Cerca Velha entre 380-480 d.C., deixando a zona de Alfama, no seu exterior, mais vulnerável a ataques externos, o que indica que as preocupações de carácter urbanístico com esta parte da cidade teriam sido suplantadas pela segurança da cidade.¹²

No extremo ocidental do nível inferior, ou seja, em Alfama, é possível que tenha sido implantada, em época romana, uma estrutura que aproveitava a pendente da colina do castelo para se erguer: o hipotético anfiteatro de Olisipo.¹³ Esta estrutura não foi ainda arqueologicamente confirmada, o que não permite a afirmação cabal da sua existência. Se realmente o anfiteatro de Olisipo existiu no

e comércio de bens. Pedro Martins (2017) toma como possível comparação o *Macellum* de Pozzuoli e o de Pompeia, e ainda as *Horrea* de Ostia Antica e de Roma.

11 Sobre a relevância da época tardo-antiga na destruturação das malhas urbanas ortogonais, ver: Prólogo, Capítulo 1 – De Olisipo a Luxbuna.

12 Escavações arqueológicas confirmaram que o momento inicial de construção do troço da Cerca Velha localizado no Pátio da Senhora de Murça corresponde ao século III (M. Leitão 2014). Informações mais recentes apontam para que o troço de muralha que se encontrou no tardo dos prédios da fachada norte da Rua de Norberto Araújo (n.º 21-29) tenha tido uma evolução complexa com várias intervenções entre a época republicana (segunda metade do século II a.C.) e a antiguidade tardia (séculos III a IV) (Mota et al. 2018).

13 A hipótese de existência deste anfiteatro e respectiva localização foi proposta por dois investigadores, aparentemente de forma dissociada (P. Martins 2013; 2014). Rodrigo Banha da Silva (2015, 42-45) apresenta uma reconstituição de Olisipo onde localiza um anfiteatro sensivelmente no mesmo local, atribuindo a origem da ideia a Octávio da Veiga Ferreira.

local proposto, será talvez necessário, dependendo das cronologias, conciliar a sua posição topográfica com a posição da estrutura termal encontrada em escavações arqueológicas realizadas na esquina entre a Rua da Adiça e a Rua de S. João da Praça.¹⁴

A presença de estruturas termais romanas em Alfama é um facto previsível, pois esta área é geologicamente propícia à sua existência, devido às milenares nascentes de águas quentes que se mantêm ainda na actualidade, apesar de se encontrarem desaproveitadas.¹⁵ O próprio topónimo Alfama provém do árabe *al-hammam*, “os banhos”, demonstrando assim uma relação inequívoca entre a existência de fontes termais e a zona ribeirinha do arrabalde oriental.¹⁶ A questão que se impõe é se o espaço entre as portas de Alfama e da Cruz, que muito provavelmente estaria já urbanizado em época romana, faria parte da cidade, ou se seria um *suburbia* desta, ou seja, se estaria ou não incluído na área definida pela muralha fundacional. As evidências sobre estruturas defensivas no tardoz dos prédios da fachada norte da Rua Norberto Araújo parecem indiciar que este espaço estaria realmente fora dos limites definidos por essa muralha fundacional.¹⁷

No que respeita ao nível superior do arrabalde oriental, não se conhecem vestígios de qualquer estrutura de época romana, o que nos leva a considerar que, muito provavelmente, esse espaço não estaria urbanizado nesse período, concentrando-se o desenvolvimento urbano junto à margem do rio, tal como seria de esperar numa cidade produtora de preparados piscícolas como era Olisipo.¹⁸ A ausência de estruturas urbanas no nível superior do arrabalde ocidental foi arqueologicamente comprovada, pelo menos no local do antigo Convento das Mónicas, onde sondagens arqueológicas revelaram que o espaço contido na antiga cerca conventual nunca teve estruturas urbanas relevantes. Este convento foi erguido apenas no último quartel do século XVI, o que parece indicar que toda a área que a estrutura monástica veio a ocupar seria usada anteriormente como espaço de cultivo ou jardins.¹⁹ O único vestígio de época romana conhecido que foi descoberto no nível superior consiste numa inscrição lapidar, referida por Augusto Vieira da Silva, que foi encontrada na primeira metade do século XVII, servindo de laje tumular no pavimento da antiga Igreja de S. Tomé, entretanto demolida.²⁰ Esta inscrição,

14 V. Filipe 2017.

15 Cf. Ramalho et Lourenço [s.d.].

16 Cf. Lopes 1902.

17 Cf. Mota et al. 2018.

18 Sobre a produção, preparação e conserva de preparados piscícolas em Olisipo, ver: Bugalhão 2001.

19 Sondagens arqueológicas realizadas em 2010, sob a direcção da arqueóloga Catarina Quinteira revelaram que “Do ponto de vista arqueológico, nomeadamente das intervenções em negativo, não se detectam estruturas de interesse arqueológico ou relevância patrimonial, concluindo-se que o espaço sempre foi utilizado como área de cultivo e jardins” (Cf. Quinteira 2010).

20 Inscrição n.º 79, publicada em A. V. Silva 1944a, 189-190.

visto que se encontrou já descontextualizada relativamente à sua função original, não pode constituir argumento para a existência de estruturas de época romana no local onde foi encontrada.

Existem também notícias históricas de achados relativos a espaços funerários de época romana no arrabalde ocidental, tanto no nível superior como no inferior, possivelmente estruturados em torno das principais vias de acesso a Olisipo, já aqui referidas. Marinho de Azevedo refere que quando se realizava a construção de um palácio situado a sul do Campo de Santa Clara, no século XVII, se encontraram estruturas e evidências de que aí teria existido um espaço funerário romano.²¹ Júlio de Castilho registou que, antes de 1884, surgiram “algumas sepulturas romanas, muitas delas cobertas de tijolo, e contendo urnas funerárias com ossos carbonizados” quando se procedia à escavação de uma rotunda para as locomotivas da estação de caminhos-de-ferro de Santa Apolónia, na esquina entre a Travessa Lázaro Leitão e a Travessa da Cruz da Pedra.²²

Concluindo, é possível observar dois níveis diferenciados no arrabalde oriental, os quais se distinguem quer pelo nível de urbanização ao longo do tempo, quer pela cota altimétrica. O nível superior acima dos 30/35 metros parece ter uma ocupação urbana mais tardia, pois não se registam evidências concretas de ocupação urbana até ao período medieval. No nível inferior, apesar de os dados arqueológicos se manterem pouco conhecidos, podemos afirmar que há evidências de ter existido uma malha urbana ortogonal que se desenvolvia entre a Porta de Alfama e a Rua da Regueira, possivelmente estendendo-se até às medievais Portas da Cruz. A localização dos cemitérios permite-nos também perceber os limites máximos da urbanização em época romana, pois os romanos sepultavam, em regra, os seus mortos fora da área urbana.

Em seguida viramos a nossa atenção para o interior do arrabalde ocidental durante os séculos finais de domínio político islâmico.

21 Tal como supostamente descreve Luís Marinho de Azevedo: “muitas abobedas feitas de argamassa, e dentro algumas urnas de vidro grosso escuro, e outras de chumbo, cheias de carvões e cinzas, em que se devião guardar as cinzas dos defuntos; que os gentios queimavão, conforme a seus ritos; e os mais notáveis destes vasos erão dous, que ainda se conservão inteiros em casa do Monteiro-Mór Francisco de Mello: os quais parecem de porcelana grossa da Índia . . . Também se achou nele hum ídolo de bronze de dous meninos abraçados, na forma, que os Astrólogos figurão a Castor, e Pollux filhos de Iupiter e Leda”; cf. citação de Irisalva Moita (Moita 1994, 54-55). Não encontramos, no artigo de Irisalva Moita, as referidas passagens, podendo ter ocorrido uma troca com outro autor na citação.

22 Castilho 1934-1938, 1:117.

2.

O ARRABALDE ORIENTAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

2.1. Alfama aristocrática e a invenção de um mito

A existência de um nível superior do arrabalde oriental, que se caracterizava por uma população “aristocrática” em época de domínio islâmico, é um mito que urge desconstruir. A ideia da Alfama aristocrática parece ter surgido da escrita de um dos maiores vultos da historiografia nacional, Alexandre Herculano. Na sua obra de ficção, usualmente categorizada como romance histórico, *O Monge de Cister, ou A Época de D. João I* escreve a seguinte passagem: “Alfama fora no tempo do domínio sarraceno o arrabalde da Lisboa gótica; fora o bairro casquilho, aristocrático, alindado, culto, quando a *Medina Achbuna* pousava enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois se chamou Alcáçova e hoje o Castelo”.²³ O maior problema deste excerto deve-se a ter sido interpretado, e ainda o ser, como uma obra histórica, quando é uma obra literária, fruto dos amplos conhecimentos de Herculano, obviamente indiscutíveis. Todavia, neste caso em particular, as afirmações do historiador oitocentista têm como principal base a sua imaginação, como é natural, pois *O Monge de Cister* é, afinal, uma obra de ficção.

Por mais bem documentado que Alexandre Herculano estivesse, o seu conhecimento real sobre Alfama em período de domínio islâmico não poderia ser muito diferente do que sabemos hoje. Na verdade, muito provavelmente, seria menor, pois a arqueologia urbana, tal como a conhecemos hoje, não existia no século XIX. Além disso, há também um outro problema na interpretação do topónimo, pois quando Herculano refere o “bairro casquilho, aristocrático” abrange no topónimo

23 Esta passagem de Herculano (1977, 144) encontra-se repetida, directa ou indirectamente, em obras tão diversas como as *Peregrinações em Lisboa*, de Norberto Araújo, escrita nos últimos anos da década de 30 do século XX (1939-1940, 10:32), uma dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico realizada em 2007 (C. R. Silva 2007, 17) ou ainda na entrada “Alfama”, do *Dicionário da História de Lisboa*, onde Eduardo Sucena refere uma “Alfama do Alto, onde vivera a nata da população mourisca” (Santana et Sucena 1994, 40). Outros ecos da Alfama aristocrática imaginada por Herculano podem ser encontrados em outras obras escritas entre o século XVIII e o XXI, as quais não pretendemos aqui enumerar na totalidade. Devemos, no entanto, referir que *O Monge de Cister* é um excelente ponto de partida para se entrar na Lisboa medieval, pois o historiador estava realmente muito bem documentado e a sua obra reflecte os seus conhecimentos, como não podia deixar de acontecer, mas não devemos perder a noção de que se trata de uma obra literária, na qual a criação sem base documental é perfeitamente legítima e espectável.

Alfama, espaços como a alcáçova e o castelo, o que nos parece uma opção insustentável no que respeita à história da cidade.

A verdade é que a aristocracia muçulmana da cidade poderia habitar em qualquer parte: na alcáçova, na medina, nos arrabaldes ou até mesmo em propriedades rurais situadas fora dos limites urbanos da cidade, tal como acontecia em Córdoba.²⁴ Tentar localizar esta população, especificamente, na zona superior do arrabalde oriental, sem outro fundamento além da obra literária de Herculano é um risco que não pretendemos correr, mesmo que a reiteração sucessiva da historiografia o tenha envolvido numa falsa legitimidade. Os dados arqueológicos conhecidos publicamente até hoje não localizam qualquer estrutura que contivesse características que nos permitam aceitar esta proposta de forma acrítica. Além disso, não existe qualquer evidência na documentação medieval cristã dos séculos XII e XIII, nem sequer nas descrições dos geógrafos árabes, que nos permitam considerar esta hipótese como válida ou inválida. O único local de que podemos afirmar, sem qualquer dúvida, ter sido habitado por camadas sociais com maior capacidade económica é a alcáçova da cidade, nomeadamente nas habitações encontradas na Praça Nova.²⁵ Além disso, podemos apenas imaginar, como fez Herculano, que as elites “aristocráticas” muçulmanas de Lisboa poderiam viver em qualquer outra parte da cidade, tendo em conta que a falta de dados históricos não deve ser substituída pela ficção.

2.2. Cronologia, dimensão e densidade urbana

Ao contrário do arrabalde ocidental, o oriental tem revelado menos evidências de estruturas arqueológicas de época islâmica, e quando surgem, são mal conhecidas e parcamente divulgadas ao público, o que cria obstáculos relevantes para a investigação. Ainda assim, algumas evidências arqueológicas têm sido divulgadas, as quais, quando conjugadas com as fontes documentais e narrativas, contribuem para a reconstituição possível deste arrabalde da cidade durante o domínio político islâmico.

A descrição de Idrissi, que retrata a cidade nas décadas finais do domínio islâmico, fornece informação relevante para a reconstituição das dimensões do

24 Referimo-nos especificamente às *almunyas* cordovesas, por serem as propriedades deste género mais bem estudadas no al-Andalus. Sobre este assunto, ver: López Cuevas 2013.

25 Sobre estas habitações, ver: Parte II, Subcapítulo 3.3 – O bairro residencial da Praça Nova.

arrabalde oriental, localizando no centro da cidade os *hammam* de água quente de Lisboa. É muito provável que os *hammam* referidos por Idrissi sejam os principais banhos públicos da cidade localizados pelos geógrafos Al-Udri, Al-Bakri, e Al-Himari, junto do *Bab al-Hammam*, a Porta de Alfama.²⁶ Idrissi afirma também que “é uma cidade primorosa, que se estende ao longo do rio”. Ambas as informações indiciam que o arrabalde oriental se desenvolveria ao longo do rio, sobretudo para montante, na direcção das Portas da Cruz, considerando que o seu centro aproximado se localizaria não muito longe das Portas de Alfama, perto das quais existiriam os principais banhos públicos da cidade, pois só assim é possível situar o centro da cidade perto da Porta de Alfama.²⁷ Portanto, quando Idrissi descreve Lisboa, no século XII, antes da tomada do poder pelos cristãos em 1147, o arrabalde oriental teria uma forma alongada, estendendo-se pela margem do rio numa extensão que não é possível reconstituir os limites exactos, mas que talvez alcançasse o local depois chamado das Portas da Cruz.

Corroborando em parte a nossa interpretação da descrição de Idrissi, os resultados das escavações arqueológicas registaram vestígios de ocupação islâmica em locais variados do arrabalde oriental, desde a Porta de Alfama até à Rua das Escolas Gerais (ver quadro 8).

26 Cf. Sidarus et Rei 2001.

27 Sobre a localização dos banhos públicos no interior da medina, ver: Parte I, Subcapítulo 4.4 – Os banhos públicos em época islâmica.

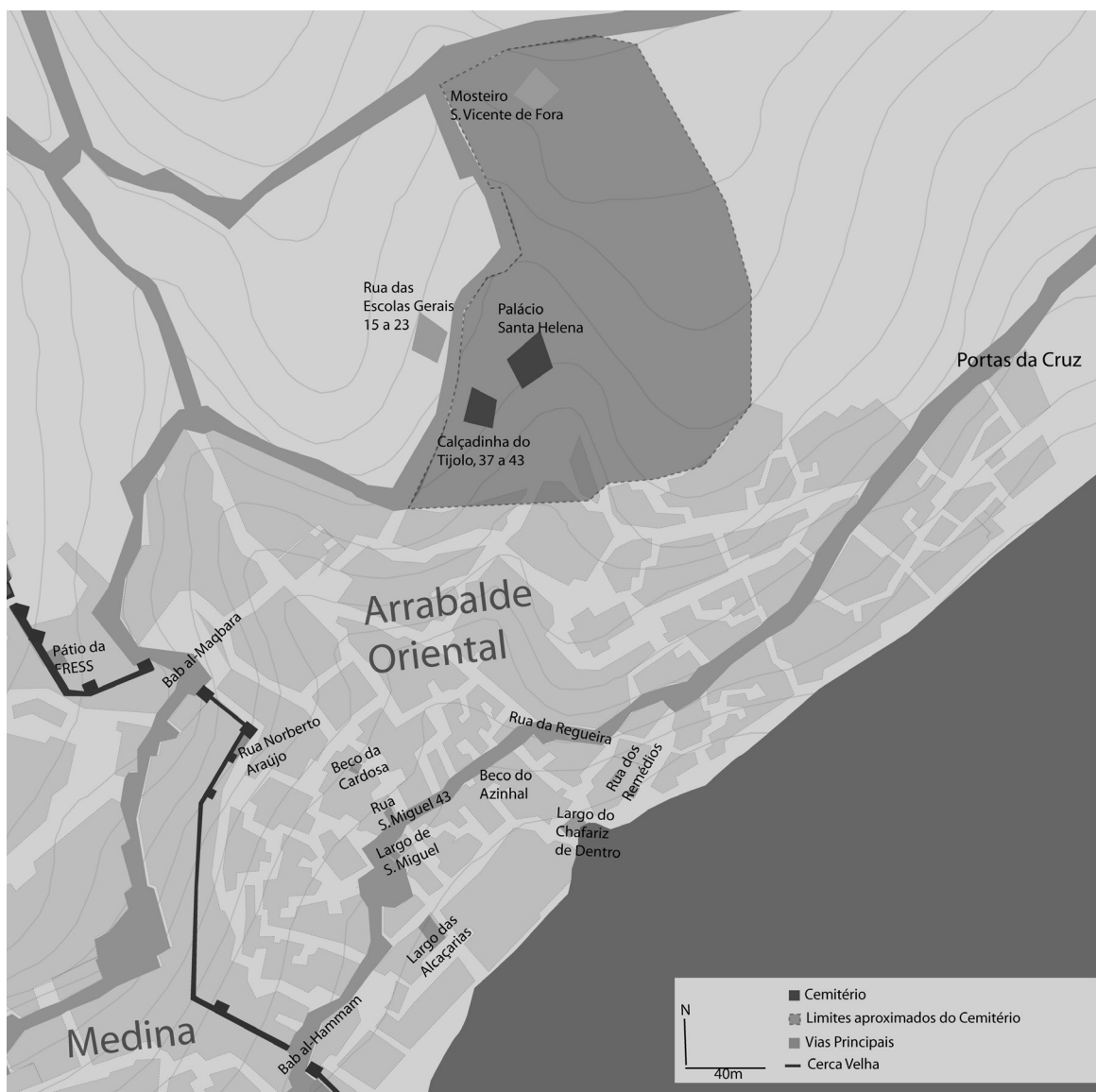


Figura 71. Arrabalde oriental no final da época de domínio muçulmano

Esta imagem urbana do arrabalde oriental em época islâmica é perfeitamente conciliável com a hipotética existência de uma urbanização em época romana, que talvez estivesse ocupada em toda a sua extensão no final do domínio político islâmico. Sobre esta questão, o que foi afirmado relativamente ao crescimento urbano no arrabalde ocidental, nos séculos XI e XII, pode ser também aqui tomado em conta.²⁸ É possível que os mesmos motivos, não bem conhecidos, que causaram

28 Ver Parte III, Subcapítulo 2.1 – Cronologia, dimensão e densidade urbana.

uma expansão do arrabalde ocidental nos séculos finais de domínio islâmico tenham também beneficiado a ocupação urbana do arrabalde oriental; contudo, visto que os dados arqueológicos sobre o arrabalde oriental são mal conhecidos, não é possível estabelecer uma proposta concreta desta evolução urbana. A favor desta proposta, note-se que todos os dados arqueológicos sobre vestígios da ocupação urbana do arrabalde ocidental em época de domínio islâmico se enquadram nos séculos XI e XII (ver Quadro 8).

Note-se também como a ocupação urbana em época de domínio islâmico ocorre sobretudo no nível inferior do arrabalde, ao longo da antiga via romana que saía da Porta de Alfama para oriente, na direcção de Sacavém. Deste modo, é possível afirmar que a ocupação urbana em época islâmica se desenvolveu ao longo desta via, a qual, por sua vez, se desenvolvia em paralelo à margem do rio. Um quadro semelhante ao que supomos ter ocorrido no Arrabalde Ocidental, onde o eixo Corredoura – Rua da Correaria teve um papel preponderante no desenvolvimento urbano, e também como pólo económico. Todavia, no caso da via oriental, o fraco conhecimento dos vestígios arqueológicos aliado à escassez das fontes documentais, tanto na época islâmica como no período inicial da ocupação cristã, não nos permite supor a existência de um núcleo comercial em época islâmica. O único dado que pode apontar para a hipotética existência de um núcleo comercial é o topónimo “Alcaçaria”, que surge numa posição urbana adequada à localização de um centro comercial fora de muros, junto da principal via de acesso à cidade. Contudo a evolução semântica deste topónimo para significados associados a banhos ou curtumes, levanta algumas dúvidas sobre esta hipótese.²⁹

Baseado na escassez de vestígios arqueológicos de época islâmica, Rodrigo Banha da Silva propôs que a densidade urbana de Alfama fosse, no final da época de domínio político muçulmano, reduzida.³⁰ Esta proposta não nos parece suficientemente fundamentada, pois as adversidades enfrentadas pela arqueologia urbana constituem condicionantes que dificultam sobremaneira o conhecimento científico e público dos vestígios arqueológicos, factor que nos leva a considerar que a ausência da prova não pode, sobretudo neste caso, constituir prova da ausência.³¹ A existência

29 Sobre a complexa evolução semântica do topónimo “Alcaçaria” em português, ver Parte IV, Subcapítulo 3.4 – As Alcaçarias de Alfama. No Norte de África e no Al-Andalus, a *Kaysariyya* significava um espaço fechado dedicado ao comércio de tecidos e outros bens de luxo (cf. Hakim 2008a, 84). Com base no significado árabe deste topónimo, Hermenegildo Fernandes (1986, 7) propôs uma provável localização de um centro de comércio, em época de domínio muçulmano, no actual Largo das Alcaçarias, “junto ao rio, localização que se justificaria pela maior comodidade no transporte de mercadorias”.

30 R. B. Silva 2007.

31 Sobre os problemas e vicissitudes da arqueologia urbana em Lisboa, em geral, ver: Fabião 1994a; Gaspar et al. 2000; Bugalhão 2008. Relativamente à investigação científica sobre a Lisboa islâmica, infelizmente o quadro descrito por Jacinta Bugalhão, em 2009, não conheceu melhorias na última década, mantendo-se na actualidade boa parte do que esta investigadora afirmava: “O problema estrutural no que respeita à evolução do conhecimento sobre Lisboa islâmica reside nas

de “um celeiro com poço associado” verificada no Beco do Azinhal, por si só não nos parece um indicador suficientemente sólido para se afirmar que a densidade urbana em Alfama fosse reduzida.³² No entanto, a escassez do conhecimento das evidências arqueológicas e a ausência de dados documentais não nos permitem considerar o contrário, ou seja, que ocorria uma densidade urbana elevada no nível inferior do arrabalde oriental. Deste modo, a questão terá de se manter em aberto até que novos dados permitam uma reinterpretação.

2.3. Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério)

O arrabalde oriental não seria, durante a época de domínio político islâmico, um espaço monofuncional. Pelo contrário, as evidências arqueológicas indicam a presença de diferentes tipos de estruturas com funcionalidades distintas, realidade que também se observava no arrabalde ocidental.

A componente habitacional seria decerto uma componente importante na sua constituição urbana. As evidências arqueológicas conhecidas de estruturas habitacionais estão disseminadas pelo arrabalde, concentrando-se no nível inferior (Largo das Alcaçarias, Rua de S. Miguel 43, Rua dos Remédios, n.ºs 7 a 9), ou seja, em Alfama, com excepção da estrutura habitacional encontrada no nível superior do arrabalde, mais precisamente no pátio da FRESS,³³ local marcado pela proximidade à Cerca Velha e à porta que nela se abria.³⁴ No pátio da FRESS, verificou-se uma habitação construída, entre os meados do século XI e os meados do XII, sobre um local onde anteriormente se situavam estruturas de armazenamento, ou seja, silos, que foram então abandonados. Esta habitação insere-se no modelo comum das cidades mediterrânicas, tendo sido identificados alguns dos seus compartimentos: uma cozinha com pavimento lajeado, um pátio central também lajeado, um

graves lacunas da investigação científica: reduzido número de investigadores (pouca massa crítica), falta de projectos de investigação (excessiva preponderância de intervenções arqueológicas de natureza preventiva), falta de projectos académicos (não foi finalizado qualquer grau académico de mestrado ou doutoramento sobre o tema), excessiva preponderância dos estudos de materiais, sobre os estudos de contexto e sínteses, défice crónico de publicação (em alguns casos muito grave), escasso conhecimento do território envolvente à cidade” (Bugalhão 2009, 388).

32 R. B. Silva 2007. A existência de equipamentos rurais dentro das cidades medievais era comum, não podendo por esse motivo ser tomada como um factor para uma fraca densidade urbana. A este respeito, afirma Luísa Trindade: “Até essa data [século XIX] e, principalmente ao longo de toda a Idade Média, eram raras as casas que não possuíam hortas ou pomares, celeiros, adegas, palheiros ou currais. Existiam mesmo nas zonas de maior centralidade, onde o solo era um bem escasso e precioso” (2000, 28).

33 Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, onde se situa o Museu de Artes Decorativas Portuguesas, no antigo Palácio Azurara, localizado no Largo das Portas do Sol.

34 A escavação identificou vestígios de uma habitação de época islâmica numa área denominada Pátio Superior (cf. Gomes et Sequeira 2001).

eventual salão, com um pavimento de argamassa pintada a vermelho ocre almagre, e um acesso em cotovelo. Visto que os resultados das escavações arqueológicas permitem apenas compreender a largura da habitação e não o seu comprimento, é apenas possível comparar a largura desta habitação (8 metros) com a largura das outras habitações conhecidas desta época.³⁵

Quadro 7. Dimensões dos pátios centrais das habitações de época islâmica em Lisboa

	Largura total da casa	Largura do pátio da casa
Casa no Pátio da FRESS	7,70m	3,5m
Casa 6 Praça da Figueira	6,5m	3m
Casa 14 Praça da Figueira	7m	4m
Casa 10 Praça da Figueira	6m	5m
Casa 2 Praça Nova	13,5-14m	6-6,5m
Casa 1 Praça Nova	14,5m	6m

Ao compararmos tanto a largura total da habitação, como a largura da área útil do pátio, percebemos claramente que a habitação situada no actual pátio da FRESS seria modesta e as suas dimensões estariam muito mais próximas das dimensões das habitações encontradas na Praça da Figueira³⁶ do que das casas pertencentes às elites urbanas encontradas na Praça Nova da Alcáçova de Lisboa.³⁷ Isto significa que a camada social que aqui habitaria pertenceria a estratos mais baixos da sociedade, tal como se supõe sobre os habitantes do bairro islâmico da Praça da Figueira.³⁸ Infelizmente, nem os dados arqueológicos, nem as fontes documentais actualmente conhecidas nos permitem elaborar qualquer proposta sobre as características morfológicas da generalidade das habitações de todo o restante arrabalde oriental, nem supor o nível social dos seus habitantes.

No edifício do actual Largo das Alcaçarias, foram encontrados, em escavações arqueológicas realizadas em 2003, dirigidas por Manuela Leitão, arqueóloga

35 Cf. Gomes et Sequeira 2001.

36 As informações aqui apresentadas sobre as casas da Praça da Figueira foram retiradas da planta das escavações que se encontra publicada. Consideraram-se as casas cujos vestígios dos pátios são apresentados como existentes e não como putativos (R. B. Silva et al. 2011, 20).

37 As informações aqui apresentadas sobre as casas da Praça Nova da Alcáçova de Lisboa foram retiradas da planta das escavações que se encontra publicada (Gaspar et Gomes 2003).

38 Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira, ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 – Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”.

da Câmara Municipal de Lisboa, dois fornos para produção cerâmica. Contudo, os resultados arqueológicos não foram até ao momento publicados, sendo conhecidos através de fontes indirectas que apontam a arqueóloga responsável como fonte oral.³⁹ Segundo o resumo de um artigo que não foi possível localizar, assinado pela responsável pelas escavações e por outros autores, este forno terá sido datado do século XII.⁴⁰ Aparentemente, no mesmo local, foram encontradas estruturas de banhos pertencentes a uma casa quinhentista, erguida sobre o local onde funcionou a olaria islâmica ou lá muito perto.⁴¹ A falta de informação acerca deste importante ponto arqueológico não nos permite mais do que localizá-lo e tecer algumas considerações sobre a sua posição urbana. A olaria localizava-se junto à margem do Tejo que, tal como se observou nas escavações realizadas no Largo do Chafariz de Dentro, se situava aproximadamente ao nível da actual rua do Jardim do Tabaco e, em alguns pontos, talvez até mesmo mais interiormente (ver figura 71). Esta localização é análoga à das olarias encontradas no arrabalde ocidental, próximas do esteiro, enquanto as do arrabalde oriental se situavam numa posição de proximidade ao rio. Esta situação topográfica apresentava três vantagens evidentes: os cursos de água arrastavam facilmente os despejos das olarias; era uma posição privilegiada para escoar produtos através de via fluvial; supria facilmente a necessidade de água para o fabrico de produtos oleiros.

No Beco do Azinhal, onde foram realizadas escavações arqueológicas conduzidas por Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes e Pedro Miranda, em 2005, foi encontrada uma realidade diferente dos contextos de olarias e habitações que já haviam surgido no Arrabalde Ocidental da cidade. Neste local, situado a noroeste do Largo do Chafariz de Dentro, verificou-se a existência de “um poço, um espesso muro em pedra vã e uma estrutura complexa, interpretada como correspondente a um espaço de armazenamento que conteria originalmente um piso em tabuado”.⁴² Segundo Rodrigo Banha da Silva, esta estrutura complexa parece corresponder a um celeiro, cujo piso em tabuado isolaria os bens aí armazenados da humidade existente no solo.⁴³ A posição desta estrutura de armazenamento, junto de uma das principais artérias que davam acesso à medina, pode indiciar uma hipotética existência de um ponto de armazenamento e distribuição de bens que tanto poderiam ser produzidos

39 Cf. Bugalhão 2009; R. B. Silva 2007.

40 No referido *abstract*, é afirmado o seguinte: “*The first structure corresponds to the Largo das Alcaçarias Islamic pottery production workshop located in the eastern suburb Luxbona (current Alfama) and its abandonment has been dated as the 12th century AD*”. Este *abstract* refere-se ao seguinte artigo: Gomez-Paccard et al. 2014.

41 Os resultados sobre a descoberta dos banhos quinhentistas estão publicados; a localização parece coincidir com a localização dos fornos de cerâmica, apesar de não haver referência escrita a este facto (M. Leitão et Calado 2015, 123-125).

42 R. B. Silva 2012b, 314.

43 Informação oral do arqueólogo Rodrigo Banha da Silva em 5 de Maio de 2016.

no exterior do espaço urbano, como no seu interior, ou até, dada a proximidade da margem do rio, ser trazidas por via fluvial para esse local.

Na Rua dos Remédios, em plena via pública, em frente aos actuais números 5 a 9 e 11 a 13 foram encontradas duas estruturas de condução de água erguidas em época islâmica.⁴⁴ Contudo não foi possível compreender a funcionalidade destas estruturas de condução de água. Estas estruturas estavam orientadas na direcção do rio, paralelas entre si, e transversais às fachadas dos prédios contíguos. Relativamente a estas estruturas será importante relembrar o esgoto de época romana que funcionou até pelo menos aos meados do século XII, encontrado no claustro da Sé de Lisboa.

No Mosteiro de S. Vicente de Fora, bem como nas Escolas Gerais, encontraram-se estruturas de armazenamento de época islâmica.⁴⁵ Os primeiros, provavelmente, situavam-se fora da área urbana da cidade, sendo que os últimos talvez ainda se inserissem nos limites da área urbana do arrabalde oriental. A presença destas estruturas de armazenamento deveria relacionar-se com a produção agrícola que se praticava nas imediações da cidade.

Por último, devemos considerar a localização de um cemitério, recentemente arqueologicamente comprovado, cuja existência havia sido já antes proposta por Cláudio Torres em 1994.⁴⁶ Este cemitério seria possivelmente um dos maiores da cidade, e estaria implantado ao longo da via que saía da medina pela *Bab al-Maqbara*, a porta do cemitério, e que passava no local do posterior Mosteiro de S. Vicente. Não é possível, actualmente, estabelecer os limites concretos desta necrópole islâmica, pois os resultados arqueológicos sobre a sua existência são ainda escassos, mas a sua existência é irrefutável.

Esta multiplicidade de estruturas indica que o arrabalde oriental, tal como o Ocidental, não seria um espaço monofuncional, pelo contrário, pois os vestígios arqueológicos indicam a existência de estruturas com funcionalidades bem distintas. É possível, ainda assim, supor uma lógica no posicionamento das estruturas urbanas. Tal como observámos, as olarias situavam-se junto à margem do Tejo, pois esta posição era-lhes benéfica em vários sentidos. A uma cota ligeiramente superior, existiria provavelmente um núcleo residencial, onde se concentravam os habitantes do Arrabalde, o qual teria, como observámos no capítulo anterior, uma matriz urbana de época romana, progressivamente alterada pela introdução de uma lógica urbana

44 Ibid.

45 Sobre as estruturas de armazenamento encontradas no Mosteiro de S. Vicente de Fora, ver: F. R. Ferreira 2001. Sobre o silo islâmico encontrado na Rua das Escolas Gerais, ver: Neto et Fontes 2006.

46 Cf. Torres 1994. A referência à Porta do Cemitério foi também notada por Adel Sidarus e António Rei (2001, 37-72). As escavações que encontraram algumas sepulturas realizadas segundo o rito islâmico na Calçadinha do Tijolo foram conduzidas por Vanessa Filipe (cf. V. Filipe 2015b).

mais orgânica, que se terá iniciado antes do estabelecimento do domínio político islâmico na cidade. Nos limites – ou até, em dimensões menores, no interior do Arrabalde, mas sobretudo no seu exterior – existiriam espaços de produção agrícola, que, como veremos, se manterão em funcionamento durante a época medieval cristã.

Deste modo, a categorização que propusemos para a época islâmica, entre um nível inferior do arrabalde oriental, abaixo da curva de nível dos 30-35m, mais densamente urbanizado, e um nível superior menos urbanizado, adequa-se à realidade que as escavações arqueológicas têm vindo a desenhar nas últimas décadas.

Em seguida, será observado como esta realidade se irá manter durante o período medieval de domínio político cristão, factor que se revela de forma indubitável na documentação dessa época.

Quadro 8. Sítios Arqueológicos do arrabalde oriental em época de domínio islâmico ⁴⁷

Local	Responsável	Cronologia	Tipo de Contexto
Largo das Alcaçarias	Manuela Leitão ⁴⁸	Sécs. XI-XII	Habitacional; olaria
Rua de S. Miguel, 43	Rodrigo Banha da Silva ⁴⁹	Séc. XII	Habitacional
Largo do Chafariz de Dentro	Rodrigo Banha da Silva; Cristina Nozes; Pedro Miranda ⁵⁰	Séc. XI-XII	Despejo; olaria
Rua dos Remédios, 7 a 9	Rodrigo Banha da Silva ⁵¹	Séc. XI-XII	Habitacional
Rua dos Remédios, na via em frente a 5 -9 e 11-13	Rodrigo Banha da Silva ⁵²	Séc. XI-XII	Estruturas de condução de água
Rua da Regueira	Rodrigo Banha da Silva ⁵³	Sécs. XI-XII(?)	Evidência Estratigráfica
Beco do Azinhal, 13	Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes e Pedro Miranda ⁵⁴	Sécs. XI-XII(?)	Poço e Celeiro (?)
Largo de S. Miguel	Rodrigo Banha da Silva ⁵⁵	Sécs. XI-XII(?)	estrutura de funcionalidade desconhecida
Beco da Cardoso	Nuno Ribeiro ⁵⁶	Sécs. XI-XII	Lixeira (?)
Pátio da FRESS	Ana Gomes; Maria José Sequeira ⁵⁷	Séc. XI-XII	Habitacional

47 Para a georreferenciação destes sítios, ver a figura 72.

48 Bugalhão 2009, 387. A fonte original consiste na informação oral da arqueóloga responsável.

49 Ibid.

50 Ibid; R. B. Silva et al. 2007.

51 Bugalhão 2009, 387; R. B. Silva et al. 2007.

52 Informação oral de Rodrigo Banha da Silva.

53 R. B. Silva 2007.

54 R. B. Silva 2007; 2012b, 314; Informação oral de Rodrigo Banha da Silva.

55 R. B. Silva 2007.

56 Ribeiro 2004.

57 Gomes et Sequeira 2001.

Calçadinha do Tijolo, 37 a 43	Vanessa Filipe ⁵⁸		Necrópole
Rua das Escolas Gerais, 15 a 23	Nuno Neto e Tiago Fontes ⁵⁹	Séc. XI-XII	Silo (armazenamento de alimentos)
M. S. Vicente de Fora	Fernando Rodrigues Ferreira ⁶⁰	Séc. XII	Armazenamento

58 V. Filipe 2015a.

59 Neto et Fontes 2006.

60 F. R. Ferreira 2001.

3.

O ARRABALDE ORIENTAL ENTRE 1147 E 1325: PÓLOS E PERIFERIAS

3.1. Continuidades e rupturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão

No pátio interior da FRESS, escavações arqueológicas realizadas em 1996-1997 e em 2001 trouxeram à luz uma habitação construída de raiz em época de domínio político islâmico, que se manteve com a mesma funcionalidade após a transição para o domínio cristão.⁶¹ Como já foi referido, trata-se de uma pequena habitação, estruturada em torno de um pátio central, cujas dimensões indicam que os seus habitantes pertenceriam a camadas sociais menos elevadas e que foi construída em meados do século XI, segundo os resultados das escavações arqueológicas. Durante o reinado de D. Afonso Henriques, a habitação sofreu remodelações, que se podem resumir à transformação do pátio central num compartimento interior e à alteração do acesso à casa através da desactivação do anterior acesso e a abertura de um novo.⁶²

Esta informação revela, por um lado, que, após a alteração do poder político, manteve-se a funcionalidade da estrutura, pois continuou a ser aproveitada para habitação e, por outro, ocorreu uma rotura na organização da habitação, com a destruição do pátio central e a mudança no acesso ao exterior. As remodelações na habitação devem, muito possivelmente, estar relacionadas com uma provável alteração na posse da propriedade, após 1147, com os novos proprietários a não considerarem útil a existência de um pátio central. A alteração do acesso denota uma opção que terá consequências relevantes ao nível do urbanismo, pois revela a desactivação de um adarve, em benefício de um novo acesso externo, aberto na fachada sul da habitação, a qual possivelmente daria acesso directo à via hierarquicamente mais relevante. Se considerarmos que esta realidade poderá ter ocorrido

61 Sobre esta habitação em época islâmica, ver: Parte IV, Subcapítulo 2.3 – Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério). Os resultados desta escavação foram publicados em Gomes et Sequeira 2001.

62 “O antigo pátio lajeado é coberto por uma camada de nivelamento onde vai assentar um pavimento com tijoleira e transforma-se num compartimento interior com o entaipamento das antigas entradas e com a construção de um muro que vai desactivar o antigo acesso à casa que se passa a fazer por um átrio construído a sul da casa junto ao primitivo salão . . . Esta remodelação foi efectuada no reinado de D. Afonso Henriques já após a conquista da cidade de Lisboa. A cronologia é-nos dada por uma mealha de D. Afonso Henriques” (Gomes et Sequeira 2001, 107).

em parte considerável das habitações da cidade, após o fim do domínio político islâmico, as alterações urbanísticas terão sido bastante significativas, com o desaparecimento tanto dos pátios centrais como, sobretudo, com o desaparecimento e privatização de muitos dos acessos às habitações.

Ao observar a malha urbana da Alfama actual, a qual se mantém, comprovadamente, com poucas modificações, desde pelo menos 1650,⁶³ verifica-se a existência de um urbanismo diferente do urbanismo implantado por D. Afonso III e D. Dinis em várias cidades do reino, e também na margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental de Lisboa, como observámos anteriormente⁶⁴ (ver figura 72).



Figura 72. Sistema viário de Alfama⁶⁵

63 Uma análise atenta à planta realizada por João Nunes Tinoco, em 1650, e à malha urbana actual, permite chegar a esta conclusão, mesmo tendo em conta os vários problemas apresentados pelas incorrecções e distorções presentes na planta seiscentista. Note-se que o edificado actual não pertence obviamente, ao século XVII, e ainda menos a épocas anteriores. Salvo alguns casos pontuais, consideramos que a maior parte do edificado desta zona da cidade se insere nos séculos XVIII e XIX, todavia não encontramos quaisquer estudos que confirmassem ou infirmassem esta nossa suposição. Alguns edifícios que revelam modos construtivos do período entre os séculos XV e XVI foram objecto de uma dissertação de mestrado (C. R. Silva 2007).

64 Referimo-nos às urbanizações realizadas por estes monarcas na margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental. Sobre este assunto, ver: Parte III, Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

65 A fonte do ortofotomapa é a plataforma digital Lisboa Interactiva: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> disponível em 15 de Maio de 2016.

Em Alfama, ou seja, nas antigas freguesias de S. Pedro, S. Miguel e S. Estêvão não se encontram os quarteirões longos, constituídos por lotes onde o comprimento é maior do que a largura. Pelo contrário, neste espaço do arrabalde oriental encontramos, ainda cristalizados na malha urbana actual, lotes quadrangulares, os quais se aglomeram junto uns dos outros, o que leva obrigatoriamente à utilização de adarves para aceder aos lotes que se situam no interior destes aglomerados. Deste modo, parece-nos possível que os adarves de Alfama sejam um vestígio urbanístico de um momento em que aqui existiram aglomerados de edifícios estruturados em torno de pátio central, entretanto desaparecidos, os quais possivelmente foram erguidos durante o período de domínio político islâmico.⁶⁶

A “sobrevivência” destes adarves – e, sobretudo, deste parcelamento singular –, ao longo dos últimos oito séculos e meio, deve-se ao facto de, durante este longo período, não ter ocorrido, em momento algum, uma reestruturação urbana sistemática que contemplasse este espaço de um modo realmente transformador, ao contrário do que aconteceu no Arrabalde Ocidental, nomeadamente na Baixa pombalina. Importa, ainda assim, salientar que a malha actual de Alfama não se manteve incólume nos últimos oito séculos e meio, pelo contrário, sofreu alterações importantes que a ausência de dados documentais e de estudos arqueológicos sistemáticos e abrangentes nos impedem de descrever. Por exemplo, é natural que algumas das actuais vias secundárias fossem anteriormente adarves sem saída que, após a instalação do poder cristão, se tornaram, gradualmente, em vias com continuidade; um fenómeno comum no processo de cristianização das cidades islâmicas.⁶⁷ O que aconteceu em Alfama, caso pontual no território português, foi a já referida ausência de remodelações extensas na malha urbana, a qual se prende com vários factores: o desinteresse da aristocracia urbana em habitar esta parte da cidade; a ausência de instalações fabris, que apenas se situaram na zona ribeirinha em espaços ganhos ao Tejo; a existência de um espaço livre de edificado a norte desta zona, o qual, como vimos, perdurou até tempos recentes; por último, a resistência do edificado às catástrofes naturais que assolaram a cidade. Todos estes factores tornaram Alfama um caso singular na história do urbanismo português, o qual é pautado pela ausência de vestígios da matriz urbana de época islâmica, a qual se definia por um urbanismo marcado pelos adarves que davam acesso a edifícios estruturados em torno de um pátio central.⁶⁸

66 Sobre a relevância e implicações no urbanismo de casas estruturadas em torno de pátio central ver Prólogo, Subcapítulo 2.2 – As lógicas do urbanismo islâmico; Trindade 2009, 69-95.

67 Sobre o processo de cristianização das cidades islâmicas, ver: Navarro Palazón et Jiménez Castillo 2001.

68 Esta ausência de vestígios do urbanismo islâmico que caracteriza o território do português e a sua divergência relativamente a várias cidades meridionais espanholas foi percebida de forma notável por Luisa Trindade. Contudo, a investi-

Importa também compreender que em toda a zona ribeirinha a oriente do Chafariz del Rei e a ocidente das Tercenas da Porta da Cruz, erguidas no reinado de D. Manuel, a praia medieval se manteve praticamente inalterada, desde a construção da cerca fernandina, em 1373, até à construção do Terreiro do Trigo em 1766,⁶⁹ tal como demonstram o desenho de Leiden, realizado no último quartel do século XVI (ver figura 74), a planta realizada por Tinoco em 1650 (ver figura 73) e a planta da margem ribeirinha da cidade realizada em 1727.⁷⁰ Assim sendo, podemos afirmar que a evolução da frente ribeirinha do arrabalde oriental se diferencia em absoluto da que ocorreu no arrabalde ocidental, a qual foi muito mais precoce e profunda, como já foi observado. Esta diferença deve-se, em grande medida, à ausência de um núcleo de estruturas urbanas com relevância social e económica, durante toda a Idade Média, que se concentravam no arrabalde ocidental e não no Oriental, uma decisão que iria marcar indelevelmente a forma da cidade, e que, como referimos anteriormente, foi em grande parte atribuível a D. Afonso III e a D. Dinis.

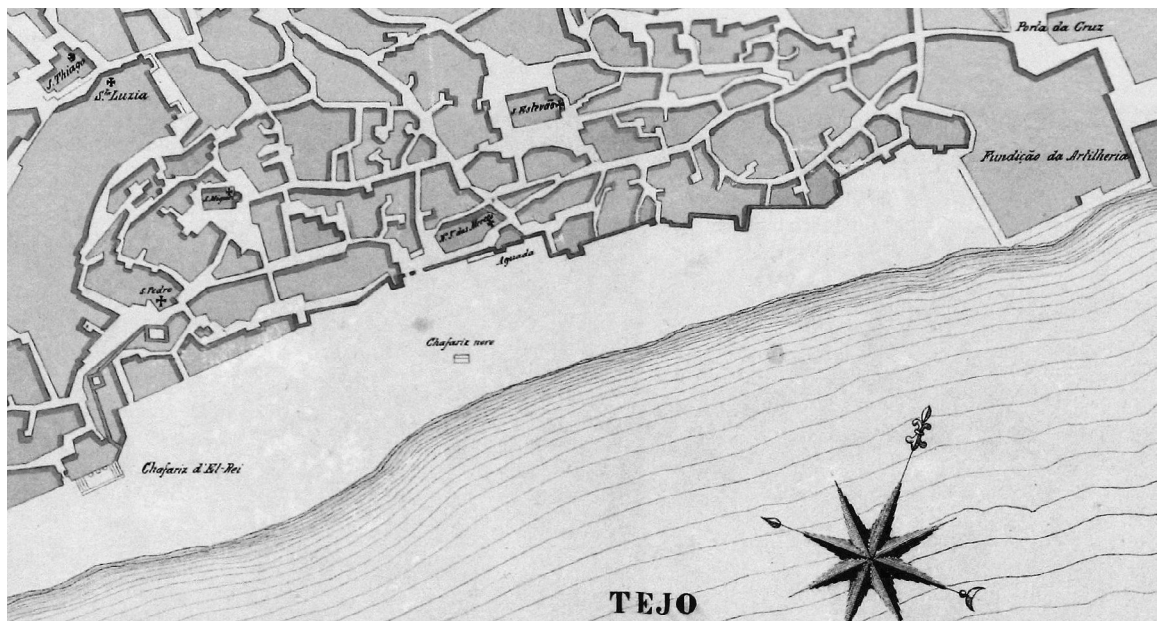


Figura 73. Margem Ribeirinha de Alfama. Excerto da Planta de Tinoco (1650), Museu da Cidade. MC.DES.1084

gadora, que estudou um vasto território, abrangendo um muito significativo número de cidades, não fez considerações sobre o caso de Alfama, notando ainda assim a existência de “uma rede viária imbricada, onde os adarves assumem um peso significativo” na cartografia relativa ao desaparecido Arrabalde Ocidental (Trindade 2009, 86-88).

69 Tal como nos informa uma inscrição inserta na fachada norte do corpo central do edifício: “José I. Augusto Invicto Pio Rei e Pai Clementíssimo dos seus vassallos para assegurar a Abundancia de pão aos moradores da sua nobre e leal cidade de Lisboa e a desterrar dela a impiedosa dos monopólios debaixo da inspecção do senado da Câmara sendo presidente dele Paulo de Carvalho Mendonça mandou edificar desde os fundamentos este celeiro público ano MDCCLXVI.”

70 Referimo-nos à *Planta Topographica das Marinhas das Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental*, mantida no Museu da Cidade, cota MC. DES. 1403.



Figura 74. Margem Ribeirinha de Alfama. Excerto do desenho de Lisboa, Biblioteca de Leiden

3.2. Densidade e tipologia da propriedade urbana do arrabalde oriental

A análise à documentação produzida a partir do último quartel do século XII permite-nos observar as tendências gerais da tipologia da propriedade que aí existia. Visto que a origem dos dados documentais se restringe aos cartórios eclesiásticos e aos documentos régios que chegaram aos nossos dias, os quais se referem sobretudo à transferência de propriedade relativa aos interesses dessas instituições, não seria correto projectar os dados extraídos da documentação directamente para uma reconstituição exacta da forma urbana do arrabalde oriental medieval, pois isso induziria a interpretações afastadas da realidade. Ainda assim, permite perceber alguns aspectos que de outra forma nos escapariam irremediavelmente. Permitted identificar a tipologia das propriedades, a paróquia em que estas se encontravam, a data da transacções e as identidades envolvidas nas transacções.

Tendo como base de trabalho estes dados, elaborámos alguns gráficos que agrupam a informação recolhida em três momentos cronológicos distintos.⁷¹ O primeiro dos intervalos cronológicos refere-se ao momento inicial, até aos meados do século XIII, o que coincide aproximadamente com o início do reinado de D. Afonso III, época em que a cidade passa a ser definitivamente preferida como cabeça do reino e em que desaparece das fronteiras terrestres portuguesas a ameaça muçulmana. O segundo abrange toda

⁷¹ Para a elaboração destes gráficos, foram tidas em conta as referências da propriedade transaccionada e as outras propriedades referidas nas confrontações, o que permite contabilizar, em determinados casos, uma casa numa determinada freguesia, num documento, ou quatro casas, uma tenda e um forno, num outro documento, por exemplo. A documentação que permitiu a produção deste gráfico foi recolhida nos seguintes fundos documentais: ANTT, Chancelaria de Afonso III, Livros 1, 3; Chancelaria de D. Dinis, Livros 1, 2, 3, 4; Gavetas 1 e 11; Mosteiro de Chelas; Mosteiro de São Vicente de Fora, 1.^a e 2.^a Incorporações, Inventário de Compras; Documentos Particulares do Núcleo Antigo, Livro D. João de Portel; Núcleo Antigo, Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas; Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova; Colegiada de Santa Marinha; Colegiada de S. Estêvão; Colegiada de S. Pedro de Alfama; Ordem de Cister – Mosteiro de Alcobaça; Reservados da Biblioteca Nacional.

a segunda metade do século XIII, época em que a cidade conhece um período de consolidação demográfica, social e económica. O terceiro é já posterior às grandes alterações conduzidas por D. Afonso III e D. Dinis, e serve de indicador do caminho que a cidade tomará nos reinados seguintes. No entanto, devemos salientar que a análise a esta documentação não permite uma reconstituição espacial do precisa arrabalde oriental, pois, devido à falta de medidas e referências exactas, não é possível estabelecer, dentro da paróquia referida no documento, o local exacto onde se situavam as propriedades.

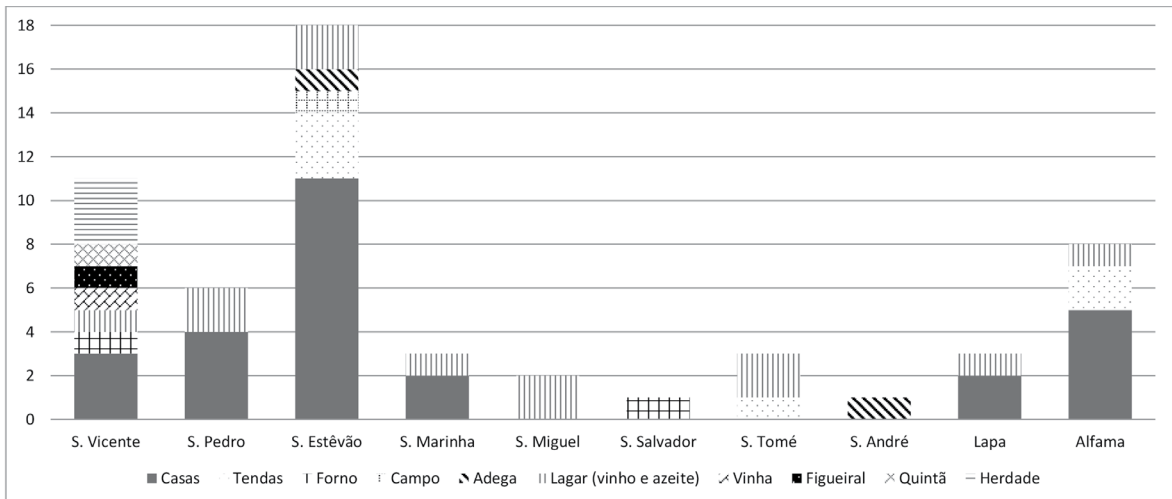


Gráfico 5. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1147-1249

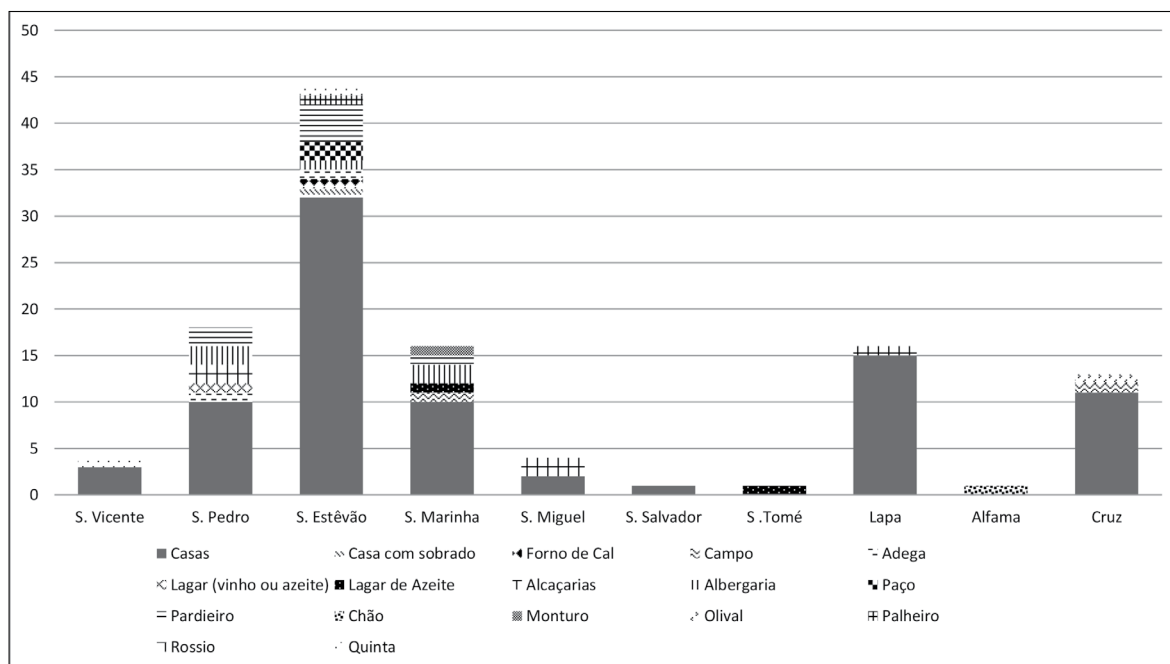


Gráfico 6. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1250-1300

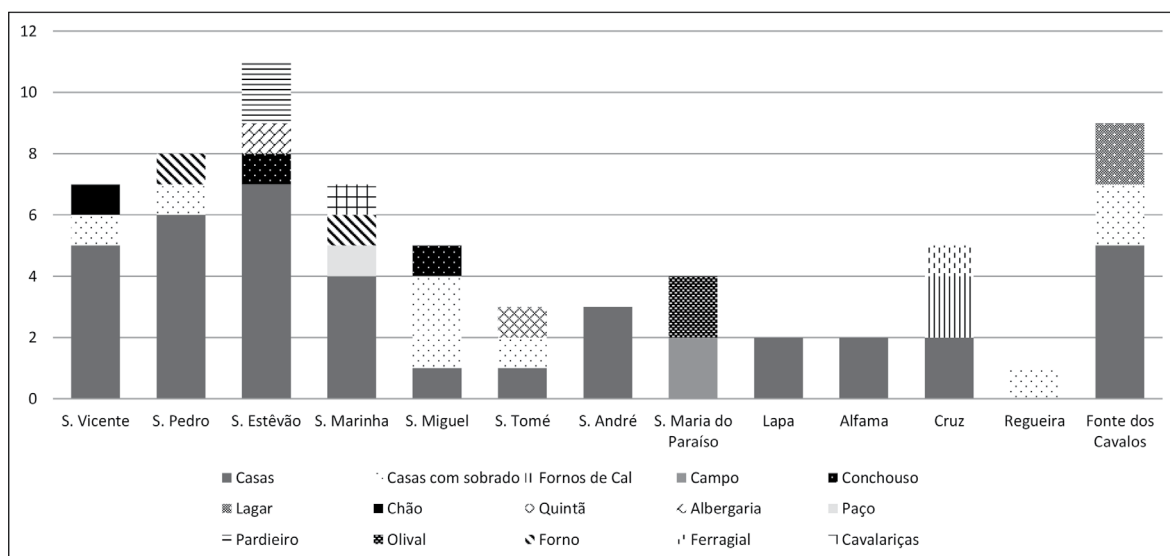


Gráfico 7. Tipologia da propriedade no arrabalde oriental entre 1301-1325

Apesar de não existirem circunscrições paroquiais para o período aqui analisado, as plantas mais antigas das freguesias de Lisboa permitem perceber aproximadamente os limites das freguesias medievais, tendo em conta que a sua demarcação não sofreu grandes alterações no seu perímetro urbano, entre a época medieval e o século XVIII, tal como é possível observar na comparação entre estas plantas e a documentação.⁷²

Note-se, antes de mais, a evolução da tipologia da propriedade ao longo dos três períodos cronológicos, com o decaimento gradual das referências a propriedades de tipo rural em todas as freguesias (vinha, herdade, lagar, campo, quintã, figueiral, adega e olival), embora algumas tipologias nunca desaparecessem totalmente (lagar, campo, quintã, olival). Este dado estatístico coaduna-se com o aumento da urbanização, que decorre gradualmente desde a data dos primeiros documentos até ao final do reinado do Lavrador. Ao longo dos três períodos, constata-se que as tipologias de carácter mais rural ocorrem sobretudo nas freguesias mais setentrionais do arrabalde oriental (S. Tomé, S. André, S. Vicente, S. Marinha do Outeiro), um facto que reforça a nossa proposta de ter existido uma diferença relevante na densidade urbana dos dois níveis deste arrabalde, sendo que o nível meridional teria uma rede urbana mais densa e, conseqüentemente, menos ruralizada.⁷³

De entre as várias freguesias referenciadas na documentação, a de S. Estêvão sobressai como a mais referida em todos os três períodos. Esta informação reforça a possibilidade de S. Estêvão ter conhecido uma maior expansão urbana relativamente às outras freguesias, o que terá levado a uma maior transacção de propriedades. A sua localização, na orla do arrabalde oriental, ao longo de uma das mais importantes vias de acesso a Lisboa, que deixava a cidade murada através da Porta de Alfama e seguia paralela ao rio em direcção a Sacavém indo para Santarém, era propícia ao crescimento urbano e à consolidação da sua malha urbana, o que se confirma com a análise aos dados documentais.

Outro factor que estes gráficos revelam sem ambigüidade é o crescimento em altura, sobretudo após o final do século XIII, uma realidade em evolução que aqui observamos apenas no seu momento inicial, e que terá alterado em grande medida a forma urbana do arrabalde oriental. Neste sentido, note-se a evolução dos gráficos: entre 1250-1300, apresenta apenas uma casa sobradada em S. Estêvão; no período seguinte, 1301-1325, as casas sobradadas surgem em várias freguesias de

72 Referimo-nos às plantas concebidas no levantamento topográfico conduzido pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho entre 1756 e 1768 existente na Torre do Tombo em Lisboa (ANTT, Códices e Documentos de Proveniência Desconhecida, n.º 153, Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa).

73 Sobre esta questão ver Parte IV, Capítulo 1: O cenário topográfico e a marca do passado.

todo o arrabalde, com maior incidência na zona de Alfama – S. Miguel (3), Fonte dos Cavalos (2), S. Pedro (1), Regueira (1), S. Tomé (1), S. Vicente (1). Esta informação vem também reforçar a ideia de que o nível meridional do arrabalde oriental teria uma densidade urbana maior do que o setentrional.

Um documento regista o incremento da densidade urbana de Alfama com especial relevo. Trata-se de uma doação, realizada em 1263, por D. Afonso III a um Estêvão Azo, homem do rei, e Maria Sanches sua mulher, de um local vago para a construção de casas.⁷⁴ Esse local é relevante, pois trata-se de um espaço aparentemente não edificado situado entre a torre que defende a Porta de Alfama, ou seja a Torre de S. Pedro, e o cubelo que lhe é mais próximo. Seria um dos últimos espaços a ser urbanizado, pois em caso de ataques externos a sua demolição seria bastante provável. Além disso, as confrontações deste espaço vago revelam já a presença de várias outras propriedades nesse espaço. Esta torre estaria ainda visível no último terço do século XVI, sendo facilmente reconhecível, a oriente do Chafariz de El-Rei, no desenho anónimo de Lisboa que se encontra na Biblioteca de Leiden (ver figura 75).

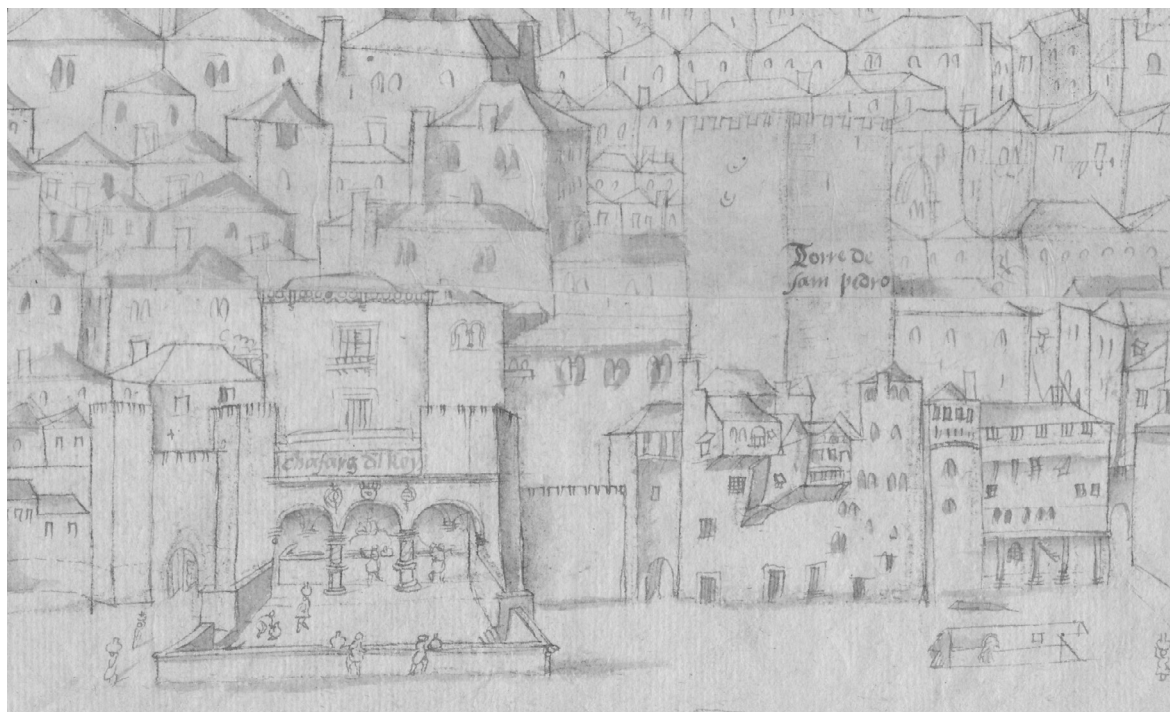


Figura 75. Torre de S. Pedro e o Chafariz del Rei. Pormenor do desenho de Lisboa da Biblioteca de Leiden

74 ANTT, Chancelaria de Afonso III, Livro I, fl. 67, de 14 de Abril de 1263.

Um outro tema que a análise a estes gráficos revela consiste no desaparecimento de referências a tendas no arrabalde oriental. Note-se que as referências a tendas apenas surgem no primeiro período (1147-1249) aqui analisado, em que a documentação é mais escassa; por isso, esta informação torna-se ainda mais relevante. Nos períodos seguintes, bastante melhor documentados, a referência a tendas desaparece totalmente da documentação. A nossa proposta de interpretação destes dados é que possa ter existido um ou dois núcleos comerciais, possivelmente com raízes no período de domínio político muçulmano, e que terão decaído até desaparecerem totalmente. A proposta de terem existido dois núcleos comerciais reflecte o facto de a documentação referir tendas em S. Estêvão e em Alfama, provavelmente situadas junto da via que saía da cidade no sentido oriental, em direcção a Santarém, e também surgir uma tenda na freguesia de S. Tomé, que possivelmente se situava não muito longe deste templo, o qual, como vimos anteriormente, se localizava no local da bifurcação da principal via do nível superior do arrabalde oriental.⁷⁵ Sobre os factores que poderão ter estado na origem do desaparecimento destes núcleos comerciais, podemos apenas sugerir que poderão ter uma relação com o desinteresse da Coroa e do concelho em que estes núcleos comerciais existissem e florescessem. Talvez isto se relacione com o interesse que a Coroa mostra em investir e fomentar o núcleo comercial do Arrabalde Ocidental e também do Chão da Feira, como notámos anteriormente, ou talvez estes núcleos comerciais tenham decaído naturalmente, devido à concorrência de outros pontos comerciais, mas sem mais dados não é possível ir mais longe do que realizar estas sugestões.⁷⁶

3.3. Pólos de atracção urbana

3.3.1. *A Cruz e a Lapa: a propriedade régia no extremo oriental do arrabalde*

O topónimo Cruz surge no reinado de D. Afonso III, em alguns documentos, associado a uma enigmática porta e respectivos muros. O primeiro destes documentos, datado de 1263, consiste numa autorização do monarca a Martinho Pires e sua mulher, Constança Afonso, seus criados, para a construção de casas entre os muros da Porta Cruz, mais precisamente sobre estes muros.⁷⁷ A localização deste

⁷⁵ Ver figura 78.

⁷⁶ Sobre a evolução do núcleo comercial do Arrabalde Ocidental, ver Parte III, Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

⁷⁷ Cf. ANTT, Chancelaria de Afonso III, *Livro 1*, fl. 94, de 27 de Agosto de 1269: “*ego Alfonsus dei gratia Rex Portugaliae et Algarbij mando et concedo Martino Petri et uxori sue Constancie Alfonsi mee criate quod ipsi faciant casas inter Muros de Porta illius loci qui*

sítio não é difícil de situar, visto que é assinalado na Planta de Lisboa de João Nunes Tinoco, realizada em 1650.

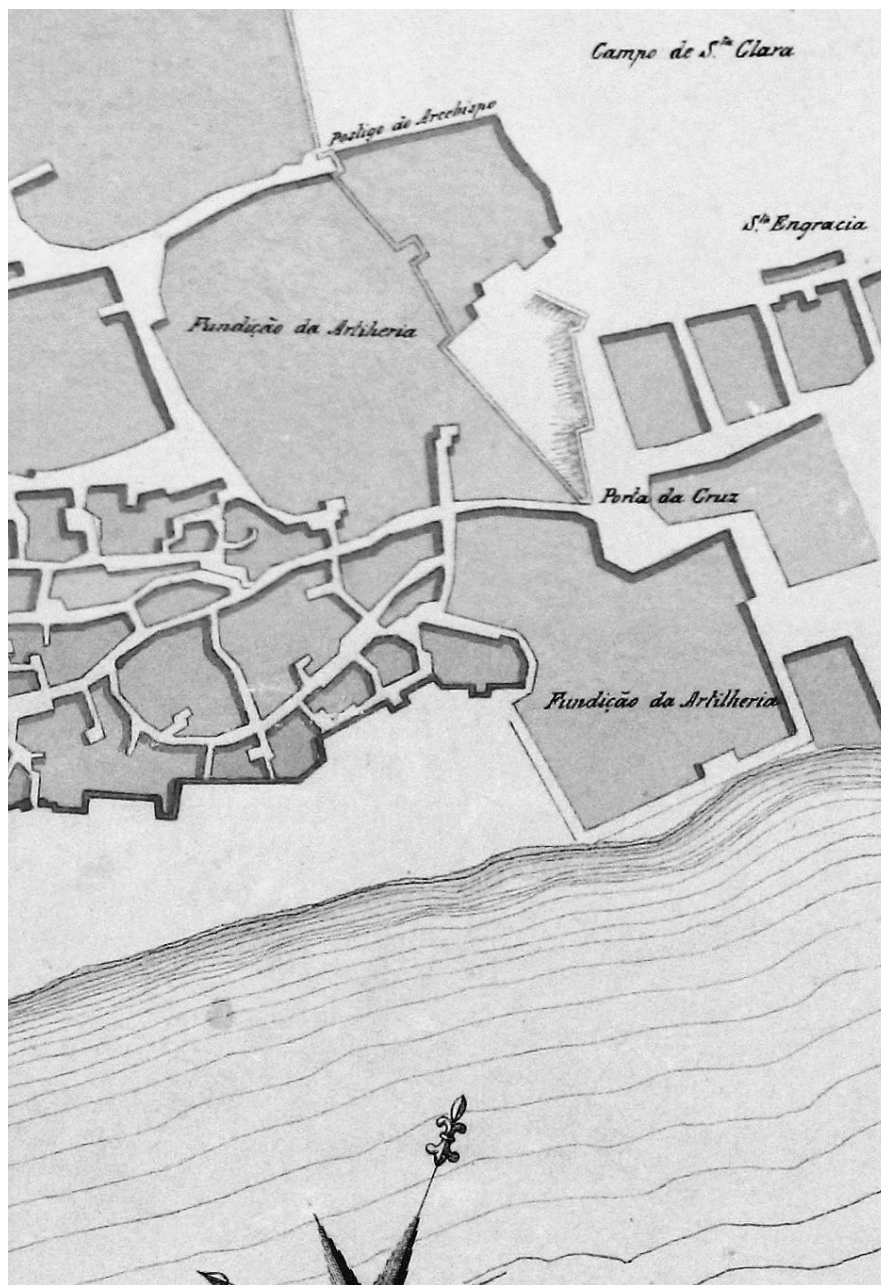


Figura 76. Porta da Cruz. Excerto da Planta de Tinoco (1650) Museu da Cidade.
MC.DES.1084

vocatur Cruz. Scilicet super ipsis Muris”, na nossa tradução: “eu Afonso, graças a Deus, rei de Portugal e do Algarve, mando e concedo a Martinho Pires e sua mulher Constança Afonso, minha criada, que façam casas entre os muros da Porta do lugar chamado da Cruz. A saber, sobre os mesmos muros.”

O que torna esta porta enigmática é o facto de não termos conhecimento de uma muralha defensiva em 1263, na qual pudesse estar instalada. A verdade é que a porta existia, e os muros que lhe davam sentido também, mais de um século antes da construção da cerca fernandina. As hipóteses da sua origem são naturalmente múltiplas, sendo que, de momento, a inexistência de dados arqueológicos ou documentais não nos permite conhecer melhor esta estrutura. Podemos afirmar que seriam vestígios de um sistema defensivo de época islâmica, que tanto poderia ser uma cerca do arrabalde oriental, como uma estrutura isolada de controlo do acesso à cidade, instalada na principal via de acesso pelo lado oriental da cidade.⁷⁸ Também é possível considerar qualquer cenário em que esta estrutura tenha sido construída entre 1147, a tomada da cidade pelos cristãos, e 1263, a primeira referência documental. Talvez um dia a arqueologia permita esclarecer esta questão, mas neste momento podemos apenas levantar estas hipóteses, sem sequer podermos determinar a nossa preferência por qualquer uma. Ainda assim, notámos, tal como já havia notado Augusto Vieira da Silva, que João Nunes Tinoco desenhou, na planta mais antiga de Lisboa, um muro que não pertence à cerca fernandina, e que poderá estar, ou não, relacionado com as Portas da Cruz. Se a sugestão dada pela planta de Tinoco é, aparentemente, tentadora, a verdade é que nos parece pouco provável aceitar que uma estrutura defensiva, que tinha perdido qualquer propósito militar em 1373, existisse ainda em 1650 (ver figura 76).

Seja como for, existisse ou não uma muralha, a Porta da Cruz tinha como propósito controlar o acesso à cidade através da principal via oriental. Seria naturalmente um local onde os oficiais do concelho fiscalizavam e taxavam pessoas e produtos que entravam e saíam da cidade. Tratava-se, portanto, de um ponto nevrálgico onde o controlo militar era um factor decisivo e que, do ponto de vista da lógica urbana, marcava o limite oriental da cidade. Não constitui por isso surpresa que, perto do local da Cruz, mais precisamente entre a Cruz e o Mosteiro de S. Vicente, existisse, em 1286, um olival e um campo onde estavam situadas covas, ou seja, silos “para ter pão”.⁷⁹ Este olival entrou na posse da Coroa através de um escambo efectuado por D. Dinis com os hospitalários, ao que parece já depois de o monarca aí ter mandado abrir as referidas estruturas de armazenamento. Uma outra estrutura de armazenamento sugere-nos uma relação com este olival

78 Augusto Vieira da Silva (1987a, 2:73) afirma, sem qualquer base documental ou arqueológica que “Antes da construção da cerca de D. Fernando parece que neste sítio havia uma obra avançada da linha de defesa mourisca da cidade, em cujos muros se abria uma Porta da Cruz”.

79 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 1, fl. 171v., de 18 de Julho de 1286: “e dou-lhe em escambo por outro olival e campo que essa ordem avia a sob la Cruz cabo do Mosteiro de S. Vicente de fora em o qual eu mandey fazer covas para teer o meu pão”.

régio, nomeadamente um palheiro pertencente ao rei localizado na freguesia de S. Estêvão, a freguesia mais oriental da cidade.⁸⁰ As covas que D. Dinis mandou fazer ficaram profundamente ligadas ao local, tal como revela o facto de, ainda no século XVI, aí existir o Postigo do Coval del-Rei.⁸¹ Importa também relacionar as documentadas covas de D. Dinis com os vários silos encontrados em escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de S. Vicente de Fora, alguns dos quais terão sido abertos em época de domínio islâmico, e que foram progressivamente entulhados até ao século XIV, momento em que terão sido definitivamente colmatados.⁸² A existência de um conjunto organizado de silos abertos em época de domínio islâmico, perto do local onde depois D. Dinis irá mandar abrir as suas covas para ter pão, não é obviamente uma coincidência. A continuidade da funcionalidade de armazenamento verificada nesta área, desde época islâmica até, pelo menos, ao século XIV, indicia uma transição entre o domínio político islâmico e o cristão onde se mantiveram os modos de exploração do território, bem patentes, neste caso, nos limites urbanos da cidade.

A Cruz era um local onde a presença da Coroa era preponderante, tanto através do controlo da estrutura defensiva da Porta como das propriedades agrárias já referidas, como por várias outras propriedades referidas em documentos da década seguinte.⁸³ Além disso, imediatamente a sul da Porta da Cruz, ainda nos limites paroquiais de S. Estêvão, situava-se um local denominado em época medieval como Lapa (ver figura 78). No final do século XIII, existiam ali algumas estruturas relevantes pertencentes à Coroa. Referimo-nos às Casas da Moeda e ao Estudo Geral, instituições que talvez tenham partilhado um mesmo espaço, como veremos.

Antes de avançarmos para a nossa análise à instalação destas duas instituições medievais, o Estudo Geral e a Casa da Moeda, retornemos ao reinado de D. Afonso III, mais precisamente a Fevereiro de 1264. Num dia não determinado desse mês, o pai de D. Dinis adquire onze ou mais casas e dois pardieiros, situados na freguesia de S. Estêvão, na Lapa, a vários proprietários privados, numa clara acção conjunta e planeada.⁸⁴ A documentação não esclarece quais os objectivos

80 Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 333: “*Item habet domus Rex in dicta rua unam domum ubi solet tenere paleam*”, “também tem o senhor Rei, na dita rua, uma casa onde costuma ter a palha”.

81 Cf. A. V. Silva 1987a, 2:65.

82 A datação das cerâmicas de época islâmica encontrada no interior destes silos tem sido fruto de alguma controvérsia, pois enquanto o responsável pela escavação data estas cerâmicas do século X ou XI, Jacinta Bugalhão data os mesmos materiais do século XII (Cf. F. R. Ferreira 2001; Bugalhão 2009, 386).

83 Alguns documentos referem propriedades régias no local da Cruz sem especificarem a natureza dessa propriedade. Numa venda, feita em 1297, de uma casa, “na Cruz eno Outeyro”, surgem nas confrontações a ocidente “casas do rei” (cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 8, n.º 152, de 29 de Maio de 1297). Num aforamento de casas, na Freguesia de S. Estêvão, na Cruz, feito em 1298, surge nas confrontações a sul “o Rei” (cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 57, n.º 1133, de 28 de Abril de 1298).

84 A documentação que se refere a esta operação de aquisição régia encontra-se em dois fundos documentais: ANTT, Gaveta 11, Maço 2, n.º 20, e ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, Livro 3, fl. 18.

do monarca, facto que nos obriga à elaboração de suposições plausíveis sobre as intenções deste rei. A compra generalizada e sistemática de propriedade urbana em Lisboa não constitui novidade, pois já foi por nós analisada a sua acção sobre o centro comercial que existia na Corredoura e nas vias contíguas a esta, no último quartel do século XIII.⁸⁵ No caso do Arrabalde Ocidental, foi, desse modo, possível elaborar uma proposta fundada sobre os objectivos do monarca ao realizar essa grande operação de aquisição de propriedade urbana comercial. No entanto, no que respeita à operação de aquisição régia, comparativamente menor, mas inquestionavelmente sistemática e planeada, ocorrida em S. Estêvão, na Lapa, não será tão simples perceber os objectivos últimos de D. Afonso III. Podemos, ainda assim, afirmar sem qualquer dúvida que o rei pretendia estabelecer ou, talvez, aumentar a propriedade urbana da Coroa neste local ribeirinho do limiar oriental de Lisboa. A dimensão da aquisição, apesar de ser muito menor do que a que ocorreria cerca de uma década depois no Arrabalde Ocidental, não deixa por isso de ser considerável. Deste modo, somos levados a crer que esta operação de aquisição de propriedade régia esteja de algum modo relacionada com as posteriores estruturas régias que surgirão nesse mesmo local, a Lapa. É possível que as casas e pardieiros adquiridos por D. Afonso III em 1264 sejam o mesmo que o *Livro dos Bens Próprios* refere como um grupo de propriedades que D. Dinis então possuía: *ad Lapam x domos sub Moneta*.⁸⁶

Relativamente às Casas da Moeda em S. Estêvão, à Lapa, são referidas pela primeira vez num escambo realizado, em 1287, entre o rei e a confraria dos clérigos ricos, na qual o monarca cede casas junto à Torre da Escrivantina para ganhar a posse de umas “casas que a dicta confraria avia ena Cruz hu fezerom a moeda, as quaes lhy deu Estevam Anes que foy Chanceler”, atestando deste modo a sua existência anterior.⁸⁷ Estevão Eanes foi de facto chanceler de D. Afonso III e terá realmente possuído umas casas neste local, nas quais Mário Costa supõe ter existido uma escola capitular de gramática.⁸⁸ A relação entre esta *scole de grammatica* e o Estudo Geral é difícil de esclarecer, pois tanto pode ter sido apenas uma escola capitular de gramática, como pode ter tido alguma relação com o Estudo. Se esta última hipótese for a correcta, note-se que repertório régio refere as escolas de gramática no passado. Sendo assim, onde estaria então instalado o Estudo Geral nos primeiros anos do século XIV?

85 Sobre este assunto ver Parte III, Subcapítulo 5.4 – A Rua da Correaria: uma operação de aquisição régia.

86 Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada 1954*, 333: “*In primis habet domus Rex ad Lapam x domos sub Moneta*”, “Em primeiro, tem o senhor Rei na Lapa, dez casas sob a Moeda”.

87 Cf. ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 1, fl. 195v., de 2 de Abril de 1287.

88 Cf. M. A. Costa 1991, 53. Mário Costa tem como base para esta afirmação o facto de serem referidas no *Livro dos Bens Próprios*, casas da Moeda “*uby fuerunt scole de grammatica*” (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada 1954*, 333).

Tal como já observámos no capítulo sobre o Arrabalde Ocidental,⁸⁹ o objectivo de D. Dinis em instalar o Estudo Geral na Pedreira não foi alcançado, pois, passado poucos anos, por algum motivo que desconhecemos, o mesmo monarca viu-se obrigado a mudar a localização do Estudo Geral para o arrabalde oriental, provavelmente para perto das Portas da Cruz, na freguesia de S. Estêvão, à Lapa.⁹⁰ Não é possível perceber o momento exacto em que ocorreu esta transferência, sendo apenas possível perceber que, provavelmente, este já teria abandonado a Pedreira entre 1299 e 1301, período em que foi escrito o *Livro dos Bens Próprios*, o qual regista a presença do Estudo nesse local como uma realidade pretérita⁹¹ – e que em 1303 já não estaria, com toda certeza, instalado nas casas do rei na Pedreira, pois estas são então aforadas à família Navarro.⁹² Durante alguns anos da primeira década do século XIV, a sede do Estudo Geral terá provavelmente ocupado as antigas Casas da Moeda, ou alguma propriedade da Coroa junto a estas, mas a sua permanência neste local foi também efémera, pois em 1308 foi transferido para Coimbra, tal como se verifica na bula do papa Clemente V, *Profectibus publicis ex debito*, de 26 de Fevereiro, onde este autoriza a transferência do Estudo Geral para Coimbra.⁹³ A única referência à sua presença perto das Casas da Moeda da Porta da Cruz, no início do século XIV é uma carta de D. Fernando realizada em 1377 onde se afirma que o Estudo iria regressar a Lisboa para a “moeda velha hu ante soya de estar”. Deste modo, a localização do Estudo Geral em Lisboa nos inícios do século XIV, após abandonar a Pedreira, permanece, por falta de documentação esclarecedora, um assunto ainda em aberto.

Sobre a estrutura arquitectónica das Casas da Moeda, nada é conhecido, tal como nada se conhece sobre o edifício, ou edifícios, onde se instalou o Estudo Geral. A verdade é que o seu estabelecimento neste local fez tradição, pois, em 1377, quando regressou a Lisboa, foi instalado na “moeda velha hu ante soiya destar”.⁹⁴ A fundação

89 Sobre a efémera implantação do Estudo Geral da Pedreira, ver: Parte III, Capítulo 7 – A Pedreira: crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.

90 Até à publicação do estudo de Matos de Sequeira, *O Carmo e a Trindade* (1939-1941), a localização da Pedreira permaneceu um tópico confuso e mal compreendido, sobretudo devido à não diferenciação entre as referências que situavam o Estudo Geral nesta zona e outras que o situavam em S. Estêvão à Lapa, nomeadamente no *Livro dos Bens Próprios* (Cf. *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 333). Matos Sequeira resolveu definitivamente esta questão em 1959, localizando a Pedreira no Arrabalde Ocidental. Certamente por lapso, Carlos Guardado da Silva (2008, 258-259) situa a Pedreira em Alfama. Sobre a evolução urbana na Pedreira, ver: Parte III, Capítulo 7 – A Pedreira: crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.

91 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 348: “*quas dedit dominus Rex pro escambium Capitulo ulixbonensi pro campo et pro vinea quae dictum Capitulum habuit in Petraria ubi fuit Studium Escollarium?*”, “as quais o senhor Rei deu por escambo ao cabido de Lisboa pelo campo e vinha que o dito cabido tinha na Pedreira onde foi o estudo dos escolares”.

92 Tal como revela o aforamento feito em 21 de Agosto de 1303, das “casas novas na Pedreira as quae foram escolas com seu campo” a vários membros da família Navarro (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fl. 25v., 26). Sobre a família Navarro e a criação do núcleo judaico da Pedreira, ver: M. F. Silva 2013, 185-186.

93 Cf. *Livro Verde da Universidade de Coimbra* 1940, 10.

94 AUC, *Livro Verde*, fl. 34-36 v., de 3 de Junho de 1377: Carta de D. Fernando, a transferir o Estudo Geral de Coimbra para Lisboa, regulamentando a sua instalação e confirmando-lhe os privilégios que tinha recebido, publicado em M. A. Costa 1991, 113-119.

dionisina do Estudo Geral de Lisboa é um acto de grande relevância que se prende, segundo Hermenegildo Fernandes, com a construção simbólica de um centro político, tendo como primeiro autor D. Dinis, monarca que traça as principais linhas orientadoras do seu funcionamento no período medieval, nomeadamente, “o estrito controlo régio que sempre se irá exercer sobre o Estudo, ditando tanto as condições como o local da sua actividade”.⁹⁵

Na Cruz, local onde terminava o perímetro urbano de Lisboa, existiam fornos de cal, desde pelo menos o início do século XIV, tal como atesta do *Livro dos Bens Próprios*.⁹⁶ A produção de cal estava directamente associada à construção urbana, tal como demonstram inúmeros documentos medievais produzidos em Lisboa, onde é explícito que os edifícios deveriam ser feitos com “de pedra, de cal, de madeira, de telha”.⁹⁷ As unidades de produção de cal eram uma vizinhança pouco desejada para quem vivia na vizinhança devido à poluição que causavam.⁹⁸ Neste caso específico, apesar de se situarem provavelmente fora do perímetro urbano, estas unidades teriam casas na sua proximidade, tal como atesta uma doação de casa e ferragial em 1322.⁹⁹ Os fornos de cal consumiam uma grande quantidade de lenha, e necessitavam também de acesso facilitado a grandes quantidades de água, factores que a localização junto do Tejo permitiam assegurar, pois o transporte fluvial de madeira e as águas do rio seriam a melhor maneira de garantir estas necessidades.¹⁰⁰ Note-se a longa continuidade da produção de cal perto da Porta da Cruz, pois, no século XVI, funcionavam ainda unidades deste tipo nesse mesmo local.¹⁰¹

Apesar da existência dos fornos de cal, e também da fundição de moeda, indústrias pouco atractivas para os moradores mais próximos, a verdade é que o local da Cruz funcionava como um pólo de atracção urbana nos finais do século XIII. Tal pode ser comprovado nos aforamentos realizados por D. Estevainha Peres, priorisa

95 Cf. H. Fernandes 2013, 30. Sobre a instalação do Estudo Geral em Lisboa e o seu complexo percurso medieval, ver também: A. V. Silva 1919; A. A. Martins 2013; Lobo 2013.

96 “*Item habet ibi Vij domos et j paradenarium sub furnis de calçe*”, “também tem aí sete casas e um pardieiro sob o forno de cal” (*Cabido da Sê. Sumários de Lousada* 1954, 333).

97 Os documentos que fazem referência a estes materiais são inúmeros. Veja-se, por exemplo, os seguintes: Um aforamento de casas na Cruz em 1297: “por tal preyto e por tal condição que vos façades as ditas casas de pedra, de cal, de madeira, de telha aquela que ouver mester” (ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 6, n.º 105); um aforamento de casas, sótão e sobrado em S. Miguel, em 1302: “sotal condiçom que vos adubedes e refaçades asditas casas de Pedra e de cal e de telha e de madeira Edetodalas Cousas que lhes comprir” (Cf. BN, Reservados, Títulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade, vol IV, fl. 146); uma doação de lagares a par da Fonte dos Cavalos, em S. Estêvão, em 1310: “de pedra e cal, madeira e telha” (Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 5, doc. 30); etc.

98 Os problemas causados pela produção de Cal chegaram mesmo a incomodar a Casa Real, pois, no século XVI, o Paço Real de Santos tinha uma unidade de produção de cal na sua vizinhança (Cf. Caetano 2004, 273-274).

99 Uma doação documenta na Cruz uma casa e um ferragial, em 1322, junto aos fornos de Cal (Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 6, doc. 39, de 16 de Julho de 1322: “casa que foi de Martins Raeez Piteyra e ferragial que perto dos fornos da cal”).

100 Veja-se em analogia, por exemplo, o caso dos fornos de cal da área de Leiria referidos por Saúl Gomes (S. A. Gomes 2012, 175). Veja-se também a localização ribeirinha dos vários fornos de cal de Lisboa no século XVI em: Caetano 2004, 238-241.

101 Referimo-nos ao Forno da Viúva da Porta da Cruz, sobre o qual é referido que “he verdade que nesta cydade não há outro forno, que tenha cal senão ho da vyuva da porta da cruz” (cf. Caetano 2004, 274-275).

do Mosteiro de Chelas, um em 1297¹⁰² e outro no ano seguinte,¹⁰³ onde se refere explicitamente, em ambos os documentos, a obrigação de um tal Fernando Domingues em construir as casas que iria aforar.

Em finais do século XIII existiam, na margem ribeirinha, perto do sítio da Lapa, outras estruturas pertencentes à Coroa que devemos considerar. Trata-se de estruturas de apoio e manutenção às actividades navais, sobre as quais a única informação que nos chegou consta no *Livro dos Bens Próprios*, onde se refere que D. Dinis aí tinha “*duo palatia in quibus possuit galeones*”, ou seja, “dois paços nos quais possui galeões”. Apenas com esta breve referência torna-se arriscado afirmar no que consistiriam estes dois paços. No entanto, não podemos deixar de assinalar que será exactamente neste local que D. Manuel irá construir umas tercenas, ou seja, de alojar navios e apoiar a manutenção e construção naval, mas sim “para nellas guardar e fundir artelharia”, tal como afirma Damião de Góis no século XVI. Note-se que este local não é denominado como “tercenas” em época medieval mas apenas como “dois paços” com galeões, o que nos leva a considerar que seriam estruturas comparativamente menos relevantes do que as tercenas régias do Arrabalde Ocidental onde se guardavam, pelo menos, doze galés.¹⁰⁴

Apesar de as tercenas manuelinas da Porta da Cruz terem uma funcionalidade diferente do que tinham as tercenas medievais, a verdade é que a sua configuração arquitectónica tem analogias relevantes com outras tercenas medievais, nomeadamente com as tercenas de Sevilha e de Barcelona (ver Parte III, subcapítulo 6.3, figuras 57 e 58). Para este efeito, note-se a reconstituição das tercenas manuelinas realizada por Carlos Caetano e Ricardo Laranjeira, na qual se observam várias naves longitudinais dispostas num conjunto sólido.¹⁰⁵

102 Cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 6, n.º 105, de 15 de Maio de 1297: “por tal preyto e por tal condição que vos façades as ditas casas de pedra, de cal, de madeira, de telha aquela que ouver mester” e é condição ainda que as casas estejam terminadas desde este S. Miguel de Setembro até um ano”.

103 Cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 57, n.º 1133, de 28 de Abril de 1298: “que vos façades a casa deanteyra com quintaa toda de pedra e de cal que a cobrades de telha e de madeyra e a adubedes bem assim como é mester e que as covas que são dentro na casa fiquem para nos livremente”. No caso desta propriedade, é interessante notar a referência a estruturas de armazenamento, provavelmente semelhantes às que a Coroa possuía entre as Portas da Cruz e o Mosteiro de S. Vicente, como já observamos.

104 Sobre as tercenas régias do Arrabalde Ocidental, ver: Parte III, Subcapítulo 6.3 – As Tercenas régias de Lisboa.

105 Caetano 2004, 211.

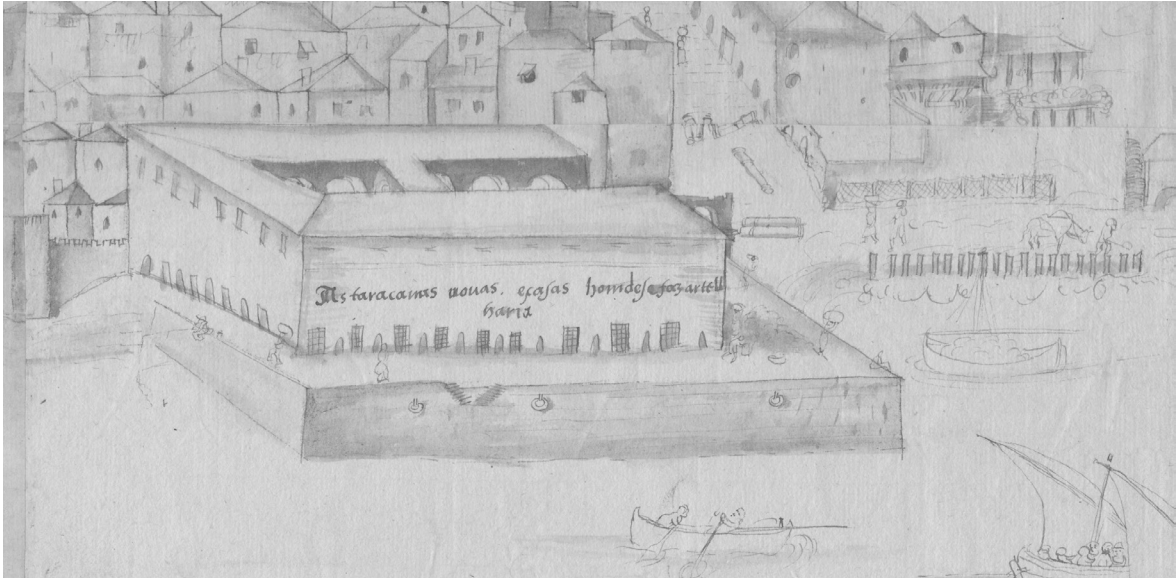


Figura 77. Tercenas de D. Manuel. Pormenor do desenho de Lisboa da Biblioteca de Leiden

Se os arquitectos de D. Manuel aproveitaram estruturas de apoio à construção naval aí existentes dois séculos antes, não o podemos afirmar com certeza. No entanto, a coincidência na localização e a própria forma arquitectónica destas tercenas, descritas como “uma espécie de ‘mesquita’ industrial” por Carlos Caetano, levam-nos a suspeitar uma relação entre as ambas as estruturas.¹⁰⁶ Seja como for, é certo que os arquitectos manuelinos aproveitaram a ideia arquitectónica das tercenas medievais para erguerem as tercenas manuelinas, tal como intuiu Carlos Caetano.¹⁰⁷

Além de todas estas estruturas, o rei possuía ainda, na freguesia de S. Estêvão, segundo o *Livro dos Bens Próprios*, além de outras casas, um rossio na Lapa, perto das Casas da Moeda.¹⁰⁸ Este rossio poderá estar relacionado com algum pequeno porto que provavelmente existiria no extremo oriental da cidade, relacionado com os “paços régios com galeões” já referidos. Se assim era, tratava-se de um rossio situado numa posição duplamente estratégica: à beira do rio e junto de uma das

¹⁰⁶ Caetano 2004, 185-186.

¹⁰⁷ Carlos Caetano supõe “associações formais” entre as Tercenas da Porta da Cruz e o Hospital de Todos os Santos ou com as “ancestrais estruturas semelhantes de origem árabe”, referindo o exemplo da *Atarazana* de Barcelona, sem, no entanto, realizar uma comparação arquitectónica com esta última estrutura. Comparação essa que seria ainda mais relevante quando posta em paralelo com a reconstituição feita pelo autor sobre a Casa da Índia, ou seja, com as tercenas medievais da Ribeira (sobre este assunto ver Parte III, Subcapítulo 6.3 – As Tercenas régias de Lisboa) (cf. Caetano 2004, 187).

¹⁰⁸ *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 347: “Item habet dominus rex unum resium ad Lepam ssuper domos arredor contra monetam”, ou seja, “Também tem o senhor Rei um rossio na Lapa, sobre as casas que estão contra a moeda”.

principais vias de acesso à cidade, com uma estrutura de controlo de entrada na urbe, as Portas da Cruz.¹⁰⁹

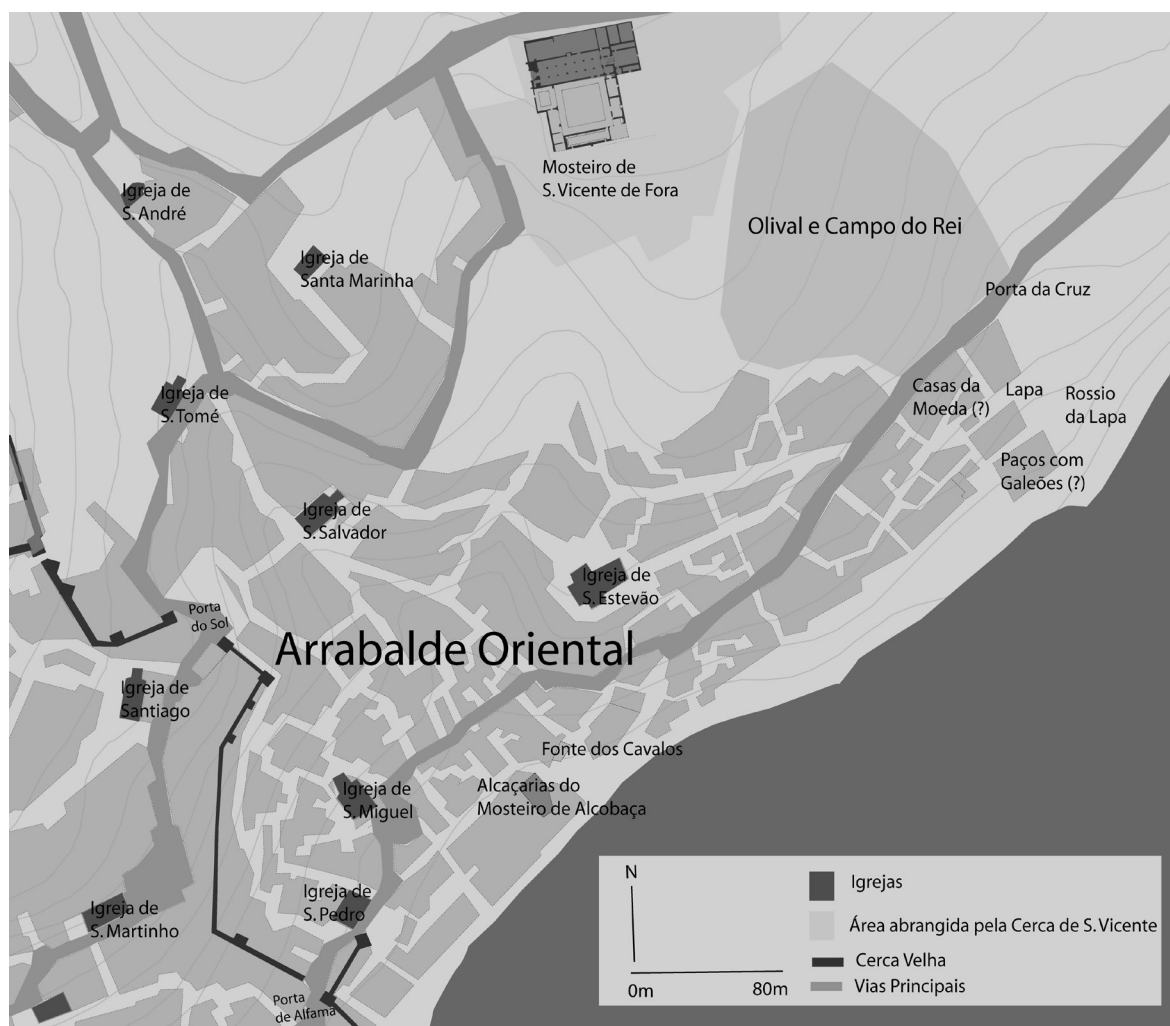


Figura 78. O arrabalde oriental (c. 1325)

O tríptico conjunto “paços com galeões”, Casa da Moeda e Estudo Geral, complementado ainda por propriedades agrícolas a norte e pelo Rossio da Lapa, indica uma forte presença régia no extremo oriental da cidade; nomeadamente, desde os limites do Mosteiro de S. Vicente até ao rio Tejo. As informações documentais

¹⁰⁹ Sobre as várias funcionalidades dos rossios medievais, ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III, nota 222, p. 289.

não nos permitem uma reconstituição precisa destas várias propriedades régias, ainda assim, elaborámos uma planta conjectural onde assinalámos as localizações aproximadas destas estruturas (ver figura 78).

3.3.2. *A Fonte dos Cavalos: o centro na periferia*

Um outro pólo de atracção urbana no arrabalde oriental, durante o século XIII, foi o local então chamado Fonte dos Cavalos, no actual Largo do Chafariz de Dentro¹¹⁰ (ver figura 78). A etimologia desta fonte pública relaciona-se, segundo Fernão Lopes, com a forma equídea que as bicas deste chafariz teriam.¹¹¹ A referência documental mais antiga encontra-se num tombo de propriedades do Mosteiro de Alcobaça, de 1262, onde se refere que o dito mosteiro possuía então “em Alfama na paróquia de S. Migel, à fonte dos cavalos, umas casas com suas alcaçarias”.¹¹² Em 1280, um João Martins, dito Eycha, e sua mulher, Ousenda Pais, doam casas na freguesia de S. Estêvão, a par do Chafariz dos Cavalos, à sacristia de S. Vicente de Fora.¹¹³ Cinco anos depois, identifica-se um Paio Fernandes da Fonte dos Cavalos, numa composição entre o rei e o concelho.¹¹⁴

No primeiro quartel de Trezentos, surgem ainda diversos documentos que referem várias propriedades situadas na Fonte dos Cavalos. Nessa documentação sobressaem as referências a propriedades do Mosteiro de S. Vicente, que aí possui casas indiferenciadas,¹¹⁵ lagares¹¹⁶ e uma adega.¹¹⁷ Recorde-se que S. Vicente foi o primeiro mosteiro a instalar-se em Lisboa, logo após a tomada da cidade em 1147.

110 Augusto Vieira da Silva (1987a, 2:103), que identificou correctamente a Fonte dos Cavalos com o Chafariz de Dentro, assinala como referência mais antiga a composição entre D. Dinis e o concelho de 1285. Sobre este documento, ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 – A deslocalização do centro económico por D. Afonso III, nota 114, p. 433.

111 Cf. Lopes 1975, 269.

112 ANTT, Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça, 2.ª Incorporação, Maço 32, n.º 808. Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc..., de 1262: “*in alfama in collatione Sci Michaelis ad fontem de caballis unas domos cum suas alcaçarias*”.

113 ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 4, docs. 7 e 8, doações de casas a par do Chafariz dos Cavalos em 10 de Abril de 1280.

114 Trata-se da composição realizada entre o rei e o concelho sobre os problemas que D. Afonso III e os seus antecessores teriam causado na gestão da cidade (cf. AML, Livro dos Pregos, doc. 287, traslado de Fevereiro, 10 de Fevereiro de 1423). D. João I envia ao concelho de Lisboa o traslado de uma composição efectuada, em 1285, entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho.

115 Em 1323, o Mosteiro de S. Vicente de Fora realiza um emprazamento de “casas na Fonte dos Cavalos” com M. Peres, carpinteiro, sendo que nas confrontações a ocidente surgem ainda outras “casas do dito Mosteiro” (Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 7, doc. 3, de 15 de Junho de 1323).

116 Em 1310, o Mosteiro de S. Vicente de Fora confirma o aforamento de lagares, “a par da Fonte dos Cavalos”, a um Geraldo Alfaiate e sua esposa, Marina Pais (Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 5, doc. 30, de 14 de Maio 1310).

117 Já em 1280, numa doação de casas, a par do Chafariz dos Cavalos, à Sacristia de S. Vicente de Fora (ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 4, doc. 7) se registava uma adega dos frades de S. Vicente nas confrontações destas casas a oriente. Será muito provavelmente a mesma adega que será aforada, em 1334, pelo prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora a um Bartolomeu Afonso e sua mulher Domingas Martins, sendo que nesse aforamento se registam ainda propriedades do Mosteiro de S. Vicente nas confrontações a oriente e ocidente (cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 8, doc. 32, de 2 de Maio de 1334).

Por esse facto, os monges de S. Vicente estiveram, desde muito cedo, numa posição privilegiada no que respeita ao incremento da sua propriedade urbana, sobretudo quando esta se localizava em posições estratégicas no arrabalde oriental, no qual se situava a sede monástica.¹¹⁸ Infelizmente, a documentação consultada não nos permitiu reconstituir a localização exacta destas propriedades, sendo apenas possível perceber que se situavam nas imediações da Fonte dos Cavalos. Sobressaem na documentação dois documentos com os quais o Mosteiro de S. Vicente realiza aforamentos, em que é acordada a condição de os ocupantes suportarem os custos de construções significativas nessas propriedades. No aforamento realizado em 1310, relativo aos lagares de S. Vicente situados a par da Fonte dos Cavalos, uma das condições contratuais obriga à construção por parte dos ocupantes de sobrados “de pedra e cal, madeira e telha” sobre os próprios lagares.¹¹⁹ No emprazamento realizado em 1323 pelo mesmo mosteiro, também se obriga os ocupantes a realizar obras consideráveis de acrescentos, nomeadamente duas casas sobradadas, à custa dos próprios, num prazo fixo de dez anos.¹²⁰ As informações existentes nos contratos de aforamento do Mosteiro de S. Vicente de Fora devem ser consideradas em conjunto com o crescimento urbano em altura e o aumento da densidade urbana, já aqui referidos, que se registam sobretudo no início do século XIV.¹²¹

A posição topográfica da Fonte dos Cavalos coloca-a na margem ribeirinha, mais precisamente no centro do arrabalde oriental. Como observámos anteriormente, a margem ribeirinha foi urbanizada de forma mais densa e precoce. Assim, a situação deste equipamento urbano, no centro ribeirinho do Arrabalde, favorecia a existência de um relevante pólo de atracção urbana, facto que se veio a manter até à actualidade. Note-se também que o local ocupado pela Fonte dos Cavalos, cristalizado no actual Largo do Chafariz de Dentro, coincide com o talvegue mais relevante de Alfama, cuja parte setentrional corresponde ao eixo Rua da Regueira – Rua do Salvador, revelando a preponderância dos elementos topográficos na forma urbana do arrabalde oriental (ver figura 78).

118 Sobre a propriedade urbana do Mosteiro de S. Vicente de Fora, ver: C. G. Silva 2002.

119 Ver nota 116, p. 433.

120 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 7, doc. 3, de 15 de Junho de 1323: “E vos as ditas casas as devedes fazer e refazer de pedra, de cal, de madeira, de telha e de todas as outras coisas que lhe for mester . . . e vos devedes afazer uma casa que esta dentro uma quintaa duas moradas sobradadas em tal Guysa que foram feitas e acabadas desta dita data em diante dez anos passados ser tudo a vossa custa”.

121 Sobre o crescimento urbano no arrabalde oriental, ver: Parte IV, Subcapítulo 3.2 – Densidade e tipologia da propriedade urbana do arrabalde oriental.

3.4. As alcaçarias de Alfama

Um tombo que inventaria a propriedade do Mosteiro de Alcobaça, em meados do século XIII, informa-nos de que este mosteiro possuía, em Alfama, na freguesia de S. Miguel, perto da Fonte dos Cavalos, casas com as suas “alcaçarias”.¹²² Entre 1299 e 1300 a Coroa possuía, segundo o *Livro dos Bens Próprios*, na freguesia de São Pedro, em Alfama, algumas casas com as suas alcaçarias, algures “entre o muro e o mar”.¹²³ Perceber o significado de alcaçaria, nessa época, é uma questão complexa, pois, ao longo do tempo, a palavra teve significados diferentes na língua portuguesa,¹²⁴ sobressaindo dois: curtumes¹²⁵ ou banhos.¹²⁶ Obscurecendo ainda mais a questão, este termo, tal como o espanhol *alcaicería*, deriva do árabe *al-qaysariyya*, que significa “bazar, mercado fechado ou bloco de edifícios públicos”.¹²⁷ Inserido no campo semântico do árabe, em grande parte do al-Andalus o termo *al-qaysariyya* era sobretudo usado para designar o local onde era vendida a seda.¹²⁸ Se, num primeiro olhar, o significado de curtumes parece ser mais plausível no que respeita às alcaçarias de Alfama, visto que esse significado está atestado num documento do início do século XIV,¹²⁹ a verdade é que Alfama foi, desde época romana, um local caracterizado pela existência de estruturais termas, tal como já foi referido.¹³⁰ Além disso, a noroeste do actual Largo das Alcaçarias, escavações arqueológicas

122 Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc., datado de 1262, cf. ANTT, Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça, 2.ª Incorporação, Maço 32, n.º 808, fl. 1.

123 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 334-353: “*Item habet domnus Rex in colacione Santi Petri quasdam domos com suis Alcaçarijs quae sunt inter murum et mare*”, ou seja, “também tem o senhor Rei na paróquia de S. Pedro umas casas com suas alcaçarias, as quais estão entre o muro e o mar”.

124 “Alcaçaria” significa actualmente: “Paço, fábrica de curtumes, arruamento de lojas, alcácer, ou ainda, lugar onde os judeus podiam comprar ou vender géneros”.

125 Um documento de 1307, citado por Viterbo, estabelece uma ligação clara entre alcaçaria e curtumes: “Emplazamos huns pelames, ou alcaçarias, que avemos na dita Villa (de Coimbra) na rua, que chamam da ponte” (cf. ANTT, Colegiada S. Pedro de Coimbra, cx. 3, maço 6, n.º 17; seguimos a transcrição publicada em: Viterbo 1983, 1:46). Augusto Vieira da Silva atribui a alcaçaria o significado de “lugar onde se curte e prepara toda a qualidade de pele e courames” (A. V. Silva 1987a, vol. II, 105). Na mesma obra, o olisipógrafo descreve as várias estruturas de curtumes, lavadouros e banhos que existiram nesta zona da cidade (105-117).

126 Luiz Marinho de Azevedo (1652, 112), referindo-se às águas de Alfama escreve: “este he hum banho de agua quente, que está em huma alcaçaria de Alfama nas casas de Francisco Estudenduli, que foi mercador Veneziano, junto ao arco da lavagem”. Júlio de Castilho (1934-1938, 1:301), refere várias alcaçarias, ainda existentes em Alfama, quando escreveu a sua primeira edição de *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*: “Vários estabelecimentos termas existem ainda no perímetro da Lisboa moirisca, e todos à beira-Tejo: defronte do Terreiro do Trigo, as alcaçarias chamadas do Duque de Cadaval, e as de D. Clara; ao Chafariz de Dentro os dominados (sic) banhos do Doutor Fernando.”

127 Tal como é referido no *Dictionary of Modern Written Arabic*: “*qaisariya*: large block of public buildings with stores, workshops, etc., roofed market place, bazaar” (Cowan 1976, 805). Roberto Berardi descreve a actual *qaisariya* de Tunes do seguinte modo: “*the kaisariyye is a large, completely self-enclosed building covered by a single vaulted roof, similar to a bazaar and distinct from the rest of the suqs, despite being composed of the same elements*” (Berardi 2008, 275). Sobre as várias *alcaicerias* medievais situadas em território espanhol, ver: Torres Balbás 1970, 1:345-368. Oliveira Marques (1988c, 22) segue esta interpretação do termo, considerando que “os têxteis, formando o grupo imediato, guardavam-se em regra num armazém separado e fechado à noite, a *qaisariya* – alcaçaria em português – onde também se vendiam artigos preciosos e de luxo”.

128 Cf. Echegaray 1887, 193.

129 Ver nota 125, p. 435.

130 Sobre este assunto ver Parte IV, Capítulo 1: O cenário topográfico e as marcas do passado.

encontraram banhos termais quinhentistas,¹³¹ permitindo supor uma continuidade, nesta parte da cidade, entre os banhos de época medieval¹³² e os banhos que Luiz Marinho de Azevedo refere em meados do século XVII.¹³³ Deste modo, torna-se difícil afirmar com segurança que as alcaçarias pertencentes a Alcobaça e à Coroa, nos séculos XIII e XIV, fossem curtumes ou banhos. Com o conhecimento actual, torna-se impossível excluir totalmente qualquer uma destas hipóteses.

É possível, sim, considerar mais remota a hipótese de estas alcaçarias se tratarem de estruturas comerciais fechadas; ou de locais para se vender seda, tal como poderia sugerir o significado do étimo árabe. No primeiro caso, não se conhecem tendas ou qualquer outro género de estrutura comercial pertencentes à Coroa ou ao Mosteiro de Alcobaça, nos locais onde se encontravam as alcaçarias. A segunda hipótese é ainda menos verosímil, visto que a documentação medieval da época não refere vendas de seda em Lisboa. Além disso, Vieira da Silva menciona várias estruturas que aproveitavam as águas da Alfama para curtimento de peles ou fins terapêuticos, situadas na zona ribeirinha ocidental de Alfama, entre o actual Beco do Penabuquel e o Chafariz del Rei, que classifica como alcaçarias.¹³⁴

Seja como for, é óbvio que, quer fossem banhos ou curtumes, as alcaçarias medievais aproveitavam o potencial aquífero desta parte da cidade¹³⁵ no seguimento de uma tradição que é possível remontar à época romana,¹³⁶ que estava ainda activa em época de domínio islâmico¹³⁷ e que só desapareceu no século XX.¹³⁸

Atendendo ao já aqui referido significado original da palavra “alcaçaria” em árabe, e aos significados que a palavra tomou na língua portuguesa, é possível compreender que ocorreram alterações relevantes no seu significado ao longo do tempo. Não sendo este um estudo de etimologia, é relevante para a nossa análise compreender que as palavras que, num determinado momento, podem designar um determinado tipo de equipamento urbano, podem, noutra momento, designar algo bastante diferente – tal como ocorreu com a palavra “aljube”, cujo étimo árabe significa “cisterna”, significado que se manteve na língua castelhana, mas que em português

131 Leitão et Calado 2015, 123-125.

132 Estão documentados, perto do local das alcaçarias, os banhos pertencentes ao rei sob o Chafariz del Rei, nos reinados de D. Fernando e de D. Afonso V, em época islâmica, é provável que no mesmo local tenham funcionado banhos públicos (cf. Parte I, Subcapítulo 4.3 – O Chafariz del Rei). Sobre os banhos públicos no reino português na Idade Média em geral, ver: Trindade 2015, 206-221.

133 Ver nota 126, p. 435.

134 Cf. A. V. Silva 1987a, 2:105-106.

135 O potencial das águas de Alfama foi recentemente alvo de estudos científicos: Ramalho et Lourenço [s.d.]; C. Oliveira 2008.

136 A noroeste do Largo das Alcaçarias, mais exactamente no edifício que faz a esquina poente entre a Rua da Adiça e a Rua de S. João da Praça, foram realizadas escavações arqueológicas que revelaram a presença de termas romanas que terão funcionado entre o século II d.C. e os inícios do século IV. (cf. V. Filipe 2017).

137 Sobre os banhos públicos de época islâmica, ver: Parte I, Subcapítulo 4.4 – Os banhos públicos em época islâmica.

138 Sobre a tradição de aproveitamento de águas termais em Alfama, ver nota 135 e 136 desta página.

se alterou, provavelmente devido à existência de um local específico, o aljube de Lisboa, onde se situava uma prisão, para hoje em dia significar em português “prisão escura, cárcere ou caverna”.¹³⁹ No caso das “alcaçarias” não é completamente despropositado considerar que, em época de domínio islâmico este termo estivesse associado a um local preciso de Lisboa, onde poderá ter existido uma *al-qaysariyya*, ou seja, um mercado coberto, junto do qual funcionavam banhos e curtumes, que aproveitariam as águas de Alfama. Com o desaparecimento desse hipotético mercado fechado, o topónimo terá permanecido, associando-se às actividades de banhos e de curtumes que perduraram até bastante mais tarde. No entanto, não é possível afirmar a existência de um mercado fechado, existente em Alfama, em época de domínio islâmico, tendo como base apenas a etimologia de uma palavra, mesmo que a situação topográfica do actual Largo das Alcaçarias se enquadre perfeitamente com uma hipotética posição de um mercado fechado, situado no exterior das muralhas, junto de uma das principais vias de acesso à urbe e junto de um local com óptimas condições para receber mercadorias por via fluvial. Por mais apelativas e sugestivas que estas suposições sejam, não poderão ir além disso mesmo, enquanto não ocorrerem escavações arqueológicas mais extensas.

Infelizmente, na documentação medieval produzida até ao final do reinado de D. Dinis não foi possível encontrar qualquer outra referência a alcaçarias em Lisboa, além das duas mencionadas, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça e à Coroa.

Em 1392, alguns anos após a construção da cerca fernandina, ocorreu uma contenda entre o Mosteiro de Alcobaça e o concelho de Lisboa sobre os direitos do troço de muralha contíguo às propriedades de Alcobaça.¹⁴⁰ Nessa contenda, os abades de Alcobaça foram autorizados a erguer um “eirado ou balcão” sobre a muralha, apoiado nas ameias da estrutura defensiva. Augusto Vieira da Silva, que aparentemente não conhecia a referência a alcaçarias no tombo de Alcobaça realizado em 1262, localizou as alcaçarias pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça num sítio próximo ao actual Largo do Chafariz de Dentro, o que coincide com a posição referida no Tombo, “*in collatione Sci Michaelis ad fontem de caballis*”.¹⁴¹

A perenidade das alcaçarias de Alcobaça pode ser verificada num documento produzido em 1691, em que o Mosteiro de Alcobaça conferiu “o domínio útil

139 Cf. “aljube”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/aljube> [consultado em 15-04-2016].

140 Cf. ANTT, Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Livro 3, fl. 47 v., de 1392. Augusto Vieira da Silva publicou excertos deste documento (cf. A. V. Silva 1987a, 2:109).

141 Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc., datado de 1262, cf. ANTT, Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça, 2.ª Incorporação, Maço 32, n.º 808, fl. 1.

de um prazo de livre nomeação, em três vidas, denominado Alcaçarias, situado ao Largo do Chafariz de Dentro, freguesia de S. Miguel de Alfama, para casa de habitação”, contra o pagamento de um foro anual.¹⁴² Infelizmente, não é possível confirmar se as alcaçarias ainda funcionavam como termas ou curtumes no final do século XVII, sendo apenas verificável que o topónimo que surge pela primeira vez no tombo das propriedades do Mosteiro de Alcobaça em 1262, e também a posse por parte de Alcobaça, se mantinha ainda no século XVII.¹⁴³ As alcaçarias de Alcobaça, que se registam na documentação desde o século XIII até ao XVII, revelam um caso exemplar de continuidade de estruturas fundadas em época medieval que permanecem ainda no século XX, com a sua funcionalidade original entretanto perdida.

O conhecimento da posição provável das “casas com alcaçarias”, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça de meados do século XIII, indica, mais uma vez, que a zona ribeirinha de Alfama não conheceu grandes modificações até 1766, momento da construção do Terreiro do Trigo, pois os limites urbanos ribeirinhos já eram muito semelhantes no século XIII, como revela a posição topográfica destas propriedades do Mosteiro de Alcobaça.

142 Não tivemos acesso directo a este documento; no entanto, um excerto e resumo do mesmo foi publicado pelo detentor deste documento, o qual elaborou uma narrativa histórica sobre este edifício, sobre o qual a sua família tinha posse em meados do século XX (cf. Soromenho 1963, 193).

143 A relação entre banhos e curtumes neste local específico da cidade é realmente complexa, bastando relembrar a ocorrência do topónimo Beco dos Curtumes praticamente no mesmo local onde funcionaram várias alcaçarias como banhos no século XVIII (Cf. Araújo 1939-1940, 10:66: “Quanto a estas alcaçarias do Duque, prédio n.º 56 – mais antigas que as de D. Clara (Xavier de Aguiar), datadas de 1759, e cuja existência, n.º 62-64, findou há pouco – remontam a 1716; foram organizadas pelo 1.º Duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, remodeladas no seu interior em 1864, e objecto de um estudo para novas captagens em 1938”).

4. AS ESTRUTURAS CONVENTUAIS DO ARRABALDE ORIENTAL

4.1. São Vicente de Fora: o primeiro mosteiro

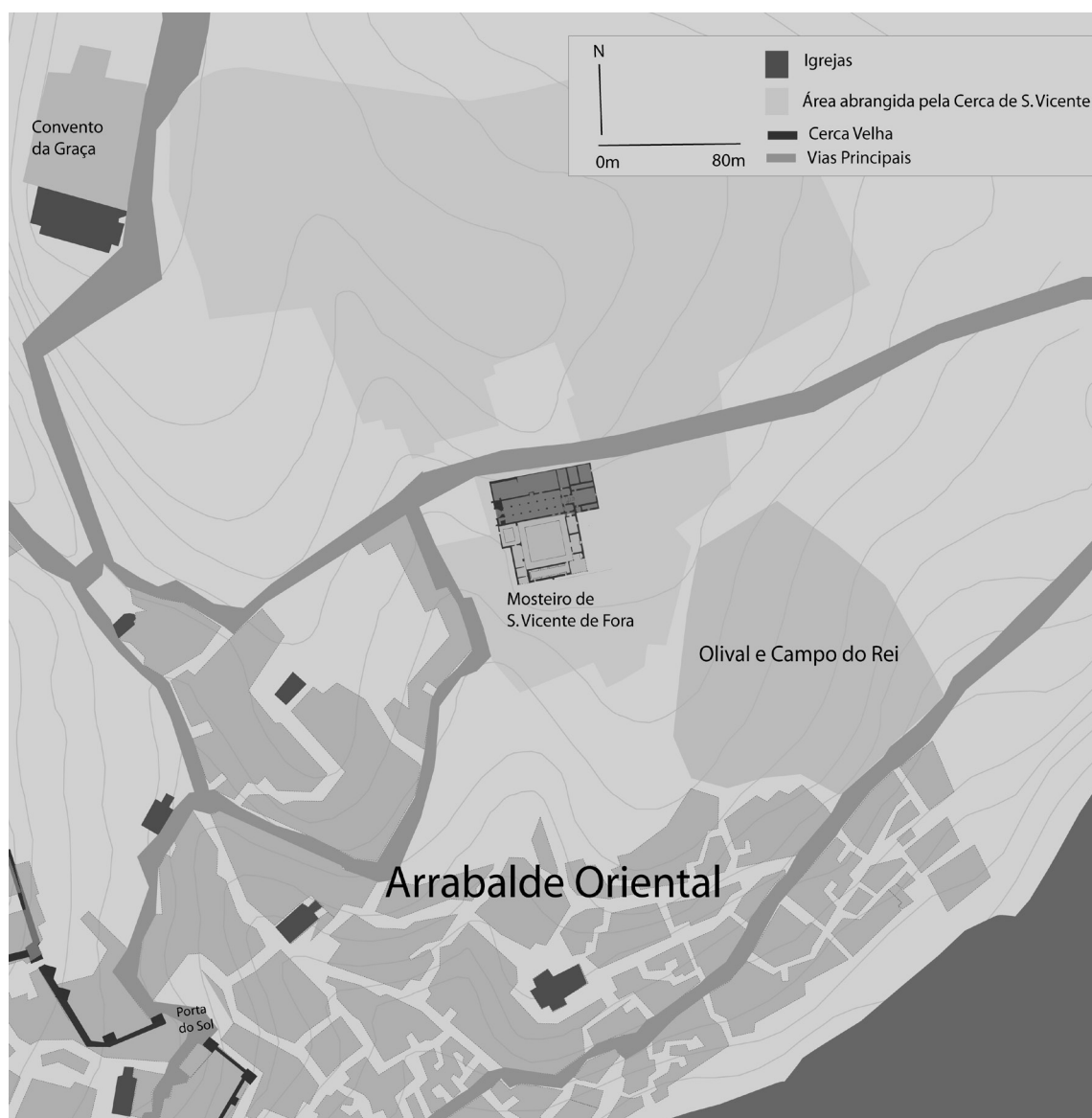


Figura 79. O arrabalde oriental e o complexo de S. Vicente de Fora (c. 1325)

O Mosteiro de S. Vicente de Fora foi uma das primeiras instituições eclesiásticas cristãs a implantar-se na cidade, após a tomada por D. Afonso Henriques e os cruzados em 1147.¹⁴⁴ Segundo Manuel Luís Real, as obras de construção do convento tiveram início no terceiro quartel do século XII, época em que também a catedral da cidade estaria em construção.¹⁴⁵

A escolha do local onde a Igreja e o Mosteiro de S. Vicente de Fora foram erguidos está intimamente ligada ao cerco ocorrido em 1147, visto que corresponde ao ermitério onde flamengos e colonenses sepultaram os seus mortos durante os longos meses que durou o cerco.¹⁴⁶ Escavações arqueológicas encontraram sepulturas antropomórficas que alojavam esqueletos masculinos que “possuem vestígios que permitem concluir a sua morte violenta”.¹⁴⁷ Deste modo, não nos parece restar dúvidas de que F. Rodrigues Ferreira encontrou não um cemitério visigótico, mas sim, muito provavelmente, a necrópole referida nas fontes narrativas sobre a conquista de Lisboa.¹⁴⁸ Como se observou anteriormente, as escavações arqueológicas encontraram, neste local, a presença de estruturas de armazenamento abertas em época de domínio islâmico.¹⁴⁹ Neste lugar, situado na orla da cidade, foi erguida, após o final do cerco de 1147, uma ermida que, segundo a tradição, teve como responsável pela sua fundação o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques.¹⁵⁰ Este monarca teve um papel decisivo, tanto no apoio à construção do templo primitivo como na própria gestão da instituição, pois, após ter permitido, num primeiro momento, que o templo fosse entregue a cónegos premonstratenses, num segundo momento decidiu entregá-lo a cónegos agostinhos, com fortes ligações com

144 As principais fontes para a história da génese do Mosteiro de S. Vicente de Fora são as seguintes: *Indiculum fundationis monasterii Beati sancti Vicentii ulisbone* (ANTT, Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa, Liv. 147), publicado em *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 178-197; Santa Maria 1668; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* 1950, 5.

145 Cf. Real 1995, 15.

146 No *De Expugnatione Lyxbonensi* refere-se que “para sepultar os que iam morrendo foram levantadas pelos francos duas igrejas: uma na parte oriental, pelo colonenses e flamengos . . . outra, no lado ocidental, por ingleses e normandos” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 107). O *Indiculum fundationis* relata a ligação entre o cemitério oriental e a construção do Mosteiro de S. Vicente de modo mais desenvolvido. Nessa narrativa, mostra-se um D. Afonso Henriques preocupado com a fundação dos cemitérios para ingleses e normandos a ocidente, e teutónicos a oriente, prometendo construir, após o final do cerco mosteiros no local dos referidos cemitérios (*A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 181-185).

147 Cf. F. R. Ferreira 1983, 17.

148 Seguimos aqui a interpretação de Manuel Luís Real (1995, 14-15) Sobre este assunto, ver nota 109, p. 73.

149 Cf. F. R. Ferreira 2001.

150 Frei Nicolau de Santa Maria afirma que quando se demoliu o templo românico de S. Vicente de Fora, terá surgido, perto do altar-mor, a pedra fundacional deste templo. Essa pedra teria a seguinte epígrafe: “*Hoc templum aedificavit Rex Portugalliae Alphonsus I in honorem Beatae Mariae Virginis et Sancti Vicentii Martyris XI Calend. Decembris sub era MLXXXV (sic)*”, “Este templo foi edificado pelo Rei de Portugal Afonso I em honra da Sagrada Virgem Maria e de São Vicente Mártir, 11 calendas de Dezembro da Era MLXXXV (sic)” (Santa Maria 1668, 112). Mário Barroca (2000, 2 (1):228) considera que a lição transmitida por frei Nicolau de Santa Maria “apresenta evidentes indícios de ter sofrido alterações de forma, se é que não se trata de uma insc. inventada ou forjada. É possível que fosse um original posterior à Era indicada (1147), embora ainda pudesse ser uma insc. medieval”. Também o *Indiculum* refere com clareza a participação do primeiro monarca português na fundação do Mosteiro de São Vicente de Fora (Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 178-179 e 196-197).

o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que funcionou como um instrumento de legitimação do reino na sua fase inicial.¹⁵¹

Os primeiros monarcas portugueses mantiveram uma ligação estreita com o Mosteiro de São Vicente de Fora, apoiando-o a vários níveis, sendo notórias as doações testamentárias dos primeiros monarcas portugueses, exceptuando-se D. Afonso Henriques.¹⁵²

Importa também sublinhar a posição privilegiada de que o Mosteiro de São Vicente de Fora beneficiou desde a sua fundação, no que respeita às isenções episcopais, que obteve em primeiro lugar por D. Gilberto e pelo seu sucessor D. Álvaro. Contudo, as relações entre o Mosteiro de São Vicente e o bispado de Lisboa foram posteriormente perturbadas, devido a problemas relacionados com estas isenções, pois os bispos seguintes não mostraram interesse em aceitar uma situação de quase total independência por parte dos cónegos regrantes de Santo Agostinho.¹⁵³ A relutância do cabido e bispado da cidade é compreensível, pois o Mosteiro de São Vicente, a sua paróquia e as várias paróquias do termo que estavam sob a influência dos cónegos regrantes constituíam um conjunto muito relevante na economia eclesiástica do bispado. Este estatuto de quase independência teria muito possivelmente reflexos na estrutura urbana da paróquia de S. Vicente de Fora, administrada pelo próprio mosteiro. Não é possível perceber com exactidão o impacto deste estatuto na evolução urbana da cidade, contudo é interessante cruzar esta informação com uma referência que surge nas inquirições realizadas em 1220, onde se faz a seguinte afirmação sobre as posses do Mosteiro na cidade: “...em primeiro, o próprio local no qual está situado o mosteiro com a sua paróquia, tal como foi determinada no início...”¹⁵⁴ Recordemos que a delimitação sistemática das paróquias de Lisboa só ocorreu em meados do século XV, como observou José Manuel Vargas, o que contrasta com a precoce delimitação paroquial de São Vicente de Fora, a qual terá sido do interesse da instituição eclesiástica, que poderia efectivar os seus privilégios num território devidamente delimitado.¹⁵⁵

151 Sobre a história da gestão do Mosteiro de S. Vicente de Fora e a influência de D. Afonso Henriques nesta instituição, ver: C. G. Silva 2002, 61-74. Sobre o papel de Santa Cruz de Coimbra nos primeiros reinados portugueses, ver: A. A. Martins 2003, 834-845; S. A. Gomes 2007.

152 Segundo Carlos Guardado da Silva (2008, 209), D. Sancho I terá deixado, no seu testamento de 1209, 500 morabitinos, D. Afonso II terá doado uma quantia semelhante no seu testamento, D. Sancho II terá doado 300 morabitinos, D. Afonso III, também no seu testamento deixou ao mosteiro 1000 libras para obras e paramentos e D. Dinis terá deixado, no seu testamento, 200 libras.

153 Note-se que os dois primeiros bispos de Lisboa estavam sob a influência de D. Afonso Henriques, tal como observou Maria João Branco (1998), e que os seguintes bispos estavam já mais independentes face ao poder régio. Sobre o contencioso entre S. Vicente e o bispado de Lisboa, ver: C. G. Silva 2002, 74-80.

154 ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18: “*in primis locum ipsum in quo situm est monasterium cum parochia sua sicut fuit determinata a principi*”.

155 Cf. Vargas 2002, 54: “A demarcação sistemática das freguesias de Lisboa só ocorreu entre 1468-1477, por iniciativa do Cardeal D. Jorge da Costa que para esse efeito nomeou dois ‘limitadores’, como se prova pela ‘Carta de Demarcação e Limite de Santo Estêvão’, de 25 de Outubro de 1476”. O mapeamento mais antigo da freguesia de São Vicente de Fora é a planta realizada em 1770 pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, mantida na Torre do Tombo.

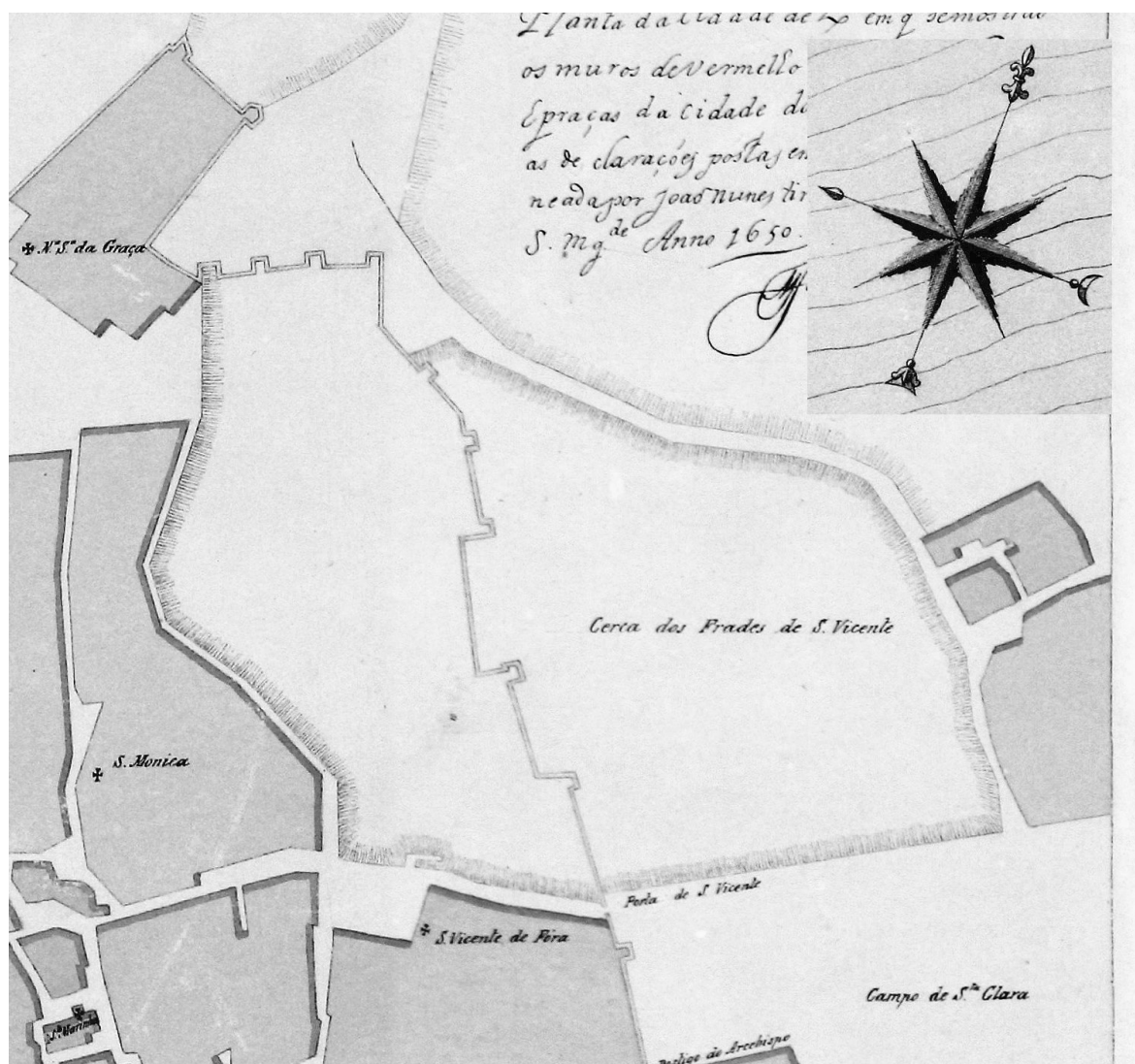


Figura 80. O complexo de São Vicente de Fora na planta de Tinoco (1650)

Bem perceptível na forma urbana do arrabalde oriental é o impacto do conjunto Igreja-Convento-Cerca de São Vicente de Fora. A manutenção de um considerável espaço não-urbanizado até ao início do século XX, quando a construção da “secção oriental do Liceu Passos Manuel”, o futuro Liceu Gil Vicente, iria finalmente romper com o multiseccular espaço agrícola que se manteve no interior da cerca do mosteiro. Infelizmente, as fontes não nos informam sobre o momento em que foi erguida a cerca conventual de São Vicente, nem sequer sobre o seu traçado exacto. Ainda assim é possível reconstituir o traçado hipotético da cerca medieval com base na planta de

João Nunes Tinoco (1650), cruzando essa informação com a gravura impressa na obra de Braunio (terceiro quartel do século XVI). O facto de a nossa reconstituição da Cerca de S. Vicente se basear em fontes cartográficas e iconográficas tardias leva-nos a manter esta reconstituição apenas como conjectural.¹⁵⁶

É também interessante notar que a cerca fernandina, quando é erguida, em 1373, secciona o espaço abrangido pela cerca conventual de São Vicente em duas partes distintas, tal como se pode observar na gravura impressa na obra de Georg Braun.¹⁵⁷ Os motivos que levaram ao não aproveitamento da cerca conventual não são claros, mas a verdade é que, apesar da cisão causada pela cerca fernandina, o espaço abrangido pela cerca conventual se manterá coeso e uniforme como se pode observar na *Carta Topográfica* de Filipe Folque, realizada em meados do século XIX (ver figura 81). A influência da cerca conventual do mosteiro na malha urbana do nível superior do arrabalde pode mesmo explicar a menor densidade urbana que aí perdurou até períodos muito tardios e, simultaneamente, a ausência de desenvolvimento urbano nesta direcção, a qual se pode confirmar na cartografia oitocentista.

156 Uma reconstituição mais exacta do traçado da cerca medieval é de facto possível, mas a sua realização ultrapassa os objectivos deste trabalho, pois obrigaria a uma pesquisa documental aturada relativamente a épocas cronológicas em que a produção documental do cartório de S. Vicente é muito vasta. Dada a relevância do tema, preferimos apresentar uma reconstituição hipotética baseada em fontes tardias do que deixar omissa esta temática.

157 Braun 1598.



Figura 81. A Cerca de São Vicente na Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858). Gabinete de Estudos Olistiponenses

Apesar de grande parte da paróquia de São Vicente de Fora ser abrangida pela cerca conventual e por esse motivo não ter sido urbanizada, a documentação medieval produzida até ao final do reinado de D. Dinis revela a existência de um núcleo urbano relevante. São vários os exemplos. Em 1189, momento em que o Convento possivelmente estaria ainda em construção, o prior e o Convento de S. Vicente adquiriram metade de um forno situado na paróquia de S. Vicente, o qual confronta a ocidente e a sul com outras casas.¹⁵⁸ Em 1232, um Pedro Eanes vende a um Pedro Mendes metade de uma casa, situada na mesma paróquia que confronta a ocidente com propriedades de D. Álvaro e norte com um lagar de azeite pertencente à rainha.¹⁵⁹ Em 1298, o Mosteiro de São Vicente realiza um escambo com o qual toma posse de casas na sua paróquia, as quais confrontam com propriedades de um João Martins, a ocidente, e de um João Tostão a Sul.¹⁶⁰ Em 1305, é doada uma casa a uma Maria, criada de uma D. Susana, que confrontava a oriente e norte com casas de uma Maria Jarda, a ocidente com propriedades de

158 Cf. Acabado 1967, doc. 30.

159 Cf. ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 10, n.º 197, de Abril de 1232.

160 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 2.ª Incorporação, Cx. 31, pasta III, doc. 21, de 30 de Novembro de 1298.

um Pedro.¹⁶¹ Em 1318, o Mosteiro de S. Vicente afora algumas casas, também situadas na mesma paróquia, que confrontam a norte com propriedades de um João da Romeira e com uma azinhaga estreita a ocidente.¹⁶² Por último, em 1319, surge uma primeira referência a uma casa sobradada,¹⁶³ reveladora da evolução urbana em altura que então ocorria tanto no centro da cidade como também neste extremo do arrabalde oriental, apesar da sua situação periférica.

A existência de um núcleo urbano activo numa posição tão periférica da cidade explica-se, naturalmente, com a presença do Mosteiro de São Vicente de Fora, instituição que teve um papel fulcral no desenho urbano desta parte da cidade, funcionando de um modo quase paradoxal, simultaneamente como um pólo de atracção urbana e como um elemento de estabilidade antiurbanizante, através da sua cerca conventual.

A relevância do tríptico conjunto Igreja-Convento-Cerca de São Vicente de Fora é observável pela simples dimensão que todo o conjunto ocupava no arrabalde oriental da cidade. Mesmo tendo em conta que a área da cerca conventual é apenas conjectural, consideramos provável que a cerca quinhentista não seria muito diferente no que diz respeito à cerca conventual de 1325, o ano final do reinado de D. Dinis. Se assim era, note-se que a área total do complexo de S. Vicente abrangeria 6.88 hectares, ou seja, uma área mais vasta do que a alcáçova (4,41 ha) e até mesmo maior do que metade da área interior da Cerca Velha (11,09 ha). Deste modo é lícito afirmar que o conjunto de S. Vicente de Fora era inegavelmente um factor primordial na lógica urbana da Lisboa dos primeiros reinados portugueses.

4.2. Nossa Senhora da Graça: no último limite

Segundo a *História dos Mosteiros e Conventos...*, os eremitas de Santo Agostinho tiveram duas sedes no Monte de S. Gens, anteriores à sua mudança para o local onde depois se ergueu o Convento da Nossa Senhora da Graça.¹⁶⁴ Estas duas sedes eram construções de pequena dimensão que se situavam já fora do perímetro urbano da cidade, tendo sido talvez erguidas no local próximo ao sítio onde D. Afonso Henriques tinha feito o seu acampamento durante o cerco de 1147.¹⁶⁵ Em 1271, a mesma fonte

161 Cf. ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, Maço 4, n.º 153, de 3 de Novembro de 1305.

162 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 6, doc. 9, de 20 de Abril de 1318.

163 Cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 6, doc. 13, de 11 de Abril de 1319.

164 Cf. *História dos Mosteiros* 1950, 109.

165 O *De Expugnacione Lixbonensi* refere explicitamente que D. Afonso Henriques e os portugueses tinham o seu acampamento a norte da cidade (cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 99: “O rei com todos os seus retira-se para norte da cidade, onde fica no cimo de um monte, distante de nós uns quinhentos passos”). As hipóteses mais prováveis para a localização do acampamento de D. Afonso Henriques em 1147 são o monte de Santana, mais a ocidente, ou a dupla elevação de Nossa Senhora do Monte de S. Gens / Graça. Parecendo-nos esta última mais bem colocada do ponto de vista estratégico.

revela que os religiosos Agostinhos se mudaram para o local chamado Almofala,¹⁶⁶ iniciando-se a construção do novo convento em Fevereiro desse ano, obras que terão sido financiadas por “muytas pessoas devotas, com que se foy promovendo a fabrica e se fez capaz de dar habitação a quarenta ou sincoenta religiosos”.¹⁶⁷

Praticamente nada se conhece sobre o primitivo conjunto igreja-convento construído no final do reinado de D. Afonso III. Duas grandes reconstruções da igreja e do convento levaram ao total desaparecimento dos edifícios medievais. A primeira reconstrução ocorreu em meados do século XVI e terá sido dirigida por frei Luís de Montoya,¹⁶⁸ e a segunda deveu-se ao terramoto de 1755, arrastando-se as obras por um longo período.¹⁶⁹ No final do século XIX, uma parte do edifício conventual foi transformada em quartel do Exército.

Sobre esta instituição eclesiástica, no período que nos concerne, podemos apenas afirmar que obteve uma carta de protecção por parte de D. Dinis, em 1302,¹⁷⁰ e três anos depois terá alterado a sua designação oficial para Santa Maria da Graça.¹⁷¹

Segundo o *Mappa de toda a renda que tem o Convento de Nossa Senhora da Graça desta cidade de Lisboa*, os terrenos onde se iria construir a cerca conventual apenas foram anexados pelo Convento de Nossa Senhora da Graça em meados do século XVI.¹⁷² Deste modo, observando o traçado da cerca fernandina proposto por Augusto Vieira da Silva, é possível propor que a cerca conventual desta instituição tenha sido agregada pela construção da estrutura defensiva fernandina. Se assim foi, supomos que o traçado da cerca conventual não terá diferido muito durante os 50 anos entre o final do reinado de D. Dinis e a construção da cerca fernandina (1373). Deste modo, propomos um traçado da cerca conventual da Nossa Senhora da Graça muito semelhante ao traçado proposto por Augusto Vieira da Silva para esta parte da cerca fernandina.¹⁷³

O impacto urbano do conjunto Igreja-Convento de Nossa Senhora da Graça era muito menor do que outros complexos conventuais que se posicionavam na periferia da cidade em finais do reinado de D. Dinis, como S. Francisco no Arrabalde

166 O topónimo Almofala surge numa venda de um campo ao prior e Convento do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1209, e surgindo classificado como estando no termo da cidade (cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 1, doc. 38); surge também numa doação de um figueiral feita ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1267, caracterizado como “*circa villam*”, ou seja, fora do perímetro urbano, mas junto a este (cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 3, doc. 48).

167 Cf. *História dos Mosteiros*, 1950, 112. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito n.º 145, secção XIII.

168 Cf. Araújo 1939-1940, 13:42.

169 Sobre a evolução do conjunto da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça até ao século XXI, ver: Ribeiro 1939-1940; Figueiredo 2002.

170 Cf. *História dos Mosteiros* 1950, 112.

171 Cf. A. V. Silva 1987a, 2:47.

172 ANTT, Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, Livro 8, fls. 14v. e 15, realizado em 1770.

173 A. V. Silva 1987a, vol. II, mapa XVI.

Ocidental, ou o complexo de S. Vicente, a sul da Igreja de Nossa Senhora da Graça. A posição urbana escolhida pelos agostinhos insere-se também dentro do normal esquema de implantação das instituições monásticas urbanas: um local na periferia da cidade, junto a uma via relevante, num sítio alto (ver figura 79). Na verdade, os agostinhos não tinham muitas opções, pois os outros pontos estratégicos da periferia urbana já haviam sido anteriormente tomados por outras instituições monásticas, encontrando-se a cidade, no final do reinado de D. Afonso III, momento em que os agostinhos se implantam na Graça, já praticamente cercada pelas principais instituições conventuais da época.

5.

O ARRABALDE ORIENTAL EM SÍNTESE

Nesta parte, dedicada à análise da evolução urbana do arrabalde oriental, uma das primeiras premissas elaboradas consistiu na divisão deste espaço em dois níveis: um nível superior, a cota mais alta e mais afastado das margens do Tejo, e um nível inferior, ribeirinho e a cotas inferiores. Tal como foi observado, já havia sido realizada uma divisão entre dois níveis topográficos do arrabalde oriental, mas com base em argumentos diferentes, os quais levaram a resultados distintos dos nossos.¹⁷⁴ Destes dois níveis do arrabalde oriental, o nível inferior, mais ribeirinho, corresponde ao espaço que foi denominado, em época medieval, Alfama. Foi também observado que a diferença fundamental entre estes dois níveis consiste na densidade de urbanização, aspecto que se evidencia de várias formas, destacando-se nas diferenças de densidade urbana observáveis na cartografia histórica, nas tipologias mais ruralizantes do nível superior patentes na documentação medieval e na maior frequência de vestígios arqueológicos de épocas romana e islâmica no nível inferior. Foi também referida a existência de uma malha urbana estruturada de origem romana situada na Alfama medieval e o modo como esta terá sido progressivamente transformada, estando já muito modificada em época medieval.

A cronologia, dimensão e densidade urbana do arrabalde oriental em época de domínio islâmico foram aspectos considerados, tendo como base tanto as descrições dos geógrafos árabes como os resultados das escavações arqueológicas efectuadas neste espaço. As referidas fontes de informação indiciam que o arrabalde oriental, em época de domínio muçulmano, se estendia ao longo do rio Tejo para montante, com certeza até à actual Rua da Regueira, e muito provavelmente até mesmo às imediações do local da Portas da Cruz. Observou-se como a densidade urbana do arrabalde, nesta época, seria mais acentuada no nível inferior. Possivelmente, a urbanização romana preexistente estaria na base da forma urbana da zona ribeirinha do arrabalde, sofrendo alterações que a terão indubitavelmente transformado. Relativamente à expressão dessa densidade urbana em Alfama, ou seja, no nível inferior, não nos parece seguro, no estado actual do conhecimento sobre este

¹⁷⁴ Referimo-nos ao mito da Alfama do Alto e da Alfama do Mar, veiculado por Norberto de Araújo, que analisámos em: Parte IV, Subcapítulo 2.1 – Alfama aristocrática e a invenção de um mito.

tema, ir além de considerar que o nível inferior estaria mais urbanizado do que o nível superior.

Relativamente às funções do arrabalde oriental, em época de domínio islâmico, constatou-se que não seriam muito diferentes das que seriam cumpridas no arrabalde ocidental no mesmo período. Ou seja, tratava-se de um arrabalde multifuncional, onde as funcionalidades habitacionais e artesanais se mesclavam sem grandes obstáculos. Neste sentido, à semelhança do arrabalde ocidental, também no oriental se verificou a existência de olarias numa posição urbana muito similar, onde o esteiro ocidental é substituído pelo rio Tejo. Outro tipo de estruturas, como espaços de armazenamento (celeiro e silos), estruturas de condução de água e espaços habitacionais, que funcionaram durante o período de domínio muçulmano, foram também arqueologicamente verificados no arrabalde oriental, configurando o referido arrabalde multifuncional.

No que respeita à transição entre o período de domínio político muçulmano e o cristão, escavações arqueológicas permitiram observar um exemplo relevante no arrabalde oriental: a habitação encontrada na FRESS. Neste espaço singular, é possível verificar algumas alterações fundamentais na estrutura da habitação, que, transpostas para o urbanismo da cidade em geral, permitem compreender como a extinção dos pátios centrais e a substituição dos acessos através de adarves por acessos nas fachadas causou transformações significativas na forma urbana da cidade. Uma análise ao actual urbanismo de Alfama demonstrou a presença de uma morfologia distinta da que é normalmente produzida pelo urbanismo medieval posterior à reconquista, caracterizada por lotes compridos e estreitos que originam quarteirões longos. A forma urbana do espaço denominado, em época medieval, Alfama, é um autêntico palimpsesto causado pelas várias alterações que foi sofrendo ao longo do tempo. Contudo, importa salientar que se trata de um palimpsesto muito particular, pois, ao contrário de outras zonas da cidade, Alfama não parece ter sofrido, ao longo do vasto período de tempo que medeia entre a implantação do urbanismo romano e a actualidade, intervenções urbanas sistemáticas e programadas que tenham alterado a sua morfologia de forma drástica, ocorrendo antes um longo e constante processo de adaptação a novas formas de viver a cidade.

Dados estatísticos extraídos da análise da documentação produzida desde os meados do século XII e o final do reinado de D. Dinis permitiram compreender melhor a realidade urbana que então existia no arrabalde oriental. O estudo das diversas tipologias permite, mais uma vez, afirmar um crescimento urbano em todas as paróquias do arrabalde, pois observou-se um decréscimo gradual e

generalizado de referências a propriedades de tipo rural. Além disso, constatou-se que as tipologias ruralizantes ocorriam sobretudo no nível superior do arrabalde, evidenciando-se uma urbanização mais densa no nível inferior. Também o crescimento em altura se revelou, sobretudo a partir do final do século XIII, como um aspecto modificador da forma urbana do arrabalde oriental, aspecto confirmado pelo surgimento de casas sobradadas na documentação desse período.

Os locais da Cruz e da Lapa, topónimos medievais, situados no extremo do arrabalde foram investigados com especial cuidado. O factor mais relevante neste espaço limiar da cidade é a presença de propriedade régia que aqui se registou com diversas tipologias, desde uns “paços com galeões”, a Casa da Moeda, o Estudo Geral, um rossio, e ainda propriedades agrícolas que separavam este núcleo urbano da Coroa das propriedades do Mosteiro de São Vicente de Fora.

No centro do arrabalde oriental, examinou-se o local da Fonte dos Cavalos, confirmando-se a sua acção como pólo de atracção urbana, notando-se também a sua posição topográfica privilegiada, na área ribeirinha do arrabalde, coincidindo com o talvegue mais significativo de Alfama. Perto deste espaço situavam-se, desde meados do século XIII, as alcaçarias do Mosteiro de Alcobaça. Aprofundou-se o conhecimento sobre estas estruturas, nomeadamente tentando compreender aquilo que realmente seriam, eliminando hipóteses menos prováveis, foi possível afirmar que, quer fossem banhos ou curtumes, estariam intimamente relacionadas com o potencial aquífero de Alfama.

No nível superior deste arrabalde, instalou-se, logo após a alteração do poder político em 1147, uma instituição eclesiástica que teria um papel de relevo na cidade da foz do Tejo. O Mosteiro de São Vicente de Fora foi implantado, sob influência régia, junto a uma das principais vias de saída da cidade sobre o ermitério dos cruzados colonienses e flamengos. Foi sublinhada a vasta ocupação em área da cerca conventual de São Vicente e o modo como esta instituição funcionou como uma força de bloqueio do crescimento urbano que aqui teve um obstáculo muito significativo. Relativamente ao Convento da Graça, uma das últimas instituições monásticas a implantar-se na cidade em época medieval, o seu impacto na forma urbana da cidade e do arrabalde oriental foi muito menor, pois a posição periférica e a provável ausência de uma cerca conventual significativa diminuía a sua influência.

No final do reinado de D. Dinis, o arrabalde oriental estava delimitado por propriedades pertencentes a duas instituições que tinham um interesse muito considerável na cidade de Lisboa. Em primeiro lugar, note-se o posicionamento das propriedades da Coroa, situadas entre o olival contíguo aos limites sul do

Mosteiro de S. Vicente de Fora e o rio Tejo, possibilitando ao lugar da Cruz um papel estratégico no controlo de um dos principais acessos à cidade pelo oriente. Em segundo lugar, note-se o complexo de São Vicente de Fora, posicionado a norte do referido olival do monarca, cuja extraordinária dimensão cercava o nível superior do arrabalde oriental. Neste arrabalde, também outras instituições rentabilizavam as suas propriedades, destacando-se as Alcaçarias do Mosteiro de Alcobaça.

PARTE V
O ARRABALDE DOS MOUROS

1.

PRÉ-EXISTÊNCIAS A NORTE DA CIDADE

Antes de iniciarmos a nossa análise da mouraria propriamente dita, importa tentar perceber qual a relevância deste espaço para a lógica urbana da cidade, durante a época de domínio político islâmico. As questões que se levantam são várias e, apesar de não ser possível dar resposta a todas, é possível, pelo menos, apresentar algumas possibilidades.

As referências documentais são quase nulas, pois os geógrafos árabes não nos informam sobre esta parte da cidade. De facto, a área a norte de Lisboa não seria o melhor espaço habitável em torno da colina que deu origem à cidade, muito pelo contrário, a encosta norte estava menos exposta ao sol, e mais aos ventos frios de norte; além disso, o declive era ainda mais acentuado do que nas encostas sul, oriental ou ocidental da Colina do Castelo. O local onde se ergueu a mouraria era, portanto, o pior sítio para se desenvolver a cidade. Ainda assim, é certo que não se tratava de uma área totalmente abandonada. Duas evidências arqueológicas levam-nos a crer que esta área já estaria, de algum modo, ocupada antes de 1147. Em primeiro lugar, escavações arqueológicas da responsabilidade da equipa do Centro de Arqueologia de Lisboa, realizadas no Largo da Severa, verificaram a existência de uma estrutura de funcionalidade não determinada de cronologia possivelmente anterior a 1147.¹ Em segundo lugar, recordemos que, junto à Porta do Moniz, ou seja, no acesso a uma das portas do troço norte do recinto da Alcáçova se verificou a existência uma calçada de época islâmica que daria acesso à zona a norte da cidade² – é óbvio que nem este acesso seria aberto se desse entrada a um espaço irrelevante, nem se realizaria o calcetamento de uma via que não tivesse tráfego.

Não sendo um espaço irrelevante, qual seria então a constituição deste espaço a norte da cidade? Pedro de Azevedo propõe que um dos cemitérios de Lisboa em época de domínio muçulmano se situaria a norte da Colina do Castelo, o mesmo local que posteriormente serviu para os cemitérios das comunidades muçulmana e judaica, “nos terrenos situados entre a Rua de Bemformoso, Largo das Olarias

1 Estes vestígios estruturais são de difícil interpretação funcional e também de difícil enquadramento cronológico, percebendo-se apenas que são anteriores às estruturas do século XIV (cf. Caessa et al. 2017).

2 Gomes et Gaspar 2002, 399-400.

e Ruas de Bella Vista do Monte e do Terreirinho até o largo do Intendente ou travessa da cruz”.³ Além disso, uma referência documental em um dos livros do Convento da Graça refere um *Almocovar*, perto do Ermitério de S. Gens.⁴ Não há dúvida que a etimologia de *Almocavar* provém do árabe *al-maqbar*, significando cemitério.⁵ As referências ao cemitério da mouraria na documentação dos séculos XV e XVI não deixam dúvidas sobre a sua localização ao longo da rua que vai da mouraria para S. Maria do Monte, ou seja a actual Calçada do Monte.⁶ A carta do cruzado Raul refere um cemitério, que seria talvez o principal cemitério público da cidade muçulmana, em vários momentos, mas infelizmente não o localiza com exactidão, sendo apenas possível perceber que se encontrava “*in medio montis*”, ou seja, “a meio do monte”.⁷

A hipótese lançada por Pedro de Azevedo parece-nos plausível, pois tratava-se realmente de uma zona com fracas condições de habitabilidade, como já observávamos, e, além disso, tal como o mesmo autor propôs, não se trataria com certeza do único cemitério da cidade, pois foi já encontrada outra necrópole de época muçulmana no Arrabalde Oriental.⁸ Escavações arqueológicas na mouraria, mais precisamente em vários locais na Rua dos Lagares, Largo das Olarias e Travessa do Jordão, têm vindo a revelar várias sepulturas muçulmanas; no entanto, até ao momento, os dados disponíveis ao público ainda não referem as cronologias destas sepulturas, mantendo-se por isso em dúvida se todas estas sepulturas islâmicas serão anteriores ou posteriores a 1147.⁹ Um documento produzido em 1280 refere um “Almocavara dos Judeus”, a sul do Monte de S. Gens, situação que nos leva a considerar a possibilidade de existir, a norte da Colina do Castelo, um espaço com uma muito longa tradição funerária, possivelmente anterior a 1147, pois, como

3 Azevedo 1899, 276.

4 ANTT, Convento de Nossa Senhora da Graça, Livro 8, fl. 3, *Mappa de toda a renda que tem o Convento*: “No anno de 1147 em que o Sr. Rey D. Afonso Henriquez tomou aos Mouros a cidade de Lisboa principiou logo a fundação dos ermitas de Santo Agostinho na mesma cidade no Ermiterio de S. Gens no anno de 1148 no Almocovar por dous Augustinianos Ermitas.”

5 Lopes 1968, 164.

6 Sobre esta questão, Sousa Viterbo publicou vários documentos da Chancelaria de D. Manuel I em que se confirma a existência do cemitério da judiaria ao longo da rua que “vai da mouraria para Santa Maria do Monte” (Viterbo 1907, 247-251).

7 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 100-103.

8 Sobre o cemitério islâmico do Arrabalde Oriental, ver: Parte IV, Subcapítulo 2.3 – Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério).

9 Em 2016, decorriam ainda escavações arqueológicas na Rua dos Lagares e na Travessa do Jordão, onde têm surgido números impressionantes de sepulturas islâmicas e não-islâmicas. As sepulturas não-muçulmanas, ou seja, cuja deposição do ossário não está de acordo com os preceitos islâmicos, são também em grande número, pertencendo possivelmente, segundo a nossa opinião, ao cemitério da comunidade judaica, ou até a um cemitério paleocristão, tal como pudemos verificar numa visita ao local em 20 de Abril de 2016. Agradecemos às arqueólogas Anabela Castro e Mónica Ponce por nos permitirem a visita a ambos os locais e à arqueóloga Jacinta Bugalhão por nos ter chamado a atenção para esta situação. Entretanto, alguns resultados foram publicados (Ponce et al. 2017). Noutra escavação arqueológica, na Rua dos Lagares, 23, e Travessa dos Lagares, 3 a 23, também foram identificadas seis sepulturas individuais em decúbito lateral, com o crânio voltado para Sul e a face virada a Este, o que indica o seu tratamento segundo o ritual islâmico (cf. I. M. Silva [s.d.]).

sabemos, a comunidade judaica de Lisboa é anterior a essa data, e talvez mesmo anterior à chegada dos muçulmanos à cidade.¹⁰

Seja como for, a hipótese proposta por Pedro de Azevedo, no primeiro ano do século XX, parece-nos bastante válida no momento actual, pois é muito provável que um ou talvez vários cemitérios, pertencentes às diferentes comunidades religiosas da cidade, se situassem no local que oferecia menores condições de habitabilidade e, ao mesmo tempo, se encontrava relativamente próximo à cidade e junto a importantes vias de comunicação, entre a estrada que seguia ao longo da Ribeira de Arroios e a estrada que seguia pelo topo das cumeadas de S. Gens e Graça, situando-se, assim, “*in medio montis*”, como refere o cruzado.¹¹

Devemos também considerar a possibilidade de aí existirem, a par dos referidos cemitérios, alguns núcleos de povoamento directamente relacionados com actividades agrícolas que abasteceriam a cidade e que beneficiavam, em alguns pontos, da exposição solar suficiente para a produção agrícola.¹² Reforçando esta hipótese, considere-se o importante conjunto de silos datáveis dos séculos XI e XII encontrados não muito longe do espaço depois ocupado pela mouraria, sob a Igreja de S. Lourenço.¹³ Estes pequenos núcleos populacionais de carácter agrícola iriam possivelmente constituir-se como pólos de atracção urbana que seriam, posteriormente, os alicerces do posterior desenvolvimento urbano do arrabalde dos mouros.

10 Cf. ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 4, escambo realizado a 7 de Maio de 1280 entre os Clérigos porcionários de S. Cruz e um João Eanes dito “*Cabalarão*”.

11 Cf. nota 7, p. 456.

12 Sobre esta questão ver o cenário periurbano proposto por Luís Gonçalves, no qual se destacariam no topo dos Montes da Graça (Almofala) e de S. Gens (Senhora do Monte) pequenos povoados orientados para a exploração dos recursos naturais do vale (L. Gonçalves 2011, 84-90).

13 Cf. Amaro 1998, 66; 2000.

2.

A ORIGEM DA MOURARIA: DA TRADIÇÃO AO ARRABALDE NOVO

Tem sido aceite, muitas vezes sem qualquer análise crítica, que a comunidade muçulmana de Lisboa se terá instalado na mouraria, imediatamente depois da alteração de poder ocorrida em 1147. Esta posição não nos parece tão segura e indiscutível quanto tem parecido na historiografia recente. Luís Filipe Oliveira e Mário Viana apresentam a questão do momento da origem da mouraria como um facto consumado “pouco depois da conquista de Lisboa”, seguindo autores como Pedro de Azevedo, Marcelo Caetano e Oliveira Marques.¹⁴ Contudo, estes autores não foram tão categóricos, pois Pedro de Azevedo deixa a questão em aberto, afirmando que “pouco a pouco ou de golpe, mas em todo caso sistematicamente, os mouros que viviam espalhados na cidade foram afastados para a encosta do monte em que se levanta o castello”.¹⁵ Marcelo Caetano também é bastante vago sobre o momento concreto em que se formou o arrabalde dos mouros, dando a entender que tal terá acontecido no reinado de D. Afonso Henriques, mas sem especificar como, ou porquê.¹⁶ Oliveira Marques afirmava que “quando Lisboa foi definitivamente conquistada pelos exércitos cristãos de D. Afonso Henriques, em 1147, a população moura que quis ou foi forçada a ficar sem se achar escravizada, recebeu alojamento fora dos muros da cidade”¹⁷, não referindo fontes nem especificando qualquer local fora de muros onde se teria alojado essa população.

Filomena Lopes de Barros, considerando a formação da mouraria de Lisboa, propôs como hipótese que, após a conquista da cidade, a população muçulmana que permaneceu se terá imediatamente fixado no arrabalde, suportando a sua proposta em dois argumentos.¹⁸ Em primeiro lugar, apoia-se no facto de ser assim que “sucedia noutras partes da Península Ibérica”. Em segundo, na atribuição, em 1170, por D. Afonso Henriques, de um foro de instituição da comuna

14 Oliveira et Viana 1993, 192.

15 P. Azevedo 1899, 269.

16 Caetano 1990, 18: “O recém-formado concelho não compreendia os mouros forros (ou livres) que tinham ficado a viver no bairro extramuros que lhes foi destinado – o arrabalde – e nas hortas dos subúrbios.”

17 Marques 1988b, 97.

18 Barros 1998, 20.

muçulmana.¹⁹ Sobre o primeiro argumento, devemos notar que o procedimento tomado pelos monarcas ibéricos após a conquista de cidades onde habitava uma maioria muçulmana foi bastante diverso, ocorrendo, talvez na maioria dos casos, a criação imediata de bairros segregados, mas noutros casos a questão foi resolvida de forma diferente. Com efeito, note-se os casos concretos de algumas cidades do al-Andalus tomadas pelos cristãos durante a Idade Média. No caso de Toledo, Afonso VI, após tomar a cidade em 1085, permitiu que a população muçulmana permanecesse na posse das suas propriedades, ou seja, nas suas habitações.²⁰ Em Saragoça (1118), Tudela (1119) e Tortosa (1148), os habitantes muçulmanos foram autorizados a permanecer, pelo menos por um ano, dentro do recinto amuralhado, nos locais onde viviam antes da conquista, e após esse tempo passaram a habitar em arrabaldes extramuros.²¹ Nas condições estabelecidas na rendição de Valência, em 1238, entre Jaime I e Ibn Mardanish, o *Rei Lobo*, foi concedido o direito de permanência na cidade à população muçulmana, num local determinado, onde não habitassem cristãos nem judeus.²² Situação totalmente diferente ocorreu em Sevilha, e na maioria das cidades andaluzas, quando, após a conquista de 1248, a população muçulmana foi em grande parte expulsa da cidade e substituída por população cristã.²³ No caso de Múrcia, após um período em que a cidade se manteve como um protectorado de Castela e Leão entre 1243 e 1266, a cidade foi dividida por Jaime I de Aragão em duas partes, entre muçulmanos e cristãos.²⁴ No território do reino português,²⁵ sobressai o caso de Faro, conquistada em 1249, onde, quase quatro décadas depois, se refere um terreno que teria sido atribuído para a implantação de uma mouraria, mas que se mantinha vazio, habitando a comunidade muçulmana no interior da cerca urbana.²⁶

19 O conhecido foro de 1170, concedido aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer foi publicado em *PMH: Leges* 1863, 396-397, edição a partir da qual transcrevermos o excerto em baixo. “Em nome de Deos Amem. Eu Rey Dom Affonso de Portugal emseembra com meu filho Rey Dom Sancho faço Carta de fieldade, e firmidooen a vós Mouros, que soodes forros em Lixboa, e em Almadaa, e em Palmella, e em Alcacer, assy que em minha terra nenhum Chrisptão, nem Judeu sobre vos nom aja poder de bos empecer, mais aquelle, que vós da gente, e fe vossa sobre vós por Alqaide enlegerdes, esse medês vos julgue. E esto vos faço per tal, que dedes a mim em cada huum anno senhos maravedis de cada huã cabeça dês aquelle tempo, que o mantimento necessário gaançar poderdes; e que dedes a mim Alfitra, e Azaqui, e a dizima de todo vosso trabalho; e todallas minhas vinhas adubedes, e vendades os meos figos, e o meu azeite, como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meos moyos. Porem esta Carta Sempre aja firmidom, e forteleza e nenhum nom volla ouse de britar, nem os vossos fóros. Feita a dita Carta em Coimbra no mez de Março Era de mil e duzentos e oito anos: e Eu sobre dito Rey Dom Affonso emseembra com meu filho Rey Dom Sancho a vós Mouros esta Carta, que seer feita mandei, afortellego, e confirmo, e em ella este meu signal ponho. Testemunhas, que presentes foram, Miguel de Coimbra Bispo, etc.”

20 Núñez Fuster 2006, 347-348; Ladero Quesada 1978, 266.

21 Torres Balbás 1954, 21.

22 Rodrigo Pertegáz 1925.

23 Núñez Fuster 2006, 347; 351-352. Antonio Collantes Sánchez afirma que este processo levou à expulsão de boa parte da população muçulmana das cidades na maioria das cidades andaluzas conquistadas pelo reino de Castela no século XIII (Collantes de Teran Sánchez 2009, 165).

24 Rosselló et Cano 1975, 53.

25 Para uma análise exaustiva das comunas do reino português, ver: Barros 1990, 87-98.

26 Barros 2014, 275.

Tendo em conta estes vários casos, é possível considerar que a constituição de mourarias em arrabaldes não foi um acontecimento obrigatório, e que, quando ocorreu, nem sempre se verificou imediatamente após a alteração de poder numa cidade, pois foram seguidas outras opções ao longo do vasto período histórico da reconquista cristã na Península Ibérica.²⁷ Relativamente ao segundo argumento de Filomena Lopes de Barros, a atribuição do foro de 1170 concedido aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, é importante notar que em momento algum o texto desse documento refere a presença de uma mouraria em qualquer das quatro cidades referidas.²⁸ Além disso, importa também considerar a diferença entre mouraria e comuna, pois enquanto a primeira é constituída por um espaço físico, a segunda não implica obrigatoriamente a existência da primeira, tal como Filomena Barros afirma.²⁹ Deste modo, consideramos que o foro de 1170 não deve ser interpretado como uma carta de instituição da mouraria de Lisboa, mas sim como uma carta de protecção às comunidades muçulmanas das quatro cidades referidas.

As primeiras referências inequívocas, na documentação medieval, à mouraria de Lisboa ocorrem apenas em 1263 e em 1280. A referência mais antiga ao “Arrabalde dos Mouros” consiste numa doação de casas por D. Afonso III, ao pretor dos mouros, Galibo, realizada em 16 de Março de 1263, na qual se refere que essas casas estavam na posse do anterior pretor, um tal Omar.³⁰ É assim seguro afirmar que antes de 1263 existia uma mouraria administrada por oficiais régios, os quais seriam provavelmente muçulmanos. Em 1280, num escambo entre os clérigos porcionários de S. Cruz e um João Eanes dito “Cabalario”, é referido um ferraglio e seu herdamento situado no “*arravalde novum de mauris ulixbon*”, ou seja, no arrabalde novo dos mouros de Lisboa.³¹ Poderia ser afinal “novo” o arrabalde dos mouros de Lisboa, no início do reinado de D. Dinis, tendo sido talvez fundado pelo seu pai, visto que a primeira referência documental é precisamente do reinado de D. Afonso III.³² Ou seria apenas uma referência a uma parte “nova” do velho arrabalde, fundado pouco depois de 1147?

27 Deste modo, seguimos o que Filomena Lopes de Barros afirma sobre esta questão em geral: “A matriz das mourarias levanta ainda, bastantes problemas, apontando, contudo para uma plasticidade de soluções diferenciadas em função dos contextos concretos e dos diferentes processos de colonização do território” (Barros 2014, 278).

28 Ver nota 19, p. 459.

29 Barros 1998, 20: “Os conceitos de comuna e de mouraria aplicam-se a entidades perfeitamente diferenciáveis que, contudo, se justapõem no contexto nacional. Assim, pelo último, entende-se o espaço físico em que habitam os mouros, correspondendo a comuna ao conjunto de todos os órgãos religiosos, administrativos e legais que permitem, por mercê régia . . . uma identidade própria dentro da sociedade cristã, embora sujeita à lei geral do reino.”

30 Cf. ANTT, Chancelaria de Afonso III, liv. 1, fl. 66v, de 16 de Março de 1263: “*do et concedo vobis Galibo pretori de Mauris de Arravalde Ulixbone et uxori vestre Eyxe pro servicio quod Mibi fecitis et facitis illas meas casas Pretorie de Arravalde de Mauris ulixbone in quibus morauint que case fuerint de Omar mauro quondam pretore de Mauris de dicto Arravalde ulixbone*”.

31 Cf. ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 4, de 7 de Maio de 1280.

32 Um outro “arrabalde novo” irá surgir na mouraria de Lisboa cerca de dois séculos depois, não sendo provável que tenha alguma relação com o “arrabalde novo dos mouros de Lisboa” referido no documento de 1280, pois não se encontra qualquer outra referência a este topónimo até 1464 (Oliveira et Viana 1993, 199).

Infelizmente, os dados documentais são demasiado escassos para se escolher sem reserva qualquer destas hipóteses. Todos os outros documentos que referem o arrabalde dos mouros até ao final do reinado de D. Dinis não mencionam qualquer “Arrabalde novo”, apenas o “Arrabalde de Lisboa”, ou o “Arrabalde dos Mouros”.³³

A “Carta do Cruzado” menciona, em dois momentos diversos, informações diferentes. Em primeiro lugar, no discurso, registado pelo cruzado, do bispo de Braga, D. João Peculiar, dirigido à população da cidade no momento do cerco, é prometido que esta poderá permanecer na cidade, pois segundo este bispo: “não vimos a esta cidade, que está na vossa posse, para vos lançar fora daqui nem para vos espoliar . . . não queremos, efectivamente, expulsar-vos dos vossos assentamentos tão antigos; viva cada um segundo os seus costumes, a não ser que espontaneamente queira vir aumentar a Igreja de Deus”.³⁴ Em segundo lugar, tal como o cruzado também nos informa, os termos propostos pelos cristãos foram recusados e o cerco levou a uma ocupação total da alcáçova e da medina, pois, tal como o próprio cruzado refere, uma vasta população muçulmana saiu pelas três portas da cidade, sem, no entanto, ser especificado se esta partiu definitivamente ou apenas temporariamente para se realizar o saque, ou se foi ou não realojada em qualquer outro local.³⁵

Sobre a mouraria, o cruzado nada nos diz, porque talvez nada houvesse para dizer, pois possivelmente o arrabalde dos mouros não foi instituído imediatamente após a alteração de poder de 1147. Neste sentido, note-se que os exemplos citados de outros reinos ibéricos onde a população é expulsa ou imediatamente realojada numa mouraria são, na sua maioria, mais tardios, como é o caso das cidades andaluzas que foram tomadas em meados do século XIII. Em meados do século XII, estaria talvez ainda por definir um modelo global para resolver a questão da população muçulmana, o modelo de Toledo talvez fosse já considerado obsoleto, mas não havia ainda qualquer interesse em afastar uma população que seria necessária à reconstrução e reposição funcional da cidade. Neste aspecto, a atenção que o primeiro rei português dedica aos muçulmanos é bem notória na já referida carta de protecção concedida em 1170, a qual não se refere apenas a uma cidade ou a um povoado específico, mas

33 Cf. ANTT, Gaveta 12, maço 2, n.º 9, de 3 de Outubro de 1285: “em Benfica no arrabalde de Lisboa”; ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 8, doc. 28, de 11 de Junho de 1303: “a par do poço do arrabalde dos Mouros”; ANTT, S. Vicente de Fora, 1.ª Incorporação, Maço 6, doc. 16, de 16 de Novembro de 1319: “mouras forras do arrabalde de Lisboa”.

34 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 93-95.

35 *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado* 2001, 141: “Espoliados, pois, os inimigos na cidade, foram vistos a sair, sem despegar, pelas três portas, desde o início da manhã de sábado até à quarta-feira subsequente, em tão grande multidão de gente que era como se nela tivesse confluído a Espanha inteira.”

sim a todo um vasto território que abrangia a foz dos rios Tejo e Sado, dominado pelos quatro centros urbanos: Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer.

Deste modo, parece-nos possível que a comunidade muçulmana de Lisboa tenha de facto abandonado a medina e a alcáçova, tal como foi presenciado e relatado pelo cruzado, tendo possivelmente permanecido dispersa pelos arrabaldes e pelo termo, reagrupando-se depois gradualmente nos arrabaldes. Se esse reagrupamento ocorreu pouco tempo após a conquista, concentrando-se essa população na face norte da Colina do Castelo, ou se a concentração nesse local só aconteceu um século depois da conquista, não podemos precisar. Contudo, a já referida menção a um “Arrabalde novo dos Mouros”, em 1280, não deve ficar ausente desta problemática. Neste sentido, concebemos uma proposta sobre a evolução urbana da mouraria que contempla dois momentos que marcaram a forma do arrabalde da minoria muçulmana, tal como será exposto no capítulo seguinte.

3.

O URBANISMO DA MOURARIA

3.1. O arrabalde dos mouros: Situação topográfica e limites urbanos

Em algum momento entre 1147 e os meados do século XIII, uma comunidade mudéjar instalou-se na vertente norte da Colina do Castelo. Um local com más condições de habitabilidade, mas, ainda assim, bastante próximo da cidade, perto de uma das principais vias de acesso à urbe e, sobretudo, sob o controlo visual e efectivo da Alcáçova, sede da Coroa; também neste caso símbolo da autoridade que administrava a vida da população muçulmana, pois esta pertencia ao rei. Esta posição de uma manifesta submissão hierárquica ao espaço palatino da Coroa verifica-se também na mouraria nova de Évora e na mouraria de Elvas.³⁶

36 Barros 2014, 281.

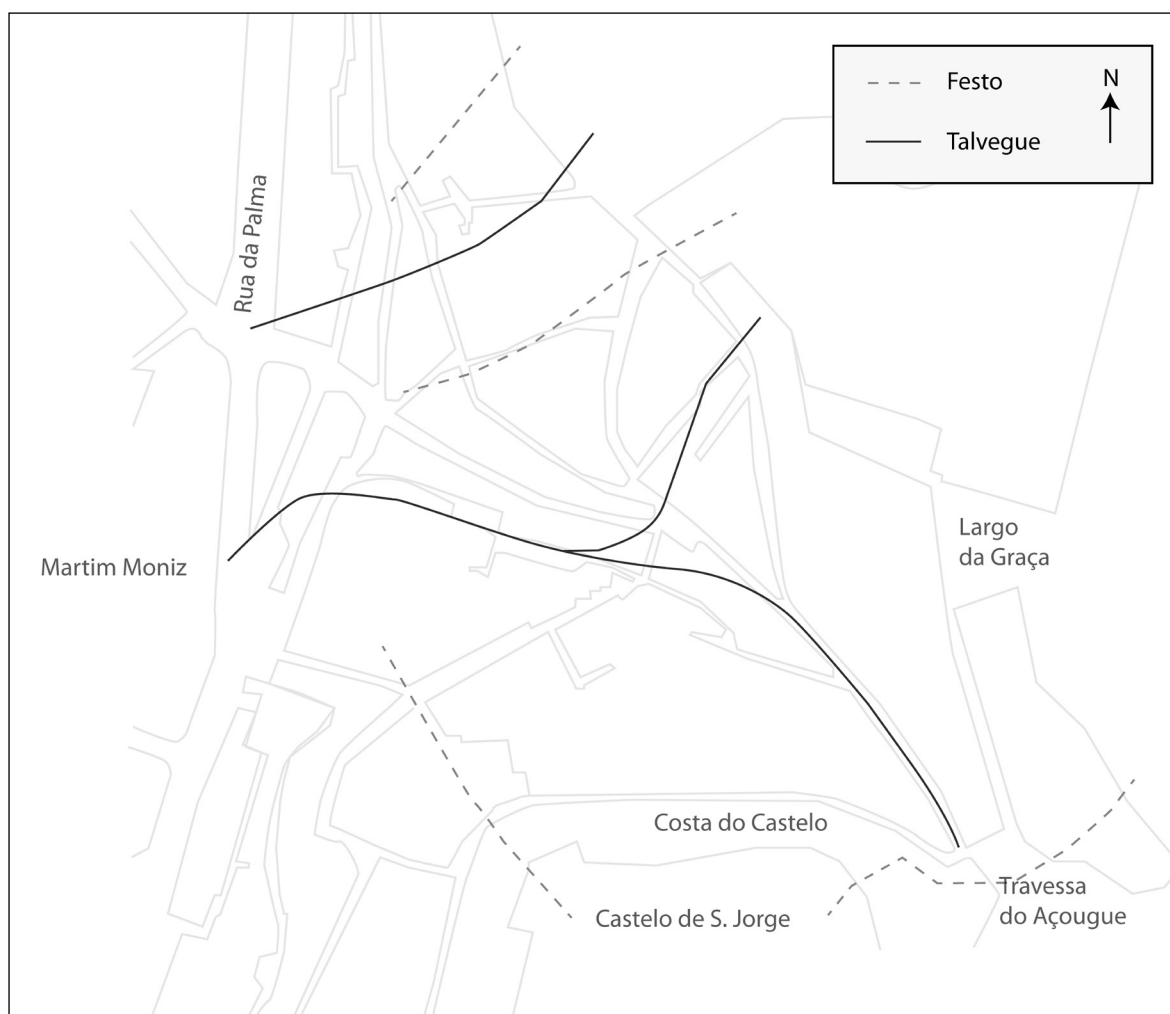


Figura 82. Festos e talvegues na Mouraria³⁷

A observação da planta com as linhas de festos e talvegues (figura 82) desta parte da cidade permite constatar que a forma urbana está intimamente ligada à orografia, sobretudo no grande talvegue que desce do Monte da Graça para a actual Praça do Martim Moniz, definindo a orientação das actuais Calçada de Santo André, Rua dos Cavaleiros, Rua da Guia e Rua do Capelão e, simultaneamente, marcando a posição destes eixos viários. À semelhança do que ocorre em Alfama, a transposição entre a cartografia actual e a malha urbana medieval é possível devido à ausência de acções urbanísticas, até agora desconhecidas, entre essa época e a

³⁷ Com base numa planta publicada no *Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da mouraria*, disponível no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 239 de 15 de Outubro de 1997.

actualidade, que tenham alterado a fisionomia urbana deste espaço. A comparação entre a mais antiga planta da cidade (1650) e a actual é esclarecedora.

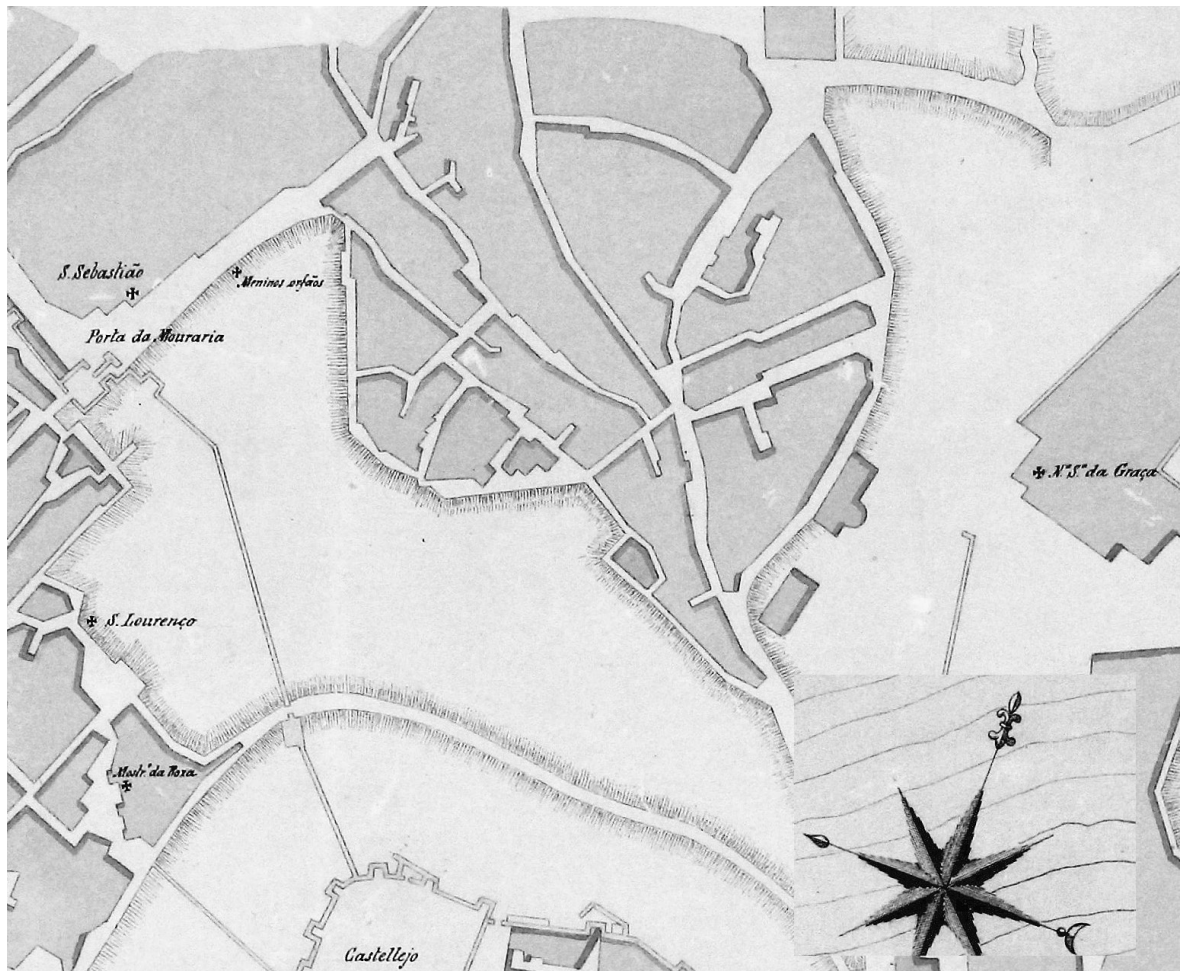


Figura 83. Pormenor da implantação da Mouraria na planta de Tinoco (1650).
Museu da Cidade. MC.DES.1084

Relativamente à dimensão e limites urbanos da mouraria na época que aqui nos importa, a informação documental é bastante escassa, sendo necessário recorrer a uma comparação exaustiva com a informação posterior, sobretudo com a documentação produzida em finais do século XV e inícios do XVI, correspondente à reorganização interna deste espaço após a expulsão das minorias

decretada por D. Manuel.³⁸ A Ocidente fechava a mouraria, o lugar de Benfica, topónimo atestado em 1285³⁹ e que daria nome à Rua de Benfica, referida como tal na documentação, pela primeira vez, apenas em 1391.⁴⁰ Este local era, no início do século XIV, marcado por explorações agrícolas de pequena dimensão, ou seja, por propriedade alodial muçulmana e por almuinhas,⁴¹ cuja natureza agrícola perdurou ao longo dos tempos até, pelo menos, ao século XVIII. Apesar de a via se encontrar então urbanizada, ainda estão patentes na cartografia pré-pombalina propriedades agrícolas situadas nas traseiras dos prédios dessa via, para ocidente, ou seja, junto à Ribeira de Arroios. A via ganhará um carácter artesanal e comercial em finais do século XIV, através da fixação de oleiros muçulmanos e cristãos. As almuinhas que existiam nas traseiras desta via, que se estendiam para ocidente, acompanhando a Ribeira de Arroios, pertenciam a diferentes instituições eclesiásticas, identificadas por Luís Gonçalves: a Ordem do Hospital, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e o Mosteiro de São Vicente de Fora. Estas instituições, possivelmente, tomaram posse destas propriedades ainda no século XII, visto que já surgem identificadas na inquirição de D. Afonso II, em 1220.⁴² Parece-nos plausível que, além de manterem alguma propriedade alodial, parte da população muçulmana trabalhasse nestas almuinhas.⁴³

A sul, a mouraria era dominada pela Alcáçova, numa posição de submissão ao controlo régio, que, como foi observado, não seria situação única no reino português. A oriente e a norte, a mouraria era fechada pelo antigo almocávar, que se situava ao longo da via que descia de Santo André em direcção à Ribeira de Arroios.⁴⁴

38 Parte substancial desta documentação foi identificada por Pedro de Azevedo (1899, 212-224; 257-279) e publicada por Sousa Viterbo (1907, 81-93; 161-170; 247-265.).

39 Cf. ANTT, Gaveta 12, maço 2, n.º 9, de 3 de Outubro de 1285, venda de metade de uma tenda na Madalena por um “João Pais dito da Prata, morador em Benfica no arrabalde de Lisboa” a D. Dinis.

40 Um estudo exhaustivo da evolução social e urbana desta rua entre os séculos XIV a XVI foi realizado por Filomena Barros (Barros 1999).

41 Barros 1999, 29-31.

42 ANTT, Gaveta 1, maço 2, n.º 18.

43 L. Gonçalves 2011, 142.

44 É possível que esta necrópole fosse, na verdade, constituída por diferentes cemitérios e que talvez os mais antigos remontem a épocas anteriores à chegada dos muçulmanos à cidade. Sobre esta questão, ver: Parte V, Capítulo 1 – Pré-existências a norte da cidade.

3.2. A reconstituição possível da Mouraria no final do reinado de D. Dinis

Analisando os dados documentais patentes na documentação produzida até ao final do reinado de D. Dinis e considerando os estudos sobre a mouraria referentes aos séculos XIV e XV, foi possível conceber uma reconstituição deste espaço, assinalando as estruturas existentes, mencionadas na referida documentação (ver figura 84). Entre a nossa proposta de reconstituição e a proposta realizada por Luís Filipe Oliveira e Mário Viana verifica-se apenas uma discrepância assinalável: a posição da Mesquita Maior.⁴⁵ Na verdade, os argumentos que estes autores usaram para deslocar a Mesquita Maior do local que outros autores haviam definido não nos pareceram convincentes. A Mesquita Maior da mouraria de Lisboa foi localizada por Sousa Viterbo no local do futuro Convento da Anunciada, no princípio do século passado, publicando este autor vários documentos onde é possível aferir que nesse local funcionou, sem qualquer dúvida, uma mesquita.⁴⁶ Neste sentido, note-se a referência inequívoca patente na doação de D. Manuel a Catarina de Christos e suas irmãs, freiras da terceira ordem de S. Francisco, para estas erguerem um oratório a Nossa Senhora da Anunciada, em 5 de Setembro de 1511:

a nossa senhora nos praz por esta presentemte carta fazer doaça e esmola a nossa senhora pera todo sempre das casas que forã mesqyta dos mouros com todo seu asentamento e casas e quyntaes e poço asy como o tínhamos dito a o pesoya o esprital de todollos samtos desta cidade de Lixboa a que de todo o dto asentamento e casas e quyntaes e poço asy como o tínhamos dito asentamento de mezquita tínhamos feita esmola e asy como anos pertemce na qual casa e asemto nos praz que posam estar e morar Catherina de Christos e suas Irmãs freiras da terceira hordem da Regra de sam francisquo.⁴⁷

45 A reconstituição de Mário Viana e Luís Filipe Oliveira constitui a investigação mais completa sobre a mouraria na sua fase final (cf. Oliveira et Viana 1993).

46 Cf. Viterbo 1907, 84-93; 161-162. Este autor segue a pista proposta por Frei Luís de Sousa: “começou o Mosteiro da Anunciada huma vida celestial, na casa que fora cova de ladroes, quero dizer, morada de Mafamede, escola de infidelidade” (cf. F. L. Sousa 1767, 11). Também Pedro de Azevedo havia seguido a ideia do cronista dominicano, mas sem argumentar ou citar fontes (cf. Azevedo 1899, 224).

47 ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 8, fl. 84, de 5 de Setembro de 1511. Seguimos aqui a transcrição feita por Sousa Viterbo (Viterbo 1907, 87-88).



Figura 84. Mouraria (c. 1325)

A única informação que fica por esclarecer, nesta doação régia, é se esta mesquita era de facto a Mesquita Maior da mouraria ou outro templo muçulmano. Essa questão é respondida pelo teor de um documento, anterior à doação de 1511, no qual o provedor-mor do Hospital Real de Todos-os-Santos afora, por mandado do rei, as casas da mesquita grande:

como elRey e príncipe nosso senhor manda em seu regimento vinte dias e muyto mais a mizquita grande que foy dos mouros que he no arrabalde da dita cidade onde soiã de chamar a mouraria . . . as quaes casas e mizquita lhe asy aforou com todas suas Entradas saídas direitos e pertenças logradioiros e serventias asy e pola guisa que as o dito espiritall há e melhor se as eles ditos poderem aver as quaes casas partem de duas partes com Ruas pubricas e entestam com casas que foram de mangana que ora sam de Aldonça Fernandez e da outra parte com casas que forã da dita mizquita que ora traz emprazadas o espateiro as quaes casas sam duas. Uma grande e outra pequena de três quynas e dois quintaes.⁴⁸

48 ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Liv. 16, fl. 109, de 4 de Abril de 1498. Seguimos aqui a transcrição feita por Sousa Viterbo (1907, 89-90).

O elo de ligação entre ambos documentos é, como observou Sousa Viterbo, o Hospital Real de Todos-os-Santos, a quem o rei incumbiu a administração da Mesquita Maior e dos seus bens.⁴⁹ Contudo, neste primeiro aforamento algo correu mal, para o monarca ter realizado, 13 anos depois, a doação das “casas que foram mesquita” às referidas irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco. Perante estas evidências documentais, não nos parece que nem o facto de as freiras serem contratualmente obrigadas a construir um oratório com altar, o qual não poderia existir na sala de orações de uma mesquita, nem a “grande densidade de construções junto da mesquita” sejam motivos suficientes para se deslocar a posição da Mesquita Maior, do futuro Convento da Anunciada para outro local, ligeiramente mais central, tal como propuseram Luís Filipe Oliveira e Mário Viana.⁵⁰

Além da Mesquita Maior, a documentação revela ainda a existência de uma mesquita pequena, que Filomena Barros considera já existir, pelo menos, desde finais do século XIII, visto que encontrou referência, no reinado de D. Dinis, a dois capelões e dois muezins.⁵¹ A localização desta mesquita pode ser inferida através de documentação posterior, na Rua de Dentro, na Mouraria, junto a uma das posteriores portas do arrabalde.⁵²

Outra diferença entre a nossa proposta de reconstituição e a de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, a ausência de portas, deve-se ao facto de estas, muito provavelmente, ainda não existirem até ao final do reinado de D. Dinis. Como é conhecido, a segregação das minorias étnico-religiosas foi um processo gradual, que ainda não tinha atingido o seu auge neste período. A segregação física destas comunidades desenvolver-se-á progressivamente, e sobretudo, após momentos cruciais desse processo, como as Cortes de Elvas de 1361, onde se legisla a obrigatoriedade de judiarias e mourarias ou quando D. João I ordena que as portas das mourarias sejam encerradas ao toque das trindades.⁵³

O tríptico conjunto urbano mesquita–banhos–*suiq*, surge no extremo ocidental da mouraria, espaço de fronteira entre a comunidade islâmica e a cristandade, local onde terminava a área de influência muçulmana. Esta organização urbana, que surge patente no *Livro dos Bens Próprios*, constitui o núcleo do sistema urbano muçulmano, encontrando-se aqui deslocada do seu sítio natural: o centro.⁵⁴ Apesar

49 Sobre o papel do Hospital Real de Todos-os-Santos no processo de cristianização da mouraria após o édito de expulsão de D. Manuel, ver: Barros 2015, 136-140.

50 Oliveira et Viana 1993, 203.

51 Barros 1994, 590-591.

52 ANTT, Extremadura, Livro 2, fl. 106 v.

53 Sobre a evolução da segregação das comunidades muçulmanas no reino português ver: Barros 2015.

54 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 335: “Item habet iby in arravaldo domnus rex iii^o tendas circa balnea / Item habet iby rex in arravaldo balnea / Item habet domnus rex iii^o domos ultra balnea quas iam dedit filio de Açem”.

de não ser especificada a posição destes banhos na documentação produzida até 1325, foi possível, recorrendo a estudos baseados em documentação mais tardia, assinalar os banhos na esquina entre as posteriores Rua de Benfica e Rua Grande Direita, artérias que não são referidas até 1325, mas que com certeza já existiriam.⁵⁵ A reconstituição que propomos para a posição das tendas é totalmente conjectural, tendo como base a cartografia pré-pombalina e a referência do *Livro dos Bens Próprios*, que indica especificamente quatro tendas em volta dos banhos.⁵⁶ Além destas quatro tendas, a mesma fonte revela quatro casas que o rei tinha recebido de um tal Açem, revelando um núcleo urbano na posse da Coroa, que assim exercia uma influência de relevo num local estratégico, onde confluía um eixo dominante do sistema viário da mouraria com a principal via de acesso ao espaço da comunidade muçulmana. A presença régia em estruturas comerciais não constitui novidade, se tivermos em conta a longa relação entre a Coroa e o comércio urbano de Lisboa.⁵⁷ Também o controlo régio de banhos não é propriamente uma novidade, pois como vimos anteriormente, D. Dinis possuía banhos na paróquia da Sé, junto do Chafariz.⁵⁸

A posse dos banhos, do núcleo comercial em torno destes banhos e também de um núcleo habitacional não só reforçava a presença e autoridade régia na mouraria, como também constituía uma fonte de rendimento para a Coroa, pois todas estas estruturas eram assim rentabilizadas, uma realidade que encontra paralelos em outros locais da Península Ibérica.⁵⁹ Note-se, nesse sentido, o aforamento dos banhos da mouraria e de “quatro portaes de casas”, possivelmente as quatro casas referidas no *Livro dos Bens Próprios*, a Domingos Pires e sua mulher, para que estes administrassem esta estrutura em troca de um pagamento anual de quarenta libras à Coroa.⁶⁰ O aforamento dos banhos e das casas em simultâneo revela que se tratava de um aglomerado urbano que era considerado em conjunto pela Coroa, e como tal deveria ser administrado por um mesmo aforador. A Coroa possuía também umas carniçarias que até ao momento não foi possível localizar, mas cuja existência remete para a mesma lógica de exploração económica por parte desta instituição, que transparece quando são referidas no *Livro dos Bens Próprios*.⁶¹

55 Oliveira et Viana 1993, 198; ANTT, Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 235.

56 Cf. nota 54, p. 469.

57 Sobre esta questão ver: Parte III, Capítulo 5 – A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

58 Referimo-nos ao conhecido Chafariz del Rei, junto ao qual D. Dinis possuía banhos no início do século XIV, ver: Parte I, Subcapítulo 4.3 – O Chafariz del Rei.

59 Sobre a rentabilização de estruturas balneares por cristãos em mourarias na Península Ibérica, ver: Torró 1995.

60 Cf. ANTT, Núcleo Antigo, Códice 314, fl. 21, traslado e sumario do aforamento por D. Dinis dos “banhos do arrabalde dos mouros com quantos portaes de casas que se com eles conteem” a Domingos Pires e sua mulher, em 1311.

61 *Cabido da Sé. Sumários de Lousada* 1954, 351: “*Domnus rex debet habere ius suum de carniçariis de aravaldo maurorum*”.

Relativamente ao cemitério da comunidade muçulmana, este encontra-se bastante bem documentado, sendo possível localizá-lo com segurança, apesar de não se conhecerem bem os seus limites máximos.⁶² Além disso, parece-nos razoável considerar que a população islâmica terá continuado a usar, pelo menos, parte de uma das necrópoles em actividade antes da alteração de poder de 1147. Apesar de não o termos assinalado na nossa reconstituição, o cemitério da comunidade judaica também se inseria num espaço contíguo ao cemitério da comunidade muçulmana, tal como está patente numa referência ao “*Almocovara judeorum*” num escambo de 1280, sendo mesmo possível que esta necrópole judaica seja anterior a 1147.⁶³ No entanto, por falta de dados que nos permitam uma distinção espacial entre ambas as necrópoles, optámos por não distinguir ambas as necrópoles na nossa reconstituição da mouraria.

Retomando a questão da posição deste núcleo urbano, devemos ter em consideração que, no caso da mouraria, estamos na presença de uma criação de uma estrutura urbana condicionada por factores externos que se sobrepunham às condicionantes do desenvolvimento urbano de uma cidade muçulmana. Trata-se de uma distinção relevante, que Josep Torró definiu entre urbanismo islâmico e urbanismo mudéjar, os quais partilham uma matriz comum, mas devido às várias condicionantes que afectam o urbanismo concebido nas cidades politicamente dominadas pelos cristãos, devem ser considerados como realidades distintas.⁶⁴ No caso específico deste núcleo urbano, no extremo ocidental da mouraria de Lisboa, estamos perante um claro exemplo de urbanismo mudéjar, em que, apesar de a documentação não o registar, a Coroa terá tido, muito provavelmente, um papel relevante no processo de edificação deste núcleo. Esta interferência da Coroa poderá explicar a posição do tríptico conjunto urbano mesquita–banhos–*suj* no extremo ocidental, junto a uma via de acesso, e não numa posição central como seria natural se não existisse essa intervenção por parte do monarca.

62 Sousa Viterbo transcreve vários documentos produzidos entre 1491 e 1510 que referem a necrópole da comunidade muçulmana (1907, 277).

63 Cf. ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 4, de 7 de Maio de 1280. Sobre esta questão, ver: Parte V, Capítulo 1: Pré-existências a norte da cidade.

64 Cf. Torró 1995.

3.3. Urbanismo islâmico e urbanismo mudéjar na Mouraria de Lisboa

Considerando que o parcelário da malha urbana da mouraria não terá sofrido modificações profundas desde a sua formação medieval, analisámos o cadastro actual no sentido de verificar a ocorrência de diferenças urbanísticas que pudessem indiciar vestígios da evolução urbana deste espaço. Na nossa análise, notámos três zonas onde o parcelário se distribui de forma diferente na malha urbana e que podem indiciar três momentos evolutivos da malha urbana da Mouraria (ver figura 85).



Figura 85. Proposta de interpretação da evolução urbana da mouraria⁶⁵

⁶⁵ Esta planta tem como base uma planta disponibilizada na plataforma digital *Lisboa Interactiva*: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> /accedido em 21 de Maio de 2016.

A distinção que observámos prende-se com a forma dos lotes, mais quadrangulares, numa primeira fase, mais rectangulares, na segunda fase, e de forma mista na terceira. Neste sentido, adaptamos à nossa proposta o modelo de trabalho apresentado por Luísa Trindade, no qual a forma dos lotes indicia a matriz do urbanismo em que esses lotes foram desenhados no parcelário.⁶⁶ Deste modo, consideramos, por um lado, que uma forma quadrangular pode ser herdeira de um lote que, na sua origem, tenha albergado uma casa de pátio central, ou seja, inserindo-se no modelo urbanístico mediterrânico; e, por outro lado, que uma forma rectangular denuncia a presença de um lote “godo”. Como podemos explicar a presença destes diferentes tipos de urbanismo na mouraria?

Relativamente à primeira fase, poderá ter tido origem num período em que a população muçulmana se reorganizou na face norte da Colina do Castelo, gozando ainda de uma autonomia relativa, quando os níveis de tolerância relativamente às minorias eram maiores, entre 1147 e os meados do século XIII. Nesse momento primordial, terá sido erguido o primeiro templo da mouraria, que se tornaria na Mesquita Maior, que, tendo em conta a esta configuração faseada, se encontrava numa posição central na comunidade muçulmana original. Muito provavelmente, a comunidade muçulmana, nesta primeira fase, não se concentrava na totalidade neste espaço, estando dispersa pelos arrabaldes da cidade. A forma deste aglomerado urbano, nesta primeira fase, seria possivelmente marcada por casas de pátio central que foram aumentando em número junto da Mesquita Maior, muito provavelmente sem controlo urbanístico por parte da Coroa, a única entidade que poderia reger o urbanismo que aí se desenvolvia. Apesar de essas casas-pátio já não existirem no século XXI, parece-nos plausível que a sua presença, nesse momento fundacional, tenha marcado a forma urbana desta parte específica da moderna Mouraria, onde os lotes actuais não apresentam a configuração regular de comprimento maior do que a largura, ao contrário do que acontece na parte da moderna Mouraria que consideramos ter feito parte de uma segunda fase evolutiva do urbanismo deste espaço.

A segunda fase terá tido origem no reinado de D. Afonso III, o que explicaria a ocorrência das primeiras referências documentais ao Arrabalde dos Mouros nesta época, altura em que a população muçulmana se terá concentrado de forma

66 Sobre a forma dos lotes urbanos e a sua relação com a matriz urbanística, ver Prólogo, Capítulo 2: O urbanismo islâmico: do preconceito ao conhecimento. Cf. Trindade 2009, 41: “Se reduzirmos a aplicação dos termos ao elemento base dos dois modelos urbanos – a parcela tendencialmente quadrangular encerrada ao exterior e aberta por um pátio central versus o lote estreito e comprido aberto nos topos – a oposição mediterrânico/godo torna-se mais clara.”

mais sistemática neste espaço.⁶⁷ Note-se também a referência ao “*arravalde novum de mauris ulixbon*”, num documento produzido em 1280, ou seja, no segundo ano do reinado do Lavrador, o que aponta para que possivelmente esse arrabalde novo já existisse quando este rei foi coroado.⁶⁸ É quase certo que Afonso III terá tido um papel relevante na delimitação da mouraria de Faro⁶⁹, mesmo que esta não tenha sido ocupada durante o seu reinado, tal como também teve no estabelecimento da mouraria de Elvas⁷⁰, onde doou aos seus mouros forros um campo para estes fazerem casas. Além disso, a forma urbana nos lotes dispostos na segunda fase, alinhados com uma fachada estreita para os arruamentos e com um comprimento sempre maior do que a largura, configura a típica malha urbana medieval concebida no reinado d’O *Bolonhês*.⁷¹

A terceira fase apresenta os dois tipos de urbanismo, tanto lotes quadrangulares como lotes rectangulares. Incluímos nesta fase o aglomerado urbano constituído por banhos, tendas e casas, patente no *Livro dos Bens Próprios*,⁷² património da Coroa no reinado de D. Dinis, pois consideramos que possivelmente estes edifícios terão sido erguidos nesse período. A nossa proposta de localização destas estruturas carece de confirmação arqueológica, tendo como base apenas fontes documentais e os estudos sobre a mouraria nos seus séculos finais, por esse motivo, estas localizações deve ser considerada apenas como uma hipótese de trabalho que poderá ou não ser arqueologicamente confirmada em futuras escavações. O *Livro dos Bens Próprios* refere sem qualquer ambiguidade que o rei possuía banhos, junto dos quais a Coroa possuía também tendas e casas.⁷³ A posição dos banhos da Coroa foi situada neste local, na esquina entre a Rua Grande Direita com a Rua de Benfica, através de documentação posterior, tal como a Mesquita Pequena.⁷⁴ Os dois tipos de urbanismo verificados nesta terceira fase, nos quais se verificam tanto lotes quadrangulares como rectangulares, explicam-se, por um lado, por um possível crescimento urbano não controlado nos lotes imediatamente contíguos aos lotes pertencentes à segunda fase e, por outro lado, pela presença das

67 Sobre as primeiras referências documentais ao Arrabalde dos Mouros, ver: Parte V, Capítulo 2: A origem da mouraria: da tradição ao Arrabalde novo.

68 Cf. ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 4, de 7 de Maio de 1280.

69 Cf. Barros 2014, 275: “Em Faro, um documento régio, datado de 1287, refere ‘*illo terreno quod iaci uidoo quod fuit diuisus pro ad mourariam*’ e ‘*illo meo terreiro quod jaze in cerco qui fuit diuisus pro ad mourariam*’. A delimitação de uma área específica, fora dos muros, para a constituição de uma mouraria havia sido realizada, possivelmente sob D. Afonso III, mas o terreno ainda não tinha sido ocupado no reinado seguinte, o que remete para a permanência dessa população no interior do núcleo urbano.” O documento citado por Filomena Barros é o seguinte: ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fl. 32 v.

70 H. Fernandes 2008.

71 Sobre a intervenção urbana de D. Afonso III no reino português ver nota 247, p. 296.

72 Cf. nota 54, p. 469.

73 *Ibidem*.

74 Cf. nota 52, p. 469.

tendas e casas pertencentes à Coroa, que parece indiciar um urbanismo planeado, marcado pelo lote godo.

A restante área, assinalada por Mário Viana e Luís Filipe Oliveira como sendo parte da Mouraria no século XV, terá sido ocupada, até 1325, sobretudo pelas necrópoles, e apenas terá sido urbanizada a partir de finais do século XIV, não sendo, devido às nossas balizas cronológicas, objecto do nosso estudo (ver figuras 84 e 85).

A constatação destes diferentes tipos de urbanismo indica que o arrabalde dos mouros terá tido momentos evolutivos, em que diferentes interesses terão supervisionado, ou não o crescimento urbano deste espaço. Neste sentido, note-se que podemos estar perante um caso particular, em que poderá ter existido tanto um urbanismo islâmico, de tradição mediterrânea, implantado na primeira fase da nossa proposta, como também um urbanismo de colonização, implantando pela autoridade central na segunda fase da nossa proposta, como também ainda de um urbanismo mudéjar, marcado por uma resistência à inserção do lote “godo”, característico do urbanismo de colonização, através da persistência de formas urbanas desalinhasdas com os lotes realizados sob a supervisão do poder central.⁷⁵ Para concluir, sublinhamos mais uma vez que esta proposta de evolução da malha urbana da mouraria consiste numa hipótese de trabalho que poderá ser aperfeiçoada mediante uma análise mais exaustiva aos fundos documentais de épocas posteriores, e simultaneamente, através da interpretação de resultados de escavações arqueológicas que venham a decorrer no espaço do antigo Arrabalde dos Mouros.

75 Sobre os conceitos de urbanismo islâmico versus urbanismo de colonização e ainda de urbanismo mudéjar, ver: Torró 1995.

4.

A MOURARIA EM SÍNTESE

O nosso estudo sobre o arrabalde da comunidade muçulmana de Lisboa iniciou-se com algumas considerações sobre a realidade deste espaço durante a época de domínio islâmico. Assim, propusemos, para este período, várias funcionalidades distintas para o espaço, possivelmente periurbano. Em primeiro lugar, as referências documentais parecem indicar a existência de um, ou mais cemitérios, ainda no período anterior à alteração de poder de 1147. A possibilidade de terem coexistido, nas encostas ocidentais dos Montes de S. Gens e da Graça, necrópoles pertencentes às diferentes camadas étnico-religiosas da cidade é, neste momento, muito plausível. Na verdade, têm sido identificados, em escavações recentes várias formas diferentes de inumação que sugerem uma área de necrópole complexa, vasta, e cujos dados certamente fornecerão, no futuro, um importante contributo para o estudo da cidade medieval. Além das necrópoles, propusemos que o espaço imediatamente a norte da Alcáçova seria também pontuado por alguns núcleos de povoamento relacionados com actividades agrícolas que teriam o mercado urbano como principal consumidor.

No segundo capítulo desta parte, abordámos uma questão que a historiografia recente tem considerado praticamente fechada, tentando assim reabrir a discussão sobre os momentos iniciais da Mouraria de Lisboa, nomeadamente a cronologia da sua origem. Para tal, realizámos uma análise crítica aos principais argumentos que têm sido aduzidos pelos autores que afirmam que o Arrabalde dos Mouros terá tido origem imediatamente após a conquista da cidade pelos cristãos em 1147. Esses argumentos têm como base duas questões que tentámos aprofundar. Em primeiro lugar, a realidade ibérica do processo de génese das comunidades urbanas muçulmanas posteriores às conquistas das cidades do al-Andalus. Em segundo, a interpretação do “foral” dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Relativamente ao primeiro argumento, verificámos que, além da criação de mourarias em espaços externos à cidade, imediatamente após as alterações de poder nas cidades ibéricas (Sevilha e cidades andaluzas), também ocorreram outras situações, desde a permissão temporária para a comunidade ficar no espaço intramuros (Saragoça, Tudela, Tortosa e Faro), à permissão absoluta para permanecer nas suas

próprias habitações (Toledo e Múrcia). Sobre o “foral” de 1170, considerámos que não é possível interpretar este documento como uma carta de instituição da Mouraria, visto que esta nem sequer é remotamente referida. Tendo presente esta multiplicidade de hipóteses ocorrida nos reinos ibéricos e também os dados que as fontes nos oferecem, reavaliámos o que poderá ter acontecido na cidade da foz do Tejo; assim, propomos que terá de facto ocorrido uma deslocação da população muçulmana imediatamente após 1147, pois, tal como o cruzado refere, a população muçulmana abandonou as suas habitações na medina, mas não se terá imediatamente concentrado no Arrabalde dos Mouros, dispersando-se antes por todos os arrabaldes da cidade e também pelo termo. É necessário aceitar que não há dados documentais, nem narrativos, nem arqueológicos que permitam, neste momento, perceber com exactidão a génese da Mouraria de Lisboa. Deste modo, não é possível afirmar se a comunidade muçulmana de Lisboa já estava agrupada na Mouraria em 1170, pois a primeira referência documental inequívoca é apenas de 1263.⁷⁶

No terceiro capítulo, abordámos a questão da situação topográfica e dos limites urbanos do Arrabalde dos Mouros, salientando-se as fracas condições de habitabilidade deste espaço, a norte da Alcáçova, relativamente aos outros espaços urbanos da cidade. Do mesmo modo, realçámos a posição hierarquicamente inferior da mouraria relativamente à Alcáçova, o símbolo da autoridade régia que tinha um papel determinante na administração do espaço da comunidade muçulmana. Constatámos que a forma urbana está intimamente ligada à orografia deste espaço, definindo a orientação dos principais eixos viários do arrabalde. Em seguida, com o objectivo de estabelecer os limites urbanos aproximados da Mouraria, verificámos a funcionalidade do *limes* ocidental, o lugar de Benfica, espaço marcado por uma funcionalidade agrícola que albergava tanto propriedade alodial muçulmana como almuinhas pertencentes a algumas das mais poderosas instituições eclesiásticas da cidade. A sul dominava a Alcáçova e a oriente o almocávar da comunidade.

Tendo como base a documentação produzida até 1325, e considerando os estudos já realizados sobre o Arrabalde dos Mouros, elaborámos uma reconstituição, na qual assinalámos as estruturas mencionadas na documentação, dentro do referido período. O trabalho de Mário Viana e de Luís Filipe Oliveira sobre a Mouraria dos séculos XIV e XV revelou-se fundamental, tendo apenas sido feito um ajustamento no que respeita à posição da Mesquita Maior, que consideramos

76 Ver Parte V, capítulo 2 – A origem da mouraria: da tradição ao arrabalde novo, nota 30, p. 460.

coincidir aproximadamente com o espaço actualmente ocupado pela Igreja de Nossa Senhora do Socorro. Propomos, na nossa reconstituição, a ausência de um sistema de controlo no acesso a este arrabalde, pois a documentação não refere qualquer porta até 1325 e também porque os fundamentos políticos que levarão à obrigatoriedade da existência de bairros segregados só será instituída em períodos posteriores. Elaborámos também uma proposta para a localização aproximada do conjunto mesquita pequena–banhos–*sug*, que existia no extremo oriental da Mouraria, evidenciando a autoridade da Coroa, pois os banhos e, pelo menos, algumas tendas pertenciam ao monarca. O almocávar da comunidade muçulmana também foi assinalado na nossa proposta de reconstituição, num local onde também se situaria a necrópole judaica da cidade, não sendo possível distinguir espacialmente ambas as necrópoles.

Por último, elaborámos uma proposta de faseamento da evolução urbana da Mouraria até 1325, tendo como base a forma do parcelário actual e as referências documentais até esse período. A nossa proposta define três fases marcadas por diferentes tipos de urbanismo que terão permanecido fossilizados na malha urbana actual, visto que esta parte da cidade não conheceu intervenções urbanísticas sistemáticas que tivessem tornado a sua origem medieval irreconhecível. Deste modo, postulámos uma primeira fase inicial que terá tido origem num largo período entre 1147 e os meados do século XIII, onde o urbanismo era marcado pela persistência do modelo mediterrânico, ou seja, pela casa-pátio, cujos lotes aproximadamente quadrangulares definiram a forma dessa parte da Mouraria, até à actualidade. O segundo momento poderá ter tido origem no reinado de D. Afonso III, data da primeira referência documental ao “Arrabalde dos Mouros” (1263), e sobre o qual considerámos que se refere a menção ao “*arravalde novum de mauris*”, documentada em 1280. Além disso, a forma urbana actual parece ainda evidenciar características em tudo semelhantes ao urbanismo implantado por este monarca em várias cidades do reino: um urbanismo linear, cujo parcelário revela lotes com maior comprimento do que largura. A terceira e última fase de urbanização da Mouraria, por nós considerada, terá ocorrido durante o reinado de D. Dinis, visto que é nesse reinado que surgem as primeiras referências ao património régio sito no extremo ocidental do arrabalde, e também porque se verifica um urbanismo misto que pode revelar uma situação contemplada pelo urbanismo mudéjar, em que aglomerados de urbanismo de cariz mediterrânico disputam a ocupação do espaço com um urbanismo colonizador, ou seja, os lotes godos, típicos das formações urbanas cristãs dos século XIII. Esta nossa proposta deverá, no entanto, ser considerada como uma ferramenta

de trabalho a confirmar ou infirmar de forma simples e transparente, sobretudo através de potenciais resultados de escavações arqueológicas que venham a ocorrer neste espaço.

CONCLUSÃO

Resumindo numa única ideia, o principal contributo deste trabalho consiste numa nova percepção sobre a importância que a evolução urbana ocorrida no período medieval teve na formação do tecido urbano de Lisboa (ver as plantas gerais em anexo: Lisboa c. 1140, 1250, 1325). Esta nova percepção tomou forma sobretudo porque considerámos a cidade medieval à luz de duas contribuições fundamentais: uma análise da documentação que repousa, maioritariamente, nos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e dos pouco conhecidos resultados de escavações arqueológicas. Este material já tinha, obviamente, sido considerado pela historiografia lisiponense. No entanto, a conjugação da documentação com a arqueologia, tendo por objectivo produzir um trabalho de síntese, englobante e inclusivo, constitui um caminho ainda poucas vezes percorrido.

Após um prólogo que nos preparou para uma análise efectiva à forma da cidade, considerámos a sua evolução através de um olhar topográfico, fragmentando-a em sectores, para assim efectuarmos uma análise mais rigorosa do que seria possível numa análise global. No entanto, estas divisões não devem ser observadas apenas de forma autónoma, pois devem ser consideradas no seu conjunto, o qual forma a cidade propriamente dita. Por isso, a conclusão contribuirá para se compreender o panorama global da evolução da forma urbana da cidade entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis. Para tal, a conclusão foi pensada num plano cronológico e não topográfico, para assim conjugarmos as nossas reflexões acerca das partes num resultado global.

Sobre a forma urbana da cidade em época romana, concluímos que as reconstituições de Olisipo devem tomar em conta não só uma suposta vocação romana para erguer cidades ortogonais, mas também outros dois aspectos fulcrais: a topografia acidentada do terreno e as pré-existências anteriores à implantação romana. Assim sendo, apresentamos uma proposta de reconstituição do sistema viário da cidade na Antiguidade Tardia tendo em conta, sobretudo, essas duas realidades.

Uma das vias que possivelmente faria parte do sistema viário tardo-romano, saindo pela principal porta ocidental da cidade em direcção a norte, poderá ter integrado, durante o período de domínio muçulmano, um *sug* fora de muros, o qual se prolongava a partir do *sug* intramuros, situando-se este último entre a Mesquita Maior e a referida porta da cidade. Até este momento, não existem dados sobre registos arqueológicos que confirmem a existência deste *sug*, mas as indicações da documentação produzida no século XIII apontam para a presença de um mercado linear, ao longo desta estrutura viária, que deverá ser, na realidade, um vestígio do referido *sug* extramuros. Não é possível, neste momento, atribuir uma

cronologia precisa a esta estrutura urbana, nem mesmo confirmar cabalmente a sua existência. No entanto, consideramos que a sua provável presença anuncia, de algum modo, a relevância que o arrabalde ocidental teria na estrutura urbana da cidade em períodos posteriores.

A cidade da foz do Tejo sofreu alterações importantes entre o início e o final do século XI. Começando pelas obras de construção de um bairro residencial no topo da Colina do Castelo, local que parece ter estado desocupado por vasto tempo. Esta construção terá tido lugar, segundo os resultados das escavações arqueológicas, em meados do século XI. Como vimos, é também possível, segundo propomos, que a Alcáçova tenha sido criada nesse momento, ou seja, que se tenha erguido um muro que configurou um espaço delimitado no topo da Colina do Castelo. Na medina da cidade, as escavações arqueológicas no claustro da Sé também testemunharam obras relevantes em meados do século XI, como a construção do edifício público que se encontra na área sul do pátio do claustro. É também possível, tal como propôs Clementino Amaro, que tenha ocorrido uma grande campanha de obras para a construção ou ampliação da mesquita aljama em meados do século XI. No arrabalde ocidental, também no mesmo período, ocorreu uma importante repavimentação da via que depois se denominará Corredoura, tal como revelaram os resultados das escavações ocorridas na Praça da Figueira. Nesse momento, já laboravam os fornos de cerâmica situados no centro do vale da Baixa, mais precisamente no Mandarim Chinês, ocorrendo um cenário idêntico mais a sul, tal como revelaram as escavações arqueológicas realizadas no NARC. Também, nessa época, terá sido urbanizada a zona onde hoje se situa o Hotel de Santa Justa, como se verifica nos resultados das escavações arqueológicas aí efectuadas. Na actual Rua do Ouro, ou seja, já na margem ocidental do esteiro medieval, verificou-se a existência de uma área de despejo de detritos domésticos aos quais se atribuiu uma cronologia do século XI. No arrabalde oriental, foi erguida, na mesma época, a habitação encontrada na FRESS, sobre uma área onde anteriormente se encontravam apenas silos. Uma rápida consulta ao nosso Quadro 8, com informação sobre os sítios arqueológicos do arrabalde oriental em época de domínio islâmico, permite-nos perceber facilmente que a grande maioria dos sítios arqueológicos desse arrabalde abrange vestígios cuja cronologia se inicia no século XI, significando que esse arrabalde terá tido nesse período um aumento considerável da sua densidade urbana.

Todas estas evidências não devem ser ignoradas. Devemos ressaltar, no entanto, que é possível que a interpretação de todos estes vestígios como pertencentes

ao século XI pode, em alguns casos, não ser totalmente precisa, sendo possível que alguns sejam anteriores, dadas as dificuldades em os distinguir de vestígios dos séculos imediatamente precedentes. Ainda assim, mesmo tendo esta ressalva em consideração, a observação conjunta de todos estes dados arqueológicos indicia que algo importante ocorreu em meados do século XI. Toda esta vasta informação procedente de escavações arqueológicas permite que afirmemos que, neste período, a cidade sofreu alterações relevantes na sua forma urbana, tanto na Alcáçova, como na medina e também em ambos os arrabaldes. Além de alterações procedentes de reconstruções de edifícios, como pode ter sido o caso da Mesquita Maior, e também da construção de raiz de bairros residenciais, como ocorreu na Alcáçova e no local do Hotel de Santa Justa, a dimensão da cidade terá conhecido um aumento importante nesse período, e, do mesmo modo, terá ocorrido um incremento significativo da sua densidade urbana. Será importante que estudos futuros considerem esta realidade, e se observe a realidade política desse período com a atenção devida, para se perceber porque é que a cidade teve as referidas alterações na sua forma urbana e porque é que cresceu desta forma nesse momento. A verdade é que muito pouco se conhece sobre a realidade política da cidade neste período, sabendo-se apenas que o seu domínio político oscilava entre a taifa aftásida de Badajoz e a taifa abádida de Sevilha, sendo também possível uma posição autonómica, a qual não tem sido considerada como muito viável, mas que talvez, perante a realidade revelada pelos resultados das escavações arqueológicas, deva ser reanalisada. Na nossa opinião, apenas um poder forte e relevante, não necessariamente encabeçado por uma só pessoa ou dinastia, poderia conceber tantas alterações à forma urbana e conseguir um crescimento urbano tão relevante. Neste sentido, consideramos válida a ideia de António Borges Coelho, que apresentou a possibilidade de Lisboa se configurar, nesse período, como uma cidade-estado que mantinha a sua autonomia, através de um complexo jogo de equilíbrios entre os principais poderes da época: Sevilha, Badajoz, Afonso VI de Leão e Castela, o conde D. Henrique e os almorávidas.¹

Até ao final do domínio islâmico da cidade, ou seja, durante o período de domínio almorávida, a cidade continuou a crescer, tal como indicam os resultados da escavação realizada na Praça da Figueira, onde se encontrou um relevante núcleo habitacional pautado por um esquema urbano regular, com arruamentos paralelos, revelando-se um planeamento urbano que não deve ser ignorado. Nesse mesmo

1 Coelho 1994, 84.

período, as habitações da Alcáçova terão sido adaptadas ao gosto dos oficiais almorávidas que aí terão residido. É provável, dado o contexto de guerra, que durante o domínio almorávida tenham sido efectuadas reparações e remodelações nos sistemas defensivos da cidade, quer na Cerca Velha quer na Alcáçova, mas até ao momento os resultados das escavações arqueológicas ainda não permitiram perceber que estruturas foram realmente intervencionadas nesse período.

A alteração de poder político, que decorre da tomada da cidade por D. Afonso Henriques e os cruzados em 1147, veio trazer importantes transformações na forma urbana da cidade, que pudemos perceber tanto através de resultados arqueológicos como através da documentação medieval. Relativamente às consequências da conquista de Lisboa na forma urbana da cidade, importa considerar duas questões de extrema relevância. Em primeiro lugar, a cidade não caiu devido a um ataque fulminante e destruidor, pelo contrário, Lisboa entregou-se numa rendição negociada. Em segundo lugar, de acordo com o pacto firmado entre D. Afonso Henriques e os cruzados, após o respectivo saque, a cidade foi entregue ao rei. Por estes motivos é natural que, pelo menos, tanto a medina como a Alcáçova tivessem mantido o seu tecido urbano praticamente intacto quando o primeiro monarca português toma posse da cidade. Em sentido oposto, é provável que o edificado então existente nos arrabaldes tenha sofrido alguma destruição durante os longos meses de cerco. Após o final da acção militar, a movimentação na cidade, tanto de recém-chegados como de residentes que partiam definitivamente, ou mudavam de local, deve ter sido impressionante, pois, tal como descreve o cruzado, a população demorou cinco dias e quatro noites para abandonar a medina. O que sabemos então sobre quem partia e quem chegava à cidade da foz do Tejo e os locais onde se implantaram?

O monarca e o recém-eleito bispo da cidade instalaram-se, numa primeira fase, no edificado já existente. No caso do bispo, sabemos que, algum tempo após a conquista, ocorreu uma reestruturação considerável dos edifícios pré-existentes e que a construção do novo Paço do Bispo alterou a malha urbana do local onde este conjunto de edifícios se inseria. A população muçulmana ter-se-á dividido entre aqueles que partiram definitivamente, os que se alojaram temporariamente no termo e os que se instalaram nos vários arrabaldes da cidade. Relativamente ao arrabalde dos mouros, consideramos que este espaço não terá sido constituído como uma Mouraria imediatamente após a conquista, mas terá sido paulatinamente e progressivamente ocupado, até meados do século XIII, quando surge referido, pela primeira vez, na documentação. Os cruzados que decidiram permanecer na

cidade alojaram-se provavelmente no espaço intramuros, constituindo paróquias, que, tal como Luís de Matos propôs, poderão ter uma relação com os hagiónimos correspondentes: os teutões em S. Martinho, os ingleses em S. Jorge, e os homens oriundos do Norte do território ibérico em Santiago. A permanência de parte da comunidade moçárabe na cidade parece-nos um fenómeno inegável, mesmo que esta tenha sido culturalmente absorvida ao longo do século XIII. Possivelmente permaneceram em torno dos templos de S. Cristóvão, S. Mamede e S. Justa, onde talvez já existissem núcleos populacionais, em época de domínio muçulmano. Relativamente aos judeus, é muito provável que parte muito significativa da comunidade judaica tenha permanecido na cidade, possivelmente aglomerada em torno da Sinagoga Grande, mas também um pouco dispersa por toda a cidade, conservando a realidade urbana de época islâmica. Posteriormente, a comunidade judaica, tal como a muçulmana, confinou-se gradualmente ao espaço da judiaria, num reflexo ao aumento da segregação e intolerância face às minorias religiosas durante os séculos XIII e XIV.

Relativamente à funcionalidade das estruturas urbanas, algumas sofreram alterações e outras conservaram-se. No caso das estruturas militares e defensivas, a sua funcionalidade manteve-se, tal como aconteceu com algumas estruturas religiosas, pois a transformação de mesquitas em igrejas foi um processo comum neste contexto. Além disso, ocorreram alterações funcionais em determinados espaços. Por exemplo, o antigo *ramda* das elites muçulmanas, situado na Alcáçova, transformou-se no *viridarium* do bispo, ou seja, no seu jardim, provavelmente servindo uma função agrícola, fornecendo o consumo interno do paço episcopal. Algumas estruturas deixaram simplesmente de funcionar, tal como aconteceu na olaria encontrada por Jacinta Bugalhão no sítio do Mandarim Chinês, que aparentemente deixou de laborar em meados do século XII, talvez devido à conquista de 1147. As estruturas, de função indeterminada, encontradas por Lídia Fernandes e António Marques na Rua do Ouro, zona que teria estado na margem ocidental do Esteiro, também foram abandonadas em meados do século XII, provavelmente em consequência da alteração de poder. Relativamente aos núcleos habitacionais encontrados no Hotel de Santa Justa e na Praça da Figueira, também foram abandonados em meados do século XII, no caso da última de forma mais progressiva, mas no caso do primeiro, de forma, aparentemente, mais abrupta. Sobre o arrabalde oriental, os resultados conhecidos não nos informam sobre os momentos de abandono dos sítios arqueológicos, mas é plausível supor um cenário semelhante ao

que registámos no arrabalde ocidental, ou seja, que terá ocorrido uma importante regressão urbana em meados do século XII, decorrente da conquista de 1147.

Esta significativa regressão urbana resultou do abandono parcial da população muçulmana, moçárabe e judaica, que habitava os cerca de 45 hectares de área urbana que a cidade teria em 1147. A chegada de novos habitantes, vindos maioritariamente do norte do reino, terá ocorrido de forma progressiva, e como é natural, algumas partes dos arrabaldes destruídas pelo longo cerco, ficaram parcialmente ao abandono. Após 1147, o processo de recuperação de densidade urbana terá ocorrido de forma paulatina, sendo que após a conquista de Alcácer (1217) é provável que a cidade se tenha tornado mais atractiva para a população recém-chegada do norte do jovem reino português. A rápida e numerosa reconstituição paroquial de Lisboa poderia ser considerada sinal de uma rápida recuperação demográfica, pois, no início do século XIII, Lisboa já contava com uma estrutura paroquial constituída por 23 paróquias, que só seria aumentada no século XVI. Contudo, não nos parece que assim tenha sido. Tanto os resultados arqueológicos, como a análise documental, indicia que partes consideráveis da cidade se mantiveram abandonadas até meados do século XIII. Segundo os dados arqueológicos, a recuperação urbana das franjas do arrabalde ocidental só ocorre em inícios do século XIV (Rua do Ouro), ou até mesmo no final do século XV (Praça da Figueira). Segundo os dados documentais, as freguesias de Santa Justa e S. Lourenço não teriam, até 1325, uma densidade urbana elevada. As freguesias ribeirinhas (S. Maria Madalena e S. Julião) e, do mesmo modo, a freguesia de S. Nicolau, que abrangia parte significativa do núcleo económico da cidade, parecem ter sido as primeiras a recuperar densidade urbana, não sendo fortuito que fossem justamente essas freguesias que iriam participar mais activamente na importante reconfiguração que a cidade iria conhecer nos reinados de D. Dinis e D. Afonso III.

Importa também referir as implicações que a conquista da cidade causou na forma urbana da cidade. O lote maioritariamente quadrangular derivado do modelo habitacional da casa-pátio não foi adoptado pela nova população, sendo preterido pelo lote comprido e estreito, chamado “godo”, de acordo com a tipologia estabelecida por Luísa Trindade. Esta modificação na célula fundamental do urbanismo da cidade trouxe alterações importantes ao seu urbanismo, pois muitos dos adarves e acessos privados ou semiprivados, que eram anteriormente imprescindíveis, deixaram simplesmente de existir. Visto que estes não eram necessários no novo modelo habitacional, os acessos passaram a ser abertos directamente para os arruamentos, processo que simplificou o sistema viário. Esta alteração

terá sido progressiva e não realizada num momento preciso ou controlado por uma autoridade, pois a substituição dos modelos habitacionais terá decorrido do mesmo modo que a já referida recuperação urbana, de forma gradual, à medida que as antigas casas iam sendo reocupadas. É natural que este fenómeno tenha sucedido de forma mais rápida e intensa no espaço intramuros, pois, como vimos, terá sido aí que se terão instalado os primeiros novos ocupantes da cidade, facto que se coaduna com a realidade demonstrada pelo parcelário actual, pois são meramente residuais os vestígios de lotes que se afastam do modelo estreito e alongado imposto pelo “lote godo”. Outros espaços da cidade terão tido uma evolução diferente, destacando-se a zona ribeirinha do arrabalde oriental, Alfama, onde os lotes quadrangulares ainda marcam o parcelário actual, o que se poderá explicar pelo uso do modelo habitacional da casa-pátio por parte da população que o habitou, antes e depois, de 1147. Esta população poderá ter mantido esse modelo habitacional, sendo gradualmente substituído de uma forma mais lenta e menos intensa do que terá ocorrido no espaço intramuros, mantendo-se assim a actual Alfama como um caso particular na história do urbanismo português. A ocupação do arrabalde oriental por essa população, que já habitava a cidade antes de 1147 e que seria socialmente menos considerada pelos novos habitantes, também poderá explicar a escolha do arrabalde ocidental, tanto pelo rei, como pelo concelho, para palco privilegiado do grande desenvolvimento urbano e económico que irá ocorrer a partir de meados do século XIII.

Os reinados d’O *Bolonbês* e d’O *Lavrador* foram absolutamente estruturais para a configuração da forma urbana da cidade medieval, que, como se sabe, perdurou até ao terramoto de 1755. O desconhecimento da acção urbanizadora destes monarcas em Lisboa tem impedido a compreensão do papel da cidade medieval na sua forma urbana moderna. Acreditamos que o nosso trabalho venha inserir a acção destes dois monarcas na discussão sobre a evolução urbana da cidade. Geralmente, a historiografia afirma que D. Afonso III foi o primeiro monarca responsável pela escolha de Lisboa para cidade cabeça de reino. Contudo, a sua acção urbana sobre esta cidade não tem sido tema central para a historiografia lisiponense. O mesmo se poderia dizer do estudo da própria dinâmica da economia urbana da Lisboa medieval, que também não tem sido suficientemente considerado pela historiografia. Ainda assim, dois autores produziram investigação relevante sobre estes dois temas: António Pinto Ravara e Iria Gonçalves.² O seu trabalho demonstra cabalmente a

2 Ravara 1967; I. Gonçalves 1996a; 1996c.

importância da economia urbana da Lisboa medieval relativamente a todo o reino. Ravara foca-se na intervenção de D. Afonso III e D. Dinis no mercado imobiliário do reino, onde sobressai claramente o papel de Lisboa como principal interesse da Coroa. Iria Gonçalves, estudando um período posterior, compreendeu a relevância da acção destes monarcas, pois constatou que a Lisboa do século XV era já uma cidade adulta, onde os rendimentos sobre a propriedade urbana régia eram um aspecto de grande relevância para a economia do reino e da Coroa.

No nosso trabalho, realçamos que a reestruturação urbana realizada por D. Afonso III iniciou um processo de aproximação do centro económico em direcção à Ribeira, pois este situava-se anteriormente na via que saía da Porta do Ferro, e abrangia a Rua da Correaria até à Igreja de S. Nicolau, possivelmente herdeiro do *sug* fora de muros, de época de domínio muçulmano. D. Afonso III, através de um colossal processo de aquisição de propriedade urbana na área correspondente ao anterior centro económico da cidade, conjugado com a fixação de várias estruturas na Ribeira (doação do Açougue do Pescado ao Concelho, a construção de novas Fangas, Carniçarias e Ferrarias régias), deslocou o centro económico da cidade para a margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, local já então denominado Ribeira. A nossa proposta considera ainda que esta deslocação do centro económico foi acompanhada por um processo de urbanização, formalmente semelhante a outros que ocorreram no reino pelas mãos deste mesmo monarca (por ex.: Valença, Viana do Castelo), que alterou drasticamente a forma urbana do local onde se ergueram as novas Fangas, as novas Carniçarias e talvez a Alfândega Régia. Deste modo, é possível compreender como o investimento da Coroa em estruturas relacionadas com o comércio urbano, muito provavelmente executado através de um urbanismo planeado, está intimamente ligado aos interesses económicos da Coroa na cidade cabeça de reino. Note-se também que se inicia aqui a predominância da Ribeira como ponto fulcral do desenvolvimento económico de Lisboa.

D. Dinis irá continuar o processo iniciado pelo seu pai, ampliando ainda mais a relevância da Ribeira como novo centro económico da cidade, através de um muito hábil plano de urbanização que teve a construção da muralha como principal móbil, mas cujo alcance foi muito para além da simples construção de uma estrutura defensiva. A muralha da Ribeira, erguida através de um acordo em que o concelho disponibilizava o solo para a Coroa erguer a estrutura defensiva, foi construída, não só para uma funcionalidade defensiva, mas sobretudo para possibilitar a edificação de dois eixos fundamentais da vida económica e social da cidade: a Rua Nova e a

Rua da Ferraria. Estes dois eixos viários alteraram indelevelmente a forma urbana da Ribeira, ganhando terreno ao Tejo e implantando um considerável número de lotes, determinados por medidas-padrão, indicadores de um planeamento urbanístico onde foi aplicada a técnica do cordeamento, que aqui surge no território português pela primeira vez. A análise à forma urbana da fachada sul da Rua Nova e à Rua da Ferraria revelou que os lotes do parcelário setecentista, não o edificado, foram desenhados em finais do século XIII, observando-se a presença da “lei da persistência do plano” elaborada por Pierre Lavedan, em 1926. Apesar de o parcelário medieval ter sido totalmente erradicado pela remodelação urbanística que criou a Baixa pombalina, o *Tombo de 1755* permitiu a elaboração de uma reconstituição onde se observa que os lotes medievais se mantiveram até ao terramoto.

Além da urbanização da Ribeira, uma outra estrutura urbana de grande relevância para a forma da cidade surgiu durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis: as tercenas régias. Importa referir que as tercenas medievais eram estruturas erguidas para guardar e construir os navios e não meros armazéns como foram posteriormente. A estrutura, que aqui tentámos reconstituir, fechava o extremo ocidental do vale da Baixa, impondo uma regularidade arquitectónica que extravasava o próprio edifício, pois a construção da Judiaria Nova, contemporânea do processo de urbanização da fachada sul da Rua Nova e da construção da muralha da Ribeira, pode ser entendida como um prolongamento da forma urbana das tercenas régias. Foi também observado como as tercenas régias de Lisboa possuíam uma dimensão ibérica, ao nível de cidades marítimas como Sevilha ou Barcelona. Parece-nos importante realçar que foi sobre uma estrutura medieval, erguida para apoiar a construção naval que, no início do século XVI, D. Manuel ergueu o Paço da Ribeira, revelando que já muito antes deste monarca a cidade estava plenamente virada para o Tejo e conseqüentemente para o oceano onde este desagua.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas**1. AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa***Título da Capela de Maria Esteves*

Tomos – I e II

2. AML-AH – Arquivo Municipal de Lisboa**– Arquivo Histórico***Livro dos Pregos*, Docs. 18, 20, 21, 22, 23, 29, 33, 53, 287, 518*Livro de Aniversários da Colegiada de Sta. Cruz do Castelo**Livro I de Místicos de Reis**Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I***3. (ANTT) Arquivo Nacional da Torre do Tombo*****Chancelarias Régias******Chancelaria de Afonso II******Registo da Chancelaria de D. Afonso II******Chancelaria de Afonso III***

Livros 1, 3

Chancelaria de D. Dinis

Livros 1, 2, 3, 4

Chancelaria de Afonso IV

Livro 3

Chancelaria de D. João I

Livro 3

Chancelaria de D. Duarte

Livro 1

Chancelaria de Afonso V

Livro 28

Chancelaria de D. Manuel I

Livro 4

Casa Real*Bens dos Próprios*, livro 1***Gavetas***

Gaveta 1, maço 2, docs. 15, 18; maço 5, doc. 9

Gaveta 5, maço 1, doc. 14

Gaveta 8, maço 2, doc. 10

Gaveta 11, maço 1, docs. 5, 14, 17, 18, 23, 30; maço 2, docs. 19, 20, 21, 24, 31; maço 3, doc. 9; maço 4, docs. 29, 33; maço 5, doc. 11; maço 7, doc. 21; maço 9, docs. 14, 19; maço 10, doc. 8; maço 11, docs. 16, 17, 19, 24, 25, 27

Gaveta 12, maço 2, docs. 9, 16; maço 5, docs. 8, 24; maço 6, doc. 3; maço 8, doc. 15, maço 9, doc. 5; maço 12, docs. 3, 12, 26, 27

Gaveta 13, maço 3, doc. 14

Gaveta 16, maço 1, doc. 22

Gaveta 19, maço 14, doc. 7

Gaveta 21, maço 3, doc. 8

Dourados de Alcobaça

Livro 2

Núcleo Antigo

Códice 314

Mosteiro de S. Dinis de Odivelas

Livro 1

Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis

Maço 1, docs. 48, 57

Maço 2, docs. 72, 89, 104, 124, 126, 210, 237

Maço 3, docs. 323, 328, 339, 351

Ordem de Santiago e Convento de Palmela

Livro dos Copos

Mosteiro de São Vicente de Fora***Primeira Incorporação***

Maço 1, docs. 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43

Maço 2, docs. 5, 6, 7, 8, 9, 9A, 15, 19, 21, 22, 25, 26, 31, 41, 44, 45, 46, 48

Maço 3, docs. 5, 8, 9, 10, 14, 15, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 43, 45, 47, 48, 52, 54

Maço 4, docs. 1A, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 24,

28, 29, 33, 34, 37, 40, 42, 45
 Maço 5, docs. 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 24, 26, 26, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39
 Maço 6, docs. 3, 5, 7, 9, 11, 13, 16, 20, 21, 22, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 41
 Maço 7, docs. 2, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 19, 22, 24, 25, 27, 30, 34, 35, 39
 Maço 8, doc. 5, 17, 19, 28, 31, 32
 Maço 9, doc. 8, 12, 35
 Maço 11, docs. 7, 33, 39
 Maço 12, doc. 7, 9, 18, 26
 Maço 14, doc. 17, 32, 40
 Maço 15, doc. 14

Segunda Incorporação

Caixa 2, doc. 9
 Caixa 4, doc. 131
 Caixa 6, doc. 10
 Caixa 16, doc. 72
 Caixa 19, doc. 52
 Caixa 31, Pasta 3, docs. 2, 5, 16, 18, 21

Mosteiro de Chelas

Maço 1, doc. 14
 Maço 2, doc. 34, 40
 Maço 3, docs. 49, 51, 55, 56, 57, 58, 60
 Maço 4, docs. 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75
 Maço 5, docs. 88, 89, 95, 96, 97, 99
 Maço 6, docs. 101, 105, 103, 113, 114, 116, 117, 118
 Maço 7, docs. 121, 122, 123, 125, 126, 130, 132, 135, 136, 137, 139
 Maço 8, docs. 141, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160
 Maço 9, docs. 161, 163, 166, 168, 170, 175, 176, 177, 178, 179
 Maço 10, docs. 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 192, 197
 Maço 11, docs. 202, 204, 205, 208, 211, 213, 215
 Maço 12, docs. 222, 223, 225, 226
 Maço 13, docs. 244, 248, 249, 258
 Maço 14, docs. 267, 280

Maço 15, docs. 281, 284, 285, 286, 288, 292
 Maço 17, docs. 335, 338, 340
 Maço 19, doc. 378
 Maço 20, docs. 382, 384, 387, 388, 395, 399, 400
 Maço 22, doc. 435
 Maço 23, docs. 446, 447, 450, 459
 Maço 24, docs. 463, 474, 480
 Maço 25, docs. 484, 490, 495, 499
 Maço 27, doc. 536
 Maço 28, docs. 541, 548, 555
 Maço 33, doc. 655
 Maço 34, doc. 661
 Maço 36, doc. 720
 Maço 41, doc. 815
 Maço 51, doc. 1015
 Maço 56, docs. 1102, 1106
 Maço 57, docs. 1125, 1133, 1140
 Maço 61, docs. 1202, 1212
 Maço 62, docs. 1231, 1235, 1237
 Maço 64, doc. 1278

Mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa

Documentos diversos. Docs. 37, 56, 74, 76, 178, 192, 223, 231, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 260, 276, 277, 282, 289, 298, 299, 300, 303, 308, 316, 317, 319, 320, 323, 325, 338, 341, 342, 372, 373, 374, 457, 465, 470, 520, 525, 528, 529, 541, 542, 548, 549, 554, 555, 571, 750, 788, 848, 906B, 1605

Caderno de Diversos Emprazamentos e Aforamentos de Propriedades pertencentes ao Mosteiro de Santos-o-Novo. Caderno 2

Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa

Livro 8

Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa

Docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 19, 20, 25, 31, 35, 42, 45, 48, 49

Colegiada de Santo Estêvão

Maço 12, doc. 230
 Maço 13, doc. 246
 Maço 14, docs. 270, 277

Maço 15, docs. 281, 295, 300
 Maço 16, docs. 317, 320
 Maço 18, doc. 357
 Maço 19, docs. 370, 372, 375, 378, 384

Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa

Maço 1, docs. 22, 24
 Maço 2, docs. 55, 56, 60, 67, 73, 74, 75
 Maço 3, docs. 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111
 Maço 4, docs. 148, 150, 153
 Maço 5, docs. 171, 193
 Maço 6, docs. 214, 228
 Maço 7, docs. 242, 269
 Maço 8, docs. 283, 284, 293, 313, 314, 319
 Maço 9, docs. 352, 367

Colegiada de São Lourenço de Lisboa

Maço 2, doc. 35

Colegiada de São Tiago e São Martinho de Lisboa

Maço 1, doc. 8

Colegiada de São Pedro de Alfama

Maço 1, doc. 19

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Documentos Régios, 1.^a Incorporação, Maço 3, doc. 11

Documentos Particulares, 2.^a Incorporação, Maço 1, docs. 3, 7, 28; Maço 3, doc. 87; Maço 4, docs. 118, 435, 467; Maço 6, doc. 160; Maço 15, docs. 335, 340; Maço 19, doc. 434; Maço 20, doc. 465; Maço 32, doc. 808; Maço 35, doc. 834, 835; Maço 48 doc. 1300; Maço 59, doc. 6

Mosteiro de S. Dinis de Odivelas

Livros 1, 26

Mosteiro de Santa Clara de Santarém

Maço 12, doc. 866

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Maço 11, doc. 36

Leitura Nova

Livro 1 da Estremadura

Livro 12 da Estremadura

Livro 2 dos Direitos Reais

4. BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Fundo Geral

Códice 139

Códice Alcobacense 114

Códice 8952

Códice 10623: *Indiculum fundationes monasterii Beati sancti Vicentii ulixbone*

Reservados

Títulos e Escrituras dos prazos Foreiros da Irmandade dos Clérigos Ricos da Charidade

5. GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

Tombo de Lisboa (Ms LV -11)

Cópia do Tombo da cidade de Lisboa em 1755, que está no ANTT, feita sobre uma cópia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas, que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894.

Fontes impressas

- A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de Um Cruzado*. [1147-99?] 2001. Trans. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega.
- Abd Allah Ibn Buluggin. [1090] 2005. *El siglo XI en 1.ª persona: las "Memorias de Abd Allah último rey Zirí de Granada destronado por los Almorávides (1090)*, trans. Lévi-Provençal et Emilio García Gomez. Madrid: Alianza Editorial.
- ‘Abd Al-Wahid al-Marrakushi. [1224] 1898. *Kitab al-Mu’yb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, [Histoire des Almohades]. Trans. E. Fagnan. Alger: Adophe Jourdan.
- Acabado, Maria Teresa. [1162-1229] 1967. *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. Cartulário do séc. XIII*. Coimbra: edição do autor.
- Al-Himiari. [1200-99?] 1963. *Kitab ar-Rawd al-Mi‘tar fi Habar al-Akbtar*. Trans. M.ª Pilar Maestro González. Valencia: Anubar.
- Bernardino, Sandra. 2003. *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro Dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. 1954. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*. 2007. Ed. Leontina Ventura et António Resende de Oliveira. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Chancelaria de D. João I*. 2005. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. 1990-1992. Org. António de Oliveira Marques. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. 1984. Org. António de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Chartularium Universitatis Portugalensis*. 1961-2006. Ed. Artur Moreira de Sá. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Coelho, António Borges. 2008. *Portugal na Espanha Árabe*. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147: Carta de Um Cruzado Inglês que Participou nos Acontecimentos*. 2004. Trans. José Felicidade Alves. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Conquista de Lisboa aos Mouros: 1147*. 1936. Trans. José Augusto de Oliveira, pref. Augusto Vieira da Silva. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Corpus codicum latinorum et portugalsium eorum qui in archivo municipali portugalensi*. 1891-1978. 6 vols. Porto: Typis Officinae Graphicae Portucalensis.
- Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I*. 1986. Ed. Nuno José Pizarro Pinto Dias et A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. 2009. Vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- De expugnatione Lyxbonensi*. 2001. Trans. Charles Wendell David. New York: Columbia University Press.
- Descobrimentos Portugueses. Documentos para a Sua História*. 1944-1971. Ed. João Martins da Silva Marques. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Diker bilad al-Andalus. Una Descripción Anónima de al-Andalus*. [1350-1399?] 1983. Trans. Luis Molina. vol. 2. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- “Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa: 1.ª série: séculos XIII a XV”. 1932. *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais* 6:12-40.

- Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*. 1915. Ed. Pedro de Azevedo. vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Documentos de Sancho I*. 1979. Ed. Rui de Azevedo et Padre Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. 1940. Org. Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*. 1958-1962. Org. Rui de Azevedo. 3 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I*. 1947. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Dozy, Reinhardt. 1846. *Scriptorium Arabum Loci de Abbadidis*. Lugduni Batavorum: S. J. Luchtmans.
- España Sagrada*. Vol. XIV, *Cronicon Sampiro*. 1786. Madrid: Oficina de Pedro Marin.
- España Sagrada*. Vol. XX, *Historia Compostelana*. 1765. Madrid: Oficina de Pedro Marin.
- Figueiredo, José Anastácio de. 1800. *Nova História da Militar Ordem de Malta*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Esperança, Frei Manuel da. 1656. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, 2 tomos, Lisboa, Officina Craesbeeckiana.
- Galvão, Duarte. [1505] 1726. *Crónica de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Officina Ferreyriana.
- História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*. 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Ibn 'Abdun. 1948. *Sevilla a comienzos del siglo XII, el tratado de Ibn 'Abdun*. Trans. E. Levi-Provençal et Emilio García Gómez. Madrid: Moneda y Crédito
- . 2001. *Risala fi al-Qada wa al-Hisba. Séville Musulmane au Début du XIIe siècle: Le traité d'Ibn 'Abdun sur la Vie Urbaine et les Corps de Métiers*. Trans. E. Levi-Provençal. Paris: Maisonneuve & Larose .
- Ibn Idari Al-Marrakushi. [1312?] 1963. *Al-Bayan al-Mugrib. Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*. Trans. Ambrosio Huici Miranda, Valencia, Textos Medievales, 1963.
- . [1312?] 1904. *Al-Bayano' l-Mogrib*. Trans. E. Fagnan. Vol. 2. Alger: Imprimerie Orientale Pierre Fontana.
- . [1312?] 1993. *Al-Bayan al-Mugrib*. III parte, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas*. Trans. Felipe Maíllo Salgado. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*. 1940. Ed. J. M. Cordeiro de Sousa. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Inventário da Biblioteca de D. Manuel II: Manuscritos, Século XII a 1917*. 1982. Ed. Gualdino Borrões. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. Tomo 3: Partida Quarta, Quinta, Sexta y Septima*. 2008. Vol. 3. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. URL:<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc0k2b9>
- Lei de Almotaçaria 26 de Dezembro de 1253*. 1988. Trans. Aristides Pinheiro et Abílio Rita. 3.^a ed. Lisboa: Banco Pinto e Sotto Mayor.
- Levi-Provençal, E. 1931. *Inscriptions Arabes d'Espagne*. Londres-Paris: Brill/E. Larose.
- Livro das Lezírias d'el Rei D. Dinis*. 2003. Ed. Bernardo Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Livro das Posturas Antigas*. 1974. Ed. Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do Século XIII.* 2003. Ed. Pedro de Azevedo. Intro. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel.
- Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra.* 1999. Dir. Manuel Augusto Rodrigues et Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra.* [1400-1499] 1940. Ed. António Gomes Rocha Madaíl. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando.* [1436-1443] 1975. Ed. Giuliano MACCHI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Monumenta Henricina.* 1960. Vol. 1. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. [1554?]. *Sumario em que Breuemente se Contem Algumas Cousas assi Ecclesiasticas como Seculares que Ha na Cidade de Lisboa.* Lisboa.
- Ordenações Afonsinas.* 1984. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linbagens do Conde D. Pedro.* [1344?] 1980. Vol. 2(2). Ed. José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências.
- Posturas do Concelho de Lisboa.* 1974. Ed. Francisco José Velozo et José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Relaçã da Solene Procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 Fez a Irmandade do S.S. Sacramento da Freguesia de S. Julião, etc.* 1731. Lisboa: Joaquim Roberto da Sylva.
- Rey de Portugall e do Algarve, Senbor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-1433).* 2010. Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Rol das Propriedades, Bens e Igrejas da Coroa e das Instituições Religiosas em Lisboa e no seu termo.* [1220?]. Arquivo PDF. IEM – Instituto de Estudos Medievais. URL https://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rol-propriedades.PDF
- Santa Catarina, Frei Lucas. 1734. *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, tomo I. Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva.
- Santa Maria, Frei Agostinho de. 1711. *Santuário Mariano.* Vol. 7.
- Santa Maria, Nicolau de. 1668. *Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriacha S. Agostinho*, 2.^a Parte. 2 vols. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa.
- Sousa, Frei Luís de. 1767. *Terceira Parte da História de S. Domingos.* Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- . 1866. *Primeira Parte da História de S. Domingos.* Vol. 1. 3.^a ed. Lisboa: Typographia do Panorama.
- The Heimskringla; or Chronicle of the Kings of Norway.* [1230?] 1844. Ed. Snorri Sturluson. Trans. Samuel Laing, vol. 3. London: Longman Brown Green and Longmans.

Estudos

- Abel, Marília. 2002. “Memórias de Pedra: Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa.” *Olisipo* 17:207-208.
- Abu-Lughod, Janet. 1987. “The Islamic City: Historic Myth, Islamic Essence, and Contemporary Relevance.” *International Journal of Middle East Studies* 19:155-176.
- Ación Almansa, Manuel. 2001. “La formación del tejido urbano en Al-Andalus.” In *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, 11-32. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- Actas das Sessões do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha.* 1997. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- Ahmad, S. Maqbul. 1992. "Cartography of Al-Sharif al-Idrisi." In *The History of Cartography. Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies*, ed. J. B. Harley et David Woodward. Vol II (1), 156-172. Chicago: The University of Chicago Press. URL: https://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V2_B1/Volume2_Book1.html.
- Aillet, Cyrille. 2010. *Les mozarabes: christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IXe-XIIIe siècle)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Alarcão, Jorge. 1987. *História da Arte em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa.
- . 1994. "Lisboa Romana e Visigótica." In *Lisboa Subterrânea*, 58-63. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- . 2008. *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alba Calzado, Miguel, et Pero Mateos Cruz. 2008. "El Paisaje Urbano de Emerita en Época Visigoda." *Zona Arqueológica* 9:261-273.
- Alba Calzado, Miguel, Santiago Feijoo Martínez, et Bruno Franco Moreno. 2009. "Mérida islámica (s. VIII-IX): el proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina." *Xelb* 9:191-228.
- Almeida, Carlos Ferreira de. 1986. *História da Arte em Portugal*. Vol. 2, *Arte da Alta Idade Média*. Lisboa: Alfa.
- . 2001. *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, Carlos Ferreira de, et Mário Jorge Barroca. 2002. *História da Arte em Portugal: O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, Fortunato de. 1967. *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora.
- Almeida, Isabel Moitinho de. 2004. "Caracterização Geológica do Esteiro da Baixa." *Monumentos* 21:152-157.
- Almeida, Justino Mendes de. 1992. *De Olisipo a Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos. Alonso Romo, Eduardo Javier. 2018. "Trinitarios entre Portugal y España: textos y contextos" *Trinitarium: revista de historia y espiritualidad trinitaria* 25: 87-117.
- Alves, Adalberto. 2007. *Em busca da Lisboa Árabe*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- Amaral, Luís Carlos, et Luís Miguel Duarte. 1985. "Os Homens que Pagaram a Rua Nova: Fiscalização, Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista." Separata da *Revista de História* 6.
- Amaro, Clementino. 1982. "Casa dos Bicos. Notícia Histórico-Arqueológica." *Arqueologia* 6:96-111.
- . 1992. "Arqueologia Urbana de Lisboa: Sua Evolução." *Al-Madan* 1 (2):19-22.
- . 1994a. "A Arqueologia Urbana em Lisboa – Balanço e Reflexão." In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 219-221. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- . 1994b. "Casa dos Bicos: Sítio com Dois Milénios de História." In *Lisboa Subterrânea*, 110-111. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- . 1995a. *Núcleo Arqueológico Rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- . 1995b. "Urbanismo Tardoromano no Claustro da Sé de Lisboa." In *Actas da 4.ª Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 337-342. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- . 1998. "Arqueologia Islâmica em Lisboa: Um Percurso Possível." In *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, coord. Santiago Macias et Cláudio Torres, 61-71. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- . 2000. "Palácio da Rosa – Igreja de São Lourenço (Mouraria – Lisboa): Relatório dos Trabalhos Arqueológicos." Processo 13790. Lisboa.
- . 2001. "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – Três Contextos com Cerâmica Islâmica." In *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, ed. Manuel Lacerda, 165-197. Lisboa: IPPAR/Junta da Extremadura.

- . 2002a. “As Pontes de Lisboa num Percurso Milenar.” *Pedra & Cal* 14:7-11.
- . 2002b. *De Olisipo a Lisboa: A Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Amaro, Clementino, Jacinta Bugalhão, et Maria Ramalho. 1994. “A Baixa Pré-Pombalina. Alguns Aspectos Urbanísticos.” In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 227-237. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- Amaro, Clementino, et José Luís de Matos. 1996. “Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa – Notícia preliminar.” In *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*, coord. Graça Filipes et Jorge Manuel C. Raposo, 215-224. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Amores Carredano, Fernando, et Cruz Quirós Esteban. 1999. “Las Atarazanas: el Tiempo y los Usos.” In *Recuperando las Atarazanas: un monumento para la cultura*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- Andrade, Amélia Aguiar. 1998. “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação.” In *Universo Urbanístico Português: 1415-1822*, ed. Hélder Carita et Renata Araújo, 11-38. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- . 2000. “De Contrasta a Valença: A Formação de Uma Vila Medieval.” *Monumentos* 12:9-13.
- . 2006. “O Desaparecimento Espacial das Judiarias nos Núcleos Urbanos Portugueses de finais da Idade Média: O Caso de Lisboa.” In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 1, 143-163. Porto: Faculdade de Letras.
- . 2007. “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa.” In *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el occidente europeo (siglos XIXV)*. *Actas da XXXIII Semana de Estudios Medievales*, 347-376. Pamplona: Gobierno de Navarra/Institución Príncipe de Viana.
- Andrade, Amélia Aguiar, et Adelaide Millán Costa. 2011. “Medieval Portuguese Towns: The Difficult Affirmation of a Historiographical Topic.” In *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, ed. Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos Sousa, et Maria João Branco, 283-301. Lisboa: IEM.
- Andrade, Amélia Aguiar, et Walter Rossa. 1998. “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones.” In *La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad*, 99-109. Madrid: Ayuntamiento de Madrid.
- Andrade, Ferreira de. 1944-1945. *A Freguesia de S. Cristóvão: Subsídios para a História das Suas Ruas, Palácios e Igreja Paroquial*. Vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1948-1949. *A Freguesia de Santiago: Subsídios para a História das Suas Ruas, Edifícios e Igreja Paroquial*. Vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1949. *Palácios Reais de Lisboa: Os Dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcáçova*. Lisboa: Editorial Império.
- . 1954. *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1959. “A Igreja de S. Domingos: Fastos Gloriosos e Fatais da Sua História.” *Olisipo* 88:172-225.
- Andrade, Maria Filomena. 1996. *O Mosteiro de Chelas. Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia Histórica.
- . 2007. “Opções Religiosas das Elites Lisboaetas: O Convento de Chelas no século XV.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 221-231. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2012. *Rainha Santa, Mãe Exemplar. Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Araújo, Ana Cristina, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Walter Rossa, et José Vicente Serrão, ed. 2007. *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Araújo, Norberto de. 1939-1940. *Peregrinações em Lisboa*. Vol. 15. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

- Araújo, Norberto de. 1959. "Castelo de S. Jorge." Separata do *Inventário de Lisboa* 1.
- Arco y Garay, Ricardo del. 1951. "La Mezquita Mayor y la Catedral de Huesca." *Argensola: revista de ciencias sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses* 5:35-42.
- Añzaga Bolumburu, Beatriz. 1993. "El paisaje urbano en la Europa medieval." In *III Semana de Estudios Medievales de Nájera*, coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, 11-26. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- . 2002. *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- Arruda, Ana Margarida. 1994. "A Península de Lisboa entre o Norte Atlântico e o Oriente Mediterrânico nos Inícios do I Milénio a.C." In *Lisboa Subterrânea*, 52-57. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- Arruda, Ana Margarida, et Catarina Viegas. 2002. "A Alcáçova." In *De Scallabis a Santarém: Catálogo da Exposição*, 73-81. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque 1856-1858*. 2000. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Azevedo, Luís Marinho de. 1652. *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades, Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Azevedo, Pedro de. 1899. "Do Areiro à Mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)." *O Archeologo Português* 5 (212-224):257-279.
- Azevedo, Ruy de. 1937. "Período de Formação Territorial." In *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, ed. António Baião, Manuel Múrias, et Hernâni Cidade. Vol. 1, 7-64. Lisboa: Ática.
- . 1957. "A Carta ou Memória do Cruzado Inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a Conquista de Lisboa em 1147." *Revista Portuguesa de História* 7:343-370.
- Bango Torviso, Isidro. 1991. "El Arte Mozárabe." *Historia* 16.
- Barbosa, Inácio de Vilhena. 1863. "Paços dos Arcebispos de Lisboa." *Arquivo Pitoresco* 6 (8).
- Barbosa, Pedro Gomes. 1995a. "A Toponímia e a Cidade Medieval." In *Lisboa, o Tejo, a Terra e o Mar (e Outros Estudos)*, 23-29. Lisboa.
- . 1995b. *O Tejo, A Terra e O Mar (e Outros Estudos)*. Lisboa: Edições Colibri.
- . 1997. "Uma Metodologia para o Estudo da Toponímia Medieval." In *II Jornadas de Toponímia de Lisboa*, coord. António Trindade et Teresa Pereira, 173-178. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 2004. *Conquista de Lisboa 1147: A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História.
- . 2007. "Mouros e Cristãos no Relato da Conquista de Lisboa." In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 84-92. Lisboa: Livros Horizonte.
- Barceló, Carmen. 2015. "Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)." *Conimbriga* 52:165-194. Doi:10.14195/1647-8657_52_6.
- Barroca, Mário. 1992. "Medidas-padrão Medievais Portuguesas." *Revista da Faculdade de Letras* 9:53-85.
- . 1995. "Epigrafia Medieval Portuguesa." Vol. 2, tomo 2. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- . 1998. "D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa." *Revista da Faculdade de Letras*, II série, XV (1):801-822.
- . 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2003. "Da Reconquista a D. Dinis." In *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata et Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1, coord. José Mattoso. 22-161. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Barros, Henrique Gama. 1946. *História da Administração Pública em Portugal: Séculos XII a XV*. 2.^a ed. Lisboa: Sá da Costa.

- Barros, Maria Filomena Lopes de. 1990. "As Comunas Muçulmanas em Portugal: Subsídios para o Seu Estudo." *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 7:87-98.
- . 1994. "Mouraria (Sécs. XII a XV)." In *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Eduardo Sucena et Francisco Santana, 590-591. Lisboa: Carlos Quintas e Associados.
- . 1997. "O Discurso da Infracção na Comuna Muçulmana de Lisboa." *Olisipo* 5:27-34.
- . 1998. *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*. Lisboa: Hugin.
- . 1999. "A Rua de Benfica da Mouraria (actual Rua do Benfornoso) – sécs. XIV-XVI." *Olisipo* 8:28-38.
- . 2001a. "A Comuna Muçulmana da Lisboa. Paradigma Institucional." *Arqueologia Medieval* 7:243-247.
- . 2001b. "A Mouraria Medieval de Lisboa." *Patrimonia* 6:22-26.
- . 2002. "Exploração Agrícola Muçulmana no termo de Lisboa." *Olisipo* 17:39-45.
- . 2007. "Os Lápáros: Uma Família Muçulmana da Elite Comunal Olisiponense." In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 322-334. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2014. "Mourarias e Cidade: Discursos e Espaços." In *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM/IEM.
- . 2015. "Conviver na Cidade: Muçulmanos na Mouraria de Lisboa nos Séculos XV e XVI." In *Formes de Convivência a la Baixa Edat Mitjana*, coord. Flocel Sabaté, 127-142. Lleida: Pagès editors.
- Batalha, Luísa, Nuno Neto, Pedro Peça, Sara Brito, et Guilherme Cardoso. 2017. "Os Silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)." In *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*, coord. José Morais Arnaud et Andrea Martins, 1751-1766. Lisboa: Associação dos Arqueólogos portugueses.
- Bazzana, André. 1982. "Approche d'une typologie des édifices castraux de l'ancien Sharq al-Andalus." In *Château Gaillard – Etudes de castellologie médiévale (9-10)*, 301-328. Caen: Centre de Recherches Archeologiques Médiévales.
- . 1992. *Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*. Madrid: Casa de Velazquez.
- Beirante, Maria Ângela. 2008a. "Espaços de Sociabilidade nas Cidades Medievais Portuguesas." In *O Ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna*, 53-63. Lisboa: Edições Colibri.
- . 2008b. "Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora." In *O Ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna*, 177-191. Lisboa: Edições Colibri.
- Bem, Thomaz Caetano de. [s. d.] "Notícia das Thermas ou Banhos Cassianos e Outros Monumentos Romanos modernamente Descobertos na Cidade de Lisboa." Manuscrito. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Benevolo, Leonardo. 1995. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Berardi, Roberto. 2008. "The Spatial Organization of Tunis Medina and Other Arab-Muslim Cities in North Africa and the Near East." In *The City in the Islamic World*, ed. Salma K. Jayyusi. Vol. 1, 269-293. Leiden/ Boston: Brill.
- Betrán Abadía, Ramon. 1992. *La forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*. Zaragoza: Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón.
- . 1996. "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media." In *Tecnología y sociedad: las grandes obras públicas en la Europa medieval, XXII Semana de Estudios Medievales*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- . 2005. "Continuidad, proyecto y evolución urbana en saraqusta (714-1118)." In *Zaragoza, espacio histórico*, 35-73. Saragoça: Centro de Historia de Zaragoza.
- Bianquis, Thierry. 1997. "A Família no Islão Árabe." In *História da Família. Tempos Medievais. Ocidente, Oriente*. Vol. II. Lisboa: Terramar.

- . 2006. “Urbanism.” In *Medieval Islamic Civilization: An Encyclopedia*, ed. Josef W. Meri. Vol. 2, 849-851. New York: Routledge.
- Boaventura, Inês. 2016. “Que histórias têm para contar os 70 cadáveres encontrados junto à Sé de Lisboa?” *Público*, 31 de outubro de 2016. URL: <https://www.publico.pt/2016/10/31/local/noticia/que-historias-tem-para-contar-os-70-cadaveres-encontrados-junto-a-se-de-lisboa-1749229>.
- Bofarull i Sans, Francesc de. 1898. *Antigua Marina Catalana*. Barcelona: Hijos de Jaime Jepús.
- Boisselier, Stéphane. 2005. “Organisation sociale et altérité culturelle dans l’hagyonimie médiévale du midi portugais.” *Lusitania Sacra*, II, XVII:255-298.
- Bosch Vilá, Jacinto. 1956. *Los Almoravides*. Tétouan: Instituto General Franco de Estudios de Investigación Árabe.
- Boric, Alan, Pierre Micheloni, et Pierre Pinon. 1978. *Forme et deformation des objets architecturaux et urbains*. Paris: Édition Parenthèses.
- Branco, Fernando Castelo. 1959. “O Feito de Martim Moniz.” *Revista Municipal*, 84:5-18.
- . 1979. *Breve História da Olisipografia*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Branco, Maria João. 1991. *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- . 1998. “Reis, Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa durante o Primeiro Século da Sua Restauração.” *Lusitania Sacra* 10:55-94.
- . 1999. “Poder Real e Eclesiásticos: A Evolução do Conceito de Soberania Régia e a Sua Relação com a Praxis Política de Sancho I e Afonso II.” Tese de doutoramento, Universidade Aberta. URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1722>.
- . 2001. “A Conquista de Lisboa Revisitada.” *Arqueologia Medieval* 7:17-34.
- . 2006a. *Sancho I: O Filho do Fundador*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- . 2006b. “A Inquirição de Lisboa e Seu Termo, de 1220: Contextos e Datações.” In *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*.
- Brandão, Frei Francisco. 1672. *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa.
- Branquinho, Isabel. 2005. “Estratégias de Composição do Património do Mosteiro de S. Vicente de Fora – Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205).” In *A Nova Lisboa Medieval: Actas do I Encontro*, 75-88. Lisboa: Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais/Colibri.
- . 2007. “As Sorores de São Vicente de Fora: Uma Primeira Abordagem.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 239-258. Lisboa: Livros Horizonte.
- Brée, M. M. de. 1964. *A Igreja e Convento de São Domingos de Lisboa*. Lisboa: [s. n.].
- Brito, José Joaquim Gomes de. 1935. *Notas para a História das Vias Públicas Lisbonenses*. 3 vols. Lisboa: Sá da Costa.
- Brito, Mário Xavier de. 1952. “Lisboa de Outros Tempos, Lisboa de Hoje: Arruamentos.” *Revista Municipal* 55:9-28.
- Brochado, Costa. 1952. *A Conquista de Lisboa aos Mouros*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Bruzelius, Caroline. 2014. “Friars in the Medieval City: Preaching, Bulding and Burying.” *Cescontexto* 6:11-12.
- Bugalhão, Jacinta. 2001. *A Indústria Romana de Transformação e Conserva de Peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Trabalhos de Arqueologia 15. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- . 2003. “Mandarim Chinês, Lisboa – Contextos Romanos.” In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora 10 a 12 de Novembro de 2000*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.
- . 2008. “Lisboa e a Sua Arqueologia: Uma Realidade em Mudança.” *Era Arqueologia* 8:217-230.
- . 2009. “Lisboa Islâmica: Uma Realidade em Construção.” *Xelb. Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: Sínteses e Perspectivas de Estudo, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008. Homenagem a José Luís de Matos* 9:377-395.

- Bugalhão, Jacinta, Ana Margarida Arruda, Elisa de Sousa, et Cidália Duarte. 2013. “Uma Necrópole na Praia: O Cemitério Romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa).” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16:243-275.
- Bugalhão, Jacinta, Helena Catarino, Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro, Isabel Cristina Fernandes, Ana Gomes, Susana Gómez-Martínez et al. 2010. “CIGA: Projecto de Sistematização para a Cerâmica do Gharb Al-Andalus.” *Xelb. Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves (22, 23 e 24 Outubro 2009)*, edição especial, *Xelb* 10. URL: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6580>.
- Bugalhão, Jacinta, et Deolinda Folgado. 2001. “O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e Produção Oleira.” *Arqueologia Medieval* 7:111-146.
- Bugalhão, Jacinta, Ana Sofia Gomes et Maria João Sousa. 2005. “Vestígios de Produção Oleira no Mandarim Chinês, Lisboa.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7 (1):237-262.
- Bugalhão, Jacinta, Ana Sofia Gomes, et Maria João Sousa. 2007. “Consumo e Utilização de Recipientes Cerâmicos no Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros e Mandarim Chinês).” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10-1:317-344.
- Bugalhão, Jacinta, Sofia Gomes, et Maria João Sousa. 2003. “Vestígios de Produção Oleira Islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa.” *Arqueologia Medieval* 8:129-291.
- Bugalhão, Jacinta, Sofia Gomes, Maria João Sousa, Deolinda Folgado, Antonia González Tinturé, Marta Moreno García, Maria Isabel Dias, et Maria Isabel Prudêncio. 2008. “Produção e Consumo de Cerâmica Islâmica em Lisboa: Conclusões de Um Projecto de Investigação.” *Arqueologia Medieval* 10:113-134.
- Bugalhão, Jacinta, et Susana Gomez Martínez. 2005. “Lisboa, Uma Cidade do Mediterrâneo Islâmico.” In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca et Isabel Cristina F. Fernandes, 237-262. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Bugalhão, Jacinta, et Paula Queiroz. 2006. “Testemunhos do Consumo de Frutos no Período Islâmico em Lisboa.” In *Al-Ándalus Espaço de Mudança – Balanço de 25 Anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, coord. Susana Gómez Martínez, 195-212. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Bugalhão, Jacinta, et André Teixeira. 2015. “Os Canos da Baixa de Lisboa no Século XVI: Leitura Arqueológica.” *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, 4:89-122.
- Burckhardt, Titus. 1999. *Fez, ciudad del Islam*. Barcelona: José J. de Olaneta.
- Burns, Robert. 1967. *The Crusader Kingdom of Valencia: Reconstruction on a Thirteenth-Century Frontier*. Harvard University Press. URL: <https://libro.uca.edu/ck/crusader.htm>.
- Caeiro, Francisco da Gama. 1995. *Santo António de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Caessa, Ana, António Marques, et Nuno Mota. 2015a. “Casa da Severa, Memórias Arqueológicas de Um Espaço (Largo da Severa n.º 2, Lisboa, Mouraria).” Comunicação apresentada no I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação, Lisboa, November 26.
- Caessa, Ana, Cristina Nozes, et Nuno Mota. 2015b. “Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua da Conceição, 75-77.” Processo 2007/1(790). CAL.
- Caessa, Ana, António Marques, et Nuno Mota. 2017. “Casa da Severa, Memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa n.º 2, Mouraria, Lisboa)” In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*, 387-412. Lisboa: CAL/Câmara Municipal de Lisboa.
- Caetano, Carlos. 2004. *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa: Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Pandora.
- Caetano, Carlos, Rodrigo Banha da Silva, et José Bettencourt. 2015. “O Comércio e a Vida Marítima de Lisboa nos Séculos XV e XVI.” In *Lisboa 1415 Centa. Historia de dos ciudades/História de Duas Cidades*, coord. André Teixeira, Fernando Villada Paredes, et Rodrigo Banha da Silva, 149-155. Lisboa/Ceuta: Câmara Municipal de Lisboa/Ciudad Autonoma de Ceuta.

- Caetano, Marcelo. 1990. *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Calado, Marco. 2008. *Olisipo Pré-Romana: Um Ponto da Situação*. Lisboa: Apenas Livros.
- Calado, Marco, et Vasco Leitão. 2005. “A Ocupação Islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa).” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (2):459-470.
- Calado, Margarida. 2000. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes.
- Calero Secall, María Isabel. 2011. “Málaga: un escenario urbano andalusí.” In *Actas del primer congreso internacional “Escenarios urbanos de Al-Ándalus y el occidente musulmán”*, ed. Virgilio Martínez Enamorado, 223-235. Málaga: Iniciativa Urbana “De toda La Villa”.
- Calvo Capilla, Susana. 1999. “La Mezquita de Bab al-Mardum y el proceso de consagración de pequeñas mezquitas en Toledo (S.XII-XIII).” *Al-Qantara* 20:299-330.
- . 2003. “La ampliación califal de la Mezquita de Córdoba.” *Goya. Revista de arte* 323:89-106.
- . 2011. “Les premières mosquées et la transformation des sanctuaires wisigothiques (92H/711-170H/785).” *Mélanges de la Casa de Velázquez* 41 (2):131-163. Madrid: Casa de Velázquez.
- Câmara Municipal de Lisboa, ed. 1973. *Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de S. Vicente a Lisboa*. Lisboa: Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Campos, Amélia. 2012. “Santa Justa de Coimbra na Idade Média: O Espaço Urbano, Religioso e Socio-Económico.” Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- . 2016. “The City of Coimbra’s Parochial Network: Aspects of its Definition/Establishment in the 12th Century.” In *The Ecclesiastics and the Political State Building of Iberian Monarchies, 13th-15th Centuries*, dir. Hermínia Vasconcelos Vilas et Maria João Branco, 246-258. Évora: CIDHEUS.
- Cánovas Ubera, Álvaro, Román Rivera Jofré, et Sílvia Carmona Berenguer. 2007. “Las pinturas almohades del Palacio de Orive.” In *Circulación de temas y sistemas decorativos en la pintura mural antigua*, ed. Carmen Guiral Pelegrín, 491-494. Saragoça: Governo de Aragão.
- Cara Barrionuevo, Lorenzo. 1990a. *La Almería islámica y su alcazaba*. Almeria: Editorial Cajal.
- . 1990b. “La remodelación de una fortaleza musulmana medieval: la alcazaba de Almeria en época cristiana (siglos XV y XVI).” In *Almería entre culturas: siglos XIII-XVI*, 453-485. Instituto de Estudios Almerienses.
- Cara Barrionuevo, Lorenzo, José García Lopez et Rosario Morales Sanchez. 2000. “Arqueología urbana e historia de la ciudad. El caso de Almería medieval.” In *Ciudad y territorio en Al-Andalus*, coord. Lorenzo Cara Barrionuevo, 167-192. Berja: Athos-Pérgamos.
- Carita, Hélder. 1990. *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1999. *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2000. “Reforma Urbanística da Lisboa Manuelina. Início da Escola Moderna de Arquitectura.” *História* 26:36-45.
- Carraz, Damien. 2013. “Templars and Hospitallers in the Cities of the West and the Latin East (Twelfth to Thirteenth Centuries).” *Crusades* 12:107-109.
- Carvalho, Sérgio Luís de. 1989. *Cidades Medievais Portuguesas. Uma Introdução ao Seu Estudo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 1995. *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*. Lisboa: Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Casimiro, Augusto. 1947. *Lisboa Mourisca: 1147-1947*. Vila Nova de Famalicão: Oficinas Críticas Minerva.
- Casimiro, Sílvia, et Rodrigo Banha da Silva. 2013. “Enterramentos Infantis Tardo-Antigos na Rua de S. Nicolau (Lisboa).” In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, ed. José Morais Arnaud, Andrea Martins, et César Neves, 859-863. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- Castiço, Bárbara. 2005. “Cerâmicas Islâmicas de Tradição Islâmica da Intervenção Arqueológica da Rua do Ouro (Lisboa) – Trabalho final de seminário.” Universidade de Évora.
- Castilho, Júlio de. 1893. *A Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1934-1938. *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, ed. Augusto Vieira da Silva. ed. 12 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1948. *A Ribeira de Lisboa*. Ed. revista e ampliada. Lisboa: Câmara Municipal.
- . 1954-1966. *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, ed. Gustavo Matos de Sequeira. 3.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castro, João Baptista de. 1762. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. 3 vols. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Catálogo da Exposição Cartografia de Lisboa: Séculos XVII a XX*. 1997. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Cavaco, Sandra, Jaquelina Covaneiro, Isabel Cristina Fernandes, Ana Gomes, Susana Gómez, Maria José Gonçalves, Mathieu Grangé, et al. 2015. “Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição.” *O Arqueólogo Português* V (3):349-380.
- Chalmeta, Pedro. 1973. *El señor del zoco en España*. Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura.
- . 1982. “Les fonctions de l’agora-forum dans la cité arabo-musulmane.” In *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine, Colloque des 8 et 9 mai 1979*, 9-18. Paris: Publications de la Casa de Velazquez.
- . 2010. *El zoco medieval: contribución al estudio de la historia del mercado*. Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes.
- Chaves, Luís. 1969. “Instituições dos homens do mar: confrarias e hospitais deles.” In *Lisboa nas Auras do Povo e da História: Ensaios de Etnografia*. Vol. 4, 197-208. Lisboa: Câmara Municipal.
- Chédeville, André, et Georges Duby, ed. 1980. *La ville médiévale: des Carolingiens à la Renaissance. Histoire de la France urbaine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Choffat, Paul. 1889. “Étude géologique du tunnel du Rocio. Contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne.” *Memórias*. Lisboa: Comissão de Trabalhos Geológicos de Portugal.
- Chicó, Mário Tavares. 1981. *A Arquitectura Gótica em Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Chueca Goitia, Fernando. 2006. *Breve História Do Urbanismo*. 6.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Coelho, António Borges. 1994. “O Domínio Germânico e Muçulmano.” In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 75-88. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 1998. “Lisboa nos Dois Primeiros Séculos após a ‘Reconquista’.” In *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, coord. Santiago Macias et Cláudio Torres, 277-287. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, et Armando Luís de Carvalho Homem, ed. 1996. *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3, *Portugal em Definição de Fronteiras*. Lisboa: Editorial Presença.
- Coelho, Teresa. 1998. “Trabalhos de Recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa.” *Revista Pedra e Cal* 0:38-41.
- Cohen, Mark. 1994. *Under Crescent and the Cross: The Jews in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.
- Collantes de Teran Sanchés, Antonio. 2009. “De la ciudad andalusí a la castellana: el espacio urbano en la Andalucía bajomedieval.” *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae* 37:163-192.
- Conceição, Frei Apolinário da. 1750. *Demonstração Histórica da Primeira e Real Paróquia de Lisboa de que He Singular Patrona e Titular N. S. dos Martyres*. 2 vols. Lisboa: Officina Inácio Rodrigues.
- Conde, Manuel Sílvio Alves. 1997. “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média.” *Arqueologia Medieval* 5:243-265.

- Corrales Aguilar, Pilar. 2003. "Datos para la reconstrucción histórica de la Málaga romana: una aproximación a su urbanismo." *Mainake* 25:377-392.
- . 2005. "Aportaciones de la arqueología urbana para el conocimiento de la Málaga romana." *Mainake* 27:113-140.
- Correia, Fernando da Silva. 1941. "Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga." Separata da *Revista Municipal de Lisboa* 10:3-13.
- Correia, Vergílio. 1928. "Arte Visigótica." In *História de Portugal*, dir. Damião Peres. Vol. I. Barcelos: Portucalense Editora.
- Costa, Adelaide Millán da. 1996. "O Espaço dos Vivos e o Espaço dos Mortos nas Cidades da Baixa Idade Média." In *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dir. José Mattoso, 177-186. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- . 2011. "Espaço Urbano." In *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*. Lisboa: Temas & Debates.
- Costa, António. 1982. "O Autor da 'Vita Prima' de S. António e Seus Informadores Portugueses. Revisão Crítica das Opiniões sobre a Idade do Santo." In *Colóquio Antoniano*, 25-48. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Costa, António Carvalho da. 1706. *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que Contem...* 3 vols. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes. URL: <http://purl.pt/434>.
- Costa, Avelino de Jesus da. [s. d.] "Os mais Antigos Documentos Escritos em Português: Revisão de Um Problema Histórico-Linguístico." In *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- Costa, Mário. 1961. "A Igreja de S. Julião e o Seu Patrono: Uma Freguesia que Lisboa Perdeu." *Revista Municipal* 88:5-21.
- Costa, Mário Alberto. 1991. *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Costa, Marisa, et João Fonseca. 2007. "Sismicidade Histórica em Portugal no Período Medieval." In *Actas do 7.º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica*, 383-397. Porto: Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.
- Cotter, J. C. Berkeley. 1956. "O Miocénico Marinho de Lisboa." In *Comunicações*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Cowan, J. Milton, ed. 1976. *Modern Written Arabic Dictionary*. 3.ª ed. New York: Spoken Language Services.
- Cressier, Patrice, et Mercedes García-Arenal, ed. 1998. *Genese de la ville islamique en Al-Andalus et au Maghreb occidental*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Cruz Villalón, María. 1992. "La Mezquita-Catedral de Badajoz." *Norba: revista de arte* 12:7-28.
- Cubeles, Albert, Iñaki Moreno, et Esteve Nadal. 2012. "Noves descobertes arqueològiques a la Drassana Reial de Barcelona." *Revista de Catalunya* 278:117-139.
- Cumplido Nieto, Manuel. 1998. *La Catedral de Córdoba*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur.
- Cunha, D. Rodrigo da. 1642. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: Vida e Acções de Seus Prelados, e Varões Eminentes em Santidade, que Nella Florecerão*. Manoel da Sylua. URL: <http://purl.pt/12033>.
- Dantas, Júlio. 1914. "O Arquivo do Cabido de Lisboa." *Anais das Bibliotecas e Arquivos* I (2):76-81.
- David, Pierre. 1947. "Sur la relation de Lisbonne (1147) rédigée par un clerc anglo-normand." *Bulletin des Études Portugaises* 2:241-254.
- Delgado, Clara. 1999. "La estructura urbana de Toledo en época islámica." In *Regreso a Tulaytula: guía del Toledo islámico: siglos VIII-XI*, 39-70. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.
- D'Encarnação, José. 2009. "As Termas dos Cássios em Lisboa – Ficção ou Realidade?" In *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade: Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, coord. Jean-Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, et António Carvalho, 481-493. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

- DGEMN. 1941. *Castelo de São Jorge, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*.
- Dias, Isabel. 1997. “De como o Mosteiro de S. Vicente Foi Refundado.” In *O Género do Texto Medieval*, ed. Cristina Almeida Ribeiro et Margarida Madureira, 139-144. Lisboa: Edições Cosmos.
- Dias, Isabel, Ana Gomes, Alexandra Gaspar, I. Prudêncio, et A. Gouveia. 2009. “Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séc. XI – XII – Castelo de São Jorge.” In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, ed. Juan Zozoya, Manuel Retuerce, Miguel Ángel Hervás, et Antonio de Juan, 963-966. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval.
- Dias, Isabel, Maria Isabel Prudêncio, et Maria Ângela Gouveia. 2001. “Arqueometria de Cerâmicas Islâmicas das Regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): Caracterização Química e Mineralógica.” In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, ed. Manuel Lacerda, 257-267. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura.
- Dias, João José Alves. 2005. “Principais Sismos em Portugal Anteriores ao de 1755.” In *1755: O Grande Terramoto de Lisboa: 1755*. Vol. 1, *Descrições*, 123-142. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/ /Jornal Público.
- Dias, Mafalda Enes, et Rui Matos. 2001. “(Re)construção de Um Castelo – A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa.” In *Actas das Sessões do IV Colóquio Temático: As Escalas de Lisboa – Morfologias, População e Identidades*, 225-244. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Dias, Maria Isabel Rosa. 2007. “Ecos da Trasladação de S. Vicente para Lisboa, na Flandres.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 400-405. Lisboa: Livros Horizonte.
- Dias, Pedro. 1994. *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Diogo, António Dias. 1993. “Relatório da Intervenção Arqueológica no Palácio dos Condes de Penafiel.” CNS 13 833. Consultável no arquivo DGPC, Lisboa.
- Diogo, António Dias, et Laura Trindade. 1997. “Intervenção Arqueológica na Rua do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa.” In *Actas das segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o Seu Estudo*, 257-265. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- . 1999. “Estudos Arqueológicos Efectuados pelo GTTRL no Martim Moniz e Sua Envolvente.” *Olisipo*, 2.ª série, 8:44-54.
- . 2000. “Intervenção Arqueológica na Rua de São Nicolau, no 107/111 (Lisboa).” *Arqueologia e História* 52:231-253.
- . 2001. “Intervenção Arqueológica de Emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa. As Sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* IV (1):187-204.
- Djaït, Hichem. 1986. *Al-Kufra: naissance de la ville islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- Domingues, José Garcia. 1997. “Aspectos Geográficos da Lisboa Muçulmana.” In *Portugal e o al-Andalus*. Vol. 2, 117-130. Lisboa: Hugin.
- Domingues, Mário. 1971. “Lisboa no Reinado de D. Dinis.” In *Lisboa no Passado e no Presente*, ed. Jorge Segurado. Vol. 1, 185-216. Lisboa: Excelsior.
- Dominguez Berenjano, Enrique. 2001. “La remodelación urbana de Ishbilla a través de la historiografía Almohade.” *Anales de arqueología cordobesa* 12:177-194.
- Dornelas, Afonso. 1940. “Crónicas da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Fora.” *Anais da Academia Portuguesa de História* II:147-196.
- Dozy, Reinardt. 1861. *Histoire des musulmans d'Espagne*. 4 vols. Leiden: Brill.
- . 1849. *Recherches sur l'histoire politique et littéraire de l'Espagne pendant le Moyen-Âge*. Vol. I. Leiden: Brill.

- Duarte, Luís Miguel. 2003. "A Marinha de Guerra Portuguesa." In *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata et Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1, coord. José Mattoso, 290-346. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dubler, César E. 1965. "Idrisiana hispanica I." *Al-Andalus* XXX:89-137.
- Durand, Robert. 1983. *Les campagnes portugaises entre Douro e Tage aux XIIe et XIII siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- Durão, Vítor. 2012. "Análise Urbana de Territórios Construídos: Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal." *Revista da Gestão Costeira Integrada* 12:17-30.
- Echegaray, Don Eduardo de, ed. 1887. *Diccionario General Etimológico de la Lengua Española*. Vol. 1. Madrid: José María Faquinetto. URL: <https://archive.org/stream/diccionariogener01echeuoft>.
- Edginton, Susanne B. 1996. "The Lisbon Letter of the Second Crusade." *Historical Research* 170:328-339.
- Ellis, Steven J.R., ed. 2011. *The Making of Pompeii: Studies in the History and Urban Development of an Ancient Town*. Vol. 85, *JRA Supplementary Series*. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology.
- Ennen, Edith. 1979. *The Medieval Town*. Amsterdam: North Holland.
- Epalza, Mikel. 1991. "Espacios y sus Funciones en la Ciudad Árabe." Separata do *Simpósio Internacional sobre la Ciudad Islámica*, 9-30. Zaragoza: Institucion Fernando el Católico.
- Esquieu, Yves. 1995. "La cathédral et son quartier: problèmes de topographie dans les cités méridionales." *Cahiers de Fanjeaux* 30:17-29.
- Estrada-Rius, Albert. 2004. *La Drassana Reial de Barcelona a l'Edat Mitjana: organització institucional i construcció naval a la Corona d'Aragó*. Barcelona: Editorial AUSA.
- Fabião, Carlos. 1994a. "Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa" *Penélope: Fazer e Desfazer a História* 13:147-162.
- . 1994b. "O monumento romano da Rua da Prata." In *Lisboa Subterrânea*, 67-69. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- . 2009. "O Ocidente da Península Ibérica no Século VI: sobre o Pentanummium de Justiniano I Encontrado na Unidade de Produção de Preparados de Peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa." *Era – Apontamentos de Arqueologia e Património* 4:25-50.
- . 2020. "Felicitas Iulia Olisipo. A Lisboa Romana." *Scaena. Estudos do Teatro Romano* 1:82-97.
- Fagundes, Mário. 1994. "A Sé." In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 115-128. Lisboa: Livros Horizonte.
- Falcón Pérez, Maria Isabel. 2012. "Desarrollo urbano de las ciudades de Aragón (siglos XI-XIV)." In *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, ed. Flocel Sabaté et Christian Guilleré, 69-96. Savoie: Université de Savoie.
- Farelo, Mário. 2003. "O Cabido da Sé de Lisboa e os Seus Cónegos: 1277-1377." Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- . 2004. "Lisboa nas Cortes da Primeira Dinastia (1254-1383)." In *As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- . 2006. "O Direito de Padroado na Lisboa Medieval." *Promontoria* 4:267-289.
- . 2007. "Ao Serviço da Coroa no Século XIV: O Percurso de Uma Família de Lisboa: os 'Nogueiras'." In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 145-168. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2008. "A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)." Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/569>.
- . 2009. "La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIVe siècle." *Medievalista Online* 7:1-44.

- . 2013a. “Lisboa numa Rede Latina? Os Escolares em Movimento.” In *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, coord. Hermenegildo Fernandes, 237-265. Lisboa: Tinta-da-china.
- . 2013b. “O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média. Uma Instituição In Diminuendo.” *Fragmenta Historica: Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa* 1:39-107.
- Farinha, J. S. Brazão. 1989. *O Metropolitano e a Baixa de Lisboa. Condições Geotécnicas e Históricas*. Lisboa: Metropolitano.
- Fernandes, Carla Varela. 2001. *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa: IPPAR.
- Fernandes, Hermenegildo. 1986. “Uma Cidade no Imaginário: Lisboa Muçulmana nas Descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville.” *Estudos Medievais* 7.
- . 2000. “Entre Mouros e Cristãos. A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII).” Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- . 2006. *Sancho II. Tragédia*. Rio de Mouro: Temas e Debates & Círculo de Leitores.
- . 2008. “Os Mouros e a Mouraria em Elvas: Alguns Problemas de Topografia Genética.” *Monumentos* 28:76-81.
- . 2011. “The Gharb Al-Andalus – Three Decades of Historiographical Renewal.” In *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, Lurdes Rosa, et Bernardo Vasconcelos Sousa, 547-561. Lisboa: IEM.
- , coord. 2013. *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Fernandes, Hermenegildo, et António Rei. 2011. “Islam and Mozarabs.” In *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, 547-569. Lisboa: IEM.
- Fernandes, Hermenegildo, et Hermínia Vilar. 2007. “O Urbanismo de Évora no Período Medieval.” *Monumentos* 26:6-15.
- Fernandes, Isabel Cristina. 2005. “Aspectos da Litoralidade do Gharb al-Andalus: Os Portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado.” *Arqueologia Medieval* 9:47-60.
- Fernandes, Lídia. 1993. “Teatro Romano de Lisboa: Novos Elementos para a Sua História no Período Medieval.” In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Vol I, 239-241. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- . 1994. “Alguns Dados Acerca do Dique da Ribeira das Naus.” In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 253-256. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- . 2007. “Teatro Romano de Lisboa. Os Caminhos da Descoberta e os Percursos de Investigação Arqueológica.” *Al-Madan*, 2.ª série, 15:28-39.
- . 2013a. “Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de Uma Década de Intervenção e Novos Projectos para o Espaço Museológico.” *Al-Madan*, 2.ª série, 18:51-62.
- . 2013b. “Teatro Romano de Olisipo: A Marca do Novo Poder Romano.” In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins, et César Neves, 765-773. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Fernandes, Lídia, João Coroado, Marco Calado, et Chiara Constantino. 2012a. “Ocupação Medieval Islâmica no Teatro Romano de Lisboa: O Caso do Aproveitamento do Postcaenium no decurso do século XII.” In *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- Fernandes, Lídia, António Marques, Victor Filipe, et Marco Calado. 2006. “Intervenção Arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros.” *Al-Madan* 14:60-65.
- . 2011. “A Transformação de Produtos Piscícolas durante a Época Romana em Olisipo: O Núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa).” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 14:239-261.
- Fernandes, Lídia, António Marques, et Andreia Torres. 2008. “Ocupação Baixo-Medieval do Teatro Romano de Lisboa: A propósito de Uma Estrutura Hidráulica, as Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas.” *Arqueologia Medieval* 10:159-184.

- Fernandes, Lídia, Eurico Sepúlveda, et Márcio Antunes. 2012b. “Teatro Romano de Lisboa: Sondagem Arqueológica a Sul do Monumento e o Urbanismo de Olisipo.” *Al-Madan*, 2.^a série, 17:44-55.
- Fernandes, Paulo Almeida. 2002. “O Sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista.” *Artis* 1:57-87.
- . 2003. “A Marginalidade do Lado Cristão: O Breve Exemplo dos Moçárabes de Lisboa.” In *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, coord. Luís Carlos Amaral, Luís Adão da Fonseca, et Maria Fernanda Ferreira Santos. Vol. 3, 1231-1237. Porto: Livraria Civilização.
- . 2004. “Iconografia do Apocalipse: Uma Nova Leitura do Portal Ocidental da Sé de Lisboa.” *Revista Património Estudos* 7:91-100.
- . 2005. “Visigótico ou Moçárabe? O Núcleo de Arte da Alta Idade Média na cidade de Lisboa.” In *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, coord. José Arnaud et Carla Varela Fernandes, 264-283. Lisboa: Associação dos Arqueólogos portugueses.
- . 2006. “O Claustro da Sé de Lisboa: Uma Arquitectura Cheia de Imperfeições.” *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1:18-69.
- . 2007. “Os Moçárabes de Lisboa e a Sua Importância para a Evolução das Comunidades Cristãs sob Domínio Islâmico.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, 71-83. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, Paulo Almeida, et Lídia Fernandes. 2014. “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17:225-243.
- Ferreira, Fernando Rodrigues. 1983. “Escavações do Ossário de S. Vicente de Fora.” *Revista Municipal*, 2.^a série, 4:5-36.
- . 1985. “O Mosteiro de S. Vicente de Fora. Subsídios para a Reconstituição da Sua Fisionomia.” *Revista Municipal* 4:3-12.
- . 1995. “O Cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora – Contributo da Arqueologia.” *Monumentos* 2:8-13.
- . 1998. “Ensaio para Uma Leitura Económica e Social do Contexto Arqueológico de S. Vicente de Fora.” *Olisipo*, II, 6:11-38.
- . 2001. “Os Silos Medievais de São Vicente de Fora.” *Arqueologia e História* 53:49-66.
- Ferreira, Mulize, Ana Jorge, et Rita Ramos. 2000. “Zara – Rua Augusta (Lisboa). Relatório Final da Escavação de Salvamento Arqueológico.” Processo 15596. Lisboa.
- Ferreira, Seomara da Veiga, et Salette Simões Salvado. 1984. “Alguns Elementos Pré-Românicos Reutilizados nos Paramentos Exteriores da Sé de Lisboa.” *Revista Municipal*, 2.^a série, 7:3-26.
- Fierro, Maribel. 2000. “El espacio de los muertos: fetuas andalusíes sobre tumbas y cementerios.” In *Actas de la mesa redonda “Urbanismo y organización del espacio habitado en el occidente musulmán: aspectos jurídicos”*, ed. P. Cressier, M. Fierro y J.-P. van Stävel, 153-190. Madrid: Casa de Velázquez/CSIC. URL: https://www.academia.edu/1221404/El_espacio_de_los_muertos_fetuas_andalus%C3%ADes_sobre_tumbas_y_cementerios.
- . 2007. “Os Ulemas de Lisboa.” In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Inglês Fontes, 33-59. Lisboa: Livros Horizonte.
- Figueiredo, César. 2014. “Reconstituição de Olisipo e de Um Navio Romano de tipo Corbita.” Relatório de projecto de arqueologia virtual para o documentário *Fundeadoiro Romano em Olisipo*. URL: https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_documento%C3%A1rio_Fundeadoiro_Romano_em_Olisipo_-_Reconstitu%C3%A7%C3%A3o_de_Olisipo_e_de_um_navio_romano_do_tipo_corbita.
- Filipe, Vanessa. 2015a. “As Termas Romanas às Portas de Alfama.” Comunicação oral apresentada no I Encontro de Arqueologia de Lisboa: “Uma cidade em Escavação”, 25 de Novembro.

- . 2015b. “Perspectivas arqueobiológicas sobre duas necrópoles islâmicas de Lisboa: Castelo de São Jorge e Alfama.” Comunicação no I Encontro de Arqueologia de Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, 26 a 28 de Novembro de 2015, Lisboa.
- . 2017. “As Termas Romanas às Portas de Alfama” In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma cidade em Escavação*, 247–53. Lisboa: CAL/Câmara Municipal de Lisboa.
- Filipe, Victor. 2011. “Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo.” Processo 2004/1(424), Projeto de ampliação e alterações para a rua do Espírito Santo nos 31 a 35. Arquivo de Arqueologia IGESPAR.
- . 2012. “Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correiros no 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa no 42 a 48.” Lisboa, perfil oeste. Processo S 33 825. Arquivo DGPC.
- Filipe, Vítor, et Marco Calado. 2007. “Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama: Evidências de Estruturas Termas junto da Porta Nascente de Olisipo.” *Al-Madan Online* 15.
- Filipe, Victor, Marco Calado, Sandra Guerra, António Valongo, João Leónidas, Romão Ramos, Margarida Rocha, et Jacinta Costa. 2015. “A Cerâmica de Importação no Arrabalde Ocidental de Luxbuna (Lisboa). Dados Preliminares da Intervenção Realizada no Hotel de Santa Justa.” In *Actas do X Congresso Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Silves-Mértola, 22 a 27 de Outubro de 2012*. Silves: Câmara Municipal de Silves / Grupo Arqueológico de Mértola.
- Fontes, João Luís Inglês. 2007. “Reclusão, Ermitismo e Espaço Urbano: O Exemplo de Lisboa na Idade Média.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes, 259-277. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fournier, António. 1997. “A Crónica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente: Memória e Ideologia.” In *O Género do Texto Medieval*, coord. Cristina Almada Ribeiro et Margarida Madureira, 173-188. Lisboa: Edições Cosmos.
- França, José Augusto. 2008. *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Horizonte.
- Franco, José Eduardo, dir. 2010. *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Freitas, Vera Teixeira de, Juan Sanchez, et Ana Margarida Arruda. 2000. “As Cerâmicas Cinzentas da Sé de Lisboa.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3 (2):25-60.
- Fuschini, Augusto. 1905. “A Sé de Lisboa.” *Ilustração Portuguesa*, n.º 81, 22 de Maio, 454-455.
- Gameiro, Odília Filomena Alves. 2007. “Sociologia e Geografia do Culto Medieval dos Santos Mártires de Lisboa.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 371-387. Lisboa: Livros Horizonte.
- García y Bellido, Antonio. 2009. *Urbanística de las grandes ciudades del Mundo Antiguo*. 3.ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. URL: https://books.google.pt/books?id=21EXHk_vrUwC&dp-g=PA1&hl=pt-PT&pg=PA1#v=onepage&q&f=false.
- García-Bellido, Javier, et García de Diego. 2000. “Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas.” In *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Âge: aspects juridiques*, ed. Jean-Pierre Van Staëvel, Maribel Fierro, et Patrice Cressier, 243-284. Madrid: Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=575158>.
- García López, J. 2001. “La organización de espacios públicos.” In *La ciudad medieval: dse la casa al tejido urbano. Actas de Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval*, coord. Jean Passini. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- Garnier, Jacqueline Beaujeu. 1997. *Geografia Urbana*. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gasco, António Coelho. 1924. *Primeyra Parte das Antiguidades da muy Nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princesa do Mar Oceano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Gaspar, Alexandra, et Clementino Amaro. 1995. “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa.” In *La céramique médiévale en Méditerranée: actes du VIe Congrès de L’AIECM2*, 337-345. Aix-en-Provence: Narration Éditions.
- Gaspar, Alexandra, et Ana Gomes. 2001. “Resultados Preliminares dos Trabalhos Arqueológicos do Castelo de S. Jorge.” *Arqueologia Medieval* 7:95-102.
- . 2003. “Castelo de São Jorge – Balanço e Perspectivas dos Trabalhos Arqueológicos.” *Património Estudos* 4:214-223.
- . 2007. “As Muralhas de Olisipo – O Troço junto ao Tejo.” In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del imperio. Lucus Augusti como paradigma, diputación provincial*, coord. Antonio Rodríguez Colmenero et Isabel Rodà de Llanza, 687-697. Lugo: Museo Provincial de Lugo.
- Gaspar, Alexandra, Ana Gomes, João Pimenta, António Valongo, Paula Pinto, Henrique Mendes, Susana Ribeiro, et Sandra Guerra. 2001. “A Cerâmica Pintada de Época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge.” In *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, coord. Manuel Lacerda et al., 119-164. Lisboa: IPPAR/Junta da Extremadura.
- Gaspar, Alexandra, Ana Gomes, Rodrigo Banha da Silva, et Maria José Sequeira. 2000. “Arqueologia Urbana em Lisboa?” In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular: Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*, coord. Vítor Oliveira Jorge. Vol. 8, “Terrenos” da *Arqueologia da Península Ibérica*, 55-70. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=954985>.
- Gaspar, Jorge. 1969. “A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média.” *Finisterra* IV (8):198-215.
- . 1970. “Os Portos Fluviais do Tejo.” *Finisterra* 10.
- . 1976. “A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa.” *Finisterra* 11 (21).
- . 1982. “A Cidade Portuguesa na Idade Média: Aspectos da Estrutura Física e Desenvolvimento Funcional.” In *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*. Vol. I, 133-147. Madrid: Universidad Complutense.
- . 1994a. “Lisboa, o Sítio: A Ocupação e Organização do Território.” In *Lisboa Subterrânea*, 13-19. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- . 1994b. “O Desenvolvimento do Sítio de Lisboa.” In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, Maria Armada. 1960. “Interpretação do Foral de Lisboa e das Cartas Régias de 1204 e 1210.” Separata da *Revista Municipal de Lisboa* 84:9-34.
- Gisbert Santoja, Josep A., Vincent Burguera Sanmateu, et Joaquim Bolufer i Marques e Espanya. 1992. *La cerámica de Daniya – Dénia: alfares e ajuars domésticos de los siglos XII-XIII*. Valência: Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- Glick, Thomas F. 2007. *Paisajes de conquista. Cambio cultural y geográfico en la España medieval*. Trans. Josep Torró. Valencia: Publicacions de la Universitat de València. URL: https://books.google.pt/books?id=G_sr8XXm4x-QC&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PA9#v=onepage&q&f=false.
- Goff, Jacques Le. 1970. “Ordres mendiants et urbanisation dans la France Médiévale: état de l’enquête.” *Annales, économies, sociétés, civilisations* 4:924-946.
- Gomes, Ana. 2015. “As Necrópoles Medievais do Castelo de S. Jorge.” Comunicação oral apresentada no I Workshop sobre a Alcáçova e Castelo de Lisboa, 24 de Junho.
- Gomes, Ana, et Alexandra Gaspar. 1997. “Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo II.” Processo 2004/1(424) 1997, Intervenção na rua do Espírito Santo nos 16 e 18. Arquivo de Arqueologia da DGPC.

- . 2001a. “Relatório das escavações arqueológicas do Castelejo.” Processo S 18113. Arquivo de Arqueologia da DGPC.
- . 2001b. “Relatório das escavações arqueológicas na Rua das Flores, (nos 13 a 19).” Processo S 18114. Arquivo de Arqueologia da DGPC.
- . 2002. “O Castelo de S. Jorge: Da Fortaleza Islâmica à Alcáçova Cristã. Contribuição para o Seu Estudo.” In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, org. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, 397-404. Lisboa: Colibri.
- . 2013. “O Castelo de S. Jorge na Transição do Mundo Islâmico para o Cristão.” In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Fernandes. Vol. I, 393-404. Lisboa/Mértola: Colibri/Campo Arqueológico de Mértola.
- . 2016. “Ocupação Medieval na Sé de Lisboa.” In *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*, coord. João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo, et Miguel Gomes Martins, 113-128. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. URL: https://run.unl.pt/bitstream/10362/41601/1/Nova_Lisboa_Medieval_RUN.PDF.
- Gomes, Ana, Alexandra Gaspar, Sandra Guerra, H. Cale, Susana Ribeiro, Paula Pinto, António Valongo, et João Pimenta. 2005. “Cerâmicas Medievais de Lisboa – Continuidades e Rupturas.” In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca et Isabel Cristina Fernandes, 221-236. Palmela/Porto: Câmara Municipal do Porto/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Gomes, Ana, et Maria José Sequeira. 2001. “Continuidades e Descontinuidades na Arquitectura Doméstica do Período Islâmico e após a Conquista da Cidade de Lisboa: Escavações Arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo.” *Arqueologia Medieval* 7:103-110.
- Gomes, Armando Carlos de Sousa. 1952. “Uma Igreja do Século XI em Lisboa?” *Revista Municipal* 52:36-38.
- Gomes, Paulo Dordio, et Ricardo Teixeira. 2000. “Intervenção Arqueológica na Casa do Infante. Dezassete Séculos de História na Zona Ribeirinha do Porto.” *Al-Madan* 9:132-134.
- Gomes, Rosa Varela. 1993. “A Cidade Muçulmana.” In *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, coord. Maria José Ferro Tavares, 27-54. Lisboa: Universidade Aberta.
- . 2003. *Silves (Xelb), Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Gomes, Saul António. 1992. “Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos Séculos XII a XV.” *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 4:163-309.
- . 2007. In *limine conscriptionis. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Editora Palimage/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- . 2012. “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais.” In *História da Construção: Os Materiais*, coord. Arnaldo Sousa Melo et Maria do Carmo Ribeiro, 167-191. Braga: CITCEM/LAMOP.
- Gómez Martínez, Susana, Maria José Gonçalves, Isabel Inácio, Constança dos Santos, Catarina Coelho, Marco Liberato, Ana Sofia Gomes, et al. 2015. “A Cidade e o seu Território no Gharb Al-Andalus através da Cerâmica.” In *Actas do X Congresso Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves 22 a 27 Outubro’12)*, ed. Maria José Gonçalves et Susana Gómez-Martínez, 19-50. Silves/Mértola: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola.
- Gómez-Paccard, Miriau, Evdokia Tema, et Gregg McIntosh. 2014. “Full-vector Archeomagnetic and Rock-magnetic Results from Portuguese Kilns.” In *Geophysical Research Abstracts*. Vol. 16, EGU2014. URL: https://www.researchgate.net/publication/281861860_Full-vector_archeomagnetic_and_rock-magnetic_results_from_Portuguese_kilns.

- Gonçalves, Iria. 1996a. "Aspectos Económico-Sociais da Lisboa do Século XV Estudados a partir da Propriedade Régia." In *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, 11-60. Cascais: Patrimónia.
- . 1996b. "Defesa do Consumidor na cidade Medieval: Os Produtos Alimentares (Lisboa – Séculos XIV-XV)." In *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, 100-101. Cascais: Patrimónia.
- . 1996c. "Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média." In *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, 61-75. Cascais: Patrimónia.
- . 1996d. "Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa." In *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, 85. Cascais: Patrimónia.
- . 1996e. *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimónia.
- . 2007. "Regateiras, Padeiras e Outras Mais na Lisboa Medieval." In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 11-32. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gonçalves, Luís. 2011. "Sistemas de Povoamento e Organização Territorial: Dois Vales na Periferia de Lisboa (Séculos IX – XIV)." Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>.
- Gonçalves, Maria José. 2010. "Novas Problemáticas Relacionadas com a Topografia Da Cidade Islâmica de Silves." *Arqueologia Medieval* 11:121-140.
- González, Julio, et Mauricio Domínguez Domínguez-Adame. 1993. *Repartimiento de Sevilla*. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos.
- González Palencia, Angel. 1926a. *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. Vol. II, *Documentos I*. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- . 1926b. *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. Vol. II, *Documentos II*. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- . 1928. *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. *Documentos III*. Vol. III. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- . 1930. *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. Vol. XIII, *Preliminar*. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- Grilo, Carolina, Carlos Fabião, et Jacinta Bugalhão. 2013. "Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa." In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins, et César Neves, 849-857. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Guárdia, Manuel, Javier Monclús, et José Luis Oyón, ed. 1994. *Atlas histórico de Ciudades Europeas*. Barcelona: Salvat.
- Guerra, Amílcar. 2006. "Os mais Recentes Achados Epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa." *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9 (2):271-297.
- Hakim, Besim Selim. 2008a. *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles*. 3.^a ed. Lexington.
- . 2008b. "Law And The City." In *The City in the Islamic World*. Vol. 2, 71-92. Leiden: Brill. Doi: <https://doi.org/10.1163/ej.9789004162402.i-1500.20>
- Hanedá, Masashi, et Toru Miura, ed. 1994. *Islamic Urban Studies: Historical Review and Perspectives*. London/New York: Kegan Paul International.
- Hauschild, Theodor. 1986. "Arte Visigótica." In *História de Arte em Portugal*, coord. Jorge de Alarcão. Vol. I, 149-169. Lisboa: Publicações Alfa.
- Haverfield, Francis. 1913. *Ancient Town Planning*. Oxford: Clarendon Press.
- Heers, Jacques. 1990. *La ville au Moyen Âge en occident*. Paris: Fayard.

- Henriques, António de Castro, et Tiago de Sousa Mendes. 2007. “Coerências Heráldicas nas famílias de Lisboa (séculos XIII e XIV).” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 406-412. Lisboa: Livros Horizonte.
- Henriques, M.C., Maria Teresa Mouzinho, et Natividade Maria Ferrão. 1988. *O Sismo de 26 de Janeiro de 1531*. Lisboa: Comissão para o Catálogo Sísmico Nacional.
- Herculano, Alexandre. 1875. *História de Portugal: Desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- . 1884. *Opúsculos*. Vol. 6. Lisboa: Viúva Bertrand & Ca.
- . 1977. *O Monge de Cister ou a Época de Dom João I*. Vol. 1. Amadora: Bertrand.
- Hübner, Emil. 1871. *Notícias Archeológicas de Portugal pelo Dr. Emilio Hübner: Traduzidas e Publicadas por ordem da mesma Academia*. Lisboa: Typ. da Acad. Real das Sciencias.
- Huici Miranda, Ambrosio, et Emilio Molina López. 2000. *Historia Política Del Imperio Almohade*. Archivum 83. Granada: Universidad de Granada.
- Idris, Hady Roger. 1965. “Les Aftasides de Badajoz.” *Al-Andalus* XXX:277-290.
- Jansen, Harry S. J. 2001. *The Construction of an Urban Past: Narrative and System in Urban History*. Oxford: Berg.
- Jayyusi, Salma Khadra, Renata Holod, Attilio Petruccioli, et André Raymond, ed. 2008. *The City in the Islamic World*. 2 vols. Handbook of Oriental Studies. Section 1 – The Near and Middle East, Vol. 94. Leiden/ /Boston: Brill.
- Jiménez Martín, Alfonso. 2007. “Notas sobre la mezquita mayor de la Sevilla almohade.” *Artigrama. Revista del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza* 22:131-154.
- Jordan, Annemarie. 2015. “Reconstructing the Rua Nova: The Live of a Global Street in Renaissance Lisbon.” In *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*, ed. Annemarie Jordan et K. J. P. Lowe, 101-119. London: Paul Holberton Publishing.
- Jordão, Levy Maria, et José Correa. 1857. *Historia da Real Casa de Santo António*. Lisboa: Imprensa União-Typographica.
- Juez Juarros, Francisco. 1999. “Símbolos de Poder en la Arquitectura de al-Andalus.” Tese de doutoramento, Universidade Complutense de Madrid.
- Júnior, Henrique Marques. 1943. “A Casa de Santo António.” *Olisipo* 6 (22):95-97.
- Kennedy, Hugh. 1985. “From Polis to Madina: Urban Change in Late Antique and Early Islamic Syria.” *Past and Present. A Journal of Historical Studies* 106:3-27.
- . 2008. “Inherited Cities.” In *The City in the Islamic World*, ed. Renata Holod, Attilio Petruccioli, et André Raymond. Vol. 1, 93-113. Leiden/Boston: Brill.
- Kennedy, Hugh N. 2010. “How to Found an Islamic City.” In *Cities, Texts, and Social Networks 400 – 1500*, ed. C. Goodson, A. E. Lester, et C. Symes, 45-64. Aldershot: Ashgate.
- Khiara, Youssef. 1994. “Propos sur l’urbanism dans la jurisprudence musulmane.” *Arqueologia Medieval* 3:33-46.
- Kostof, Spiro. 1991. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. Londres: Thames & Hudson.
- Krüger, Mário, Teresa Valsassina, et Ana Tostões. 1996. “A Morfologia da Cidade de Lisboa: Da Época Medieval à Cidade Actual.” *Técnica* 1:49-70.
- Krus, Luís, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, ed. 2007. *Lisboa Medieval. Os Rostos Da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ladero Quesada, Miguel. 1978. “Los Mudejares de Castilla en la Baja Edad Media.” *Historia. Instituciones. Documentos* 5:257-304.

- . 1984. “Toledo en época de la frontera.” *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 3:71-98.
- Lamas, José M. Ressano García. 1992. *Morfología Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lacave, José Luis. 1992. “Las juderías del reino de Granada.” *Chronica Nova* 20:243-251.
- Lavedan, Pierre. 1926. *Histoire de l'urbanisme: Antiquité – Moyen Age*. Paris: Henri Laurens.
- Leguay, Jean-Pierre. 1984. *La rue au Moyen Age*. Rennes: Ouest France.
- Leitão, André de Oliveira. 2011. “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: Entre a Territorialização e a Militarização (Meados do século IX – Início do século XIV).” Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Leitão, André de Oliveira, et Filipa Santos. 2013. “Presenças Moçárabes em Al-Usbuna e Seu Alfoz (até 1147): Um Estado da Questão.” *Rossio: Estudos de Lisboa* 1:92-103.
- Leitão, Manuela. 2014. “Muralhas de Lisboa.” *Rossio: Estudos de Lisboa* 3:66-79.
- Leitão, Manuela, et Marco Calado. 2015. “Banhos termais no século XVI: Um exemplo em Alfama.” In *Lisboa 1415 Ceuta. História de dos ciudades/História de Dnas Cidades*, ed. André Teixeira, Fernando Villada Paredes, et Rodrigo Banha da Silva, 123-125. Lisboa/Ceuta: Câmara Municipal de Lisboa/Ciudad Autonoma de Ceuta.
- Leitão, Manuela, Sandra Guerra, et Victor Filipe. 2016. “A Arqueologia e a Sua Convivência com o Projecto de Estruturas: O Exemplo da Intervenção na Mãe de Água do Chafariz d’el Rei e Edificado Envolvente.” *Rossio: Estudos de Lisboa* 6:68-85.
- León Muñoz, Alberto, et María Teresa Casal García. 2010. “Los Cementerios de Madinat Qurtuba.” In *El anfiteatro romano de Córdoba y su entorno urbano: análisis arqueológico (ss. I-XIII d.C.)*, dir. Desiderio Vaquerizo Gil et Juan Francisco Murillo Redondo. Vol. II, 651-684. Córdoba: Universidad de Córdoba/Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento de Cordoba.
- Lima, Durval Pires de. 1950. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas De Lisboa, na qual se dá notícia da Fundação e Fundadores das Instituições Religiosas, Igrejas, Capelas e Irmandades Desta Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Lima, Henrique Linhares de. 1948. “Bartolomeu Joannes e o Seu Tempo: Achegas para Um Estudo Histórico-Genéalógico.” *Olisipo* 11:117-128.
- Livermore, Harold. 1990. “The ‘Conquest of Lisbon’ and Its Author.” *Portuguese Studies* 6:1-16.
- Llobregat Conesa, Enrique A. 1991. “De la ciudad visigótica a la ciudad islámica en el este peninsular.” In *Simpósio Internacional sobre la ciudad islámica: ponencias y comunicaciones*, 159-188. Zaragoza: Institucion Fernando el Católico.
- Lobo, Rui. 2013. “As Quatro Sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537).” In *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, coord. Hermenegildo Fernandes, 267-304. Lisboa: Tinta-da-china.
- Lopes, David. 1902. “Toponymia Árabe de Portugal.” *Revue Hispanique: recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais* 9:35-74.
- . 1928. “O Domínio Árabe.” In *História de Portugal*, dir. Damião Peres, 1:391-431. Barcelos: Portucalense Editora.
- . 1963. *Páginas Olisiponenses*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1968. *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, org. José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Lopes, Fernando Félix. 1962. “Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa.” *Lusitania Sacra* VI:25-90.
- López-Cuervo, Serafín. 1985. *Medina Az-Zabra: ingeniería y formas*. Madrid: Ministério de Obras Públicas y Urbanismo.
- López Cuevas, Fernando. 2013. “La Almunia Cordobesa. Entre las Fuentes Historiográficas y Arqueológicas.” *Revista Onoba* 1:243-260.

- Lourenço, Vanda. 2007. "Os Avelar – Percurso de Uma Linhagem Em Lisboa (1325-1367)." In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 169-181. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lourinho, Inês. 2010. "1147: Uma Conjuntura Vista a partir das Fontes Muçulmanas." Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Lourinho, Manuel. 1971. "A Igreja e o Convento de S. Domingos de Lisboa." *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa* 133:115-123.
- Ludovice, Nuno de Drummond. 1986. "O Chafariz de el-Rei." *Revista Municipal* 2:17:15.
- Luis Lacave, José. 1992. "Las juderías del reino de Granada." *Chronica Nova* 20:243-251.
- Lynch, Kevin. 1981. *A Theory of Good City Form*. Cambridge/London: MIT.
- Macedo, Luís Pastor. 1955. *Lisboa de Lés-a-lés. Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*. 2.ª ed. 5 vols. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Macedo, Luís Pastor de, et Norberto Araújo. 1951. *Casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Machado, Luís Saavedra. 1948. "Circunstâncias do Ataque a Lisboa por Sigurdo da Noruega: 1109." *O Instituto. Revista Científica e Literária* 111:205-247.
- Macías, Santiago. 1998. "Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ándalus." In *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, coord. Santiago Macías et Cláudio Torres, 109-120. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Macías, Santiago, et Iria Gonçalves. 1996. *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Maeri, Josef W., ed. 2006. *Medieval Islamic Civilization: An Encyclopedia*. 2 vols. Nova Iorque: Routledge.
- Malpica Cuello, Antonio. 1995. "Arqueologia de los paisajes medievales granadinos: medio físico y territorio en la Costa de Granada." *Arqueología y Territorio Medieval* 2:25-62.
- . 1996. *Poblamiento y castillos en Granada*. Madrid: El Legado Andalusi.
- , ed. 2006. *Ciudad y arqueología Medieval*. Granada: Alhulia.
- Man, Adriaan de. 2008. "Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia." Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Manso, Cláudia, et Marina Carvalhinhos. 2009. "Escadinhas de São Crispim, no 26. Relatório dos trabalhos arqueológicos." Processo S – 34849, Arquivo de Arqueologia da DGPC.
- Mantas, Vasco Gil. 1987. "As primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal." *Revista "Povos e Culturas" – A Cidade em Portugal: Onde se Vive* 2:13-55.
- . 1999. "Olisipo e o Tejo." In *Actas das Sessões do II Colóquio Temático "Lisboa Ribeirinha" (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, 15-41. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa.
- Manzano Moreno, Eduardo. 2011. *Conquistadores Emires y Califas*. 2.ª ed. Barcelona: Crítica.
- Marado, Catarina. 2007. "Património conventual y periferia: la salvaguardia de los antiguos espáacios conventuales del Algarve." Tese de doutoramento. ETSArquitectura, Universidade de Sevilha.
- . 2015. "Sharing the City: The Establishment of Mendicant Houses in Medieval Portuguese Towns". *Journal of Medieval Monastic Studies* 4:47-76. Doi:https://doi.org/10.1484/JJMMS.5.109881.
- Marçais, Georges. 1957. "L'urbanisme musulman." In *Mélanges d'histoire et d'archéologie de l'Occident musulman*. Vol. I, *Articles et conférences de Georges Marçais*. Alger: Imprimerie officielle.
- Marín, Manuela. 1992. *Indivino y sociedade en al-Andalus*. Madrid: Mapfre.
- Marques, António de Oliveira. 1974. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 3.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Marques, A. H. de Oliveira. 1987. *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão et A. H. Oliveira Marques. Vol. IV, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença.

- . 1988a. *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- . 1988b. “A Persistência do Elemento Muçulmano na História de Portugal após a ‘Reconquista’. O Exemplo da Cidade de Lisboa.” In *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 96-107. Lisboa: Editorial Presença.
- . 1988c. “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa.” In *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 13-42. Lisboa: Editorial Presença.
- . 1988d. “Lisboa Medieval: Uma Visão de Conjunto.” In *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 80-91. Lisboa: Editorial Presença.
- . 1990. *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- . 1994. “A Cidade na Baixa Idade Média.” In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 89-114. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 1988. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3.ª. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2010. “A Casa.” In *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana*, 89-113. 6.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martínez, Susana Gómez, Santiago Macías, Cláudio Torres. 2007. “Las ciudades del Garb al-Andalus.” In *Al-Andalus. País de ciudades*, 115-132. Toledo: Diputación Provincial de Toledo.
- Martins, Armando Alberto. 2003. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- . 2013. “Lisboa, a Cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no Primeiro Século da Sua Existência.” In *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, coord. Hermenegildo Fernandes, 41-88. Lisboa: Tinta-da-china.
- . 2019. “De Afonso III a D. João I. As ‘Bulas Do Mar’ Na Construção Da Primeira ‘Plataforma Continental’ Portuguesa?” In *Actas XV Simpósio de História Marítima. O Mar Como Futuro de Portugal (c. 1223 - c. 1448). A propósito da Contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, coord. José dos Santos Maia, 301-311. Lisboa: Academia da Marinha.
- Martins, Miguel Gomes. 1997-1998. “A Família Palhavã.” *Revista Portuguesa de História* 32:35-93.
- . 1999. “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda.” *Cadernos do Arquivo Municipal* 3:10-60.
- . 2001. *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2002. “Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos.” *Cadernos do Arquivo Municipal* 6:10-43.
- . 2004. “O Concelho de Lisboa durante a Idade Média: Homens e Organização Municipal.” *Cadernos do Arquivo Municipal* 7:64-110.
- . 2006. *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1147 – 1433*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 2007. “Para mais tarde Regressar. Percursos na Administração Municipal da Lisboa Medieval.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 278-287. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2008. “‘PARA BELLUM.’ Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367).” Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- . 2011. *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2016. *Guerreiros de Pedra*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Martins, Miguel, et Inês Viegas, ed. [s.d.] *Documentos Medievais (1179-1383) – Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Arquivo_Municipal/Documentos_Medievais_1179-1383.pdf.

- Martins, Pedro. 2013. “A Persistência das Formas Urbanas: Leitura das Pré-Existências Romanas na Morfologia da Cidade Portuguesa.” Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. URL: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5832>.
- . 2014. “O Anfiteatro Romano de Lisboa. Hipótese de Localização através de Uma Leitura Tipo-Morfológica do Tecido Urbano.” *Rossio: Estudos de Lisboa* 4:162-173.
- . 2017. “The roman amphitheater and horrea of Lisbon. Systemic Decomposition as a methodology for analyzing complex urban fabrics.” In *ISUFITALY 2017 - 3rd international Congress: Learning from Rome. Historical cities and contemporary design*. Roma: Faculty of Architecture, «Sapienza» University of Rome.
- Matos, José Luís de. 1993. “Escavações Arqueológicas nos Claustros da Sé de Lisboa.” *Al-Madan* II (3):108-109.
- . 1994. “As Escavações no Interior dos Claustros da Sé e o Seu Contributo para o Conhecimento das Origens de Lisboa.” In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 32-34. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 1997. “António de Lisboa. Fernando de Bulhões.” *Arqueologia Medieval* 5:303-308.
- . 1999. *Lisboa Islâmica*. Trans. Badr Younis Youssef Hassanein. Lisboa: Instituto Camões.
- . 2001. “Lisboa Islâmica.” *Arqueologia Medieval* 7:79-88.
- Matos, José Sarmiento de. 2008. *A Invenção de Lisboa*. Livro I, *As Chegadas*. Lisboa: Temas e Debates.
- . 2009. *A Invenção de Lisboa*. Livro II, *As Vésperas*. Lisboa: Temas e Debates.
- Matos, Rui. 2001. “Cronologia Histórica do Nascimento e Morte de Um Aparelho de Abastecimento de Água (Século XIII-XX): O Chafariz de El-Rei e a Área Urbana Envolvente.” In *Actas das Sessões do IV Colóquio Temático: As Escalas de Lisboa – Morfologias, População e Identidades*, 269-286. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/ficheiros/56/21/ficheiro2156_dkjujctqybv.
- Matos, Rui, Mafalda Dias, et Carla Brito. 2001. *Um olhar sobre o Castelo de São Jorge. Século VII a.C. – século XX*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Mattoso, José. 1985. “Os Nobres nas Cidades Portuguesas da Idade Média.” In *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- . 1987. “Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder.” In *Cidades e História*, 9-20. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- , dir. 1992. *História de Portugal: Antes de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- , dir. 1993. *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 1995. *Identificação de Um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. 5.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2001a. “No 850.º Aniversário de Conquista de Lisboa.” *Arqueologia Medieval* 7:11-14.
- . 2001b. “Paróquia.” In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, 373-376. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2006. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates & Círculo de Leitores.
- Mota, Nuno, Marina Carvalhinhos, e Pedro Miranda. 2018. “A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas” In *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*, 495–520. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Mazzoli-Guintard, Christine. 1996. *Villes d'al-Andalus: l'Espagne et Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- . 2009. “Urbanisme et villes islamiques d'al-andalus: entre droit et pratiques, l'utilisation et la gestion du sol urbain.” *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia Do Algarve: O Gharb No al-Andalus: Sínteses e Perspectivas de Estudo, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008. Homenagem a José Luís de Matos*, edição especial, *Xelb*, 9:55-73.

- Melo, Arnaldo, et Maria do Carmo Ribeiro. 2012. "Construction Financing in Late Medieval Portuguese Towns [14th-16th Centuries]." In *Nuts & Bolts of Construction History. Culture, Technology and Society*, ed. Robert Carvais, André Guillerme, Valérie Nègre, et Joël Sakarovitch. Vol. 2, 305-312. Paris: Picard.
- Melo, Arnaldo Sousa, et Maria do Carmo Ribeiro. 2012. *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM/LAMOP.
- Menéndez Pidal, Ramón. 1929. *La España del Cid*. Vol. II. Madrid: Editorial Plutarco.
- . 1994. *Historia de España: Los Reinos de Taifas – Al-Andalus en el siglo XI*. Vol. VIII. Madrid: Espasa Calpe.
- Menezes, José de Vasconcellos e. 1986a. "Tercenas de Lisboa I." *Revista Municipal* 16:3-17.
- . 1986b. "Tercenas de Lisboa II." *Revista Municipal* 17:3-14.
- . 1987. "Tercenas de Lisboa III." *Revista Municipal* 19:3-14.
- Mestre, Victor, António Gaspar, et António Gomes. 2002. "Reabilitação do Troço Sul – Nascente do Caminho de Ronda do Castelo de São Jorge." *Monumentos* 17:132-139.
- Mira, Duarte Miguel Cardoso. 2018. "A Arqueologia de Uma Casa Islâmica do Extremo Ocidental do Gharb Al-Andaluz: A Unidade Habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (Lisboa)." Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Miranda, J., J. Batlló, H. Ferreira, L. M. Matias, et M. A. Baptista. 2015. "The 1531 Lisbon Earthquake and Tsunami." In *Proceedings of the 15th World Conference on Earthquake Engineering 2012*. Vol. 5, 3993-4002. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica.
- Moita, Irisalva. 1955. "Cemitério Cristão no Largo do Salvador." *Revista Municipal* 64:47-50.
- . 1967. "Lápide Funerária Proveniente dum Almocavar de Lisboa." *Revista Municipal* 114-115:81-86.
- . 1994. "O Domínio Romano." In *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 35-68. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2009. "Vista panorâmica de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leyde." *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa I* (95):27-57.
- Moita, Irisalva, et Ana Leite. 1986. "Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações." *Trabalhos de Arqueologia. I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*. Vol 3, 55-67. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Montenegro, Enrique. 2004. "Abraham Ibn Ezra en las Crónicas HispanoHebreas." *Kalakorikos: Revista para el estudio, defensa, protección y divulgación del patrimonio histórico, artístico y cultural de Calaborra y su entorno* 9:241-255.
- Montero Vallejo, Manuel. 1996. *Historia del urbanismo en España I: del Eneolítico a la Baja Edad Media*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Moreno Expósito, Iñaki, et Esteve Nadal i Roma. 2015. "La Reial Drassana de Barcelona: de Papogeu medieval al fals declivi en època moderna." In *Actas do V Congrés d'Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya*. Vol I, 575-588. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- Mota, João. 2005. "A Conquista de Lisboa aos Mouros – Possíveis Relações Textuais entre as Cartas dos Cruzados." In *A Nova Lisboa Medieval: Actas*, ed. Luís Krus, Maria Adelaide Miranda, et Miguel Alacão, 43-49. Lisboa: Colibri/Núcleo Científico de Estudos Medievais.
- Moya, Fabiola, et Concepción Morales. 2006. "El antiguo convento de Santa Fe de Toledo." *Bienes Culturales* 6:53-76.
- Mumford, Lewis. 1961. *The City in History*. Londres: Harcourt.
- Muntanñola, Robert. 2008. "Les Drassanes de Barcelona: la geometria, la traça i l'estructura com a garants de la identitat de Pedifici." Tese de Doutoramento, Universidade Ramon Llull. URL: <http://www.tesisenred.net/handle/10803/9131>.
- Muralha, João, Cláudia Costa, et Marco Calado. 2002. "Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa)." *Al-Madan*, 2.^a série, 11:245-246.

- Nadal Roma, Esteve. 2014. "La Drassana Reial de Barcelona. Evolució d'una edificació cabdal del litoral barceloní." *Barcelona Quaderns d'Historia* 21:95-112.
- Nahon, Gerard. 1990. "La elegía de Abraham Ibn Ezra sobre la persecución de los almohades. Nuevas perspectivas." In *Abraham Ibn Ezra y Su Tiempo: Actas Del Simposio Internacional*, coord. Fernando Díaz Esteban, 217-224. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid/Asociación Española de Orientalistas.
- Nascimento, Aires A. 1998. *S. Vicente de Lisboa e Seus Milagres Medievais*. Lisboa: Didaskalia.
- Navarro Palazón, Julio, et Vicent Estall i Poles. 2011. "La alcazaba de Onda." *El Legado Andalusi* 44:74-83.
- Navarro Palazón, Julio, et Pedro Jiménez Castillo. 2001. "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista Cristiana." In *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, ed. Jean Passini, 71-129. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha. URL: <http://digital.csic.es/handle/10261/13734>.
- . 2003. "Sobre la ciudad islámica y su evolución." In *Estudios de Arqueología dedicados a la Profesora Ana María Muñoz Amilibia*, ed. S. F. Ramallo Asencio, 346-350. Murcia: Universidad de Murcia.
- . 2007a. "Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico." *Artigrama. Revista del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza* 22:259-298.
- . 2007b. "Evolution of the Andalusi Urban Landscape: From the Dispersed to the Saturated Medina." In *Revisiting Al-Andalus. Perspectives on the Material Culture of Islamic Iberia and Beyond*, ed. Glaire D. Anderson et Mariam Rosser-Owen, 115-142. Leiden: BRILL. URL: <https://digital.csic.es/handle/10261/10280>.
- . 2007c. *Las ciudades de Alandalús: nuevas perspectivas*. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo. <http://digital.csic.es/handle/10261/15290>.
- . 2009. "Arqueología del baño andalusí: notas para su comprensión y estudio." In *Actas de los XIX Cursos Monográficos sobre el Patrimonio Histórico*, ed. Jose Manuel Iglesias Gil, 71-113. Santander/Reinosa: Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Reinosa. URL: <https://digital.csic.es/handle/10261/19538>.
- . 2012. "Un ejemplo de saturación del parcelario andalusí: la excavación del solar de la calle organistas de Murcia." *Memorias de arqueología de la región de Murcia* 15:781-802.
- Navarro Palazón, Julio. 1990. "La casa andalusí en Siyasa: ensayo para una clasificación tipológica." In *La casa Hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*, coord. Jesús Bermúdez López et André Bazzana, 177-198. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife.
- . 1991. *Una casa islámica de Murcia – estudio de su ajuar (siglo XIII)*. Murcia: Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos "Ibn Arabí". <http://hdl.handle.net/10261/17133>.
- . 2012. "El Palacio de Onda: un enigma para la historia de al-Andalus en el siglo XI." In *Le Plaisir de l'art du moyen âge. Commande, production et réception de l'oeuvre d'art. Mélanges en hommage à Xavier Barral i Altet*, ed. R. Alcoy, D. Allios, M. A. Bilotta, M. Gianandrea, 300-312. Paris: Picard.
- Navascués Palacio, Pedro. 2011. "Historia breve de la fábrica de la Catedral de Toledo." In *La Catedral de Toledo, obra y fábrica*, 11-74. Barcelona: Lunwerg Editores.
- Neglia, Giulia. 2008. "Some Historiographical Notes on the Islamic City with Particular Reference to the Visual Representation of the Built City." In *The City in the Islamic World*, ed. Salma K. Jayyusi. Vol. 1, 3-46. Leiden/Boston: Brill.
- Neto, José, Hugo Silva, et Luís Gonçalves. 1999. "Os Túmulos Medievais da Igreja de São Domingos (Lisboa) – Contributo para a História da Arte Medieval Portuguesa." *Olisipo*, 2.ª série, 8:21-27.
- Neto, Nuno, Paulo Rebelo, Ricardo Ávila Ribeiro, Miguel Rocha, et José Ángel Zamora López. 2016. "Uma Inscrição Lapidar Fenícia em Lisboa." *Revista Portuguesa de Arqueologia* 19:123-128.
- Neto, Nuno, et Tiago Fontes. 2006. "Intervenção Arqueológica nas Escolas Gerais." Processo S 12 713. Lisboa, Neoépica. Arquivo IGESPAR.

- Neuvonen, Eero K. 1941. *Los arabismos del español en el siglo XIII*. Imprensa da Sociedade de Literatura Finlandesa.
- Nogueira, Bernardo de Sá. 2007. “Intervenção da Corte Régia no Enquadramento do Comércio Lisboaeta (1276-1279), Documentada por Instrumentos Notariais de Composição.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, 112-128. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nooraddin, Hoshair. 1996. *Al-Fina'. A Study of "In Between" Spaces Along Streets as an Urban Design Concept in Islamic Cities of the Middle East with a Case Study in Cairo*. 2 vols. Trondheim: Universidade de Trondheim. URL: https://www.researchgate.net/publication/308792769_Al-Fina_A_Study_of_In-between_Spaces_Alone_Streets_as_an_Urban_Design_Concept_in_Islamic_Cities_of_the_Middle_East_with_a_Case_Study_in_Cairo
- Norte, Armando. 2013. “Letrados e Cultura Letrada: (Sécs. XII-XIII).” Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8941>.
- Núñez Fuster, Joaquín. 2006. “Toledo y Sevilla en la Baja Edad Media. urbanismo y sociedad.” In *Ars longa, vita brevis: homenaje al Dr. Rafael Sancho de San Román*, 339-363. Toledo: Real Academia de Bellas Arte y Ciencias Históricas.
- Oliveira, Carlos de. 2008. “Memória das Águas de Alfama.” Dissertação de mestrado, Universidade Aberta.
- Oliveira, Eduardo Freire de. 1882-1911. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. 17 vols. Lisboa: Typographia Universal.
- Oliveira, Frei Nicolau de. 1804. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia. URL: <https://archive.org/details/livrodasgrandezas00oliv/page/n6/mode/2up>.
- Oliveira, J. M. Pereira de. 1973. *O Espaço Urbano do Porto – Condições Naturais de Desenvolvimento*. 2 vols. Coimbra: Instituto Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, José Augusto. 2007. “Atravessar o Tejo: Mercadores entre Lisboa e a Outra Margem.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, 214-220. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2016. “Um Estaleiro Medieval: As Obras no Claustro da Sé de Lisboa.” In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, ed. João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo, et Miguel Gomes Martins, 177-204. Lisboa: IEM.
- Oliveira, Luís Filipe Simões Dias de. 2007. “Uma Barregã Régia, Um Mercador de Lisboa e as Freiras de Santos.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 182-196. Lisboa: Livros Horizonte.
- Oliveira, Luís Filipe, et Mário Viana. 1993. “A Mouraria de Lisboa no século XV?” *Arqueologia Medieval* 2:191-210.
- Paio, Alexandra, Henrique Soares de Albergaria, et Ana Maria Branco. 2007. *Vilas Medievais Planeadas de Portugal: Reinados de D. Afonso III e de D. Diniz*. Coimbra: Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra.
- Passini, Jean, ed. 2001. *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- Pavón Maldonado, Basílio. 1992. *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Mapfre.
- . 2009. *Tratado de arquitectura hispanomusulmana*. Vol. 4, *Mezquitas*. Madrid: CSIC.
- . 2013. “Miscelanea de arte hispanomusulman: decoración almorávide-almohade: geométrica, zócalos pintados, y floral, yeserías talladas.” *Basílio Pavón Maldonado. Página personal*. December 12. <http://www.basiliopavonmaldonado.es/documentos/miscelanea.pdf>.
- Pedrosa, Fernando Gomes. 2015. “As Tercenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique.” *Memórias* 2013 XLIII:95-120.

- Pereira, Gabriel. 1902. *Lisboa e Arredores: Inquirições do Reinado de D. Afonso III*. Lisboa: Typographia Lallemand.
- Pereira, Isaías da Rosa. 1964. “Livro de Aniversários da Igreja de Sta. Marinha de Lisboa.” Separata da *Revista Municipal de Lisboa* 100.
- Pereira, Luiz Gonzaga. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional.
- Pereira, Paulo, dir. 1995. *História da Arte Portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Temas e Debates.
- Pereira, Paulo. 2001. “Arqueologia na Grande Cidade.” *Arqueologia Medieval* 7:7-10.
- Pereira, Paulo, et Ana Cristina Leite. 1993. *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 Anos. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Pérez Higuera, María Teresa. 1997. “El Arte.” In *Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal et José María Jover Zamora. Tomo VIII, *La España musulmana de los siglos XI al XV*, Vol. 2, *El retroceso territorial de Al-Andalus. Almorávides y almohades. Siglos XI al XIII*, 635-699. Madrid: Espasa Calpe.
- Pérez Ordóñez, Alejandro. 2008. “Arquitectura doméstica tardeandalusí y morisca: aproximación al modelo de familia y a su plasmación en la arquitectura y el urbanismo de los siglos XIII al XVI.” Trabajo de Investigación Tutelada, Granada: Repositório Institucional Digital CSIC: Escuela de Estudios Árabes. URL: <https://digital.csic.es/handle/10261/12283>.
- Pérez-Malumbres Landa, Alejandro, et Juan Antonio Martín Ruiz. 2009. “Arqueología de una ciudad: de Malaca a Malaqa.” In *Malaqa: entre Malaca y Málaga*, ed. María Jesús Viguera Molins, 59-82. Málaga: Servicio de Publicaciones Universidad de Málaga.
- Picard, Christophe. 1981. “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman ibn Yunus al-Jilliki (fin IXe siècle).” *Revue des études islamiques* XLIX (fasc. 2):215-229.
- . 1998. “A Islamização do Gharb al-Andalus.” In *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, coord. Santiago Macias et Cláudio Torres, 25-34. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- . 2000. *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve.
- . 2001. “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne.” *Arqueologia Medieval* 7:89-94.
- . 2005. “Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-andalus (X-XIIe siècle): les signes d’une dynamic.” In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca et Isabel Cristina Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Picard, Christophe, et Bernard Rosenberger. 1998. *L’océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l’époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Editions UNESCO.
- Picoito, Pedro. 2008. “A Trasladação de S. Vicente: Consenso e Conflito na Lisboa do Século XII.” *Revista Medievalista Online* 4.
- Pimenta, João. 2005. *As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- . 2014. “Os Contextos da Conquista: Olisipo e Decimo Jvniio Bruto.” *Cira Arqueologia*. 3:44-60.
- Pimenta, João, Marco Calado, et Manuela Leitão. 2005a. “Novos Dados sobre a Ocupação Pré-Romana da Cidade de Lisboa: As Ânforas da Sondagem n.º 2 da Rua de S. João da Praça.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (2):313-334.
- Pimenta, João, Marco Calado, et Rodrigo Banha da Silva. 2005b. “Sobre a Ocupação Pré-Romana de Olisipo: a I.A.U. da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15.” In *Fenícios e Púnicos por Terra e Mar: Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, ed. Ana Margarida Arruda, 724-735. Lisboa. URL: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/sobre-a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A9-romana-de-olisipo-a-interven%C3%A7%C3%A3o-arqueol%C3%B3gica>.

- Pimenta, João, et Henrique Mendes. 2012. “Sobre o Povoamento Romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis.” *Cira-Arqueologia. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga* 1:41-64.
- Pina, Luís de. 1932. “Pedro Julião ou Pedro Hispano: Papa João XXI.” In *Arquivo Histórico de Portugal* 1:27-46.
- . 1947. *O Porto na Conquista de Lisboa*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Pinon, Pierre. 2001. “La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanência y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental.” In *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, ed. Jean Passini, 179-214. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Pinto, Sandra. 2012. “As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos.” Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. URL: <https://eg.uc.pt/handle/10316/20466>. Construir sem Conflitos: As Normas para o Controlo da Atividade Construtiva em Valência, Sevilha e Lisboa (Séculos XIII a XVI) *Anuario de Estudios Medievales* 47 (2):825-859. Doi:10.3989/aem.2017.47.2.12.
- Pires, Hélio. 2012. “Incurções Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios.” Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/7873>.
- Pizarro, José Augusto. 1999. “A Nobreza Portuguesa no Período Dionisino. Contextos e Estratégias (1279-1325).” *En la España medieval* 22:61-176.
- . 2008. *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- . 1997. “Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325).” Tese de doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>.
- Pobreza (A) e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. 1973. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Ponce, Mónica, Filipe Oliveira, Tiago Nunes, Marina Pinto, e Marina Lourenço. 2017. “O sítio dos lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al. 1703-1714.” In *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Powers, David. 2006. “Waqf.” In *Medieval Islamic Civilization: An Encyclopedia*, ed. Josef W. Meri. Vol. 2, 858. New York: Routledge.
- Pradalié, Gérard. 1975. *Lisboa da Reconquista ao fim do Século XIII*. Lisboa: Edições Palas.
- “Priene.” 2013. In *Encyclopædia Britannica*. URL: <https://www.britannica.com/place/Priene>.
- Puertas Tricas, Rafael. 1990. “El Barrio de viviendas de la Alcazaba de Malaga.” *Mainake* 11-12:197-224.
- Quinteira, Catarina. 2010. “Relatório do Projecto de Reconstrução e Ampliação do Antigo Convento das Mónicas – Lisboa.” Processo CNS 32 917. Arquivo IGESPAR.
- Ramalho, Elsa, et Maria Lourenço. [s.d.]. “As Águas de Alfama como Património Hidrogeológico de Lisboa.” In *Actas do VII Congresso Nacional de Geologia, 29 de Junho a 13 de Julho de 2006*, 1-4. URL: <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/427/1/31222.pdf>.
- Ramalho, Maria de Magalhães, et Catarina Viegas. 1994. “Intervenção Arqueológica nos Armazéns do Museu do Chiado – Lisboa.” In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Vol. 1, 243-252. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- Ramírez Águila, Juan Antonio. 1997. “‘Baraka’ y termalismo en al-Andalus y el Magreb. A propósito de los baños de Alhama de Murcia.” In *Termalismo antiguo: I Congreso peninsular: actas*, ed. María Jesus Agorreta, 545-554. Madrid: Casa de Velázquez. URL: https://www.academia.edu/2494350/Baraka_y_termalismo_en_Al-Andalus_y_el_Magreb_A_prop%C3%B3sito_de_los_ba%C3%B1os_de_Alhama_de_Murcia.

- Cómeç Ramos, Rafael. 2013. "El Alcázar de Sevilla." *Apuntes de El Alcázar de Sevilla* 14:118-137.
- Ravara, António Pinto. 1967. "A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)." Dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Raymond, André. 2008. "The Spatial Organization of the City." In *The City in the Islamic World*, ed. Salma K. Jayyusi. Vol 1, 47-70. Leiden/Boston: Brill.
- Real, Manuel Luís. 1987. "Perspectivas sobre a Flora Românica da 'Escola' Lisbonense. A propósito de Dois Capitéis Desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo." *Sintria* I-II:529-560.
- . 1992. "Inovação e Resistência: Dados Recentes sobre a antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular." In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 17-68. Barcelona/Lisboa: Institut d'Estudis Catalans – Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa.
- . 1994. "Baixo Relevo Ornamental." *Lisboa Subterrânea*. Lisboa / Milão: Museu Nacional de Arqueologia / Electa.
- . 1995. "O Convento Românico de São Vicente de Fora." *Monumentos* 2:14-23.
- . 1998. "Os Moçárabes do Gharb Português." In *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, coord. Cláudio Torres et Santiago Macías. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- . 2001. "O Românico Português na Perspectiva das Relações Internacionais." In *Românico em Portugal e na Galiza*, 38-55. Lisboa, Gulbenkian.
- Rei, António. 2001. "As Portas da Cerca de Lisboa no Período Islâmico." *Arqueologia e História. Actas do II Colóquio Temático – Estudos de Lisboa (Séculos VIII-XV)* 53:35-43.
- . 2005. "Ocupação Humana no Alfoz de Lisboa durante o Período Islâmico." In *A Nova Lisboa Medieval: Actas*, 25-42. Lisboa: Colibri.
- . 2007. "Os Rostos Do Poder Na Lisboa Das Taifas (1009-1093) – Novas Leituras." In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, 60-70. Lisboa: Livros Horizonte.
- Reilly, Bernard. 1996. *Cristãos e Muçulmanos: A Luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema.
- Remensnyder, Amy G. 2000. "The Colonization of Sacred Architecture: The Virgin Mary, Mosques, and Temples in Medieval Spain and Early Sixteenth-Century Mexico." In *Monks and Nuns, Saints and Outcasts: Religious Expression and Social Meaning in the Middle Ages*, ed. Sharon Farmer et Barbara Rosenwein, 189-219. New York: Ithaca.
- Renouard, Yves. 1969. *Les villes d'Italie de la fin du X siècle au début du XIV Siècle*. 2 vols. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur.
- Repas, Luís Miguel. 2007. "Entre o Mosteiro e a Cidade: O Recrutamento Social das 'Donas' de Odivelas." In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 232-238. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, José Cardim. 1994a. "Breve Nota acerca do Criptopórtico de Olisipo e da Possível Localização do 'Forum Corporativo'." *Bracara Augusta* XLV:191-200.
- . 1994b. "Felicitas Iulia Olisipo – Algumas Considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea." *Almadan. Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, II série, 3:75-95.
- Ribeiro, Maria do Carmo Franco, et Arnaldo Sousa Melo. 2012. *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19501>.
- , ed. 2013. *Evolução da Paisagem Urbana: Transformação Morfológica dos Tecidos Históricos*. Braga: CITCEM/IEM. URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23995/1/Ribeiro%20e%20Melo%20-%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20paisagem%20urbana%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20morfol%C3%B3gica%20dos%20tecidos%20hist%C3%B3ricos.pdf>.

- Ribeiro, Maria do Carmo, et Arnaldo Sousa Melo. 2013. “O Papel dos Sistemas Defensivos na Formação dos Tecidos Urbanos (séculos XIII-XVII).” In *Evolução da Paisagem Urbana: Transformação Morfológica dos Tecidos Históricos*, coord. Maria Carmo Ribeiro et Arnaldo Sousa Melo, 183-221. Braga: CITCEM/IEM.
- Ribeiro, Mário de Sampayo. 1939. “A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa.” Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Ribeiro, Nuno. 2004. “Relatório Final: Beco da Cardoso – Ramais 33 e 35 – Projecto de Implementação de Gás Natural.” Processo S-33 868. Arquivo IGESPAR.
- Ribeiro, Orlando. 1994a. “As Cidades de Portugal.” In *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*. Vol. V, 141-154. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 1994b. “O Crescimento de Lisboa.” In *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*. Vol. V, 29-37. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 1998. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas*. Lisboa: Sá da Costa.
- Robles Fernández, Alfonso, Juan Antonio Ramírez Aguila, et E. Navarro Santa-Cruz. 1994. “Influencia de las mentalidades en el urbanismo andalusí: la interacción funcional de baños y cementerios en Murcia.” In *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española*. Vol. II, 95-102. Alicante: Diputación Provincial de Alicante.
- Rocha, Artur. 2012. *Edifício Sede do Banco de Portugal – Lisboa: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 2010 e 2011*. Lisboa.
- , et al. 2013. “Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um Primeiro Balanço dos Trabalhos Arqueológicos.” In *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- . 2014. “Uma Muralha, Vários Percursos.” *Rossio: Estudos de Lisboa* 3:80-87.
- Rocha, Artur, et Manuel Fialho Silva. [s.d.]. “A Génese da Judiaria Pequena no século XIV.” In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, coord. João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo, et Miguel Gomes Martins, 223-240. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Rodero Pérez, Santiago, Juan Antonio Molina Mahedero. 2006. “Un sector de la expansión occidental de la Córdoba islámica: el arrabal de la Carretera de Trassierra (I).” *Romula* 5:219-294.
- Rodrigo Pertegáz, José. 1925. “La morería de Valencia. Ensayo de descripción topográfico-histórica de la misma.” *Boletín de la Real Academia de la Historia* 86:229-251.
- Rodrigues, Ana Maria. 2004. “Património, Direitos e Rendimentos Eclesiásticos.” In *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1, 261-301. Lisboa: Temas e Debates.
- Rodrigues, Carla Devesa. 2007. “Pelo Alfoz de Lisboa: A Aldeia da Ameixoeira e as suas gentes em finais da Idade Média.” In *Lisboa Medieval: Os Rostos Da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 315-321. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, Jorge. 1995. “A Arquitectura Românica.” In *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira. Vol. I, *Da Pré-História ao ‘Modo’ Gótico*, 183-264. Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Rodrigues, Maria Teresa Campos. 1968. “Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV.” Separata da *Revista Municipal* 101-109.
- Rossa, Walter. 1995. “A Cidade Portuguesa.” In *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira. Vol. I, *Da Pré-História ao ‘Modo’ Gótico*, 233-275. Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- . 2001. “Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade.” Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- . 2002. *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina.
- Rossa, Walter, et Luísa Trindade. 2006. “Questões e Antecedentes da Cidade Portuguesa: O Conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a Sua Expressão Morfológica.” In *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1:70-109.

- Rosselló, V. M., et G. M. Cano. 1975. *Evolución urbana de Murcia*. Murcia: Ayuntamiento de Murcia.
- Ruiz Lara, Dolores, Juan Francisco Murillo Redondo, José R. Carrillo Díaz-Pines, Silvia Carmona Berenguer, et Maudilio Moreno Almenara. 2003. "Resultados de la intervención arqueológica realizada en el Palacio de Orive de Córdoba (1996-1998)." In *Anuario arqueológico de Andalucía 2000*. Vol. 3, Tomo 1, *Actividades de Urgencia*, 299-321.
- Sabaté i Currul, Flocel. 2012. "L'espace des minorités ethniques et religieuses: les juifs dans les villes catalanes au Bas Moyen Âge." In *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, 231-286. Savoie: Université de Savoie.
- Sáez Sánchez, Emilio, Cristina Segura Graiño, et Margarita Cantera Montenegro, ed. 1985. *La ciudad hispanica durante los Siglos XIII al XVI. Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*. Madrid: Universidad Complutense.
- Saïd, Edward W. 2004. *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.
- Salgueiro, Teresa Barata. 1992a. *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Porto: Afrontamento.
- . 1992b. "A Espacialidade no Tempo Urbano." *Penélope: Fazer e Desfazer História* 7:7-25.
- Salomé, Rita, et Marco Calado. 2012. "Um Pequeno Conjunto Cerâmico de Época Medieval da Rua de São Mamede (Lisboa)." *Al-Maidan Online*, 2.ª série, 17:23-30.
- Salvatierra Cuenca, Vicente. 1998. "Las Huertas de Jaén Islámico." In *Arqueologia y Territorio Medieval* 5:55-66. URL: <https://doi.org/10.17561/aytm.v5i0.1542>.
- . 2006. "Formación y complejidad de una ciudad omeya: Jaén entre los siglos VIII y XI." In *El espacio urbano en la Europa medieval: Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo*, ed. Jesús Ángel Solórzano Telechea et Beatriz Arízaga Bolumburu, 319-344. Nájera: Encuentros Internacionales del Medievo.
- Sampayo, Mafalda. 2001. "O Modelo Urbanístico de Tradição Muçulmana nas Cidades Portuguesas." Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. URL: https://www.academia.edu/4042808/O_modelo_urban%C3%ADstico_de_tradi%C3%A7%C3%A3o_mu%C3%A7ulmana_nas_cidades_portuguesas_s%C3%A9c._VIII-XIII_MSc_in_Urban_Design_on_the_topic_of_An_Urban_Model_of_Muslim_Tradition_in_Portuguese_Cities_.
- Sanchis y Sivera, José. 1921. "La diócesis valentina. Nuevos estudios históricos." In *Anales de Instituto General e Técnico de Valencia*. Valencia: La Voz valenciana.
- Santana, Francisco, et Eduardo Sucena, ed. 1994. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados.
- Santos, José, et Paula Abranches. 2010. "O Arrabalde da Silves Islâmica: A Intervenção Arqueológica do Empreendimento do Castelo." *Arqueologia Medieval* 11:89-102.
- Santos, Vítor, et J. Marques. 1997. "Intervenção de Emergência num Edifício da Baixa de Lisboa. CNN – Companhia Nacional de Navegação." In *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, 145-159. Almada: Câmara Municipal de Almada – Divisão de Museus.
- Saraiva, José Cunha. 1934. *A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa*. Lisboa.
- São José, Frei Jerónimo de. 1789. *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira. URL: <http://purl.pt/16563>.
- Schwartz, Samuel. 1952. "Elegia de Rabi Abraham ibn Ezra (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa." *Revista Municipal* 55:35-44.
- Sell Carranza, Fanny. 2011. "La alcazaba de Málaga. Historia a través de su imagen." *Péndulo: revista de ingeniería y humanidades* 22:54-73.

- Senos, Nuno. 2002. *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.
- . 2009. “A Igreja do Convento de São Francisco de Portalegre: História de Um Edifício.” In *A Requalificação da Igreja do Convento de São Francisco*, coord. António Camões Gouveia, 39-57. Portalegre: Fundação Robinson. URL: https://issuu.com/fundacaorobinson/docs/010_pfr.
- Sepúlveda, Eurico de, et Clementino Amaro. 2007. “Casa dos Bicos, 25 Anos depois: Marcas de Oleiro em Terra Sigillata.” *Al-Madan Online*, II série, 15 (adenda electrónica):1-9.
- Sepúlveda, Eurico de, Nuno Gomes et Rodrigo Banha da Silva. 2003. “A Intervenção Arqueológica Urbana da Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Lisboa): 1 – A Terra Sigillata.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6 (2):401-414.
- Sepúlveda, Eurico de, Ana Vale, Vítor Sousa, Vítor Santos et Natalina Guerreiro. 2002. “A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata.” *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5 (2):245-275.
- Sequeira, Gustavo de Matos. 1939-1941. *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*. Vol. 3. Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1953. “Lisboa, dos Seus Primórdios até ao Quinhentismo.” In *Vinte Cinco Anos na Vida de Uma Capital: 1928-1953*, 23-30. Lisboa: Neogravura.
- Sequeira, Gustavo Matos de, dir. 1947. *Oito Séculos de História*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Serra, Joaquim Bastos. 2003. *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média: Os Homens e a Gestão da Riqueza Patrimonial*. Cascais: Patrimonia Histórica. URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/17170>.
- Serra, Pedro Cunha. 1957. “Da Hagionímia e Hagioponímia Portuguesa (a propósito de Um Livro Recente).” *Revista Portuguesa de Filologia* VIII:39-59.
- Serra, Susana. 2008. *Castelo de S. Jorge: Núcleo Museológico*. Lisboa: EGEAC.
- Sidarus, Adel, et António Rei. 2001. “Lisboa e Seu Termo Segundo os Geógrafos Árabes.” *Arqueologia Medieval* 7:37-72.
- Sidarus, Adel, et Felix Teichner. 1997. “Termas Romanas no Gharb al-Andalus.” *Arqueologia Medieval* 5:177-189.
- Silva, André. 2019. “As Cerâmicas Medievais dos Antigos Armazéns Sommer, em Lisboa (Sécs. XIII-XIV).” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, António de Moraes. 1949. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10.^a ed. Lisboa: Editorial Confluência.
- Silva, Augusto Vieira da. 1899. “A Judiaria Velha de Lisboa: Estudo Topographico sobre a Antiga Lisboa.” *O Archeologo Português* V:11-12.
- . 1919. “Locais onde Funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos.” *Boletim da 2.^a Classe da Academia das Ciências de Lisboa* XII:742-753.
- . 1937. *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descriptivo*. 2.^a ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- . 1939. *A Cerca Moura de Lisboa: Estudo Histórico-Descriptivo*. 2.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1941. *Os Limites de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1943. *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1944a. *Epigrafia de Olisipo: Subsídios para a História da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1944b. “Inscrições Lapidares da Porta do Ferro: Excerto de Um Trabalho em Preparação sobre Epigrafia Olisiponiana.” *Olisipo* 3-21.
- . 1948. “Santa Catarina: Terceira Freguesia Cristã de Lisboa?” *Revista Municipal* 39:16-18.
- . 1950. *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- . 1954. *Dispensos*. Vol. 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- . 1960a. “A Cristianização de Lisboa.” In *Dispensos*. Vol. III. Lisboa: Publicações Culturais da CML.
- . 1960b. *Dispensos*. Vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1960c. *Dispensos*. Vol. 3. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1968a. “A Evolução Paroquial de Lisboa.” In *Dispensos*, 2.^a ed., Vol. 1, 171-215. Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1968b. “Notícias Históricas das Freguesias de Lisboa.” In *Dispensos*, 2.^a ed., Vol. 1, 219-299. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1985. “Algumas Descobertas no Castelo de S. Jorge.” In *Dispensos*, 2.^a ed., Vol. 2, 361-368.
- . 1987a. *A Cerca Fernandina*. 2.^a ed. Vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 1987b. *As Murallas da Ribeira de Lisboa*. 3.^a ed. 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, Carlos Guardado da. 2000. “O Mosteiro de S. Vicente de Fora: Fundação, Organização Interna e Património Rural: Séculos XII-XIII.” *Olisipo*, II série, 13:29-40.
- . 2002. *O Mosteiro de São Vicente de Fora. A Comunidade Regrante e o Património Rural (Séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri.
- . 2005. “Lisboa Medieval: A Organização e a Estrutura do Espaço Urbano.” Tese de doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- . 2008. *Lisboa Medieval: A Organização e Estruturação Do Espaço Urbano*. Lisboa: Edições Colibri.
- . 2013. “Lisboa: da Cidade de Fronteira à Afirmação da Capital do Reino: 1147-1383.” *Revista Férula* 3:24-34.
- . 2013. “A Segregação Espacial de Uma Minoria na Lisboa Medieval: As Judiarias (Séc. XII a 1383).” In *Judiarias, Judeus e Judaísmo*, ed. Carlos Guardado Silva, 127-136. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano.
- Silva, Carlos Ribeiro da. 2007. “Caracterização Construtiva do Edificado de Alfama.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- Silva, Gonçalo. 2012. “Espiritualidade e Poder na Lisboa dos Finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515).” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Inês Mendes da. [s.d.] “Relatório Necrópole dos Lagares.” ERA Arqueologia, Processo S 35576. Arquivo DGPC.
- Silva, José Custódio Vieira da. 1997. “Da Galilé à Capela-Mor: o Percurso do Espaço Funerário na Arquitectura Gótica Portuguesa.” In *O Fascínio do Fim*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, José Vieira da. 2002. *Paços Medievais Portugueses*. 2.^a ed. Lisboa: IPPAR.
- Silva, Manuel Fialho. 2012. “São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294).” *Rossio: Estudos de Lisboa* 0:8-27.
- . 2013. “A População Judaica da Lisboa de D. Dinis.” In *Atas do I Congresso Histórico Internacional Realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*, 181-193. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- . 2018. “O Sistema Viário da Lisboa Medieval.” In *Meios Vias e Trajectos... Entrar e Sair de Lisboa*, coord. João Carlos Senna-Martinez, Ana Cristina Martins, Ana Caessa, António Marques, et Isabel Cameira, 135-145. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa.
- . 2019. “Morfologias Urbanas na Lisboa Medieval: O caso das Judiarias (1147-1325).” In *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*, ed. Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, et Sara Prata, 289-306. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Silva, Manuel Fialho, et Inês Lourinho. 2010. “O Híbridismo na Sociedade Olisiponense pós-1147.” In *Actas do II Colóquio Internacional sobre Moçárabes, 15 e 16 de Outubro de 2010, Silves*.

- Silva, Manuel Fialho et Mário Farelo. 2019. “The Place of Each One in Medieval Lisbon/O Lugar de Cada Um na Lisboa Medieval” in *Convivência(s)/Coexistence. Lisboa Plural – 1147-1910*, coord. Paulo Almeida Fernandes et Ana Paula Antunes, 22-51. Lisboa: EGEAC.
- Silva, Manuel Fialho, et Nuno Fonseca. 2019. “As Terceiras Régias de Lisboa: D. Dinis a D. Fernando.” In *Actas XV Simpósio de História Marítima. O Mar Como Futuro de Portugal (c. 1223 - c. 1448). A propósito da Contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, coord. José dos Santos Maia, 257-274. Lisboa: Academia da Marinha.
- Silva, Manuela Santos. 1993. “As Cidades (Séculos XII-XV).” In *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias – Portugal Medieval*, dir. João Medina. Vol. III, 249-312. Alfragide-Amadora: Ediclube.
- . 1997. *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*. Cascais: Patrimonia.
- . 2004. “A administração municipal de Lisboa.” In *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias – Portugal Medieval*, dir. João Medina. Vol. III, 324-329. Amadora: Ediclube.
- Silva, Rodrigo Banha da. 1997. “Urbanismo de Olisipo: A Zona Ribeirinha.” In *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, 43-67. Lisboa, CML: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 2005. “‘Marcas de Oleiro’ em Terra Sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): Contribuição para o Conhecimento da Economia de Olisipo (Séc. I a. C. – Séc II d. C.)” Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8130>.
- . 2007. “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: Um Contributo para o Conhecimento da Actividade Oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o Período Islâmico.” Trabalho Académico para o Seminário de Arqueologia Medieval, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. URL: https://www.academia.edu/3992330/O_contexto_913_da_IAU_do_Largo_do_Chafariz_de_Dentro_Alfama_.
- . 2009. “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: A I.A.U. da Praça da Figueira.” *Cira-Arqueologia. Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Ierabríga* 1:74-87.
- . 2011. “Olisipo.” In *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania Memoriam: Xavier Dupré Raventós (1956-2006), in memoriam*, 204-212. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- . 2012a. “A Ocupação do Período da Dominação Islâmica na Praça da Figueira (Lisboa).” In *Afonso I de Portugal. Nos 900 Anos do Seu Nascimento. Actas*, 137-147. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa.
- . 2012b. “As ‘Marcas de Oleiro’ na Terra Sigillata e a Circulação dos Vasos na Península de Lisboa.” Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/9472>.
- . 2013a. “A Ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa): Novos e Velhos Dados sobre os Antecedentes da cidade de Lisboa.” *Cira Arqueologia* 2:40-62.
- . 2013b. “O ‘Facies’ cerâmico de Olisipo (Lisboa) no Período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados.” In *Actas do workshop internacional La Configuración de las facies Cerámicas Altoimperiales en el sul de la Península Ibérica (2013)*. Granada: Universidad de Granada-Facultad de Filosofía y Letras. URL: https://www.academia.edu/16730166/O_facies_cer%C3%A2mico_de_Olisipo_Lisboa_no_per%C3%ADodo_julio-cl%C3%A1udio_uma_primeira_aproxim%C3%A7%C3%A3o_a_partir_de_contextos_suburbanos_seleccionados.
- . 2015. “O Contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maira Maior, Lisboa): Vidros, Cerâmicas e Análise Contextual.” In *Contextos estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*, coord. José Quaresma et João Marques. Vol 1, 41-67. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Silva, Rodrigo Banha da, et al. 2007. “Largo do Chafariz de Dentro/Rua dos Remédios (Alfama, Lisboa).” Processo S-30 148. Arquivo de Arqueologia do IGESPAR.

- Silva, Rodrigo Banha da, et Adriaan de Man. 2012. “Palácio dos Condes de Penafiel: A Significant Late Antique Context from Lisbon.” Comunicação apresentada na X Edição do Congresso Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo”, Silves, 22-27 de Outubro de 2012.
- Silva, Rodrigo Banha da, et António Valongo. 2016-2017. “A Urbanística do Subúrbio Ocidental de Felicias Iulia Olisipo (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.º 133-145.” *Cira Arqueologia* 5:116-148.
- Silva, Rodrigo Banha da, Sílvia Casimiro, Vanessa Filipe, André Bargão, Sara Ferreira, et Nuno Mota. 2015. “Leitura Arqueológica do Espaço Periurbano de Lisboa entre meados do século XI e o século XII: As Estruturas Viárias e Agrárias na Praça da Figueira.” In *Colóquio Nova Lisboa Medieval IV: Os Territórios de Lisboa*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Rodrigo Banha da, Rosa Varela Gomes, et Mário Varela Gomes. 2011. “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa).” In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, ed. Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes, et Catarina Tente, 17-26. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve. URL: https://www.academia.edu/3992334/O_Bairro_Isl%C3%A2mico_da_Pra%C3%A7a_da_Figueira_Lisboa_.
- Silveira, Ana Cláudia. 2007. “Entre Lisboa e Setúbal: Os Palhavã.” In *Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, et João Luís Fontes, 197-213. Lisboa: Livros Horizonte.
- Simão, Inês, et Alexandre Sarrazola. 2013. “Relatório dos Trabalhos Arqueológicos na Rua dos Sapateiros n.º 130 a 144 e Rua da Assunção, n.º 73 a 77.” Processo CNS 34 851. Arquivo DGPC.
- Soromenho, Paulo. 1963. “Um Casa de Alfama (Largo do Chafariz de Dentro, nos 8, 9, 9-A).” *Olisipo* 104:177-197.
- Sousa, Alexandra de. 2004. “Casa do Infante / Intervenções.” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55258>.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e, coord. 2011. *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates.
- Sousa, Cordeiro de. 1927. *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1935. *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sousa, D. António Caetano de. 1946. *Pronas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Vol. 1. Coimbra: Atlântida.
- Sousa, Francisco L. Pereira de. 1922. *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*. Vol. III. Lisboa.
- Sousa, José Maria Cordeiro de. 1953. “Os ‘jacentes’ da Sé de Lisboa e a sua indumentária.” In *Colectânea Olisiponense, Artigos Publicados em Revistas e Jornais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Summavielle, Elísio de, et Jorge Salazar Braga. 1986. *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema.
- Tabales Rodríguez, Miguel Ángel. 2001. “La transformación palatina del Alcázar de Sevilla, 914-1366.” *Anales de Arqueología Cordobesa* 12:195-213.
- Tavares, Maria José Ferro. 1970. *Os Judeus em Portugal no Séc. XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos Históricos da FLUL.
- . 1982. *Os Judeus em Portugal no Século XV*. 2 vols. Universidade Nova: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- . 2004. *A Herança Judaica em Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- . 2010. *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios.
- Távora, Luís. 1982. “A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa.” Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3.ª série, 88.
- Tavim, José Alberto. 2016. “Judeus e Judiarias de Lisboa nos Alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos Espaços e das Gentes.” In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, ed. João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo et Miguel Gomes Martins, 439-463. Lisboa: IEM.

- Teixeira, André, Fernando Villada Paredes, et Rodrigo Banha da Silva, ed. 2015. *Lisboa 1415 Ceuta. Historia de dos ciudades/História de Duas Cidades*. Lisboa/Ceuta: Câmara Municipal de Lisboa/Ciudad Autónoma de Ceuta.
- Teixeira, Helena. 2010. "1114-1518: A Construção da Cidade Medieval." Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Teixeira, Manuel. 1993. "A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes." *Análise Social* XXVIII (121):371-390.
- Teixeira, Manuel, et Margarida Valla. 1999. *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- The Encyclopaedia of Islam*. 1960. 2.^a ed. 12 vols. Leiden: Brill.
- Tiçã, Álvaro. 2002. "As Muralhas de Lisboa. Novos dados." In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, 849-854. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.
- Torres Balbás, Leopoldo. 1945. "La Mezquita Mayor de Granada." *Al-Andalus* 10:409-432.
- . 1946. "Atarazanas hispanomusulmanas." *Al-Andalus* 11:175-209.
- . 1954. "Algunos Aspectos del Mudejarismo Urbano Medieval." Comunicação apresentada na recepção pública de Don Leopoldo Torres Balbás na Real Academia de la Historia, Madrid. URL: <http://oa.upm.es/33691/>.
- . 1970. *Ciudades Hispano-Musulmanas*. 2 vols. Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura. URL:<http://oa.upm.es/34144/>.
- Torres, Cláudio. 1994. "Lisboa Muçulmana, Um Espaço Urbano e o Seu Território." In *Lisboa Subterrânea*, 80-85. Lisboa/Milão: Museu Nacional de Arqueologia/Electa.
- . 2001. "Lisboa Muçulmana, Um Espaço Urbano e o Seu Território." *Arqueologia Medieval* 7:73-77.
- Torres, Cláudio, et Santiago Macias. 1995. "A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz: A Arquitectura e as Artes." In *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira. Vol. I, *Da Pré-História ao "Modo" Gótico*, 150-176. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 1996. "Rituais Funerários Paleocristãos e Islâmicos." In *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dir. José Mattoso, 11-44. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- . 1998a. *O Legado Islâmico Em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- , ed. 1998b. *Portugal Islâmico: Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- . 2001. "Contributos da Arqueologia Medieval para o Conhecimento do Processo Urbanístico e Territorial da Passagem do Gharb al-Andalus para o reino de Portugal." In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, coord. Walter Rossa, Renata Araújo, et Hélder Carita, 99-112. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Torres, João Carlos Feo Cardoso Castelo Branco e. 1883. *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Torró, Josep. 1995. "El urbanismo mudéjar como forma de resistência. Alquerías y moreñas en el reino de Valencia (siglos XIII-XVI)." In *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*, 535-598. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses.
- Trillo San José, Carmen. 2011. "Mezquitas en al-Andalus: un espacio entre las comunidades y el poder." *Studia historica: Historia medieval* 29:73-98.
- Trindade, Luísa. 2000. "A Casa Urbana em Portugal – Século XIV a XVI." Texto Policopiado. Coimbra.
- . 2002. *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

- . 2004. “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532).” Separata da *Media Aetas: Revista de Estudos Medievais* 1 (2005). URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79519>.
- . 2007. “From Islam to Christianity: Urban Changes in Medieval Portuguese Cities.” In *Religion and Power in Europe: Conflict and Convergence*, ed. Joaquim Carvalho, 29-51. Pisa: Pisa University Press.
- . 2009. “Urbanismo na Composição de Portugal.” Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- . 2012. “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo Medieval Portuguesa.” In *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, coord. Maria do Carmo Ribeiro et Arnaldo Sousa Melo, 209-227. Braga: CITCEM. URL: https://www.academia.edu/2410658/Pa%C3%A7os_do_Concelho_-_espa%C3%A7os_e_poder_na_cidade_tardo-medieval_portuguesa.
- . 2013a. *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- . 2013b. “Fazer cidade no Portugal Medieval: Agentes, Programa e Execução” *A Malha* 1:59-81.
- . 2015. “Corpo e Água: Os Banhos Públicos em Portugal na Idade Média.” *digitAR: Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes* 2:206-221. Doi:http://dx.doi.org/10.14195/2182-844X_2_14.
- . 2019. “A Reconquista e a cristianização da paisagem urbana portuguesa.” In *La reconquista ideología y justificación de la guerra santa peninsular*, coord. Carlos de Ayala et Santiago Palacios, 141-161. Madrid: La Ergástula.
- Trindade, Luísa, et Walter Rossa. 2006. “O Desenho e o Conhecimento do Urbanismo Medieval Português.” In *El espacio urbano en la Europa medieval*, coord. Jesús Ángel Solórzano Telechea et Beatriz Arízaga Bolumburu, 191-207. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos.
- Valdés Fernández, Fernando. 1986. “La Alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas.” *Estudios de Historia y de Arqueología Medievales* 5-6:333-344.
- Valdivieso Ramos, Ana, et Rosa López Guerrero. 2001. “Las mezquitas de barrio en Córdoba: estado de la cuestión y nuevas líneas de investigación.” *Anales de Arqueología Cordobesa* 12:215-239.
- Vale, Ana, et Lídia Fernandes. 1997. “Intervenção Arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa.” In *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, 109-121. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Vale, Ana, et Vítor Sousa. 2003. “A Barreira do Circo de Olisipo.” In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000)*, 177-186. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia da Amadora.
- Valla, Margarida. 2000. “A Estrutura Urbana: Da ‘Bastide’ do século XIII à ‘Praça Forte’ Seiscentista.” *Monumentos* 12:25-31.
- Valongo, António. 2014. “Relatório dos Trabalhos Arqueológicos: Rua do Ouro 133.” Processo S-35338. Arquivo DGPC.
- Vaquerizo Gil, Desiderio, dir. 2003. *Guía arqueológica de Córdoba*. Córdoba: Plurabelle.
- Vargas, José Manuel. 2002. “As Freguesias de Lisboa e do Seu Termo na Idade Média.” *Olisipo*, 2.ª série, 17:47-66.
- Vasconcelos, António de. 1935. *A Sé-Velha de Coimbra*. Vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Vasconcelos, José Leite de. 1959. *Páginas Olisiponenses*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Vasconcelos, Luís Mendes de. 1608. *Do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Officina de Luys Estupiñan.
- Ventura, Leontina. 1986. “João Peres de Aboim: Da Terra da Nóbrega à Corte de Afonso III.” *Revista de História Económica e Social* 18:57-73.
- . 1992. *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- . 2009. *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Ventura, Margarida Garcez. 1996. “Breves Notas sobre a Institucionalização de Permanências numa Súplica do Povo de Lisboa ao paPa Eugénio IV.” In *Actas do Congresso Internacional “Pensamento e Testemunho”*. Vol. II, 1019-1031. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- . 2002. “Uma Casa Diante da Porta da Sé: De Fernando Martins a Santo António.” *Olisípo* 17:35-38.
- Viana, Mário. 2019. “O Almirantado Português Nos Séculos XIII a XV. Contextos e Linhas de Força.” In *Actas XV Simpósio de História Marítima. O Mar Como Futuro de Portugal (c. 1223 - c. 1448). A propósito da Contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, coord. José dos Santos Maia, 69-81. Lisboa: Academia da Marinha.
- Vidal, Angelina. 1994. *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna: Elementos Históricos da Sua Evolução*. 2.^a ed. Lisboa: Vega.
- Vigera Molins, María Jesús, ed. 2009. *Málaga entre Malaca y Málaga*. Málaga: Universidad de Málaga.
- Viguera Molíns, María Jesús. 1992. *Los reinos de taifas y las invasiones magrebíes*. Colección Al-Andalus, XVIII. Madrid: Mapfre.
- . 2003. “Los almorávides en torno al Tajo: apuntes sobre fuentes y síntesis.” In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca et Isabel Cristina Fernandes, 147-150. Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Vilar, Hermínia Vasconcelos. 1999. *As Dimensões de Um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2007. “Em Torno de Uma Diocese: Os Bispos de Lisboa entre Dois Séculos (1244-1325).” In *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, João Luís Fontes, et Luís Filipe Oliveira, 129-144. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2008. *D. Afonso II: Um Rei sem Tempo*. Rio de Mouro: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Villamariz, Catarina. 2005. “A Sé de Lisboa e a Arquitectura Claustal.” In *A Nova Lisboa Medieval: Actas*, ed. Luís Krus, Maria Adelaide Miranda, et Miguel Alação, 153-164. Lisboa: Colibri.
- . 2012. “A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: O Tempo dos Experimentalismos.” Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Virgili, Antoni. 2009. “Angli Cum Multis Aliis Alienigenis: Crusade Settlers in Tortosa (Second Half of the Twelfth Century).” *Journal of Medieval History* 35 (3):297-312.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa. 1899. *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1907. “Occorrencias da Vida Mourisca.” *Arquivo Historico Portuguez* V:81-93 161-170 247-265.
- Viterbo, Joaquim. 1865. *Elucidário das Palavras. Termos e Frases Antiquadas*, vol. 1. 2.^a ed. Lisboa: Typographia do Panorama.
- . 1983. *Elucidário Das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se Usaram e que hoje regularmente se Ignoram*. Ed. Mário Fiúza. 2 vols. Lisboa: Civilização.
- Yáñez Neira, María Damián. 1974. *El Monasterio de Oya y sus abades*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra/Ayuntamiento de Oya. URL: <http://www.caminador.es/wp-content/uploads/2009/06/7-EL-MONASTERIO-DE-OYA-Y-SUS-ABADES.pdf>.

ANEXO

**PLANTAS GERAIS DE LISBOA:
1147, C. 1250, C.1325**

Lisboa c. 1147



- Malha Urbana (c. 1755)
- Ribeiras e Esteiro
- Vias Principais
- Cemitérios
- Muralhas





Lisboa c. 1325

- Malha Urbana (c. 1755)
- Ribeiras e Esteiro
- Vias Principais
- Cemitérios de Judeus e Muçulmanos
- Área hipotética das cercas conventuais
- Área agrícola
- Barbacã
- Murallas
- Murallas da Ribeira

N
0 100m

Rio Tejo

Olival e Campo do Rei

Arrabalde Oriental

Medina

Alcaçova

Mouraria

Arrabalde Ocidental

Juditaria

Reguengo

Pedreira

Rua Nova

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Rua da Ferraria

Porta da Cruz

Rossio da Lapa

Casas da Moeda (?)

Pacos com Galeões (?)

Igreja de Santa Marinha

Igreja de S. Salvador

Igreja de S. Miguel

Igreja de S. Pedro

Igreja de S. Martinho

Igreja de S. Jorge

Igreja de S. João da Praça

Igreja de S. André

Igreja de S. Tomé

Igreja de S. Tiago

Igreja de S. Martinho

Igreja de S. Jorge

Igreja de S. João da Praça

Igreja de Santa Cruz

Igreja de S. Bartolomeu

Igreja de S. Bartolomeu

Igreja de S. Bartolomeu

Igreja de S. Jorge

Igreja de S. João da Praça

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Benfica

Tendas (?)

Banhos

Mouquinha Pequena

Propriedades de S. Domingos

Igreja de S. Lourenço

Igreja de S. Cristóvão

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

Igreja de S. Nicolau

O que resta da Lisboa islâmica e dos primeiros reis de Portugal? Que aconteceu na cidade após a alteração de poder entre cristãos e muçulmanos? Que impacto teve a cidade medieval na cidade posterior? Como se metamorfoseou na Lisboa que hoje conhecemos? *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis* propõe-se responder a estas perguntas, apresentando propostas concretas sobre a evolução da cidade numa reflexão suportada por mais de uma centena de mapas e ilustrações.

Com uma metodologia multidisciplinar, faz-se pleno uso não só do imenso potencial oferecido pelos recentes dados arqueológicos, mas também da cartografia histórica e da produção artística sobre a cidade pós-medieval. A investigação foi ainda complementada por uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, que levou à extracção de informação de centenas de documentos medievais. As hipóteses aqui formuladas fundam-se, assim, numa pesquisa inovadora, ampla e fundamentada.

A transição entre o domínio político islâmico e o cristão é um momento de charneira, em que as suas continuidades e rupturas marcam decisivamente a forma urbana da cidade medieval, génese da Lisboa moderna. Desvelando este período, tempo e espaço cruzam-se numa obra que permite observar, acompanhar e compreender a ancestral cidade da foz do Tejo. O urbanismo da Lisboa medieval marcou a imagem de toda a cidade, até meados do século XVIII, sendo então parcialmente reconfigurada com as remodelações pombalinas. Neste livro, demonstra-se que foi na época medieval que se estabeleceu, definitivamente, a direcção ocidental do seu futuro crescimento urbano e que se implantou o centro comercial e social na Ribeira, revelando a intensa vocação marítima da cidade medieval, factores primordiais para a Lisboa das épocas posteriores.